

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

SUZANA GARCIA DE REZENDE

**VARGAS E BORGES: o local e o regional na política gaúcha  
(1913-1917)**

Porto Alegre  
2010

SUZANA GARCIA DE REZENDE

**VARGAS E BORGES: o local e o regional na política  
gaúcha (1913-1917)**

Dissertação apresentada como requisito parcial e último à obtenção de grau de Mestre, junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu

Porto Alegre  
2010

### **Dados Internacionais de catalogação na Publicação (CIP)**

**R467v Rezende, Suzana Garcia de**

Vargas e Borges : o local e o regional na política gaúcha  
(1913-1917) / Suzana Garcia de Rezende. – 2010.

165 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade  
Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu.

1. Rio Grande do Sul – História – Política e governo.  
2. Vargas, Getúlio, 1883-1954. 3. Medeiros, Borges de, 1863-  
1961. 4. Partidos políticos – História. I. Abreu, Luciano Aronne  
de, orientador. II. Título.

CDU: 981.65

Bibliotecária responsável Schirlei T. da Silva Vaz - CRB 10/1364

SUZANA GARCIA DE REZENDE

**VARGAS E BORGES: o local e o regional na política gaúcha  
(1913-1917)**

Dissertação apresentada como requisito parcial e último à obtenção de grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Ibéricas e Americanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu

Aprovado em \_\_\_\_\_ de agosto de 2010, pela Banca Examinadora.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu (Orientador)

---

Prof. Dr. René Ernaini Gertz

---

Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), que me concedeu uma bolsa integral para a realização do mestrado. Do mesmo modo, gostaria de deixar expresso meu agradecimento à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, pela excelente estrutura à disposição de seus alunos, confirmando o porquê de ser uma das melhores instituições universitárias do país.

Gostaria de agradecer, em especial, à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eliane Lucia Colussi, que me conduziu nos caminhos da pesquisa, dando-me a oportunidade de ser aluna de iniciação científica. Sou grata por sempre acreditar em mim e por seus inestimáveis conselhos. Obrigada é pouco!

Do mesmo modo, gostaria de agradecer ao Prof. Dr. Astor Antônio Diehl, que muito me ensinou nos árduos caminhos da pesquisa histórica. Também gostaria de expressar minha gratidão à Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Flávia Eloísa Caimi, pelo seu profissionalismo e por ser um ser humano magnífico.

Meu agradecimento especial ao meu orientador, Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu, pela paciência, pela excelente orientação e pelo auxílio na construção desta dissertação.

Aos professores da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, meu extremado agradecimento aos que tive a oportunidade de ser aluna durante o mestrado: Janete Silveira Abrão, Jurandir Malerba, Margaret Marchiori Bakos, Núncia Constantino e Charles Monteiro.

Meu agradecimento à Carla e ao Adilson, secretários da pós-graduação, que sempre foram extremamente atenciosos e ótimos profissionais.

À minha família. Meus filhos Daniel e Emanuel. Obrigada, meus meninos, por suportarem a ausência-presença e a presença-ausência de sua mãe! Agradeço por vocês serem filhos maravilhosos, por entenderem e respeitarem esses dois anos de intenso estudo. Amo muito vocês!

Ao meu esposo Gilson, pelo incentivo, pelo amor e por entender as ausências. Obrigada por sempre acreditar, às vezes mais do que eu mesma!

Aos meus pais Albino e Maria Izabel, exemplos de vida, de luta e coragem!

Às minhas irmãs Adriana, Sirlei, Alizabete, Elizete, Valéria e ao meu irmão João Adalberto, pela força e incentivo nesses dois anos de estudo. Só para constar, Zete, terminei!

Gostaria de agradecer, em especial, a minha irmã Fátima, pela acolhida em Porto Alegre. Valeu por toda a força e orgulho que você sempre sentiu e sente por mim!

Ao Carlos, meu cicerone! Que me ensinou todos os caminhos de Porto Alegre. Obrigada!

Aos amigos de mestrado Aline Kassick Cadaviz, Fernanda Bonet, Fernanda de Santos Nascimento, Vanessa Volcão Oliveira, Ana Paula Lima Tibola, Ana Paula Korndörfer, Hugo Hruby, Alex Jacques da Costa, Helen Scorsatto Ortiz, Gabriele Werenicz Alves e Vladimir Ferreira de Ávila. Bons amigos e excelentes profissionais!

Enfim, a todos que contribuíram para a realização desse mestrado, muito obrigada!

“[...] a minha vida aqui se paralisa, chumbada a um mesquinho conflito de ambições aldeãs. Pequeninas, rancorosas e nauseantes. Sem nada que me atraia, não posso, por dever moral, me desembaraçar delas. Apenas, de quando em vez, as necessidades de ação exigindo uma dinamização de energias, desvia-me de um horizonte sem relevos, onde só se houve os mexericos das comadres.”

Carta de Getúlio Vargas a Telmo Monteiro Escobar, 13 de dezembro de 1914.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como foco principal analisar o complexo jogo das relações políticas no Rio Grande do Sul entre os anos de 1913 a 1917, estabelecidas entre o poder local e o poder estadual, o primeiro representado neste trabalho por Getúlio Vargas e sua família, e o segundo consubstanciado na figura de Borges de Medeiros. No referido jogo político destaca-se a figura de Getúlio Dornelles Vargas, que no período em questão renunciara ao mandato de deputado na Assembleia dos Representantes, retornando a São Borja. A problemática que se pretende investigar refere-se às motivações desse rompimento, assim como à atuação de Getúlio Vargas em São Borja durante seu pretense período de afastamento do poder estadual. As fontes de pesquisa foram, na sua maioria, correspondências e periódicos. Esse trabalho está inserido no campo da História política renovada. No primeiro capítulo apresentam-se questões historiográficas relativas às diferentes explicações que abordam a renúncia do mandato de deputado estadual e o retorno de Getúlio Vargas a São Borja. O segundo capítulo trata de explicar a renúncia de Getúlio Vargas a partir dos conflitos entre o poder local e o estadual. No terceiro capítulo, o foco central é o retorno de Getúlio à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul, em 1917.

Palavras-chave: Getúlio Vargas. História Política. Primeira República. Relações de Poder. Rio Grande do Sul.



## ABSTRACT

The main focus of this inquiry is to analyze the complex dynamics of political relations in Rio Grande do Sul, from 1913 to 1917, as far as it concerns to local and regional powers. Local power is represented in this study by Getúlio Vargas and his family, while Borges de Medeiros impersonates regional power. The most important figure of this political game is Getúlio Vargas who, in that time, renounced his deputy mandate in the Parliament of the state, coming back to his homeland São Borja. This political history research aims to investigate the cause of this rupture and how Getúlio Vargas acted in São Borja during his absence in Parliament, having as primary sources letters and newspapers.

In the first chapter different historiographic interpretations of Getúlio Vargas' renounce and of his return to São Borja are discussed. The second one intends to explain it from the point of view of the conflicts between local and regional powers. The third one analyses Vargas' return to the Parliament of Rio Grande do Sul, in 1917.

Keywords: Political History – Power Relations – Getúlio Vargas – First Republic – Rio Grande do Sul

## **LISTA DE SIGLAS**

ABM: Arquivo Borges de Medeiros

AHRS: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

APERS: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

CPDOC: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

FGV: Fundação Getúlio Vargas

PRR: Partido Republicano Rio-grandense

PD: Partido Republicano Democrático

PF: Partido Federalista

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1 JOGOS POLÍTICOS, RENÚNCIAS E REVELAÇÕES.....</b>	<b>20</b>
1.1 ILUMINANDO UM PASSADO OBSCURO: GETÚLIO VARGAS E A HISTORIOGRAFIA.....	23
1.2 O CONTEXTO POLÍTICO NO RIO GRANDE DO SUL: AS RELAÇÕES ENTRE O LOCAL E O ESTADUAL.....	37
1.3 ASCENSÃO DOS VARGAS: MANUEL NASCIMENTO VARGAS.....	42
1.3.1 Ascensão dos Vargas: Getúlio deputado.....	47
<b>2 OS ANTECEDENTES DA RENÚNCIA DE GETÚLIO VARGAS: O JOGO POLÍTICO ENTRE O LOCAL E O ESTADUAL.....</b>	<b>55</b>
2.1 O PALCO DAS DISPUTAS: A CIDADE DE SÃO BORJA.....	56
2.1.1 A questão da sucessão de 1911: uma contenda política local.....	71
2.2 SÃO BORJA “EM PÉ DE GUERRA”. OS VARGAS CONTRA RAPHAEL ESCOBAR E BENJAMIM TORRES: O JOGO POLÍTICO LOCAL.....	81
2.3 JOGO POLÍTICO ESTADUAL. A PRESENÇA DO PRESIDENTE DO ESTADO E DO PRR NA POLÍTICA LOCAL.....	90
<b>3 O CENÁRIO POLÍTICO PÓS-RENÚNCIA: GETÚLIO VARGAS E SEU RETORNO A SÃO BORJA.....</b>	<b>101</b>
3.1 ACORDOS POLÍTICOS ENTRE O PODER LOCAL E O PODER ESTADUAL: ACUSAÇÕES CONTRA OS VARGAS E OS JOGOS POLÍTICOS DE BORGES DE MEDEIROS.....	102
3.1.1A defesa dos Vargas: Getúlio e suas articulações políticas.....	115
3.2 A PAZ NAS HOSTES DO PARTIDO REPUBLICANO SÃO-BORJENSE. UMA COESÃO “AZEITE COM VINAGRE” E O INÍCIO DA REAPROXIMAÇÃO ENTRE OS VARGAS E BORGES DE MEDEIROS.....	131
3.2.1 A vitória dos Vargas: Getúlio, a “alma heroica da resistência”!.....	137

3.3. GETÚLIO VARGAS E A REAPROXIMAÇÃO COM BORGES DE MEDEIROS: SEU RETORNO À ASSEMBLEIA DOS REPRESENTANTES EM 1917.....	145
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>150</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>157</b>

## INTRODUÇÃO

No Rio Grande do Sul, uma minoria de republicanos aguardava a República. Quando essa foi proclamada, Júlio de Castilhos e seus correligionários levados ao poder engendrariam estratégias políticas para conseguir estabelecer, manter e controlar o poder no estado. Para tanto, uma das principais artimanhas políticas foi a substituição nos comandos locais de diversos municípios, montando uma rede de compromissos dentro das facções do Partido Republicano Rio-grandense (PRR).<sup>1</sup> Contando com uma política de controle constante, de coerção e de cooptação, e por meio de mecanismos político-institucionais em relação à política municipal, o PRR construiria uma história de domínio político por mais de trinta anos.

A trajetória política de Getúlio Vargas e de sua família está ligada à própria institucionalização do PRR no Rio Grande do Sul. Manoel Nascimento Vargas aderiu ao Partido Republicano ao final do Império, transformando-se em republicano histórico, reconhecido por sua campanha militar e sua lealdade à República. Getúlio Vargas cresceu nesse ambiente impregnado pela política partidária castilhista, filiando-se ao PRR no ano de 1907, entrando, assim, oficialmente na vida político-partidária. Com colegas acadêmicos formaria o que Joseph Love denominou de “geração de 1907”<sup>2</sup>, constituída, principalmente, por Getúlio Vargas, José Antônio Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor, João Neves da Fontoura, Joaquim Maurício Cardoso e Firmino Paim Filho. Esse grupo estaria unido na defesa do candidato republicano Carlos Barbosa Gonçalves na campanha político-eleitoral de 1907. Com tal propósito, formaram o “Bloco Acadêmico Castilhista” que fundou o jornal *O Debate*. Pelo seu trabalho político nessa quizila eleitoral, Getúlio foi reconhecido por sua lealdade, sendo indicado para o cargo de promotor público em Porto Alegre. Em 1909, foi eleito para a Assembleia dos Representantes para seu primeiro mandato na vida parlamentar; em 1913, foi novamente reconduzido para seu segundo quadriênio como

---

<sup>1</sup>AXT, Gunter. Coronelismo indomável: o sistema de relações de poder. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. (Org.). *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v.3 t.1. p. 98.

<sup>2</sup> “[...] Começaram sua vida política em 1907, participando do Bloco Acadêmico Castilhista, durante a campanha governamental de Carlos Barbosa Gonçalves; escolhi esse nome, Geração 1907 para designar todo o grupo. Seis integrantes da Geração 1907 eram filhos, ou parentes próximos de coronéis, e cinco provinham de famílias de estancieiros.” [...] LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 234.

deputado estadual. Contudo, ao assumir seu mandato, renunciou. Nesse ponto se inicia esse estudo de caso.

Ao examinar a atuação política de Getúlio Vargas a partir de sua renúncia do mandato de deputado estadual, no ano de 1913, percebe-se que duas dimensões de poder se cruzavam: o poder local e o poder estadual. Representar-se-á neste trabalho o poder local através da família Vargas, tendo como protagonista Getúlio Vargas, e o poder estadual, consubstanciado na figura do líder do PRR e presidente do estado Borges de Medeiros. Essas duas dimensões de poder participam de um constante jogo político tentando manter e conquistar espaços políticos no cenário rio-grandense: o primeiro buscando maior autonomia política diante das interferências do chefe do PRR e a manutenção do poder coronelista no município de São Borja; o segundo, desejando ampliar e consolidar seu poder político perante os chefes locais. Esse jogo entre o poder local *versus* o poder estadual é tangenciado pelas relações de poder calcadas pelo coronelismo, pelo clientelismo e pela permanente tensão estrutural que perpassava o sistema político vigente na Primeira República no Rio Grande do Sul, “ora liberal, ora positivista no discurso, oligárquica na conformação social, coronelista na prática política e constitucionalmente autoritária”.<sup>3</sup>

O interesse pelo tema surgiu quando, ao participar de uma pesquisa científica que analisava o passado político dos Vargas<sup>4</sup>, como acadêmica do curso de História na Universidade de Passo Fundo, percebi algumas lacunas historiográficas, pois aborda-se o passado de Getúlio superficialmente, principalmente no período anterior à sua trajetória de presidente do estado do Rio Grande do Sul em 1928. Nas leituras realizadas, começou-se a perceber que o período em que Getúlio Vargas estivera pretensamente afastado da política estadual, de 1913 a 1917, após ter renunciado a seu mandato de deputado estadual da Assembleia dos Representantes, era apenas descrito superficialmente. Essas explanações apenas indicavam que Getúlio Vargas retornaria ao cenário político estadual em 1917, quando se tornaria líder informal do PRR na Assembleia dos Representantes. Nesse momento se levantaram os primeiros questionamentos, pois, se houvesse de fato um rompimento entre os Vargas e Borges de Medeiros, muitas perguntas teriam de ser respondidas, como: Quais os motivos do rompimento temporário e parcial de Getúlio Vargas com a política do PRR? Que ações e atitudes teriam movido Getúlio Vargas durante os anos de recuo político? Como

---

<sup>3</sup> AXT, Gunter. O poder judiciário na sociedade coronelista gaúcha (1889-1930). *Ajuris* – Revista da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. 82, t. 1, ano XXVII, jun./2001a, p. 326.

<sup>4</sup> Os resultados dessa pesquisa foram sistematizados por COLUSSI, Eliane e DIEHL, Astor Antônio, na obra intitulada *Guardados da memória política: o caso dos Vargas*. Passo Fundo: UPF Editora, 2008.

foram desencadeadas as querelas políticas entre Getúlio Vargas e Borges de Medeiros? Como esses dois protagonistas debateram, articularam e definiram suas estratégias políticas?

Essas lacunas historiográficas instigaram o interesse de buscar mais elementos sobre o tema, apesar de se estar ciente de que escrever sobre Getúlio Dornelles Vargas é, de certa maneira, adentrar em um caminho perigoso, que é o de tratar sobre mitos políticos.<sup>5</sup> Concorde-se com os historiadores Eliane Lucia Colussi e Astor Antônio Diehl quando afirmam que

[...] houve uma mitificação da família pela historiografia do pós-30, especialmente da figura e da personalidade de Getúlio Vargas, que, de certa forma, serviu para encobrir e, mesmo, para se esquecer ou tornar menos presentes as peripécias anteriores. A História como disciplina tem em si essa especificidade: memorizar e esquecer.<sup>6</sup>

Esse “esquecimento” da história contribui para o silenciamento do passado de Getúlio Vargas. Para Luciano Aronne de Abreu, esse silenciamento historiográfico é fruto de uma ampla “parcela de fabulação e de criação em cima de sua imagem, apresentando-se Vargas como o homem certo no lugar certo, como um político acima das facções partidárias e como o único capaz de resolver os problemas político-econômicos do Rio Grande no final da República Velha”. O autor aponta dois outros aspectos do posicionamento político de Vargas que teriam contribuído para essa fabulação: o primeiro, relacionado ao período pós-revolução a partir da política nacionalizante em detrimento da ideia do separatismo; o segundo, ligado à consolidação de sua liderança política, visto que “Vargas preferiu ‘esquecer’ seu passado rio-grandense, apresentando-se como líder da unidade nacional. Era preciso, então, apagar as

---

<sup>5</sup> Para Gomes, a construção do mito político Vargas iniciou com a Revolução de 1930, e “a figura de Vargas começa a ser trabalhada como exemplo de presidente quando ele ainda é o chefe do Governo Provisório (1930-1934) e, a seguir, o presidente constitucional do país (1934-1937). [...] Entretanto, foi só após o golpe do Estado Novo que a preocupação com a construção do mito Vargas chegou a seu auge. Como o regime era autoritário, a intensa propaganda se beneficiou muito da censura, dirigida a todos e a tudo que pudesse ser considerado danoso ao regime e a Vargas. Durante o Estado Novo, cresceram lado a lado propaganda e repressão, quer essa se manifestasse através dos instrumentos da repressão física direta, quer assumisse as feições, nem sempre muito sutis, da censura e também da autocensura”. GOMES, Ângela de Castro. *E ele voltou...* O Brasil no segundo governo Vargas. O mito Vargas. Disponível em: [www.cpdoc.com.br](http://www.cpdoc.com.br). Acesso em: 22 jun. 2010. Outros historiadores, como Luciano Aronne de Abreu, fazem novas releituras sobre a construção do mito político Vargas, originando uma nova abordagem em relação à historiografia tradicional que o estuda a partir dos anos de 1930. Abreu afirma que “a construção do mito tem sua origem em período anterior, num contexto histórico bastante conturbado da vida política gaúcha e brasileira. Na realidade, o mito Vargas começou a ser construído ainda na década de 1920, quando Getúlio Vargas atuava politicamente em nível regional”. ABREU, Luciano Aronne de. *Getúlio Vargas: a construção de um mito: 1928-30*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p. 119.

<sup>6</sup> COLUSSI, Eliane; DIEHL, Astor Antônio Diehl. 2008. op.cit. p. 22.

antigas disputas oligárquicas”.<sup>7</sup> Pretende-se, neste trabalho, desvelar esse passado de Getúlio Vargas, de certa maneira esquecido e silenciado.

Desse modo, considera-se que a presente pesquisa pode contribuir para suprir a escassez de produção historiográfica acadêmica relativa às articulações políticas entre o poder local e o poder estadual nos anos de 1913 a 1917, quando do rompimento temporário e parcial de Getúlio Vargas com a política do PRR. Nessa perspectiva, procurou-se proceder a uma análise mais profunda das motivações desse rompimento, assim como da atuação de Getúlio Vargas em São Borja, que o alçaria, num futuro próximo, a posições jamais imaginadas.

O objetivo geral dessa dissertação é analisar o complexo quadro político vigente durante a Primeira República gaúcha com base nas relações de poderes estabelecidos entre o poder local e o poder estadual. Para isso serão focalizados os mecanismos que desenharam a luta política tanto na esfera institucional quanto na não institucional. O estudo mostra-se relevante em razão das disputas políticas no interior do PRR, que demandavam articulações para solucionar conflitos dentro das hostes republicanas no município de São Borja. Nesse contexto de lutas intrapartidárias, Getúlio Vargas desenvolveria importante defesa dos interesses políticos de sua família.

Como objetivos mais específicos, buscou-se responder aos questionamentos anteriormente levantados, como: identificar o complexo jogo de interesses dos grupos políticos do PRR nas relações locais a partir do município de São Borja no período entre 1913 a 1917; analisar a atuação, as estratégias e as articulações desenvolvidas por Getúlio Vargas no período em que esteve supostamente afastado do jogo político estadual, além de apontar os motivos da reaproximação política entre os Vargas e Borges de Medeiros.

As fontes da pesquisa foram, em sua maioria, correspondências enviadas e recebidas por Getúlio Vargas entre 1907 e 1917. Essas correspondências possibilitaram o contato com fontes que tecem redes com um passado que, por vezes, teima em brincar de esconde-esconde com o pesquisador.<sup>8</sup> Concorda-se que

os documentos pessoais permitem uma espécie de contato muito próximo com os sujeitos da história que pesquisamos. Neles (nossos) atores aparecem de forma fantasticamente (real) e (sem disfarces). Nós, historiadores, podemos passar a conhecê-los na (intimidade) de seus sentimentos e nos surpreendemos a dialogar com eles e até a imaginarmos pensamentos.<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> ABREU, op.cit., 1966, p. 16.

<sup>8</sup> DIEHL, Astor Antônio. *Com o passado na cadeira de balanço: cultura, mentalidades e subjetividade*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006, p. 17.

<sup>9</sup> GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998. (Destques do autor).



Do mesmo modo, essas cartas proporcionaram a compreensão do desenrolar das tramas do poder entre os Vargas e Borges de Medeiros, da crise política que acontecia no Partido Republicano são-borjense, bem como das estratégias, articulações e anseios políticos dos protagonistas envolvidos. Procuraram-se em meio a essa documentação vestígios que retratassem o indivíduo político, bem como as relações, em âmbito local e estadual, estabelecidas por Getúlio Vargas, estabelecidas, sobretudo, com Borges de Medeiros e Firmino Paim Filho ao longo das primeiras décadas do século XX. O recorte temporal definido permite identificar o tema entre os 28.675 documentos textuais localizados no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) e no arquivo Borges de Medeiros, situado no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), o qual reúne cerca de vinte mil correspondências. Em meio a esse número expressivo de documentos, foi analisado e fichado um total de oitenta cartas depositadas no Fundo Documental de São Borja, sob a guarda do IHGRGS. Igualmente, repetiu-se o processo com correspondências originadas das cidades de Porto Alegre, Uruguaiana, Vacaria e Rio de Janeiro. Quanto ao arquivo do CPDOC, pode-se atestar que constitui importante acervo de arquivos pessoais de homens públicos do país, que estão informatizados, permitindo o livre acesso ao público. Criado em 1973, a partir da doação de Celina Vargas do Amaral Peixoto, neta de Getúlio Vargas, esse arquivo possibilita o desenvolvimento de diferentes pesquisas em razão, sobretudo, da gama de documentos à disposição do público interessado.

Desse modo, para essa pesquisa as informações anteriores à década de 1930 se revelam como preciosas. Examinou-se um total de 140 documentos, muitos dos quais contêm elevado número de informações, como, por exemplo, as cartas enviadas por Armando Porto Coelho a Getúlio Vargas, cuja quantidade de folhas numa só pasta chega a 336. Acredita-se que as correspondências se constituem em valorosas fontes de representação do passado. Nesse sentido, está-se ciente de que

o que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de “dizer o que houve”, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento. Um tipo de discurso que produz uma espécie de “excesso de sentido do real pelo vivido”, pelos detalhes que

pôde registrar, pelos assuntos que pôde revelar e pela linguagem intimista que mobiliza.<sup>10</sup>

Pretende-se demonstrar, por meio das correspondências, as relações de confronto político e os mecanismos de atuação que expõem a tensão existente entre o poder local e o poder estadual, no período delimitado, ou seja, espera-se evidenciar o jogo político que se desenhava entre os Vargas e Borges de Medeiros nas primeiras décadas do século XX, permeado por uma relação contraditória que abarcava, ao mesmo tempo, cooptação, acomodação, concessões, competição, colaboração e confronto.

O restante da documentação constituiu-se de fontes jornalísticas. Entende-se que o jornal serve de “fonte de informação para a reconstrução de um determinado elemento constitutivo de uma dada sociedade”<sup>11</sup>, transmitindo o mundo de seu tempo, ou seja, o momento político, econômico e cultural. Do mesmo modo, sabe-se que os jornais não são neutros, visto que representam ideologias e interesses. Nessa pesquisa utilizaram-se os jornais *A Federação*, folha de caráter oficioso do PRR, fundado em 1884, utilizada como instrumento de veiculação do discurso doutrinário e legitimador do governo; o *Correio do Povo*, fundado por Francisco Antonio Vieira Caldas Júnior em fins do século XIX, pretensamente um órgão independente de ideologias partidárias e sem vínculos políticos; e *O Maragato*, órgão que representava os ideais federalistas, fundado em 1897 na cidade de Santana do Livramento. Esses periódicos foram localizados no Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa.

É importante que se esclareça que se revisam os conceitos fundamentais que alicerçam o quadro teórico dessa pesquisa, como poder, poder político, poder local, poder estadual, política, coronelismo, cooptação, clientelismo, ao longo do texto.

Com base no exposto, levanta-se como hipótese central na presente investigação o fato de que Getúlio Vargas arquitetou sua renúncia e retornou a São Borja para defender os interesses políticos de sua família diante da política dúbia que Borges vinha realizando no intuito de desestabilizar o poder dos Vargas, ao mesmo tempo em que reforçava politicamente a facção varguista contra a divisão partidária local.

Para tentar responder às perguntas sobre o passado, os objetivos da investigação e a hipótese serão permeados pela operação metodológica denominada heurística, crítica e

---

<sup>10</sup> GOMES, Ângela de Castro. A título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 15.

<sup>11</sup> ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Tese (Doutorado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 1998, p.11.

interpretação. Esses passos metodológicos buscam encontrar certa plausibilidade científica na “reconstituição das experiências do passado”.<sup>12</sup>

Do ponto de vista teórico-metodológico, este trabalho está inserido no campo da história política renovada. O historiador que se dedica à história política tem a possibilidade de alargar seus estudos ao focar novas temáticas, novas abordagens e novos objetos.<sup>13</sup> Para Loiva Otero Félix, a história política renovada trouxe novas problemáticas e uma nova compreensão do tratamento do político na história, como, por exemplo, o estudo das práticas e das relações de poder; estudo das representações (ideologias, imaginários, símbolos); estudo das relações de poder e suas manifestações culturais; estudo da cultura política (esferas pública e privada, cidadania, direitos, identidades) e estudo das instituições políticas e de poder.<sup>14</sup> Acredita-se que essa pesquisa abarca essa nova compreensão política, pois busca-se estudar as práticas e relações de poder, conforme já acentuado, entre protagonistas da vida política nos âmbitos local e estadual.

Com relação à sistemática do poder local com o estadual, elegeram-se os trabalhos de Loiva Otero Félix<sup>15</sup> e de Gunter Axt<sup>16</sup> na expectativa de compreender as articulações entre essas duas esferas de poder. Félix se propõe a investigar a temática das relações de poder entre as esferas de poder local e estadual, tangenciadas pelo sistema coronelista e inseridas na rede de compromissos borgista durante a Primeira República. O estudo realizado Loiva Otero Félix em seu livro *Coronelismo, borgismo e cooptação política* contém dados fundamentais para o entendimento das relações de poder e do sistema coronelista na República Velha gaúcha. Sua análise é voltada para a região Norte de estado rio-grandense, mais especificamente, para a região serrana do Planalto Médio gaúcho, abarcando os municípios de Cruz Alta (e o distrito de Santa Bárbara) e Palmeira das Missões.

---

<sup>12</sup> DIEHL, Astor Antônio. *Do método histórico*. 2.ed. Passo Fundo: UPF, 2001, p. 17.

<sup>13</sup> A História Política nos últimos anos passou por uma renovação, ganhando a denominação de “Nova História Política”. Essa renovação deve ser pensada na ótica das transformações ocorridas no campo da história, principalmente a partir das primeiras décadas do século XX. Para maiores informações referentes a essa discussão ver, entre outras, as obras de: FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “Velha História”; o retorno da História Política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 265-271. GOMES, Ângela de Castro. *Política: história, ciência, cultura etc.* Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/185.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2010. RÉMOND, Réne. *Por uma história política*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. CARDOSO, C.F.S. *História do poder*. História política. Niterói: UFF, 1997; LE GOFF, Jacques (Org.). *Fazer história – Novas contribuições*. 2.ed. São Paulo: Bertrand, 1989; NORA, Pierre; LE GOFF, J. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

<sup>14</sup> FÉLIX, Loiva Otero. *Historiografia política: impasses e rumos nas décadas de 1970-90*. *Logos*, Canoas, v.11.n.1, maio 1999, p. 5.

<sup>15</sup> FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação Política*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

<sup>16</sup> AXT, Gunter. *Gênese do Estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1928)*. Tese (Doutorado em História Social) – USP, São Paulo, 2001b.

A hipótese central de Félix versa sobre “a admissão da existência do coronelismo no Rio Grande do Sul e esse como um fator de legitimação do sistema político autoritário, representado pelo castilhismo-borgismo”.<sup>17</sup> Félix comprova sua hipótese central, demonstrando que a política desenvolvida por Borges de Medeiros de cooptação das bases municipais e regionais coronelistas acabou por legitimar e autorizar a permanência do projeto castilhista-borgista por mais de trinta anos no estado. A autora aponta a necessidade da realização de novos estudos referentes ao sistema coronelista e às relações de poder entre local/regional/estadual em outras regiões do Rio Grande do Sul, evitando, assim, o risco de generalizações. Seu estudo serve, igualmente, como referência para se compreenderem as estratégias políticas utilizadas por Borges de Medeiros junta às facções locais, fomentando o confronto interpartidário nos municípios.

Outro estudo utilizado para compreender o contexto histórico do Rio Grande do Sul da Primeira República no que concerne às relações de poder entre poder local e poder estadual é a tese de doutorado de Gunter Axt. O autor buscou entender qual foi o sentido histórico dos governos do PRR no Rio Grande do Sul e a que interesses sociais eles atenderam. Analisou as relações de poder no âmbito do sistema coronelista de mando e sua conexão com as políticas públicas, com ênfase nos portos e na navegação, nas ferrovias, na questão fiscal e orçamentária. Em seu estudo, Axt revela deixar de entender o PRR como um partido político hierarquicamente organizado, monolítico, de conteúdo programático rígido e modernizador, passando a vê-lo em suas tensões e discontinuidades internas. Esse estudo possibilita expressivas contribuições, para que se compreendam as querelas políticas e o jogo partidário e de domínio articulado pelo presidente do Estado Borges de Medeiros nas localidades municipais.

Feitas essas considerações preliminares, passa-se a apresentar a estrutura do texto, que está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo, discutem-se questões historiográficas relativas às diferentes explicações que abordam a renúncia do mandato de deputado estadual e o retorno de Getúlio Vargas a São Borja. É apresentada, igualmente, uma discussão historiográfica de maior fôlego, pode-se assim dizer, com base em trabalhos que abordam relações de poder entre a esfera municipal e estadual. Ao mesmo tempo, destaca-se a análise da ascensão política dos Vargas, dando ênfase para o patriarca da família Vargas, Manoel Nascimento Vargas, e para Getúlio Vargas.

---

<sup>17</sup> FÉLIX, Loiva Otero. 1996. op.cit. p. 28.

O segundo capítulo possui como fio condutor o esclarecimento sobre a renúncia de Getúlio Vargas a partir dos conflitos entre o poder local/estadual. Na tentativa de elucidar esse ato, inicia-se pela tomada da liderança política pelos Vargas na cidade de São Borja no ano de 1907, passando pela sua escalada política e domínio progressivo do poder local varguista, contexto que conduziria Getúlio Vargas a impetrar sua ação de renúncia no ano de 1913. São Borja vivenciava, nesse período, o acirramento das disputas pelo mando local entre integrantes republicanos. Nesse cenário político municipal, o poder político dos Vargas era questionado por Raphael Escobar e Benjamim Torres, incentivados pela política dúbia de Borges de Medeiros, que, ao apoiar os adversários políticos dos Vargas, buscava desestabilizar o poder varguista em São Borja. Arquitetando um jogo ambíguo entre as duas facções em disputa, a partir de seu poder moderador, Borges de Medeiros intencionava intervir no município de São Borja e suprimir o poder coronelista que os Vargas detinham, ao mesmo tempo em que buscava reforçar o aparelho de Estado. Essa situação expunha os Vargas a uma constante insegurança política no âmbito local, em razão dos jogos políticos realizados pelo poder estadual.

Finalmente, no terceiro e último capítulo, o foco central é o retorno de Getúlio à Assembleia dos Representantes em 1917. Neste capítulo discute-se o cenário posterior à renúncia de Getúlio Vargas ao cargo de deputado estadual. Getúlio, após sua renúncia, retorna a São Borja para atuar em defesa do poder varguista, então ameaçado por Benjamim Torres por meio de graves denúncias contra os Vargas, oficializadas em uma representação pública apresentada em outubro de 1913. Do mesmo modo, também se destaca a tentativa de conciliação de Borges de Medeiros entre as greis adversárias, propondo uma aliança “azeite com vinagre” na tentativa de unir o poder local. Nesse contexto de fortes cizânias intrapartidárias, assassinato, disputas eleitorais, realça-se a atuação de Getúlio Vargas, que, partindo de suas articulações local-estaduais, garantiria a vitória política dos Vargas, projetando-se novamente no cenário estadual.

Tentando desvelar o passado pouco conhecido de Getúlio Vargas, personagem importante da história política brasileira, busca-se contribuir para o conhecimento da própria história sociopolítica do Rio Grande do Sul, visto que “a história preenche função para a sociedade quando empresta sentido coletivo ao passado das pessoas e das instituições e, a partir daí, suscita a construção de identidades”.<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> AXT, Gunter. 2001a. op.cit. p. 321.

## 1 JOGOS POLÍTICOS, RENÚNCIAS E REVELAÇÕES

A trajetória política de Getúlio Dornelles Vargas teve início em meados de 1900. Até então, os Vargas arquitetaram na cidade de São Borja estratégias para consolidar seu poderio político. O domínio dos Vargas caracterizou-se por avanços e recuos decorrentes de um conjunto de situações reveladoras de conflitos internos no Partido Republicano Rio-grandense (PRR), com consequências no jogo político local e nas alianças que se estabeleciam no âmbito estadual.

As estratégias políticas de Vargas valeram-se de diversos mecanismos, que envolviam desde as relações sociais, práticas de violência, fraudes, intimidações, práticas clientelistas<sup>19</sup> e cooptação política<sup>20</sup>. Lançando mãos desses subterfúgios, o mando político local seria conquistado pela família Vargas entre fins do século XIX e princípios do século XX; como consequência, conquistaria um maior espaço político no cenário estadual. Nessa perspectiva, seria seu maior emissário Getúlio Dornelles Vargas, eleito no ano de 1909, pela primeira vez, deputado estadual à Assembleia dos Representantes, com 10.152 votos. Nesse período, a Assembleia dos Representantes gaúcha “era uma instituição com funções bastante limitadas, devido à extrema concentração de poderes do Executivo estadual. Pela Constituição rio-grandense, o presidente do estado detinha uma autoridade legal equivalente a um poder ditatorial”.<sup>21</sup>

Apesar desse cerceamento político da Assembleia, o jovem advogado Getúlio Vargas, com sua ação parlamentar, representaria na capital gaúcha as ambições políticas do progenitor da família, Manoel Nascimento Vargas, o qual, nessa época, detinha a chefia do Partido Republicano em São Borja e a administração do município. Igualmente, Getúlio Vargas, ao fazer parte do Legislativo, estabeleceria relevantes contatos políticos, que favoreceriam ao recém-eleito deputado alçar notoriedade e projeção política no âmbito estadual ao longo da

---

<sup>19</sup> Entende-se o conceito de clientelismo conforme José Murilo de Carvalho, indicando, de forma mais geral, como “um tipo de relação entre atores políticos que envolvem concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto”. CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 40, n.2, 1997, p.233.

<sup>20</sup> Entende-se o conceito de cooptação política conforme Loiva Otero Félix, caracterizando-se por um “processo de absorção de novos elementos na liderança ou na estrutura partidária como meio de serem evitadas ameaças à estabilidade, ou à existência da organização do aparelho do Estado que então se processa (instalação da República com a política castilhistaborgista). O que caracteriza a cooptação é, essencialmente, ser uma ação política realizada sem violência”. FÉLIX, 1996, op.cit, p.28.

<sup>21</sup> A Assembleia reunia-se durante três meses por ano com a exclusiva tarefa de votar o orçamento e examinar as contas do governo. DICIONÁRIO, histórico-biográfico brasileiro pós 1930/. Coordenação ABREU, Alzira Alves de et al.. Ed. atual. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. v. I. p. 5.899.

primeira legislatura. Esses predicados congregados na figura de Getúlio Vargas forneceriam o substrato necessário para que seu nome constasse, novamente, na nominata do Partido Republicano Rio-grandense na eleição de 1913 para a Assembleia dos Representantes.

Nessa ocasião, entretanto, sufragado novamente para a cátedra de deputado,<sup>22</sup> em 6 de outubro de 1913, Getúlio Vargas, imediatamente após assumir essa delegação, em discurso no plenário \_ em cena digna dos melhores espetáculos teatrais \_ renunciou ao mandato que lhe fora confiado. O conteúdo de seu discurso deixa transparecer demandas latentes, que perpassavam por disputas políticas internas nas hostes republicanas, bem como ressentimentos políticos e ânsia de independência em relação às práticas políticas tecidas pelo então presidente do Estado e chefe do Partido Republicano Rio-grandense, Antonio Augusto Borges de Medeiros. Seu ato de renúncia abarcava demandas políticas e sociais que envolviam relações de poder entre personagens e atores político rio-grandenses no contexto da Primeira República<sup>23</sup>, os quais atuavam no cenário estadual, bem como em nível local.

Encerrado o primeiro ato, ou seja, seu discurso de renúncia, Getúlio Vargas retirou-se do recinto. Seus colegas parlamentares o acompanharam e, nas escadarias da Assembleia dos Representantes, o questionam sobre os reais motivos de sua renúncia ao cargo de deputado estadual. Getúlio Vargas, colocando-se à frente da situação por ele mesmo criada, não hesitou em responder que largara “o mandato porque o político que fica de cócoras, isto é, que muito se agacha, perde com a indignidade do gesto o respeito que lhe é devido”.<sup>24</sup>

Que contexto político perpassava as ações do ator principal em meados de outubro de 1913 e o autorizava a fazer essa afirmação? Que contendas políticas Getúlio Vargas pretendia demonstrar com essa ação? O que estaria implícito nesse seu discurso e, finalmente, quais seriam suas intenções pessoais e políticas em face da prática política realizada por Borges de Medeiros?

---

<sup>22</sup> Barreto Viana, presidente da Assembleia dos Representantes, proclamou entre os eleitos Getúlio Dornelles Vargas, advogado, residente em São Borja, com 77.141 votos. Informações extraídas do jornal *A Federação*, 23 de setembro de 1913.

<sup>23</sup> Esse período também é denominado pela historiografia de República Velha ou República Oligárquica. Ângela de Castro Gomes e Martha Abreu destacam que o termo República “Velha” seria elaborado pelos ideólogos do Estado “Novo”, sendo “periodizar, nomeando um “tempo” um ato de poder, como os historiadores sabem por dever de ofício. Nessa operação nada é ingênuo, sendo necessário pensar que sentidos uma determinada nomenclatura deseja atribuir a um “espaço de tempo”, o que necessariamente implica considerar quem e quando se constrói tal designação. No caso, a de República “Velha”, uma autêntica “fórmula mental”, que certamente exige questionamentos, a começar pela indicação de que, não casualmente, foi imaginada e adotada pelos ideólogos autoritários das décadas de 1920/30. Desde então, ela foi propagada, com ênfase durante os anos do Estado “Novo”, outra fórmula de periodizar a história política brasileira, diretamente ligada, por contraste, às décadas que o precederam”. CASTRO, Ângela Maria; ABREU, Martha. A nova “velha” república: um pouco de história e historiografia. *Tempo*, Rio de Janeiro: UFF, v. 13 n. 26, 2009, p. 11.

<sup>24</sup> JORGE, Fernando. *Getúlio Vargas e seu tempo*: um retrato com luz e sombra. São Paulo: T.A. Queiroz, 1994, p. 256. v.II

Um olhar mais atento às contribuições historiográficas, especialmente em se tratando do tema e do recorte temporal aqui apresentado, revela que existem ainda fragilidades nas explicações que se referem à ruptura com Borges de Medeiros e à desistência do cargo de deputado por Getúlio Vargas. Em meio a análises historiográficas que abrangem o contexto social e político da Primeira República no Rio Grande do Sul, buscam-se explicações que abordam a questão central, isto é, o retorno de Vargas a São Borja e as relações de poder nas esferas municipal e estadual. A realização desses estudos, acrescidos de trabalhos historiográficos que abordam as relações entre poder local/poder estadual<sup>25</sup>, é essencial para se aprofundar a compreensão sobre o tema e o período central aqui abordado. Este capítulo versa sobre tais problemáticas.

---

<sup>25</sup> Tânia Fischer analisa o conceito de poder local. Falar sobre o *local*, segundo Fischer, abrange “um conjunto de redes sociais que se articulam e se superpõem, com relações de cooperação ou conflito, em torno de interesses, recursos e valores, em um espaço cujo contorno é definido pela configuração desse conjunto”. Já *poder* pode ser “estendido no sentido das relações sociais, o poder pode ser entendido tanto como a capacidade geral de agir, como a capacidade de produzir comportamentos específicos. O poder tem, portanto, um caráter relacional recíproco, mas também sugere desequilíbrio no momento em que há atores que exercem o poder, enquanto outros a eles se submetem. O exercício de poder é um jogo de forças antagônicas em que há dominação eventual, mas que supõe uma margem de liberdade e de possibilidades de ação. [...] falar de poder político é falar em dominação e soberania, em Estado e em suas formas de organização. Se o Estado é produto da institucionalização progressiva de uma estrutura política, que supõe interdependência entre governantes e governados, não se pode desconhecer que a esfera local faz parte dessa institucionalização, dessa racionalização [...]”. Assim, deve-se “considerar a articulação entre poder local e o poder em âmbito mais global não como uma simples relação de dominação do último sobre o primeiro, mas como um conjunto de articulações entre coletividades e espaços diversificados de diferentes níveis”. [...] Se poder local, de certa forma, define-se por exclusão e oposição a outros níveis (o local se opõe ao global, o local se opõe ao nacional), não há como estudar o tema sem fazê-lo correlativamente, em um duplo movimento: do Estado central ao local, do local ao central”. FISCHER, Tânia. Poder local: um tema em análise. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, out./dez. 1992, p.105-113. Para Félix, “[...] envolver-se com a temática da relação poder local versus poder central implica optar por uma ampla gama de possibilidades teóricas de abordagens que vão desde teorias funcionalistas americanas, com divergências entre elitistas e pluralistas, até as posturas críticas em relação a essas, desenvolvidas pelas análises marxistas, enfatizando o primado das relações de classe e relacionando a questão do poder local à estrutura econômica e ao papel do Estado”. Félix aproxima-se de três possibilidades teóricas sobre o conceito de poder: as derivadas da matriz weberiana, da matriz marxista e das interpretações de Michel Foucault. A autora afirma que a relação entre poder local versus poder estadual não pode ser encarada como antagônicas, mas conforme demonstrou “para o caso do coronelismo gaúcho, como produto de uma relação dialética entre a força descentralizadora do coronelismo e a força centralizadora do Estado castilhistaborgista que então se implantava no RS”. A autora salienta também que “nem todo poder local e de cunho coronelista: não são sinônimos” [...] e importante percebermos no RS da transição republicana diferentes formas espaciais de distribuição do poder e a criação de uma sistemática própria no relacionamento político entre poder local, regional e central, dentro do estado. Tal sistemática, articulada pelo grupo minoritário que ascendeu ao poder (o PRR), manifestava-se na forma de obter a legitimidade e tornar-se o poder hegemônico. Postura essa voltada para a busca e consolidação da hegemonia o que era coerente com seu discurso não – oligárquico apresentado no RS e de sua política de cooptação de todas as categorias sociais, resultante da concepção positivista do Estado como gerenciador dos conflitos sociais e socialmente fundamentado numa base de representatividade ampla. [...] A distribuição do poder no RS, quando da implantação republicana, envolveu relações de poder em dois níveis: no espacial, enquanto poder local, regional e estadual e, internamente, no posicional, enquanto situação e oposição política. Nessa perspectiva, a autora aponta quatro divisões de distribuição e funcionamento do poder, a saber: campanha; planalto serrano; litoral e capital, e colonial. Informações extraídas de: A sistemática da distribuição regional do poder regional no Rio Grande do Sul. *Estudos Leopoldenses*, São Leopoldo: Ed. Unisinos, v. 32, n. 146. 1996, p. 89-99.



## 1.1 ILUMINANDO UM PASSADO OBSCURO: GETÚLIO VARGAS E A HISTORIOGRAFIA

A historiografia brasileira e a sul-rio-grandense conferem destaque quase que exclusivamente ao personagem Getúlio Vargas a partir de 1927<sup>26</sup>, quando foi eleito presidente do Estado do Rio Grande do Sul. Por sua vez, estudos sobre a história política de Getúlio Dornelles Vargas entre os anos de 1913-1917 são poucos e esparsos, fornecendo escassos subsídios para se pensarem as questões acima propostas. Essa insuficiência de dados historiográficos é igualmente percebida na questão que envolve a renúncia de Getúlio Vargas. Nessa perspectiva, na busca por maiores informações sobre o episódio da renúncia e, conseqüentemente, o contexto e as contendas políticas que permeiam o fato, merecem destaque algumas obras de caráter biográfico e memorialistas. Autores como Paul Frischauer, contratado pelo DIP como biógrafo oficial de Getúlio Vargas, Fernando Jorge, André Corrazzoni, Antonio Augusto Faria e Affonso Henriques possibilitam responder, ou, ao contrário, revelar as lacunas existentes no que se refere às problemáticas levantadas.<sup>27</sup>

Frischauer credita o ato da renúncia à própria história pessoal de Getúlio Vargas, em razão de sua solidariedade pessoal a amigos, pois “é de se entender, que tenha renunciado seu mandato de deputado, num estado de espírito análogo ao que, dez anos antes, o determinaria a sair da Escola de Cadetes, muito embora não tivesse tomado parte no ato de indisciplina”.<sup>28</sup> Do mesmo modo, aponta que ao renunciar Getúlio Vargas estaria efetivando um protesto contra os manejos da política do partido e que “talvez se tivesse retirado, voluntariamente, da política ativa, também por já ter percebido, naquela época, que era indispensável proceder-se a uma completa reorganização do Partido [...] e que *seu* tempo ainda não era chegado”.<sup>29</sup> Para o autor, os motivos que levaram Getúlio Vargas a perpetrar tal ato estariam implícitos no próprio discurso de renúncia exposto pelo jovem político.

Frischauer constrói com esses apontamentos a ideia de que Getúlio Vargas assim agia por possuir uma índole calma e serena, a ponto de, após a renúncia, ao retornar a sua cidade

<sup>26</sup> Essa referência pertence às obras de: ABREU, Luciano Aronne de 1996, op.cit.; BALBINOT, Jonas. *Relações de poder: Getúlio Vargas e Borges de Medeiros (1922-1928)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2008.

<sup>27</sup> Referência às obras de: FRISCHAUER, Paul. *Presidente Vargas*. Biografia. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943; JORGE, Fernando. 1985. v.I e 1994. v.II. op.cit; CARRAZZONI, André. *Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939; FARIA, Antonio Augusto; BARROS, Edgard Luiz de. *Getúlio Vargas e sua época*. 2. ed. São Paulo: Global, 1983; HENRIQUES, Affonso. *Ascensão e queda de Getúlio Vargas*. Vargas: o maquiavélico. v. I. Rio de Janeiro: Record, 1966.

<sup>28</sup> FRISCHAUER, Paul. 1943. op cit. p. 158.

<sup>29</sup> FRISCHAUER, Paul, loc.cit.

natal, dedicar-se quase que exclusivamente à atividade advocatícia, “limitando sua vida particular ao pequeno círculo familiar”, com o que se aperfeiçoaria no conhecimento dos homens. Contudo, apesar do harmonioso quadro pessoal vivido por Getúlio Vargas, Frischauer salienta que, no contexto local na década de 1910, “as inimizades pessoais e partidárias ardiavam novamente em São Borja, com toda a violência, transformando a cidadezinha num novo teatro de guerra”.<sup>30</sup> Para o autor, havia um plano arquitetado e cuidadosamente elaborado por Borges de Medeiros para denegrir os Vargas e lançar uma campanha difamatória contra eles. Para tanto, o preclaro chefe republicano contaria com o auxílio de Raphael Escobar, “filho de um rico fazendeiro, [...] apoiando-se em sua própria fortuna, buscava anular a influência política do velho general e de seus filhos”.<sup>31</sup>

Assim, apesar dessa quizila partidária, do perigo eminente de a facção varguista perder seu domínio político em São Borja e do rompimento não oficial de Borges de Medeiros com os Vargas, Frischauer destaca que Getúlio Vargas “mantivera-se, durante quatro anos, afastado da política ativa”.<sup>32</sup> Seria esse fator justamente que lhe possibilitaria obter notoriedade e colocar-se acima dos partidos e dos interesses pessoais. Ao descrever o período que abrangia os anos de 1913-1917, Frischauer procura afastar Getúlio Vargas de questões que envolviam disputas políticas de poder, as quais perpassavam por mecanismos de fraudes, violências, coerção, entre outros. Visando amenizar a participação de Getúlio nas questões políticas, descreve-o como sereno, apaziguador e indiferente ao provincianismo partidário. O autor busca construir o personagem Getúlio Vargas como predestinado a questões maiores, que abrangeriam a política nacional. Deve-se lembrar que Frischauer escreveu sua obra quando Getúlio Vargas já era presidente do Brasil, em 1943.

Fernando Jorge, em sua extensa obra biográfica sobre Getúlio Vargas, assim como Frischauer, aponta que São Borja vivenciava um período conturbado nos primeiros anos de 1910. Essa instabilidade se política iniciara, segundo o autor, em razão da “visível inabilidade política” de Viriato Vargas<sup>33</sup>, irmão de Getúlio, o qual em 1911 assumiria a chefia do Partido Republicano de São Borja, enfrentando inúmeras dissidências nas hostes republicanas.<sup>34</sup> Quanto à questão da renúncia, Fernando Jorge destaca que antes das eleições de 1913 ocorreu a fraude eleitoral engendrada por João Neves da Fontoura e Odon Cavalcanti, os quais

---

<sup>30</sup> FRISCHAUER, Paul. 1943. op cit. p. 148.

<sup>31</sup> Idem, p. 146.

<sup>32</sup> Idem, p. 174.

<sup>33</sup> Viriato Dornelles Vargas era o filho primogênito de Manoel Nascimento Vargas. Exerceu a profissão de advogado rábula e intendente de São Borja entre os anos de 1911-1914. Foi membro do Tribunal de Contas do RS, faleceu em 1953 na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>34</sup> JORGE, Fernando. 1994. op. cit. p. 247, v. II.

modificaram as cédulas eleitorais do partido em favor de alguns republicanos, que receberiam a maioria dos votos, até mesmo em São Borja. “Considerando tal procedimento um gesto de rebeldia, um atentado à disciplina partidária, Borges de Medeiros obrigou os dois deputados a renunciarem aos seus mandatos.”<sup>35</sup>

Getúlio Vargas, em solidariedade aos colegas, teria, então, apresentado sua renúncia. O autor dedica algumas páginas à narração do discurso de renúncia de Getúlio, em que destaca:

A renúncia de Getúlio provocou o entrecchoque de opiniões em vários locais de Porto Alegre, principalmente nos cafés da rua da praia. Surpreendeu os republicanos e incitou os federalistas a tecerem comentários sarcásticos, virulentos em torno da figura de Borges de Medeiros. Diziam que esse era de fato um caudilho, sempre disposto a meter o bedelho em tudo, inclusive nas questões mais secundárias da vida dos municípios. Getúlio, na opinião deles, apenas se rebelara contra o arbítrio, a direção unipessoal de Borges no comando do Partido Republicano rio-grandense. Negou-se, portanto, a continuar a prestigiá-lo, a permanecer sobre o julgo de um tiranete [...].<sup>36</sup>

Para Fernando Jorge, Getúlio desejava mostrar “que seu mandato era legítimo, uma consequência do reconhecimento dos seus méritos, e não fruto de manobras equívocas, de um conluio de trampolineiros”, proclamando, sob o ângulo psicológico, que “Getúlio Vargas é dono de Getúlio Vargas e não o Sr. Borges de Medeiros, não lhe pedi nenhum cargo e por isto não lhe devo nada [...]”.<sup>37</sup> Seria, pois, um gesto de independência. O autor, apesar de compilar uma gama de informações, não associa o ato de renúncia com a questão local de disputa política que envolvia os Vargas no âmbito local e o todo-poderoso Borges de Medeiros, representante do poder estadual.

Tratando da questão do retorno de Getúlio a São Borja, Fernando Jorge salienta que ele voltara à sua profissão de advogado. Diferentemente de Frischauer, segue apontando algumas consequências dessa ação: a renúncia encheu de alegria os inimigos dos Vargas; a disputa entre os Vargas e seus inimigos políticos acirrava-se e “uma notícia [...] começou a correr: o Dr. Borges de Medeiros, estomagado com a renúncia de Getúlio, e ainda com o desprestígio dos Vargas, pretendia derrubá-los em São Borja [...]”, de tal modo que “a queda deles era inevitável, Borges abandonou-os e aproximara-se de Escobar e Torres, os líderes da oposição local”.<sup>38</sup>

<sup>35</sup> JORGE, Fernando. 1994. op. cit. p. 254.

<sup>36</sup> Idem, p. 256.

<sup>37</sup> JORGE, Fernando, loc.cit.

<sup>38</sup> Idem, p. 259. V. II.

O interessante nessa obra, assim como na de Frischauer, é que seus autores não percebem o complexo jogo de poder político que favorecia a existência de uma disputa intestina nas fileiras republicanas na cidade de São Borja. Do mesmo modo, apesar de apontarem algumas divergências políticas anteriores aos anos de 1913, narram com maior ênfase os acontecimentos das quíntas políticas apenas após a renúncia de Getúlio, associando esse acontecimento diretamente à fraude eleitoral de Cachoeira. Desse modo, não percebem, ou ao menos não apontam, o contexto político que antecedeu a renúncia, assim como não destacam as contendas, nem as intenções pessoais e políticas mais abrangentes que Getúlio procurava efetivar em relação às ações de Borges de Medeiros.

No opúsculo de André Carrazzoni o episódio da renúncia de Getúlio Vargas é percebido como um gesto que revela as qualidades pessoais, políticas e morais que pautavam as ações do nobre político. Segundo o autor, “as razões que alegou, em abandono do gesto, fundavam-se no critério adotado pelo chefe unipessoal do partido, Sr. Borges de Medeiros, num episódio argüido de atentatório da infringível disciplina partidária”.<sup>39</sup> O autor, ao descrever esse episódio, salienta que tal acontecimento não se originou de alguma “censura formal”, pois Getúlio Vargas apenas “se prevenia contra a mais imperceptível murmuração. Como a moral do homem privado, a do homem público seria inexpugnável”. Carrazzoni associa a abdicação política do jovem deputado com um gesto de probidade do seu caráter e a maturidade de suas ações políticas.

Outro dado interessante que Carrazzoni descreve é referente ao período de 1913 a 1917, anos em que “a dissidência republicana, engrossada pela adesão ocasional de descontentes do partido federalista, acendeu as fogueiras da intolerância facciosa”. Os ânimos começavam a se acirrar na cidade de São Borja, onde “as polêmicas intoxicavam os corações, transbordando dos panfletos para a rua, para o clube e para o remanso dos lares”.<sup>40</sup> Essa quadra, para o autor, seria caracterizada para Getúlio Vargas como anos de experiências

no tocante ao enigma de cada ser humano e as suas reações no meio gregário [...]. Se é certo que no retrato de um homem fadado se revelam as semelhanças do próprio retrato da terra de origem, aldeia, vila, cidade ou metrópole – até onde sentiria ele, naquela altura da vida, a influência de São Borja? Os quatros anos, alternativamente inquietos e bonançosos, haviam-no modelado, um retrato moral e mental em que a consciência das fortes virtudes locais, aformoseadas pelas tradições da família, não paralisava, antes impulsionava, a reação volitiva contra algumas taras do burgo contaminados de vírus faccioso.<sup>41</sup>

---

<sup>39</sup> CARRAZZONI, André. 1939. op.cit. p. 96-97.

<sup>40</sup> Idem, p. 106.

<sup>41</sup> Idem, p. 111-114.

Quanto ao contexto político local e à atuação de Getúlio ao longo desses quatro anos, Carrazzoni aponta que, “havendo regressado de Porto Alegre, após sua renúncia, o Sr. Getúlio Vargas não se podia furtar à ardência do braseiro. Estava em causa a ala mais poderosa do partido, chefiada pela sua família”.<sup>42</sup> Getúlio existia e sobre-existia em meio a essas quizilas partidárias, desenvolvendo a capacidade de permanecer sereno e cultivando a “flor do silêncio”, pois com suas ações

esgrimia, nos entrechoques diários, as suas armas, que eram as da inteligência, sem deixar de aveludar os golpes, com a serenidade possível. Sempre que podia aconselhava calma. Quando a transigência importaria em capitulação, moderava o ímpeto do lance [...]. Porfiava, não raramente, consigo mesmo, para manter o frio governo dos próprios impulsos.<sup>43</sup>

Percebe-se que Carrazzoni também desassocia Getúlio Vargas das lutas partidárias locais no município de São Borja. Além disso, apesar de apontar que havia conflitos do partidarismo municipal envolvendo a família Vargas e o próprio Getúlio, não fornece maiores informações sobre os acontecimentos ocorridos ao longo dos anos de 1913 a 1917. Na verdade, o autor, por meio de uma linguagem apologética, tem a intenção de apontar a preeminência de que Getúlio Vargas seria portador ao conseguir atravessar esse período, subtraindo dessa experiência lições que lhe possibilitariam o autocontrole político, o conhecimento do individualismo partidário e a manipulação das relações de poder. Assim, mais uma vez, as ações, o contexto, as intenções e as contentas políticas que envolveram o personagem Getúlio Vargas e Borges de Medeiros no cenário político republicano não são salientadas. Logo, novamente o passado de Getúlio Vargas fica obscurecido.

Outro autor que merece destaque é Antonio Augusto Faria, que corrobora com os autores citados na questão principal do motivo da renúncia: a fraude eleitoral de Cachoeira. Segundo este, “a interpretação mais correta para o ato fala de um protesto de Getúlio contra as arbitrariedades praticadas por Borges de Medeiros [...] que obrigou alguns deputados de Cachoeira a renunciarem a seus mandatos”. Para Faria, apesar de Getúlio não estar envolvido diretamente com a fraude eleitoral, “vislumbrou a possibilidade de marcar sua posição diante dos desmandos do chefe republicano gaúcho”.<sup>44</sup>

Os apontamentos de Faria reforçam que, durante os quatro anos seguintes, Getúlio estaria “preocupado com a política municipal, que os Vargas dominavam quase que

---

<sup>42</sup> CARRAZZONI, André. 1939. op.cit p. 107.

<sup>43</sup> CARRAZZONI, André, loc.cit.

<sup>44</sup> FARIA, Antonio Augusto; BARROS, Edgard Luiz de. 1983. op.cit. p. 21.

totalmente, constituindo família e, nas suas palavras, aprendendo a conhecer os homens”.<sup>45</sup> Percebe-se, portanto, que nessa obra o autor também não se preocupa em buscar maiores informações sobre os acontecimentos anteriores e posteriores à trajetória de Getúlio Vargas que abrangeram os anos de 1913 a 1917.

Por sua vez, Affonso Henriques vem na contramão de uma historiografia laudatória sobre Getúlio Vargas. Embora compile diversas informações e narre os acontecimentos segundo uma oposição ferrenha às ações de Getúlio Vargas no poder nacional por quase um quarto de século, não enfatiza o período inicial da trajetória política desse personagem nas primeiras décadas de 1900. Assim, aspectos como a renúncia de Getúlio Vargas, a crise intrapartidária republicana no município de São Borja, as práticas de violência e domínio político dos Vargas ao longo das primeiras décadas republicanas são superficialmente abordados pelo autor. Affonso Henriques, visando analisar Getúlio Vargas como um ser de inferioridade física, adepto dos golpes e despistamentos e detentor de uma instabilidade de caráter, busca em alguns de seus antecedentes políticos a argumentação necessária para realizar essa crítica. Episódios como a infância marcada por histórias de guerra contadas pelo seu pai, a guerra civil de 1893, a própria origem regional de Getúlio são utilizados para justificar seu caudilhismo ferrenho, a personalidade fria e o despotismo político.<sup>46</sup> Contudo, o interesse maior da obra de Affonso Henriques está nos acontecimentos políticos ocorridos a partir da Revolução de 1930.

Obras produzidas por memorialistas são, igualmente, relevantes para evocar um passado já distante. Algumas, como a da sua filha Alzira Vargas do Amaral Peixoto, denominam esse período como um tempo de “ostracismo”<sup>47</sup> político. Nas palavras de Peixoto:

De 1910 a 1922, a vida transcorreu para o Papai ora calma, ora tumultuosa, nos misteres da advocacia e da política entre São Borja e Porto Alegre. Todo o Estado estava intranquilo [...]. Papai, no entanto, amuado com o Governo do Estado, se

<sup>45</sup> FARIA, Antonio Augusto; BARROS, Edgard Luiz de, loc.cit.

<sup>46</sup> HENRIQUES, Affonso. 1966, op.cit, p. 33-64.

<sup>47</sup> Segundo Caroline Silveira Bauer, o sentido do ostracismo provém “do grego ‘ostraka’, pedaços de cerâmica quebrados, usados como cédulas de voto - foi estipulado por Clístenes, em 50 a.C. Consistia no voto pelo qual a população poderia mandar um cidadão para o exílio por dez anos, como medida de protecionismo da democracia que emergia. Era aplicado pela Assembleia, que se reunia para designar a quais acusados deveria ser aplicado o ostracismo ou a áidea - o perdão. Caso a decisão determinasse ao cidadão ser ostracizado, marcava-se o dia em que se realizaria a ‘ostrakophoría’. O condenado devia deixar o país no prazo de dez dias. Essa forma de punição afetava diretamente a cidadania daquele que era acusado de ir de encontro aos princípios do Estado. O exílio implicava no abandono do centro do poder e a perda dos direitos políticos - possibilidade de ocupar funções públicas e de interferir no destino político de Atenas – garantidos pela posse do título de cidadão. BAUER apud DIAS, Carlos Gilberto Pereira. *Antonio Chimango na linear da velhice: apontamentos sobre a trajetória política de Borges de Medeiros: 1928-1934*. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2001, p.10.

deixava ficar em São Borja, surdo aos chamados de seus correligionários que sentiam falta de sua presença em Porto Alegre [...]. Perto de quatro anos durou seu ostracismo político voluntário.<sup>48</sup>

Quanto à renúncia, Peixoto não aponta maiores informações, percebendo esse ato como voluntário e realizado em auxílio a outros partidários. Portanto, essa obra, igualmente, deixa em aberto aspectos políticos que poderiam responder às questões já alçadas, as quais remetem aos motivos que levaram Getúlio ao “ostracismo” político. Mais ainda, ao apontar em poucas linhas o período de 1913 a 1917, Peixoto deixa de fornecer maiores informações referentes a o que teria acontecido nos períodos tumultuados em São Borja e a como eram as relações entre Borges de Medeiros e Getúlio Vargas, bem como com sua família, ao longo desses anos.

Se a obra memorialista de Peixoto traz esparsas informações, nas memórias de João Neves da Fontoura<sup>49</sup> não há nenhuma referência à questão da renúncia de Getúlio Vargas. O máximo que esse autor narra é a dissidência de seu pai, o coronel Isidoro Neves da Fontoura, intendente de Cachoeira nomeado por Borges de Medeiros.<sup>50</sup> Sobre o envolvimento pessoal na fraude eleitoral há um silenciamento expressivo.

Encontram-se no verbete escrito por Paulo Brandi para o *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930* informações de que ao longo desses anos teriam ficado estremecidas as relações entre Getúlio Vargas e Borges de Medeiros.

Em 1913, foi novamente eleito deputado estadual, mas renunciou o mandato em protesto contra a intervenção de Borges de Medeiros nas eleições de Cachoeira, atual Cachoeira do Sul. Nesse município, a lista de candidatos do PRR havia sido modificada por João Neves e Odon Cavalcanti. Os deputados eleitos foram preteridos por Borges e obrigados a renunciar aos seus mandatos. Interrompida a carreira parlamentar, Getúlio voltou a São Borja e à sua banca de advocacia. Durante três anos, permaneceram estremecidas suas relações com Borges de Medeiros, que chegou a incentivar a disputa pelo poder entre os Vargas e outros grupos republicanos de São Borja. No final de 1916, Borges de Medeiros buscou reconciliar-se com Getúlio, oferecendo-lhe a chefia de polícia em Porto Alegre. Getúlio recusou o cargo, mas posteriormente aceitou sua inclusão na lista de

<sup>48</sup> PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. 2. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1960, p. 18.

<sup>49</sup> FONTOURA, João Neves da. *Memórias - v. 1: Borges de Medeiros e sem tempo*. Porto Alegre: Globo, 1958.

<sup>50</sup>Essa dissidência política ocorrida entre o coronel Isidoro Neves da Fontoura e Borges de Medeiros foi engendrada por terem sido citados em processo judicial de falsificação de um testamento, e alguns foram até mesmo presos, como correligionários, autoridades e funcionários públicos do círculo de influência dos Neves da Fontoura. Esse fato desgostou Isidoro, o qual rompeu politicamente com Borges de Medeiros em 1912.

candidatos à Assembleia. Eleito em 1917, recuperou rapidamente o tempo perdido fora da política.<sup>51</sup>

Brandi faz parte do grupo de historiadores, biógrafos e memorialistas que relacionam a renúncia de Getúlio Vargas com a fraude eleitoral de Cachoeira. Assim como os demais autores, apesar de salientar que Borges de Medeiros incentivaria a disputa entre os Vargas e outra facção republicana, não fornece maiores detalhes sobre o que perpassava a ação de renúncia de Getúlio. Aliás, nesse verbete não há nenhuma informação sobre as práticas políticas de poder que Getúlio Vargas e sua família teceram a partir do poder local com o presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros.

Destacam-se, além das contribuições que se enquadram no bloco biográfico, memorialista, algumas produções acadêmicas, as quais enfatizam aspectos mais específicos sobre Getúlio Vargas e sua família no período delimitado, tendo, contudo, seu enfoque em outras questões de interesse. Cabe destacar aqui o artigo de Gunter Axt<sup>52</sup>, a obra de Eliane Colussi e Astor Diehl<sup>53</sup>, a dissertação de mestrado de Luiz Alberto Grijó<sup>54</sup> e a obra de Boris Fausto.<sup>55</sup>

Gunter Axt destaca que Getúlio Vargas, em 1913, ao renunciar à sua reeleição para deputado, desencadearia uma reação de retaliação por parte de Borges de Medeiros, o qual fomentaria a disputa entre facções em São Borja, que vivenciava durante o período rivalidades políticas entre grupos no seio do PRR. O autor faz um paralelo desse período com a acusação a Viriato Vargas de ser o mandante do assassinato de Benjamim Torres<sup>56</sup>, inimigo político dos Vargas em São Borja.

Para Axt, Getúlio Vargas e sua família estariam à mercê de Borges de Medeiros, visto que este, além de fomentar a disputa interna entre as facções republicanas, poderia facilitar o andamento do processo que envolvia o irmão de Getúlio. Apesar de destacar alguns fatos do

<sup>51</sup> DICIONÁRIO, *histórico-biográfico brasileiro pós 1930*. Coord. por Alzira Alves de Abreu et al. Ed. atual. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. v. I. p. 5.899.

<sup>52</sup> AXT, Gunter. A emergência da liderança política de Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul coronelista e o seu governo no estado. In: AXT, Gunter (Org.). *Da vida para a história: reflexões sobre a Era Vargas*. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público, 2005. p. 41-56.

<sup>53</sup> COLUSSI; DIEHL, 2008. op.cit.

<sup>54</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada "geração de 1907"*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

<sup>55</sup> FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006

<sup>56</sup> Benjamim Torres era natural de Minas Gerais. Na cidade de Ouro Preto, em 1897, conheceu Viriato Vargas, o qual logo estaria envolvido no assassinato do jovem estudante paulista Carlos Almeida Prado. Benjamim Torres auxiliaria Viriato Vargas na sua fuga da cidade mineira. O general Vargas, em retribuição, convidou Benjamim Torres para atuar profissionalmente no Rio Grande do Sul. Formou-se na Faculdade de Medicina de Porto Alegre, em 1911. Em 1912, fixou residência em São Borja.



período de 1913 a 1917, o autor não desenvolve maiores questionamentos sobre as relações entre Borges de Medeiros e Getúlio Vargas durante o recorte temporal delimitado neste estudo.

Já a obra de Eliane Colussi e Astor Diehl apresenta o tema da violência impetrada no campo da política. O recorte temporal é a década de 1910 e o espaço geográfico é a cidade de São Borja, terra natal de Getúlio Vargas. Os autores têm por objetivo “reconstituir, digamos assim, a vida política, ou, pelo menos, um cenário e, em especial, o que envolve a família Vargas [...]”, com o intuito de desvendar as suas particularidades em relação ao poder local, “em especial, sobre o *modus operandi* da política partidária com vínculos ao uso da violência local, bem como as suas relações com os governos de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros”.<sup>57</sup>

O estudo de caso de Colussi e Diehl parte do assassinato de um desafeto político da família Vargas, o médico Benjamim Torres. As querelas políticas entre facções republicanas que disputavam o poder, ou mesmo a manutenção do poder local, conduziram a que a cidade de São Borja fosse convulsionada pela violência e tensão permanente entre os dois grupos republicanos. Iniciava-se, então, no município um período de embates intrapartidários no seio do PRR. Os Vargas, principalmente o coronel Viriato Vargas, seriam acusados, por meio de uma representação pública enviada a Borges de Medeiros no ano de 1913, de vários crimes, como defloramentos, assassinatos, abuso de autoridade e envolvimento com o contrabando. A obra contribui para a compreensão do cenário de um “território de forças vulcânicas da disputa política” e levanta indícios significativos para a compreensão das relações políticas que perpassam pelo microcosmo de poder da família Vargas em relação ao presidente do Estado.

Outra obra que merece destaque é a dissertação de mestrado de Luiz Alberto Grijó, que tem como temática o estudo das trajetórias dos componentes da geração de 1907, dando ênfase às suas origens sociais, aos recursos e às predisposições herdadas que favoreceram suas ações. Destaca também seus percursos escolares e profissionais, que, somados ao “exercício de posições de mediação entre várias esferas desde os planos municipais-regionais passando aos planos estadual e federal”, permitiriam a esses “agentes” atingir posições importantes de mando dentro do jogo político-partidário.<sup>58</sup>

Quanto à renúncia de Getúlio Vargas, o autor a contextualiza no cenário de “tentativa de Borges de reforçar seu poder pessoal em detrimento de antigos líderes municipais ligados

---

<sup>57</sup> COLUSSI; DIEHL, 2008. op.cit. p. 22-23.

<sup>58</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. 1998. op.cit. p. 230.

ao PRR desde a época do Império, mas envolvia também divergências entre grupos familiares capitaneados por chefes político-partidários do interior do Estado”.<sup>59</sup> Desse modo, a interpretação que Grijó faz do episódio não está longe das interpretações já ressaltadas por outros autores aqui analisados, ou seja, seria um ato de solidariedade aos colegas partidários obrigados a renunciar. O autor vincula esse episódio a outros conflitos que ocorriam no interior do Rio Grande do Sul, como, por exemplo, em Cachoeira e na região da fronteira oeste.

Nos seus apontamentos, Grijó percebe as pretensões de Borges de Medeiros de afastar ou diminuir a influência do grupo familiar Vargas em São Borja. De maneira breve, traz alguns indícios da situação política enfrentada pelos Vargas a partir da renúncia de Getúlio, no entanto não é sua intenção analisar os fatos ocorridos. O autor tece algumas considerações sobre o papel que Getúlio desempenharia em meio ao “atrito entre o grupo familiar Vargas e inimigos federalistas, de dentro do PRR local e com o próprio Borges de Medeiros”<sup>60</sup>, destacando as ações de Getúlio por meio da análise de uma correspondência, salientando que ele realizava viagens constantes a Porto Alegre e mantinha contato por cartas com Firmino Paim Filho.<sup>61</sup> Seguindo seus apontamentos, Grijó questiona se Getúlio Vargas exerceria algum cargo público, o que não foi possível comprovar, porém

o que parece ter estado em jogo era, de um lado, uma espécie de divisão do trabalho político e dos cargos e funções entre três membros da família Vargas: Viriato na Intendência, Manoel Vargas, [...] à testa do PRR e Getúlio Vargas como mediador entre o grupo familiar e as posições que alguns de seus membros ocupavam e o governo de Borges, além, claro, da ascendência que com isto obtinha na família e entre os demais partidários as São Borja.<sup>62</sup>

Para Grijó, o resultado desse processo de disputas intrapartidárias no PRR com federalistas, entre o grupo familiar Vargas e com Borges de Medeiros teria como consequência o fortalecimento da posição dentro da família e em relação ao presidente do Estado por parte de Getúlio Vargas. Segundo o autor, Getúlio “não chegou a tornar-se ele próprio um coronel do interior, ou seja, um estancieiro e chefe político-partidário, mas passou a exercer funções de mediação entre seu grupo familiar e o poder de que dispunha e o presidente do Estado”.<sup>63</sup>

---

<sup>59</sup>GRIJÓ, Luiz Alberto. 1998. op.cit p. 157.

<sup>60</sup> Idem, p. 162.

<sup>61</sup> Idem, p.162.

<sup>62</sup> Idem, p. 162-163.

<sup>63</sup> Idem, p. 165.

Outra contribuição é fornecida pelo historiador Boris Fausto. Ao descrever o passado de Getúlio, Fausto dedica algumas linhas aos anos de 1913-1917, denominando-o como um período de “tempestuosa ruptura entre Borges e os Vargas”<sup>64</sup>. Porém, dedica a maior parte de sua obra aos acontecimentos posteriores à Revolução de 1930, ou seja, acaba por não dar maiores explicações tanto sobre o período de 1913 como sobre as circunstâncias que levaram Getúlio Vargas a essa ruptura.

Enfim, na leitura de inúmeras obras de caráter biográfico, memorialistas ou acadêmicas, observa-se que há uma lacuna historiográfica concernente aos anos que precederam sua escalada política em nível estadual e nacional. Em geral, não há nada mais aprofundado sobre esse lapso de tempo, nem obras que estudem as ações e estratégias de Getúlio Vargas em relação ao contexto sociopolítico envolvendo poder estadual/poder local.

No que se refere à produção intelectual da Primeira República no Rio Grande do Sul, muitas questões sobre as relações entre poder estadual/poder local não mereceram estudos específicos, repetindo-se os discursos propalados pela historiografia tradicional de obediência e de autoritarismo de Borges de Medeiros em relação aos poderes locais. As disputas internas dentro do Partido Republicano Rio-grandense nos municípios do Rio Grande do Sul, por exemplo, continuavam sendo verdadeiros sujeitos ocultos.

Na década de 1980, entretanto, aconteceu um “salto” na produção intelectual historiográfica do Rio Grande do Sul.<sup>65</sup> Muitos historiadores renovaram as ênfases interpretativas historiográficas, demonstrando que no Rio Grande do Sul “não havia correspondência fiel entre o plano de ideias e a prática política, achando-se as estruturas institucionais permeadas por uma cultura sub-reptícia, que confundia as instâncias pública e privada”.<sup>66</sup> Portanto, esses estudos buscavam romper com paradigmas historiográficos tradicionais propalados e aceitos, como a incondicional disciplina partidária que tangenciava as relações políticas nas hostes do PRR. Desse modo, com nova documentação e várias possibilidades metodológicas, o leque interpretativo e conceitos preconcebidos foram revistos. A historiadora Loiva Otero Félix, por exemplo, com sua tese de doutorado *Coronelismo, borgismo e cooptação política*, introduziu novos conhecimentos no campo das relações de

---

<sup>64</sup> FAUSTO, Boris. 2006. op.cit. p. 27.

<sup>65</sup> Para maiores detalhes ver: PICCOLO, Helga I. Landgraf. República Velha, novas teses. *Cadernos da Anpuh – Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, 1988; PICCOLO, Helga I. Landgraf. *Historiografia gaúcha. Anos 90*, Porto Alegre: UFRGS/PPG História, 1995.

<sup>66</sup> AXT, Gunter. 2001b. op.cit. p. 29.

poder político entre região/poder local/poder estadual, rompendo com conceitos constantemente reforçados pela historiografia, como o de *coronel burocrata*.<sup>67</sup>

Acredita-se que o conceito de “coronel burocrata”, da forma como é apresentado por Félix, não pode ser aplicado aos Vargas, pois, apesar de a liderança política de Manoel Nascimento Vargas ser efetivada com o apoio de Borges de Medeiros, no ano de 1907 aquele manteve, conjuntamente com sua facção republicana, em certos momentos, uma relação política de enfrentamento das decisões oriundas do poder borgiano, o que refuta a ideia de obediência incondicional ao egrégio líder republicano<sup>68</sup>, condição principal para se denominar um “coronel burocrata”. A relação política dos Vargas com o poder estadual não era de funcionários do governo, “com funções públicas rotineiras estipuladas e vínculos impessoais característicos de uma ordem burocrática e racional”<sup>69</sup>, pois, sendo detentores de forte poder de mando local e de uma significativa parcela do eleitorado são-borjense, colaboraram para a manutenção do PRR no poder e, conseqüentemente, para a continuidade da liderança de Borges de Medeiros na presidência do Estado e na chefia do PRR. Portanto, os Vargas, ao encerrar esse forte poder político local, não faziam parte de um esquema hierárquico e burocratizado do governo estadual, mas, sim, estavam inseridos num sistema político próprio de disputa, de coerção e de cooptação entre poder estadual e poder local, o qual esse trabalho se propõe a analisar.

Além das contribuições de Loiva Otero Félix, os trabalhos de Margareth Bakos, Vélez Rodriguez, Nelson Boeira e Gunter Axt<sup>70</sup> forneceram novas interpretações para a historiografia da Primeira República. Em suas obras, os autores comprovam a “vigência de um sistema político de coerção e cooptação como mecanismo solidificador da hegemonia

---

<sup>67</sup> O conceito de “coronel burocrata” foi criado por Sérgio da Costa Franco em 1962, sendo logo aplicado nas obras clássicas de Joseph Love, *O regionalismo gaúcho*, publicada em 1975, e de Raymundo Faoro, *Os donos do poder - formação do patronato político brasileiro*, 1975. Félix não nega a existência do coronel burocrata. Contudo, salienta os riscos das generalizações totalizantes ao abarcar esse conceito em todas as regiões do Rio Grande do Sul. A partir de uma extensiva pesquisa demonstrou que, na região norte do estado, essa tipologia não era encontrada. Suas contribuições intelectuais possibilitaram que fossem produzidas diversas pesquisas. Algumas dessas obras estão citadas no balanço historiográfico contido na segunda edição de sua tese. FÉLIX, Loiva Otero. 1996, op.cit. Assim, pode-se resumir esse conceito a partir da seguinte definição: ideia de uma liderança local, ungida por Borges de Medeiros para ocupar algum posto relativamente proeminente na burocracia estadual ou municipal, de forma a render-lhe obediência incondicional na definição dos rumos da política municipal [...], o conceito de “coronel burocrata” tendeu a esvaziar o conteúdo coronelista das análises relativas à política gaúcha. AXT, Gunter. 2001b. op.cit. p.29-30.

<sup>68</sup> Esses embates e enfrentamento serão discutidos no segundo capítulo desse estudo.

<sup>69</sup> FÉLIX, Loiva Otero. 1996. op.cit. p. 131.

<sup>70</sup> Referências às obras: BAKOS, Margaret. *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996; RODRIGUEZ, Ricardo Vélez (1980). *Castilhisismo: uma filosofia da República*. Caxias do Sul, UNIVERSIDADE de Caxias do Sul; BOEIRA, Nelson. *O Rio Grande de Augusto Comte*. In: DACANAL, J.H.; GONZAGA, S. (Org.). *RS: Cultura e Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. AXT, Gunter. 2001b. op.cit.

borgiana com os poderes locais, da mesma forma que no resto do Brasil”. Do mesmo modo, “demonstrou-se que o PRR não teve um projeto político capaz de incorporar todos os segmentos sociais, atendendo, assim, a interesses específicos, ao mesmo tempo em que contrariava outros”.<sup>71</sup>

Desses estudos interessa depreender o contexto das disputas e perseguições políticas, as rivalidades, as divergências internas no PRR, as relações de poder e o uso da violência, todas alicerçadas nas práticas do coronelismo em relação à política local, comandada pela família Vargas em São Borja, em face da prática de cooptação efetivada por Borges de Medeiros.

No Brasil da Primeira República, a “política dos governadores”<sup>72</sup> abarcava as relações políticas entre as esferas estadual e federal, artifício que favoreceria o sistema coronelista no país.<sup>73</sup> Observa-se que o Rio Grande do Sul também vivenciava as práticas coronelistas, apresentando, contudo, algumas diferenciações em âmbito regional. Nas palavras de Félix:

O coronelismo gaúcho é produto de uma soma de semelhanças e diferenças, isto é, de situações que o aproxima dos demais casos de poder local do Estado brasileiro com elementos oriundos das condições históricas peculiares de surgimento e formação do estado sulino. Duas variáveis nos parecem ser determinantes nesse conjunto: a tradição militar de fronteira ligada à atividade da pecuária e o componente ideológico do positivismo castilhistaborgista, com tudo que cada uma dessas traz em decorrência.<sup>74</sup>

Desse modo, enquanto nos demais estados brasileiros o coronelismo se desenvolvia razão da fraqueza dos governos estaduais, no Rio grande do Sul havia a “força e a eficiência do governo estadual frente aos coronéis, sem que, no entanto, essas fossem suficientes para eliminá-los”<sup>75</sup>, ou seja, o poder do aparelho do Estado rio-grandense era mais centralizado em

<sup>71</sup> AXT, Gunter, 2002. op. cit. p. 30-31.

<sup>72</sup> Em nível nacional, o Brasil vivenciou a política dos governadores, implantada por Campos Sales (1898-1902). Essa política foi responsável pela solução dos impasses entre os poderes Executivo e Legislativo, predominando o Poder Executivo nas esferas federal, estadual e municipal e a consolidação das oligarquias. A política dos governadores se desenvolvia a partir dos processos eleitorais e garantia a autonomia política das oligarquias que disputavam o poder em seus estados, ao mesmo tempo em que possibilitava a eleição dos candidatos da situação. Essa política forneceu ao governo republicano certa estabilidade política e favoreceu as práticas do coronelismo, clientelismo e mandonismo no contexto da Primeira República brasileira.

<sup>73</sup> A hegemonia política durante a República Velha, expressada pelos estados de São Paulo e Minas Gerais, está adquirindo releituras. Estudos mais acurados de Cláudia Viscardi demonstram uma nova abordagem historiográfica, a qual questiona o domínio político de ambos os estados nas eleições para a presidência do país. Seu trabalho aponta a inexistência de alianças duradouras entre a política denominada de “café com leite”, a qual não teria controlado de forma exclusiva a política nacional. Cláudia Viscardi salienta que, nessa disputa intraoligárquica, os estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco também contribuíram para a instabilidade política da Primeira República. Para maiores informações ver: VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

<sup>74</sup> FÉLIX, Loiva Otero. 1996. op. cit. p.24.

<sup>75</sup> Idem, p. 82.

comparação aos outros estados membros da federação em sua relação com o poder local. Um exemplo que serve como contraponto para delimitar essa *nuance* é o estudo do coronelismo na Bahia. Nesse estado, a ausência de um Estado forte e centralizado forneceu as condições necessárias para a supremacia política dos coronéis.<sup>76</sup> Nessas condições, havia sempre o risco de uma insubordinação dos coronéis ao poder estadual. No Rio Grande do Sul, o aparelho do Estado, enquanto estrutura de dominação, tinha interesse em manter essa base coronelista para legitimação de seu poder e, assim, dar sustentação ao governo peerepista durante a Primeira República, além de permitir o desenvolvimento do sistema coronelista.

Outra percepção dessas especificidades é fornecida por Axt ao apontar que essa peculiaridade

[...] não estava, de forma alguma, na vigência de uma suposta ditadura científica [...], estava, sim, numa permanente e contraditória tensão estrutural existente entre o poder central estadual e poderes locais, pois a natureza dessa relação era ao mesmo tempo de cooptação e de competição, enquanto nos outros estados a regra foi a acomodação entre esses dois termos [...].<sup>77</sup>

Dessa perspectiva, podem-se encontrar em uma vasta bibliografia muitas informações relativas ao período denominado de “castilhistaborgista”, conhecido como um tempo de regime autoritário, no qual os dirigentes abarcavam em suas mãos o controle institucional, jurídico e militar dos campos social e político. Todavia, por não possuírem força suficiente para anular os poderes locais, lançaram mão de várias estratégias, como, por exemplo, a coerção pela constituição, legislação e aparato policial repressivo, a cooptação política, o sistema judiciário, entre outros, na relação tensa que se formaria entre ambos os poderes. Essas práticas acabaram por legitimar, fortalecer e sustentar o Partido Republicano Rio-grandense no poder por quase quarenta anos.

De posse dessas novas interpretações historiográficas relativas ao contexto político e social da Primeira República rio-grandense, busca-se analisar as relações entre poder local e poder estadual a partir das ações e estratégias de Getúlio Vargas e Borges de Medeiros no conturbado cenário da década de 1910. Cabe destacar que o acontecimento da renúncia do cargo de deputado estadual por Getúlio Vargas não se explica por si próprio, pois faz parte de um amplo contexto de disputas entre dois poderes que buscavam espaços de domínio político.

<sup>76</sup> Ver a esse respeito a obra de PANG, Eul-Sôo. *Coronelismo e oligarquias – 1889-1943. A Bahia na Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

<sup>77</sup> AXT, Gunter. 2001a. op.cit. p. 325.

Procurando compreender o contexto em que ocorreu a cizânia política entre Getúlio Vargas e Borges de Medeiros de 1913 a 1917, bem como a sistemática entre o poder estadual e o poder local na Primeira República no Rio Grande do Sul, revela-se essencial conhecer a trajetória política de Getúlio. Ao analisar o contexto das relações de poder vivenciado pelo personagem principal, Getúlio Dornelles Vargas, talvez se compreendam os motivos latentes de sua renúncia ao cargo de deputado da Assembleia dos Representantes em outubro de 1913.

## 1.2 O CONTEXTO POLÍTICO NO RIO GRANDE DO SUL: AS RELAÇÕES ENTRE O LOCAL E O ESTADUAL

Ao longo da Primeira República, as relações políticas entre poder local e poder estadual revelaram diferenciadas configurações, as quais seriam perpassadas por atritos, cooperação e cooptação, num constante jogo de interesses na ânsia pelo poder. Questões envolvendo rivalidades, desejo de poder, querelas políticas, ações sub-reptícias tangenciariam as ações dos envolvidos nos confrontos intrapartidários, expondo as conturbadas relações intestinas nas hostes do PRR.<sup>78</sup>

Na análise dessa relação entre poder estadual e poder local, encharcadas pelo sistema coronelista, acredita-se que as reflexões de Loiva Otero Félix fornecem subsídios para se entender o contexto político que intermediava as ações e estratégias dessa natureza. Segundo a autora, o Estado possuía força e eficiência perante os mandatários locais, os coronéis, mas não isso não era suficiente para eliminá-los. Assim, ambos os lados faziam concessões para se manterem; “partido/governo e coronéis, sobreviveram ajustando-se. Processou-se uma relação dialética e não linear no comportamento político dos dois grupos em sua partilha pelo poder”.<sup>79</sup>

Outra contribuição nesse sentido é fornecida por Gunter Axt ao destacar que

se o poder central delegava tão importante fonte de prestígio político e de cooptação aos coronéis era porque precisava muito do seu apoio, e porque o seu prestígio local seria conveniente para o regime. De qualquer forma, essa dialética

<sup>78</sup> Cabe lembrar também que o Rio Grande do Sul vivenciava um contexto interno próprio para a política regional. A “divisão de forças políticas” e a “bipolarização partidária” favoreciam a “coesão e a disciplina interpartidária”. A oposição estável que se formara desde a implantação da República também servia como fator aglutinador dos republicanos e de apologia, tanto em nível local como regional para unir o partido. Assim, o custo político de eliminar a oposição seria maior do que a necessidade de tolerá-la. TRINDADE, Hélgio. *Aspectos políticos do sistema partidário rio-grandense (1882-1937): da confrontação autoritário-liberal à implosão da aliança político - revolucionária de 30*. In: *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p.119-120.

<sup>79</sup> FÉLIX, Loiva Otero. 1996. op. cit. p.81.

revela um aparelho de Estado infraestruturalmente frágil, que precisa delegar ao poder privado uma importante fonte de prestígio e cooptação porque, em parte, dele depende politicamente [...].<sup>80</sup>

Ora, ao concordar com essa afirmação, está-se ciente de que a disciplina férrea e a incondicional fidelidade partidária, propaladas nos discursos republicanos e até mesmo por opositores, revelam-se inconsistentes. Como já frisado, os estudos historiográficos realizados nos últimos anos fazem uma releitura da disciplina partidária e das disputas internas nas fileiras republicanas, apontando que o regime borgista estaria condicionado ao jogo de interesses pessoais e privados que agitava a rede de sustentação do poder.<sup>81</sup>

Essas vicissitudes políticas eram engendradas entre os mandatários locais, nos municípios do interior do Rio Grande do Sul, e o representante do poder regional Borges de Medeiros, que necessitava consultar aqueles. Nessa permanente tensão estrutural entre poder estadual/partido/poder local, o presidente do Estado e chefe do partido do PRR reconhecia a autoridade proveniente do coronel, admitindo seu poder político em âmbito local e, às vezes, regional. Ao reconhecer esse poder dos mandatários locais, Borges de Medeiros alicerçava nos municípios as bases de sustentação do regime borgiano.

Os coronéis, por sua vez, transformados em intendentes, participavam do jogo do poder valendo-se de sua força política pessoal e do prestígio em meio a seus “currais eleitorais”, possibilitando, assim, a arregimentação de votos.<sup>82</sup> Em troca recebiam o respaldo para suas ações nos municípios, a garantia do continuísmo político, a consolidação de suas forças nas lutas interpartidárias locais, a permanência de privilégios e “carta-branca [...] em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais do lugar”.<sup>83</sup> Em face desse desempenho também eram agraciados pela “tão conhecida “vista grossa” que os governos estaduais sempre fizeram sobre a administração municipal [...]”.<sup>84</sup>

<sup>80</sup> AXT, Gunter. 2001b. op. cit. p.138.

<sup>81</sup> Idem, Capítulo I. Iluminando o objeto.

<sup>82</sup> No Rio Grande do Sul, a “[...] ideologia dominante era ligada à filosofia positivista que desdenhava o mecanismo do voto. [...] o voto era considerado pelos positivistas como instrumento de concepções metafísicas ultrapassadas. Tal menosprezo pelo sistema representativo manifestou-se na legislação eleitoral que tendia a favorecer as fraudes com a manipulação das eleições e a manutenção do sistema estabelecido. [...] Júlio de Castilhos, e mais tarde Borges de Medeiros, não suprimindo o mecanismo do voto, mas apenas seu conteúdo significativo permitiam a continuidade do papel funcional dos coronéis [...]”. FÉLIX, Loiva Otero, 1996. op. cit. p. 86-88.

<sup>83</sup> LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975, p.49.

<sup>84</sup> Idem, p.52.



Com essas estratégias no âmbito local, Borges de Medeiros pretendia reforçar seu poder, ao mesmo tempo em que garantia a integração dos coronéis no Partido Republicano Rio-grandense.<sup>85</sup>

Concomitantemente com as alianças entre o poder estadual e o poder local, a estrela maior do PRR, Borges de Medeiros, procurava intervir nos municípios.<sup>86</sup> Para tanto, utilizava-se como um dos instrumentos de intervenção das prerrogativas contidas na Carta Constitucional gaúcha promulgada em de 14 de julho de 1891. A Constituição estadual trazia no seu Título III matéria que legislava sobre a organização municipal. A mística da autonomia municipal era efetivada por meio do sistema de cartas próprias, possibilitando que cada município elaborasse sua Lei Orgânica, respeitando os princípios da Constituição estadual. Sobre essa questão, Félix esclarece:

No Rio Grande do Sul, valorizava-se o município, dando-lhe a aparência de participação, mas na prática, como o presidente do Estado, enfeixava também a função legislativa, fazendo com que a Assembleia só tivesse poder ratificador e orçamentário, o domínio sobre o município tornou-se maior, embora não chegasse a suprimir o poder local, porque precisava dele para as atividades eleitorais.<sup>87</sup>

Simultaneamente às prerrogativas constitucionais que expressavam certa autonomia aos municípios, criou-se um mecanismo jurídico que, em grande parte, anulava a pretensa autonomia municipal, deixando em aberto a possibilidade de interferência, por meio do Poder Executivo, nos municípios sempre que o sistema instituído corresse algum perigo. Essa interferência deveria somente ser utilizada “em casos de anormalidades políticas ou administrativas, porém tornou-se um mecanismo comum bastante freqüente durante o período”,<sup>88</sup> motivando, em consequência, o constrangimento da autonomia das localidades e rompimentos com os mandatários locais.<sup>89</sup>

Os adversários políticos do Partido Federalista (PF), igualmente, reconheciam as intervenções de Borges de Medeiros nos municípios, acusando essa prática de arbitrária e

---

<sup>85</sup> Borges de Medeiros, “[...] conforme os objetivos de preservação e fortalecimento do poder fazia e desfazia alianças com os cabecilhas locais, compunha com o estrelato em potencial, esgalgando-lhe vitalidade sempre que possível. Para, além disso, Borges procurava, ainda, intervir sistematicamente nas situações municipais, moldando-as, na medida do viável, às razões de estado e aos altos interesses que lhes davam sustentação, nem sempre, entretanto, levando vantagem”. AXT, Gunter, 2001b. op. cit. p. 106.

<sup>86</sup> Joseph Love aponta que ocorreram mais de duzentas intervenções nos processos eleitorais municipais para o cargo de intendente municipal entre os anos de 1896 a 1923. ; LOVE, Joseph. op cit. p. 83.

<sup>87</sup> FÉLIX, Loiva Otero. 1996. op. cit. p. 93.

<sup>88</sup> COLUSSI, Eliane. *Estado Novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1996, p. 39.

<sup>89</sup> Essas intervenções aconteciam com freqüência, principalmente no período que antecedia os pleitos municipais. A figura do intendente provisório era constantemente utilizada por Borges de Medeiros quando o resultado não era satisfatório para suas pretensões políticas em âmbito local.

absolutista, a ponto de causar confusões e disputas no seio do PRR.<sup>90</sup> Para Wenceslau Escobar<sup>91</sup>, membro atuante do Partido Federalista e opositor ferrenho do PRR e, principalmente, da Constituição de 14 de julho de 1891, na busca pela obediência cega, Borges aniquilava todos os chefes locais, sobretudo aqueles que detinham alguma influência sobre os redutos eleitorais nos municípios, ou lhe eram desobedientes. Escobar vivenciou os acontecimentos políticos do período e, portanto, salientava que, para o “cezariano” Borges de Medeiros, prestígio e força política só uma: a sua. Na concepção de Escobar, Borges pautava suas ações dominado pela preocupação de poder único, não tolerando pruridos de independência e praticando um regime ditatorial.<sup>92</sup>

Segundo Escobar, caso algum intendente ousasse se rebelar contra essa conduta autocrática, estava irremediavelmente perdido, pois era processado por crimes imaginados pela Justiça, instrumento às ordens do Executivo. Para Escobar, os municípios eram reduzidos à condição subalterna de feudos.<sup>93</sup>

Exageros partidários à parte, a narrativa de Escobar contribui para se entender a relação de poder efetivada por Borges de Medeiros. Contudo, há limitações nessas informações. O autor não percebe o jogo de interesses e a força que detinham os poderosos locais, a ponto de, como já destacado, Borges reconhecer o poder dos mandatários locais. A própria estratégia de interferência nos municípios era realizada de maneira a não romper definitivamente com os chefes locais, evitando-se, assim, o risco do enfraquecimento da organização partidária republicana nos municípios. Afinal, como bem ressalta Axt,

a intervenção palaciana importava sempre um recuo da autonomia local, mas jamais acarretava em controle absoluto por parte do poder central. Para que ocorresse, era necessário um misto de imposição do governo estadual e aceitação por parte das facções. [...]. As intervenções prolongadas, se num primeiro momento robusteciam o poder palaciano e equacionavam o clima de disputa local, enfraqueciam a organização partidária, refletindo sobre o desempenho da legião republicana nos pleitos estaduais e federais [...].<sup>94</sup>

<sup>90</sup> O jornal federalista *O Maragato*, de Santana do Livramento, estampava quase que em todas as suas edições notícias referentes às intervenções de Borges de Medeiros nos municípios.

<sup>91</sup> Wenceslau Pereira Escobar (São Borja, 8/12/1857– Rio de Janeiro, 14/4/1938) era formado em Direito (São Paulo, 1880) e versado em direito constitucional. Atuou como advogado, promotor público e juiz municipal. Como político, foi deputado provincial (1881), integrou o Partido Federalista e foi deputado federal (1906-1908). Era também jornalista e dirigiu a revista *A Lei* (Porto Alegre, 1892). Escreveu diversas obras de cunho combativo à política castilhistaborgista.

<sup>92</sup> ESCOBAR, Wenceslau. *30 anos de ditadura rio-grandense*. Rio de Janeiro: Estabel. Graphica Canton & Beyer, 1922, p. 109-115.

<sup>93</sup> Idem, p. 125.

<sup>94</sup> AXT, Gunter. 2007. op. cit. p. 114-115.

Essas ações praticadas por Borges de Medeiros visavam fortalecer seu poder político em detrimento dos poderosos locais, mormente daqueles que poderiam representar algum perigo a sua permanência no poder. Sua política de aliança ou rompimento com mandatários locais visava à preservação e ao fortalecimento do seu poder. Compunha com os poderosos locais em potencial, mas retirando sua força política sempre que possível.

Os “ventos das boas graças” da política borgiana eram constantemente “soprados” entre facções internas do Partido Republicano Rio-grandense, conforme os interesses pessoais do chefe do partido e a força eleitoral das greis em disputa. Chega-se, então, à conclusão de que Borges de Medeiros tomava o cuidado de não delegar poderes em excesso a um partidário local. Nas impetuosas “tempestades” que expunham as tensões entre poder local/poder estadual, o chefe republicano, provavelmente, pensasse que nas hostes do PRR cada partidário deveria ocupar seu devido lugar. Assim, o crescente poderio político que detinha Manoel Nascimento Vargas no município de São Borja não podia ser admitido por Borges de Medeiros, que observava nesse domínio local varguista um perigoso obstáculo a seus planos políticos de fortalecimento do aparato estadual.

Havia, portanto, uma constante dialética entre o poder local e o poder estadual. Nessa “guerra por posições” o poder local era forte, mas também o eram o Estado/partido. Constituíam-se em dois poderes intensos, que não podiam se anular. A solução para essa disputa de forças perpassava por diversos mecanismos, abrangendo acordos constantes entre ambas as partes, ou mesmo pela coerção aliada aos recursos ideológicos da cooptação, bem como pelos mecanismos político-institucionais, consubstanciados por intermédio de

[...] subchefia de polícia, órgãos policiais municipais, interferência na justiça. Legislação eleitoral deixando brechas no sistema para o falseamento sistema e uso da Brigada Militar para intimidar, reprimir e dar cobertura ao sistema, de modo a resguardar a dominação do aparelho ideológico do Estado positivista sobre a política municipal.<sup>95</sup>

Salienta-se que, para este estudo, busca-se analisar essas relações político-institucionais num delimitado espaço geográfico do Rio Grande do Sul, o município de São Borja, região de fronteira com a Argentina. Tal escolha se justifica porque essa cidade seria palco das ações e estratégias de Getúlio Dornelles Vargas e sua família em relação às lideranças políticas estaduais nos conturbados anos de 1913 a 1917.

---

<sup>95</sup> FÉLIX, Loiva Otero. 1996. op. cit. p. 148.

### 1.3 ASCENSÃO DOS VARGAS: MANOEL NASCIMENTO VARGAS

A escalada política engendrada entre fins do século XIX e princípios do século XX pela família Vargas favoreceu o domínio progressivo do poder local varguista na cidade de São Borja. Para melhor compreensão dos acontecimentos e dos mecanismos utilizados pelos Vargas nessa empreitada, acredita-se que a análise da ascensão política, da trajetória pessoal e inserção na vida político-partidária de elementos da família Vargas, principalmente de Manoel e Getúlio, fornecem pistas para se responder a essa questão.

Ao se fazer referência ao clã<sup>96</sup> dos Vargas na cidade de São Borja, não se pode deixar de conhecer o patriarca da família, Manoel Nascimento Vargas. Este, “ao estalar a guerra com o Paraguai, sentou praça, voluntariamente, no 28º corpo provisório de cavalaria, organizado em São Borja”.<sup>97</sup> Ao fim dessa pugna, já possuía a patente de tenente-coronel; solicitando baixa do Exército, fixou residência em São Borja. Na cidade conheceu Cândida Dornelles, sua futura esposa, com a qual constitui família, gerando uma prole de cinco filhos: Viriato Dornelles Vargas, Protásio Dornelles Vargas, Getúlio Dornelles Vargas, Espártaco Dornelles Vargas e Benjamim Dornelles Vargas.

Segundo consta, era um republicano já nos tempos do Império, pregando a proclamação da república e a abolição da escravatura.<sup>98</sup> Recebeu a patente de general ao final do conflito entre republicanos e federalistas, conhecido como a Guerra Federalista em 1893.<sup>99</sup> Para Fernando Jorge, “Manoel , depois dos entreveros da guerra do Paraguai, com os soldos economizados comprou gado, alugou terras e adquiriu a sua primeira fazenda. Já se dedicava, na época da Revolução Federalista, ao comércio da erva-mate, o produto clássico da região missioneira”.<sup>100</sup>

Manoel Nascimento Vargas participaria da organização do Clube Republicano local<sup>101</sup>, envolvendo-se diretamente com a política municipal são-borjense e configurando,

<sup>96</sup> Muitos outros autores, ao fazerem referência à família de Manoel Nascimento Vargas, denominam de “os Vargas”, caso de ARAÚJO, Rubens Vidal, ou mesmo a alcunha de “dinastia Vargarof”, denominação elaborada pela facção republicana adversária em São Borja.

<sup>97</sup> FREITAS, Osório Tuyuty de Oliveira. *A invasão de São Borja*. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1935, p. 112.

<sup>98</sup> A esse respeito ver: FRISCHAUER, Paul. 1943. op.cit. ARAÚJO, Rubens Vidal. *Os Vargas*. Porto Alegre: Globo, 1985.

<sup>99</sup> “A guerra [Federalista] deu origem a heróis militares que ganharam reputação e seguidores próprios. A Divisão do Norte sozinha produziu em punhado deles [...]. Um terceiro veterano de distinção foi Manoel Nascimento Vargas, comandante de uma força expedicionária da Divisão do Norte, foi sua coluna avançada que matou Gumercindo Saraiva”. Love. 1975. op. cit. p.78.

<sup>100</sup> JORGE, Fernando. 1985. op.cit. p. 421, V. I.

<sup>101</sup> “Em 7 de abril de 1881,[...] Miranda, o servente de enfermeiro José Salvate, o aspirante Augusto Pedro de Alcântara Filho e outros companheiros fundam o Clube Republicano de Passo em São Borja – o 7 de Abril. [...]

assim, sua ascensão e, conseqüentemente, a de sua família. Sua atuação nas primeiras duas décadas da República seria, pois, crucial para a construção de redes de solidariedade e de domínio do clã dos Vargas. Tais redes de solidariedade e de influência sociopolíticas seriam aproveitadas por Getúlio Vargas em âmbito local e regional.

Segundo Luiz Alberto Grijó, Manoel Nascimento Vargas realizou atividades fora do mundo da estância, o que lhe permitiu a constituição de uma clientela que alcançava o âmbito municipal-regional e mesmo estadual. Atividades que envolviam o escritório de negócios comerciais em São Borja, além de contar com títulos, posições e históricos de atuações militares, forneceram-lhe o substrato para consolidar seu poder, exercendo quase uma suserania no município de São Borja e em regiões subjacentes. Para Grijó, o que possibilitaria a ascensão ao poder local dos Vargas estava pautado na

[...] capacidade de relação com os demais membros do mesmo [partido político], a partir da notoriedade adquirida em ações militares e do acúmulo de um capital de relações sociais composto pela sua capacidade de formar e controlar teias clientelistas mais amplas, inclusive transformando em seus clientes patrões menores, por suas relações de amizade com outras estrelas de primeira grandeza e também por contar com parentelas extensas.<sup>102</sup>

Ora, podem-se depreender da afirmação do autor relações pautadas na capacidade de mando e da agregação de familiares e demais camadas da população local, as quais abrangiam, além de uma parcela de miseráveis, um número considerado de personagens influentes na sociedade local, estadual e, até mesmo, em nível nacional.<sup>103</sup> Todos esses elementos sociais, econômicos, militares e políticos amalgamados na figura de Manoel Nascimento Vargas autorizam a se reconhecer nele a tipificação de “coronel”.

---

A longa trajetória do móvel Clube passaria por cinco fases balizadas pela própria história Republicana: 1) da fundação à proclamação da República, sob as presidências Miranda, Álvaro Baptista e, novamente Miranda; 2) da proclamação até janeiro de 1890, vésperas da “agitação política”, sob a direção da Comissão Diretiva; 3) da “agitação” até fins da Revolução Federalista, sem direção; 4) de dezembro de 1894 a junho de 1896, sob as presidências Vargas e Lima; 5) até 1906, quando se acentuaram as divergências internas”. Informações extraídas da obra de O'DONNELL, Fernando O. M. *Francisco Miranda: vivendo a República*. Porto Alegre: Metrópole, 1987, p. 27-31.

<sup>102</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. 1998. op.cit. p.45.

<sup>103</sup> Em nível nacional, Manoel Nascimento Vargas contaria com a amizade de José Gomes Pinheiro Machado, futuro senador e articulador da política gaúcha. Travaram laços de amizade durante a Guerra do Paraguai. Para Fernando Jorge, “não era apenas o fato de serem republicanos que os unia. Ambos se haviam destacados na guerra do Paraguai [...]. Era natural [...] a afinidade entre Manoel e Pinheiro. Os dois pertenciam à grei de Júlio de Castilhos, possuíam recordações comuns, gostavam de palestrar sobre as tricas e futricas da política, esforçavam-se na tarefa de avigorar o organismo ainda frágil e quase indefeso da República dos seus sonhos”. JORGE Fernando. 1985. op. cit. p. 361-362. v. I.

A tipificação de um coronel, segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz, era outorgada “espontaneamente pela população (com a implantação da República), àqueles que pareciam deter entre suas mãos, grandes ou razoáveis parcelas de poder econômico e político”.<sup>104</sup> Para Félix, a aceitação da figura do coronel estava assentada sobre os seguintes traços gerais: reconhecimento de sua autoridade, aceitação do seu poder, sentido carismático de liderança, predomínio do papel político e caráter permanente de sua ação. Transformados em intendentess, os coronéis participavam do jogo do poder por meio da sua força política local e seu prestígio.<sup>105</sup> Assim, os atributos que caracterizavam o personagem Manoel Nascimento Vargas permitem reconhecê-lo como um legítimo coronel.

A partir da formação e do fortalecimento do seu poder em nível local e, até mesmo, regional, constituiria importante clientela política e teria sob seu domínio grande parcela de eleitores são-borjenses, reforçando seu poder político pela prática de coerção e cooptação de Borges de Medeiros. Sua força sociopolítica em âmbito local e regional foi reconhecida em 1907 pelo chefe do PRR e não podia ser desprezada. O que Borges não podia supor é que, a partir de então, o poder político do general Vargas se intensificaria a ponto de se transformar, mais à frente, em um perigo para sua estratégia de fortalecimento do Estado em detrimento da influência local dos coronéis. A força pessoal e política de Manoel Nascimento Vargas é destacada por Frischauer. Em suas palavras:

[...] o velho Vargas era amigo íntimo de Pinheiro Machado e, além disso, a influência do general, em toda a região da fronteira, era mais forte do que a de qualquer outro republicano – demasiado forte, em todo caso, para o gosto do Dr. Borges de Medeiros! Havia, por exemplo, a amizade do general com o prefeito da vizinha cidade de Itaqui, o coronel Euclides Aranha, amizade que remontava à mocidade dos dois homens e era continuada pelos filhos de ambos. Os republicanos da fronteira sabiam os serviços que o velho Vargas, seus filhos e seus mais íntimos amigos tinham prestado ao Partido. O general [...] tornara-se demasiado poderoso e popular, na opinião do Dr. Borges de Medeiros.<sup>106</sup>

Cabe enfatizar que o poder sociopolítico de Manoel Nascimento Vargas e de sua família era produto de várias frentes de ação, as quais perpassavam pelo poder econômico, pela opressão, pela violência ou mesmo pela crueldade, como também por benefícios e favores concedidos, prática, aliás, costumeiramente exercida nos diversos municípios do Rio Grande do Sul pelos mandatários locais ao longo da Primeira República.

<sup>104</sup> QUEIROZ, M. I Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 164.

<sup>105</sup> FÉLIX, Loiva Otero. 1996. op. cit. p. 52-94.

<sup>106</sup> FRISCHAUER, Paul. 1943. op.cit. p. 150.

Nesse ponto deixa-se a tarefa de narrador a Gunter Axt, o qual expõe que “a ascensão política dos Vargas está relacionada à crise de hegemonia que sacudiu o Partido Republicano Rio-grandense (PRR) após a morte de Júlio de Castilhos, em 1903”.<sup>107</sup> Diante desse acontecimento funesto, Borges de Medeiros almejava unificar em sua pessoa a administração do governo e o comando do partido, porém seus desejos foram rechaçados “por outras lideranças” republicanas, pois Fernando Abbott<sup>108</sup>, Cassiano do Nascimento e Pinheiro Machado entravam no prélio político. O único que se lançou ao confronto foi Fernando Abbott, pois os outros dois entraram em consenso e desistiram do intento de comandar a presidência do Estado do Rio Grande do Sul. Desse impasse brotou um clima de cisão que culminou com a tensa campanha eleitoral para a presidência estadual em 1907.

Essa pugna política teve características interessantes, visto que a disputa eleitoral se dava entre facções internas do PRR na luta pelo poder. Na verdade, ambas as facções lutavam pelo espólio político de Júlio de Castilhos. Para Fernando O'Donnell, a escolha de Carlos Barbosa

[...] não consultava os interesses de muitos republicanos [...], que essavam com Borges de Medeiros havia muito “atravessado na garganta”. Houve por todo Estado um movimento de rebeldia política. [...] já articulada, a oposição fundava um movimento “popular e democrático”. E Fernando Abbott pôs a bandeira de seu nome a serviço da causa. [...] para fortalecê-lo era preciso que em cada município houvesse o sustentáculo de um bom disputante à Intendência. Apparício Mariense aceitou o sacrifício em São Borja.<sup>109</sup>

Essa disputa pelo poder estadual traria algumas consequências para Manoel Nascimento Vargas. Nessa cizânia política entre Borges de Medeiros e Fernando Abbott, Manoel Vargas depositaria seu apoio e seu prestígio político no candidato Carlos Barbosa, enfrentando em nível local o então chefe político republicano são-borjense, Apparício Mariense<sup>110</sup>, que havia se posicionado a favor do segundo. Como recompensa por sua

<sup>107</sup> Axt faz uma interessante periodização das fases da política regional praticada pelo Partido Republicano Rio-grandense: 1889-95 institucionalização republicana; 1895-1903 hegemonia castilhista; 1903-1907 crise da hegemonia; 1908-13 construção da hegemonia borgiana; 1913-20 hegemonia borgiana; 1921-23 contestações e crise de hegemonia e, finalmente, 1923-30, recomposição da aliança hegemônica. AXT, Gunter. 2007. op.cit. p. 97-104.

<sup>108</sup> Fernando Abbott, republicano histórico, com grandes serviços prestados ao PRR. Fora ele, por exemplo, na condição de vice-presidente do Estado em exercício, que, em junho de 1891, apresentou à Assembleia Constituinte o projeto de Constituição política do Rio Grande do Sul, elaborada por Júlio de Castilhos, juntamente com a exposição de motivos.

<sup>109</sup> O'DONNELL, Fernando O. M. 1987. op.cit. p. 119.

<sup>110</sup> Apparício Mariense, nascido em São Borja, logo cedo se voltou para a política. “Como vereador da Câmara Municipal, apresentou, em 1887, a famosa moção contra o 3º reinado [...]. Membro da Constituinte que votou a carta de 14 de Julho. Deputado ao Congresso Federal, onde por vezes fez parte da comissão de Diplomacia e Tratados”. Faleceu em 04 de maio de 1910. SPALDING, Walter. *Propaganda e propagandistas republicanos no Rio Grande do Sul*. [S. l]: [S.n.], 1927. Apparício Mariense renuncia à Intendência pelo Ato número 13 de 21.10.1907, alegando problemas de saúde. Ver: O'DONNELL, Fernando O. M. 1987. op.cit. p. 125.

fidelidade partidária, o general Vargas receberia como prêmio a Intendência e a chefia do partido em 1907.

Outra contribuição é fornecida por O'Donnell, o qual ressalta os mecanismos e subterfúgios de que a família Vargas lançou mão para sair vitoriosa na disputa eleitoral de 1907. O autor destaca:

[...] com acentuado “espírito de clã”, aquele general [Vargas], alinhou consigo a prole formidável: Protásio, engenheiro de trato lano; Getúlio, quartanista de Direito e brilhante missivista de “O Debate”; Benjamim, leal e explosivo herdeiro do espírito caudilhesco; Espártaco, o jovem “Pataco”, cuja alcunha diz tudo; e Viriato, dínamo que pelos seus virava tigre. Com a ajuda da força pública, “aparatoso e ameaçadora”, e da autoridade, ativa na cabala, nas perseguições, na compra de votos e na sonegação de títulos, levou a cabo uma campanha terrível contra o ex-amigo, compadre e cunhado, colhendo a vitória nas urnas, como, de resto, aconteceu em todo Estado.<sup>111</sup>

Para O'Donnell, Manoel Nascimento Vargas, agora intendente de São Borja, seria um homem “declaradamente avesso ao convívio liberal com os adversários e eleito a contragosto, ascendia outra concepção a enfeixar o mando partidário absoluto, cujas seqüelas dramáticas submeteriam o rincão fronteiriço a verdadeira tontina política”.<sup>112</sup>

Cabe ressaltar que, em “muitos municípios do Estado, Borges de Medeiros precisou enfrentar o seu próprio partido em aliança com estrados da aguerrida oposição”. Destaca-se ainda que, “entre 1903 e 1908, inúmeros comandos locais foram substituídos por facções do PRR leais à rede de compromissos borgiana”.<sup>113</sup> Foi, portanto, em meio a esse contexto que Manoel Nascimento Vargas assumiu a direção política e administrativa do município de São Borja, visto que, como bem enfatizam Colussi e Diehl:

O quadro político em São Borja parecia empurrar os Vargas para uma participação mais direta. Assim é que eles estavam sempre envolvidos nas tramas políticas, nas articulações e artimanhas que revelavam a sede e o desejo pelo poder local. A política oferecia atrativos que iam bem além da vocação pelo bem público: prestígio, influência, cargos públicos, com suas conseqüentes remunerações. Chegar ao poder local em São Borja era, para os republicanos Vargas, ascender ao PRR e à Intendência Municipal.<sup>114</sup>

Apesar das contribuições historiográficas fornecidas por Colussi e Diehl e por Fernando O'Donnell, encontram-se em algumas biografias sobre os Vargas elementos

<sup>111</sup> O'DONNELL, Fernando O. M. 1987. op.cit. p. 120.

<sup>112</sup> Idem, p.115.

<sup>113</sup> AXT, Gunter. 2005. op.cit. p, 41.

<sup>114</sup> COLUSSI e DIEHL. 2008. op. cit. p. 65.



laudatórios sobre esse período em relação às ações engendradas por Manoel Nascimento Vargas. É o caso, por exemplo, dos apontamentos de Fernando Jorge, que, utilizando as declarações de Vargas Neto, afirma:

Embora continuasse intransigente no seu ponto de vista, Manoel não conseguiu esquivar-se da tarefa de dirigir o município de São Borja. Duas vezes governou a terra natal de Getúlio. Como intendente, ou melhor, prefeito, realizou uma brilhante administração. [...] Prova do seu equilíbrio, do amor à ponderação, à equidade, reside numa de suas normas de conduta. Sempre que recebia uma queixa de um amigo contra um adversário, nunca deixava de chamar esse antagonista, a fim de ouvir-lhe as razões. A casa de Manoel, por esse motivo, vivia repleta de adversários políticos.<sup>115</sup>

O autor chega mesmo a destacar esse “exemplo de cordura, de transigência, de plasticidade”<sup>116</sup> efetivado por Manoel Nascimento Vargas na Intendência de São Borja como uma influência nas suas ações perante seus inimigos políticos. Ora, ao fazer essas afirmações, Fernando Jorge acaba por deixar em aberto uma faceta da história dos Vargas, a qual envolve disputa pelo poder, perseguições e violências, que favorecem o “silenciamento político” acerca da trajetória de Getúlio Vargas.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que o poder local dos Vargas foi alicerçado em mecanismos de solidariedade, disputas, desejo de mando político, sentimentos de vingança por vezes escondidos ou obscurecidos no jogo partidário.

### 1.3.1 Ascensão de Vargas: Getúlio deputado

Getúlio Vargas nasceu em São Borja em 1882 e nessa cidade fez seus primeiros estudos. No ano de 1896, seguiu para Ouro Preto, em Minas Gerais, onde seus irmãos mais velhos, Viriato e Protásio, já estavam matriculados na Escola de Engenharia de Ouro Preto. Contudo, sua permanência nessa cidade seria breve, pois, envolvidos em um assassinato \_ o crime de Ouro Preto \_ os Vargas foram forçados a retornar para São Borja. Getúlio e Protásio retornaram em companhia de seu pai, ao passo que Viriato, acusado de ser o autor da morte de um estudante paulista, saiu oculto da cidade. Decidido a seguir carreira militar, Getúlio Vargas alistou-se no 6º Batalhão de Infantaria, sediado em São Borja, e logo em seguida, no

<sup>115</sup> JORGE, Fernando. 1985. op.cit. p. 422. v.I

<sup>116</sup> Idem, p. 423. v.I.

ano de 1900, ingressou na Escola Preparatória e de Tática de Rio Pardo, onde permaneceu por dois. Contudo, por apoiar alguns colegas cadetes que desacataram ordens superiores, Getúlio foi desligado, “nos termos do artigo 128 do regulamento, pelo motivo de haver assegurado que tomara parte no “desacato” ao capitão Marcos Antonio Teles Ferreira”.<sup>117</sup>

Logo após esse acontecimento, Getúlio seguiu para Porto Alegre, apresentando-se no 25º Batalhão de Infantaria. Nesse período acontecia a questão do Acre e o jovem soldado foi enviado para o Mato Grosso, onde ficou aquartelado. A disputa pelo território do Acre entre a Bolívia e o Brasil tomava rumos incertos, porém essa contenda seria resolvida não por meio de batalhas, mas, sim, da diplomacia. Assim, o Tratado de Petrópolis concluiu o episódio, e Getúlio, retornando de Corumbá, encerrou sua carreira militar e iniciou o curso de direito.

Mesmo ocupado com o estudo das disciplinas de Direito Civil, o Direito Público e Constitucional, o Direito Internacional Público e Privado, Getúlio Dornelles Vargas logo se envolveria com problemas políticos que extrapolavam a vida pacata do estudante de direito. A desavença entre próceres republicanos na disputa eleitoral entre Carlos Barbosa e Fernando Abott proporcionaria novas possibilidades a Getúlio Vargas de adentrar na vida político-partidária republicana. A formação do Bloco Acadêmico Castilhistas no ano de 1907, constituída pelos jovens Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura, Lindolfo Collor, Firmino Paim Filho, Flores da Cunha, Maurício Cardoso e Oswaldo Aranha,<sup>118</sup> constituir-se-ia em trampolim para suas ambições políticas.

Nas ruas de Porto Alegre talvez Getúlio Vargas se assombrasse com os rumos que a crise política tomava na sociedade rio-grandense. Provavelmente, ao observar os acontecimentos percebesse o momento de fragilidade e oscilação do projeto castilhistas, pois o quadro político era cada vez mais conturbado. O PRR, então, foi obrigado a criar novas possibilidades e alternativas de controle e manutenção do poder. Nesse contexto, Borges de Medeiros conclamou uma empreitada em busca de novos partidários, “[...] campanha tem seu foco principal nas faculdades de Porto Alegre, surgidas na virada do século que agrupam a elite política e econômica gaúcha”.<sup>119</sup>

---

<sup>117</sup>JORGE, Fernando. 1994, op. cit. p. 20. v. II.

<sup>118</sup>[...] “Começaram sua vida política em 1907, participando do Bloco Acadêmico Castilhistas, durante a campanha governamental de Carlos Barbosa Gonçalves; escolhi esse nome, Geração 1907 para designar todo o grupo. Seis integrantes da Geração 1907 eram filhos, ou parentes próximos de coronéis, e cinco provinham de famílias de estancieiros.” LOVE, Joseph, 1975. op. cit. p. 234.

<sup>119</sup>BALBINOT, Jonas. 2008. op.cit. p. 32.

Nesse ínterim, os jovens acadêmicos<sup>120</sup> aglutinados no Bloco Acadêmico Castilhista engajaram-se nas hostes republicanas atuando em diversas frentes: fundaram o jornal *O Debate*<sup>121</sup> e percorreram o interior do estado do Rio Grande do Sul, onde mantiveram contatos com lideranças locais peerepistas, aumentando suas redes sociais. Um desses exemplos de peregrinação interiorana é fornecido por Fernando Jorge:

A fim de respaldar o Partido Republicano, o Bloco Acadêmico Castilhista organizava cinco turmas de propaganda eleitoral. Getúlio integra a última: embarca no dia 15 de novembro para Taquara, a antiga Santa Cristina do Pinhal, cidade situada na confluência do Santa Maria com o rio dos Sinos, a oitenta quilômetros de Porto Alegre por estrada de ferro.<sup>122</sup>

Outro mecanismo utilizado pelo Bloco Acadêmico Castilhista foi o vigor dos seus discursos. O “tom” dos discursos propalados em defesa do regime castilhista republicano seria balizado por uma vertente de cunho pretensamente científico, lançando mão de doutrinas científicas, especialmente do positivismo, para justificar suas diretrizes administrativas.<sup>123</sup> Tal debate forneceria o substrato intelectual indispensável para seus integrantes se apresentarem como defensores do partido.<sup>124</sup> Essa campanha eleitoral possibilitaria que os membros do Bloco Acadêmico Castilhista ganhassem “experiência política, além da confiança da cúpula dirigente do Partido Republicano Rio-grandense [...]”.<sup>125</sup> Com suas ações, combatiam a oposição e a propaganda oposicionista, revitalizando o partido, o que era uma grande preocupação do momento, pois nesse período a popularidade do PRR não era mais a mesma.<sup>126</sup>

O ano de 1907 revelaria uma nova geração de republicanos, os quais desempenhariam importantes papéis na arena política rio-grandense e brasileira. Para Grijó, o sucesso dessa geração deu-se pela utilização de “recursos, como a origem social, transformando esses

<sup>120</sup> Para João Neves da Fontoura, “os acadêmicos dominavam realmente Porto Alegre. Constituíam uma força à parte, influíam na sociedade, na literatura, nos jornais, nos teatros, nos cafés, nas ruas. Em breve iriam invadir a área dos partidos políticos e iniciar, por um grupo de alta categoria, a marcha de uma tremenda reforma das instituições [...]”. FONTOURA, João Neves da. 1958. op.cit. p. 39.

<sup>121</sup> Conforme Bertol, o jornal *O Debate* constituía-se em um espaço de amadurecimento das concepções políticas dos jovens participantes do Bloco Acadêmico Castilhista. BERTOL, Silvana. “*Quem faz caso de estudantes?*” um estudo da participação política do Bloco Acadêmico Castilhista. Porto Alegre: Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 1993.p. 18.

<sup>122</sup> JORGE, Fernando. 1994. op.cit. p. 139.v.II.

<sup>123</sup> Para Fernando Jorge os discursos efetivados pela “eloqüência de Getúlio, mais dirigida aos cérebros do que aos corações, fruto não só do seu temperamento como também da sua formação filosófica, aumentou-lhe o prestígio, a força ainda modesta de político amador.” JORGE, Fernando. 1994. op.cit. p. 139-140. v.II.

<sup>124</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. 1998. op.cit. p. 28-60.

<sup>125</sup> ABREU, Luciano Aronne de. 1996. op.cit. p. 29.

<sup>126</sup> BERTOL, Silvana. 1993. op. cit. 82-83.

recursos herdados em recursos culturais e escolares”, que, somados ao “exercício de posições de mediação entre várias esferas desde os planos municipais-regionais, passando aos planos estadual e federal”, permitiriam a esses “agentes” atingir posições importantes de mando dentro do jogo político-partidário.<sup>127</sup> Aconteceu, por conseguinte, o reconhecimento do trabalho do Bloco Acadêmico Castilhistas, o que possibilitaria ao Partido Republicano Rio-grandense uma via de cristalização do poder.<sup>128</sup>

Com a vitória da facção comandada por Borges de Medeiros, Carlos Barbosa assumiu a presidência do Rio Grande do Sul. Borges de Medeiros recuara das suas pretensões de enfeixar em suas mãos a chefia unipessoal. Contudo, durante os quatro anos em que permaneceu no comando do Partido Republicano Rio-grandense continuou a engendrar ações e estratégias para atingir seu intuito, formando no interior do Rio Grande do Sul uma rede de compromissos ao substituir muitos chefes republicanos por outros leais à sua política e que, consequentemente, o sustentariam no poder.<sup>129</sup>

Essa geração de jovens acadêmicos representaria o continuísmo republicano no poder, renovando o quadro partidário e alinhando-se em perfeita sintonia com o ideário e concepções da ala dos republicanos históricos num primeiro momento. Entretanto, com o passar do tempo essa relação de sintonia seria posta em xeque, favorecendo novas conjunturas políticas e sociais para os integrantes do Bloco Acadêmico Castilhistas.<sup>130</sup> Assim, Getúlio Vargas, a partir de suas ações no ano de 1907 na campanha eleitoral de Carlos Barbosa, conquistaria seu espaço no seio do Partido Republicano Rio-grandense e iniciaria seu processo pessoal de aprendizagem política.

Terminada essa cizânia política com a vitória no pleito eleitoral da maioria republicana, era, assim, legitimado o governo e fortalecida, novamente, a mística da fidelidade partidária à orientação borgista. Os jovens acadêmicos deram prosseguimento às suas vidas. Getúlio Vargas, nessa época, cursava o último ano da Faculdade de Direito.<sup>131</sup>

Ao longo dos anos de estudos acadêmicos, Getúlio havia adquirido certa familiaridade com a vida pública. A saudação a Júlio de Castilhos, em nome da juventude acadêmica, logo

<sup>127</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. 1998. op.cit. p.230.

<sup>128</sup> ABREU, Luciano Aronne de. op. cit. p. 30.

<sup>129</sup> A maioria da historiografia gaúcha aponta que, durante esses quatro anos de governo Carlos Barbosa, quem comandava a administração do estado era Borges de Medeiros. Em afirmação oposta está o historiador Gunter Axt, o qual ressalta que “Carlos Barbosa Gonçalves procurou rechaçar a condição de simples títere, imprimindo um caráter pessoal em certos aspectos da sua administração estadual”. AXT, Gunter, 2001b. op cit. p. 105.

<sup>130</sup> Sobre essa nova conjuntura política e social ver, entre outras, a obra de ABREU, Luciano Aronne de. 1996. op.cit.

<sup>131</sup> A Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, fundada em 1900, foi a primeira faculdade de direito do Estado do Rio Grande do Sul. É uma das mais antigas unidades da UFRGS.

após a morte do líder republicano em 1903, e a visita de Afonso Pena, então presidente da República em 1906, constituir-se-iam em oportunidades para demonstrar seus recursos oratórios.<sup>132</sup> Ao terminar seus estudos acadêmicos, seria escolhido pelos colegas de faculdade para ser o orador da turma na colação de grau da Faculdade de Direito. Com o título de Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais, Getúlio Vargas estava habilitado para exercer a profissão da advocacia, visto que, na época, “[...] o diploma de bacharel em Direito abria todas as portas, sobretudo quando o valorizavam predicados de capacidade em seu portador [...]”.<sup>133</sup>

No ano de 1908, seria convidado a exercer o cargo de segundo promotor público do Tribunal de Porto Alegre.<sup>134</sup> Dessa feita, permaneceu na capital gaúcha, indo esporadicamente visitar seus familiares em São Borja. Ora, por essa época Getúlio Vargas já estaria ciente da pretensão da escolha de seu nome para preencher a chapa republicana para a Assembleia dos Representantes estaduais. Faltando quase um ano para essa disputa eleitoral, as tratativas quanto à lista republicana já estavam sendo formadas, nela já constando o nome do jovem Getúlio Vargas.

Paul Frischauer, ao abordar a escolha do nome de Getúlio Vargas para a eleição de 1909, destaca que essa determinação iniciara em um encontro organizado pelo coronel Isidoro Neves da Fontoura para comemorar sua eleição ao cargo da Intendência de Cachoeira no ano de 1908. Em sua casa reuniram-se os jovens que outrora haviam organizado o jornal *O Debate*. Na mesma festa encontrava-se Borges de Medeiros, que, segundo Frischauer, ficara a estudar qual jovem “seria capaz de desempenhar um papel de relevo, na vida partidária do Rio Grande do Sul; qual entre eles podia ser indicado para deputado a Assembleia ou funcionário administrativo”.<sup>135</sup> Sua escolha recaiu sobre o “jovem Vargas”, porque havia lhe causado uma “impressão tão favorável, que se regozijara, consigo mesmo, de tê-lo na lista de candidatos a serem apresentados às próximas eleições para a Assembleia”.<sup>136</sup>

---

<sup>132</sup> Os responsáveis pelos discursos caracterizavam-se como oradores consagrados, ou jovens lideranças em ascensão. Segundo Fontoura, Getúlio Vargas “nunca foi um estudante destacado nas matérias do curso. Creio mesmo que nunca o pretendeu. O que lhe dava relevo, entre os condiscípulos, era a sua maneira de ser com o esmalte de uma certa autoridade natural, o ar acolhedor, o humor invariável, a boa palestra, a cultura das letras, o equilíbrio precocemente revelado. E já se distinguia como dos oradores mais apreciados, nas poucas vezes em que consentia em fazer discursos”. FONTOURA, J.N. da. 1958. op.cit. p.44.

<sup>133</sup> Idem, p. 139.

<sup>134</sup> Acerca do período que Getúlio Vargas ocupou o cargo de promotor público, ver os textos de BISCHOFF, Álvaro; SOUTO, Cíntia Vieira. *Getúlio Vargas: promotor público*. Disponível em: [www.tj.rs.gov.br/areas/memorial/anexos\\_noticias/gvargas\\_promotor.pdf](http://www.tj.rs.gov.br/areas/memorial/anexos_noticias/gvargas_promotor.pdf). Acesso em: 28 set. 2009; texto de reflexões.

<sup>135</sup> FRISCHAUER, Paul. 1943, op.cit. p. 130.

<sup>136</sup> FRISCHAUER, Paul, loc.cit.

As previsões, de fato, acabaram se confirmando. Em 1909 Getúlio Vargas assumiria o cargo de deputado estadual da Assembleia dos Representantes. Quanto a sua atuação como deputado nessa legislatura, Trindade relata que,

[...] eleito para um mandato de quatro anos, principalmente numa Assembleia sem o desafio da oposição discordante, Vargas terá um desempenho modesto, enquadrado dentro dos limites da competência restrita dessa, onde se alongam as discussões sobre o orçamento e os elogios à administração republicana que mantém as finanças em perfeito equilíbrio. [...] A primeira fase de participação de Vargas na Assembleia dos Representantes, que vai de 1909 a 1913, é marcada por manifestações esporádicas e se prende, geralmente, a questões relativas a princípios partidários. Apresenta sua opinião sobre a importância de Júlio de Castilhos e de seu herdeiro legítimo Borges de Medeiros. [...].<sup>137</sup>

Como a historiografia já destacou, a escolha dos nomes para compor a lista de candidatos era controlada por Borges de Medeiros.<sup>138</sup> Um dos critérios dessa seleção pautava-se nos “serviços prestados à causa republicana”. Nesse quesito Getúlio Vargas já havia se credenciado e fornecido provas suficientes pela sua participação no Bloco Acadêmico Castilhistas e como promotor público da cidade de Porto Alegre.

Ser eleito deputado estadual importava estabelecer na capital gaúcha um espaço simbólico de poder dos Vargas. Concomitantemente à posição assumida de liderança unipessoal no município de São Borja de Manoel Nascimento Vargas, a vitória de Getúlio Vargas em nível estadual fortalecia o poder local de mando da facção varguista. O cargo de deputado favorecia a obtenção de maior reconhecimento político e social, bem como facilitava o exercício das relações clientelistas em graus variados, dependendo do cargo.

Nos meses em que permanecia atuando como deputado estadual na capital gaúcha, Getúlio aproximava-se cada vez mais do poder palaciano e aumentava seu círculo de relações políticas, pelo convívio com os deputados eleitos por outros municípios. Essas relações sociais se constituiriam de grande valia para os planos políticos de fortalecimento do clã dos Vargas em São Borja. Se a Assembleia dos Representantes possuía apenas o papel de revisão orçamentária e de matéria tributária, a convivência no âmago do poder possibilitava concretizar e favorecer os interesses sociais, políticos e econômicos do círculo de republicanos que Getúlio representava. Desse modo, ao longo dos anos de sua primeira

---

<sup>137</sup> TRINDADE, Héliogio. *Subsídios para a história do parlamento gaúcho: 1890-1937*. Porto Alegre: CORAG, 2005, p.49.

<sup>138</sup> Fontoura, em suas memórias, ressalta que Borges de Medeiros exercia influência sobre os jovens acadêmicos, evidenciando que “[...] todos - sem exceção - chegamos aos mais altos postos pela sua mão, sua livre escolha, sua incontestável autoridade sobre o Partido e o Rio Grande”. FONTOURA, J.N. da, 1958, op. cit. p. 102.

legislatura Getúlio Vargas seria o representante das questões políticas que envolviam os interesses de sua cidade natal.

O quadriênio da legislatura de deputado de Getúlio Vargas estava se aproximando do seu término. Tudo levava a crer que o nome de Getúlio Vargas já estava indicado para a próxima candidatura à Assembleia dos Representantes pelo PRR no ano de 1913. Assim, São Borja já tinha escolhido o seu pré-candidato, e “a despedida de Getúlio, da Assembleia, era simples formalidade, pois já estava indicado, como candidato do Partido Republicano, às próximas eleições para deputado”.<sup>139</sup> Novamente participando do pleito eleitoral para uma vaga ao cargo de deputado estadual, Getúlio Vargas venceu as eleições com 77.141 votos. Entretanto, ao assumir renunciou ao seu mandato.

O ano de 1913 estava repleto de surpresas para os próceres republicanos. A tensão política entre os Vargas e Borges de Medeiros vinha cada vez mais se agravando e as querelas políticas entre republicanos são-borjenses estavam apenas começando. Cada “movimento” político era cuidadosamente planejado pelos dois lados. Getúlio Vargas, em meados de setembro de 1913, apostaria suas “fichas” em uma estratégia que revelaria que os Vargas não estavam dispostos a entregar o domínio político em São Borja. A renúncia perpetrada por Getúlio Vargas ao cargo de deputado estadual da Assembleia dos Representantes no ano de 1913 deixava claro que os Vargas estavam prontos para enfrentar o poderoso Borges de Medeiros e seus inimigos políticos. Por outro lado, esse fato desencadearia uma retaliação a essa insubordinação, visto que o chefe do PRR passaria a “estimular a disputa pelo poder local em São Borja, entre os Vargas e um grupo liderado por Benjamim Torres e Rafael Escobar. Borges de Medeiros valia-se agora contra os Vargas da mesma estratégia que usara anteriormente para fortalecê-los”.<sup>140</sup>

Como se deu a renúncia e os motivos do rompimento temporário e parcial de Getúlio Vargas com a política do PRR são questões que serão desenvolvidas no próximo capítulo. Nesse sentido, pretende-se ilustrar como se davam as relações de poder na cidade de São Borja pelas facções republicanas, que se digladiavam entre si com o objetivo de alcançar ou mesmo manter o domínio político desse município. O confronto político entre o clã dos Vargas, a facção comandada por Raphael Escobar e Benjamim Torres e as ações sub-reptícias

---

<sup>139</sup> FRISCHAUER, Paul. 1943. op. cit. p. 156.

<sup>140</sup> AXT, Gunter, 2005. op. cit. p. 44.

engendradas por Borges de Medeiros envolveriam diretamente Getúlio Vargas, o que ocasionaria a sua renúncia do cargo de deputado estadual no ano de 1913.



## **2 OS ANTECEDENTES DA RENÚNCIA DE GETÚLIO VARGAS: O JOGO POLÍTICO ENTRE O LOCAL E O ESTADUAL**

A trajetória política de Getúlio Vargas nas primeiras décadas do século XX seria marcada por uma série de conflitos que ameaçariam o poder local de sua família em São Borja, levando-o a se posicionar de forma mais firme e independente em relação ao poder estadual, como forma de defender a hegemonia local dos Vargas. Nesse sentido, como se verá neste capítulo, a renúncia de Getúlio Vargas ao seu mandato de deputado à Assembleia Representante deve ser pensada de diferentes ângulos, diretamente relacionados entre si: de um lado, o jogo político local; de outro, o jogo político estadual. O primeiro é representado nesse trabalho pelo personagem Getúlio Vargas e sua família; o segundo, consubstanciado na figura de Borges de Medeiros, estrela maior do PRR. Como visto no capítulo anterior, há uma lacuna historiográfica sobre o complexo jogo das relações políticas locais e estaduais, especialmente no caso de São Borja, onde figuras de destaque no âmbito da política rio-grandense discutiam, debatiam, articulavam e definiam estratégias entre si pela disputa do poder político. Do mesmo modo, nota-se a ausência de discussões historiográficas acadêmicas referentes aos motivos que levaram Getúlio Vargas a abdicar de sua cátedra política estadual. Torna-se, assim, necessária uma análise mais profunda das motivações desse rompimento.

Nessa perspectiva, busca-se analisar o contexto político regional que permeou as ações de Getúlio Vargas entre 1910 e 1913, que o levaria a renunciar ao cargo de deputado estadual da Assembleia dos Representantes, e sua relação com as disputas de poder local entre Benjamim Torres, Viriato Vargas e Raphael Escobar. Essas disputas seriam atentamente acompanhadas e estimuladas por Borges de Medeiros. Enfatizam-se os aspectos de ordem factual, dando ênfase aos acontecimentos que explicariam tal afastamento de Vargas do cenário político da Assembleia dos Representantes, bem como o quadro político das rivalidades existentes no interior do PRR de São Borja. Nesse mesmo aspecto, procede-se à análise de alguns episódios que revelam a presença do presidente do Estado e do PRR na política local e seu posicionamento diante dos conflitos de grupos rivais dentro do partido.

Acredita-se que o quadro sociopolítico do município de São Borja é rico em subsídios reveladores da permanente tensão estrutural que perpassava pelo sistema político vigente na Primeira República no Rio Grande do Sul. O município foi palco de disputas políticas entre a facção comandada pelos Vargas e a grei adversária republicana conduzida por Raphael Escobar.

Nesse contexto, ver-se-á que o rompimento de Getúlio Vargas com a condução política engendrada por Borges de Medeiros, que resultou na sua renúncia ao cargo de deputado na Assembleia dos Representantes em 1913, seria uma importante forma de ação no sentido de fortalecer os Vargas contra a divisão partidária local e pressionar politicamente Borges de Medeiros.

## 2.1 O PALCO DAS DISPUTAS: A CIDADE DE SÃO BORJA

A cidade de São Borja está situada na fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, na região fisiográfica das Missões; outrora pertencera aos Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai, fundada em 1682. Passados mais de dois séculos, a povoação de São Borja seria elevada à categoria de cidade no ano de 1887.<sup>141</sup>

Não se intenciona aqui relatar uma história do município, mas tentar descrever em poucas linhas algumas características socioeconômicas e de desenvolvimento dessa cidade do interior do Rio Grande do Sul no início do século XX. Nela Manoel Nascimento Vargas se estabelecerá e constituirá família e, mais ainda, participará ativamente de questões políticas locais, chegando a ser líder republicano, exercendo a chefia do PRR municipal e a Intendência de São Borja na primeira década de 1900. Esse espaço local se constituirá na base do poder da família Vargas, possibilitando que Getúlio Vargas se projetasse politicamente no âmbito regional. Seria também a partir dessa cidade que ele se envolveria em suas primeiras querelas e estabelecerá seus primeiros laços e articulações políticas visando fortalecer e manter o poder político de sua família, quando fosse contestado por Benjamim Torres e Raphael Escobar, o que, como se viu, extrapolaria a esfera estritamente municipal e alcançaria o plano regional.

Assim, destacam-se as considerações de Fernando O'Donnell ao contribuir para se “imaginar” a cidade de São Borja nos primeiros anos da República. Na verdade, como muitos municípios do Rio Grande do Sul, São Borja possuía uma infraestrutura urbana e rural que carecia de quase tudo,

a começar pela necessidade de um melhor sistema viário. Um dos mais extensos do Estado, seu território era intransitável com qualquer chuva. A míngua de recursos, o Conselho vivia a apelar para os poderes públicos estaduais para promover contratação de melhorias e pontes. O isolamento de sede em relação aos distritos e

---

<sup>141</sup> Até chegar à categoria de cidade, São Borja passou por vários processos: em 1834 foi elevada à categoria de Vila e cabeça de Comarca das Missões, termos de São Borja, Cruz Alta e Alegrete; em 22 de outubro de 1850 recebeu a denominação de Comarca de São Borja.

às outras municipalidades estrangulava-lhe o progresso. [...] A economia, que havia trinta anos se alçara pelas grandes exportações de erva-mate, sofria pela ociosidade das datas desertas e devolutas. Quanto ao aspecto urbano, pouco se alterara desde 1886, ocasião em que somente cento e oitenta foram os prédios cadastrados como sujeitos à décima urbana, o que lhe colocava em 12º lugar em número de edificações num quadro comparativo com outras dezoito cidades ou vilas.<sup>142</sup>

São Borja também enfrentava problemas como falta de calçamento, de iluminação pública, acúmulo de lixo, deficiência no abastecimento de água potável, entre outros, que preocupavam muito a administração dos intendentos do município.

Em 1912 São Borja contava com uma população de 25.276 habitantes<sup>143</sup>, distribuídos nos quatro distritos: 1º São Borja, 2º Iguariaçá, 3º Camaquã e 4º Garruchos. Sua economia era predominantemente oriunda da pecuária e, “a par dessa economia pecuarista, desenvolviam-se outros setores da economia, que valorizavam o espaço urbano tanto para negociações comerciais quanto como espaço de sociabilidades da elite local”.<sup>144</sup> Essa elite<sup>145</sup> se compunha de federalistas e republicanos. Não é objetivo deste estudo a análise da oposição federalista no município de São Borja. Contudo, segunda consta, em meados de 1910 o principal líder federalista em São Borja, Dinarte Dornelles, faleceu, fato que desencadearia certo enfraquecimento da oposição federalista no município, mantendo-se num estado de inércia.<sup>146</sup> Se os federalistas, de um lado, estagnaram suas ações com o falecimento do líder federalista local, os republicanos, por outro lado, enfrentavam disputas internas nas hostes partidárias. Essa situação é ressaltada, na medida em que atingia a maioria dos municípios rio-grandenses, por Gunter Axt ao afirmar:

Efetivamente, excluídos, via de regra, o Partido Federalista e a dissidência republicana do comércio estadual e local de vantagens políticas e econômicas hauridas da rede de compromissos, o confronto primacial nos municípios se

<sup>142</sup> O'DONNELL, Fernando O. M. *Apparício Mariense: contextualização histórica e dados biográficos*. Santa Maria: Imprensa Pallotti, [s.d], p. 107.

<sup>143</sup> Informações extraídas de: *Rio Grande do Sul em revista*. (Porto Alegre): [s.n], 1926.

<sup>144</sup> COLUSSI e DIEHL, 2008. op.cit. p.63.

<sup>145</sup> Definem-se elites como indivíduos, ou grupos, que exercem e/ou possuem elevado *status* de poder político na sociedade. Para maiores informações sobre definições do termo ver: HEINZ, Flávio M. Considerações acerca de uma história das elites. *Logos*, Canoas: ULBRA/ Pró-Reitoria Acadêmica, v.11, n. 1 (especial: história e política), maio 1999.

<sup>146</sup> Seria a partir do ano de 1915 que esse partido voltaria a se reorganizar em São Borja, convocando seus partidários para reuniões pondo o comitê na ativa. Quanto à questão das disputas entre republicanos, Modesto Dornelles, novo líder federalista de São Borja, publicava constantes notas no jornal *A Nação* de Uruguaiana e *O Maragato*, esclarecendo aos seus correligionários que “informado de que alguns adversários do Partido Federalista têm espalhado que eu apoio o elemento chefiado pelo general Vargas, nessa questão local em que encarnicamente se debatem duas facções governistas – uma para manter-se e outra para conquistar o mando – declaro que tais boatos não passam de intrigas sem fundamento”. Em seus artigos, Modesto Dornelles solicitava que o eleitorado federalista se abstinisse da votação em São Borja, salientando também que Raphael Escobar era representante da facção republicana governista. Informações extraídas do jornal *O Maragato*, 12 de dezembro de 1914; 30 de junho de 1915 e 8 de setembro de 1915.

estabelecia no interior do próprio partido dominante, através do entrechoque de facções coronelísticas.<sup>147</sup>

Essa situação pode ser observada no caso dos partidários republicanos são-borjenses, os quais estavam constantemente em atrito intestinal nas hostes do partido na busca por posições políticas no município. O quadro político republicano de São Borja vivenciaria uma época de profundas rivalidades e disputas de poder. Era notório que as divergências e as rivalidades políticas e pessoais entre integrantes republicanos estavam se desenvolvendo na mesma medida das ambições dos grupos políticos poderosos que desejavam alcançar ou manter o domínio local. A culminância desses embates dar-se-ia a partir da formação, nas fileiras do PRR, de duas facções inimigas:<sup>148</sup> uma seria representada pela facção liderada pela família Vargas e a outra, pela família Escobar, novos aderentes ao situacionismo. Essa divisão de facções, segundo Axt, originava-se do “[...] clima de disputa entre dois ou mais coronéis pelas vantagens hauridas do sistema político.”<sup>149</sup>

As substituições de partidários republicanos nos municípios, realizadas com a finalidade de legitimar e sustentar a continuidade administrativa de Borges de Medeiros, foram marcadas por processos conturbados, os quais, em geral, foram “tingidos pela violência, pois resultavam da confluência, de um lado, do influxo de poder de Borges de Medeiros sobre o partido, ambicionando a ampliação do controle político”, inseridos em um contexto de “reconfiguração do comando, especialmente nas conjunturas de 1903 e 1908 e de 1916, e, de outro lado, da ebulição das dissidências, em disputas pelas vantagens intrínsecas às chefias locais”.<sup>150</sup>

Seria dentro da conjuntura do final de 1907 e início de 1908 que ocorreriam mudanças na situação política local no município de São Borja, pois, como bem destaca Axt, nesse período “uma nova geração de políticos ascendia junto com Borges de Medeiros, em torno da qual arranjou-se uma nova rede de compromissos”.<sup>151</sup>

Como destacado no capítulo anterior, essa cizânia política entre republicanos se iniciaria no ano de 1907, quando Manoel Nascimento Vargas substituiu Apparício Mariense das funções de intendente municipal e no comando do Partido Republicano são-borjense. Essa transição do poder político da liderança local estaria inserida na estrutura coronelista e

---

<sup>147</sup> AXT, Gunter. 2001b. op. cit. p. 410.

<sup>148</sup> COLUSSI e DIEHL. 2008. op. cit. p. 65.

<sup>149</sup> AXT, Gunter. 2001b. op. cit. p. 134.

<sup>150</sup> Idem, p. 108.

<sup>151</sup> Idem, p. 107.

clientelista observada ao longo da Primeira República. O uso da cooptação política dos coronéis são-borjenses por parte de Borges de Medeiros far-se-ia presente nesse episódio. Para comprovar essas afirmações, a análise da documentação desse período torna-se extremamente fecunda como subsídio revelador dessas práticas políticas. A correspondência de Francisco Rodrigues Lima, Manoel do Nascimento Vargas e Júlio Trois<sup>152</sup>, líderes republicanos em São Borja, com Borges de Medeiros logo após a vitória da facção pró-Borges, em setembro de 1907, é ilustrativa nesse sentido. Os correspondentes expressavam que a vitória seria conquistada com o apoio de Borges de Medeiros, além de expor o teor dos compromissos políticos assumidos pelos novos mandatários locais. Diziam eles:

Confidencial

Muito gratos pelo auxílio decidido e muito oportuno, que nos prestou a fim de esmagarmos a coligação aqui encastelada e chefiada pelo atual Intendente do Município Cel. Aparício Mariense da Silva. [...] Os compromissos que tomamos e cuja realização de nós dependiam foram logo cumpridos, outros, porém tomamos contando com o auxílio do Ilustre Chefe e Amigo [...]. Depende de decisão do Superior Tribunal a apelação crime em que é réu Jacintho Rodrigues de Andrade; assim também depende de decisão do Juiz dos Feitos da Fazenda uma causa cível de reivindicação do Campo de Itarequem (?). Em ambos são interessados influentes amigos que com o maior ardor trabalharam ao nosso lado e muito concorreram para o nosso triunfo completo no 3º distrito. Empenhamo-nos pela decisão favorável de ambos. A ponte no rio Camaquam e a Estrada de Ferro a essa cidade, é velha aspiração desse município, e para cuja realização fazemos o maior empenho. Uma agência do correio e condução de malas à nascente Povoação de Garruchos, assim como uma aula para cada sexo na dita Povoação é de grande necessidade e constitui uma aspiração dos seus habitantes, que fazem parte do ardoroso 4º distrito um dos nossos baluartes. A permanência aqui de uma força de 40 homens da Brigada Militar, é de suma necessidade, tanto mais que hoje temos contra nós o 6º Regimento de Cavalaria. O provimento do juizado dessa comarca, brevemente, porém com um decidido e leal companheiro, constitui uma necessidade de relevância. Precisamos finalmente que, para o preenchimento das escolas de 1ª entrância do município, sejam aqui feitos os respectivos exames, sob a presidência do Inspetor Regional com os professores públicos da localidade; visto como, do contrário, não teremos providos as nossas aulas, e será um descalabro para nós. [...]<sup>153</sup>

O fragmento de carta transcrito permite alguns registros. Primeiro, se, por um lado, a vitória da facção de Manoel Nascimento Vargas teria, ao menos no discurso dos missivistas, “esmagado” a facção liderada por Aparício Mariense, por outro, a situação da nova liderança que assumia as funções políticas no município era instável e, para fortalecer-se, a realização das promessas feitas durante a campanha a correligionários fazia-se necessária. Havia o

<sup>152</sup> Júlio Trois ocupou a Intendência de São Borja nos anos de 1891 a 1899. Foi deputado na Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul, eleito para a legislatura 1905-1908.

<sup>153</sup> ABM. 8625. Remetente: Francisco Rodrigues Lima, Manoel do Nascimento Vargas e Júlio Trois a Borges de Medeiros. São Borja, 18 de setembro de 1907.

perigo de o prestígio pessoal que escudava Apparício Mariense acirrar as animosidades locais e intervir no fortalecimento progressivo do grupo que agora era detentor do mando político no município.

Segundo, os compromissos assumidos deveriam ser respaldados por Borges e envolviam uma gama de pedidos clientelistas e coronelistas, que se revelam como um feixe de estratégias assumidas tanto no âmbito local como no âmbito estadual, os quais sustentariam ambos os poderes no domínio político. O poder político local visava “[...] tanto a ‘satisfação pessoal’, a ‘ vaidade do mando’ e a ‘proteção dos dependentes’, como, principalmente, a possibilidade da manutenção dos privilégios e a aquisição de novas vantagens”.<sup>154</sup> Por sua vez, o poder estadual, representado por Borges de Medeiros, buscava, a partir do apoio das bases coronelistas locais, que essas contribuíssem, “para o próprio processo de centralização e consolidação do poder estadual identificado com o partido”.<sup>155</sup> Portanto, a estratégia de cooptação e colaboração entre poder local/poder estadual era imprescindível, para que, no período em estudo, os partidários republicanos favoráveis a Borges de Medeiros garantissem a hegemonia do PRR.

Terceiro, a preocupação das novas lideranças locais de estabelecer um sólido esquema repressivo e, para tanto, a solicitação de um contingente de “quarenta homens da Brigada Militar” favoreceria a liquidação de qualquer oposição, ainda mais que logo ocorreria a eleição presidencial, a qual, na concepção dos correspondentes da carta enviada a Borges, seria caracterizado por uma luta política local “[...] encarnizada e tenaz, no caso de confirmar-se o boato que corre, da fusão dos elementos contrários e criação de um diretório para darmos batalha decisiva [...]”.<sup>156</sup>

Essa batalha eleitoral travada no âmbito local e com reflexos no âmbito estadual apresentava duas características principais: por um lado, ao deter uma significativa parcela do eleitorado local, Manoel Nascimento Vargas e seus partidários corroboraram com o desenvolvimento da lógica coronelista, pela qual o coronel, em troca do reconhecimento por parte de Borges de Medeiros, deveria ser capaz de alistar um maior número de eleitores, contribuindo com seus “currais eleitorais”, tão necessários para a manutenção e

---

<sup>154</sup> Como bem destaca Félix, “Subchefia de Polícia Brigada Militar, com Corpos Provisórios, constituíam-se nos mecanismos mais importantes de articulação do poder do estado com o poder local, servindo para a sustentação política de Borges de Medeiros, por um período tão longo”. FÉLIX, Loiva Otero. 1996. op. cit. p.132-133.

<sup>155</sup> Idem, p.129.

<sup>156</sup> ABM. 8625. Remetente: Francisco Rodrigues Lima, Manoel do Nascimento Vargas e Júlio Trois a Borges de Medeiros. São Borja, 18 de setembro de 1907.

sustentabilidade do regime republicano, tanto em nível regional como no nacional.<sup>157</sup> De outro lado, conhecedores do poder de barganha de que eram detentores ao conseguir aglutinar grande parte do eleitorado municipal, escreveram a Borges de Medeiros na intenção de conquistar as suas pretensões políticas no âmbito local.<sup>158</sup> A pugna eleitoral de 1907 em busca do eleitorado são-borjense seria vencida por Manoel Nascimento Vargas e seu grupo, como bem demonstra a continuação da narrativa dos missivistas: “conseguimos afinal arregimentar, firmes ao nosso lado, a metade do elemento Republicano, ficando na posição de espectadores, pouco mais ou menos 1/3 do eleitorado, entre Republicanos e Federalistas [...]”.<sup>159</sup>

O quarto registro é fornecido pela solicitação dos missivistas de serem designados para as funções da Justiça local correligionários leais a eles, o que possibilitaria que no comando dos foros os juízes perseguissem a facção oposta, os inimigos políticos, caçassem serventuários, encobrissem esquemas de corrupção, etc. O domínio da sistemática judiciária local pelas facções políticas municipais revelava-se essencial para garantir o mando local. A correspondência com esse conteúdo permite ainda perceber outro instrumento de barganha política, que se consubstanciava na criação de aulas e na nomeação de professores, prerrogativa que, segundo Gunter Axt, era preciosa para a “consolidação do domínio de uma facção política nos distritos, pois promovia uma fonte de renda para correligionários leais, ao mesmo tempo em que demandas dos eleitores eram satisfeitas”.<sup>160</sup> O autor afirma ainda que esses dispositivos, “internamente, também se constituíam em elemento chave na costura das relações entre poder central, coronéis e eleitores. O magistério, com suas centenas de postos, era um misto de função pública e negócio privado”.

Enfim, por meio dessa carta enviada por Francisco Rodrigues Lima, Manoel do Nascimento Vargas e Júlio Trois a Borges de Medeiros, evidencia-se a formação de novos vínculos do poder local são-borjense, a partir do ano de 1907, com o poder estadual. Agora, com a vitória política do grupo ao qual pertencia o general Vargas, o domínio coronelista, clientelista e de mando, ao menos nesse espaço de tempo, seria monopolizado pelas novas

---

<sup>157</sup> “[...] a manutenção do rito eleitoral”, era imprescindível para atestar “ao centro do país e ao Congresso Nacional, junto ao qual a oposição esmerava-se por denunciar a ditadura castilhistaborgista, que no Rio Grande do Sul as instituições republicanas estavam preservadas, não havendo ditadura nem tampouco oligarquia autoritária”. AXT, Gunter. 2007. op.cit. p.126.

<sup>158</sup> “As eleições, mesmo quando seus resultados não fossem respeitados e mesmo que todos conhecessem previamente os vencedores, eram ainda assim importantes para medir o alcance da influência de uma facção em ascensão ou decadência. Levando às urnas, ou afastando delas, o maior número possível de eleitores, uma facção demonstrava seu poder de fogo. As próprias fraudes, compra de votos, intimidações e violências eram indicativo da capacidade de mobilização da facção. [...]” AXT, Gunter. 2001b. op. cit. p. 139.

<sup>159</sup> ABM. 8625. Remetente: Francisco Rodrigues Lima, Manoel do Nascimento Vargas e Júlio Trois a Borges de Medeiros. São Borja, 18 de setembro de 1907.

<sup>160</sup> AXT, Gunter. 2001b. op. cit. p. 136-137.

lideranças. Não obstante, Borges, nesse episódio, favoreceria a facção republicana à qual pertencia Manoel Nascimento Vargas, por lhe ser conveniente para garantir a ampliação do seu controle político. Entretanto, como se verá ao longo deste capítulo, o líder palaciano iria novamente inverter a lógica do jogo e iniciar uma campanha desfavorável aos Vargas no âmbito local. Percebe-se, pois, que a trajetória política dos Vargas se constituiria ora com o apoio do poder estadual, ora com o desapoio do líder palaciano, acumulando, em certos momentos, vitórias parciais e, em outros, desgastes políticos, os quais estimulariam Getúlio Vargas a se posicionar de forma mais firme e independente em relação ao poder estadual, como forma de defender a hegemonia local dos Vargas.

Na posição contrária ao domínio dos Vargas se colocaria Raphael Escobar, “cristão novo” que, num contexto posterior, no ano de 1917, redigiria alegações visando a que esse documento constasse nos autos do processo crime do assassinato de Benjamim Torres – episódio que será abordado no terceiro capítulo desta dissertação. Ao iniciar essas alegações, Raphael Escobar faria um histórico das circunstâncias que haviam precedido a morte de Benjamim Torres e da situação política de São Borja em meados de 1907. Esse documento se revela importante por retratar o contexto político local e ser ilustrativo da contrariedade à política exercida pelos Vargas na cidade de São Borja.

No documento em foco Raphael Escobar acusava os Vargas de se aproveitarem do declínio político de Apparício Mariense para se apossar do mando local, dominando o município de São Borja. Afirmava em suas alegações:

Manoel Nascimento Vargas e os seus filhos, que viviam no seio do Partido Republicano, enclausurados em feroz egoísmo e sem séquito, espreitavam o momento propício para desenvolver os seus instintos de cupidez e de mando. A fatalidade encarregou de ajudá-los. Desviando Apparício Mariense das posições com a sua adesão à agitação democrática, e morto Julio Garcia Trois em seguida, enfaixou a família Vargas todo o poderio de campanário. Nascimento Vargas ficou com a Intendência e a chefia política; Viriato e Getúlio, com a advocacia; Protásio, já no fim, com uma empreitada de estrada de ferro.<sup>161</sup>

Raphael Escobar, autor do fragmento citado, destacava em suas acusações que os Vargas desejavam o poder local, sem se importarem os meios que utilizariam para atingi-lo. O missivista, ao apontar o domínio férreo dos Vargas no âmbito local, revela o crescimento do poder político destes, engendrado a partir do ano de 1907, os quais dominavam todas as posições possíveis, o que, como bem observa Luis Alberto Grijó, trazia vantagens tanto para o

---

<sup>161</sup> O *crime de São Borja*, alegações dos drs. Raphael Escobar e Alberto do Rego Lins, advogados da assistente, D. Acyndina Ferragem Torres. Porto Alegre, 1917, p. 1.



grupo familiar, como individualmente: “[...] sob o ponto de vista dos chefes das famílias, os patriarcas, era também não só uma garantia de sucessão [...] mas também representava a ampliação dos âmbitos de ação dos filhos e, por extensão, do grupo familiar”.<sup>162</sup> Além desse fator, os Vargas, ao comandarem esses campos político-profissionais, criavam obstáculos a outros grupos locais, no caso a grei republicana que seria em certo período chefiada por Raphael Escobar, de ascender no mando político municipal.

A atuação do novo intendente, Manoel Nascimento Vargas, seria marcada por contestações e por acirrada luta política nas hostes do PRR. Certamente, os republicanos e os “cristãos novos”, que apoiavam o antigo intendente Apparício Mariense e contrários à facção varguista, estabeleceriam uma linha de contestação do poder dos Vargas, levando a um embate entre partidários do PRR em São Borja.

Esse contexto sociopolítico vivenciado em São Borja, pouco claro para a historiografia, pode ser mais bem compreendido, por exemplo, por meio da prática epistolar entre Manoel Nascimento Vargas, Viriato Vargas, Firmino Paim Filho<sup>163</sup> e Getúlio Vargas, principalmente no que se refere às questões políticas locais e estaduais que convulsionavam o município de São Borja. Dentre essas questões se podem destacar, de um lado, as constantes referências à política administrativa municipal, à sucessão intencional do general Vargas, à relevância de unir o campo da advocacia com a política e ao futuro político de Getúlio Vargas; de outro, destacam-se as acusações contra os Vargas.

Por meio das epístolas de março e abril de 1908, Manoel Nascimento Vargas relatava ao seu filho Getúlio, então promotor público em Porto Alegre, os acontecimentos que o absorviam na Intendência Municipal e na chefia do Partido Republicano são-borjense, como a acefalia advocatícia enfrentada pela facção varguista com a doença do advogado Júlio Trois e os problemas com a falta de professores. O general Vargas expunha:

Todos bons te abraçamos. As causas políticas aqui o mesmo. Os democratas e federais unidos. O Julio cada vez mais doente. O Raphael empolgando tudo, único advogado, tanto que pedi ao Homero que nos mandasse um capaz para cá. [...]

<sup>162</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. 1998. op.cit. p. 69.

<sup>163</sup> Firmino Paim Filho iniciou sua carreira como conselheiro municipal e intendente, os dois cargos em Vacaria (1909-1913), deputado estadual (1909-1913), diretor geral da Secretaria do Interior e Exterior e chefe da Casa Civil no RS (1913-1915), deputado estadual (1918-1922), deputado federal (1924), deputado federal (1927-1928), secretário da Fazenda (1928-1930), senador (1930), constituinte estadual (1935) e deputado federal (1935-1937). Foi do PRR e da FUG. Retornou à política em 1945 como presidente do diretório do PSD, permanecendo até 1950.

Quanto a professores já principiaram mal transferindo a aula não provida do 4º distrito [...]. O povo grita e eu que me agüente no balanço.<sup>164</sup>

O patriarca da família Vargas também narrava na carta a Getúlio o constante perigo de a oposição, na figura de Raphael Escobar, potencializar-se e unir-se com os federalistas, pondo em risco o prestígio político da sua família. O não cumprimento das promessas efetuadas durante a campanha eleitoral de 1907, de provimento de professores para o quarto distrito, na localidade de Garruchos, favorecia seus inimigos políticos e maculava o potencial do general Vargas de distribuidor de cargos públicos junto ao poder palaciano, o que poderia significar, aos olhos de seus dependentes políticos, a diminuição de sua força política e a desestabilização de sua facção.

Outra preocupação de Manoel Nascimento Vargas descrita na carta citada era a ausência de advogados alinhados com a causa varguista, o que possibilitava que a grei adversária reinasse absoluta no campo da advocacia em São Borja. A situação era assim descrita pelo patriarca a Getúlio:

Getúlio

Respondo tuas cartas de 6 e 21 p. passados. São tantas as ocupações que tenho como intendente e o único da direção e responsabilidade política que tu não imaginas. Durante o dia e parte da noite não me dão tempo nem para boiar [...]. Da Intendência vou indo perfeitamente, estabelecendo melhoramentos nas ruas, arrabaldes e distritos. É mais descansado por ter saído daqui o miserável Miranda, alma danada e corrompida. [...]. O Júlio Trois foi para Buenos Aires, e de lá para o Rio ou a Europa em busca de sua saúde cada vez mais alterada. De formas que estou completamente só na gerência do município e com toda a responsabilidade do partido. [...] quando me vejo mal, chamo o pobre do Viriato que tem a fazenda para atender e vive quase atirada [...].<sup>165</sup>

As narrativas contidas nessas epístolas autorizam a que se apontem algumas questões referentes ao quadro político que se desenhava no município de São Borja no ano de 1908: a primeira fornece indícios de que Manoel Nascimento Vargas preparava seu filho primogênito, Viriato, para assumir seu posto na administração municipal; a segunda aponta que os adversários da facção varguista buscavam espaços de ação política no município são-borjense; a terceira, que Manoel Nascimento Vargas dominava o poder político local, sem o risco de enfrentar o poder do prestígio pessoal de Francisco Miranda e Júlio Trois, personalidades que

<sup>164</sup> FGV – G V c 1908.03.19. Data: 19/03/1908. Carta de Manoel do Nascimento Vargas a Getúlio Vargas enviando notícias familiares e de São Borja e encaminhando Espártaco Vargas para cursar o ginásio em Porto Alegre. São Borja

<sup>165</sup> FGV – G V c 1908.04.03. Data: 03/04/1908. Carta de Manoel do Nascimento Vargas a Getúlio Vargas dando notícias de sua administração na Intendência de São Borja e tratando de assuntos pessoais. São Borja.

possuíam grande prestígio local em São Borja, mas que se afastavam da concorrência do mando local. Francisco Miranda, republicano histórico, que na questão de 1907 aderira ao Partido Republicano Federal (PRF), presidindo sua fundação, sofreria pressões políticas locais e estaduais que o levariam a se retirar de São Borja.<sup>166</sup> Por sua vez, Júlio Trois seria acometido de uma grave enfermidade, tendo debilitada sua saúde, o que ocasionou seu falecimento.

Portanto, afastados Apparício Mariense, Francisco Miranda e o líder federalista da região Dinarte Dornelles e falecido Júlio Trois, Manoel Nascimento Vargas e sua família se transformavam na força política republicana de maior representatividade no município de São Borja, e para fortalecer seu poder e garantir sua permanência no mando local, algumas medidas se faziam necessárias. Uma dessas medidas, de extrema importância, seria expressa pelo general Vargas nas correspondências citadas: a necessidade de dispor no exercício da advocacia – a qual era também uma função política – de correligionários leais à causa dos Vargas. Era necessário um advogado que favorecesse e reforçasse o poder da facção varguista. Nesse intuito, Manoel Vargas havia incentivado Getúlio Vargas a cursar a Faculdade de Direito, pois, no contexto político da Primeira República, havia a percepção da importância de unir a vida política à carreira da advocacia.<sup>167</sup>

A despeito da pertinência dessas questões que envolviam o campo advocatício, outra contribuição é fornecida por Paul Frischauer ao destacar que “o exercício da advocacia era, [...] também uma função política, pois os adeptos do Partido Republicano, em São Borja, haveriam de preferir, naturalmente, dirigir-se a um advogado, filho e homem de confiança do general, que por sua vez, detinha a confiança cega de seus correligionários, no município”.<sup>168</sup>

Entrementes, enquanto Getúlio não regressava a São Borja, o patriarca da família Vargas havia decidido que Viriato Vargas assumiria como rábula<sup>169</sup> as demandas jurídicas da cidade. Contudo, Viriato relatava a seu irmão que somente advogaria no lugar de Júlio Trois

---

<sup>166</sup> Para maiores informações sobre esse personagem, ver a obra de: O'Donnell, F.O.M. 1981. op.cit.

<sup>167</sup> Para maiores informações ver: WILTON C. L. Silva. *Os guardiões da linguagem e da política: o bacharelismo na República velha*. Disponível em: [www2.tjrs.jus.br/institu/memorial/RevistaJH/vol5n10/5\\_Wilton\\_Silva](http://www2.tjrs.jus.br/institu/memorial/RevistaJH/vol5n10/5_Wilton_Silva). Acesso em: 5 abr. 2010.

<sup>168</sup> FRISCHAUER. 1943. op. cit. p. 83.

<sup>169</sup> O advogado rábula recebia essa alcunha devido a não possuir o curso superior, sendo apenas necessário prestar exames que eram “provisionados” pelo Superior Tribunal. Segundo Axt, a habilitação especial perante o Superior Tribunal “somente era concedida aos amigos do regime. A preservação do alcance dessa investidura certamente esteve na raiz da resistência de Julio de Castilhos em admitir a fundação da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, em 1900”. AXT, Gunter, 2001b. op. cit. p. 130.

até Getúlio cumprir sua promessa e voltar a São Borja.<sup>170</sup> Desse modo, as solicitações para que Getúlio retornasse para exercer a advocacia conduziam-no a concretizar a sua escolha profissional. A relevância política de ocupar estrategicamente a área da advocacia em São Borja para reforçar o poderio dos Vargas no município era uma questão essencial para Getúlio Vargas, que chegou a escrever uma carta a seu amigo Firmino Paim Filho revelando suas intenções de abandonar a Promotoria. Não foi encontrada, para este estudo, a missiva de Getúlio a Paim Filho descrevendo suas intenções profissionais. Contudo, há evidências dessa correspondência na carta-resposta deste a Vargas no mês de junho de 1908, na qual o missivista revela a intenção do amigo de retornar a São Borja e abrir seu escritório de advocacia. Nas palavras de Firmino Paim Filho:

Getúlio

Recebi tua carta de 17 de maio, e na qual dizes que, devido a insistentes pedidos de teu venerado pai, seguirás no fim do ano para São Borja, onde erguerás tua tenda de trabalho. Levando em consideração a falta de advogado naquele futuro município, dado o infausto passamento do ilustre Cel. Julio Trois, entendo que não debes evitar em ir para lá.<sup>171</sup>

Firmino Paim Filho concordava com essa resolução, argumentando que era conveniente para Getúlio Vargas permanecer em Porto Alegre apenas temporariamente, utilizando-se dessa estadia na capital para adquirir experiência nas práticas forenses. Ressaltava que em São Borja Getúlio faria sucesso na prática da advocacia, salientando que, “[...] como debes compreender, presentemente, atenta não só de ordem material como também social, lá farás carreira muito depressa, quer social, quer encarada pelo lado monetário”.<sup>172</sup> Essa correspondência permite ainda entender que, caso Getúlio assumisse a prática da advocacia em São Borja, suas relações políticas no âmbito social seriam profícuas, o que possibilitaria a ascensão política e o fortalecimento do prestígio pessoal de Getúlio e, conseqüentemente, da facção dos Vargas.

Em 1908, Getúlio Vargas decidiu abandonar a Promotoria e voltar a São Borja para exercer a função da advocacia, juntamente com seu irmão Viriato Vargas, unindo a vida

<sup>170</sup> Correspondência FGV – G V c 1908.05.07. Data: 07/05/1908. Carta de Viriato Dornelles Vargas a Getúlio Vargas comentando seu trabalho no escritório de advocacia de Júlio Garcia Trois. São Borja. Em 1909, Viriato Vargas e Getúlio Vargas abriram um escritório de advocacia na cidade de São Borja, tornando-se sócios.

<sup>171</sup> FGV – G V c 1908.06.16. Data: 16/06/1908. Carta de Firmino Paim Filho a Getúlio Vargas aprovando sua decisão de se instalar como advogado em São Borja e aceitando a inclusão de seu nome na chapa de deputados estaduais do Partido Republicano Rio-grandense. Vacaria

<sup>172</sup> FGV – G V c 1908.06.16. Data: 16/06/1908. Carta de Firmino Paim Filho a Getúlio Vargas aprovando sua decisão de se instalar como advogado em São Borja e aceitando a inclusão de seu nome na chapa de deputados estaduais do Partido Republicano Rio-grandense. Vacaria

política à carreira profissional. Em seu escritório recebia os clientes, conhecendo desse modo os acontecimentos políticos ocorridos do município. Essa atividade lhe proporcionou firmar relações de convivência com uma grande parcela da população do município e de outras regiões, pois o desenvolvimento de sua carreira foi caracterizado pela defesa ora de seus amigos e correligionários partidários, ora de seus adversários políticos, em razão do prestígio profissional e político que conquistaria ao longo de sua trajetória político-profissional. Por meio da análise das cartas encontradas no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)<sup>173</sup>, pode-se observar que, pela prática do exercício da advocacia, Getúlio Vargas envolveu-se em diversos processos sobre disputas pessoais por linhas telefônicas, processos de demarcação de terras e julgamentos, processos crimes e questões de apólice de seguros nas mais diversas localidades do interior do Rio Grande do Sul e, até mesmo, no território vizinho, em Montevidéu.<sup>174</sup> Os conteúdos das cartas remetem a explicações sobre o andamento dos processos jurídicos e a solicitações de auxílio na defesa das ações judiciais em que os remetentes se achavam envolvidos. Tudo isso leva a acreditar que o comprometimento de Getúlio Vargas como advogado com diversas causas forenses fomentava os seus interesses políticos pessoais e da facção familiar, transmutando-se em relevante artifício para sustentar o poder local dos Vargas.

Outra contribuição no sentido de se compreenderem a importância do exercício da advocacia nos primeiros anos da República para o desenvolvimento de uma trajetória política, no caso deste trabalho a de Getúlio Vargas, e o fortalecimento do poder local da facção familiar é fornecida por Luiz Alberto Grijó, ao apontar que

[...] a atividade como advogados contribuía tanto para reforçar relações sociais herdadas quanto para ampliá-las enquanto prestadores de “favores” a necessitados de diversos tipos [...]. Esses advogados recém-formados e retornados aos seus

<sup>173</sup> A organização arquivo de Getúlio Vargas localizado no CPDOC se constitui em quatro séries: correspondência, campanha de 1950, miscelânea e recortes de jornais. Segundo os dados do CPDOC, “o material anterior a 1930 trata basicamente de questões familiares e da política municipal e estadual sul-rio-grandense. São poucos os registros relativos à atuação de Getúlio Vargas como deputado estadual, federal, ministro da Fazenda e presidente do Rio Grande do Sul [...]”. Informações extraídas do site [www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br). Acessado em: 18 de novembro de 2008.

<sup>174</sup> FGV- G V c- 1911-11.24. Data: 24/11/1911 a 05/12/ 1911. Cartas de Joaquim Nogueira da Silva a Getúlio Vargas narrando sua situação, pedindo e indagando se aceita ser seu advogado. Montevidéu. FGV- GV c- 1912.03.02. Data: 02/03/1912. Carta de Otávio de Ávila a Getúlio Vargas sobre a disputa legal de uma linha telefônica e pedindo que participe do processo instaurado. Itaqui. FGV- GVc- 1912-09.25. Data: 25/09/1912 a 26/10/1912. Cartas de Armando Vitorino Prates a Getúlio Vargas tratando de questões jurídicas e processos de demarcação de terras e comunicando dia do julgamento de seus clientes. São Francisco de Assis e São Vicente. FGV – G V c- 1912.03.28. Data: 28/03/1912. Telegrama de Fernando (?) a Getúlio Vargas cumprimentando-o pela vitória de uma causa jurídica. Porto Alegre. FGV- G V c- 1912.10.19. Data: 19/10/1912. Procuração de Cândida dos Santos Escobar e Tarsila Pereira de Escobar outorgando poderes a Getúlio Vargas para liquidar apólice de seguro da Companhia Sul América em nome de Isaías Escobar. São Borja.

loais de nascimento, onde contavam com relações herdadas importantes em termo de teias clientelistas, inseriam-se nas mesmas enquanto dignos herdeiros dessa herança. Ao lado dos irmãos, pais ou outros parentes próximos contribuía para manter o poder local do grupo familiar ao mesmo tempo em que se transformam em agentes importantes de acumulação do capital de relações sociais. Daí a importância de retornar ao interior, de começar “desde baixo”.<sup>175</sup>

Assim, com o exercício da advocacia local, Getúlio Vargas contribuía para a realização dos desejos de mando político de seu pai, ao mesmo tempo em que reforçava seu próprio prestígio político, cunhando suas próprias teias de relações político-sociais. Daí a importância de abandonar a Promotoria e assumir, como advogado da facção varguista, as práticas forenses em São Borja.

Fortalecido o poder dos Vargas como mandatários locais e apostando na lealdade à causa republicana de Getúlio pela sua atuação no ano de 1907, como já destacado no primeiro capítulo, e pelo seu prestígio pessoal, Getúlio Vargas recebeu a proposta da direção do Partido Republicano Rio-grandense, em Porto Alegre, de fazer-se deputado por São Borja. O exercício da advocacia casava perfeitamente com a perspectiva de ocupar cargos públicos eletivos, bem como de se envolver com atividades político-partidárias nas fileiras do PRR. A Assembleia dos Representantes reunia-se somente durante três meses por ano, o que possibilitava que Getúlio exercesse a função de advogado, ao mesmo tempo em que aceitava concorrer à vaga de deputado estadual. Desse modo, no final de 1908 e meados de 1909, iniciou-se em São Borja e arredores a campanha para a eleição à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul, cargo que Manoel do Nascimento Vargas desejava para seu filho.

Para garantir a vitória eleitoral de Getúlio à Assembleia dos Representantes, tudo leva a crer que a facção varguista se utilizaria da estrutura coronelista e da influência política da família<sup>176</sup>, como bem demonstra a carta de Manoel Nascimento Vargas enviada a Getúlio, que nesse ínterim, no início de 1909, encontrava-se em Porto Alegre. Nessa correspondência, o patriarca da família Vargas levava ao conhecimento de Getúlio as articulações eleitorais que

<sup>175</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. 1998. op.cit. p.140.

<sup>176</sup> Os estudos realizados sobre esse período revelam que, para fazer ganhar o candidato favorável aos coronéis locais e ao governo do Estado, utilizava várias estratégias, a começar pela atividade política no interior ao “preparar atas de reuniões inexistentes, assembleias irrealizadas e decisões de uma só pessoa: o coronel. Mas tudo contava em ata, para assumir um rotulo legal. Fazia-se o arcabouço e relato de uma atividade que não se realizara. Mantinha-se, no cerimonial de confecções de uma ata falsa, a mesma unidade fictícia, produto sempre de temor. Um temor mantido mais pelo prestígio, advindo primeiramente da força econômica (emprestar dinheiro, conseguir empréstimos), e depois da política (obtenção de empregos públicos, por exemplo). Mas a violência também tinha lugar. O capanga, era em geral, o elemento matador (mas em número muito pequeno), o encarregado de fazer a “limpeza” em alguns adversários inoportunos”. FELIX, Loiva Otero. 1996. op.cit. p. 143-144.

garantiriam a sua vitória no pleito que se avizinhava para a Assembleia dos Representantes. O missivista apontava que

[...] estamos trabalhando para a eleição de 29. Os nossos principais amigos políticos [...], ficaram maçados e sem entusiasmo desde que souberam que não estarás na chapa por esse círculo; tanto que devido ao telegrama do Dr. Borges eu já tinha mandado os livros e as chapas constando teu nome para o 2º, 3º e 4º Distritos [...]. Tenho custado a convencê-los que no sendo tu eleito por outro círculo serás de fato o representante do nosso círculo, [...].<sup>177</sup>

Em razão do somatório de diferentes prerrogativas do poder local que detinha Manoel Nascimento Vargas, consubstanciadas nos mecanismos de oferta e de barganha ao círculo eleitoral de São Borja, nas teias clientelistas, no uso das influências políticas, das relações sociais locais e regionais e contando, no âmbito regional, com a trajetória pessoal que Getúlio desenvolvera na causa republicana, além da sua atuação no campo da advocacia, Getúlio Vargas chegou à Assembleia dos Representantes. Contava então com 27 anos.

Ao longo dos anos de sua primeira legislatura, Getúlio Vargas seria o representante das questões políticas que envolviam os interesses de sua cidade natal. Dentre esses, cuja realização certamente contribuiria no poder dos Vargas em São Borja, estariam os pedidos recebidos no mês de março de 1909, de ordem estrutural, na área de transporte e de comunicação, que favoreceriam o progresso de São Borja e que há muito tempo eram solicitados. As epístolas recebidas de São Borja por Getúlio Vargas eram recheadas de pedidos considerados indispensáveis e que exigiam soluções por parte de Getúlio junto ao poder palaciano e a secretários do governo. A questão do tracejo da linha férrea entre Itaqui e São Borja, margeando o rio Uruguai, por exemplo, era de extrema necessidade para o desenvolvimento do município<sup>178</sup>, além de solicitações para que Getúlio cobrasse a linha telefônica prometida por Ildefonso Fontoura entre São Borja e o Passo<sup>179</sup>, antigo anseio dos são-borjenses.<sup>180</sup>

<sup>177</sup> FGV - GV c 1909.03.19. Data: 13/03/1909. Carta de Manoel do Nascimento Vargas a Getúlio Vargas comentando a repercussão da exclusão de seu nome (GV) na chapa de deputados estaduais e encarregando-o de interceder junto ao governo estadual, na solução dos pedidos da Intendência de São Borja. São Borja.

<sup>178</sup> A linha de Barra do Quaraim-São Borja foi inaugurada pela *The Brazil Great Southern Railway Co.* (BGS) em 1887, no trecho de Uruguaiana a Barra do Quaraim, e em 1888 no trecho Uruguaiana-Itaqui. Somente em 1913 alcançou São Borja. Era uma ferrovia construída mais por motivos estratégicos - acompanhava a fronteira com a Argentina ao longo do rio Uruguai - do que econômicos. Em 1924 a ferrovia foi encampada pela União e repassada em 1933 à VFRGS. Em 1965, o trecho mais antigo foi suprimido, e o trecho restante foi suprimido em 1974 entre Uruguaiana e Itaqui. A linha Itaqui-São Borja, justamente a mais nova, durou até 1980 transportando passageiros, e parece nunca ter sido oficialmente suprimida, embora, se existir, não esteja sendo utilizada. Informações extraídas do site: [www.essaesferroviarias.com.br](http://www.essaesferroviarias.com.br). Acesso em: 02/12/2009.

<sup>179</sup> Ildefonso Borges Toledo da Fontoura, Coronel da Guarda Nacional, natural de Santa Maria em 22/02/1859, batizado em 03/09/1860, engenheiro geógrafo formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1886, chefe

Por outro lado, essas cartas revelam também o acirramento das disputas locais em São Borja e a ocorrência de ataques pessoais a Getúlio Vargas, então representante do poder varguista no âmbito estadual, ocupando a cátedra de deputado estadual na Assembleia dos Representantes em 1909. O teor desses ataques era descrito por Viriato Vargas a seu irmão no mês de setembro de 1909. Na correspondência Viriato relatava uma série de ofensivas de Raphael Escobar contra o prestígio do jovem político. Narrava Viriato Vargas:

Getúlio

Junto receberás uns papéis que o Sarmanho pediu-me para enviar-te e o 13, para veres o que o Raphael disse de ti, na que te pegou pelas costas. Lê e pasma e depois diz-me: o que conseguiste em poupar esse patife? A inveja e o despeito que lhe usava, só não tinham manifestado por covardia. E essa covardia ressalta agora no ataque que te fez depois de partires [...].<sup>181</sup>

É interessante ressaltar desse documento a frase “o que conseguiste em poupar esse patife”, que por si só é representativa de um contexto político de disputas no cenário local são-borjense. Seria no período da contenda eleitoral entre Fernando Abbott e Carlos Barbosa que Raphael Escobar se envolveria no universo da política partidária, estreando na posição de opositor ao grupo de Manoel Nascimento Vargas. Sua posição política nessa quizila eleitoral seria de jornalista do movimento liderado por Apparício Mariense, escrevendo no jornal *13 de Janeiro*<sup>182</sup> artigos virulentos contra Manoel Nascimento Vargas, Viriato e Getúlio Vargas. Por essa época, Getúlio era estudante em Porto Alegre. Para explicar os motivos da pretensa relação de cordialidade que ele manteria com Raphael Escobar, é esclarecedora a própria defesa que faria desse episódio no jornal *Correio do Povo* em período posterior, no ano de 1913, no intuito de se defender dos ataques que sofria via imprensa de seus inimigos políticos Raphael Escobar e Benjamim Torres após sua renúncia ao cargo de deputado estadual. Getúlio assim se referia à relação entre ambos:

---

da Secretaria de Obras Públicas do RS em 1898 e de 1904 a 1906, chefe do Serviço de Repressão ao Contrabando do RS em 1899. Coronel Comandante da 26ª Brigada de Infantaria do RS em 1901, chefe do Plano Geral da Viação do RS em 1907, inspetor de 1ª Classe do Telégrafo Nacional em 1908, engenheiro chefe do telégrafo de 1909 a 1913, e inspetor federal das estradas a partir de julho de 1913 e falecido em Porto Alegre em 19/04/1921. Informações extraídas do site: [www.essaçosferroviarias.com.br](http://www.essaçosferroviarias.com.br). Acesso em: 02/12/2009.

<sup>180</sup> FGV - GV c 1909.03.19. Data: 13/03/1909. Carta de Manoel do Nascimento Vargas a Getúlio Vargas comentando a repercussão da exclusão de seu nome (GV) na chapa de deputados estaduais e encarregando-o de interceder junto ao governo estadual, na solução dos pedidos da Intendência de São Borja. São Borja

<sup>181</sup> FGV - G V c 1909.09.21. Data: 21/09/1909. Carta de Viriato Vargas a Getúlio Vargas comentando ataque feito a esse por Raphael Escobar. São Borja.

<sup>182</sup> Jornal de circulação semanal representava os interesses do Partido Republicano. Foi fundado em 1895 por Apparício Mariense. Informações extraídas da obra: *Memórias sobre a imprensa em São Borja*. Centro de Ciências Sociais de São Borja. Unipampa/ UFSM. Curso de Comunicação Social – Jornalismo. Pró-Reitoria de Graduação/ UFSM. Santa Maria, 2007.



Eu, estudante em Porto Alegre, mantinha relações de boa camaradagem com o Dr. Raphael, até que uma vez, indo a S. Borja, ao retirar-me de lá para essa cidade, voltando as costas fui agredido pelo jornaleco do meu amigo urso... Se expressei alguma vez juízo lisonjeiro, respeito ao caráter do Dr. Raphael, modifiquei-o completamente, ao melhor reconhecê-lo, e em virtude de sua posterior conduta [...].<sup>183</sup>

Se, por um lado, no início das querelas eleitorais entre líderes locais de São Borja, no ano de 1907, Getúlio Vargas optou por “poupar” Raphael Escobar de algumas ofensivas políticas, o que revela que estaria diretamente envolvido no apoio à facção varguista, por outro, a ofensiva dirigida a Getúlio pelo jornal local *13 de Janeiro* revela que os inimigos políticos dos Vargas continuavam a elaborar estratégias de confronto pessoal e político para confrontar a família varguista na tentativa de contestação do seu poder crescente, fortalecido pela conquista de Getúlio da deputação estadual. De fato, ao ocupar o cargo de deputado estadual, Getúlio representava, em nível estadual, o *status* político que detinha a família Vargas a partir do município de São Borja.

Assim, os Vargas conseguiam se projetar politicamente tanto no âmbito local como no estadual. Entretanto, o poder local dos Vargas não era hegemônico. Ilustrativo dessa constante luta para manter o poder no âmbito local é o episódio da sucessão dos cargos de Intendência e de chefe do PRR são-borjense em 1911. O período de liderança de Manoel Nascimento Vargas nessas funções estava por se encerrar. Assim, iniciavam-se os preparativos para sua sucessão, e Viriato Vargas despontava como candidato oficial da corrente republicana pró-Vargas. No entanto, Borges de Medeiros iria se opor a essa candidatura. Os Vargas não desistiriam facilmente dessa luta pelo poder, no que general Vargas contaria com o apoio de Getúlio, que nessa quizila teria sua participação como mediador dos interesses da família nos âmbitos local e estadual, ao mesmo tempo em que, por meio de seus contatos políticos com poderosos republicanos, reforçaria a posição de poder local varguista.

### **2.1.1 A questão da sucessão de 1911: uma contenda política local**

A contenda política da sucessão à Intendência de São Borja e à direção do Partido Republicano são-borjense no ano de 1911 traria consequências que acarretariam o

---

<sup>183</sup> CORREIO DO POVO, 26 de novembro de 1913. *Seção Livre. O caso de São Borja e o Dr. Raphael Escobar.*

acirramento dos ânimos políticos entre as greis republicanas e repercutiriam na futura renúncia ao cargo de deputado estadual por Getúlio Vargas. Seria a partir desse litígio que o jovem político começaria a perceber a instabilidade do apoio do poder borgiano em relação aos interesses locais dos Vargas.

Em 1911 o quadriênio da administração intendencial e da chefia do Partido em São Borja de Manoel Nascimento Vargas estava por findar. Começavam, então, os preparativos para a sucessão. Em eleição prévia, realizada em fevereiro de 1911, o Partido Republicano de São Borja, ao menos os que compunham a facção varguista, escolhera para candidato Viriato Dornelles Vargas. Este, ao saber de sua preferência como possível candidato, escreveu a Borges de Medeiros em 20 de março de 1911 solicitando seu apoio político, o qual era imprescindível para sua investidura no poder. A importância da análise dessa carta está, precisamente, no discurso que Viriato elaboraria para o chefe do PRR, encharcado pela lógica coornelista-borgista de competição e cooptação entre o poder local e o poder estadual. Viriato assim escrevia a Borges:

Em eleição prévia, fui feito partido republicano dessa terra, escolhido para candidato ao cargo de Intendente Municipal. Só aceitarei porém essa escolha, que nunca desejei, se com ela concordares. Essa consulta é feita de todo o coração, não é um gesto de vaidade, contando previamente com vossa concordância. Sentir-me-ei mais satisfeito comigo mesmo em declinar a honra da escolha, for vosso conselho, do que me sentiria se fosse eleito sem vos ouvir. Espero respostas.<sup>184</sup>

As intenções de Viriato em relação a Borges de Medeiros eram de construção de uma pretensa imagem de abnegado servidor do PRR e leal correligionário do mandatário estadual. Para tanto, alegava que o poder não o atraía; por isso, teria aceitado a indicação para os cargos de intendente e chefe do PRR são-borjense apenas como uma missão, a qual cumpriria humildemente e sem grandes ambições. Esse episódio pode ser observado na ótica das relações recíprocas entre o poder de duas dimensões: a relação do poder político local com o estadual. Viriato, representante do poder local dos Vargas, tentava “amarrar” Borges de Medeiros com uma troca de favores: enquanto lhe oferecia sua lealdade, o presidente do Estado, em troca, deveria prestigiar e apoiar a sua administração. O pretense candidato à Intendência e à chefia do PRR são-borjense buscava cooptar o poder borgiano a compromissos locais, pois sabia que a lógica castilhistaborgista, caso não garantisse o apoio do poder palaciano, podia ser utilizada por Borges para interferir e, mesmo, derrubá-lo do

---

<sup>184</sup> ABM. 8626. Remetente Viriato Vargas a Borges de Medeiros. São Borja, 20 de março de 1911.

poder local. Os mecanismos de cancelar eleições, interferir nos assuntos partidários locais, usar a organização policial e judicial poderiam ser utilizados pelo mandatário estadual na tentativa de controlar as pretensões políticas de Viriato e da sua família.

Por sua vez, no período de 1908 a 1913, Borges de Medeiros tentava recompor a rede de compromissos que o sustentariam no poder e, provavelmente, para isso, era relevante compor com Viriato Vargas, o que significaria continuar apoiando politicamente os Vargas. Contudo, apesar da carta enviada ao líder do PRR solicitando seu apoio político, Borges não aprovava a escolha da candidatura de Viriato para ocupar a Intendência e a direção do Partido Republicano são-borjense, como evidencia a correspondência enviada por Manoel Nascimento Vargas no mês de junho de 1911 ao presidente. O general Vargas assim se expressava sobre a discordância de Borges:

[...] fora o problema resolvido pelo Partido Republicano daqui na eleição previa de fevereiro do começo do ano escolhido para candidato o Viriato Dornelles Vargas, **quando a discordância de V. Ex.<sup>a</sup>** veio alterar completamente a ordem das coisas estabelecidas [...].<sup>185</sup>

Em vista dessa situação, Viriato Vargas escreveu novamente a Borges de Medeiros no mês de maio, com a intenção de reforçar seu discurso político. O filho primogênito de Manoel Nascimento Vargas salientava que a preferência de seu nome era fruto de uma escolha dos partidários republicanos e que sua candidatura seria resultado de uma solicitação do partido, não alvitre de um pleito pessoal que envolveria a família Vargas. Portanto, com esse discurso Viriato buscava camuflar as pretensões de maior autonomia e continuidade política do clã dos Vargas no âmbito local; ao mesmo tempo, sua alegação de desapego pessoal e político quanto à administração local visava dar a entender a Borges de Medeiros que não pleiteava a candidatura, que seria um sacrifício pessoal em prol do partido e do município. Escrevia Viriato:

Em meu poder vossa carta. Soldado conscientemente subordinado, nada mais tenho a fazer senão obedecer às determinações de meu chefe. É preciso porém, que fique consignado o fato de que nunca ambicionei cargo público algum e nem a esse fui indicado por meu pai. Em eleição prévia, completamente livre, sem indicação ou sequer insinuação de candidatos, é que fui escolhido pelo Partido Republicano são-borjense. E o cargo de Intendente seria o único que eu poderia aceitar, se bem, com sacrifícios.<sup>186</sup>

<sup>185</sup> ABM. 8628. Remetente: Manoel Nascimento Vargas a Borges de Medeiros. São Borja, 02 de junho de 1911. (Grifos nossos).

<sup>186</sup> ABM. 8627. Remetente: Viriato Dornelles Vargas a Borges de Medeiros. São Borja, 20 de maio de 1911.

O fato de Borges de Medeiros não atender à solicitação da aprovação de Viriato Vargas devia-se a diferentes, mas interligados, motivos. O primeiro era o envolvimento de Viriato na questão do crime de Ouro Preto, pois pesava sobre os seus ombros a acusação do assassinato do jovem estudante paulista Carlos Almeida Prado em Minas Gerais. Logo, o seu passado comprometia as intenções de mando político, além de possuir a fama de ser “explosivo” e “instável”.<sup>187</sup> A segunda causa era a percepção de que o poder dos Vargas em São Borja e em regiões subjacentes começava a tomar proporções avultantes, que punham em risco sua prática de domínio das facções republicanas municipais, pois, se Borges procurava deter o controle dos assuntos partidários locais, talvez ao dar seu aval a essa administração criaria empecilhos políticos locais às suas ambições de ampliação do poder estadual.

Outro aspecto que se sobressai na carta citada é o discurso de aceitação de Viriato em face da negativa do apoio político de Borges. Ora, é óbvio que, apesar da aparente atitude de abnegação, Viriato e os Vargas não desistiriam de lutar pela continuidade do poder político local, e a posse desses cargos era imprescindível para que a facção varguista concordasse com os desígnios adversos de Borges de Medeiros.

Por serem detentores de forte poder de coerção, de cooptação, de redes de solidariedade e de influência sociopolítica, escudados na figura do patriarca e no então deputado Getúlio Vargas, além de possuidores da maioria do eleitorado são-borjense, o que reforçava o seu poder político em face da prática de coerção e cooptação de Borges de Medeiros, Manoel Nascimento Vargas faria uma dura “queda de braço” com o presidente estadual, defendendo a continuidade e o fortalecimento de seu poder por intermédio de Viriato, na tentativa de transformá-lo em seu herdeiro político. Essa situação criava tensão entre o poder local e o poder estadual, com ambos querendo delimitar espaços de poder no cenário político da Primeira República no Rio Grande do Sul: o primeiro, buscando mais autonomia política em face das interferências do chefe do PRR; o segundo, tentando ampliar e consolidar seu poder político.

Diante desse contexto, Manoel Nascimento Vargas exporia sua defesa política a favor de seu filho primogênito em carta endereçada a Borges de Medeiros em junho de 1911. Na missiva afirmava:

---

<sup>187</sup> COLUSSI e DIEHL. 2008. op. cit. p. 79.

[...] Viriato foi o principal fator de reação contra a desistência abbottista. E desde esse momento o seu critério, seu desinteresse e o ardor com que se batia deram-lhe prestígio próprio, tornando-o estimado pelos companheiros e respeitado pelos adversários. Eu aqui não falo como pai e sim como político.<sup>188</sup>

Para o general Vargas a candidatura satisfazia às aspirações dos próceres municipais, principalmente em razão dos inestimáveis serviços prestados por Viriato Vargas ao partido e ao próprio Borges de Medeiros na questão abbottista de 1907.<sup>189</sup> O patriarca do clã dos Vargas sustentava a posse de Viriato salientando que era o escolhido por ser o mais habilitado, o mais preparado para exercer o poder com competência, sendo o responsável por neutralizar a oposição federalista no município de São Borja. Com essas palavras, procurava ressaltar as qualidades pessoais e políticas do filho primogênito à causa republicana, tanto que suas contribuições teriam favorecido para que o poder de Borges de Medeiros, o qual em 1907 passava por uma crise de hegemonia, fosse restabelecido. Como os Vargas tinham se mantidos leais ao mandatário estadual, agora, na questão de sucessão do cargo de intendente e do comando do PRR são-borjense, exigiam o reconhecimento do chefe do PRR com seu apoio à candidatura de Viriato.

Na carta citada, Manoel do Nascimento Vargas citava um conjunto de alegações favoráveis a Viriato com o propósito de que Borges voltasse atrás e apoiasse a posse do seu herdeiro político ao cargo de intendente e ao comando do PRR são-borjense. Um dos argumentos utilizados era a ausência de outro nome para sucedê-lo na Intendência e na chefia do partido, como se percebe nas suas argumentações dirigidas a Borges de Medeiros:

[...] A escolha dele [Viriato] era a que mais convinha não só por ser aceito com satisfação pela unanimidade do partido como também porque grandes partes dos adversários viriam a engrossar as nossas fileiras aderindo a elas e a oposição ficaria aqui em pouco tempo completamente aniquilada. Não sugiro outro nome para exercer esse cargo, uns por falta de capacidade, outros por que iriam causar desgostos e abrir cisões no seio do Partido, dando lugar a que os adversários se ergam e reorganizem, na ocasião propícia em que esperam seu chefe que chega da Europa no próximo mês. Não supunha que o fato de ser ele meu filho pudesse obstar a sua eleição [...].<sup>190</sup>

<sup>188</sup>ABM. 8628. Remetente: Manoel Nascimento Vargas a Borges de Medeiros. São Borja, 02 de junho de 1911.

<sup>189</sup> Para Trindade a situação política de Borges de Medeiros na questão abbottista, traduzia-se na seguinte configuração: “Tanto na chefia do governo quanto como chefe político regional dos republicanos, Borges não enfrentou nenhuma situação de crise partidária intestina, como as dissensões que ocorreram sob a Castilhos. As eleições de 1907, porém, colocariam pela primeira vez uma situação competitiva na sucessão de Borges. [...]. A sucessão de Borges, portanto, deu-se no clima de uma cisão que se delineava no seio do PRR. Esse conflito latente vinha lentamente se preparando nas disputas internas de liderança no Partido [...]”. TRINDADE, Héglio. 1979. op.cit. p.148.

<sup>190</sup>ABM. 8628. Remetente: Manoel Nascimento Vargas a Borges de Medeiros. São Borja, 02 de junho de 1911.

A alegação de que inexistiam lideranças políticas leais que pudessem sustentar a hegemonia de Borges nos âmbitos regional e local constituía-se num trunfo político favorável aos Vargas. Para defender essa posição, o general Vargas apontava a Borges de Medeiros a proeminência do nome de Viriato para manter coeso e arregimentado o Partido Republicano são-borjense. Utilizando o subterfúgio do perigo da desagregação partidária, reforçava a necessidade da aceitação do nome do filho, impondo a urgência dessa resolução. Nesse período, Raphael Escobar e Apparício Mariense Filho, inimigos políticos dos Vargas, pertenciam às fileiras do Partido Democrata (PD), logo opositores do PRR. Cabe salientar que a facção republicana formada pelos “cristãos novos” liderada por Raphael Escobar apenas se articulava em meados de 1913. Borges de Medeiros se aproveitaria da sistemática oposição local aos Vargas, realizada por Raphael Escobar desde os anos de 1907 e Apparício Mariense Filho, ambos futuros aderentes ao PRR, para incentivar a formação de uma facção republicana adversária aos Vargas.

Outro recurso que Manoel Nascimento Vargas utilizaria para convencer Borges de Medeiros é exposto na defesa do impedimento proposto por esse de que Viriato era filho do líder general. O patriarca do clã argumentava em sua carta ao presidente do estado que “[...] não supunha que o fato de ser ele [Viriato] meu filho pudesse obstar a sua eleição [...]”. Ciente do que ocorria em outros municípios do Rio Grande do Sul, o general Vargas salientava que não aceitava essa impugnação por dois motivos principais:

[...] primeiro porque ele foi escolhido em eleição prévia e não indicado por mim; segundo por não ser um caso novo o filho do chefe do partido ser intendente pois, em Cruz Alta o intendente é filho do chefe do partido que além disso é subchefe de polícia [...].<sup>191</sup>

Por um lado, o general Vargas reforçava suas convicções salientando a Borges que, se isso fosse obstáculo, renunciaria à chefia local e se afastaria dos cargos públicos. Manoel Nascimento Vargas possuía uma renomada trajetória política de verdadeiro castilhista na época da implantação da República e, principalmente, no período em que Júlio de Castilhos enfrentara os dissidentes no denominado “Governicho”. Sua atuação na Divisão do Norte e participação nas reuniões que antecederam a Revolução Federalista - reuniões, inclusive, realizadas em sua fazenda - o autorizavam a se autodenominar um soldado leal e verdadeiro castilhista. Portanto, seu poder pessoal e político não podia ser desprezado por Borges de Medeiros.

---

<sup>191</sup>ABM. 8628. Remetente: Manoel Nascimento Vargas a Borges de Medeiros. São Borja, 02 de junho de 1911.

De outro lado, Borges de Medeiros, ao redimensionar a impossibilidade de Viriato assumir a Intendência pelo fato de ser filho do intendente e do chefe do partido local, lançava mão de uma estratégia para afastar os Vargas do poder e, ao mesmo tempo, manter sua imagem de conciliador e admirador dos préstimos prestados à causa republicana pelo general Vargas. Era uma estratégia dissimulada visando reforçar seu poder, do mesmo modo que diminuía o poder do clã dos Vargas em São Borja. Era praxe o chefe do PRR atentar para as trocas de intendentes, assegurando, dessa forma, chefias leais que pudessem ser manipuladas e garantissem o fortalecimento do Estado e, conseqüentemente, sua permanência no poder. Entretanto, nem sempre Borges de Medeiros conseguia atingir seus objetivos. Esse jogo político do poder estadual *versus* o poder local é facilmente constatado por Gunter Axt, que afirma:

diante das contingências, era ideal para o líder que a situação política nos municípios pudesse ser mantida, se não em total submissão ao seu comando, na fronteira entre a estabilidade e a instabilidade. A gangorra das facções, em alternância no comando político e administrativo municipal, dividia a força das lideranças locais, fortalecendo conseqüentemente o poder pessoal de barganha e de pressão do sacerdote palaciano sobre as mesmas.<sup>192</sup>

Manoel Nascimento Vargas, ao encerrar sua defesa na carta enviada a Borges em junho de 1913, perguntava ao líder estadual do PRR se Viriato mereceria a sua confiança. Ao formular esse questionamento, buscava aferir se *seu* próprio nome merecia a confiança do mandatário estadual. O general Vargas arquitetava, então, importante defesa do seu domínio político em São Borja, não se esquecendo de citar, de diferentes prismas, as qualidades pessoais e políticas de Viriato, a sua lealdade aos interesses borgistas, a ausência de lideranças políticas leais a Borges no município, de modo que a escolha do nome desse era uma imposição do Partido Republicano são-borjense, não uma indicação pessoal, tudo na tentativa de evitar a impugnação da candidatura de Viriato.

Nesse sentido, diante do impasse criado entre Manoel Nascimento Vargas e Borges de Medeiros no apoio à candidatura de Viriato, Getúlio foi indicado por seu pai como mediador dos interesses varguistas junto ao chefe palaciano em Porto Alegre. Getúlio levava como trunfo a carta de seu pai a este, já analisada, a qual, como se observou, deixa transparecer que os Vargas não aceitariam facilmente a discordância de Borges, que alterava os planos de domínio da facção varguista.

---

<sup>192</sup> AXT, Gunter. 2001b. op. cit. p.139.

Nessa querela política, Getúlio Vargas também teria contribuição importante na busca da vitória política dos Vargas. Fazendo o papel de mediador e com plenos poderes de seu pai para resolver a disputa eleitoral entre os Vargas e Borges de Medeiros, Getúlio começou a conceber um plano de ação na tentativa de romper com a resistência deste à nomeação dos cargos de intendente e chefe político do PRR são-borjense do seu irmão Viriato. Aproveitando-se das suas relações de amizades, constituídas a partir do lugar privilegiado que ocupava como deputado da Assembleia dos Representantes, Getúlio escreveu para o coronel Marcos<sup>193</sup> solicitando que interviesse junto ao poder palaciano em favor de Viriato Vargas. Sua petição era assim arquitetada:

Tendo em conta a nossa amizade e a eminência de sua posição no Partido Republicano, dirijo-lhe essa carta com o fim de obter uma solução para a situação política nessa localidade. Estando a terminar aqui o quadriênio da administração municipal o meu pai não só se recusa terminantemente a uma nova investidura como sufoca toda a tentativa a favor de sua reeleição. Nessas condições, o partido reunindo-se em reunião prévia escolheu por unanimidade para sucedê-lo a Viriato Vargas. Era depois dele o nome mais simpático no partido, tanto na cidade como na campanha [...]. O escolhido nunca pleiteou em favor do seu nome, nada pediu, nem deseja [...].<sup>194</sup>

Na mesma missiva, reforçava a prática que se desenrolava há vários anos na administração são-borjense, onde Viriato Vargas já carregava sobre os ombros quase todo o serviço político do município. Os mesmos predicados utilizados por Manoel Nascimento Vargas ao escrever a Borges de Medeiros eram, agora, utilizados por Getúlio para defender e sustentar a grande notoriedade à causa republicana de seu irmão.

Em meio às queixas e justificativas, Getúlio mostrava-se preocupado com a demora de Borges em aprovar essa escolha:

A sua admiração pessoal [por parte de Viriato] pelo chefe do partido republicano ao lado da completa obediência a essa direção não lhe permitiu aceitar tal encargo sem expresso consentimento do chefe. Nesse sentido dirigiu-se ao Dr. Borges explicando com minúcia o que se passava. Já lá vão, porém dois meses, após essa carta, sem que ele tivesse resposta, tomando o silêncio como uma desaprovação.<sup>195</sup>

<sup>193</sup> Marcos Alencastro de Andrade era natural de Viamão. Durante a República ocupou vários cargos públicos e comissões políticas. Detinha grande prestígio político na cidade de Porto Alegre, tendo “em suas mãos” grande número do eleitorado dessa cidade. Faleceu no ano de 1921, na cidade de Porto Alegre. Informações extraídas a partir da obra: *ALBUM ILLUSTRADO do Partido Republicano Castilhistas*. Porto Alegre: Selbach, [1934?].

<sup>194</sup> FGV - GV c 1911.00.00. Data: 1911. Carta de Getúlio Vargas ao coronel Marcos (?) pedindo que interceda junto a Borges de Medeiros no sentido de obter uma resposta sobre a candidatura de Viriato Vargas à Intendência de São Borja. [São Borja]

<sup>195</sup> FGV - GV c 1911.00.00. Data: 1911. Carta de Getúlio Vargas ao coronel Marcos (?) pedindo que interceda junto a Borges de Medeiros no sentido de obter uma resposta sobre a candidatura de Viriato Vargas à Intendência de São Borja. [São Borja]



Nesse fragmento de carta Getúlio enfatizava que o silêncio de Borges seria tido como uma desaprovação, fato que demonstra que este deixou por longos meses a facção varguista na expectativa até dar seu ultimato final: o da desaprovação do nome de Viriato.

Entretanto, como já destacado, os Vargas não abandonariam suas intenções de se perpetuarem no mando político local. Se, por um lado, Borges de Medeiros, com sua ação de resistência aos Vargas, buscava intimidá-los a ponto de os fazerem recuar, por outro, Manoel e Getúlio Vargas também elaborariam estratégias políticas para garantir a permanência do poder local varguista. Era um jogo de forças políticas entre as esferas de poder. Esse episódio expõe as conturbadas e permanentes tensões que havia entre o poder local e o poder estadual, pois, apesar de o aparelho do Estado progressivamente se reforçar no decorrer da Primeira República em relação ao poder local, esse era infraestruturalmente fraco, como bem expõe Axt:

Borges de Medeiros precisava negociar com os poderes locais, aliar-se ou, mesmo, submeter-se em certas circunstâncias, aos coronéis, não porque fossem eles excepcionalmente fortes – e, aliás, a República sem dúvida corroera muito de sua autonomia local -, mas porque o aparelho estatal era infraestruturalmente frágil.<sup>196</sup>

Nesse quadro de disputas intrapartidárias nas hostes do PPR entre duas dimensões políticas, quem colheria os “louros da vitória” seriam os Vargas. As estratégias de defesa em relação a Borges de Medeiros e a favor dos interesses varguistas, efetivadas tanto com o próprio poder palaciano como com importantes partidários no âmbito regional - como já destacado nas cartas anteriormente analisadas - adotadas pela família Vargas foram bem-sucedidas. Assim é que Borges de Medeiros acabou recuando, ao menos nesse período, em suas intenções de solapar o prestígio político dos Vargas na cidade de São Borja. O conjunto de motivos que o levariam a recuar nesse objetivo podem ser assim descritos: a) pressões de líderes políticos, tanto da cidade de São Borja como da capital; b) ausência de lideranças republicanas detentoras de forte prestígio político na cidade de São Borja, que pudessem fazer frente aos Vargas; c) a impossibilidade de interferir na localidade em razão do perigo de uma desagregação partidária local; d) a recomposição de redes de compromissos borgianos no interior dos municípios em 1911 ainda estava sendo formada e, portanto, ainda necessitava

---

<sup>196</sup> AXT, Gunter. 2001b. op.cit. p.158.

das bases coronelistas dos Vargas: e) os Vargas detinham expressiva força política local nos “currais eleitorais” do município, possibilitando, assim, a arregimentação de votos.

Portanto, analisando esses elementos, Borges de Medeiros acabou por dar seu apoio para que Viriato Vargas ocupasse o cargo de intendente e o comando do Partido Republicano são-borjense. Talvez, ao recuar e oferecer seu apoio a Viriato esperasse que o filho truculento do general Vargas desenvolvesse novas cizânias locais, quando, então, poderia interferir e, quem sabe, conseguir desestabilizar o poder dos Vargas. Seria, pois, só uma questão de dar tempo ao tempo. Assim, com o apoio de Borges de Medeiros, Viriato assumiu as funções de intendente e chefe partidário do PRR em São Borja. Era notório que a personalidade e os antecedentes políticos e pessoais de Viriato Vargas não o habilitavam, aos olhos de seus adversários políticos, a ocupar as funções administrativas e políticas do município, como abordado pelo federalista Wenceslau Escobar em sua obra *30 anos de ditadura rio-grandense*:

[...] a indicação do coronel Viriato Vargas para a Intendência de São Borja foi uma das más escolhas [de Borges de Medeiros]. Esse cidadão era criminoso; o indigitado assassino de seu colega de estudos, Carlos Prado, em Ouro Preto, e como tal processado e pronunciado. [...]. Apesar desses maus precedentes, travando-se no município de São Borja renhida luta eleitoral entre duas facções que disputavam o governo municipal, o Dr. Borges, que queria dá-lo a família Vargas, [...] interessando-se ao pleito que seu pai, o general Vargas, era o candidato e a quem fez suceder no cargo de intendente. No exercício desse posto não tardou a desmandar-se, levantando contra si formidável oposição. O Dr. Borges, surdo a todas as advertências do perigo eminente de um conflito armado, em que poderia ser sacrificado muitas vidas, sustentou o Sr. Viriato Vargas, que sentindo-se prestigiado pelo apoio oficial, tratou de desfazer dos adversários que mais o incomodavam. [...] <sup>197</sup>

Essa vitória política parcial dos Vargas favoreceria o incremento de seu poder de mando local. Entretanto, convém salientar que a possibilidade de poder absoluto dos Vargas no município de São Borja, ao menos no espaço de tempo delimitado neste trabalho, jamais ocorreu; pelo contrário, a trajetória política dos Vargas foi marcada por avanços e recuos políticos entre fins do século XIX e princípios do século XX.

O contexto histórico que abrange os anos de 1907 a 1917 representaria uma série de situações reveladoras de conflitos internos no PRR, com consequências no jogo político local e nas alianças que se estabeleciam no âmbito estadual. A escalada política dos Vargas na cidade de São Borja seria pautada por constantes oscilações, pois os adversários políticos se valeriam de denúncias, traições, disputas, vaidades, sentimentos de vingança e profunda rivalidade na tentativa de desestabilizar o poderio local do clã dos Vargas. A querela entre os

---

<sup>197</sup> ESCOBAR, Wenceslau. 1922. op.cit. p. 168-169.

Vargas e a facção liderada por Raphael Escobar tomava forma cada vez mais nítida, e a cidade de São Borja vivenciava o prenúncio de tempos ainda mais tumultuosos.

## 2.2 SÃO BORJA “EM PÉ DE GUERRA”. OS VARGAS CONTRA RAPHAEL ESCOBAR E BENJAMIM TORRES: O JOGO POLÍTICO LOCAL

A posse de Viriato Vargas na presidência do partido e na administração municipal acentuaria os descontentamentos e suscitaria graves divergências entre os Vargas e seus contestadores políticos, que num futuro próximo se uniriam ao Partido Republicano são-borjense, formando nas fileiras partidárias uma nova corrente republicana de contestação ao poder varguista.<sup>198</sup>

Raphael Escobar, inimigo ferrenho dos Vargas, alegava em suas considerações no documento *Allegações Finais* \_ escrito em 1917, no qual acusava Viriato Vargas e sua família de serem autores e coautores do assassinato de Benjamim Torres e que, em certos momentos da narrativa, faz uma retrospectiva do domínio dos Vargas desde os anos de 1907 – que, com Viriato no poder e sob a proteção e o consentimento de seus familiares, a violência tornar-se-ia prática comum, a ponto de serem esses métodos concretizados “[...] em seqüestros e esbordoamentos, em subornos, pela facilitação do contrabando e pelas isenções fiscais, em fraudes eleitorais e em extorsões advocatícias, foram, num crescente assustador, até o fim do desastre”.<sup>199</sup> O missivista, no mesmo documento, sustentava que os Vargas haviam assumido o poder e a tudo dominavam, desde o comércio, que

[...] vivia asfixiado pela concorrência ilícita do armazém que girava sob a firma dos irmãos Vargas, locuptando-se com o contrabando; os vícios iniciais do regime paterno haviam já assumido formas mais apuradas de arrocho inquisitorial; matava-se de vez em quando, mesmo para roubar, sem a mínima intervenção da justiça; no foro, onde a ganância sem escrúpulo dos advogados oficiais varrera qualquer competição, tripudiava a imoralidade mais arrogante; a polícia, a magistratura, os serventuários de justiça, o fisco estadual e o federal, [...], nada escapava à intrusão omimoda e plenipotente da privilegiada família.<sup>200</sup>

<sup>198</sup> ARAÚJO, Rubens Vidal. 1985. op.cit. p. 36.

<sup>199</sup> *O crime de São Borja*, alegações dos drs. Raphael Escobar e Alberto do Rego Lins, advogados da assistente, D. Acyndina Ferrugem Torres. Porto Alegre, 1917, p. 4.

<sup>200</sup> *O crime de São Borja*, alegações dos drs. Raphael Escobar e Alberto do Rego Lins, advogados da assistente, D. Acyndina Ferrugem Torres. Porto Alegre, 1917, Loc.cit.

Em outro trecho do documento observa-se o grau de divergência que se estabeleceria entre Benjamim Torres e os Vargas. Torres, antigo amigo da família Vargas, romperia suas relações políticas e pessoais com a prole varguista e corroboraria para que a facção de “cristãos novos” liderada por Raphael Escobar buscasse cristalizar suas ambições políticas tanto na esfera local quanto na estadual, transformando-se em uma nova opção para Borges de Medeiros de desestabilizar o poder político dos Vargas. Para Raphael Escobar, Benjamim Torres seria o responsável pelo movimento de reação à caótica situação instalada em São Borja pela dinastia varguista. Nesse sentido, escrevia Escobar:

A revolta geral era surda, mais latente. Em toda a parte, nas esquinas, nos clubes, no segredo dos conciliábulos domésticos, comentavam-se, condenando os desmandos do poder local. [...] foi quando a interpreta figura de Benjamim Torres, [...] havendo sondado o estado geral dos espíritos, pelas facilidades mesmas de sua profissão de médico e compreendido que, para derrocar o crime, ali só faltava desferir a centelha da revolta, levando tudo ao conhecimento do integro presidente do Estado – tomou a iniciativa do movimento de reação.<sup>201</sup>

O missivista do fragmento citado narra que Benjamim Torres teria levado ao conhecimento de Borges de Medeiros denúncias contra os Vargas. Tais denúncias abririam um novo capítulo de lutas no jogo de interesses privados no cenário do poder político local e estadual. No âmbito local, esse episódio traria várias consequências para o clã dos Vargas e a facção dos “cristãos novos” chefiados por Raphael Escobar e Apparício Mariense Filho: a) iniciar-se-ia mais um período de grande agitação política entre as greis republicanas em disputa com a finalidade de buscar as “graças” do poder borgiano e, assim, conquistar ou manter o mando local; b) influiria na decisão de Getúlio de renunciar ao seu mandato de deputado estadual em outubro de 1913, como se verá a seguir; c) permitiria que os inimigos dos Vargas fossem cooptados por Borges de Medeiros unindo-se ao PRR e formando, assim, uma facção nas hostes republicanas lideradas por Raphael Escobar e Apparício Mariense Filho, antigos membros do Partido Democrata (PD), contra a facção dos Vargas; d) as denúncias de Benjamim Torres provocariam o desgaste pessoal e político de Viriato Vargas junto a Borges de Medeiros a ponto de esse renunciar aos cargos de intendente e de chefe do PRR são-borjense no ano de 1914 – episódio que será abordado no terceiro capítulo desta dissertação.

---

<sup>201</sup> O *crime de São Borja*, alegações dos drs. Raphael Escobar e Alberto do Rego Lins, advogados da assistente, D. Acyndina Ferrugem Torres. Porto Alegre, 1917, p. 5.

De outro lado, no âmbito estadual, Borges de Medeiros aproveitaria a situação criada e estabeleceria sua estratégia de “dividir para reinar”, ou seja, mantendo o Partido Republicano são-borjense fracionado, buscava dividir as bases políticas que davam sustentação ao poder dos Vargas. Além disso, o desenvolvimento das pugnas políticas no interior da estrutura partidária seria uma oportunidade para Borges de Medeiros reorientar os conflitos existentes no município de São Borja e, desse modo, fortalecer seu poder de barganha. O episódio das denúncias realizadas por Torres é ideal para se apreender o feixe de estratégias de que Borges de Medeiros lançaria mão na tentativa de manietar a facção dos Vargas, mecanismos que no item 2.3 desse capítulo serão mais bem abordados.

Benjamim Torres entraria oficialmente com uma “representação pública” contra Viriato Vargas em outubro de 1913, ou seja, após a renúncia de Getúlio Vargas ao cargo de deputado. Entretanto, na análise das cartas que compõem o Arquivo de Borges de Medeiros (ABM) encontram-se evidências dessas acusações realizadas num período anterior, no mês de agosto de 1913, o que corrobora com a hipótese de que a renúncia de Getúlio Vargas estaria diretamente associada ao complexo jogo de poder político vigente, o qual favorecia a existência da disputa entre duas greis republicanas adversárias no âmbito local. Essas disputas seriam reforçadas a partir das acusações de Torres, comprometendo a solidez do poder dos Vargas, e Getúlio não podia se furtar a um gesto de protesto contra as intervenções e a política dúbia que o poder borgiano arquitetava no município de São Borja.

No Arquivo de Borges de Medeiros localizou-se correspondência datada do mês de agosto de 1913, na qual Benjamim Torres escreveu ao chefe de polícia Francisco Thompson Flores acusando Viriato Vargas de inúmeros delitos, principalmente dos que se referiam à conduta moral e sexual do filho primogênito de Manoel Nascimento Vargas. As acusações envolviam defloração, contrabando, questões de apropriação de terras e campos, violação de processos judiciais, assassinatos, abuso de autoridade, entre outras. O clima instalado na cidade era assim descrito por Benjamim Torres:

[...] esse município é hoje uma fazenda da família Vargas, onde se mata, se rouba, se deflora impavidamente confiando na impunidade. Vejamos: foi assassinado covardemente no Passo do Iguariça pela polícia e por ordem de Viriato o Capitão Belisário. [...] os animais trazidos pelo Capitão Belisário foram roubados pela polícia e até o delegado de polícia daqui anda pela cidade numa égua tubiana como para insultar a sociedade. [...]

Aqui todos os parentes Vargas são empregados: Dioclécio Motta – comandante de polícia; Octaviano Motta – delegado; Periandro Motta – coletor; Iherondina – agente do correio, etc. todos esses fazem o que mandam o chefe, no correio se violam as cartas de quem eles suspeitam. [...] até o telégrafo, cujo empregado é um

velho ladrão, não se pode telegrafar porque o Viriato recebe a cópia antes do dono do telegrama. [...].<sup>202</sup>

Em outro fragmento da carta Torres apelava para a intervenção do poder palaciano na situação política de São Borja:

Infelizmente essa terrível situação depende só do apoio oficial e é na sua sombra que o Coronel Viriato feudalizou São Borja. Mas, posso afirmar-te, pela minha honra, que, se o Dr. Borges retirar-lhe o apoio, desaparecerá o seu prestígio. Ainda mais, o Partido Federalista daqui também o Democrata, aderirá em bloco no dia em que cair esse caudilhe sem consciência.  
O Dr. Borges que nos dê a liberdade e o sossego das nossas famílias.<sup>203</sup>

Essa missiva evidencia o jogo político que se estabelecia entre o poder local e o poder estadual. Torres solicitava a intervenção do poder palaciano nas disputas políticas que ocorriam no município de São Borja, o que, como já destacado, possibilitava que o poder borgiano encaminhasse conforme seus desígnios a resolução dos conflitos ali existentes. Outro indício fornecido nesse extrato da carta enviada por Benjamim Torres a Francisco Thompson Flores é a oportunidade do poder estadual de cooptar os inimigos políticos dos Vargas. Borges de Medeiros acompanhava atentamente os assuntos partidários nos municípios<sup>204</sup> e era conhecedor da sistemática oposição que Raphael Escobar vinha desenvolvendo contra os Vargas na sociedade são-borjense. Nessa perspectiva, o líder palaciano vislumbrava a possibilidade de atrair Raphael Escobar e seus aliados para as hostes republicanas; para isso, ofereceria aquilo que mais desejavam: a possibilidade de obter o mando político local, ao mesmo tempo em que romperia com o domínio dos Vargas. A oportunidade oferecida nas entrelinhas da narrativa de Torres seria aproveitada por Borges, que incentivaria a formação da nova facção, fomentando uma política dúbia entre partidários republicanos são-borjenses, como se verá em seguida.

Benjamim Torres intensificou suas intrigas políticas contra a família Vargas, levando fatos desabonadores ao conhecimento do Rio Grande do Sul por meio de uma intensa campanha difamatória pela imprensa local e estadual. No jornal *Correio do Povo* de 9 de novembro de 1913, apontava os motivos que o teriam levado a fazer as denúncias contra Viriato. Nesse sentido, procurava trazer “aos domínios da publicidade fatos escandalosos que

<sup>202</sup> ABM. 5.335. Extrato da carta de Benjamim Torres ao chefe de polícia. São Borja, 02 de agosto de 1913.

<sup>203</sup> ABM. 5.335. Extrato da carta de Benjamim Torres ao chefe de polícia. São Borja, 02 de agosto de 1913.

<sup>204</sup> Como já se ressaltou, no ABM sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, existem mais de 20 mil correspondências, nas quais, a grande maioria é oriunda dos municípios do Rio Grande do Sul.

não podiam ser ignorados pelo governo do Rio grande e pelo chefe do partido dominante”, revelando o “regime de terror que Viriato Vargas implantou em São Borja”.<sup>205</sup>

De outro lado, os Vargas, por intermédio dos seus contatos políticos em âmbito estadual, tomavam conhecimento de que Borges de Medeiros já tinha se inteirado das denúncias de Benjamim Torres. Para ilustrar essa afirmação, as correspondências de Getúlio Vargas com seu “melhor amigo” e “compadre”, Firmino Paim Filho, são reveladoras nesse sentido. Exercendo cargo público de confiança e envolvido no centro do poder palaciano, Firmino Paim Filho transformou-se nos “olhos e ouvidos” de Getúlio Vargas na capital gaúcha, informando-o constantemente sobre os acontecimentos que ocorriam no palácio do governo.

Firmino Paim Filho alertava Getúlio Vargas sobre a frágil situação política que envolvia seus familiares, a qual poderia desestabilizar o poder varguista em São Borja. Os acontecimentos ocorridos na cidade ganhavam foros preocupantes na capital gaúcha, a ponto de o missivista mencionar em carta do dia 8 de agosto \_ portanto seis dias após a carta enviada por Benjamim Torres ao chefe de polícia \_ ao amigo:

[...] sabes bem o quanto te quero e daí o dever que julgo ter em pôr-te ao corrente do que te posso dizer a respeito diretamente ou indiretamente. E é que têm elevado acaloradamente aqui os acontecimentos de São Borja, e nos quais está envolvido o nosso caro Viriato, acontecimentos esses que poderão acarretar graves consequências.

Julgo conveniente tua vinda até aqui assim que possas fazer, pois muito eu teria a dizer-te se o papel fosse dado confiar certas minudências que só de viva voz se pode transmitir.guardo ansioso a tua vinda.<sup>206</sup>

Diante do contexto de franca disputa e acusações que se desenhava, Getúlio Vargas não aceitaria as acusações contra seu irmão, pois acreditava que “de há muito se vem fazendo ao longe uma surda campanha difamatória contra meu irmão Viriato Vargas [...]”.<sup>207</sup> Para Getúlio, “Benjamim ocultamente ambicionava a posição política de comando exercida por Viriato, começando, a menos de um ano de sua fixação em São Borja, a trabalhar nesse sentido, minando a reputação de seu amigo”.<sup>208</sup> Na concepção dos Vargas, era Benjamim Torres que lhes devia favores. Esse fato seria argumento constantemente utilizado por Getúlio

<sup>205</sup> CORREIO DO POVO, 09 de novembro de 1913. *Os Sucessos de São Borja*. A denúncia contra o Intendente. O Dr. Benjamim Torres fala a um “repórter” do “correio do Povo”.

<sup>206</sup> FGV - GV c 1913.08.08. Data: 08/08/1913. Carta de Firmino Paim Filho a Getúlio Vargas explicando a não nomeação de seu recomendado para juiz e recomendando sua ida a São Borja para tratar de questões que envolvem Viriato Vargas. Porto Alegre.

<sup>207</sup> O MARAGATO, 14 de novembro de 1913. *Em São Borja*.

<sup>208</sup> Depoimento de Getúlio Dornelles Vargas. Processo crime n. 2292, M. 9, E. 96, v. 1, fl. 53. APERS.

Vargas para defender seu irmão e, conseqüentemente, o poder político de sua família na imprensa estadual. Envolvido em acesa querela jornalística, Getúlio Vargas trocava “farpas” e acusações, em debate acalorado com Benjamim Torres e Raphael Escobar num contexto posterior à renúncia de seu cargo de deputado estadual. Apesar de essas contendas políticas na imprensa da capital terem ocorrido após sua renúncia, possibilitam entender como se iniciaram as animosidades entre os Vargas e Benjamim Torres, bem como permitem observar a posição de Getúlio diante dessa cizânia política e sua defesa dos interesses familiares.

Desse modo, no artigo escrito por Getúlio com o sugestivo título de “Em pratos limpos”, publicado no jornal *Correio do Povo* de 11 de novembro de 1913, encontram-se algumas afirmações que mostram os alegados favores que Benjamim Torres devia aos Vargas. Getúlio assim argumentava:

E verdade que em tempos já remotos, quando estudantes Viriato e Benjamim, esse prestou àquele relevante auxílio, eficaz em momentos aflitivo. Foi só, mas no seio da minha família não se negam os obséquios recebidos. Mas, é verdade também que, pouco tempo depois, vindo de Minas o mesmo Benjamim, corrido pela maldição paterna, encontrou no seio da minha família, para onde foi, o carinho e o conforto de um novo filho. E dali em diante, dede o emprego que ocupou, até formar-se, foi sempre auxiliado por meu pai e por Viriato. Concluindo o curso médico e chamado por esse, foi para São Borja, onde ainda o abasteceu e prestou auxílio pecuniário, que só cessou depois que o desenvolvimento de sua clínica tornou dispensável.<sup>209</sup>

Em uma breve frase Getúlio indica os acontecimentos que teriam conduzido Viriato Vargas e Benjamim Torres a estabelecerem amizade na cidade de Ouro Preto quando do envolvimento de Viriato no assassinato do estudante paulista Antonio Prado em Minas Gerais. Getúlio não nega o apoio que Torres teria dado a Viriato, escondendo-o e auxiliando-o na sua fuga. Contudo, não era sua intenção rememorar esses acontecimentos e, muito menos, explicá-los a um leitor pouco informado sobre esse episódio, o que favoreceria que seus inimigos políticos encontrassem no crime ocorrido novos argumentos de acusação.<sup>210</sup> Pelo

<sup>209</sup> CORREIO DO POVO, 11 de novembro de 1913. *Seção Livre. O caso de São Borja. Em Pratos limpos.*

<sup>210</sup> O envolvimento de Viriato no Crime de Ouro Preto seria utilizado pelos inimigos dos Vargas em suas acusações. O artigo escrito por Benjamim Torres e publicado em 03 de dezembro de 1913, na *Seção Livre* do jornal *O Correio do Povo*, intitulado de *Acontecimentos de São Borja*, é um exemplo de seu uso. Eis um fragmento: “[...] Espavorido de tudo, odiado por todos, fugindo da própria sombra. Benjamin Torres encontrou nas montanhas de Ouro Preto, Viriato Vargas, pronunciado por crime de morte, roto, macilento, descalço, tremulo de medo, qual cão leproso a quem o mosquito febril enterra (?) do remorso na consciência. Não te recordas, Viriato, qual foi o único coração que naquele momento aflitivo se compadeceu das tuas misérias? Sabes quem derramou um pouco de balsamo na tua alma desolada, por haveres ceifado uma vida em flor, a vida de um jovem? Te esquecesses da mão piedosa e forte que quebrou a tua grilheta? E’ demais, covarde! [...] Esqueces-te que sou aquele mesmo que teve a coragem de ser insultado, ameaçado, preso diversas vezes por tua causa, preso



contrário, ao narrar os préstimos que sua família teria feito a Benjamim Torres, Getúlio buscava arquitetar uma estratégia de desmerecimento pessoal deste, pois, se recebendo todo o auxílio possível dos Vargas, fora capaz de trair, mentir e caluniar, era, então, um ambicioso, uma pessoa desleal, intrigante e perversa.

No mesmo artigo publicado no periódico *Correio do Povo*, Getúlio Vargas acusava Benjamim Torres de não ser digno de confiança, visto que, na tentativa de desestabilizar o prestígio político dos Vargas, caluniava, mentia e incitava intrigas políticas entre partidários republicanos são-borjenses e o chefe do Estado. Para Getúlio Vargas, Benjamim Torres seria um traidor e, portanto, suas acusações não deveriam ser acolhidas por Borges de Medeiros, ou mesmo por verdadeiros republicanos. Getúlio compreendia que as ações de Torres o desmereciam como verdadeiro político, sendo mesmo rejeitado por toda a sociedade local. Nas suas palavras:

O Dr. Benjamim é repudiado pela sociedade são-borjense que ele pretendeu macular. [...] O Dr. Benjamim tramava na sombra, mentia, intrigava e, quando os amigos do intendente o interpelavam, retratava-se.(...) Falar de Viriato Vargas tornou-se a obsessão do Dr. Benjamim, em todos os lugares, em todas as palestras, com íntimos e desconhecidos. [...] Quem pretende subir agachando-se perde, na indecência do gesto, o direito às alturas. Quem conhece o próprio mérito não suplica, conquista e espera. Não tenta explorar com o prestígio dum grande nome, esmaga com a verdade.<sup>211</sup>

Adiantando um pouco algumas considerações sobre a renúncia de Getúlio, que é a proposta de análise neste estudo, como indicado no início do capítulo, pode-se observar que nas palavras escritas por Getúlio há semelhança com seu discurso proferido nas escadarias da Assembleia dos Representantes após sua renúncia como deputado. Como referido, Getúlio explicaria para seus colegas parlamentares que largara “o mandato porque o político que fica de cócoras, isto é, que muito se agacha, perde com a indignidade do gesto o respeito que lhe é devido”.<sup>212</sup> Percebe-se que a semelhança da resposta e do texto escrito logo após a renúncia para se defender das acusações de Benjamim Torres é evidente. Nessa perspectiva, Getúlio salientava em suas palavras que, diferentemente de Torres, possuía méritos pessoais e políticos que o diferenciavam em muito do seu inimigo político, o que lhe permitiria conquistar notoriedade política, alcançando por duas vezes a possibilidade de participar do

---

diversas vezes por tua causa, o único que se acusou ao teu lado, quando os teus amigos fugiam de ti... E és tu que, hoje, pensa em tirar-me a vida, quando com ela em perigo de perdê-la garanti a tua [...]”.

<sup>211</sup> CORREIO DO POVO, 11 de novembro de 1913. *Seção Livre. O caso de são Borja. Em Pratos limpos.*

<sup>212</sup> JORGE, Fernando.1994. op.cit. p. 256. V.II.

cenário estadual por meio da Assembleia dos Representantes. Afinal, ele largara sua cátedra de deputado por “vontade própria”, como um gesto de independência perante Borges de Medeiros, mostrando que não era uma “marionete” que se movimentava ao bel prazer do líder republicano e aceitava pacificamente os seus jogos políticos. O poder político de sua família no âmbito local e sua trajetória política, bem como as relações sociais e clientelistas construídas nos âmbitos local e estadual, sustentavam-no nessas afirmações.

Certamente, ao arquitetar essas alegações, Getúlio encobria o desgaste político que o clã dos Vargas vinha sofrendo em razão das manobras políticas de Borges de Medeiros e dos opositores locais. Para Getúlio, nem Torres nem Raphael Escobar possuíam prestígio político e pessoal e, na tentativa de se imporem politicamente no âmbito local e conquistar as graças do poder estadual, exploravam o prestígio conquistado por seu pai, que, para o então ex-deputado, era um verdadeiro republicano.

Enquanto se travava uma batalha ferrenha pelo mando político de São Borja entre a facção comandada pelos Vargas e a liderada por Raphael Escobar, Borges de Medeiros posicionava-se ora a favor de uma das facções, ora de outra, fazendo jogo político ambíguo no intuito de fomentar as divergências locais. O líder palaciano constantemente mantinha conferências políticas com os representantes das duas greis republicanas adversárias, como bem ilustram as notícias do periódico *Correio do Povo* dos dias 6 e 9 de novembro de 1913. As notas assim noticiavam:

**Itaquy:** vindo de São Borja, passou por essa cidade, com destino a capital, o Dr. Benjamim Torres que aí vai se conferenciar com o Dr. Borges de Medeiros, presidente do Estado. A conferência versará sob a política daquele município e os sucessos que ali se tem desenrolado. O Dr. Benjamim Torres segue acompanhado de um alferes e praças da Brigada Militar. **São Borja:** anteontem, à noite no palácio do governo, houve uma conferência entre o Dr. Borges de Medeiros, presidente do Estado, e o Dr. Getúlio Vargas, advogado residente em São Borja. Nessa conferência tratou-se de assuntos referentes aos últimos acontecimentos ocorridos naquela localidade.<sup>213</sup>

Se, por um lado, as animosidades entre partidários eram realmente acirradas após as denúncias de Torres contra Viriato, a ponto de aquele se locomover com escolta policial até a capital gaúcha e Borges dar espaços à facção minoritária de se expressar através de conferências, por outro, Getúlio Vargas perceberia a disposição do poder borgiano de prejudicar o domínio político de seu pai no âmbito local. Nessa perspectiva, Getúlio não se furtaria a revelar a Borges de Medeiros que estava atento aos acontecimentos e às ações

---

<sup>213</sup> CORREIO DO POVO, notas telegráficas de 06 e 09 de novembro de 1913.

políticas articuladas pelo poder estadual, percebendo que iam de encontro aos interesses da facção liderada por Manoel Nascimento Vargas.

A correspondência escrita por Getúlio logo após sua renúncia, em 20 de novembro de 1913, tendo como destinatário o mandatário estadual, ilustra bem o seu entendimento da política dúbia que o poder palaciano vinha fazendo já há muito tempo em São Borja, intensificada pelas denúncias de Torres. Ao se corresponder com Borges, Getúlio constrói argumentos visando defender as qualidades políticas e morais de Viriato e Manoel Nascimento Vargas, reforçando a força política de seu pai, ao mesmo tempo em que expunha quem eram seus adversários republicanos, que cada vez mais exploravam por meio de denúncias e do contato pessoal com Borges de Medeiros o prestígio político de seus familiares. Em suas palavras:

[...] Sinto profundamente ver colocado nos pratos da mesma balança elementos tão díspares. De um lado Viriato com inestimáveis serviços a causa republicana desde a revolução [...] com o Viriato está meu pai, um homem bastante conhecido, desinteressado e cheio de serviços, gozando indistintamente, da estima e consideração de todo o município.

De outro lado vejo apenas Benjamim Torres, a família Escobar, dois ou três indivíduos sem nenhuma imputabilidade, juntamente com duas ínfimas rameiras compradas para depor. [...] compreendo que não é intuito de V. Ex.<sup>a</sup> entregar São Borja a gente dessa natureza, precipitando o município em uma luta, cujas conseqüências serão difícil de prever. Ficando, caso eles tomassem conta, reduzida ao estado de alguns outros municípios onde há absoluta falta de coesão entre elementos que se dizem republicanos.<sup>214</sup>

Com esse fragmento Getúlio expunha a Borges de Medeiros suas conclusões quanto ao contexto político de lutas que vinham progressivamente ocorrendo em São Borja e que estavam diretamente ligadas à interferência do poder estadual. As conclusões de Getúlio podem ser assim sistematizadas: a) a fraqueza política de Escobar e de seus aliados; b) Manoel Nascimento Vargas possuía forte prestígio político em todo o município, o que se transformava em votos; c) sua família não desistiria do mando político local caso Borges entregasse o município aos Escobar e seus correligionários, o que significaria, no mínimo, dizer que haveria uma “guerra” entre as facções republicanas são-borjense; d) Getúlio questionava Borges se a grei adversária era leal à causa republicana, pois, sendo seus adeptos recentemente aderidos outrora oposição do PRR, podia confiar neles? Desse modo, estratégias políticas buscando a permanência ou o privilégio exclusivo do mando político local eram desenhadas entre os Vargas e a facção escobarista.

<sup>214</sup> ABM. 8636. Remetente: Getúlio Vargas a Borges de Medeiros. São Borja, 20 de novembro de 1913.

A tática de Borges de Medeiros de “dividir as bases dos coronéis para ter poder de barganha”<sup>215</sup> seria posta em prática também em São Borja. E para tanto a recém-formada facção republicana inimiga dos Vargas, chefiada por Raphael Escobar e Apparício Mariense Filho, conheceria as boas graças do chefe republicano na tentativa de diminuir o poderio da facção varguista.<sup>216</sup> A disputa política entre as facções republicanas estava configurada e a intervenção de Borges de Medeiros era conclamada.<sup>217</sup> Este, visando sempre à manutenção e ao fortalecimento do seu poder em detrimento dos poderosos locais, aproveitar-se-ia do descontentamento originado desde a posse de Viriato na presidência do Partido Republicano em São Borja e articularia ações dissimuladas contra os Vargas.

### 2.3 JOGO POLÍTICO ESTADUAL: A PRESENÇA DO PRESIDENTE DO ESTADO E DO PRR NA POLÍTICA LOCAL

Como destacado no início deste capítulo, objetiva-se analisar o posicionamento do presidente do Estado e do PRR, Borges de Medeiros, diante dos conflitos de grupos rivais nas fileiras do PRR são-borjense. Acredita-se que o contexto político forjado em São Borja entre a facção liderada pelos Vargas e a chefiada por Raphael Escobar é ilustrativo da maneira como o poder borgiano se relacionaria a partir da esfera estadual com a esfera do poder local. Esse jogo político entre o poder local e o estadual possibilitava a Borges de Medeiros incentivar as animosidades e ambições internas de suas hostes partidárias ao patrocinar a facção inimiga dos Vargas, ao mesmo tempo em que tramava ações de apoio e confiança ao general Vargas. Borges, ao jogar politicamente com as duas facções republicanas, buscava legitimar e consolidar o PRR no poder, fortalecendo o aparelho do Estado, ao mesmo tempo em que corroía a autonomia e a autoridade local.

Nesse jogo político, a existência de poderosos locais era essencial para a hegemonia do poder palaciano, pois, como não conseguia eliminá-los, visto que o Estado não possuía

---

<sup>215</sup> FÉLIX, Loiva Otero. 1996. op. cit. p. 72.

<sup>216</sup> “Esse desiderato, [...] despertava a ambição de correligionários, ou eclipsava a própria autoridade do poder central. [...] Borges de Medeiros precisava ter sempre uma carta na manga. Nesse momento entravam em cena as autoridades e os funcionários públicos sobre os quais dispunha de melhor controle, seja para monitorar as ações dos poderosos locais, seja para determinar ações que viessem a enfraquecer as bases da facção dominante, seja, ainda, para estimular o crescimento, ou mesmo, o surgimento de uma nova facção. Diante das contingências, era ideal para o líder da situação política nos municípios pudesse ser mantida, se não em total submissão ao seu comando, na fronteira entre a estabilidade e a instabilidade”. AXT, Gunter. 2001b. op. cit. p. 139.

<sup>217</sup> “A gangorra das facções, em alternância no comando político e administrativo municipal, dividia a força das lideranças locais, fortalecendo conseqüentemente o poder pessoal de barganha e de pressão do sacerdote palaciano sobre as mesmas”. AXT, Gunter, loc.cit.

força e eficiência suficiente para enfrentar os coronéis, optou por cooptá-los, garantindo dessa forma o suporte para a continuidade do sistema.<sup>218</sup> É por meio dessa lógica castilhistaborgista que se podem compreender as ações delineadas por Borges no município de São Borja junto às duas greis adversárias republicanas que se digladiavam pelo apoio do oficialismo.

Na tentativa de explicar essa lógica arquitetada por Borges de Medeiros, analisar-se-ão telegramas, cartas e notícias jornalísticas, em sua maioria redigidas num contexto posterior às primeiras denúncias de Benjamim Torres contra os Vargas e à renúncia de Getúlio Vargas. Acredita-se que esses documentos trazem vários subsídios que ilustram o posicionamento de Borges de Medeiros em relação ao poder local no município de São Borja.<sup>219</sup>

Em meados de 1914, Raphael Escobar, chefe da liderança local opositora aos Vargas em São Borja, convocaria uma reunião de correligionários para organizar a direção política do município. Em vista desse fato, Manoel Nascimento Vargas telegrafou a Borges de Medeiros questionando-o sobre como receberia essa reunião. A resposta deste ao general Vargas revela os jogos dissimulados que o poder borgiano forjava, jogando politicamente com as duas facções constituídas em São Borja:

Conheceis espírito conciliador que guia, inspira minhas intervenções política nas questões partidárias locais. Por vosso passado, mérito e serviços vos considero legitimamente investido da direção partidária apoiado pela maioria republicana desse município e por mim de modo inequívoco. Todavia, isso não exclui a atenção que merecem os nossos correligionários, que embora em minoria se manifestam contrários a vossa direção política, máxime não tendo sido opositores sistemáticos; assiste-lhes, sem dúvida, plena liberdade de opinião e o direito de intervir na proporção das suas forças eleitorais. Nessa conformidade cumpre-nos examinar suas reclamações e desejos, deferindo-os ou não, com ânimo desprevenido e sincero. Pela minha parte é o que tenho feito sem quebrar a interrupta confiança em vós depositada, constantemente afirmada com atos expressivos.

Saudações afetuosas. Borges de Medeiros.<sup>220</sup>

Borges de Medeiros, no telegrama, não negava nem afirmava seu apoio à facção liderada por Raphael Escobar; salientava apenas que esta tinha o direito de se expressar. O líder do PRR no âmbito estadual dava a entender a Manoel Nascimento Vargas que era sua intenção medir o grau de capacidade eleitoral da grei escobarista, o que significava que, apesar de os Vargas possuírem legalmente alguns cargos administrativos, isso não garantia o seu domínio do mando local. Para Borges o que contava nessa quizila intrapartidária era a

<sup>218</sup> Essa relação poder estadual/poder local é amplamente debatida nas obras de Félix (1996) e na Tese de Doutorado de Axt (2001b), as quais são amplamente utilizadas nesse trabalho.

<sup>219</sup> Por razões de escassez de documentos do período de 1900 a 1915, utilizou-se da documentação produzida posteriormente. Acredita-se que essas suprem à escassez de fontes do recorte temporal delimitado.

<sup>220</sup> JORNAL O MARAGATO, 17 de julho de 1914.

possibilidade de arregimentação de eleitores da recém-formada facção, o que favoreceria manietar a liderança dos Vargas, mantendo-os sob o jugo do poder estadual e, conseqüentemente, afastando o perigo que o clã dos Vargas representava aos planos de poder político-pessoal de Borges.

Não obstante, concomitantemente ao reconhecimento político de Manoel Nascimento Vargas, Borges de Medeiros adotava estratégias visando fortalecer a grei adversária da facção varguista comandada por Raphael Escobar. Esclarecedora dessa situação é a carta de Escobar escrita a Protásio Alves em 1915, com o intuito de discutir questões eleitorais municipais que antecediam o pleito a ser realizado para o cargo de intendente de São Borja nesse ano – tema que no capítulo seguinte será mais bem abordado. Nessa carta Escobar fazia uma retrospectiva histórica da facção que comandava, destacando os feitos realizados no escopo de liquidar com a facção varguista. Escrevia:

[...] Entretanto, não se pode deixar de notar o enorme ascendente moral que nós vimos assumindo perante o partido, pelos efeitos da nossa predica jornalística, que assume, no domínio dos fatos, cores realmente proféticas, tal é o eco que encontra na opinião. Por outro lado, é visível a decadência dos outros que, em todos os lances da vida política local são gradualmente obrigados a propor, por etapas, todas as medidas que, numa magnífica visão de conjunto, nós, de início, lembramos. A reconstituição da justiça, mediante a investidura de magistrados íntegros, até na sua parte formal, que, por desprezada, a desmoralizava, ali se fez, à nossa reclamação. A dignificação do fisco, até então abandonada pela intervenção direta do poder local no contrabando, que era um monopólio da polícia municipal, reintegrou-se na sua função nobilitante. A liberdade de pensamento, que a opressão dominante abafara, ressurgiu [...] até em demasia, que, entretanto, forçado silêncio anterior justificava. [...] Foi, pois, uma ressurreição do povo para a vida social civilizada o fenômeno que ali se produziu, **devido à nossa intervenção amparada pelas intenções confortadoras do Chefe**. Através dessa campanha [...] o que se viu sempre foi um aferrado conservadorismo nos maus processos por parte dos contrários. Nesses dois anos, só cederam quando a nossa conquista da opinião pública obrigou a ação do Chefe [...].<sup>221</sup>

Raphael Escobar, portanto, evidenciava a Borges alguns dos resultados políticos obtidos pela facção escobarista com o apoio de poder borgiano, reconhecendo a política de estímulo pelo poder estadual. No seu entendimento, seriam esses resultados: a) reconstituição da justiça; b) decadência política dos Vargas; c) fiscalização e controle da prática do contrabando; d) o controle policial no município já não estava nas mãos do clã dos Vargas; e) o regime de terror imposto pelos Vargas à população são-borjense, por meio da coerção, da violência, fora suprimido a tal ponto que essa se sentia livre, revoltando-se contra os Vargas e,

<sup>221</sup> ABM. 8669. Remetente: Raphael Escobar a Protásio Alves. São Borja, 06 de agosto de 1915. (Grifos nossos)

por conseguinte, ficando ao lado de Raphael Escobar. Com essas afirmações, Raphael Escobar buscava reforçar a Borges de Medeiros o poder político de sua facção.

A narrativa de Raphael Escobar no quesito da prática da justiça era, de certa forma, confirmada pelas ações de Borges de Medeiros. Nessa perspectiva, para enfraquecer o domínio dos Vargas em São Borja a estratégia do poder borgiano foi a demora em atender a algumas reivindicações do general Vargas no campo do funcionalismo público, como ilustra Axt:

Numa sociedade onde a fronteira entre o público e o privado era tênue, o funcionalismo representava uma fonte de renda e de poder. Na capacidade de trazer benefícios para a cidade, reunir eleitores e controlar o maior número possível de cargos, bem como acessar os canais de distribuição dos mesmos, residia o termômetro de prestígio de uma facção. As nomeações e os pedidos eram intermediados pelo chefe, que via nos cargos e nos contratos formas de compensações pelos gastos realizados de seu próprio bolso nas campanhas eleitorais. [...]. No comando do Poder Executivo, Borges de Medeiros converteu-se no principal distribuidor de prebendas, condição que soube administrar de forma a forjar lealdades, dobrar dissidentes e, até mesmo, seduzir oposicionistas.<sup>222</sup>

Sendo o principal distribuidor de prebendas, Borges de Medeiros invertia essa sistemática e começava a retirar dos Vargas a possibilidade de indicação de cargos dentro do funcionalismo público e da organização policial. Em vista da decisão do presidente do Estado de não nomear o juiz indicado pelos Vargas<sup>223</sup>, Firmino Paim Filho escreveu a Getúlio, em agosto de 1913, descrevendo os motivos alegados por aquele para sua resolução:

Ontem mesmo recebi tua carta e ontem mesmo entendi-me com o nosso preclaro chefe Dr. Borges de Medeiros, sobre o que nela me incumbistes. Disse-me o Dr. Borges ser orientação do governo retirar dos chefes locais a indicação aos cargos de justiça, juízes e promotores, a fim de que os nomeados não fiquem na dependência dos mesmos chefes locais. Ainda são seus desejos colocar nesses cargos bacharéis em direito, pois que, é intenção sua, modificar o sistema de concurso para Juiz da Comarca, bem como o regime de substituição dos juízes de Comarca, que passarão a ser substituídos pelos juízes distritais da sede. Foram as razões que determinaram a não nomeação do juiz indicado.<sup>224</sup>

<sup>222</sup> AXT, Gunter. 2007. op.cit. p. 110.

<sup>223</sup> Não se encontrou nas pesquisas a carta com a solicitação da nomeação do juiz por parte dos Vargas. Entretanto acredita-se que a carta-resposta de Firmino Paim Filho de agosto de 1913, já destacada, é demonstrativa dessa solicitação.

<sup>224</sup> FGV - GV c 1913.08.08. Data: 08/08/1913. Carta de Firmino Paim Filho a Getúlio Vargas explicando a não nomeação de seu recomendado para juiz e recomendando sua ida a São Borja para tratar de questões que envolvem Viriato Vargas. Porto Alegre.

Borges de Medeiros, ao autorizar Firmino Paim Filho a narrar a sua justificativa da não nomeação, mascarava suas reais intenções de desestabilizar o domínio dos Vargas. Essa ação dissimulada intensificava-se na área do funcionalismo, o que possibilitava ao líder palaciano oferecer esses cargos à facção dos “cristãos novos” que se articulava, revelando, assim, o prestígio político que o poder borgiano podia ofertar à grei adversária dos Vargas. Cabe ressaltar que, como bem destaca Axt, Borges de Medeiros, no intuito de manietar as situações municipais, “utilizava a Justiça para comprimir os poderosos locais, [...] podia alinhá-la aos interesses de uma facção que se dispunha a prestigiar, conquistando, desse modo, especial gratidão e lealdade dos seus integrantes”.<sup>225</sup>

Nessa perspectiva, os cargos de juiz distrital, promotor, juiz de comarca e delegado, que outrora haviam pertencido a funcionários leais aos Vargas, seriam ocupados por representantes do governo sem raízes locais, o que “feria o princípio coronelista do reconhecimento do prestígio e do poder local do coronel, no seu âmbito municipal ou distrital”.<sup>226</sup> Nessa “guerra” por cargos administrativos, os Vargas estavam perdendo expressivas posições, e essas perdas eram incentivadas e apoiadas por Borges de Medeiros. A correspondência de Manoel Nascimento Vargas a Borges de Medeiros em 14 de agosto de 1914, com o objetivo de trazer a conhecimento do presidente do Estado o contexto político de São Borja, traduz bem essa situação:

Ainda a pouco não sei por que intermédio conseguiu [Benjamim Torres], a inclusão na guarda aduaneira de um eleitor deles Salustiano Nunes. No entanto eu tinha dito a outros pretendentes que segundo me informou V. Ex.<sup>a</sup> não se pode fazer novas nomeações porque a guarda, isto é, a organização da guarda vai ser remodelada. Devido a esse auxílio nem o Raphael nem o Apparício querem abrir mão dele. No entanto é um homem perigoso pela sua atitude, pelos seus maus instintos e pelas inimizades que tem aqui.<sup>227</sup>

O patriarca da família Vargas questionava Borges sobre o processo de nomeações do funcionalismo estar ocorrendo à revelia do que o líder palaciano lhe tinha ressaltado, ou seja, a “nova reorganização da guarda” era outra estratégia dissimulada que aquele utilizava para não nomear os pertencentes à teia clientelista dos Vargas. Com essas ações, talvez Borges pretendesse minar os “currais eleitorais” dos Vargas, tirando-lhes a possibilidade de indicar serventuários da Justiça e da organização policial, o que diminuiria o seu prestígio local. Com sua experiência política, Manoel Nascimento Vargas já tinha compreendido que manter nos

<sup>225</sup> AXT, Gunter. 2007. op.cit. p. 124.

<sup>226</sup> FÉLIX, Loiva Otero. 1996. op.cit. p. 136.

<sup>227</sup> ABM.8654. Remetente: Manoel Nascimento Vargas a Borges de Medeiros. São Borja, 14 de agosto de 1914.



cargos da polícia administrativa e da justiça pessoas ligadas à sua facção republicana constituía-se num importante recurso para manter ou consolidar o seu poder político de coronel.<sup>228</sup>

Reconhecendo, entretanto, que o nome de Manoel Nascimento Vargas era detentor de força e prestígio político, tanto por possuir o apoio da maioria republicana local, como por sua trajetória política de republicano histórico, Borges de Medeiros envolvia os Vargas com artifícios dissimuladores de suas reais pretensões políticas. Para ilustrar esse aspecto, o telegrama enviado por Firmino Paim Filho a Getúlio Vargas em julho de 1914 confirma o apoio de Borges de Medeiros a Manoel do Nascimento Vargas quanto dos problemas políticos na Intendência de São Borja, os quais, convém lembrar, o próprio Borges incitava de maneira furtiva. Escrevia Firmino Paim Filho:

Nosso prezado chefe continua ter alta valia méritos venerando general Vargas. Nomeações só serão feitas mediante indicação sua. [...] Dr. Borges animado firme propósito cercar máximo prestígio venerando general Vargas em quem reconhece todas qualidades, chefia local. [...].<sup>229</sup>

Essa valorização dos Vargas significava um “processo de emascaramento e de cooptação” arquitetado por Borges na sua tradicional estratégia de fornecer “pão e circo”, ou seja, “recebiam o “pão” do continuísmo de seus privilégios de mando e o “circo” do aparato cerimonial que regulava as regras do partido”<sup>230</sup>, garantindo, assim, aparente ordem e disciplina dentro das hostes republicanas. Afinal, Borges de Medeiros estava atento aos acontecimentos de São Borja e, portanto, deveria ser *ele* a fornecer a última palavra, reforçando o seu poder e, por consequência, o poder estadual em detrimento do poder dos notáveis no âmbito local. A questão entre Borges de Medeiros e os Vargas configurava-se como um constante jogo político de convivência tensa, que oscilava entre a cooperação, a cooptação e embates políticos.

Nota-se que os partidários republicanos percebiam em Borges o homem que deteria a solução de todas as problemáticas, mesmo daquelas por ele mesmo criadas. Durante as crises interpartidárias, Borges de Medeiros se apresentava com seu “poder moderador”, detentor de

---

<sup>228</sup> Cabe destacar que a prática da justiça era “um terreno onde reboavam com intensidade os interesses privados e as disputas facciosas. Processos, contratos, testamentos, sentenças e julgamentos eram frequentemente motivos de atrição entre correntes e lideranças partidárias [...]”. AXT, Gunter. 2001b. op. cit. p. 333.

<sup>229</sup> FGV - GVC1914.07.04. Data: 04/07/1914 a 08/07/1914. Telegramas de Firmino Paim Filho a Getúlio Vargas informando sobre o apoio de Borges de Medeiros a Manoel do Nascimento Vargas face aos problemas políticos na Intendência de São Borja. Porto Alegre.

<sup>230</sup> FÉLIX, Loiva Otero. 1996. op.cit. p.81.

qualidades que lhe permitiam ser fonte de auxílio, até mesmo aos que, sem saber, estavam envolvidos na surdina pelo mentor Borges de Medeiros. Gunter Axt denomina “poder moderador de Borges” à interferência deste nas questões que envolviam disputas internas entre as facções republicanas, as quais, na sua maioria, eram incentivadas pelo poder borgiano ao manipular a ascensão ou o desgaste das facções nas hostes republicanas.

No ápice dessas cizânias partidárias era conclamada a intervenção do chefe do PRR. Aos olhos de seus partidários, Borges buscava harmonizar as discórdias nas fileiras do PRR, contudo engendrava estratégias ocultas de combate aos membros de crescente poderio, os quais pudessem se constituir em barreira ao seu poder em nível local. Em suas palavras, Axt afirma que, em meio às disputas locais,

o nível de conflito entre facções de força mais ou menos equivalente atingia proporções insuportáveis, os aliados de Borges de Medeiros divisavam o mesmo espectro - representado pela ameaça dos federalistas, de crescimento da dissidência ou de prejuízos ainda maiores decorrentes de violências e perseguições -, reclamando então, com todas as letras, a intervenção do “poder moderador”.<sup>231</sup>

Manoel Nascimento Vargas e sua família, enfrentando diretamente forte oposição, agora nas próprias hostes partidárias republicanas, sabiam que, para poder administrar o município, necessitavam do apoio e da confiança de Borges de Medeiros, ou seja, do seu “poder moderador”. Contudo, isso não significava aceitar pacificamente os ditames autoritários do poder borgiano. Os Vargas enfrentavam novamente outro período de forte oposição política, que se intensificava em virtude das denúncias de Benjamim Torres contra Viriato, o que favorecia a existência de uma ambiguidade nas relações entre poder local/poder estadual.

As cizânias intrapartidárias locais, estimuladas pelo poder estadual, tornavam o cenário político de São Borja um “campo de guerra” entre republicanos. Esse contexto de intrigas, calúnias, denúncias, desestabilização política e conflitos internos entre facções republicanas no município de São Borja e os jogos políticos de Borges de Medeiros com as duas facções republicanas pesavam desfavoravelmente ao poder dos Vargas. O então deputado Getúlio Vargas, que a tudo assistia e que estava diretamente envolvido, percebia que era chegada a hora de tomar algumas medidas políticas para mostrar a Borges de Medeiros que os Vargas não estavam dispostos a entregar o domínio político em São Borja. Getúlio

---

<sup>231</sup> Ver AXT, Gunter. 2001b. op.cit. p. 140.

estava disposto a enfrentar o poder estadual, ou seja, confrontar-se com Borges de Medeiros e seus inimigos políticos no âmbito local.

A posição de Getúlio como deputado da Assembleia dos Representantes no quadriênio de 1909 a 1912 estava por se encerrar. Entretanto, seu nome já constava da nominata do PRR para o próximo pleito eleitoral para o cargo de deputado estadual no período de 1913-1917; logo, sua reeleição já estava garantida. Seu prestígio político e pessoal junto a figuras de destaque no cenário político gaúcho, juntamente com sua atuação ao longo da primeira legislatura, credenciava-o para a reeleição, o que se confirmaria, pois Getúlio foi reconduzido à Assembleia dos Representantes com um total de 77.141 votos. O mês de setembro aproximava-se e, com ele, a abertura dos trabalhos da Assembleia, onde Getúlio assumiu sua cadeira no dia 6 de outubro de 1913 e, para surpresa de muitos, após renunciou.

Para se entenderem os motivos alegados para a renúncia em relação à fraude eleitoral de Cachoeira, torna-se significativo ressaltar algumas características do processo eleitoral. A votação nos candidatos aos cargos eletivos fazia-se por listas, as quais eram reproduzidas nas cédulas. O responsável por organizar a lista para as eleições da Assembleia era o chefe do partido, Borges de Medeiros, o qual, como aponta Axt, “dificilmente gozava de autonomia total sobre a composição das listas, precisando sempre negociar com as outras estrelas da constelação partidária”.<sup>232</sup>

Borges de Medeiros, ao enviar a lista de candidatos oficiais à Assembleia dos Representantes e aos municípios, esperava que os coronéis locais, responsáveis pela confecção das cédulas eleitorais, seguissem suas indicações. Não obstante, os mandatários locais muitas vezes “traíam a orientação palaciana, “furavam as chapas”, alterando a ordem dos nomes ou suprimindo candidatos”. Essa fraude, segundo Axt, “podia se tornar algo freqüente para as eleições proporcionais estaduais e federais, constituindo-se numa sublevação de facções do partido e de alguns coronéis em face da orientação da chefia unipessoal borgiana”.<sup>233</sup>

Essa situação de sublevação ocorreria na cidade de Cachoeira do Sul e teria consequências na renúncia de Getúlio Vargas, motivada pela ocorrência da fraude eleitoral naquela cidade, onde João Neves da Fontoura e Odon Cavalcanti furaram chapas das cédulas oficiais do partido, enviadas a outros municípios e até mesmo à capital, em benefício dos candidatos de seu grupo político dentro do PRR. Essa fraude eleitoral se transformou em um escândalo, pois Getúlio Vargas teria sido favorecido com tais alterações nas cédulas eleitorais.

---

<sup>232</sup> AXT, Gunter. 2001b. op.cit.p.149.

<sup>233</sup> Idem, p. 149-150.

Em muitos distritos de São Borja, por exemplo, houve fraude nas chapas oficiais, em que constava apenas o nome de Getúlio, suprimindo-se os outros candidatos republicanos. Borges não apoiou os candidatos beneficiados com esse artil e procurou solucionar essa questão eleitoral solicitando a renúncia do coronel Isidoro Neves da Fontoura e de Arlindo Leal.

Os acontecimentos ocorridos em Cachoeira e a própria decisão de Borges de Medeiros seriam apontados no discurso realizado por Getúlio Vargas no plenário da Assembleia dos Representantes. Em suas palavras:

Como sabeis, ao ferir-se o último pleito eleitoral que nos trouxe a esse recinto, deuse, no município de Cachoeira, devido a recentes animosidades entre dois candidatos da chapa republicana, uma séria divergência, da qual resultou procurarem os adeptos desses candidatos excluïrem um ao outro, votando, contudo, nos candidatos restantes.

Ora, uma vez que, como em Cachoeira, também na minha terra natal alguns correligionários nossos votaram em chapa especial, sufragando unicamente meu nome, e tendo por outro lado, o digno e ilustre chefe do Partido Republicano, Dr. Borges de Medeiros adotado como critério em relação a esses dois candidatos o alvitre de renunciarem eles os seus mandatos, como medida disciplinar, que se impunha, sinto-me compelido a renunciar, como ora renuncio meu mandato, [...].<sup>234</sup>

Entretanto, a situação de fraude eleitoral ocorrida no município de Cachoeira seria apenas um pretexto para marcar as reais intenções de Getúlio. Sua abdicação era um ato de rebeldia, um gesto de independência, um protesto contra as arbitrariedades praticadas pelo chefe do partido e presidente do estado.

Getúlio Vargas percebia o dúbio jogo político que o líder palaciano fomentava entre as facções republicanas são-borjenses. As indecisões e a intervenção arbitrária do poder borgiano no município de São Borja colocavam em risco o prestígio político dos Vargas, e Getúlio estava atento ao auxílio político que Borges oferecia à grei escobarista. Ao prestigiar o grupo de cristãos novos, Borges de Medeiros incentivava as divergências locais e reduzia a autoridade política do governo dos Vargas. O chefe republicano, ao promover a facção escobarista, criava um ambiente de disputas e de embates políticos não necessários, pois, na concepção de Getúlio, quem detinha o poder local era sua família. Portanto, ao intervir no município de São Borja, cerceava a autonomia municipal e a autonomia partidária dos Vargas.

O discurso de renúncia de Getúlio Vargas seria carregado de insinuações à política de Borges de Medeiros:

---

<sup>234</sup> A FEDERAÇÃO, 14 de outubro de 1913. *Renúncia de Mandato*.

[...] confundem-me imensamente as confortantes manifestações dos meus ilustres colegas, mas preciso dizer-lhes, como ao Partido Republicano inteiro, que não venho penitenciar-me, por que nenhum ato pratiquei de que se me possa inculpar-me; quero apenas declarar que os votos a mais que recebi em São Borja foram me dados espontaneamente, sem que eu os solicitasse. [...] Não os solicitei de ninguém, do mesmo modo que não solicitei esse mandato, nem alguém o solicitou por mim, não. Recebi-o como uma investidura de confiança política do chefe do meu partido, mas, uma vez que a minha eleição infringiu as normas da disciplina implantada entre nós, devolvo-o a esse mesmo chefe que me confiou-o, para que esse dele faça o uso que lhe aprouver [...].<sup>235</sup>

A preleção de Getúlio autoriza a reconhecer alguns elementos latentes. Por um lado, Getúlio salientava que: a) não aceitava a política que Borges estava fomentando; b) apontava que seu mandato era fruto de sua atuação política, não um favor, e sua trajetória política e o poderio dos Vargas em São Borja balizavam essas afirmações; c) defendia-se das acusações de arquitetar ou, mesmo, contribuir com o planejamento e execução da fraude eleitoral.

Por outro lado, o ato de renúncia, pode ser visto como consequência de uma manobra artilosa do presidente do Estado, o qual, ao exigir a renúncia dos envolvidos na fraude municipal de Cachoeira, o coronel Izidoro Neves da Fontoura e Arlindo Leal, deixava subentendido que todos os envolvidos nessa quizila deveriam deixar cargo para garantir a propalada disciplina partidária entre os membros do PRR. Dessa forma, Getúlio Vargas, como seguidor das normas republicanas, viu-se acuado pela situação e obrigou-se a renunciar.

O texto do jornal *A Federação* intitulado de “Renúncia de Mandato”, de 14 de outubro de 1913, permite depreender que Borges de Medeiros esperava e concordava com a solução dada ao problema da fraude eleitoral. Seus editores justificavam pelo viés da manutenção da ordem republicana os atos de renúncia dos três deputados sufragados na eleição para a Assembleia dos Representantes do ano de 1913.<sup>236</sup>

[...], todavia, houve uma infração da disciplina partidária que precisava ser solucionada, de modo a não prevalecer um precedente de maus efeitos. O único meio de resolver cabalmente o caso, de modo a evitar futuras reproduções de semelhantes desvios de orientação que cumpre ser observada nos pleitos, era a renúncia, e esse meio foi adotado.<sup>237</sup>

<sup>235</sup> A FEDERAÇÃO, 14 de outubro de 1913. *Renúncia de Mandato*.

<sup>236</sup> Como bem salienta João Neves da Fontoura, os editais do Jornal *A Federação* sempre eram observados por Borges de Medeiros antes de sua publicação. Ora sufragava editais, ora reescrevia os artigos a serem publicados. O que era exposto nas páginas do órgão republicano passava pelo crivo de Borges de Medeiros. FONTOURA, João N. da. 1958. op. cit. p. 24-37.

<sup>237</sup> A FEDERAÇÃO, 14 de outubro de 1913. *Renúncia de Mandato*.

Apesar de toda situação criada, Getúlio Vargas perpetrava o ato de renúncia, em discurso em plenário, com palavras de forte impacto, argumentando a seus nobres colegas deputados na escadaria da Assembleia dos Representantes que não aceitava as estratégias de Borges de Medeiros pacificamente e que, por conseguinte, iria lutar com todas as armas disponíveis para garantir o domínio dos Vargas na cidade de São Borja. Portanto, com sua ação de renúncia, procurava salientar que, apesar de sua abdicação, resistiria à tentativa de Borges de Medeiros de submeter os Vargas ao seu controle. A própria renúncia, desse modo, adquiria caráter de defesa, visando arquitetar estratégias políticas de fortalecimento de sua família. Getúlio Vargas recuava do cenário político estadual, mas preparava ações para enfrentar a grei adversária republicana são-borjense e garantir o poderio dos Vargas perante Borges de Medeiros.

Quais seriam suas intenções pessoais e políticas diante da prática política realizada por Borges de Medeiros? Que articulações pessoais no âmbito público e privado poderiam auxiliar na manutenção do poder de sua família em São Borja? A situação política dos Vargas era alarmante e, portanto, seu envolvimento se fazia necessário. Acredita-se que, conhecedor das regras do jogo, Getúlio Vargas, durante os quatro anos em que esteve afastado da Assembleia dos Representantes, atuou para a manutenção e a consolidação do poderio do clã dos Vargas em São Borja.

Entende-se que, apesar de atritos políticos com Borges de Medeiros, Getúlio Vargas utilizou-se de suas relações de amizade, forjadas principalmente durante os anos de bacharelado na Faculdade de Direito e como deputado estadual, para formular estratégias que possibilitassem manter o poder de sua família em São Borja e o seu reconhecimento como político de destaque. Getúlio envolver-se-ia nas querelas municipais, indo, assim, de encontro às propaladas informações historiográficas que ressaltam seu afastamento dessas cizânias político-partidárias.

A configuração das estratégias, a tentativa de unir as facções adversárias locais e o fortalecimento da figura política de Getúlio Vargas, assim como o seu retorno à Assembleia dos Representantes no ano de 1917, constituirão a análise do próximo capítulo.

### **3 O CENÁRIO POLÍTICO PÓS-RENÚNCIA: GETÚLIO VARGAS E SEU RETORNO A SÃO BORJA**

Em outubro de 1913, Getúlio Vargas renunciou ao seu mandato de deputado estadual da Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul. Como já mencionado, ao realizar essa ação, rompia com a política dúbia de Borges de Medeiros e iniciava seus primeiros movimentos políticos para fortalecer os Vargas contra a divisão partidária local, ao mesmo tempo em que objetivava exercer pressão política sobre o próprio poder borgiano. Ao renunciar ao seu mandato, Getúlio Vargas retornaria a São Borja e se converteria, como se verá neste capítulo, em protagonista do cenário político são-borjense ao longo dos anos de 1913 a 1917, conduzindo suas ações e estratégias políticas com vista a assegurar o domínio do clã dos Vargas, o qual, nessa quadra, enfrentava intensas crises políticas.

Com esse desígnio, Getúlio se utilizaria de diversas estratégias, desenvolvidas substancialmente em duas dimensões: a primeira realizada de maneira exteriorizada, pela sua participação na imprensa local e estadual e na área da advocacia; a segunda, tramada de forma subterrânea, junto a lideranças republicanas estaduais. Ao realizar essas articulações, tanto no âmbito local como no estadual, Getúlio exerceria importante papel de resistência em face dos ataques políticos de seus inimigos e de articulação, o que mais adiante lhe possibilitaria alçar expressivo prestígio político. O resultado dessas ações permitiria a Getúlio retornar em 1917 à Assembleia dos Representantes, projetando-se novamente no cenário estadual e dando continuidade à sua trajetória política, que, a partir de então, se desenvolveria a passos largos.

Em São Borja, em meados de 1910, como destacado nos capítulos anteriores, aconteciam fortes disputas políticas entre as famílias Escobar e Vargas, fosse para conquistar, fosse para manter o poder político daquele município. Eram disputas pelo poder permeadas pela lógica do sistema clientelista e coronelista, evidenciando o jogo de interesses dos grupos políticos do PRR e suas relações de poder nas esferas local e estadual no período de 1913 a 1917. Durante esses quatro anos de uma pretensa retirada de Getúlio Vargas do jogo político estadual, Borges de Medeiros teria consolidado novamente a sua chefia unipessoal de governo. No ano de 1915, porém, o líder palaciano seria acometido por sérios problemas de saúde, afastando-se por um ano do poder, ao mesmo tempo em que o PRR enfrentaria forte cisão em suas fileiras, originadas das disputas pela indicação de Hermes da Fonseca ao Senado. Nesse contexto, é possível observar as insubordinações e articulações de Getúlio em relação ao poder de Borges de Medeiros. Agora, após a renúncia política no âmbito estadual,

quais seriam as ações, as estratégias e as contendas políticas que Getúlio Vargas teria de elaborar e enfrentar em seu período de suposto afastamento do jogo político estadual? Qual seria seu posicionamento pessoal e político diante da prática da política dúbia realizada por Borges de Medeiros, como se viu no segundo capítulo?

Nesse sentido, pode-se dizer que os eventos políticos ocorridos na cidade de São Borja, tais como a abdicação de Viriato Vargas dos cargos de intendente e de chefe político do PRR são-borjense, o acirramento das lutas intrapartidárias, o assassinato de Benjamim Torres, os jogos de interesses privados que precederam o pleito eleitoral local em 1915 e a insubordinação de Getúlio na questão do vice-intendente em 1916, são importantes elementos que ajudam a compreender melhor o período em que Getúlio esteve afastado do cargo de deputado estadual e seu posterior retorno ao mesmo cargo, novamente apoiado por Borges de Medeiros, em 1917.

### 3.1 ACORDOS POLÍTICOS ENTRE O PODER LOCAL E O PODER ESTADUAL: ACUSAÇÕES CONTRA OS VARGAS E OS JOGOS POLÍTICOS DE BORGES DE MEDEIROS

Ao renunciar ao seu mandato de deputado estadual, Getúlio retornaria a São Borja para, a partir do âmbito local, defender o poder varguista ameaçado por Benjamim Torres e Raphael Escobar, estimulados por Borges de Medeiros. Nessa perspectiva, a grei adversária dava prosseguimento às suas intenções de abalar o prestígio político e pessoal de Viriato Vargas, atingindo todo o clã dos Vargas e ameaçando o seu poder local, por meio das já citadas denúncias de Benjamim Torres. Essas denúncias se transformariam em uma representação pública contra Viriato Vargas, oficializada no mês de outubro de 1913 por Benjamim Torres.<sup>238</sup> Em consequência, Borges de Medeiros nomeou o delegado especial Amaro de Campos Pereira para instaurar inquérito sobre as acusações contra Viriato Vargas.<sup>239</sup>

A situação política na cidade de São Borja mostrava-se crítica em virtude das investigações do delegado especial enviado por Borges, formando um contexto desfavorável ao clã dos Vargas. Nesse sentido, em telegrama em 8 de outubro de 1913 a seu irmão, Getúlio

---

<sup>238</sup> Para maiores detalhes sobre a representação pública de Benjamim Torres contra Viriato Vargas ver a obra de COLUSSI e DIEHL. 2008. op. cit. p 73- 97.

<sup>239</sup> Idem, p. 76-77.



Vargas, que se encontrava na capital gaúcha, Viriato narrava a situação periclitante que o mando local da família Vargas vivenciava, a ponto de ele até mesmo expor sua intenção de renunciar à Intendência após a conclusão do inquérito, em razão das fortes pressões locais e estaduais. Escrevia Viriato:

Pedi inquérito Presidente não uma devassa. Provada minha inocência renunciarei, pois um homem de bem que por mera dedicação ocupa um lugar de sacrifícios não pode por esse mesmo motivo estar constantemente exposto a vexames, devassas devido a acusações. Mera vingança aparece. Sabes que desgostoso como fiquei com negra ingratidão ambicioso Benjamim só tu tens conseguido me manter direção da política, pois mais de uma vez tenho querido abandonar. Nada aspiro e nada tenho.<sup>240</sup>

Desse telegrama é possível depreender alguns elementos: a) Viriato talvez procurasse se adiantar à sua possível deposição do cargo por Borges de Medeiros; b) as investigações impetradas pelo delegado especial enviado por Borges de Medeiros eram realizadas de maneira enérgica, o que, no mínimo, significava dizer que realmente após a renúncia de Getúlio do mandato da Assembleia, Borges de Medeiros intensificava sua política desfavorável aos Vargas; c) confirma a situação delicada pela qual os Vargas passavam, originada pelas denúncias de Benjamim Torres, as quais repercutiam tanto no âmbito estadual como no local. No âmbito estadual, a representação pública de Benjamim Torres autorizava a intervenção oficial de Borges, oportunidade derradeira para que o poder borgiano interferisse na política local, visando desestabilizar o mando dos Vargas. No âmbito local, essa situação de denúncia tinha corroído em muito o prestígio político e pessoal de Viriato Vargas. Em vista desse fato, Borges de Medeiros começava a pressionar para que o filho primogênito de Manoel Nascimento Vargas abdicasse das suas funções políticas e administrativas na cidade de São Borja.

Por trinta dias, o delegado especial Amaro de Campos Pereira apurou os fatos sob forte pressão política dos Vargas, a ponto de solicitar junto a Borges de Medeiros o auxílio de cinquenta praças para, assim, escudado na força da Brigada Militar, dar prosseguimento à sua diligência. Concluindo suas investigações, no dia 8 de novembro de 1913 entregou seu relatório, o qual foi remetido a Borges de Medeiros, que, por sua vez, o enviou ao procurador-geral do estado – o qual agia em perfeita reciprocidade com Borges<sup>241</sup> –, para que desse seu

<sup>240</sup> Correspondência FGV – G V c 1913.10.08; Data: 08/10/1913. Telegrama de Viriato Dornelles Vargas a Getúlio Vargas comunicando sua decisão de renunciar à Intendência de São Borja após a conclusão de inquérito por ele solicitado a Borges de Medeiros. São Borja.

<sup>241</sup> “Em uma sociedade onde os canais de representação eram coarctados e o poder infraestrutural do estado toldado, a alta administração da Justiça aliou-se ao Poder Executivo, submetendo-se à compressão, por meios

parecer. Cabe ressaltar que, nesse período, a “política, administração e Justiça andavam de mãos dadas”<sup>242</sup>, pois, como bem ressalta o historiador Gunter Axt, “[...] Borges de Medeiros procurava controlar a atividade jurisdicional em benefício do fortalecimento do poder central em face das facções locais [...]”.<sup>243</sup>

Apesar das pressões exercidas sobre os Vargas, pela análise da documentação enviada pelo delegado especial ao procurador-geral do estado, percebe-se que este alegou falta de elementos que autorizasse o procedimento criminal contra o coronel Viriato Vargas. Assim, Borges de Medeiros promulgou no jornal *A Federação* do dia 7 de dezembro de 1913, com o sugestivo título “A Intendência e a direção política de São Borja”, o desenlace desse episódio. O líder partidário e presidente do Estado assim se expressava:

Após detido exame de todos os documentos instrutivos do inquérito aberto em São Borja, em virtude da representação, do Dr. Benjamim Torres, médico residente, o ... desembargador Procurador Geral pela falta de elementos que o autorizem o procedimento criminal contra o coronel Viriato Vargas, intendente daquele município, conformando-me com esse parecer, devolvo todos os papéis à chefatura de polícia, onde ficarão arquivados, sem prejuízos de qualquer certidão e exames requeridos pelas partes interessadas.<sup>244</sup>

O fragmento transcrito evidencia as estratégias conspiratórias que Borges de Medeiros elaborava em relação aos Vargas. Escudado pela investidura legal da justiça, na figura do procurador-geral do estado, apesar de ordenar o arquivamento do processo criminal contra Viriato, Borges pressionava ocultamente Viriato Vargas para que renunciasse. Ora, convém lembrar que Borges de Medeiros não havia fornecido, inicialmente, seu apoio político ao filho primogênito do general Vargas, quando esse fora indicado para assumir, em 1911, essas funções políticas no âmbito local. Contudo, em razão de diversos fatores, já destacados no segundo capítulo, acabara cedendo e apoiara sua candidatura.

Borges de Medeiros, conhecedor do passado comprometedor de Viriato e de seu temperamento inconstante, esperava que esse desenvolvesse novas cizânias locais. As acusações contra Viriato de defloramento, contrabando, abuso de autoridade, entre outras, consubstanciadas na representação pública de Benjamim Torres, configuravam-se como a oportunidade derradeira para que Borges de Medeiros interviesse no município de São Borja e

---

constitucionais e/ou extralegais, de sua autonomia institucional, não apenas por conta de inconfessáveis vantagens individuais e privadas, mas sobretudo em benefício do esforço de construção da autonomia relativa do aparelho estatal, o qual, num sistema político dominado pelo coronelismo, significava, antes de tudo, afirmação sobre as lideranças pessoais nos municípios” . AXT, Gunter. 2001b. op.cit. p.132.

<sup>242</sup> Idem, p. 123.

<sup>243</sup> Idem, p.126.

<sup>244</sup> A FEDERAÇÃO, 07 de dezembro de 1913. *A Intendência e a direção política de São Borja*.

destituísse Viriato das funções políticas e administrativas, reduzindo, por consequência, o poder político dos Vargas. Portanto, essa “falta de elementos para o procedimento contra Viriato” ratificada por Borges de Medeiros se configurava como uma estratégia dissimulada do poder borgiano, que pressionava, por via de negociações, Viriato a renunciar a suas funções políticas e administrativas, trazendo como consequência aos Vargas a perda do domínio da chefia unipessoal política de São Borja.

Desse modo, o desfecho final dessa questão seria encaminhado de modo que Viriato Vargas renunciasse às suas funções de chefe do Partido Republicano são-borjense e de intendente municipal, o que possibilitaria uma nova estrutura administrativa e política no município. Nesse sentido, encontra-se no jornal *O Maragato* de 11 de janeiro de 1914, na secção intitulada de “A feira de consciência. O caso de São Borja”, como seria configurado o novo quadro político e administrativo são-borjense. Na função de chefe do Partido Republicano são-borjense,

[...] será investido, com algumas restrições, o general Manoel Nascimento Vargas, pai do coronel Viriato, é que as exerceu. Os membros da família Escobar e outros cavalheiros que se acham em oposição ao atual intendente, entrarão para o partido republicano chefiado pelo Dr. Borges de Medeiros. Si o vice-intendente, o Sr. Antonio Garcia da Rosa, se recusar a assumir a administração municipal, o presidente do Estado nomeará um intendente provisório, o qual procederá a eleição do novo intendente. Para a escolha do candidato definitivo a esse cargo, os dois grupos divergentes procurarão chegar a um acordo. Não sendo possível isso, realizar-se, o Dr. Borges de Medeiros indicará então um candidato. [...] <sup>245</sup>

Essa solução descrita no artigo destacado permite algumas considerações que abarcam duas dimensões diferenciadas: a da facção escobarista e a de Borges de Medeiros. Para os inimigos políticos dos Vargas era favorável, na medida em que confirmavam sua filiação às hostes do Partido Republicano são-borjense, sendo cooptados pelo poder borgiano. Por sua vez, na dimensão do poder estadual, Borges em último caso, deixava em aberto a possibilidade de intervir nomeando um intendente provisório para São Borja, ou mesmo de o próprio líder palaciano indicar um nome para apaziguar as animosidades políticas são-borjenses. Convém salientar o que registra o historiador Gunter Axt:

A intervenção importava sempre num recuo da autonomia local, mas jamais acarretava em controle absoluto do poder central. Para que a intervenção ocorresse, era necessário um misto de imposição do governo estadual e aceitação por parte das facções. A iniciativa precisava ainda ser invariavelmente revestida de legitimidade.

<sup>245</sup> O MARAGATO, 11 de janeiro de 1914. *A feira de consciências. O caso de São Borja.*

Do ponto de vista político bastava, para tanto, a constatação geral dos prejuízos auferidos do quadro de impasse provocado pela briga de correntes. Sob o aspecto legal, forjavam-se engenhosos pretextos. A justificativa de fraudes eleitorais ou de incompatibilidade da lei orgânica municipal face à Carta de 14 de Julho instrumentalizou mais de duzentas intervenções nos municípios gaúchos entre 1896 e 1923.<sup>246</sup>

Assim, como se pode intuir, essa nova organização política precisou ser negociada pelo poder borgiano junto às duas facções republicanas de São Borja. O presidente do Estado, ao desenvolver sua estratégia de manipular as duas facções em disputas por meio de acordos, ora reforçando seu apoio à facção escobarista, ora à facção liderada pelos Vargas, buscava estruturar a situação política local submetendo o chefe partidário sob à autoridade, a fim de garantir os seus interesses políticos, reforçando, em consequência, a presença do poder do Estado sobre o município.

Com a destituição de Viriato Vargas, os adversários da facção varguista jubilavam-se acreditando que iriam conseguir desestabilizar os Vargas, contando com o apoio de Borges de Medeiros. No artigo publicado por Benjamim Torres no jornal *Correio do Povo* em dezembro de 1913, intitulado de “A política e o prestígio dos Vargas”, Torres esboçava sua percepção de futuras vitórias da grei que fazia oposição aos Vargas na cidade de São Borja. Nas palavras de Torres:

[...] Quem fez justiça em D. Pedrito, no Rio Grande, no Rosário, em Uruguaiana e em tantos outros municípios, não podia de modo algum deixar de fazer justiça em São Borja. O Dr. Borges, guiado pelo seu temperamento que nada tem de violento, querendo fazer justiça começando por uma arbitrariedade, irá aos poucos, dia a dia, serenamente golpeando a anarquia que reina em São Borja, e tenho certeza que não longe veremos ruir para nunca mais essa oligarquia nefasta. A prova mais frisante de tudo isto está na mudança completa da justiça de São Borja. Já temos um delegado que não foi indicado pelo Sr. Viriato, já temos um juiz distrital, teremos um promotor e ficaremos sobretudo livres dele. O Dr. Getúlio levou daqui a incumbência de fazê-lo [Viriato] resignar a chefia do partido e o lugar de intendente; por tanto, a derrocada já começou e há de ser completa; engana-se quem quiser. [...] <sup>247</sup>

Com essas palavras, Torres jogava politicamente, demonstrando que a facção liderada por Raphael Escobar, ao contrário dos Vargas, teria as “boas graças” de Borges de Medeiros. Outra evidência que Torres registraria nesse artigo era que os Vargas começavam a perder expressivos postos políticos na área da justiça, o que, na sua concepção, era o início da

<sup>246</sup> AXT, Gunter. 2001b.op. cit. p. 142-143.

<sup>247</sup> CORREIO DO POVO. 07 de dezembro de 1913. Seção Livre. *Acontecimentos de São Borja: A política e o prestígio dos Vargas*.

“derrocada” do poder daquela família em São Borja, já que Borges de Medeiros começava a “golpear” o domínio da “oligarquia nefasta”. Desse modo, a grei adversária aos Vargas, contando com o sustentáculo do mandatário estadual, procurava desestabilizar o poder político dos Vargas.

Imbuído dessa pretensão, logo em seguida à posse do cargo de intendente pelo cel. Antonio Garcia da Rosa, a facção de Raphael Escobar iniciaria os boatos de uma possível destituição do atual intendente, deixando um clima de constante incerteza política para a facção varguista. O artigo publicado no jornal *O Maragato* de 1º de fevereiro de 1914 esboça bem esse contexto, visto que descreve as pressões locais que a grei adversária dos Vargas estava realizando no intuito de destituir o intendente Antonio Garcia da Rosa, recentemente investido dessa função. O artigo contém o seguinte conteúdo:

[...] os novos cristãos Dr. Raphael Escobar e Apparício Mariense, dizendo-se autorizados pelo Dr. Borges de Medeiros foram à casa do vice-intendente em exercício convidá-lo a renunciar o cargo, a fim de poder o chefe do partido dominante nomear um intendente provisório e proceder-se a nova eleição. O atual intendente, porém, resistiu à intimação e declarou que, em hipótese alguma, abandonará o cargo.<sup>248</sup>

O jogo político estava cada vez mais desfavorável aos Vargas, pois agora seus adversários políticos propalavam o apoio que recebiam de Borges de Medeiros, para que o atual intendente renunciasse e em seu lugar fosse nomeado um intendente provisório. Tal situação, aliás, Borges de Medeiros desejava e incitava, pois, caso Raphael Escobar conseguisse essa renúncia, ele aproveitaria essa oportunidade para sobrepujar os Vargas impondo a autoridade do poder estadual ao poder coronelista de Manoel Nascimento Vargas.

Outro documento que igualmente confirma a pressão política que a facção de Raphael Escobar vinha realizando com o propósito de fazer renunciar o intendente consubstancia-se na carta de Manoel Nascimento Vargas dirigida a Borges de Medeiros em 24 de março de 1914, na qual o missivista descreve a situação política conturbada que sua chefia enfrentava após a renúncia de Viriato, em razão das manobras políticas que seus adversários operavam. O general Vargas assim se expressava:

Informado [...] da palestra [...] a respeito da retirada do Cel. Garcia da Rosa da Intendência e nomeação de uma pessoa de fora, estranhei tal medida [...] Quando Getúlio aí esteve para tratar da substituição do Viriato [...] ficou resolvido que ele [Cel. Garcia] terminaria o período intencional [...] Agora quando os Escobares

<sup>248</sup> O MARAGATO. 01 de fevereiro de 1914. *Casos... O caso de São Borja.*

para aqui trazem o \_(?)\_ Benjamim e, juntamente com ele, estão a fazer política, e levam a cabo uma manifestação acintosa e ofensiva a mim, obtém como recompensa, a promessa de retirada do Cel. Garcia [...]. E para que tudo isso? Para agradar o Sr. Raphael? [...] De que se queixam os cristão novos do partido? De violências e arbitrariedades do Viriato? [...] Esse abandonou todas as posições e está até disposto [...] a uma viagem afim de que não mais aleguem a continuidade de sua intervenção [...].<sup>249</sup>

Nessa correspondência Manoel Nascimento Vargas destacava ao presidente do Estado algumas conclusões pessoais que feriam o acordo estabelecido entre os Vargas e Borges de Medeiros, quando havia sido negociada a nova organização política e administrativa que se estabeleceria com a renúncia de Viriato Vargas. Eram elas: a) o acordo realizado entre os Vargas e Borges de Medeiros estaria pautado na manutenção do cel. Garcia da Rosa até o término do período intencional, o que deveria ocorrer apenas no ano de 1915, dando tempo para a facção varguista reunir seus “currais eleitorais” e garantir a vitória de um candidato aliado à sua facção; b) Borges teria feito promessas à facção liderada por Raphael Escobar de destituição do atual intendente, o que na concepção de Manoel Nascimento Vargas era inadmissível; c) não havia motivos para o afastamento do atual intendente de São Borja, pois, se a grei minoritária tinha acusado Viriato de várias arbitrariedades em suas denúncias, o que ocasionara sua queda política, este já estava afastado das funções políticas, ou seja, se o motivo principal das pressões sofridas pelos Vargas eram as denúncias contra Viriato, como poderiam ainda sofrer coações políticas se haviam cumprido o combinado afastando Viriato do poder?

Essa correspondência enviada por Manoel Nascimento Vargas a Borges de Medeiros em 24 de março de 1914 e o artigo publicado no jornal *O Maragato* em 1º de fevereiro de 1914, acima citados, confirmam o jogo político que o presidente do Estado realizava com as greis republicanas em São Borja, uma liderada por Raphael Escobar e outra pelos Vargas. Borges de Medeiros, ao incentivar que Raphael Escobar implantasse boatos de uma possível renúncia do cel. Antonio Garcia da Rosa, ao mesmo tempo em que fazia acordos com a família Vargas, jogava politicamente com as duas facções. Jogando uma contra a outra, esperava que ambas enfraquecessem o poder coronelista local que cada uma detinha, buscando impor, desse modo, a autoridade do poder estadual através de seu poder moderador na conturbada situação política de São Borja, patrocinada por ele próprio.

Para piorar ainda mais a situação desfavorável aos Vargas, em meio a esses jogos políticos a facção de Raphael Escobar receberia o apoio político do deputado estadual Álvaro

---

<sup>249</sup> ABM. 8644. Remetente: Manoel Nascimento Vargas a Borges de Medeiros. São Borja, 24 de março de 1914.

Baptista<sup>250</sup>, que seria responsável por manter junto a Borges de Medeiros constante empenho no intuito de destituir a família Vargas do domínio local. Nessa perspectiva, Firmino Paim Filho, estando de “atalaia” em Porto Alegre, escreveria a Getúlio Vargas em 8 de junho de 1914 informando que Álvaro Baptista apoiaria Raphael Escobar e que ambos iniciariam os preparativos para enfrentar os Vargas, principalmente para elaborar novas estratégias que conduziram a que o cel. Antonio Garcia abdicasse do cargo de intendente, adiantando assim as eleições municipais. O missivista solicitava também calma e prudência, além de árduo trabalho por parte dos Vargas para enfrentar os ataques de seus inimigos, o que deixava subtendido que a pressão dos adversários seria elaborada de maneira expressiva. Nas palavras de Firmino Paim Filho:

O nosso amigo Dr. Álvaro Baptista colocou-se francamente à frente dos elementos dirigidos por Raphael, a quem mandou chamar a fim de combinarem a ação que devem exercer aí, de franca oposição. Assim é que vão fundar jornal e alistar eleitores para prepararem-se para a eleição intencional. O Dr. Álvaro insiste ainda para que a eleição se faça já pela renúncia do vice-intendente [...], devendo vocês não perder tempo, exercendo ação coordenada de esforços e de agremiação, agindo sempre com calma e destruindo o que eles possam fazer [...]. Eu aqui ficarei de atalaia [...].<sup>251</sup>

As informações de Firmino Paim Filho transcritas se revelam verdadeiras, pois Raphael Escobar, agora contando com a colaboração de Álvaro Baptista, intensificaria as manobras políticas pela criação de um jornal. Assim, Raphael Escobar e Álvaro Baptista fundaram em 1914 o jornal *O Missioneiro*, órgão<sup>252</sup> de publicação semanal, cuja “missão”

<sup>250</sup> “Álvaro Batista, envolveu-se nos motins de 5 de novembro de 1890 em Porto Alegre, ao lado de Assis Brasil (MOURA, 1892: 23), e, apesar de perseguido pelo “patriotas governichistas”, precipitou-se na dissidência enquanto Castilhos esteve vivo, chegando a promover em São Borja um jornal oposicionista, chamado “A República”, juntamente com o irmão Homero e o ex-constituente Francisco Miranda (ESCOBAR, 1922: 69, 110). [...] Entretanto, depois da morte de Castilhos, Álvaro Batista foi reabilitado por Borges de Medeiros, aceitando para isso ser instrumento, na condição de fiscal da União, do líder supremo na perseguição movida contra a Escola de Medicina, em 1907, em represália pelo conselho deliberativo do corpo docente ter aceitado recurso de um grupo de estudantes afastado da mesma por ligação com o Dr. Fernando Abbott, médico e candidato à sucessão presidencial”. Informações extraídas de AXT, Gunter. 2001b. op.cit. p. 77-78. Nota de rodapé.

<sup>251</sup> FGV- G V c- 1914.06.04. Data: 04/06/1914 a 08/06/1914. Carta de Firmino Paim Filho a Getúlio Vargas informando sobre demarches relativos à sucessão intencional em São Borja e sobre pedido de extradição de Viriato Vargas. Porto Alegre.

<sup>252</sup> A partir de então, a imprensa partidária local republicana contaria com dois periódicos: *O Missioneiro* e *O Uruguay*. O primeiro responsável por combater os Vargas e o segundo pró-Vargas. Os dois órgãos partidários se intitulavam representantes do PRR São-borjense, expressando assim a ruptura interna do PRR são-borjense, oportunizando os conflitos das facções em disputa através da imprensa local. Cabe ressaltar que a imprensa em São Borja, ao longo das décadas de 1880 a 1910, contou com vários jornais: em 1884 circulava o jornal *Echo Missões*; em 1888 o jornal *O Movimento*; Em 1895 o jornal *13 de Janeiro*; Em 1906 *O Uruguay*, o qual representava os interesses da facção varguista e em 1914 O jornal *O Missioneiro* de propriedade de Raphael Escobar. Maiores informações em: *Memórias sobre a imprensa em São Borja*. 2007. op.cit.

era combater a chefia política do general Vargas e de sua família. Para tanto, seus editoriais pautavam-se por denunciar as arbitrariedades por eles cometidas, ao mesmo tempo em que destacavam o quanto a facção liderada por Raphael Escobar estava conquistando prestígio político tanto em meio à sociedade são-borjense quanto junto ao poder borgiano. É o caso, por exemplo, do artigo escrito em 29 de agosto de 1914, intitulado de “O momento”, no qual se faziam acusações contra os Vargas nos seguintes termos:

[...] a situação de São Borja é clara, claríssima. Há nela dois fatos que ninguém, de boa fé, pode contestar. Um é que a direção do Sr. general Vargas, inspirado por seu filho, provocou grande revolta em todo o município. [...]. Outro fato indiscutível da nossa vida social é que a aludida revolta, que parecia, inicialmente, circunscrita a uma meia dúzia, ameaça, pelo seu número crescente, dia a dia, dominar a situação com a maioria esmagadora. O nosso trabalho de convencimento, feito à luz meridiana, sem demonstração, por fatos aparentes, do apoio oficial, vai prosperando [...].<sup>253</sup>

A grei adversária aos Vargas iniciou uma campanha local anti-Vargas por meio da imprensa partidária, na tentativa de desestabilização do poder desses, o que, aliás, já começara nos últimos meses de 1913 pelos jornais da capital. Em Porto Alegre, Raphael Escobar e Benjamim Torres extrapolavam suas acusações contra os Vargas no periódico *Correio do Povo*<sup>254</sup>, no espaço denominado de “Seção Livre”. As denúncias de violência, corrupção, vantagens nos processos judiciais, de mando advocatício autoritário e abusivo, contendas originadas por trincas forenses, controle de funcionários públicos, entre outras, eram destaques nos artigos dos opositores dos Vargas. Essas acusações se transmutavam, na sua maioria, na síntese do conteúdo das já citadas denúncias de Benjamim Torres contra Viriato e toda a família Vargas, as quais, como já se ressaltou, foram oficializadas por meio da representação pública realizada por Benjamim Torres em outubro de 1913.<sup>255</sup>

As ofensas arroladas por Raphael Escobar e Benjamim Torres nas páginas do periódico *Correio do Povo* tinham uma só pretensão: dar a entender a todo o estado que São Borja estava em completa anarquia; assim, era necessário que Borges de Medeiros destituísse o general Vargas da chefia do PRR em São Borja, entregando a sua direção à facção

<sup>253</sup> O MISSIONEIRO. Órgão do Partido Republicano. N°. II. 29 de agosto de 1914. *O momento*.

<sup>254</sup> Maiores informações sobre *O Correio do Povo* ver: DILLENBURG, Sérgio Roberto. *Correio do Povo: história e memórias*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 1997. FRANCO, Sérgio da Costa. *A evolução da imprensa gaúcha e o Correio do Povo*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 131, p. 33-40, 1995.

<sup>255</sup> Faz-se mister ressaltar que não há a intenção de esgotar as possibilidades de análise desses artigos. Assim, acredita-se que essa documentação oportuniza um leque de opções de análise diferenciadas da temática aqui proposta.



republicana liderada por Raphael Escobar. Por um lado, Raphael Escobar, correspondente do *Correio do Povo*, e Benjamim Torres aproveitavam-se da imprensa jornalística para combater a família Vargas. Os ataques e acusações elaborados pela corrente opositora primavam por apontar que a cidade de São Borja era dominada pela “oligarquia dos Vargas”, pela “dinastia Vargarof”, a qual suprimia a liberdade de seus cidadãos, violava o direito à propriedade e impunha um regime de terror aos que ousassem ir contra os seus interesses gananciosos.

Por outro lado, alguns artigos de Raphael Escobar tinham um alvo certo: Getúlio Vargas, que se colocava como seu principal contestador, fomentando essa querela jornalística. Contra ele Escobar dirigia acusações e insultos. No artigo publicado no dia 13 de dezembro de 1913 na “Secção Livre” do periódico *Correio do Povo*, denominado de “Eu e Ele”, por exemplo, Raphael Escobar atacava Getúlio nestes termos:

[...] Politicamente, não obstante deputado à Assembleia dos Representantes, nunca vi um projeto seu, que por conter uma ideia, revelar uma aptidão, demonstrar um esforço, se recomendasse ao Rio Grande, pela utilidade geral. A advocacia S.Ex.<sup>a</sup> reduziu a requerimentos feitos sobre a perna, que iam ao juiz distrital com a cópia dos despachos inclusa para salvaguardar o direito das partes...Da única vez que, sei, S. Ex.<sup>a</sup> arrazoou uma causa para o Superior tribunal, com laboriosa dedicação, esse reformou por unanimidade a sentença, reconhecendo todas as nulidades argüidas pelo seu adversário.

No mais, S.Ex.<sup>a</sup> atravessou apagadamente o seu período de promotoria na capital, sem jamais nobilitar a tribuna judiciária com um discurso resplandecente, de repercussão no Estado, como tantas vezes fizeram os seus contemporâneos João Neves da Fontoura, Mauricio Cardoso e Vieira Pires. [...] S. Ex.<sup>a</sup> [...] foi no gênio inventivo com que engendrou uma indústria nova, qual a advocacia oficialista, transformada por S. Ex.<sup>a</sup> em profissão fácil e rendosa, cujos auxiliares, no foro, nada lhe custam, são pagos pelo governo.<sup>256</sup>

Raphael Escobar, como é plausível perceber do recorte exposto, tentava denegrir os méritos políticos que Getúlio tinha obtido ao longo de sua trajetória política, iniciada nos primeiros anos da década de 1900. Os ataques feitos por ele com a intenção de atingir Getúlio Vargas corroboram com a afirmação anteriormente feita de que este estava diretamente envolvido, após sua renúncia do mandato de deputado estadual, em articulações políticas de defesa de sua família. Tal envolvimento o transformaria em protagonista do cenário político local, a ponto de seus inimigos políticos lhe dirigirem ataques diretos, visando aniquilar suas ações e fragilizar seu papel de defensor dos interesses varguistas.

Essa acirrada luta intrapartidária nas hostes do PRR são-borjense, desenvolvida nas mais diferentes esferas de ação pelos inimigos dos Vargas – pela imprensa local e estadual,

<sup>256</sup> CORREIO DO POVO, 13 de dezembro de 1913. Seção livre. *O caso de São Borja. Eu e ele*

boatos, denúncias, representação pública, forte campanha opositora junto ao poder borgiano, negociatas e acordos – e, cabe ressaltar novamente, incentivada pelo próprio Borges de Medeiros, traria um desfecho funesto o qual novamente abalaria o poder local da família Vargas, possibilitando nova frente de ataques à facção opositora. Isso se daria com o assassinato de Benjamim Torres em 12 de março de 1915, sendo Viriato Vargas acusado pelo crime.<sup>257</sup> Em vista do assassinato de Torres e da acusação de um membro da família Vargas como mandante, foi instaurado um processo crime que “transcorreu concomitantemente à evolução do quadro político de São Borja”.<sup>258</sup>

Os inimigos políticos dos Vargas, além de culparem Viriato Vargas de ser o mandante do crime, acusariam alguns elementos da família Vargas de serem coautores desse delito. Essas suspeitas de coparticipação de Manoel Nascimento Vargas, Getúlio e Protásio no assassinato de Torres eram levantadas por Raphael Escobar em suas considerações nas *Allegações Finais*. No documento, Raphael Escobar acusava como “mandante do assassinato de Benjamim Torres [...] Viriato Dornelles Vargas, com a co-responsabilidade de seu pai e dos irmãos Getúlio e Protásio”.<sup>259</sup> Escobar apontava ainda os papéis que cada membro da família Vargas teria tido no episódio:

[...] o pai, digno do filho [Viriato], tanto quanto os outros filhos, mas crasso, pela ignorância arrotava indiscrições ameaçadoras, aqui e ali, Protásio Vargas, num trabalho de sapa, bem visto por quase todos até a última hora, cortejando a uns, iludindo a outros, dominando a todos, como intendente de fato, que era, Getúlio Vargas, envolvendo para dentro, com argúcias de letrado e abominações de matador, todo o seu rancor e o seu ódio, como bicho de concha, que é, propiciavam o terreno para o assassinato vil.<sup>260</sup>

A facção republicana liderada por Raphael Escobar, inimigos políticos dos Vargas, explorava o episódio do assassinato de Benjamim Torres como um verdadeiro trunfo político na tentativa de derrubar a facção varguista e o próprio Getúlio. Nessa perspectiva, Raphael Escobar faria várias acusações a Getúlio Vargas no documento *Allegações Finais*, acusando-o de ser o mentor do plano de assassinato de Torres. Para Escobar, “[...] Getúlio Vargas, como santo de pau, dando de si apenas o resplendor argênteo da aureola, mas, de fato,

<sup>257</sup> Sobre os acontecimentos relativos ao assassinato de Benjamim Torres ver a obra de COLUSSI e DIEHL. 2008. op.cit.

<sup>258</sup> “Os procedimentos judiciais tiveram início imediatamente após o encerramento do inquérito policial, ainda no ano de 1915, encerrando-se, definitivamente, com o julgamento dos réus, em fevereiro de 1923”.COLUSSI e DIEHL. 2008. op.cit. p.137-138.

<sup>259</sup> O crime de São Borja, alegações dos Drs. Raphael Escobar e Alberto do Rego Lins, advogados da assistente, D. Acyndina Ferrugem Torres. Porto Alegre, 1917, p. 39.

<sup>260</sup> O crime de São Borja, alegações dos Drs. Raphael Escobar e Alberto do Rego Lins, advogados da assistente, D. Acyndina Ferrugem Torres. Porto Alegre, 1917, p. 3.

subterraneamente, maquinando todo o plano homicida” .<sup>261</sup> E se nos autos do processo o nome de Getúlio pouco constava, era, na concepção do inimigo político dos Vargas, em razão do temperamento e do “nível” cultural de Getúlio. Segundo Escobar, Getúlio,

[...] mais cauto, por temperamento, e mais destro, por estudos jurídicos, no manejo das provas, sempre evitou deixar no conjunto delas, luminoso nesse processo, rasto da sua passagem. Mas, nunca escapará à tremenda responsabilidade que sobre ele pesa, em todos os acontecimentos de São Borja, como o espírito mais culto da família, único capaz, portanto, de os evitar, sem jamais ter dado um passo nesse sentido, ao contrário, atijando iterativamente a fogueira, pela violência plagiária da sua linguagem virulenta.<sup>262</sup>

O aspecto apontado por Raphael Escobar relativo ao conhecimento das regras jurídicas era extremamente significativa, visto que, como bem destaca Luiz Alberto Grijó, essas se caracterizavam como “[...] instrumentos para triunfar sobre os adversários. Conhecê-las portanto, constituía-se um recurso importante [...]”.<sup>263</sup> Assim, Raphael Escobar e Getúlio Vargas, ambos formados em direito e tendo contatos com os textos jurídicos e os códigos da lei, detinham o “saber jurídico” necessário para utilizá-las como trunfo político junto a seus contestadores, principalmente na questão que envolvia o processo crime de Benjamim Torres.

Outra contribuição no sentido de se compreender o quanto o assassinato de Benjamim Torres convulsionaria e abalaria o poder dos Vargas é fornecida pela carta de Manoel Nascimento Vargas que tinha como destinatário Pinheiro Machado, datada de abril de 1915. Essa epístola é interessante na medida em que expõe a percepção pessoal do patriarca relativa às pressões locais que estava sofrendo no período em razão das ofensivas procedentes do nível local e também do estadual. Nessa narrativa Manoel Nascimento Vargas descrevia os acontecimentos que estavam ocorrendo em São Borja, os quais prejudicavam o domínio político varguista, revelando o cenário de contestação de seu poder após a morte de Benjamim Torres. O general Vargas assim relatava:

O governo mantém aqui 100 praças da Brigada comandados por um capitão, que também é o delegado de polícia. Já o tinha sido antes e foi retirado a meu pedido por me estar traíndo em confabulações com meus inimigos. Sua ação agora não é de distribuir justiça e sim represálias. Tem a suas ordens quatro oficiais como subdelegados dos distritos comandando destacamento da mesma força. Esses subdelegados substituíram os primitivos que foram demitidos. A guarda municipal

<sup>261</sup> O crime de São Borja, alegações dos Drs. Raphael Escobar e Alberto do Rego Lins, advogados da assistente, D. Acyndina Ferrugem Torres. Porto Alegre, 1917, p. 9.

<sup>262</sup> O crime de São Borja, alegações dos Drs. Raphael Escobar e Alberto do Rego Lins, advogados da assistente, D. Acyndina Ferrugem Torres. Porto Alegre, 1917, p. 12.

<sup>263</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. 1998. op.cit. p.134.

composta de 20 homens está aquartelada sem função. A atmosfera é de pressão. O delegado referido se compraz nisso.

Acho-me quase em condições vexatórias, lembrando-me até de abandonar esse município tal é a situação local. Raphael Escobar e seus sequazes inclusive Dr. Álvaro Baptista enquanto aqui esteve, sejam pelo jornal daquele aqui e pelas calúnias do Correio do Povo os maiores despropósitos contra mim, explorando o fato politicamente e procurando destarte conseguiram o que nunca puderam fazer por meios normais, levando ao espírito do governo a convicção de que eu desejava a eliminação de Benjamim, incompatibilizando-me de novo a ser-lhes transferido pelo Dr. Borges a situação política dessa terra onde não tem e nunca tiveram elementos. [...].<sup>264</sup>

O fragmento da carta transcrita permite observar algumas conclusões a que chegava Manoel Nascimento Vargas quanto ao contexto político de lutas e de exploração do seu poder e prestígio político local, incentivadas pela interferência do poder estadual. Essas podem ser assim sistematizadas: a) o controle de Borges de Medeiros das funções policiais, o que se transformava em mecanismo de forte coerção contra os Vargas; b) o general Vargas percebia que nessa quadra o seu poder político sofria forte e incalculável coação política configurando-se como uma situação limite, a ponto de desejar, ao menos em seu discurso, abandonar a política municipal; c) percebia que seus inimigos políticos se aproveitavam do assassinato de Benjamim Torres para suas sedentas aspirações do domínio político de São Borja, bem como compreendia que o líder palaciano o perseguia.

Por um lado, a carta de Manoel Nascimento Vargas descreve as pressões políticas locais que sofria; por outro, evidencia as manobras políticas que Borges de Medeiros utilizava para pressionar politicamente os Vargas. Nesse jogo político entre o poder local e o poder estadual, o representante do poder estadual utilizava as prerrogativas, já destacadas no primeiro capítulo, contidas na Carta constitucional gaúcha, promulgada em de 14 de julho de 1891, para intervir no município de São Borja. Valia-se também da coerção aliada aos recursos ideológicos de cooptação, bem como dos mecanismos político-institucionais – subchefia de polícia, órgãos policiais municipais, interferência na justiça, uso da Brigada Militar –, para, a partir das denúncias de Benjamim Torres e de seu assassinato, tentar intimidar e enfraquecer a facção varguista. Convém reforçar que a própria estratégia de interferência nos municípios era adotada por Borges de Medeiros de maneira a não romper definitivamente com os chefes locais, pois, como ressalta Loiva Otero Félix, o município

---

<sup>264</sup> ABM. 11138. Remetente: Idefonso Pinto a Borges de Medeiros. Em anexo carta de São Borja, 02/04/1915, de Manoel Nascimento Vargas a Pinheiro Machado. Rio de Janeiro 20 de abril de 1915.

possuía um significado concreto “[...] no funcionamento do todo estadual, e por seu papel na manutenção do poder do governo [...]”.<sup>265</sup>

Entretanto, enquanto os inimigos políticos dos Vargas, apoiados à socapa por Borges de Medeiros, elaboravam estratégias e acusações no intuito de desestabilizar o poderio político do clã e tentavam desqualificar as ações de Getúlio, os Vargas não ficariam inertes e elaborariam defesas contra as ofensivas políticas de seus adversários. Seria, então, em meio a esse cenário de comprometimento do poder político dos Vargas que Getúlio alcançaria destaque especial com suas articulações entre o local e o estadual, tendo por objetivo sustentar o poder político da família em São Borja. Tal atuação lhe permitiria adquirir notoriedade política, possibilitando que se projetasse novamente no cenário estadual após garantir a vitória política local dos Vargas, como se verá a seguir.

### **3.1.1 A defesa dos Vargas: Getúlio e suas articulações políticas**

Os Vargas enfrentavam, como descrito anteriormente, forte período de contestação do seu poder político, o que se acirraria após a renúncia como deputado estadual por parte de Getúlio em outubro de 1913. Simultaneamente a esse acontecimento, e até mesmo, de certa forma, somado aos fatores responsáveis pela renúncia, as denúncias de Benjamim Torres no mês de agosto de 1913, oficializadas na representação pública encaminhada em outubro do corrente ano, deram início a uma nova etapa na luta política que se desenvolveria nas hostes republicanas no município de São Borja. Como já referido, Borges de Medeiros buscava alguma brecha política para intervir no âmbito local e, assim, tentar reorientar, à sua maneira, o contexto político local de São Borja, tentando desestabilizar o poder coronelista dos Vargas.

Entretanto, os Vargas, sabedores do seu poder de mando local, não desistiriam de lutar pela permanência do seu poder político, e seria no contexto do episódio de renúncia de Viriato que buscariam garantir alguma vitória política. Seria também em meio a essa nova crise política que Getúlio desenvolveria estratégias de defesa dos Vargas às ações de seus inimigos políticos, atuando em duas dimensões diferenciadas: a primeira, por meio de estratégias secretas, valendo-se de suas redes sociais no âmbito estadual, como Firmino Paim Filho, por exemplo; a segunda, de maneira explícita, pela sua participação na querela jornalística local e estadual e atuação na área advocatícia. Acredita-se que Getúlio utilizaria

---

<sup>265</sup> FÉLIX, Loiva Otero. 1996. op.cit. p. 92.

esse conjunto de ações para obter a vitória política dos Vargas, o que lhe possibilitaria alcançar um papel de destaque na política em âmbito local, projetando-se novamente no cenário estadual.

Essa vitória política, como se verá, levaria a que Borges de Medeiros buscasse uma reaproximação com o clã dos Vargas, visando garantir também o fortalecimento do seu poder estadual diante das convulsões políticas iniciadas numa conjuntura em que estaria afastado por motivos de saúde da presidência do Estado do Rio Grande do Sul, as quais também enfrentaria em 1915, em razão da disputa senatorial ocorrida em agosto desse ano, com a cisão nas hostes do PRR de aliados da falange palaciana.<sup>266</sup>

Em meio ao jogo político entre o poder local e o poder estadual, Getúlio conduziria suas estratégias tentando garantir a vitória política dos Vargas. Antes de dar início às suas estratégias de defesa tanto no âmbito implícito como no âmbito explícito, torna-se importante destacar duas correspondências que possuíam como destinatário Borges de Medeiros. A primeira seria escrita por Getúlio, na tentativa de buscar algumas explicações junto ao poder palaciano sobre os acontecimentos políticos que se desenrolavam em São Borja, ao mesmo tempo em que transmitia a mensagem de que defenderia sua família na crise política que se avizinhava. A segunda, escrita por Manoel Nascimento Vargas, tendo como portador Getúlio, sintetizava os primeiros acordos políticos realizados entre os Vargas e Borges, que antecederiam a renúncia de Viriato. Nessas correspondências pode-se visualizar, novamente, o papel de Getúlio como intermediário da família junto ao chefe estadual, em relação ao qual se mostrava independente.

Getúlio escreveu uma carta ao líder do PRR e presidente do estado logo após sua renúncia como deputado, em 20 de novembro de 1913. Nessa carta, da qual um fragmento foi analisado no segundo capítulo, deixava Borges de Medeiros a par de suas percepções relativas ao jogo político ambíguo que esse vinha realizando com os Vargas. Não obstante, em outro recorte o missivista questionava a demora de Borges de Medeiros em fornecer as conclusões finais relativas ao inquérito originado pela representação pública de Benjamim Torres. Nas palavras de Getúlio:

Comunicações que tenho recebido de São Borja informam-me do estado de desassossego e alarme em que se mantêm os espíritos naquela localidade, derivadas da demora na solução do inquérito que ali se procedeu. [...] Ainda hoje acabo de

---

<sup>266</sup> Apesar dessas convulsões políticas que o poder de Borges passaria, Gunter Axt afirma que Borges ao reassumir a presidência do estado em 1913 “respaldou o comando partidário e o controle governativo com uma *rede de compromissos* solidamente entranhada no interior do estado. De tal forma, que enfrentou as cisões republicanas de 1915 e 16 sem comprometer o controle sobre o partido”. AXT, Gunter. 2007. op.cit.p 98-99.

saber que foi demitido o delegado de polícia daquela localidade e nomeado outro, completamente à revelia da direção política do município. Bem sei que V.Ex.<sup>a</sup> pode fazer; mas no que destoa por completo das normas seguidas por V.Ex.<sup>a</sup> nos municípios cuja direção merece confiança. [...] peço que V.Ex.<sup>a</sup> apresse a decisão desse caso que é uma perturbação latente no seio da população são-borjense. A demora é explorada pelos adversários, procurando influir no espírito tímoneiro de uma certa classe de gente indecisa que aguarda os resultados das soluções oficiais para bater palmas ao merecedor.<sup>267</sup>

Com essa narrativa, Getúlio Vargas solicitava ao destinatário a intervenção e a tomada de atitude para resolver as contendas em São Borja, questionando-o sobre as suas ações de retirar dos Vargas importantes cargos da estrutura judiciária, fato que reduzia em muito o domínio do clã na cidade. Essa atitude, na concepção de Getúlio, dava a entender aos inimigos políticos que os Vargas não mereciam a confiança política do poder borgiano. Em outro trecho da carta destacada Getúlio deixava transparecer com suas palavras certo “tom” de enfrentamento à autoridade de Borges de Medeiros. As frases finais de sua narrativa são extremamente ilustrativas nesse sentido:

[...] Falo a V.Ex.<sup>a</sup> com franqueza que se deve falar a um chefe e a um amigo, pois sendo eu amigo de V. Ex.<sup>a</sup> ainda o considero sob esse ponto de vista. Não tenho a intenção de fazer censuras, nem insinuações a V. Ex.<sup>a</sup> cuja superioridade moral coloco acima de umas e de outras. Não vejo em minhas palavras mais do que a justa mágoa por ver vacilante a solução de um caso que afeta a honra de meu irmão e o bom conceito de minha família que coloco acima de tudo.<sup>268</sup>

Como se observa, as palavras finais do missivista revelam a mágoa de perceber nas ações de Borges de Medeiros a deslealdade do poder estadual em relação ao clã dos Vargas, não reconhecendo a lealdade política que sempre haviam mantido à causa republicana. Desse modo, a partir dessa correspondência, enviada em novembro de 1913, Getúlio se colocou em situação de enfrentamento com Borges para defender o poder político de sua família, transmitindo-lhe a mensagem de que não mediria esforços para esse fim. Com essas palavras mandava um recado a Borges, afirmando que estava disposto a se envolver nas articulações entre o poder político local e estadual na tentativa de garantir e sustentar o poderio político dos Vargas; portanto, estava preparado para, até mesmo, negociar uma solução favorável aos interesses varguista na questão que envolvia a futura abdicação de Viriato Vargas dos cargos de chefe do PRR são-borjense e da Intendência municipal.

<sup>267</sup> ABM. 8636. Remetente: Getúlio Vargas a Borges de Medeiros. São Borja, 20 de novembro de 1913.

<sup>268</sup> ABM. 8636. Remetente: Getúlio Vargas a Borges de Medeiros. São Borja, 20 de novembro de 1913.

Nesse sentido, Getúlio Vargas faria o papel de mediador entre Borges de Medeiros e seu pai, como se pode depreender da carta de Manoel Nascimento Vargas datada de 6 de dezembro de 1913 ao presidente do Estado. Nessa missiva há evidências de que Borges de Medeiros e os Vargas realizavam acordos mediante a situação da destituição de Viriato. Escrevia Manoel Nascimento Vargas:

Informado pelo Getúlio da solução proposta por V. Ex.<sup>a</sup> ao inquérito aqui realizado, que seria a renúncia do Viriato, devendo-se substituí-lo na qualidade de candidato do Partido, apresentado (?) para V. Ex.<sup>a</sup> [...]. Relativo a uma aposentadoria que julgava definitiva, esperava terminar tranqüilo os últimos anos de minha velhice. Aceitando, porém, espero restabelecer a tranqüilidade nos espíritos, impor a ordem e governar dentro dos estritos limites de justiça. Preciso de parte de V. Ex.<sup>a</sup> que me ampare com seu apoio e plena confiança. Entre essas medidas iniciais para qual impetro o apoio de V. Ex.<sup>a</sup> será a manutenção de força da Brigada que aqui estaciona, circunstância que aproveitaria dissolvendo a polícia municipal, empregando em obras produtivas a verba despendida com essa. [...] Também me satisfaz o empenho de V. Ex.<sup>a</sup> em mandar para aqui funcionários de justiça íntegros e competentes [...]. O que peço é de máxima necessidade para o desempenho cabal da missão que V. Ex.<sup>a</sup> me confia. Desempenhá-la sem ser atendido virá trazer à minha direção política graves e insuportáveis dificuldades. Confiante espero a solução de V. Ex.<sup>a</sup> [...].<sup>269</sup>

No fragmento da carta destacado é possível observar que Getúlio e sua família buscavam garantir o apoio político necessário para administrar o Partido Republicano são-borjense junto a Borges de Medeiros. O general Vargas estava disposto a assumir a função de chefe do partido e justificava que somente conseguiria trazer ordem à conturbada situação da política local se Borges lhe desse as condições necessárias para que governasse, as quais envolviam o domínio das funções judiciais e de polícia. Contudo, como referido no segundo capítulo, Borges manteria uma política dúbia com os Vargas, retirando desses, por certo período, as prerrogativas de indicação dos funcionários públicos. As ações de Getúlio junto a Borges de Medeiros, por meio das duas cartas referidas, evidenciavam que os Vargas não pretendiam abandonar o mando local; para tanto, nas tratativas com o poder palaciano buscavam uma solução adequada ao processo de renúncia de Viriato, que indubitavelmente deveria ocorrer.

Realizados os acordos entre os Vargas e Borges de Medeiros e já conhecida a resolução relativa ao novo quadro político e administrativo, como destacado anteriormente, os Vargas encaminhariam a destituição de Viriato Vargas do cargo de intendente e de dirigente do PRR local, de maneira a dissimular, principalmente perante a população são-borjense, a

<sup>269</sup> ABM. 8637. Remetente: Manoel Nascimento Vargas a Borges de Medeiros. São Borja, 06 de dezembro de 1913.



eventual perda de poder político pela qual passavam. Desse modo, a exoneração de Viriato foi digna de um espetáculo armado pelo clã dos Vargas. No jornal *O Uruguay*, ligado à facção varguista, Manoel Nascimento Vargas publicaria expressiva nota de “esclarecimento ao eleitorado” de São Borja, explicando os motivos do ato de renúncia de Viriato, cujo teor era:

[...] Levou-o a essa resolução não só a sua saúde combalida e necessitando de repouso, como também o desejo de que sua pessoa não fosse estorvo a qualquer tentativa de conciliação com os adversários de véspera. Esse ato, apesar da solução francamente favorável ao mesmo intendente dada pelo Governo do Estado, no rigoroso inquérito aqui procedido, só é abonatório de sua conduta, colocando os interesses do partido acima de interesses estritamente pessoais.<sup>270</sup>

No texto o patriarca da família Vargas buscava desvincular a renúncia de Viriato do inquérito em tramitação e a mando de Borges de Medeiros. Para tanto, salientava que o filho, por motivos de saúde e por buscar a conciliação política local, abdicava de suas funções, colocando o Partido Republicano são-borjense acima de seus interesses pessoais. Manoel Nascimento Vargas construía, assim, um discurso que encobria os reais motivos da renúncia. Pretendia, ainda, com suas palavras apresentar as resoluções encaminhadas e negociadas com Borges de Medeiros relativas aos nomes do coronel Antonio Garcia, vice-intendente, para ocupar a Intendência de São Borja, e ele próprio, para o cargo de chefe político do Partido Republicano são-borjense, demonstrando ainda sua força política. Em outro trecho do artigo publicado no jornal *O Uruguay*, Manoel Nascimento Vargas daria prosseguimento ao seu discurso de defesa:

[...] em virtude dessa renúncia assumiu a gerência administrativa do município até findar o quadriênio o respectivo vice-intendente, Cel. Antonio Garcia da Rosa, nome venerando pela excelência de suas qualidades morais e dos serviços prestados à causa pública. Ao signatário dessas linhas, por mínima distinção do ilustre Dr. Borges de Medeiros, egrégio chefe do partido republicano do estado, coube o penoso encargo de dirigir a política local. [...].<sup>271</sup>

O general Vargas, ao arquitetar essas estratégias de defesa, contaria também com o apoio dissimulado de Borges de Medeiros de acordo com seu jogo dúbio, o qual enviaria telegramas ao próprio Manoel Nascimento Vargas, a Viriato Vargas e aos que detinham certa

<sup>270</sup> FGV – G V c 1914.01.10 Data: 12/01/1914. Documentos sobre a renúncia de Viriato Vargas e a posse de Antônio Garcia da Rosa na Intendência de São Borja. Porto Alegre, São Borja

<sup>271</sup> FGV – G V c 1914.01.10 Data: 12/01/1914. Documentos sobre a renúncia de Viriato Vargas e a posse de Antônio Garcia da Rosa na Intendência de São Borja. Porto Alegre, São Borja.

influência no poder local, buscando garantir o apoio do clã, pois, afinal, representava a maioria republicana da cidade de São Borja. Com esses telegramas, Borges buscava demonstrar seu pretense apoio político aos Vargas, ocultando as ações contrárias em relação aos interesses destes, visto que também apoiava politicamente a facção de Raphael Escobar, como aludido anteriormente. Além disso, com tal apoio Borges construía um discurso de estabilidade administrativa, na qual reinava a ordem e a disciplina partidária, apesar da crise política que ocorria nas hostes republicanas em São Borja.<sup>272</sup> O primeiro telegrama de Borges de Medeiros foi enviado ao próprio general Vargas e possuía o seguinte conteúdo:

Agradeço a comunicação de ter o coronel Viriato Vargas renunciado cargo de intendente sucedendo-o no governo municipal o vice-intendente coronel Antonio Garcia. Ao mesmo tempo que reassumiste a direção política. Folgo ver novamente frente destinos partido provector servidor republicano, estimado e acatado por todos, infundido justificada confiança por seu passado memorável e apreciáveis atributos pessoais, desvanecendo-me com a vossa solidariedade política serei sempre solicito em prestar-vos decidida cooperação. Borges de Medeiros.<sup>273</sup>

Esse telegrama enviado por Borges de Medeiros seria utilizado pelo patriarca da família Vargas como um trunfo político, publicando-o no editorial do jornal *O Uruguay* na nota de “esclarecimento ao eleitorado” de São Borja, acima mencionada, pois o seu conteúdo contribuía para reforçar o seu discurso de defesa do prestígio político dos Vargas junto à sociedade são-borjense e, também, a seus inimigos políticos. No telegrama, o poder borgiano reconhecia que o general Vargas detinha considerável prestígio político, visto que era “estimado e acatado por todos”, como bem destacava em sua narrativa, aludindo seu pretense apoio incondicional à direção política de Manoel Nascimento Vargas. O segundo telegrama enviado por Borges de Medeiros teve por destinatário Viriato Vargas:

Ciente terdes por motivos de saúde de ordem privada renunciado cargo de intendente e diretor político que passaram respectivamente ao vice-intendente coronel Garcia e ao general Manoel Nascimento Vargas, agradeço reafirmação

---

<sup>272</sup> Segundo Gunter Axt, “a disciplina, derivativo ideal da *“subordinação inteligente”*, embora sempre invocada, jamais existiu como padrão na acomodação cotidiana das relações entre a direção central e os poderes municipais. No interior do Estado e no coração da prática política, as diretrizes programáticas, inspiradas no positivismo e engendradas pelo castilhismo fundante, não passavam de prédicas lançadas ao vento para justificar instrumentos constitucionais de controle e escamotear a face violenta de uma política estribada na fronteira coleante entre espaço público e privado. A insurreição, no interior da própria grei republicana, subvertendo a férrea situação oficial, era uma ameaça sempre presente”. AXT, Gunter. 2001b . op.cit. p.103-104.

<sup>273</sup> FGV – G V c 1914.01.10 Data: 10/01/1914. Documentos sobre a renúncia de Viriato Vargas e a posse de Antônio Garcia da Rosa na Intendência de São Borja. Porto Alegre, São Borja.

solidariedade bem como serviços prestados no exercício dupla função. Saudações cardeais. Borges de Medeiros.<sup>274</sup>

Já o terceiro era destinado aos membros do Conselho Municipal, os quais se mantiveram a favor dos Vargas apoiando o nome do cel. Antonio Garcia Rosa para ocupar a Intendência de São Borja. Eis os seus termos: “Ciente terdes em secção extraordinária após renúncia oferecida Intendente Coronel Viriato deferido compromisso Vice-intendente cel. Antonio Garcia Rosa que assumiu administração município agradeço reafirmação de solidariedade e retribuo vossas saudações [...]”.<sup>275</sup>

Portanto, ao enviar esses telegramas aos partidários da facção dos Vargas, e envolvido diretamente no episódio da renúncia de Viriato Vargas, Borges de Medeiros, apesar de encaminhar a solução da quizila política originada a partir das denúncias de Benjamim Torres solicitando a abdicação de Viriato, precisou negociar com a família Vargas essa destituição, pois o poder coronelístico local do clã era consideravelmente expressivo, fazendo com que Borges ainda mantivesse Manoel Nascimento Vargas na chefia do Partido Republicano são-borjense e propalasse seu pretense apoio político à facção varguista. Destacadas as duas correspondências enviadas por Getúlio Vargas em novembro de 1913 e por seu pai em dezembro do corrente ano a Borges de Medeiros e o modo como Borges de Medeiros atuou em relação tanto aos conteúdos nelas contidos, como no processo de renúncia de Viriato, adentra-se no contexto das estratégias desenvolvidas por Getúlio Vargas, que abarcavam o âmbito público como também o âmbito secreto.

Getúlio e os Vargas, assegurando sua permanência direta no poder por meio da chefia política do Partido Republicano são-borjense e, indireta, do cel. Antonio Garcia da Rosa, bem como tendo arquivado o processo contra o filho primogênito, haviam obtido uma importante vitória parcial na luta política local. Entretanto, novas circunstâncias políticas locais obrigariam Getúlio a atuar de maneira subterrânea, aproveitando-se da sua amizade e do poder político que detinha Firmino Paim Filho junto ao poder palaciano para desenvolver articulações políticas a fim de manter a frágil vitória política dos Vargas. Essas novas circunstâncias se dariam a partir do assassinato de Benjamim Torres, episódio já destacado.

Como antes mencionado, o assassinato de Benjamim Torres desestabilizava ainda mais o poder varguista, em virtude das acusações dos seus inimigos, que incriminavam

<sup>274</sup> FGV – G V c 1914.01.10 Data: 10/01/1914. Documentos sobre a renúncia de Viriato Vargas e a posse de Antônio Garcia da Rosa na Intendência de São Borja. Porto Alegre, São Borja.

<sup>275</sup> FGV – G V c 1914.01.10 Data: 10/01/1914. Documentos sobre a renúncia de Viriato Vargas e a posse de Antônio Garcia da Rosa na Intendência de São Borja. Porto Alegre, São Borja.

Viriato Vargas como o mandante do crime, insinuando a coautoria de Manoel Nascimento Vargas, Getúlio e Protásio. Nessa perspectiva, Getúlio contaria com as relações sociais com Firmino Paim Filho para desenvolver suas articulações a fim de superar essa nova crise política. Aproveitando-se das suas relações no âmbito estadual, o que demonstra que Getúlio não se afastara totalmente do âmbito do poder político estadual, diante da situação periclitante do poder político de sua família em face das tensões provocadas pelo crime contra Torres, ele escreveria em caráter de urgência ao seu amigo Firmino Paim Filho<sup>276</sup> fazendo algumas solicitações, as quais seriam prontamente atendidas pelo destinatário, como é evidenciado na carta-resposta deste enviada no dia 3 de abril de 1915. Acredita-se que um dos desejos de Getúlio era tomar conhecimento da repercussão desse episódio na capital gaúcha junto ao poder palaciano. Em vista desse pedido, Firmino Paim Filho descreveria o clima tenso e hipotecava sua solidariedade ao amigo, dizendo-se pronto a cumprir qualquer solicitação de Getúlio. Nas suas palavras:

Recebi os teus dois telegramas e parti imediatamente para cumprir os teus desejos neles expostos. [...] de chegada tratei de conhecer o que se ia passando por aqui a tal respeito e notei que a atmosfera está fortemente carregada sendo necessário trabalho hábil e demorado. Agirei na medida de minhas forças e no que estiver a meu alcance a fim de melhorar semelhante estado das cousas [...] solidário contigo, estarei aqui pronto a cumprir as tuas ordens. Escreva-me narrando os acontecimentos a fim de podermos trocar impressões sobre o modo de agir [...].<sup>277</sup>

Nesse fragmento de carta podem-se observar colocações que Firmino fazia a Getúlio Vargas para que este garantisse a superação da crise que os abatia: a) era necessário que Getúlio e seus familiares continuassem a desenvolver árdua e hábil campanha política; b) estava solidário com os Vargas e, portanto, pronto a exercer na capital gaúcha o papel de mediador dos interesses dos Vargas – Getúlio, ao solicitar seus préstimos pessoais e políticos, autorizava Firmino Paim Filho a ocupar essa função enquanto permanecia em São Borja; c) solicitava que Getúlio o mantivesse a par de todos os acontecimentos locais, ao mesmo tempo em que faria o mesmo, para que assim ambos pudessem articular e combinar ações e estratégias junto às duas dimensões de poder, a local e a estadual.

<sup>276</sup> Faz-se importante ressaltar que foram poucas as cartas enviadas por Getúlio encontradas ao longo da pesquisa. Entretanto, como já destacado no segundo capítulo, acredita-se que as cartas-respostas de seus amigos, correligionários e familiares expõem essa prática que Getúlio mantinha nesse período.

<sup>277</sup> FGV – G V c 1914.03.29. Data: 29/03/1914 a 04/04/1915. Cartas a Getúlio Vargas comentando o assassinato de Benjamin Torres e a repercussão política do crime; refutando as suspeitas que recaem sobre Viriato Vargas; e hipotecando solidariedade à família Vargas. Itaquí, Porto Alegre.

Firmino Paim Filho, na tentativa de mostrar a Getúlio o prestígio que os Vargas detinham, reiterava constantemente o seu apoio ao general Vargas, reforçando o poder pessoal deste, apesar de todas as circunstâncias de lutas partidárias. Nesse sentido, a carta de Firmino Paim Filho enviada a Getúlio em 27 de maio de 1915 tentava encorajá-lo e à sua família, pois, para o missivista, “quem como o venerando general Vargas tem uma vida, uma fé de ofício que constituem verdadeira página de nossa história, tanto na defesa da Pátria como nas instituições republicanas, não pode ter esmorecimento e nem atemorizar-se diante das injustiças”.<sup>278</sup>

O poder e o prestígio político conquistados pelo patriarca da família Vargas, já expostos no primeiro capítulo e destacados por Firmino Paim Filho na carta referida, alcançaram uma rede de clientela e de relações políticas no âmbito local, bem como no estadual-federal. Desse modo, ao enfrentarem outra vez forte campanha política opositora, lançariam mão desse prestígio para se contrapor aos ataques que seus inimigos vinham desferindo. Assim, Getúlio pôde contar também nas suas estratégias de defesas com a atuação de seu pai e de vários correligionários para reforçar e tentar demonstrar o poder e o prestígio político que os Vargas possuíam perante a pressão política que enfrentavam em razão do assassinato de Benjamim Torres. Igualmente, utilizariam esse artifício para se contrapor às intenções contrárias aos seus interesses forjadas por Borges de Medeiros. Nessa perspectiva, por um lado, para confirmar a notoriedade política e pessoal dos Vargas no âmbito local, utilizar-se-iam de cartas enviadas por correligionários seus a Borges de Medeiros. Por outro, destaca-se trecho da já citada carta que Manoel Nascimento Vargas enviou ao senador Pinheiro Machado em abril de 1915. Acredita-se que essas correspondências se revelam valiosas por permitirem demonstrar o domínio dos Vargas de uma vasta rede de clientela e de relações sociais que alcançavam o âmbito municipal e, mesmo, o estadual-federal.

Assim, uma das primeiras ações que a facção varguista realizaria no intuito de tentar resistir às pretensões de Borges de Medeiros de alijá-los do poder local seria o envio de protestos de todos os líderes republicanos dos quatro distritos de São Borja. Os correligionários da facção varguista remeteram a Borges de Medeiros missivas reforçando o apoio aos Vargas. Diante dessas quatro correspondências, optou-se por analisar as expedidas pelo terceiro e pelo segundo distrito, pois se julga que refletem os desígnios dos correligionários pró-Vargas. Na carta enviada pelos representantes políticos de Camaquã,

---

<sup>278</sup> FGV - GV c 1915.05.27 Data: 27/05/1915. Carta de Firmino Paim Filho a Getúlio Vargas comentando a situação do Partido Republicano Rio-grandense em São Borja e recomendando energia para superar a crise. Porto Alegre.

terceiro distrito de São Borja, a Borges de Medeiros em 21 de abril de 1915 pode-se notar o teor dessas defesas. Nela afirmavam os dez missivistas que a assinaram:

Vimos como representantes políticos principais do 3º distrito do município de São Borja, perante V. Ex.<sup>a</sup> como nosso chefe, e com o devido respeito protestar contra a campanha de calúnias associadas a reputação intocável de nosso chefe local general Vargas por nossos correligionários recentes, que exploram com fins políticos o desastroso e condenado assassinato do Benjamim Torres. Nossa situação atualmente é de culpados, pois os Srs. Escobares apontam a chefia, a administração e o partido republicano responsáveis por esse fato que colheu a todos de surpresa e que, nas condições que deu-se, ninguém poderia evitar.<sup>279</sup>

Nesse primeiro fragmento é aceitável deduzir que os missivistas reforçavam seu apoio a Manoel Nascimento Vargas e refutavam as calúnias que os inimigos políticos dos Vargas vinham lhes fazendo, aproveitando-se da morte de Benjamim Torres para combater o chefe local, estratégia que já se apontou anteriormente. Para os representantes políticos do terceiro distrito, o patriarca dos Vargas era o único digno de reconhecimento como verdadeiro republicano, pois, na sua concepção, os caluniadores eram apenas correligionários recentes, não dignos de confiança. O conteúdo dessa carta revela também a importância política local dos apoiadores dos Vargas e o quanto de poder político ainda detinham:

Os Srs. dissidentes intimidam e ameaçam pelos distritos com a força da Brigada Militar dirigida por um capitão que faz política com ela e que tem presunções contra nós. O partido republicano são-borjense conserva-se na expectativa, leal a V. Ex., porém pronto para repelir o mando dos ambiciosos locais, que não dispõem de prestígio e por isso mesmo procuram diminuir junto a V. Ex. aquele que o tem e que é um digno. Resolvemos por iniciativa própria manifestarmos a nosso chefe supremo a nossa situação política de hoje na qual o partido ainda se conserva coeso e pedir-vos para que não consinta que os aventureiros continuem a procurar implantar a anarquia em seu seio.

As manifestações que V. Ex. tem recebido não é de elemento flutuante, é de fazendeiros na sua quase totalidade, de homens de fortuna ou pelo menos independentes. Esperando pois que vossa Excelência nos preste vossa apreciada atenção e convença-se que somos nós os vossos verdadeiros amigos e correligionários de todos os tempos e que ainda constituímos o partido Republicano em São Borja por qualquer face que se encare a questão.<sup>280</sup>

<sup>279</sup> ABM. 8668. Remetentes: Mucilo Trois Machado, Virgílio Jose de Oliveira, Fidellis José de Andrade, Gabriel Ferreira Machado, Francisco Ferreira dos santos, Auto Pereira, Francisco Santiago Ortiz, Bonifácio Jose de Andrade, Marciano Ferreira dos Santos e João Christiano Fioravante. São Borja, 21 de abril de 1915.

<sup>280</sup> ABM. 8668. Remetentes: Mucilo Trois Machado, Virgílio Jose de Oliveira, Fidellis José de Andrade, Gabriel Ferreira Machado, Francisco Ferreira dos santos, Auto Pereira, Francisco Santiago Ortiz, Bonifácio Jose de Andrade, Marciano Ferreira dos Santos e João Christiano Fioravante. São Borja, 21 de abril de 1915.

Na carta citada, os missivistas expunham algumas questões importantes para que se entenda a situação política que envolvia os partidários republicanos pró-Vargas em São Borja e Borges de Medeiros: a) era um protesto contra a determinação de poder borgiano de destituir o comandante varguista e, conseqüentemente, uma posição de desobediência às ordens do arbitrário Borges de Medeiros, revelando o quanto eram tensas as relações entre o poder local e o poder estadual; b) o assassinato era consequência dos próprios atos de Benjamim Torres e, portanto, era esperado tal desfecho; c) as ações da grei comandada por Raphael Escobar extrapolavam os limites de tolerância dos correligionários varguistas, os quais eram agora perseguidos. Essas perseguições eram inconcebíveis para os apoiadores dos Vargas, pois os elementos que constituíam a facção escobarista não detinham importância política nem o apoio de importantes cidadãos são-borjense, detentores de prestígio político e poder econômico no município.

Outro protesto contra a campanha de intrigas realizadas pelos inimigos políticos dos Vargas seria feito pelos representantes políticos de Iguariaçá, segundo distrito de São Borja, em carta a Borges de Medeiros em 27 de março de 1915. Nas palavras dos missivistas:

A presente tem por objetivo fazer-vos um apelo de solidariedade cívica e política visto que os abaixo, nessa assinados foram sempre republicanos desde a propaganda, e hoje se nem pelos seus adversários de sempre, que suas normas de conduta foi sempre hostilizar – benemérito Julio de Castilhos e seus continuados Dr. Borges de Medeiros o que nós sempre com fervor e sacrifícios pessoais e (?) defendemos ao nosso lado e hoje somos vítimas de ameaças de toda natureza por eles feita dizendo apoiados por V. Ex.<sup>a</sup> e na força armada para nossa maior hostilidade do que não estamos convictos que V. Ex.<sup>a</sup> assim proceda visto nosso partido chefiado pelo Sr. general Manoel Nascimento Vargas com quem somos solidários nada tem que haver com os crimes cometidos por quem quer que seja. Assim fizemos o presente apelo pedindo não nos entreguei a essa gente, porque se isso se der vermo-nos na contingência de abandonar o nosso querido partido com nossos famigerados grupos de que cada um de nós contamos.<sup>281</sup>

A narrativa contida nessa correspondência autoriza que se apontem algumas questões referentes à estratégia de defesa que realizariam os chefes e diretores políticos do segundo distrito de São Borja no intuito de reforçar sua “solidariedade cívica e política” ao general Vargas. Essas podem ser assim descritas: a) reforçam a diferença entre os signatários, republicanos históricos desde os tempos de propaganda em relação aos adversários que

---

<sup>281</sup> ABM. 8665. Remetentes: Vicente Otto; Constantino Rocha; Vicente Goulart; Rujino de Almeida Ribas; João Clímaco de Paula; José Luiz de Abreu; Serafim da Silva Paula e Acylino Lopes de Balbueno. São Borja, 27 de março de 1915.

outrora se batiam contra os líderes republicanos Castilhos e o próprio Borges; b) cobram do líder palaciano a lealdade que sempre haviam mantido à causa republicana e aos líderes do PRR; c) a campanha que os inimigos políticos movem contra Manoel Nascimento Vargas é realizada no intuito de obter fins políticos, já que esses seriam minoria e jamais se consagrariam vencedores; d) ameaçam Borges de Medeiros com uma retirada estratégica de todos os partidários do PRR são-borjense, o que desestabilizaria a força política local do poder borgiano, pois para esses representantes políticos quem realmente possuía prestígio político local era *o seu* chefe político Manoel Nascimento Vargas.

Enfim, diante das defesas do poder político dos Vargas realizadas por republicanos de São Borja, estes transmitiam a mensagem a Borges de Medeiros de que, possuindo a maioria republicana, não desistiriam de lutar pelo mando local. Portanto, ele não deveria negligenciar a força política que os Vargas ainda mantinham, apesar dos constantes abalos políticos.

Outra ação de que os Vargas lançariam mão na tentativa de se opor à exploração que a grei escobarista realizava e às aspirações de Borges de Medeiros de desestabilizar o poder local dos Vargas seria realizada por Manoel Nascimento Vargas em relação a Pinheiro Machado. Aproveitando-se de suas relações sociais, o patriarca enviaria a este uma carta na qual, além de narrar a forte pressão política que enfrentava, solicitaria seu apoio político. Nas palavras do chefe do clã:

[...] Resolvi escrever essa a meu amigo e chefe, pondo, ao corrente do que injustamente estou sofrendo, a vós que me conheceis perfeitamente esperando que não precisaria aduzir provas. Pois bem, meus inimigos querem ferir-me por política. Sou um obstáculo as suas ambições e por isso procuram incompatibilizar-me, tirando desse fato todo proveito possível inutilizando-me de qualquer forma. Peço, pois, a meu ilustre amigo para que se faça justiça, poupando assim de amarguras os últimos dias desse velho servidor como já está acontecendo. Espero vossa resposta para meu governo. Abraça-vos o velho amigo.<sup>282</sup>

O teor dessa correspondência seria dado a conhecer a Borges de Medeiros e a resposta dada pelo interlocutor é interessante na medida em que “manda dizer” ao presidente do Estado que “acredita que o general Vargas não tinha cumplicidade no crime, mas sabe também que V. Ex.<sup>a</sup> a ninguém persegue e tão somente procura fazer justiça”.<sup>283</sup> Com essa resposta, Pinheiro Machado prestava seu apoio ao general Vargas, dando a entender a Borges

<sup>282</sup> ABM. 11138. Remetente: Idefonso Pinto a Borges de Medeiros. Em anexo carta de São Borja, 02/04/1915, de Manoel Nascimento Vargas a Pinheiro Machado. Rio de Janeiro 20 de abril de 1915.

<sup>283</sup> ABM. 11138. Remetente: Idefonso Pinto a Borges de Medeiros. Em anexo carta de São Borja, 02/04/1915, de Manoel Nascimento Vargas a Pinheiro Machado. Rio de Janeiro 20 de abril de 1915.



que não deveria perseguir a figura do republicano histórico e defensor do PRR e do patriarca Júlio de Castilhos.

Do mesmo modo, Getúlio, além de contar com a atuação de seu pai e de vários correligionários para reforçar o poder e o prestígio político de sua família, atuava na defesa do poder político dos Vargas de maneira mais abrangente, com a sua participação nas páginas da imprensa da capital e da imprensa partidária de São Borja, ação iniciada logo após sua renúncia ao mandato de deputado estadual em outubro de 1913. Nas páginas do jornal *O Correio do Povo* Getúlio contra-atacava e defendia-se dos ataques de Raphael Escobar também realizados pela imprensa, como já exposto. Não se furtaria em defender sua família das acusações de seus inimigos, agora realizadas pelo subterfúgio das páginas jornalísticas, criando dificuldades para que viessem a concretizar seus planos de derrubada do poder político dos Vargas. Assim, construía expressiva defesa na tentativa de atribuir a Raphael Escobar e a Benjamim Torres deficiências políticas e pessoais, algumas, aliás, descritas no segundo capítulo. O artigo denominado por Getúlio de “o caso de São Borja e o Dr. Raphael Escobar”, do dia 30 de dezembro de 1913, é esclarecedor nesse sentido. Escrevia Getúlio:

[...] Não traçarei paralelos entre “ele e eu”, porque não costumo escrever artigos de auto-elogio, como faz esse peru recheado, impando de vaidade. Os meus colegas de tradição acadêmica, os meus companheiros de luta política, o pequeno número de pessoas que tiver prestado atenção ao que eu pratiquei, disse ou escrevi, esses farão juízo sobre a minha pessoa, a opinião deles é que formará o conceito. Não costumo erguer altares para queimar incenso às minhas próprias virtudes, o que só ficará bem aos onanistas intelectuais. [...] Uma vez que Raphael Escobar ataca ao meu pai, aos meus irmãos, enfim, a minha família, não trepidarei em arrancar às mãos desse detrator o falso manto de moralidade, acobertador de pústulas. Para mim, na minha estima de filho, é tão respeitável o nome de meu pai, em sendo vivo, como será para o Dr. Raphael a memória do seu, em pós a morte. [...] Não lhe tenho inveja, Sr. Dr. Raphael: primeiro, porque a inveja não se aninha em meu espírito; segundo, porque mesmo não lhe encontro nada que seja capaz de produzir inveja, encontrando, apenas, cousas dignas de lastima....Que inveja posso eu ter de um advogado prevaricador e que solicita empenhos junto aos magistrados que tem em mãos causas por ele patrocinadas? [...].<sup>284</sup>

O nível do debate revelava-se cada vez mais acalorado, a ponto de Getúlio Vargas compor seus artigos com palavras insultuosas. A linguagem utilizada exporia a degradante situação política envolvendo os partidários republicanos que lutavam por conquistar ou manter o poder político no município de São Borja. A comparação jocosa atribuída a Getúlio Vargas por Benjamim Torres teria resposta na mesma medida, tangenciada pelo tom irônico e

<sup>284</sup> CORREIO DO POVO. 30 de dezembro de 1913. Seção Livre. *O caso de São Borja e o Dr. Raphael Escobar*.

ofensivo daquele em artigo publicado em 14 de novembro de 1913, intitulado “Respingando”. Em suas palavras:

[...] Quando menos esperava o Dr. Benjamin arremessou-me dois pares de coices que, pelo menos, tiveram a vantagem de provar a sua força eqüina. Cuidado Dr. a sua hidrofobia essa atingindo o período agudo! Não tendo mais em que atacar-me, me chamou de feio, zorrilho, garnizé, olhar em linhas incidentes, alma biliosa, e até de paralítico geral. Quanto a essa ultima, fiquei furioso, quase o processei por violação de segredo profissional. Eu não era sabedor de que sofria essa moléstia e o Sr. veio revelá-la ao público. Um consolo me resta. Sem falsa modéstia penso que a sua fealdade modéstia é maior do que a minha. Ai vai, Dr. Benjamin, o seu retrato em largas pinceladas. Tipo felpudo de orango corcunda, agravando em parêntesis pela posição das gambias recurvadas. Nariz chato, batatado, que lhe deu em São Borja o sugestivo apelido de “bico de pato”, mandíbulas enormes, denotando o prognatismo das raças inferiores, filiando-o, proximamente, ao interior da África, onde, como o Nilo parece ter suas origens perdidas. O fecho da frase não é original, mas é verdadeiro. Não lhe falta nem a carrapinha, puxada força de cosméticos, e a esquálida figura, disfarçada por umas tinturas de sangue europeu...[...].<sup>285</sup>

O fragmento destacado evidencia o acirramento das disputas políticas, as quais ultrapassavam o limite da razão, comprovando o quanto os ânimos estavam exaltados. Somando-se a esse acirramento político, o assassinato de Benjamim Torres exacerbaria ainda mais a campanha de difamação contra os Vargas, a ponto de Getúlio extrapolar em sua reação de defesa por meio de artigo que publicaria no periódico *O Uruguay*, intitulado de “Agora sou eu”. Este texto incendiaria ainda mais a querela política local, trazendo acentuada apreensão a correligionários e amigos de Getúlio Vargas e provocando grande repercussão. Torna-se oportuno ressaltar que nas pesquisas realizadas em busca de exemplares desse periódico encontrou-se apenas um exemplar, no qual não havia nenhum artigo assinado por Getúlio. Não obstante, localizou-se no jornal *O Maragato* de 17 de abril de 1915 a transcrição desse artigo. Segundo este periódico, o texto escrito por Getúlio Vargas continha o seguinte conteúdo:

O Uruguay tem redator responsável. Não precisa o Missioneiro escudar-se com o meu nome, atribuindo-me a autoria do artigo – a verdade dos fatos - para insultar o meu pai. As torpezas e infamíssimas calúnias assacadas contra ele pelo bêbado Raphael Escobar, eu darei a devida resposta. Mas essa não será pelo jornal.<sup>286</sup>

<sup>285</sup> CORREIO DO POVO, 14 de novembro de 1913. Seção Livre. *O caso de São Borja: Respingando*.

<sup>286</sup> O MARAGATO, 17 de abril de 1915. *São Borja*.

Nota-se que o clímax de enfrentamento político atingia um limite perigoso. Getúlio, atordoado com as constantes campanhas de difamação do poder político de seu pai e de sua pessoa engendradas por Raphael Escobar, acirradas pelo assassinato de Benjamim Torres e incentivadas pelo poder estadual, buscava com esse artigo contra-atacar seus inimigos. Entretanto, não tinha sido claro em sua narrativa e a dúvida que pairava para quem lesse o texto era qual seria o tipo de resposta que Getúlio Vargas daria a seus inimigos políticos. Seria o desafio para um duelo? Teria o anseio de agredi-los? Teria pretensões de processá-los por crime de calúnia ou de injúria? Teria a aspiração de se vingar? Na tentativa de evitar uma tragédia política, agora envolvendo Getúlio, seus amigos o censuravam, tentando levá-lo a recuperar o controle pessoal e voltar a agir racionalmente. Com esse propósito, Porto Coelho<sup>287</sup> enviou carta a Getúlio Vargas em 15 de abril de 1915, solicitando que o amigo enfrentasse a situação como “o homem superior a todas as paixões, o lutador invencível, guiado apenas pelas luzes da razão serena”.<sup>288</sup> Porto não admitia que Getúlio fosse vencido “pela [...] paixão, ludibriado pelo teu incomensurável amor filial”<sup>289</sup>, prevendo que a reação a esse artigo não seria das melhores, pois,

[...] se tu o desafiáres, verás que nada mais há de conseguir do que te expores as tramóias do covarde difamador do teu venerando pai. [...] nada mais conseguirás do que transformar o algoz de hoje em vítima de amanhã. [...] qualquer [ação] trará para São Borja mais um período de anormalidades, mais um motivo para explorações, mais incômodos para teu pai. [...] há essa hora o Correio estará anunciando ao Dr. Borges que Raphael Escobar estará ameaçado por Getúlio Vargas, que enquanto dominar a família Vargas, Raphael não poderá considerar-se garantido.<sup>290</sup>

---

<sup>287</sup> Armando Porto Coelho residia em Itaquí onde exerceu os cargos de professor público e escrivão de órfãos, tendo pedido demissão para advogar. Fazia nessa cidade oposição ao Cel. Aranha, pai de Oswaldo Aranha, sendo que esse último também fez parte da denominada “geração de 1907” Armando Porto Coelho era amigo da família Vargas, devendo-lhe favores. Era missivista no jornal O Uruguay. Em 1914 ocupava a função de administrador da Mesa de Rendas de São Borja. Getúlio Vargas tornou-se seu advogado, defendendo-o da acusação do assassinato. Portanto Coelho participava do círculo de influência de Getúlio Vargas e nas suas cartas muitas páginas eram escritas destacando sua “verdadeira paixão” pela sua esposa e seus filhos, além da sua lealdade e profunda admiração pessoal e política que sentia em relação a Getúlio Vargas. Acredita-se que essas cartas escritas por Porto Coelho, possibilitam fugir do lugar-comum que se encontra o personagem Getúlio Vargas. Para além das histórias oficiais, busca-se visualizar pelos mais variados prismas a história de Getúlio Vargas que sem dúvida alguma está profundamente ligada ao contexto histórico rio-grandense. Seus “rastros” de vida cruzam caminhos junto a grandes personagens políticos, mas atravessam também, muitos indivíduos comuns.

<sup>288</sup> FGV – G V c 1915.04.15/2 Data: 15/04/1915. Carta de Armando Porto Coelho a Getúlio Vargas censurando-o por ter escrito artigo com agressões a Rafael Escobar e analisando as possíveis repercussões do mesmo. Itaquí.

<sup>289</sup> FGV – G V c 1915.04.15/2 Data: 15/04/1915. Carta de Armando Porto Coelho a Getúlio Vargas censurando-o por ter escrito artigo com agressões a Rafael Escobar e analisando as possíveis repercussões do mesmo. Itaquí.

<sup>290</sup> FGV – G V c 1915.04.15/2 Data: 15/04/1915. Carta de Armando Porto Coelho a Getúlio Vargas censurando-o por ter escrito artigo com agressões a Rafael Escobar e analisando as possíveis repercussões do mesmo. Itaquí.

Porto Coelho terminava sua narrativa fazendo um apelo a Getúlio Vargas: “Não sacrifiques a tua causa, a causa dos teus amigos, do teu partido, em troca de uma mesquinha vingança, sem valor moral aos olhos do grande público”. Na concepção do missivista, era dever de Getúlio poupar o pai de dores, sacrifícios e sofrimentos e, “se ainda é Getúlio Vargas, responde a esse miserável com o desprezo soberano das almas fortes”, pois “a tua vingança, a desafronta do teu pai, virá, tempo ao tempo. Aguarde as oportunidades”.<sup>291</sup> Na concepção de Porto Coelho, Getúlio deveria vencer a si próprio, dominar-se, não sendo vítima de seu temperamento e do arrebatamento.

Outro que também solicitaria prudência nessa questão do acirramento das animosidades entre as facções seria Sergio Ulrich<sup>292</sup>, o qual escreveria carta a Getúlio em 15 de abril de 1915 prestando seu apoio ao político. Nesta, o missivista aconselhava que Getúlio mantivesse a calma, não desistindo de lutar, e que refletisse sobre suas resoluções. O missivista apontava que os ataques feitos por Raphael Escobar tinham um objetivo: atingir Getúlio e derrubá-lo. Na concepção de Ulrich, Getúlio Vargas era o centro da resistência. Reforçando a importância do regresso à razão por parte deste, o narrador, categoricamente, afirmava que

é uma criança, ou um tolo, ou um fraco, ou um homem desvairado pela paixão, que já não se domina, quem aceita a luta na hora, no lugar designados pelo adversário com as armas por ele escolhidas. Tu que és inteligente, calmo e forte, não podes cometer esse erro. Não sabemos a quanto tempo correu a campanha oculta contra o general Vargas e contra ti [...] não os auxilies, não lhes facilite a tarefa. Como pretende fazer? [...] não abandones a luta agora, não te mostres perturbado ante os teus amigos. Como eles continuam vendo-te calmo, forte, superior ao lance da batalha para que confiem em ti e no acerto das tuas resoluções.<sup>293</sup>

As correspondências destacadas confirmam a hipótese de que Getúlio estava demasiadamente envolvido na “fogueira da politicagem de aldeia”, o que lhe exigia atitudes enérgicas para garantir a defesa de sua família. Além disso, essa atuação o impossibilitava de ficar indiferente, ou, mesmo, de apenas se dedicar ao exercício da advocacia. Aliás, a prática

<sup>291</sup> FGV – G V c 1915.04.15/2 Data: 15/04/1915. Carta de Armando Porto Coelho a Getúlio Vargas censurando-o por ter escrito artigo com agressões a Rafael Escobar e analisando as possíveis repercussões do mesmo. Itaquí.

<sup>292</sup> Sergio Ulrich foi Deputado na Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul nos seguintes períodos: 1901 - 1904, 1905 - 1908, 1909 - 1912, 1913 - 1916, 1917 - 1920, 1925 - 1928; Também ocupou o cargo de Deputado Federal nas seguintes períodos: 03.05.1921 a 31.12.1923, 03.05.1927 a 31.12.1929 e 03.05.1930 a 23.10.1930. No ano de 1896 foi nomeado Promotor Público de Uruguaiana.

<sup>293</sup> FGV – G V c 1915.04.15/1 Data: 15/04/1915. Carta de Sérgio Ulrich de Oliveira a Getúlio Vargas tratando de assuntos jurídicos, aconselhando-o a agir com ponderação face à luta política em São Borja e colocando-se à disposição. Itaquí.

da advocacia também seria um recurso utilizado por Getúlio para defender os interesses de sua família, pois, como demonstrado no segundo capítulo, era uma função política, o que permitia reforçar e favorecer o poder varguista, aumentando as teias sociais e clientelistas, ao mesmo tempo em que possibilitava a ascensão política e o fortalecimento do prestígio pessoal de Getúlio.

Enfim, pela participação na imprensa local e estadual, na área da advocacia, tramada de forma subterrânea junto a lideranças republicanas estaduais, Getúlio Vargas estabelecia frente a Borges de Medeiros uma situação de articulações e estratégias políticas no intuito de buscar a sobrevivência política local dos Vargas. Assim, desempenhou importante função na defesa contra a desestabilização do poder local da família, a ponto de, como mostram as cartas citadas, indicarem-no como o centro da resistência dos Vargas. Afirma-se ainda que esses fatores favoreceriam uma reaproximação política com Borges de Medeiros, o que possibilitaria, nas próximas eleições para a Assembleia dos Representantes, em 1917, a Getúlio retornar como deputado estadual por São Borja. Essa futura reaproximação iniciaria principalmente após os Vargas obterem vitória política no sufrágio eleitoral municipal realizada no ano de 1915, como será exposto a seguir.

### 3.2 A PAZ NAS HOSTES DO PARTIDO REPUBLICANO SÃO-BORJENSE. UMA COESÃO “AZEITE COM VINAGRE” E O INÍCIO DA REAPROXIMAÇÃO ENTRE OS VARGAS E BORGES DE MEDEIROS

A pressão de inúmeros republicanos e o próprio prestígio político da família Vargas parecem ter contribuído para que Borges de Medeiros repensasse suas ações e resolvesse agir de modo que os dois grupos republicanos divergentes entrassem em acordo na escolha de um candidato de conciliação à Intendência de São Borja. Começavam, então, as articulações entre os mandatários locais são-borjenses e Borges de Medeiros na tentativa de uma coesão “vinagre com azeite”, pode-se assim dizer, entre dois grupos rivais que não se toleravam politicamente, na tentativa de buscar harmonizar a conturbada situação política de São Borja.

Manoel Nascimento Vargas começaria a arquitetar junto a Borges de Medeiros articulações referentes às eleições municipais que se aproximavam, em razão do final do período intendencial iniciado em 1911, bem como tentaria pressioná-lo a estimular a facção liderada por Raphael Escobar a se submeter à facção varguista. Nesse sentido, o general escreveu carta a Borges de Medeiros no dia 21 de fevereiro de 1915, em que descrevia as

primeiras tentativas de conciliação das greis republicanas em disputa pelo poder político local, as quais seriam tangenciadas pelo poder estadual na figura do delegado de São Borja, Marcílio Antunes Pereira. Escrevia Manoel Nascimento Vargas:

[...]. O referido delegado proporcionou enfim para o dia 20 desse uma conferência em que o Dr. Raphael e eu tivéssemos ensejo de conversar. Depois de terminar a hora, esse evitou-a, alegando que desejava primeiro conferenciar com V.Ex.<sup>a</sup> a que faria dentro de poucos dias. O Dr. Raphael sabe positivamente porque de sobejo lhe tem afirmado o aludido delegado, que ele e os seus serem bem (?) que o candidato a Intendência (?) que possa cooperar para o congraçamento de acordo com a sanção de V. Ex.<sup>a</sup>.<sup>294</sup>

Como se pode notar no fragmento destacado, houve uma trégua de alguns meses entre as greis em disputa, para que fosse realizada a eleição em nível federal para deputados e senadores. Borges, querendo se aproveitar desse armistício, procurava reconciliar de maneira definitiva os ânimos políticos do município de São Borja. O conteúdo expresso nessa carta evidencia que Borges de Medeiros, a partir de sua intervenção no município de São Borja com o seu “poder moderador”, começava os primeiros movimentos no intuito de diminuir as tensões locais e encaminhar a solução das disputas ali existentes. Para Gunter Axt, o “poder moderador” do líder palaciano, que se manifestava de maneira clandestina entre as facções, “manipulando a ascensão ou o desgaste das facções, intervinha agora de duas formas: instituindo um intendente provisório e/ou constituindo uma ‘*comissão executiva*’ do PRR local, na qual a maioria receberia três assentos e a minoria conquistaria dois”.<sup>295</sup> Essa solução política da constituição de uma Comissão Executiva seria também posta em prática na disputa eleitoral de São Borja.

Entretanto, se, por um lado, Borges de Medeiros utilizaria esses subterfúgios para tentar compatibilizar as duas facções, por outro, o que se pode ressaltar na análise de outro trecho da mesma carta de Manoel Nascimento Vargas é que os Vargas buscavam outras formas de domínio político. Para tanto, não fazia parte de seus planos dividir seu poder eleitoral com seus inimigos políticos; pelo contrário, o que o patriarca dos Vargas pretendia era submeter a facção dos “cristão novos” à sua liderança. Nas suas palavras a questão era assim descrita:

[...] Enfim, que Protásio e nem Getúlio não pretendem e nem pretenderão disputar cargo algum [...]. O Dr., Raphael moço que tem qualidades apreciáveis apesar da

<sup>294</sup> ABM. 8.660. Remetente: Manoel Nascimento Vargas a Borges de Medeiros. São Borja, 21 de fevereiro de 1915.

<sup>295</sup> AXT, Gunter. 2001b. op.cit. p.140

conduta que se lhe tem ultimamente, notado, não conseguiu e talvez não consiga emancipar-se do regime de intrigas que aqui impera, a que faz descrever da normalidade definitiva nesse município. Atento deve estar V. Ex.<sup>a</sup> dessa questão de São Borja. [...] V. Ex.<sup>a</sup> conhece agora minhas intenções. Sabe que a minha permanência nesse posto é em virtude da delegação que me conferiu e da dedicação pessoal que consagro a V.Ex.<sup>a</sup>. não tinha ambições nem pleiteio coisa alguma de caráter pessoal na questão municipal. Nessas condições me parece justo desejar que o Dr, Raphael e os seus que aliás constituem uma diminutiva minoria não continuem a perturbar nossa maioria política, que, pelo contrário, inspirados em princípios elevados, venham trabalhar conosco para poderem ser aproveitados na proporção de suas aptidões.<sup>296</sup>

Esse fragmento de carta fornece algumas importantes observações no que concerne ao encaminhamento que os Vargas faziam em relação à próxima eleição municipal: a) Manoel Nascimento Vargas garantia a Borges que nenhum membro de sua família tentaria pleitear qualquer cargo administrativo na política de São Borja, nem Protásio nem Getúlio; b) reforçava, outra vez, a falta de prestígio e força política de Raphael Escobar, argumento que era constantemente utilizado nas suas correspondências com o líder palaciano; c) caso a grei comandada por Raphael Escobar se sagra-se vitoriosa no pleito eleitoral que se avizinhava, a tão desejada “paz política” que Borges pretendia realizar em São Borja não estaria garantida, nem mesmo seria alcançada; d) salientava que a sua facção detinha a maioria política e que, portanto, era a que dominava os “currais eleitorais” de São Borja; e) Borges de Medeiros deveria atentar para todas essas colocações de Manoel Nascimento Vargas e, ao final, perceber que convinha, na reunião que teria com Raphael Escobar, induzi-lo a aceitar ser cooptado pela facção dos Vargas. Entretanto, não era interesse de Borges de Medeiros submeter a facção dos “cristãos novos” aos desígnios de Manoel Nascimento Vargas, mas, sim, continuar a incentivar a divisão nas hostes republicanas são-borjenses para buscar fortalecer o poder estadual; enquanto isso, procuraria acalmar os ânimos políticos por meio de uma conciliação entre as duas greis republicanas que se digladiavam no município de São Borja.

Nessa perspectiva, Borges de Medeiros conseguiu que as greis adversárias entrassem em um acordo e acabassem por concordar com o nome de Érico Ribeiro da Luz<sup>297</sup> para ocupar a função de intendente municipal. O líder da facção anti-Vargas, Raphael Escobar, sugeriu

<sup>296</sup> ABM. 8660. Remetente: Manoel Nascimento Vargas a Borges de Medeiros. São Borja, 21 de fevereiro de 1915.

<sup>297</sup> Érico Ribeiro da Luz foi oficial da Brigada Militar, juiz distrital de Garibaldi, intendente da cidade de Piratini e promotor público em São Borja a partir de 1914.

que Protásio Alves<sup>298</sup> representasse os interesses de sua grei no acordo político que seria constituído.

Protásio Vargas descreveria as bases do acordo no despacho datado de 12 de agosto de 1915 e enviado aos líderes das duas facções:

Nenhum membro das famílias Vargas e Escobar ficará em função diretora. Eleger-se-á intendente o Sr. Érico R. da Luz que nomeará vice-intendente o Sr. Apparicio M. da Silva, fazendo-se o Conselho eleger de acordo com a lei eleitoral municipal que é calcada nos princípios da do Estado.

O partido será dirigido por Comissão Executiva formada pelas 2 facções com o número de membros proporcional a força eleitoral demonstrada no pleito para a formação do Conselho.<sup>299</sup>

Borges de Medeiros, a partir desse acordo, pretendia medir a força eleitoral dos dois grupos republicanos em disputa formando um Conselho Municipal<sup>300</sup> proporcional à força política de cada facção, o que não se constituía em um problema para os Vargas, visto que possuíam a maioria republicana de São Borja. A Comissão Executiva do Partido Republicano são-borjense também seria constituída nos mesmos moldes, ficando nela representadas as duas greis na proporção do valor eleitoral de cada, apurada pela eleição do Conselho Municipal. Contudo, Raphael Escobar, ao tomar conhecimento desse acordo, antes mesmo de receber o despacho de Protásio Alves, protestou enviando carta a este em 6 de agosto de 1915, na qual informava sua contrariedade à ruptura do acordo que havia realizado com Borges de Medeiros, pelo qual se garantia a igualdade de representação das duas facções na Comissão Executiva e no Conselho Municipal. Caso esse acordo, estabelecido por intermédio de Firmino Paim Filho, fosse modificado e estabelecida a apuração eleitoral, isso significava, na concepção de Raphael Escobar, perder a oportunidade de desbancar os Vargas do poder, o

---

<sup>298</sup> Convém lembrar que, por essa época, Borges de Medeiros mantinha-se afastado da presidência do Rio Grande do Sul, devido a problemas de saúde. Durante sua ausência no cenário político estadual, Protásio Alves mantinha-o informado dos acontecimentos locais, através de cartas ou telefonemas.

<sup>299</sup> ABM. 8669. Remetente: Raphael Escobar a Protásio Alves. Despacho anexo de Protásio Alves. São Borja, 12 de agosto de 1915.

<sup>300</sup> “A comissão executiva era, via de regra, mais importante que o conselho municipal o qual, reproduzindo a Assembleia, tinha atribuições meramente orçamentárias e, na prática, homologatórias. Além do orçamento, os conselhos faziam a apuração das eleições municipais. A divisão de cargos na comissão executiva costumava ser reproduzida nos conselhos. Quando duas facções entravam em conflito aberto, os conselhos tornavam-se palco de batalhas, mas, em geral, as discussões e os impasses ali havidos tinham pouca repercussão política. Durante o período borgista, os conselhos pareceram estar um pouco mais presentes na vida política antes de 1915. De ordinário, eram aparelhados pelas facções dominantes do PRR nos municípios e excluía os dissidentes e federalistas, tornando, pois, inconsistente a atribuição que empunhavam de derrogar leis emanadas da presidência, como previa a Constituição de 14 de Julho”. AXT, Gunter. 2001b. op.cit. p.142.



que possibilitaria que sua facção ocupasse importantes espaços políticos em São Borja. Imbuído dessas convicções, Escobar salientaria a Protásio Alves:

O processo da apuração das forças eleitorais das duas facções que ali se digladiam, pelo resultado do próximo pleito de setembro, por V. E. proposto em nome do Dr. Borges de Medeiros, não pode por nós ser aceito, em vista das suas evidentes qualidades negativas da verdade. [...]. De sorte que a atual atitude dos contrários não representa um impulso sincero no sentido do congraçamento do Partido Republicano samborjense: – representa apenas a curvatura do vencido, que ainda procura tirar partido dos frangalhos do poder que lhe sobram, para agir na demanda egoísta dos seus interesses pessoais. [...]. À vista do exposto, a nós repugna tratar com os contrários de potência a potência. São uns condenados da opinião e do código. Do código, pelos inquéritos que em São Borja se fizeram e que são do conhecimento do Governo; da opinião, porque sempre lhes vislumbra nos atos o traço indelével da ganância que constitui a característica mesma da orientação diretora sua [...] A proposta que dos contrários recorremos, por intermédio do Sr. Firmino Paim Filho, frisava [...] a igualdade de representação das facções na Comissão Executiva. Agora a aceitamos, com o acréscimo de alguns detalhes que [...] firmassem a paz da família republicana samborjense [...] <sup>301</sup>

Pode-se observar por meio desse fragmento que Raphael Escobar procurava induzir outra solução eleitoral, tentando, com seu discurso, denegrir a posição política dos Vargas, pois, na sua concepção, eram eles condenados tanto pela Justiça como pela opinião pública local e estadual. Agora era a vez de Raphael Escobar reclamar do apoio que Borges ofertava aos Vargas, se o acordo fosse realizado como proposto por intermédio de Protásio Alves. Escobar percebia que o líder palaciano começava a apoiar os Vargas e romper com os desejos da facção que comandava. Assim, revelava, em outro trecho da carta enviada a Protásio Alves em 6 de agosto de 1915, qual seria a melhor solução para a paz na família republicana são-borjense, além de expressar sua surpresa ao constatar os novos desígnios de Borges. Escrevia o emissário:

[...] Esses detalhes consistiram apenas em indicarmos nós o vice-intendente e facilitarmos a ação profícua do intendente, proposto pelos contrários e por nós recebidos de coração aberto, com um conselho numericamente superior do lado da facção proponente. A indicação do Sr. Apparício Mariense para vice-intendente, da nossa parte, não poderia significar absolutamente qualquer preocupação de mando, porque é esse um cargo puramente honorífico que só eventualmente dá o poder. [...] pretendíamos somente garantir o governo neutro do Sr. Dr. Érico Ribeiro da Luz, por um quadriênio, o tempo suficiente para fraternizar o partido local [...] Estávamos nisso quando V. Ex.<sup>a</sup> propôs, em nome do [...] Chefe, [...] apurar a força eleitoral de cada uma das facções, na proporcionalidade de seus votos, dado o conselho, na próxima eleição, pela lei nova, para organizar a Comissão Executiva em consequência. Foi isso, para nós, nova surpresa. <sup>302</sup>

<sup>301</sup> ABM. 8669. Remetente: Raphael Escobar a Protásio Alves. São Borja, 06 de agosto de 1915.

<sup>302</sup> ABM. 8669. Remetente: Raphael Escobar a Protásio Alves. São Borja, 06 de agosto de 1915.

O fragmento transcrito permite depreender elementos para que se entenda o jogo político que se desenhava entre a facção de Raphael Escobar, a facção dos Vargas e o poder borgiano na questão eleitoral de 1915: a) a facção liderada por Raphael Escobar seria premiada com a indicação de Apparício Mariense Filho para a função de vice-intendente; b) a facção liderada por Manoel Nascimento Vargas teria indicado o nome para concorrer ao cargo de intendente; o de Erico Ribeiro da Luz, o qual exercia o cargo de promotor público em São Borja. Tal indicação revelava o prestígio político que a grei varguista havia reconquistado junto a Borges de Medeiros; c) o líder palaciano acompanhava atentamente essa disputa eleitoral, objetivando apurar a força eleitoral das facções que se digladiavam no município.

Na mesma correspondência, Raphael Escobar confirmava que os Vargas ainda exerciam poder político em São Borja, apesar de terem sofrido forte contestação. O jogo político começava a mudar, e os “bons ventos” sopravam em favor dos Vargas. Assim era que, em meados de 1915, os funcionários da polícia administrativa e judicial haviam sido substituídos por correligionários indicados por aqueles. Raphael Escobar assim descrevia essas mudanças políticas na referida carta de 6 de agosto de 1915 enviada a Protásio Alves:

Os Vargas, que, de si, eleitoralmente nada valem, foram investidos da chefia local. Dela aproveitaram, em proveito próprio, no máximo. Ainda não foram dela oficialmente destituídos, o que lhes permite, ainda hoje, jogar com o apoio oficial, para arrastar o eleitorado. O quiproquó da eleição Hermes deu-lhes novas asas. As nomeações tem sido até agora por eles feitas. O funcionalismo, tanto municipal estadual como federal, é deles. O oficial de registro eleitoral é deles [...]. As mesas eleitorais são por eles organizadas.

Como, portanto, podemos nós com eles competir nas urnas, senão em situação de inferioridade manifesta? – Nunca. A Chefia já sabe [...] que em São Borja o prestígio está nela e não nos Vargas. Retire desses o seu apoio e nós seremos a unanimidade republicana. [...].<sup>303</sup>

Os Vargas haviam mostrado sua lealdade a Borges na questão eleitoral que envolvera a eleição do marechal Hermes Rodrigues da Fonseca<sup>304</sup>, na qual o general Vargas direcionara

<sup>303</sup> ABM. 8669. Remetente: Raphael Escobar a Protásio Alves. São Borja, 06 de agosto de 1915.

<sup>304</sup> Hermes da Fonseca, ex-presidente do Brasil (15/11/1910 a 15/11/1914), foi indicado por Borges de Medeiros e Pinheiro Machado, para ocupar uma cadeira ao senado, representando o Rio Grande do Sul, na vaga aberta pela renúncia do senador Joaquim Assumpção. Essa eleição era um compromisso assumido por Pinheiro Machado junto ao ex-presidente. Além disso, “fazia parte dos arranjos elaborados por Pinheiro Machado com o intuito de manter sua ascendência sobre o Senado, já ameaçada a partir da eleição de Wenceslau Brás para suceder ao Marechal”. PERES, Sebastião. *Coronéis e colonos: das crises internas do poder coronelístico à emergência dos colonos autônomos*. Porto Alegre: Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 1994, p. 27. Houve uma grande rejeição a essa indicação iniciando uma forte crise interna no PRR. Ramiro Barcellos e seus aliados desencadearam uma severa campanha, provocando desfalques nas fileiras dos aliados de Borges de Medeiros. Entretanto, “a fraude eleitoral e as intervenções oficiais do palácio, [...] operaram substituições nos

seus “currais eleitorais” a sufragarem o nome de Hermes da Fonseca para uma vaga no Senado. Esse apoio eleitoral pode ser observado por meio de um telegrama que seria publicado, juntamente com outros, enviados pelos diretores locais do partido, no periódico *A Federação* de 17 de julho de 1915, sob o título “A solidariedade republicana”. Nesse o general Vargas afirmava: “[...] garanto no mínimo 800 votos”.<sup>305</sup> Cabe lembrar que essa lealdade a Borges de Medeiros também era tangenciada pelo processo judicial contra Viriato Vargas, que nessa quadra de tempo estava em andamento. Para o historiador Gunter Axt, a família Vargas devia sua sobrevivência política e econômica a Borges de Medeiros porque era pressionada pelo processo judicial que tramitava na Justiça contra Viriato Vargas; por isso, mantinha-se fiel ao governo.<sup>306</sup>

Enfim, apesar dos protestos realizados por Raphael Escobar, destacados na carta analisada, as bases do acordo foram mantidas e no dia 10 de setembro seria realizado o pleito eleitoral para a averiguação das forças políticas de cada facção.

### 3.2.1 A vitória dos Vargas: Getúlio, a “alma heroica da resistência”

A eleição municipal de 1915 seria fundamental para expor o domínio varguista, pois na concepção coronelista em questão o voto constituía-se em forte poder de barganha<sup>307</sup>, e Getúlio Vargas teria participação primordial nessa vitória política dos Vargas. As ações realizadas a partir de sua renúncia ao mandato de deputado estadual – como mediador dos interesses dos Vargas em face do poder borgiano, ou pelo uso de suas relações sociais nos âmbitos estadual e local, ou suas estratégias de defesa elaboradas nas dimensões públicas ou privadas – foram construídas no intuito de assegurar a vitória política de sua família. Em correspondência endereçada a Firmino Paim Filho em 16 de novembro de 1914, na qual

---

comandos de diversos municípios. Borges de Medeiros conseguiu suportar os anos difíceis [...]”. AXT, Gunter. 2007. op.cit. p. 99. Maiores informações ver as obras de: CORONE, Edgard. *A república Velha – II – Evolução Política (1889-1930)*. 4.ed. São Paulo: Difel, 1983; PORTO, Costa. *Pinheiro Machado e seu tempo*. 2.ed. Porto Alegre: L&PM, 1985.

<sup>305</sup> A FEDERAÇÃO, 17 de julho de 1915. *A solidariedade republicana*.

<sup>306</sup> No encaminhamento do processo criminal contra Viriato Vargas, Borges de Medeiros, interferiria diretamente nas decisões do judiciário, permitindo o desaforamento do processo contra Viriato. Segundo Gunter Axt, “O desaforamento de processos era prática comum na jurisprudência brasileira da época. Todavia, quando a situação voltou a ser favorável aos Vargas, o judiciário permitiu o reaforamento do processo em São Borja, o que se constituiu em jurisprudência peculiar. Viriato terminou por ser inocentado pelo Tribunal do Júri.” AXT, Gunter. 2005. op.cit. p. 44-45.

<sup>307</sup> FÉLIX, Loiva Otero. 1996. op. cit. p. 142.

Getúlio aproveitaria para apontar sua disposição futura de abandonar a política, encontram-se em certo trecho evidências do árduo trabalho político que ele estava realizando para cumprir os desígnios citados. Nas palavras de Getúlio:

[...] Pode-se dizer que o Partido Republicano todo, o elemento histórico tradicional desse partido, na sua feição castilhistas acompanha o meu pai. Eu não quero ver esse elemento leal e digno cair nas mãos de aventureiros impelidos pelo ódio, pelo desejo de vingança, por vaidade e principalmente por ambição pessoal de mando. Sou o defensor gratuito das vítimas envolvidas pela politicagem [...]. Auxílio no mais no que me é possível. Temos elementos mais que suficiente para disputar uma eleição. Trabalharei até lá para a colocação de um candidato digno sob todas as pontas de vista. [...] <sup>308</sup>

O fragmento transcrito torna-se relevante na medida em que permite a observação do contexto político no qual Getúlio estava envolvido, além de suas intenções pessoais e políticas em face das constantes investidas contrárias ao mando local dos Vargas, tanto por parte do líder palaciano como por seus inimigos políticos locais: a) reforçava que o Partido Republicano são-borjense, escudado no prestígio político de seu pai, o qual para Getúlio era um verdadeiro castilhistas, estava ao lado dos Vargas; b) reafirmava a hipótese desse estudo de que Getúlio, ao renunciar seu mandato, o fizera no intuito de defender sua família e manter o poder político dos Vargas em São Borja; c) Getúlio havia se retirado da política estadual, mas auxiliava e trabalhava, tanto em âmbito local como no estadual, para garantir a vitória política dos Vargas, os quais possuíam a maioria do eleitorado são-borjense e prestígio político. Seu trabalho se caracterizava por reforçar os adeptos para a causa varguista, pois, como já destacado, no contexto em questão, as bases coronelistas localizadas nos municípios seriam de imprescindível importância, uma vez que autorizariam ao aparelho do Estado a legitimação e a consolidação de seu poder.

Percebe-se uma das ações de Getúlio no intuito de arregimentar eleitores na carta de Octávio de Ávila datada de 1º de setembro de 1915, a qual tinha como destinatário aquele. O deputado, a pedido de Getúlio, arregimentava eleitores no município de Itaqui para engrossar os “currais eleitorais” varguistas. Nas palavras de Ávila, “[...] já mandei procurar o Luis Bonaparce e o João Bocácio. Farei todo o empenho para enviá-los para aí até o dia 08 do

---

<sup>308</sup> FGV - GV c 1914.11.16. Data 16 /11/1914. Carta de Firmino Paim Filho a Getúlio Vargas relatando conversa mantida com Protásio Vargas sobre campanha movida contra a chefia política de Manoel do Nascimento Vargas e sugerindo a ida desse e de Getúlio Vargas à Porto Alegre. Em anexo, resposta de Getúlio Vargas na qual afirma sua disposição de abandonar a política. Porto Alegre.

corrente. Caso saiba de algum outro eleitor que aqui se acha peço avisar-me antecipadamente por telegrama, a fim de providenciar [...]”.<sup>309</sup>

A campanha pré-eleitoral dos Vargas seria coroada de êxito, com o resultado final dando-lhes a vitória política, somando um total de 1.116 votos contra 477 da grei republicana adversária conduzida por Raphael Escobar. Portanto, o clã dos Vargas elegeria a sua chapa para o Conselho Municipal, sendo reconhecidos cinco conselheiros da facção varguista contra dois da facção escobarista.<sup>310</sup> Com a vitória das eleições, os Vargas demonstravam a força política que ainda detinham em São Borja, o que impedia Borges de concretizar seus planos de enfraquecer consideravelmente o prestígio político e o domínio varguista no âmbito local. Entretanto, se, por um lado, os Vargas haviam garantido sua vitória política, por outro, aos derrotados não deixaram de denunciar os meios fraudulentos utilizados pela grei varguista, como a demora na distribuição das seções e dificuldade para qualificação de eleitores e extração de títulos, o que teria, na concepção de Raphael Escobar, possibilitado a vitória política dos Vargas.<sup>311</sup>

Na vitória política do clã Vargas, Getúlio seria reconhecido pelos seus amigos e correligionários como o grande mediador e articulador que teria possibilitado este desenlace favorável. Armando Porto Coelho e Joaquim Maurício Cardoso escreveriam ao amigo, cumprimentando-o pelo sucesso político. Na epístola enviada por Porto Coelho em 1º de outubro de 1915 é possível perceber como se dera a atuação de Getúlio:

[...] olhando para a vitória que conseguiste, quando parecia que até mesmo o destino conspirava contra ti, que eu me animo e me fortaleço na luta que levo travada. Para mim, a questão de São Borja não era mais uma luta política. Era a tragédia gigantesca em que eu só enxergava um homem, que eras tu. [...]. Hoje o Dr. Borges pode entregar o partido a quem quiser, pode transformá-lo em um harém, inverter as leis da natureza e nomear Raphael sultão. O que ele jamais fará é criar a reputação de Raphael a custa da tua, da tua família. A tua vitória foi completa [...].<sup>312</sup>

<sup>309</sup> FGV- GV c – 1915.09.01. Data: 01/09/1915. Carta de Octavio Ávila a Getúlio Vargas informando essar empenhado em enviar eleitores para São Borja. Itaquí.

<sup>310</sup> ABM. 8671. Remetente: Érico Ribeiro da Luz a Protásio Alves. São Borja, 08 de setembro de 1915. Em anexo telegrama de Sergio Ulbrich de Oliveira a Protásio Alves descrevendo o resultado final da eleição. Em suas palavras: “Conselho terminou hoje apuração intendente Érico 1888 votos conselheiros Felisberto Baptista 1115 Antonio Sarmanho, Bernardino Alves Ferreira, Osvaldo Rodrigues e Iedo Baptista da Silva 1116 cada um. Leôncio Pereira da Silva 479 e José Lopes Falcão 477 votos. [...]”. São Borja, 17 de setembro de 1915.

<sup>311</sup> ABM. 8669. Carta de Raphael Escobar a Protásio Alves. São Borja, 08 de setembro de 1915.

<sup>312</sup> FGV – GV c- 1915.10.01 Data: 01/10/1915. Carta de Armando Porto Coelho a Getúlio Vargas, informando sobre a situação política de Itaquí, o comportamento da família Aranha; enviando notícias pessoais e cumprimentando-o pela vitória política em São Borja. Itaquí.

O mesmo remetente, em outra carta enviada, datada de 29 de novembro de 1915, descreveria a importância de Getúlio Vargas para o PRR, pois, apesar das tentativas constantes de enfraquecimento do domínio dos Vargas, ele teria conseguido assegurar e reforçar o poder político varguista, com sua participação na vitória eleitoral. Se isso, a princípio, fora possível em razão do prestígio no nome de Manoel Nascimento Vargas, agora, após a vitória eleitoral da facção varguista, Getúlio Vargas afirmava-se mais ainda como o nome da resistência no nível político local e estadual. Nas palavras de Porto Coelho:

[...] tenho a esperança que não está longe o dia em que se poderá lutar confiando em um chefe que o seja a valer. Até lá, conserva o teu prestígio, que é um dos mais respeitáveis do Estado. Todos pensam, aliás, com carradas de razão, que tu fostes a alma da heroica resistência de São Borja, e que teu pai foi apenas um símbolo glorioso emprestando a grande causa o seu grande nome, que tu conduziste galhardamente a uma alta e significativa vitória. Saíste da luta prestigiado como nunca, e o teu próprio inimigo hão de estar completamente convencidos.<sup>313</sup>

Esse sucesso eleitoral obtido pelos Vargas repercutiria também na capital. Maurício Cardoso, antigo membro da denominada “geração de 1907” e diretor do jornal *A Noite* de Porto Alegre, enviaria suas congratulações a Getúlio por meio de carta datada de 12 de outubro de 1915, narrando a este que havia descrito sua vitória no periódico: “[...] mando-te meus parabéns, já transmitidos através da *Noite*, pelo resultado do pleito. A impressão causada aqui não poderia ser melhor. O Protásio, quando cá esteve, garantiu-me que o resultado seria favorável e brilhante.[...]”.<sup>314</sup>

Outra carta que traz evidências sobre a repercussão favorável aos Vargas, originada do sucesso no pleito eleitoral de 1915, foi-lhe enviada pelo então intendente eleito, Erico Ribeiro da Luz, que na sua estadia na capital gaúcha para tratar assuntos políticos de São Borja com Protásio Alves e Firmino Paim Filho, narraria a Getúlio em carta de 9 de outubro de 1915 o clima favorável aos Vargas. Descrevia o missivista:

[...] recebi teu cartão e mostrei ao Paim. O Machado ficará no cargo até o dia de minha posse; nesse dia assumirei as funções de delegado. Hoje serão substituídos os subdelegados atuais pelos indicados por vocês [...] a opinião geral hoje é favorável aos Vargas com relação ao imenso prestígio demonstrado a 10 de setembro, e Raphael criticado e até ridicularizado pelas suas patocas políticas. As

<sup>313</sup> FGV- GV c 1915.11.29. Data 29/11/1915. Carta de Armando Porto Coelho a Getúlio Vargas informando e comentando boato sobre convite de Borges de Medeiros a Getúlio Vargas para que assumia a chefia política de Itaqui.

<sup>314</sup> FGV- GV c 1915.10.12. Data: 12/10/1915. Carta de Joaquim Mauricio Cardoso a Getúlio Vargas cumprimentando-o e à família Vargas pela vitória eleitoral em São Borja e informando sobre questões jurídicas. Porto Alegre.

cousas já vão mudando ...e o tempo completará a obra do restabelecimento da verdade baralhadas pelas infâmias e torpezas dessa gente.<sup>315</sup>

Se, por um lado, os Vargas tinham obtido mais uma vitória parcial tanto no âmbito local como no estadual, retomando as indicações de serventuários de suas teias clientelistas, como se pode depreender da carta transcrita, por outro, Raphael Escobar começaria a perder prestígio político. Escobar se queixava, em carta de 20 de dezembro de 1915 destinada a Borges de Medeiros, dos acontecimentos políticos que iam aos poucos corroendo sua posição política no âmbito local e que o intendente Erico Ribeiro da Luz havia sido cooptado pelos Vargas. O missivista assim descrevia sua indignação:

Em vista das vossas palavras que ouvi por boca do Sr. Othelo Rosa, ao sair daí, em agosto, aproveitando e ensejo de um portador garantido, faço-vos essa. [...] O descontentamento é geral entre nós, porque o acordo sido feito sob os auspícios do governo, até agora só teve valor para nos levar ao sacrifício da eleição de setembro. Depois, as cláusulas consequentes, que obrigavam o governo e a facção Vargas foram esquecidas. Nem foi o Apparício até agora nomeado vice-intendente, nem foi a comissão executiva organizada para a direção política. Essa vai sendo empunhada pelo Erico, que se constituiu francamente em prisioneiro dos Vargas. As nomeações nas três ordens de empregos continuam a ser feitas por indicação exclusiva desses. [...]

Raphael Escobar percebia que começava a perder o apoio de Borges num momento extremamente complicado, em que o líder palaciano estava afastado por motivos de saúde, o que contribuía para que a facção dos Vargas obtivesse as boas graças dos atuais representantes do poder borgiano na capital gaúcha. Enquanto Escobar pranteava sua derrota política, Getúlio Vargas tramava novos planos na tentativa de derrotar definitivamente a grei dos “cristãos novos”, mais especificamente, para afastar Apparício Mariense Filho do cargo de vice-intendente de São Borja.

Nessa perspectiva, nos primeiros meses de 1916, Getúlio Vargas, por intermédio do intendente eleito de São Borja, convocado a ir à capital gaúcha para tratar de diversas questões políticas do município, aproveitaria para iniciar as primeiras tratativas com Firmino Paim Filho na busca de meios para destituir o vice-intendente representante da grei escobarista. Já em Porto Alegre, Erico Ribeiro da Luz escreveria a Getúlio, em 2 de janeiro de

---

<sup>315</sup> FGV – Gv c 1915.10.08. Data: 08/10/1915 a 09/10/1915. Cartas de Érico Ribeiro da Luz a Getúlio Vargas informando sobre articulações relativas à situação política de São Borja, saúde de Borges de Medeiros, decisão de Euclides Aranha de abandonar a chefia do Partido Republicano Rio-grandense em Itaquí, questões jurídicas e comunicando sua próxima ida a São Borja. Porto Alegre.

1916, relatando as resoluções sobre os procedimentos a serem seguidos para alcançarem tal objetivo:

[...] hoje almocei com o Paim e falamos longamente sobre o objetivo de minha vinda a capital. [...] disse que não respondeu teu telegrama porque perdeu a cifra, mas que já estava assentada a minha chamada à capital para combinarmos o modo de lançar a pá de cal no cadáver da malacarda. Entendem eles (Paim, Protásio e Salvador) que deve-se deixar o partido dar mais essa lição aos homens, protestando contra a nomeação, alegando esse ou aquele motivo [...]. Penso que seria conveniente que os promotores da impugnação da vice-Intendência comessem desde já a coleta de assinaturas. O Paim acha que o modo combinado de listas com firmas reconhecidas é regular. Embora o Protásio resolva aconselhar Apparício que não aceite a nomeação, deve-se estar com o trabuco carregado até a boca [...] tanto mais que o Paim acha que eu deva fazer a nomeação o quanto antes para liquidar esse paracho. <sup>316</sup>

Com essas combinações entre Getúlio, Firmino Paim Filho e Erico Ribeiro da Luz estavam estabelecidas as estratégias para destituir Apparício Mariense da vice-Intendência, a qual seria realizada por meio de um protesto do eleitorado são-borjense. Como combinado, Erico Ribeiro da Luz nomeou Apparício Mariense Filho como vice-intendente, mas, diante da impugnação da maioria do eleitorado republicano, com 1.219 assinaturas de um total de 1.316 eleitores, acabou por baixar um ato municipal declarando insubsistente a nomeação deste. Em seu lugar foi nomeado o coronel Raymundo Gomes Netto, correligionário da facção varguista. Assim, cumpriam-se os planos estabelecidos entre Getúlio e Firmino Paim Filho de colocar “pá de cal” sobre seus inimigos.

Entretanto, os planos de Getúlio não correram como previsto. Borges de Medeiros não aceitou esse encaminhamento político da situação local e incitou Apparício Mariense Filho a recorrer por meio de um protesto contra esse ato. Ilustrativa desse encaminhamento de Borges é a carta de Protásio Alves de março de 1916 a ele dirigida, que se encontrava nessa ocasião em repouso em sua chácara de Barra do Ribeiro. Relatava Protásio Alves:

São Borja: amanhã às 10 horas terei com Erico a 1ª conferência, onde limitar-me-ei a pedir esclarecimento sobre o ocorrido, observando-lhe a irregularidade da conduta política. Logo que daí cheguei, pedi, ou melhor aconselhei ao Escobar em resposta a seu telegrama que fizesse o Apparício recorrer; [...] Amanhã a tarde, se julgares conveniente dizer alguma coisa mais do que me indicaste ao Erico, diz-me por telefone. <sup>317</sup>

<sup>316</sup> FGV – GV c 1916.01.02. Data: 02/01/1916. Carta de Erico Ribeiro da Luz a Getúlio Vargas enviando notícias de Porto Alegre relatando conversas com Firmino Paim Filho sobre vice-intendente e a situação política de São Borja. Porto Alegre.

<sup>317</sup> Informações extraídas do Arquivo do I H G RS Fundo Borges de Medeiros. In: REVISTA DO IHGRS, Porto Alegre, ano 84, nº. 138, p. 198. Outubro de 2003.



Borges de Medeiros determinou que Erico Ribeiro da Luz, intendente de São Borja, anulasse seu ato e restituísse Apparício Mariense Filho na vice-intendência, resolução que seria escudada através da justiça, pois este enviara seu recurso ao desembargador André da Rocha, na época procurador-geral do estado, o qual daria seu parecer favorável ao restabelecimento da função de vice-intendente, alegando que não havia sido feito de modo regular o protesto contra a nomeação. Borges de Medeiros aceitou o parecer de André da Rocha e mandou que se mantivesse o correligionário da facção escobarista no cargo para o qual fora nomeado.

Esse episódio, que envolveu as tramoias secretas entre Getúlio Vargas e Borges de Medeiros, revela mais uma vez a interferência do poder borgiano na autonomia municipal de São Borja, tornando-se ilustrativo dos constantes jogos políticos estabelecidos entre o poder local e o poder estadual, confirmando, como já referido no segundo capítulo, a impossibilidade de os Vargas deterem poder absoluto no âmbito local. Essa disputa pelo poder político entre ambas as esferas de poder sempre teve de ser negociada, ora pendendo mais para o poder local, ora mais para o poder estadual. Na questão da vice-intendência, apesar das articulações e das combinações à socapa realizadas por Getúlio, prevaleceria a vontade do governo, ou seja, de Borges de Medeiros. Talvez nesse episódio Borges percebesse que os Vargas, com o ato de destituição de Apparício Mariense Filho, buscassem por meio de práticas ardilosas obter proveitos políticos sem o crivo de sua autoridade, o que se constituía em uma perigosa forma de autonomia política, que poderia desestabilizar os planos de mando da máquina estadual nas bases locais coronelistas.

Essa pequena “traição” política de Getúlio ao poder borgiano na questão do vice-intendente deixou as relações políticas com Borges, de certa maneira, arranhadas. Para se contrapor a essa situação desfavorável aos interesses varguistas, Protásio Vargas escreveria a seu irmão Getúlio ressaltando a necessidade de os Vargas buscarem estabelecer de maneira mais expressiva a reaproximação com o líder palaciano. Cabe destacar que Borges de Medeiros já havia acenado com a possibilidade de reaproximação com os Vargas ao ofertar o cargo de chefe de polícia a Getúlio Vargas, episódio que logo em seguida será narrado. Assim, na carta de 21 de junho de 1916 enviada por Protásio Vargas a Getúlio, o missivista exporia como deveriam agir:

[...] recebi tua carta. Nada de novo tenho a relatar-te. [...] Não vou ao Chimango, com o que concorda o Firmino, pelo menos agora. Também, ele, na questão de São

Borja, está colocado em situação que não pode abordar diretamente esses casos. [...] O Firmino deseja muito que o velho venha até cá e não sendo isso possível, deveria vir o Sarmanho. Também acho muitíssimo necessário a vinda desse, afim de que possam ser reatadas as nossas relações políticas. Da forma que marcham as cousas, não podemos mais pleitear pretensão alguma junto ao homem [...]. Além disso talvez fosse aí oportuno fazer ver ao homem a nenhuma responsabilidade que nos cabe, principalmente ao Erico, no caso do vice-intendente [...].<sup>318</sup>

Ao enviar essa carta a Getúlio, Protásio narrava a seu irmão que Borges de Medeiros não ficara satisfeito com a insubordinação dos Vargas na questão da vice-intendência e, para mudar essa situação, o general Vargas deveria estabelecer contato direto com o poder palaciano, lembrando a Borges a lealdade dos Vargas para com o PRR. Igualmente, ressaltava que deveriam promover a inculpabilidade nos acontecimentos relativos à questão do vice-intendente, procurando demonstrar que não teriam sido eles os inspiradores desse movimento.

Como se pode perceber, a política de reaproximação entre as greis em disputas, uma coesão “azeite com vinagre”, acabou por não se concretizar, visto que já iniciara fadada ao fracasso. Como bem demonstra o historiador Gunter Axt, “[...] a harmonia conquistada entre as facções através do acordo e/ou da intervenção era momentânea e precária. Nos bastidores, as facções continuavam formigando e a paz precisava então ser permanentemente mediada por Borges de Medeiros [...]”.<sup>319</sup>

Se, por um lado, a tentativa da coesão entre as greis republicanas de São Borja havia fracassado, por outro, os Vargas saíam dessa situação com a vitória política. Portanto, acredita-se ter demonstrado que, apesar de o poder varguista sofrer forte desestabilização política, esses nunca, de fato, sofreram uma efetiva derrota, pois, além de possuírem grande parcela do eleitorado são-borjense, detinham grande prestígio local e, até mesmo, estadual e federal, o que os colocava como expressivos colaboradores da manutenção da dinâmica coronelista, já descrita no primeiro capítulo, contribuindo, assim, com a sustentação de Borges de Medeiros no poder estadual. Essa vitória eleitoral também possibilitaria uma reaproximação política entre os Vargas e Borges de Medeiros e o retorno de Getúlio à cadeira de deputado estadual na Assembleia dos Representantes nas eleições para deputado estadual em 1917. Sagrando-se vitoriosos e resolvidas as quizilas locais, os Vargas retornariam ao cenário estadual, garantindo novamente na capital gaúcha um espaço simbólico de poder dos Vargas. Para tanto, Getúlio, reconhecido por correligionários, familiares e amigos como o

<sup>318</sup> FGV – G V c 1916.06.24. Data: 21/06/1916. Cartas de Protásio Dornelles Vargas a Getúlio Vargas comunicando ter recebido pedido de informações sobre atividades de Francisco Lago e enviando carta sobre articulações relativas a solução política de São Borja. Porto Alegre.

<sup>319</sup> AXT, Gunter. 2001b. op.cit. p. 143.

centro da resistência, trabalhador hábil e incansável na vitória política dos Vargas, seria novamente escolhido para ocupar esse espaço.

### 3.3 GETÚLIO VARGAS E A REAPROXIMAÇÃO COM BORGES DE MEDEIROS: SEU RETORNO À ASSEMBLEIA DOS REPRESENTANTES EM 1917

A vitória política dos Vargas nas eleições municipais de outubro de 1915 provocaria uma guinada no contexto político local, agora favorável aos Vargas. Borges de Medeiros, que atentamente observava os acontecimentos que ocorriam no município de São Borja, não deixaria de notar a atuação expressiva de Getúlio na defesa dos interesses políticos de sua família. Desse modo, reconheceria as estratégias e as atuações de Getúlio Vargas e nesse mesmo ano o convidaria para ocupar o cargo de chefe de polícia do estado. Compreende-se que se deve pensar esse convite no contexto de reaproximação de Borges com os Vargas. Segundo uma notícia do jornal *O Maragato* de 25 de setembro de 1915, na seção “Casos”, Borges de Medeiros iniciaria um movimento político de aproximação para que voltassem às fileiras do PRR os chefes políticos dissidentes.<sup>320</sup> A respeito dessa possibilidade de acomodação das dissidências, há uma interessante observação de Gunter Axt:

Se muitas rupturas eram irreversíveis, reconciliações, entretanto, não eram impossíveis. Podiam até ocorrer com certa frequência, a exemplo do sucedido com os Neves da Fontoura, os Flores da Cunha e os Vargas, que, em diversos momentos, incorreram em distanciamentos do líder, mas recompuseram as relações oportunamente [...].<sup>321</sup>

Com o intuito de reaproximação dos Vargas, o poder estadual enviaria dois telegramas em caráter de urgência para Getúlio, um assinado por Salvado Pinheiro e outro pelo próprio Borges, nos dias 23 e 24 de novembro de 1915, consecutivamente, oferecendo-lhe a nomeação e solicitando sua resposta. Eis os dois telegramas:

**1º Telegrama.** Urgente. Dr. Getúlio Vargas 23 de novembro de 1915. Impossibilitado continuar funções dedicado amigo Thompson Flores, eu e Dr. Borges desejamos vos nomear cargo onde prestareis relevantes serviços. Aguardo urgente solução. [...] Salvador Pinheiro.

<sup>320</sup> O MARAGATO. 25 de setembro de 1915. *Casos...*

<sup>321</sup> AXT, Gunter. 2001b. op.cit.p. 110-111.

**2º Telegrama.** Dr. Getúlio Vargas 24 de novembro de 1915 Vice-presidente eu acordamos vossa nomeação cargo chefe político esperamos não recusareis honrosa investidura [...] Borges de Medeiros.<sup>322</sup>

Getúlio, contudo, não aceitaria a nomeação e, logo em seguida, daria sua resposta também por meio de telegrama:

Agradeço profundamente desvanecido convite. Momento atual relevantes motivos impendem-me sair daqui. Fala-o-ia com sacrifícios caso não houvesse como há quem melhor desempenhe elevado cargo, somente não dizer-se sobreponho interesse regionais aos interesses gerais partido representado seus dignos chefes.<sup>323</sup>

Julga-se que Getúlio Vargas teria rejeitado o convite por três motivos principais. O primeiro, por não querer se submeter ao poder palaciano, o que significava dever favores clientelistas a Borges de Medeiros. Talvez isso significasse para Getúlio abandonar seus planos locais de liquidação da grei comandada por Rapahel Escobar e ceder aos desígnios de Borges em “suas manias de conciliações” políticas. Em segundo lugar, Getúlio precisava se manter no âmbito local para fortalecer o poder político dos Vargas, e aceitar essa nomeação seria refutar todas as suas ações políticas de enfrentamento ao poder estadual realizadas desde a sua renúncia em outubro de 1913. Para Getúlio, não seria na primeira tentativa de cooptação política que os Vargas se submeteriam aos desígnios do poder borgiano, pois talvez ele pensasse como seu amigo João Neves da Fontoura, que na carta de 5 de dezembro de 1916 enviada a Getúlio, comentando a situação política de São Borja, salientaria que “[...] mais vale, entretanto, andar a gente fora dos altares a ter de fazer diariamente as reverências do protocolo, que gastam a espinha... e às vezes o caráter.[...]”.<sup>324</sup> Em terceiro lugar, Getúlio percebia que ainda não era a hora certa de retornar ao cenário político estadual, pois possuía a intenção de pôr em prática os já citados planos de destituição do vice-intendente Apparício Mariense Filho.

Com a negativa de Getúlio Vargas à oferta da função de chefe de polícia, Borges lhe enviou outro telegrama em 29 de novembro de 1915, no qual deixava em aberto novas oportunidades de reaproximação com os Vargas e Getúlio. Nas palavras do líder palaciano:

<sup>322</sup> FGV- G V c – 1915. 11.23. Correspondência sobre convite de Borges de Medeiros a Getúlio Vargas para que assuma a chefia de polícia em Porto Alegre. Porto Alegre, São Borja.

<sup>323</sup> FGV- G V c – 1915. 11.23. Correspondência sobre convite de Borges de Medeiros a Getúlio Vargas para que assuma a chefia de polícia em Porto Alegre. Porto Alegre, São Borja.

<sup>324</sup> FGV – GV c 1916.12.05. Data: 05/12/1916. Carta de João Neves da Fontoura a Getúlio Vargas comentando notícias de sua ida à Cachoeira do Sul; situação política de São Borja vitória de Getúlio Vargas em questão judicial. Cachoeira do Sul.

Atendendo vossa escusa justificada, resolvemos nomeação Vieira Pires. Apreciando, porém vossos dotes pessoais e prestimoso concurso cívico, terei sempre satisfação em concorrer vossa elevação política, para o que aguardarei apenas necessária oportunidade. Saudações afetuosas. Borges de Medeiros.<sup>325</sup>

Esse telegrama evidencia o reconhecimento por Borges das ações que Getúlio realizara em São Borja como articulador, estrategista e defensor dos interesses de sua família. Essa nova oportunidade ofertada pelo presidente do Estado de contar com os “dotes pessoais” de Getúlio se configuraria no ano de 1917, com o retorno deste à Assembleia dos Representantes.

Assim, o jornal *A Federação* publicaria no dia 26 de janeiro de 1917, com o título “Representantes à Assembleia do Estado”, os nomes escolhidos para a lista de candidatos à eleição que se realizaria no dia 26 de fevereiro para a renovação do mandato. Esta lista seria submetida à consulta dos diretores locais, o que era apenas mera formalidade, visto que quem decidia a nominata era Borges de Medeiros. Nesta lista constava o nome de Getúlio Dornelles Vargas, advogado em São Borja. A eleição, regulada pela lei nº. 153, de 14 de julho de 1913, e pelo decreto expedido por Borges nº. 2235, de 17 de janeiro de 1917, garantia, entre outros aspectos, a representação de todas as opiniões políticas na medida proporcional às suas forças eleitorais. Aplicada a regra da proporcionalidade, o PRR garantiria 29 representantes, e os opositores federalistas ocupariam três vagas nessa legislatura. Um desses representantes do PRR seria Getúlio Vargas, eleito deputado para a 8ª legislatura com 79.724 votos; em contrapartida, um dos representantes da minoria seria Gaspar Saldanha, deputado federalista que acenderia os debates políticos dentro da Assembleia dos Representantes, rompendo com o marasmo de um parlamento que só discutia a temática orçamentária.

Pondera-se ser conveniente tecer algumas considerações que se apresentaram ao longo da análise documental sobre a questão do retorno de Getúlio à Assembleia dos Representantes em 1917. Na carta de João Neves da Fontoura enviada a este em 28 de maio de 1917, o missivista descrevia o constrangimento com que Getúlio havia aceitado a inclusão de seu nome na lista de candidatos. Fontoura narrava assim sua percepção pessoal da situação: “[...] vejo pela tua carta o enorme constrangimento com que aceitaste outra vez a candidatura à duminha e bem justifica que o campanário te obrigasse outra vez a ceder. [...]”<sup>326</sup>

<sup>325</sup> FGV- G V c – 1915. 11.23. Correspondência sobre convite de Borges de Medeiros a Getúlio Vargas para que assumia a chefia de polícia em Porto Alegre. Porto Alegre, São Borja

<sup>326</sup> FGV – GV c 1917.05.28. Data: 28/05/1917. Carta de João Neves da Fontoura tecendo comentários à situação política rio-grandense e à guerra européia. Cachoeira do Sul.

A afirmação do missivista levanta algumas incertezas quanto ao retorno de Getúlio à Assembleia dos Representantes: seria apenas um discurso construído por Getúlio para disfarçar seu retorno ao poder e a cooptação de Borges em vista de sua posição anterior, de enfrentamento com o líder palaciano junto ao seu amigo? Teria realmente ele decidido voltar à Assembleia por pressões políticas de seus familiares? Ou pesara a possibilidade de galgar postos mais elevados dentro do cenário político? Acredita-se que as colocações de Getúlio em relação ao constrangimento, na verdade, foram um discurso construído para encobrir sua reaproximação com Borges de Medeiros. Afinal, há também que se considerar que, no contexto em questão, aqueles que possuíam a pretensão de continuar sua trajetória político-partidária sabiam que necessitavam do consenso de Borges, como bem demonstra Luiz Alberto Grijó:

[...] cabe salientar novamente que os percursos políticos aqui em questão deram-se atrelados à Borges de Medeiros [...], tal atrelamento foi com efeito decisivo para todos os casos na medida em que permitiu a esses políticos o alcance de posições cada vez mais importantes [...]. Mesmo sendo tais relações com Borges bastantes tensas ao ponto mesmo de terem ocorrido rupturas, principalmente por questões de disputas de poder em nível local e que envolviam os grupos familiares, as resoluções desse conflito abriram as portas para a atuação nos planos estadual e federal que estavam estreitamente controlados por Borges de Medeiros. [...] Por outro lado, o controle do poder local por familiares próximos e/ou por eles próprios constituía ‘bases’ importantes de apoio e índice de prestígio que os constituía [...].<sup>327</sup>

Outra carta que também possibilita diferentes interpretações sobre o retorno de Getúlio à “duminha” foi enviada por Flores da Cunha a Getúlio Vargas em 26 de junho de 1917. Nesta correspondência observa-se que ambos estavam elaborando estratégias para o retorno de Getúlio ao cenário político estadual. Escrevia Flores da Cunha:

[...] as cousas lá por Porto Alegre correm já bem melhoradas! Houve momentos, meses atrás em que muito temi pela vossa pobre sorte! Sabes lo que te quero decir!!... Quando digo nossa eu quero referir a tua e a minha, bem se vê!!! Hoje porém julgo tudo suavizado. O Pereira da Cunha está, tanto ou mais do que eu, informado do que ocorreu e do que ainda poderá ocorrer!... Conviria assas uma entrevista nossa antes de tua ida a Porto Alegre. Penso que só deveis ir por ocasião da abertura da duninha, *et four cause!!*... [...]<sup>328</sup>

<sup>327</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. 1988. op.cit. p.192.

<sup>328</sup> FGV – GV c 1917. 06.26. Data: 26/06/1917. Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas sugerindo um encontro entre ambos antes da sua (GV) ida para Porto Alegre e recomendando que só viaje por ocasião da abertura da Assembleia. Uruguaiana.

Faz-se importante ressaltar algumas evidências que essa correspondência permite: a) confirma as afirmações de que os Vargas e Borges haviam acertado as divergências políticas entre ambos; b) ilustra bem as relações sociais de Getúlio que o favoreciam, na medida em que o informavam da “politicagem” que grassava na capital gaúcha, o que lhe permitia se posicionar perante o líder palaciano; c) não se sabe o teor desse possível encontro, nem mesmo se ocorreu, mas, pelo retardamento de Getúlio em ocupar seu lugar no parlamento estadual, é possível que tenha havido entre Flores da Cunha e Getúlio a combinação dessa estratégia.

Diante do exposto, acredita-se que, por meio das mais diversas estratégias utilizadas por Getúlio – como mediador dos interesses dos Vargas; utilização das relações sociais com figuras importantes do cenário político estadual e mesmo regional; o exercício da advocacia; a arregimentação de eleitores em outros municípios; a defesa de sua família através da imprensa local e estadual –, esse personagem fortaleceu o poder dos Vargas no âmbito local, iniciando um novo período de relacionamento com o poder estadual, o que lhe possibilitaria ser convidado por Borges a ocupar uma vaga na Assembleia dos Representantes no ano de 1917.

Getúlio havia cumprido a tarefa que se propusera ao renunciar ao seu mandato, ou seja, tinha conseguido defender o poder político de sua família. Sagrava-se vitorioso, com o nome e o prestígio assegurado, elogiado e reconhecido pela sua rede de relações sociais como verdadeiro defensor de sua família e, se antes seu prestígio era escudado na herança política de seu pai, agora era consagrado pelos seus amigos e correligionários como verdadeira “alma heroica da resistência”. Tinha, pois, se revelado um hábil político, estando pronto, segundo o grupo que lhe prestava apoio, a ocupar posições maiores no cenário da política estadual. Getúlio consolidou-se politicamente durante a sua ausência do cenário estadual nos anos de 1913 a 1917, tendo suas ações reconhecidas por Borges a ponto de este nomeá-lo como o líder informal da bancada do PRR na Assembleia dos Representantes em 1917, a qual enfrentava forte oposição dos federalistas, que tinham na figura de Gaspar Saldanha o principal opositor e contestador do PRR e do poder de Borges de Medeiros. A partir de então, a trajetória política de Getúlio começaria a alçar postos cada vez mais elevados dentro do PRR, a ponto de se tornar, em 1928, presidente do Rio Grande do Sul e estar à frente da Revolução de 1930, tornando-se, então, presidente do Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como tudo tem um início, chega-se também ao momento das considerações finais. Não se utilizará aqui o termo “conclusão”, uma vez que se acredita que os historiadores vivem em um espaço de constante aprendizagem, onde sempre há luz de novas fontes, pelas quais é constantemente impelido a outros “olhares”. Essa busca incessante por conhecimento, por superação, acompanha os homens desde seus primórdios. As mudanças das eras, o correr dos séculos e o nascimento de novos paradigmas aceleram a ânsia por novos saberes. Ao pesquisar a história dos homens no passado, mergulha-se em seu universo, no seu tempo, e “nosso passado sobrevive nos depoimentos de testemunhas mortas, em suas interpretações, nas explicações dos eventos históricos e da estrutura social”.<sup>329</sup>

Quando, por meio da pesquisa histórica, busca-se a reconstituição das experiências do passado, sabe-se, já de antemão, que “ocorrem coisas interessantes com o passado, que é passado e, no entanto, é presente”, pois o que já passou, passou, “mas nós não podemos silenciá-lo”.<sup>330</sup> Desse modo, este trabalho buscou conhecer e compreender um passado silenciado pela historiografia: o passado político de Getúlio Dornelles Vargas no período anterior a 1928.

Observa-se que a quase totalidade dos estudos sobre a trajetória de Getúlio Vargas procura afastá-lo de questões políticas de poder, que o envolveriam no clima de disputas partidárias locais e estaduais nas primeiras décadas da recém-formada República. Esse período é descrito por memorialistas e biógrafos como uma quadra em que Getúlio adquiriu experiência em “conhecer os homens”, em “cultivar a flor do silêncio”, em desenvolver as “armas da inteligência, da serenidade e de controlar seus impulsos”. Os estudos que remetem ao passado do personagem Getúlio Vargas não revelam o interesse maior de compreensão do período que abarca os anos de 1913 a 1917, espaço de tempo no qual se manteve afastado, parcialmente, da política estadual.

Questionaram-se essas percepções e, tendo por norte objetivos específicos, procurou-se analisar a trajetória política de Getúlio Dornelles Vargas e sua relação com as esferas do poder local e poder estadual no período de 1913 a 1917. O ponto de partida para o estudo de caso foi a renúncia de Getúlio Vargas como deputado estadual em 6 de outubro de 1913. Levantou-se como hipótese central que ele teria arquitetado sua renúncia e retornado a São

---

<sup>329</sup> HELLER, Agnes. Uma teoria da história. Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira, 1993, p. 110.

<sup>330</sup> DIEHL, Astor Antônio. Com o passado na cadeira de balanço: cultura, mentalidades e subjetividade. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006, p. 16.



Borja para defender os interesses políticos de sua família perante a política dúbia que Borges vinha realizando no intuito de desestabilizar o poder dos Vargas, ao mesmo tempo em que reforçava politicamente a facção varguista contra a divisão partidária local.

Com base nos questionamentos que nortearam essa pesquisa, comparando-a com os dados obtidos, foi possível colher dados que acabaram por confirmar a hipótese central, ao mesmo tempo em que os dados levantados ao longo da revisão do *estado da arte*, referentes aos motivos da renúncia de Getúlio e seu período de “ostracismo” político, mostraram-se inconsistentes. A documentação utilizada revelou-se extremamente valiosa para a comprovação da hipótese levantada, bem como possibilitou responder aos objetivos propostos.

Ao longo deste trabalho procurou-se demonstrar que a escalada política dos Vargas na cidade de São Borja seria pautada por constantes oscilações. Os adversários políticos dos Vargas, os “cristão novos”, apoiados pelo poder estadual, empreenderam uma luta de denúncias, de traição, de disputas, de vaidades, de sentimentos de vingança e de profunda rivalidade na tentativa de desestabilizar o poderio local do clã dos Vargas.

São Borja, nas primeiras décadas do século XX, seria o palco da disputa política entre duas facções republicanas que se digladiavam pela manutenção de poder, ou mesmo pela tomada deste. Essa quizila intrapartidária envolveria todos os componentes da família Vargas, republicanos históricos. Um dos membros do clã dos Vargas que se envolveria diretamente nessa disputa política pelo poder local seria o jovem advogado e político Getúlio. As ações e estratégias de Getúlio Dornelles Vargas, efetivadas a partir de sua entrada na vida político-partidária, foram arquitetadas de maneira a fortalecer o poder dos Vargas em São Borja e, conseqüentemente, adquirir notoriedade política.

Esses jogos políticos entre republicanos históricos e “cristãos novos”, cooptados pelo poder borgiano nas hostes do Partido Republicano são-borjense, transcorriam paralelamente ao desenrolar dos acontecimentos políticos advindos da implantação da República. O contexto político vivenciado nos primeiros anos da década de 1910 na cidade de São Borja seria de reorganização das hostes partidárias no interior do PRR, agremiação dominante nesse período. Borges de Medeiros procurou formar uma rede de compromissos no interior do Rio Grande do Sul. Nessa reorganização, os Vargas enfaixariam em suas mãos o poder político local. Getúlio seria, nesse ínterim, o mediador entre as bases locais comandadas pela facção varguista e o governo Borges. Suas relações com outros partidários, tanto em nível local, regional, como na capital gaúcha, permitem conhecer os meandros do jogo político que se desenvolvia nas hostes do PRR.

Com a morte do coronel Apparício Mariense, antigo líder do Partido Republicano são-borjense, em 1910 Raphael Escobar assumiu a chefia da grei adversária aos Vargas, contando com o apoio de Apparício Mariense Filho. Logo contariam também com a adesão do médico Benjamim Torres, antigo afeto dos Vargas e que seria responsável direto pela evolução e acirramento das disputas políticas locais. As duas facções iriam duelar pelo apoio do oficialismo e pelas vantagens que a preferência do poder palaciano oferecia.

Em meio a esse clima de lutas intrapartidárias, mais exatamente em outubro de 1913, Getúlio Vargas renunciaria a seu mandato de deputado estadual. A maioria parte da historiografia, dos memorialistas e biógrafos utiliza o fato da fraude eleitoral de Cachoeira para explicar os motivos que levaram Getúlio a renunciar. Entretanto, percebeu-se que essa renúncia deve ser pensada segundo dois âmbitos diferenciados, mas, ao mesmo tempo, interligados: o âmbito do poder local *versus* o poder estadual.

Acredita-se que a renúncia de Getúlio ao mandato de deputado estadual está, por um lado, diretamente associada ao complexo jogo de poder político, que favorecia a existência da disputa entre duas greis republicanas adversárias, as quais duelavam pelo domínio local, ao mesmo tempo em que ocorria uma dura “queda de braço” entre os Vargas e Borges de Medeiros. Percebe-se que as circunstâncias que levaram Getúlio à renúncia já vinham se acumulando desde a questão da sucessão da Intendência e da chefia do Partido Republicano são-borjense, no ano de 1911, em torno da contestação política do prestígio dos Vargas.

São Borja vivenciava um clima de disputa interpartidária já no início de 1911, fomentado pela indicação do irmão de Getúlio Vargas, Viriato, à Intendência do município. Os embates intrapartidários no seio do PRR em São Borja se intensificavam, somando-se a esses elementos as denúncias feitas por Benjamim Torres contra Viriato Vargas, em agosto de 1913. Os conflitos locais engendrados a partir dessas acusações comprometeriam a solidez do poder dos Vargas, e Getúlio não podia se furtar de realizar um gesto de protesto contra as intervenções e a política dúbia que o poder borgiano arquitetava no município de São Borja. Nesse sentido, demonstrando rebeldia e, para mostrar sua independência política em relação ao líder do PRR e presidente do Estado, Getúlio renunciou à sua cátedra. Com essa renúncia, deixou subentendido a Borges de Medeiros que os Vargas resistiriam às manobras políticas que ele vinha realizando no intuito de desestabilizar o domínio local varguista. Getúlio estava disposto a se confrontar com o poder estadual e com seus inimigos no âmbito local, incentivados pelo apoio político que Borges oferecia. Este, ao ir de encontro dos interesses do clã dos Vargas, cerceava a autonomia partidária e colocava em risco o prestígio político da família. Tentando demonstrar-lhe que percebia esse jogo político, Getúlio armou um

espetáculo e, com seu discurso de renúncia, deixou claro que não aceitava a política do poder estadual arquitetada em São Borja. Portanto, a renúncia foi para Getúlio um ato de defesa do poder político de sua família. Desse modo, afirma-se que os motivos que o levaram à renúncia vão além do que está implícito no seu discurso e da fraude eleitoral de Cachoeira.

Por outro lado, somado a essas circunstâncias, também se nota o jogo político ardiloso no âmbito estadual. Borges de Medeiros pressionava os envolvidos na fraude eleitoral de Cachoeira, Arlindo Leal e o cel. Isidoro Neves da Fontoura, a renunciarem a seus mandatos. Ora, com essa ação, enviava também um recado a Getúlio Vargas, para que também renunciasse. Contudo, não esperava que ele abdicasse por meio de um “caloroso” discurso junto a seus pares. Além disso, afirma-se e demonstra-se que o poder borgiano já vinha, de longa data, esperando uma oportunidade para desestabilizar o poder dos Vargas em São Borja. Quando Benjamim Torres escreveu ao chefe de polícia Thompsom Flores, em agosto de 1913, fazendo denúncias contra Viriato Vargas, criou-se a ocasião derradeira para Borges de Medeiros enfrentar o poder coronelista dos Vargas.

Defende-se também que Getúlio Vargas, com e a partir de sua abdicação, preparava ações para enfrentar a grei adversária republicana são-borjense, visando garantir o poder político varguista perante Borges de Medeiros. Desse modo, apesar de renunciar ao mandato de deputado, teria papel fundamental como mediador, articulador e defensor dos interesses de sua família diante da divisão partidária local e do líder do PRR e presidente do estado nas contendas políticas impetradas pelos seus adversários, que se esboçavam no horizonte de contestação do poder político dos Vargas no período de 1913 a 1917. Nesse ínterim, o poder político de mando do general Vargas e da sua família seria constantemente confrontado pela facção inimiga, principalmente em razão de três episódios centrais: a representação pública contra Viriato Vargas, oficializada por Benjamim Torres em outubro de 1913; a renúncia de Viriato à chefia do Partido Republicano são-borjense e à Intendência de São Borja e o assassinato de Benjamim Torres em 1915. Compreende-se que os três episódios são reveladores das permanentes tensões do jogo político que se estabelecia entre o poder local e o poder estadual, as quais se buscou ressaltar e demonstrar desde o primeiro capítulo desta dissertação. A natureza dessa relação era, ao mesmo tempo, de cooperação e de competição.

Sustenta-se, igualmente, que, conhecedor das regras do jogo, Getúlio Vargas, durante os quatro anos em que esteve afastado da Assembleia dos Representantes, procurou manter e consolidar em São Borja e em regiões subjacentes o poderio do clã dos Vargas. Apesar dos atritos políticos com Borges de Medeiros, ele se utilizou de suas relações de amizades, forjadas principalmente durante os anos de bacharelado na Faculdade de Direito, para

formular estratégias que possibilitassem manter o poder do clã dos Vargas em São Borja e o seu reconhecimento como egrégio político. Contribuindo para esse objetivo, valeu-se também de recursos herdados de sua família, sobretudo das relações políticas de seu pai Manoel do Nascimento Vargas, o qual contava com um histórico destacado de participação político-militar junto ao PRR e às causas republicanas. As disputas entre poderes locais e estaduais permeavam em torno de um interesse comum, a obtenção do poder, que perpassava pela medição de forças entre ambos.

Getúlio atuou em duas dimensões diferenciadas, de maneira mais exteriorizada, a partir da imprensa local e estadual e de sua atuação na área da advocacia, e de forma subterrânea, junto a lideranças estaduais. Entre esses contatos destaca-se seu amigo e “compadre” Firmino Paim Filho, na época chefe de polícia do estado, que possuía livre acesso junto a Borges de Medeiros, desempenhando importante função diante das tentativas de desestabilização do poder local dos Vargas, a ponto de se tornar o centro da resistência destes.

No Rio Grande do Sul, com a implantação do regime republicano, Júlio de Castilhos e, depois, seu seguidor Borges de Medeiros buscaram nas bases coronelistas locais o apoio necessário para legitimar o regime republicano. Contudo, o aparelho do Estado, por não possuir força suficiente para anular os poderes locais, assumiria nas relações políticas entre poder local e poder estadual diferenciadas configurações, as quais seriam perpassadas por atritos, cooperação e cooptação, num constante jogo de interesses na ânsia pelo poder. Assim o demonstra Gunter Axt:

Mesmo diante da compressão e da cadência do poder privado local, o poder central ainda apresentava uma autonomia relativa inconsistente, dado a condição de fraqueza infraestrutural do aparelho estatal. Por isso, a tensão entre poderes central e local era contraditória, sendo ao mesmo tempo de competição, colaboração, cooptação e confronto.<sup>331</sup>

Ao se falar de poder local e poder estadual, aponta-se a possibilidade de movimentos de aproximação e recuo, confrontos e aproximações entre ambos os poderes. Ao longo deste trabalho, buscou-se analisar essas relações de poder entre os Vargas e Borges de Medeiros.

Desse modo, no jogo político que envolve o poder estadual em relação ao poder local dos Vargas, percebe-se que Borges de Medeiros, ao buscar garantir seu domínio e a sua autoridade, reforçando o poder do aparelho do Estado, não podia abrir mão do poder político local do qual os Vargas eram detentores. Assim, acredita-se ter demonstrado que, apesar das fortes acusações contra os Vargas e das tentativas de derrubá-los do poder local arquitetadas

---

<sup>331</sup> AXT, Gunter. 2001. op.cit. p.410.

pela grei comandada por Raphael Escobar, que contava com o apoio subterrâneo de Borges de Medeiros, esses eram detentores de forte poder de coerção, de cooptação, de redes de solidariedade e de influência sociopolíticas. Os Vargas possuíam a maioria do eleitorado são-borjense, o que reforçava o seu poder político perante a prática de coerção e cooptação de Borges de Medeiros. Portanto, a negociação entre o poder estadual e o poder local era necessária porque Borges de Medeiros tinha conhecimento da expressiva força política que Manoel Nascimento Vargas detinha junto aos republicanos nos âmbitos local, estadual e, mesmo, federal. Esse forte poder político dos Vargas impossibilitava que o poder borgiano triunfasse nos seus planos de suplantá-los e aos seus desígnios.

Com base no que foi exposto ao longo desta pesquisa, acredita-se que se confirma a hipótese levantada, de que Getúlio Vargas renunciou ao seu mandato de deputado estadual em outubro de 1913, visando mostrar sua independência política em relação às ações ambíguas impetradas pelo poder estadual. Do mesmo modo, o seu retorno a São Borja deu-se para defender os interesses de sua família perante a grei republicana adversária, incentivada por Borges de Medeiros, e também em face do poder palaciano. Argumenta-se também que Getúlio, ao garantir a vitória política dos Vargas, fortalecendo o mando local, principalmente a partir da vitória eleitoral municipal de 1915, teria suas qualidades políticas reconhecidas por Borges de Medeiros, o qual deixaria em aberto a possibilidade de uma reaproximação com os Vargas.

O retorno de Getúlio à Assembleia dos Representantes em 1917 foi possível em virtude das articulações, estratégias e do posicionamento político de Getúlio Vargas na defesa dos interesses de sua família. Getúlio Vargas soube utilizar habilmente os recursos de que dispunha para se projetar politicamente, a saber: o “dom” da oratória, a “fama de político conciliador”, o diploma de advogado, o papel de mediador dos interesses dos Vargas, as relações mantidas com figuras importantes do cenário político estadual e mesmo regional, o exercício da advocacia, a arregimentação de eleitores em outros municípios, a defesa de sua família por meio da imprensa local e estadual. Eram capitais que, aglutinados, contribuíram notoriamente para manter a sua posição social de origem e abrir-lhe portas para a política. Ciente de suas “habilidades”, e somando ao longo desses anos um conjunto de relações produzidas que lhe permitiam jogar com as regras do jogo político, Getúlio Vargas teceu relações políticas durante os anos de 1913 a 1917 que lhe permitiram alcançar notoriedade política e retornar ao cenário político estadual.

Finalmente cabe registrar que

[...] é aprendendo com a história que nos ensinamos a nós mesmos. Somos historicidade, somos história. Somos alunos e professores nessa escola que é o planeta. Só paramos de aprender quando deixamos de existir. (E podemos até aprender como podemos deixar de existir). A questão não é se aprendemos, mas o que aprendemos com a história.<sup>332</sup>

As escolhas não são realizadas ao acaso, pois cada fragmento destacado neste trabalho deixa transparecer um pouco dos pesquisadores que revisitam o passado em busca de uma verdade que, de antemão, já sabem que não vão encontrar. Apenas se encontrará certa plausibilidade no passado a partir dos questionamentos do presente, os quais podem estar sujeitos a críticas e novos questionamentos, bem como a profícuas contribuições.

---

<sup>332</sup> HELLER. 1993. op. cit. p.250.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves de et al. (Coord. geral). *Dicionário, histórico-biográfico brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. 5 v.
- ABREU, Luciano Aronne de. *Getúlio Vargas: a construção de um mito: 1928-30*. Porto Alegre, 1996.
- AITA, Carmen; AXT, Gunter (Org.). *Getúlio Vargas: discursos (1903-1929)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1997 (Perfis parlamentares, 2).
- AITA, Carmen; AXT, Gunter; ARAÚJO, Vladimir (Org.). *Parlamentares gaúchos das cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.
- ALBUM ILLUSTRADO do Partido Republicano Castilhistas. Porto Alegre : Selbach, [1934?].
- ALMEIDA, Henrique Blaskesi. Coronelismo e Justiça em Caxias do Sul. *Ajuris –Revista da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 91, ano XXX, p. 331-343, set. 2003.
- ALMEIDA, João Pio de. *Borges de Medeiros: subsídios para o estudo de sua vida e sua obra*. Porto Alegre, Ed. Júlio Dias Allend/Liv. do Globo/Barcellos, Bertaso & Cia, 1928.
- ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Tese (Doutorado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 1998.
- ARAÚJO, Rubens Vidal. *Os Vargas*. Porto Alegre: Globo, 1985.
- ARDENGHI, Lurdes Grolli. *Caboclos, ervateiros e coronéis. Luta e resistência no norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF Editora, 2003.
- AXT, Gunter. O Estado providência monárquico e castilhistas. *Logos*, Canoas: Ulbra, v. 11, n. 1, p. 57-64, maio 1999.
- \_\_\_\_\_. O Poder Judiciário na sociedade coronelista gaúcha (1889-1930). *Ajuris – Revista da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 82, t. 1, ano XXVII, p. 319-349, jun. 2001a.

\_\_\_\_\_. *Gênese do Estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul*. Tese de (Doutorado em História Social) – USP, São Paulo, 2001b.

\_\_\_\_\_. Contribuições ao debate historiográfico concernente ao nexos entre Estado e sociedade para o Rio Grande do Sul castilhistas-borgistas. *Métis*, Caxias do Sul, v. 1, n. 1, p. 39-69, jan./jun. 2002.

AXT, Gunter. A emergência da liderança política de Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul coronelista e o seu governo no Estado. In: AXT, Gunter (Org.). *Da vida para a história: reflexões sobre a Era Vargas*. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público, 2005. p. 41-56.

\_\_\_\_\_. Coronelismo indomável: o sistema de relações de poder. In: GOLIN, TAU E BOEIRA, Nelson (Org.). *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v.3 t.1. p. 89-128.

BAKOS, Margaret. *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

BALBINOT, Jonas. *Relações de poder: Getúlio Vargas e Borges de Medeiros (1922-1928)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2008.

BERTOL, Silvana. “*Quem faz caso de estudantes?*” um estudo da participação política do Bloco Acadêmico Castilhistas. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 1993.

BIAVASCHI, Marcio Alex Cordeiro. *Coronelismo, borgismo e escândalos políticos: o caso Ribeiro Tacques (Santa Maria: 1925-1926)*. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2004.

BISCHOFF, Álvaro; SOUTO, Cíntia Vieira. *Getúlio Vargas: promotor público*. Disponível em: [www.tj.rs.gov.br/areas/memorial/anexos\\_noticias/gvargas\\_promotor.pdf](http://www.tj.rs.gov.br/areas/memorial/anexos_noticias/gvargas_promotor.pdf). Acesso em: 28 set. 2009.

BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, J.H.; GONZAGA, S. (Org.) *RS: cultura e Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. Brasília: Editora da UnB, 1986.

BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Org.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1998.



CAPELATO, Maria Helena. História política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.9, n.17, p. 161-166, 1996.

CARDOSO, C.F.S. *História do poder*. História política. Niterói: UFF, 1997.

CARRAZZONI, André. *Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 40, n.2, p.229-249, 1997.

CASTRO, Ângela Maria; ABREU, Martha. A nova “velha” república: um pouco de história e historiografia. *Tempo*, Rio de Janeiro: UFF, v.13, n.26, p.11-24, jan./jun.2009.

COLUSSI, Eliane. *Estado Novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: EDIUPF, 1996.

COLUSSI, Eliane; DIEHL, Astor Antônio. *Cultura e pedagogia da violência: o caso dos Vargas*. Passo Fundo: UPF Editora, 2008.

\_\_\_\_\_. *Guardados da memória política: o caso dos Vargas*. Passo Fundo: UPF Editora, 2008.

CONY, Carlos Heitor. *Quem matou Vargas*. 1954: uma tragédia brasileira. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Planeta, 2004.

CORONE, Edgard. *A república Velha – II – Evolução Política (1889-1930)*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1983.

DIAS, Carlos Gilberto Pereira. *Antonio Chimango na linear da velhice: apontamentos sobre a trajetória política de Borges de Medeiros: 1928-1934*. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2001.

DIEHL, Astor Antônio. *Do método histórico*. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

\_\_\_\_\_. *Com o passado na cadeira de balanço: cultura, mentalidades e subjetividade*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006

DILLENBURG, Sérgio Roberto. *Correio do Povo: história e memórias*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 1997.

DULLES, John W. F. *Getúlio Vargas: biografia política*. Rio de Janeiro: Renes, 1967.

ESCOBAR, Wenceslau. *30 anos de ditadura rio-grandense*. Rio de Janeiro: Estabel. Graphica Canton & Beyer, 1922.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. 3.ed. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FARIA, Antonio Augusto; BARROS, Edgard Luiz de. *Getúlio Vargas e sua época*. 2. ed. São Paulo: Global, 1983.

FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FÉLIX, Loiva Otero. As relações coronelistas no estado borgista: discussão historiográfica. *Estudos Leopoldenses*, São Leopoldo: Unisinos, v. 28, n. 127, p.67-85, 1992.

\_\_\_\_\_. A sistemática da distribuição regional do poder regional no Rio Grande do Sul. *Estudos Leopoldenses*, São Leopoldo: Unisinos, v.32, n.146, p. 89-99, 1996.

\_\_\_\_\_. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

FERREIRA FILHO, A. *História geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1978.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “Velha História”; o retorno da história política. *Estudos Histórico*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 265-271, 1992.

FISCHER, Tânia. Poder local: um tema em análise. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p.105-113, out./dez. 1992.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. As fontes do pensamento de Vargas e seu desdobramento na sociedade brasileira. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/pelotas2.pdf>. Acesso em: 16 set. 2009.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *RS: economia & conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1983.

FONTOURA, João Neves da. *Memórias - v. I: Borges de Medeiros e sem tempo*. Porto Alegre: Globo, 1958.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Getúlio Vargas e outros ensaios*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.

FRANCO, Sérgio da Costa. A evolução da imprensa gaúcha e o Correio do Povo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 131, p. 33-40, 1995.

FREITAS, Osório Tuyuty de Oliveira. *A invasão de São Borja*. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1935.

FRISCHAUER, Paul. *Presidente Vargas*. Biografia. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998.

\_\_\_\_\_. A título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

\_\_\_\_\_. *E ele voltou...* O Brasil no segundo governo Vargas. O mito Vargas. Disponível em: [www.cpdoc.com.br](http://www.cpdoc.com.br) . Acesso em: 22 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. *Política: história, ciência, cultura etc.* Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/185.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2010.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada "geração de 1907"*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

HARTMANN, Ivar Paulo. *Getúlio Vargas*. Porto Alegre: Tchê! 1984.

HELLER. Agnes. *Uma teoria da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

HENRIQUES, Affonso. *Ascensão e queda de Getúlio Vargas*. Vargas: o maquiavélico. Rio de Janeiro: Record, 1966. v.I.

HEINZ, Flávio M. Considerações acerca de uma história das elites. *Logos*, Canoas: Ulbra, v.11, n. 1 (especial: história e política), maio 1999.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. *O coronelismo: uma política de compromissos*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

JORGE, Fernando. *Getúlio Vargas e o seu tempo: um retrato com luz e sombra*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1994. v.I e II

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LE GOFF, Jacques (Org.). *Fazer história – Novas contribuições*. 2. ed. São Paulo: Bertrand, 1989.

LIMA, Cláudio de Araújo. *Mito e realidade de Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1955.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MEMÓRIAS *sobre a imprensa em São Borja*. Centro de Ciências Sociais de São Borja. Unipampa/ UFSM. Curso de Comunicação Social – Jornalismo. Pró-Reitoria de Graduação/ UFSM. Santa Maria, 2007.

NASSER, David. *O anjo negro de Getúlio*. 2. ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966.

NOLL, Maria Izabel; Trindade Hélió. *Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul. 1823/2002*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2004.

NORA, Pierre; LE GOFF, J. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

O'DONNELL, Fernando O. M. *Francisco Miranda: vivendo a República*. Porto Alegre: Metrópole, 1987.

\_\_\_\_\_. *Apparício Mariense: contextualização histórica e dados biográficos*. Santa Maria: Impressão Pallotti, [s.d]

OSÓRIO, Manoel . *Getúlio Vargas: o meio – o momento – o homem*. Rio de Janeiro: Brasília. [S.d].

OSÓRIO, Joaquim Luís. *Constituição política do Estado do Rio Grande do Sul: comentários*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1930.

\_\_\_\_\_. *Partidos políticos no Rio Grande do Sul: período republicano*. Pelotas: Globo, 1930.

PANG, Eul-Sôo. *Coronelismo e oligarquias – 1889-1943. A Bahia na Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

PATROCÍNIO MOTA, José do. *República fratricida*. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1989.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. 2. ed. Rio de Janeiro:Globo, 1960.

PEREIRA, Baptista. *Pela redenção do Rio Grande*. Conferências feitas no Rio de Janeiro, em Ouro Preto, Belo Horizonte, Santos e São Paulo, de 27 de abril a 10 de julho de 1923. São Paulo: Livraria Acadêmica Saraiva, 1923.

PERES, Sebastião. *Coronéis e colonos: das crises internas do poder coronelístico à emergência dos colonos autônomos*. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 1994.

PESAVENTO, Sandra J. Historiografia e ideologia. In: DACANAL, José. H; GONZAGA, Sergio (Org.). *RS: cultura & ideologia*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p. 75-77.

\_\_\_\_\_. *República: verso & reverso*. Porto Alegre: IEL, 1989.

PICCOLO, Helga I. Landgraf. *Historiografia gaúcha. Anos 90*, Porto Alegre: UFRGS/PPG História, 1995.

\_\_\_\_\_. *República Velha, novas teses. Cadernos da Anpuh – Rio Grande do Sul, Porto Alegre*, v.1, n, 1, 1988.

PINTO, Céli Regina. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

PORTO, Costa. *Pinheiro Machado e seu tempo*. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 1985.

POSSAS, Lídia M. Vianna. Vozes femininas na correspondência de Plínio Salgado (1932-38). In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 259-260.

QUEIROZ JUNIOR. *Memórias sobre Getúlio*. Rio de Janeiro: Copac, 1957.

QUEIROZ, M. I Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

RÉMOND, Réne. *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REVISTA DO IHGRS, Porto Alegre, ano 84, n. 138, p. 198, out. de 2003.

REVISTA O GLOBO. *O aprendiz de feiticeiro*, ed. especial: subsídios para as memórias de Getúlio Vargas, ano XXII, p. 19-25, ago. 1950.

RILLO, Apparício. Silva. *Populário são-borjense*. Porto alegre: Martins Livreiro, 1991.

\_\_\_\_\_. *São Borja em perguntas e respostas*. Monografia histórica e de costumes. São Borja: Argraf, 1982.

\_\_\_\_\_. *Município de São Borja: capital da produção*. Porto Alegre: Lougraf, [1980?].

RODRIGUES, Cláudio Oraindi. *São Borja e sua história*. 1982. (Coleção Tri-centenário, 1).

RODRIGUEZ, Ricardo Vélez (1980). *Castilhismo: uma filosofia da República*. Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul.

SÁ, Mem de. *A politização do Rio Grande*. Porto Alegre, Tabajara, 1973.

SILVA, Hélio. *Vargas*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

SILVA, Juremir Machado da. *Getúlio*. Romance. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SPALDING, Walter. *Propaganda e propagandistas republicanos no Rio Grande do Sul*. [S. l]: [S.n.], 1927.

STREIT, Isléia Rossler. *Entre ditos e não ditos: o coronelismo e a imigração*. Passo Fundo: UPF Editora, 2003.

TEIXEIRA, Rômulo. *História do Brasil e o presidente Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: Tipografia Gloria Pinho & Manes, 1942.

TRINDADE, Hélió. Aspectos políticos do sistema partidário rio-grandense (1882-1937): da confrontação autoritário-liberal à implosão da aliança político - revolucionária de 30. In: *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 119-191.

\_\_\_\_\_. *Subsídios para a história do parlamento gaúcho: 1890-1937*. Porto Alegre: CORAG, 2005.

\_\_\_\_\_. (Org.). *O positivismo: teoria e prática*. 2. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007, p. 229-269.

VARGAS, Getúlio. *Diário*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995. 2.v.

VARGAS, Jonas Moreira. Justiça e relações de poder em São Gabriel. *Ajuris – Revista da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 87, ano XXIX, t. 1, p. 321-348, set. 2002.

VERÍSSIMO, Érico. *Incidente em Antares*. Porto Alegre: Globo, 1971.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

WILTON C. L. Silva. *Os guardiões da linguagem e da política: o bacharelismo na República velha*. Disponível em: [www2.tjrs.jus.br/institu/memorial/RevistaJH/vol5n10/5\\_Wilton\\_Silva](http://www2.tjrs.jus.br/institu/memorial/RevistaJH/vol5n10/5_Wilton_Silva). Acesso em: 5 abr. 2010.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

SUZANA GARCIA DE REZENDE

**VARGAS E BORGES: o local e o regional na política gaúcha  
(1913-1917)**

Porto Alegre  
2010



SUZANA GARCIA DE REZENDE

**VARGAS E BORGES: o local e o regional na política  
gaúcha (1913-1917)**

Dissertação apresentada como requisito parcial e último à obtenção de grau de Mestre, junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu

Porto Alegre  
2010

### **Dados Internacionais de catalogação na Publicação (CIP)**

**R467v Rezende, Suzana Garcia de**

Vargas e Borges : o local e o regional na política gaúcha  
(1913-1917) / Suzana Garcia de Rezende. – 2010.

165 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade  
Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu.

1. Rio Grande do Sul – História – Política e governo.  
2. Vargas, Getúlio, 1883-1954. 3. Medeiros, Borges de, 1863-  
1961. 4. Partidos políticos – História. I. Abreu, Luciano Aronne  
de, orientador. II. Título.

CDU: 981.65

Bibliotecária responsável Schirlei T. da Silva Vaz - CRB 10/1364

SUZANA GARCIA DE REZENDE

**VARGAS E BORGES: o local e o regional na política gaúcha  
(1913-1917)**

Dissertação apresentada como requisito parcial e último à obtenção de grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Ibéricas e Americanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu

Aprovado em \_\_\_\_\_ de agosto de 2010, pela Banca Examinadora.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu (Orientador)

---

Prof. Dr. René Ernaini Gertz

---

Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), que me concedeu uma bolsa integral para a realização do mestrado. Do mesmo modo, gostaria de deixar expresso meu agradecimento à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, pela excelente estrutura à disposição de seus alunos, confirmando o porquê de ser uma das melhores instituições universitárias do país.

Gostaria de agradecer, em especial, à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eliane Lucia Colussi, que me conduziu nos caminhos da pesquisa, dando-me a oportunidade de ser aluna de iniciação científica. Sou grata por sempre acreditar em mim e por seus inestimáveis conselhos. Obrigada é pouco!

Do mesmo modo, gostaria de agradecer ao Prof. Dr. Astor Antônio Diehl, que muito me ensinou nos árduos caminhos da pesquisa histórica. Também gostaria de expressar minha gratidão à Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Flávia Eloísa Caimi, pelo seu profissionalismo e por ser um ser humano magnífico.

Meu agradecimento especial ao meu orientador, Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu, pela paciência, pela excelente orientação e pelo auxílio na construção desta dissertação.

Aos professores da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, meu extremado agradecimento aos que tive a oportunidade de ser aluna durante o mestrado: Janete Silveira Abrão, Jurandir Malerba, Margaret Marchiori Bakos, Núncia Constantino e Charles Monteiro.

Meu agradecimento à Carla e ao Adilson, secretários da pós-graduação, que sempre foram extremamente atenciosos e ótimos profissionais.

À minha família. Meus filhos Daniel e Emanuel. Obrigada, meus meninos, por suportarem a ausência-presença e a presença-ausência de sua mãe! Agradeço por vocês serem filhos maravilhosos, por entenderem e respeitarem esses dois anos de intenso estudo. Amo muito vocês!

Ao meu esposo Gilson, pelo incentivo, pelo amor e por entender as ausências. Obrigada por sempre acreditar, às vezes mais do que eu mesma!

Aos meus pais Albino e Maria Izabel, exemplos de vida, de luta e coragem!

Às minhas irmãs Adriana, Sirlei, Alizabete, Elizete, Valéria e ao meu irmão João Adalberto, pela força e incentivo nesses dois anos de estudo. Só para constar, Zete, terminei!

Gostaria de agradecer, em especial, a minha irmã Fátima, pela acolhida em Porto Alegre. Valeu por toda a força e orgulho que você sempre sentiu e sente por mim!

Ao Carlos, meu cicerone! Que me ensinou todos os caminhos de Porto Alegre. Obrigada!

Aos amigos de mestrado Aline Kassick Cadaviz, Fernanda Bonet, Fernanda de Santos Nascimento, Vanessa Volcão Oliveira, Ana Paula Lima Tibola, Ana Paula Korndörfer, Hugo Hruby, Alex Jacques da Costa, Helen Scorsatto Ortiz, Gabriele Werenicz Alves e Vladimir Ferreira de Ávila. Bons amigos e excelentes profissionais!

Enfim, a todos que contribuíram para a realização desse mestrado, muito obrigada!

“[...] a minha vida aqui se paralisa, chumbada a um mesquinho conflito de ambições aldeãs. Pequeninas, rancorosas e nauseantes. Sem nada que me atraia, não posso, por dever moral, me desembaraçar delas. Apenas, de quando em vez, as necessidades de ação exigindo uma dinamização de energias, desvia-me de um horizonte sem relevos, onde só se houve os mexericos das comadres.”

Carta de Getúlio Vargas a Telmo Monteiro Escobar, 13 de dezembro de 1914.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como foco principal analisar o complexo jogo das relações políticas no Rio Grande do Sul entre os anos de 1913 a 1917, estabelecidas entre o poder local e o poder estadual, o primeiro representado neste trabalho por Getúlio Vargas e sua família, e o segundo consubstanciado na figura de Borges de Medeiros. No referido jogo político destaca-se a figura de Getúlio Dornelles Vargas, que no período em questão renunciara ao mandato de deputado na Assembleia dos Representantes, retornando a São Borja. A problemática que se pretende investigar refere-se às motivações desse rompimento, assim como à atuação de Getúlio Vargas em São Borja durante seu pretense período de afastamento do poder estadual. As fontes de pesquisa foram, na sua maioria, correspondências e periódicos. Esse trabalho está inserido no campo da História política renovada. No primeiro capítulo apresentam-se questões historiográficas relativas às diferentes explicações que abordam a renúncia do mandato de deputado estadual e o retorno de Getúlio Vargas a São Borja. O segundo capítulo trata de explicar a renúncia de Getúlio Vargas a partir dos conflitos entre o poder local e o estadual. No terceiro capítulo, o foco central é o retorno de Getúlio à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul, em 1917.

Palavras-chave: Getúlio Vargas. História Política. Primeira República. Relações de Poder. Rio Grande do Sul.

## **ABSTRACT**

The main focus of this inquiry is to analyze the complex dynamics of political relations in Rio Grande do Sul, from 1913 to 1917, as far as it concerns to local and regional powers. Local power is represented in this study by Getúlio Vargas and his family, while Borges de Medeiros impersonates regional power. The most important figure of this political game is Getúlio Vargas who, in that time, renounced his deputy mandate in the Parliament of the state, coming back to his homeland São Borja. This political history research aims to investigate the cause of this rupture and how Getúlio Vargas acted in São Borja during his absence in Parliament, having as primary sources letters and newspapers.

In the first chapter different historiographic interpretations of Getúlio Vargas' renounce and of his return to São Borja are discussed. The second one intends to explain it from the point of view of the conflicts between local and regional powers. The third one analyses Vargas' return to the Parliament of Rio Grande do Sul, in 1917.

**Keywords:** Political History – Power Relations – Getúlio Vargas – First Republic – Rio Grande do Sul



## **LISTA DE SIGLAS**

ABM: Arquivo Borges de Medeiros

AHRS: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

APERS: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

CPDOC: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

FGV: Fundação Getúlio Vargas

PRR: Partido Republicano Rio-grandense

PD: Partido Republicano Democrático

PF: Partido Federalista

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1 JOGOS POLÍTICOS, RENÚNCIAS E REVELAÇÕES.....</b>	<b>20</b>
1.1 ILUMINANDO UM PASSADO OBSCURO: GETÚLIO VARGAS E A HISTORIOGRAFIA.....	23
1.2 O CONTEXTO POLÍTICO NO RIO GRANDE DO SUL: AS RELAÇÕES ENTRE O LOCAL E O ESTADUAL.....	37
1.3 ASCENSÃO DOS VARGAS: MANUEL NASCIMENTO VARGAS.....	42
1.3.1 Ascensão dos Vargas: Getúlio deputado.....	47
<b>2 OS ANTECEDENTES DA RENÚNCIA DE GETÚLIO VARGAS: O JOGO POLÍTICO ENTRE O LOCAL E O ESTADUAL.....</b>	<b>55</b>
2.1 O PALCO DAS DISPUTAS: A CIDADE DE SÃO BORJA.....	56
2.1.1 A questão da sucessão de 1911: uma contenda política local.....	71
2.2 SÃO BORJA “EM PÉ DE GUERRA”. OS VARGAS CONTRA RAPHAEL ESCOBAR E BENJAMIM TORRES: O JOGO POLÍTICO LOCAL.....	81
2.3 JOGO POLÍTICO ESTADUAL. A PRESENÇA DO PRESIDENTE DO ESTADO E DO PRR NA POLÍTICA LOCAL.....	90
<b>3 O CENÁRIO POLÍTICO PÓS-RENÚNCIA: GETÚLIO VARGAS E SEU RETORNO A SÃO BORJA.....</b>	<b>101</b>
3.1 ACORDOS POLÍTICOS ENTRE O PODER LOCAL E O PODER ESTADUAL: ACUSAÇÕES CONTRA OS VARGAS E OS JOGOS POLÍTICOS DE BORGES DE MEDEIROS.....	102
3.1.1A defesa dos Vargas: Getúlio e suas articulações políticas.....	115
3.2 A PAZ NAS HOSTES DO PARTIDO REPUBLICANO SÃO-BORJENSE. UMA COESÃO “AZEITE COM VINAGRE” E O INÍCIO DA REAPROXIMAÇÃO ENTRE OS VARGAS E BORGES DE MEDEIROS.....	131
3.2.1 A vitória dos Vargas: Getúlio, a “alma heroica da resistência”!.....	137

3.3. GETÚLIO VARGAS E A REAPROXIMAÇÃO COM BORGES DE MEDEIROS: SEU RETORNO À ASSEMBLEIA DOS REPRESENTANTES EM 1917.....	145
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>150</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>157</b>

## INTRODUÇÃO

No Rio Grande do Sul, uma minoria de republicanos aguardava a República. Quando essa foi proclamada, Júlio de Castilhos e seus correligionários levados ao poder engendrariam estratégias políticas para conseguir estabelecer, manter e controlar o poder no estado. Para tanto, uma das principais artimanhas políticas foi a substituição nos comandos locais de diversos municípios, montando uma rede de compromissos dentro das facções do Partido Republicano Rio-grandense (PRR).<sup>1</sup> Contando com uma política de controle constante, de coerção e de cooptação, e por meio de mecanismos político-institucionais em relação à política municipal, o PRR construiria uma história de domínio político por mais de trinta anos.

A trajetória política de Getúlio Vargas e de sua família está ligada à própria institucionalização do PRR no Rio Grande do Sul. Manoel Nascimento Vargas aderiu ao Partido Republicano ao final do Império, transformando-se em republicano histórico, reconhecido por sua campanha militar e sua lealdade à República. Getúlio Vargas cresceu nesse ambiente impregnado pela política partidária castilhista, filiando-se ao PRR no ano de 1907, entrando, assim, oficialmente na vida político-partidária. Com colegas acadêmicos formaria o que Joseph Love denominou de “geração de 1907”<sup>2</sup>, constituída, principalmente, por Getúlio Vargas, José Antônio Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor, João Neves da Fontoura, Joaquim Maurício Cardoso e Firmino Paim Filho. Esse grupo estaria unido na defesa do candidato republicano Carlos Barbosa Gonçalves na campanha político-eleitoral de 1907. Com tal propósito, formaram o “Bloco Acadêmico Castilhista” que fundou o jornal *O Debate*. Pelo seu trabalho político nessa quizila eleitoral, Getúlio foi reconhecido por sua lealdade, sendo indicado para o cargo de promotor público em Porto Alegre. Em 1909, foi eleito para a Assembleia dos Representantes para seu primeiro mandato na vida parlamentar; em 1913, foi novamente reconduzido para seu segundo quadriênio como

---

<sup>1</sup>AXT, Gunter. Coronelismo indomável: o sistema de relações de poder. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. (Org.). *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v.3 t.1. p. 98.

<sup>2</sup> “[...] Começaram sua vida política em 1907, participando do Bloco Acadêmico Castilhista, durante a campanha governamental de Carlos Barbosa Gonçalves; escolhi esse nome, Geração 1907 para designar todo o grupo. Seis integrantes da Geração 1907 eram filhos, ou parentes próximos de coronéis, e cinco provinham de famílias de estancieiros.” [...] LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 234.

deputado estadual. Contudo, ao assumir seu mandato, renunciou. Nesse ponto se inicia esse estudo de caso.

Ao examinar a atuação política de Getúlio Vargas a partir de sua renúncia do mandato de deputado estadual, no ano de 1913, percebe-se que duas dimensões de poder se cruzavam: o poder local e o poder estadual. Representar-se-á neste trabalho o poder local através da família Vargas, tendo como protagonista Getúlio Vargas, e o poder estadual, consubstanciado na figura do líder do PRR e presidente do estado Borges de Medeiros. Essas duas dimensões de poder participam de um constante jogo político tentando manter e conquistar espaços políticos no cenário rio-grandense: o primeiro buscando maior autonomia política diante das interferências do chefe do PRR e a manutenção do poder coronelista no município de São Borja; o segundo, desejando ampliar e consolidar seu poder político perante os chefes locais. Esse jogo entre o poder local *versus* o poder estadual é tangenciado pelas relações de poder calcadas pelo coronelismo, pelo clientelismo e pela permanente tensão estrutural que perpassava o sistema político vigente na Primeira República no Rio Grande do Sul, “ora liberal, ora positivista no discurso, oligárquica na conformação social, coronelista na prática política e constitucionalmente autoritária”.<sup>3</sup>

O interesse pelo tema surgiu quando, ao participar de uma pesquisa científica que analisava o passado político dos Vargas<sup>4</sup>, como acadêmica do curso de História na Universidade de Passo Fundo, percebi algumas lacunas historiográficas, pois aborda-se o passado de Getúlio superficialmente, principalmente no período anterior à sua trajetória de presidente do estado do Rio Grande do Sul em 1928. Nas leituras realizadas, começou-se a perceber que o período em que Getúlio Vargas estivera pretensamente afastado da política estadual, de 1913 a 1917, após ter renunciado a seu mandato de deputado estadual da Assembleia dos Representantes, era apenas descrito superficialmente. Essas explanações apenas indicavam que Getúlio Vargas retornaria ao cenário político estadual em 1917, quando se tornaria líder informal do PRR na Assembleia dos Representantes. Nesse momento se levantaram os primeiros questionamentos, pois, se houvesse de fato um rompimento entre os Vargas e Borges de Medeiros, muitas perguntas teriam de ser respondidas, como: Quais os motivos do rompimento temporário e parcial de Getúlio Vargas com a política do PRR? Que ações e atitudes teriam movido Getúlio Vargas durante os anos de recuo político? Como

---

<sup>3</sup> AXT, Gunter. O poder judiciário na sociedade coronelista gaúcha (1889-1930). *Ajuris* – Revista da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. 82, t. 1, ano XXVII, jun./2001a, p. 326.

<sup>4</sup> Os resultados dessa pesquisa foram sistematizados por COLUSSI, Eliane e DIEHL, Astor Antônio, na obra intitulada *Guardados da memória política: o caso dos Vargas*. Passo Fundo: UPF Editora, 2008.

foram desencadeadas as querelas políticas entre Getúlio Vargas e Borges de Medeiros? Como esses dois protagonistas debateram, articularam e definiram suas estratégias políticas?

Essas lacunas historiográficas instigaram o interesse de buscar mais elementos sobre o tema, apesar de se estar ciente de que escrever sobre Getúlio Dornelles Vargas é, de certa maneira, adentrar em um caminho perigoso, que é o de tratar sobre mitos políticos.<sup>5</sup> Concorde-se com os historiadores Eliane Lucia Colussi e Astor Antônio Diehl quando afirmam que

[...] houve uma mitificação da família pela historiografia do pós-30, especialmente da figura e da personalidade de Getúlio Vargas, que, de certa forma, serviu para encobrir e, mesmo, para se esquecer ou tornar menos presentes as peripécias anteriores. A História como disciplina tem em si essa especificidade: memorizar e esquecer.<sup>6</sup>

Esse “esquecimento” da história contribui para o silenciamento do passado de Getúlio Vargas. Para Luciano Aronne de Abreu, esse silenciamento historiográfico é fruto de uma ampla “parcela de fabulação e de criação em cima de sua imagem, apresentando-se Vargas como o homem certo no lugar certo, como um político acima das facções partidárias e como o único capaz de resolver os problemas político-econômicos do Rio Grande no final da República Velha”. O autor aponta dois outros aspectos do posicionamento político de Vargas que teriam contribuído para essa fabulação: o primeiro, relacionado ao período pós-revolução a partir da política nacionalizante em detrimento da ideia do separatismo; o segundo, ligado à consolidação de sua liderança política, visto que “Vargas preferiu ‘esquecer’ seu passado rio-grandense, apresentando-se como líder da unidade nacional. Era preciso, então, apagar as

---

<sup>5</sup> Para Gomes, a construção do mito político Vargas iniciou com a Revolução de 1930, e “a figura de Vargas começa a ser trabalhada como exemplo de presidente quando ele ainda é o chefe do Governo Provisório (1930-1934) e, a seguir, o presidente constitucional do país (1934-1937). [...] Entretanto, foi só após o golpe do Estado Novo que a preocupação com a construção do mito Vargas chegou a seu auge. Como o regime era autoritário, a intensa propaganda se beneficiou muito da censura, dirigida a todos e a tudo que pudesse ser considerado danoso ao regime e a Vargas. Durante o Estado Novo, cresceram lado a lado propaganda e repressão, quer essa se manifestasse através dos instrumentos da repressão física direta, quer assumisse as feições, nem sempre muito sutis, da censura e também da autocensura”. GOMES, Ângela de Castro. *E ele voltou...* O Brasil no segundo governo Vargas. O mito Vargas. Disponível em: [www.cpdoc.com.br](http://www.cpdoc.com.br). Acesso em: 22 jun. 2010. Outros historiadores, como Luciano Aronne de Abreu, fazem novas releituras sobre a construção do mito político Vargas, originando uma nova abordagem em relação à historiografia tradicional que o estuda a partir dos anos de 1930. Abreu afirma que “a construção do mito tem sua origem em período anterior, num contexto histórico bastante conturbado da vida política gaúcha e brasileira. Na realidade, o mito Vargas começou a ser construído ainda na década de 1920, quando Getúlio Vargas atuava politicamente em nível regional”. ABREU, Luciano Aronne de. *Getúlio Vargas: a construção de um mito: 1928-30*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p. 119.

<sup>6</sup> COLUSSI, Eliane; DIEHL, Astor Antônio Diehl. 2008. op.cit. p. 22.

antigas disputas oligárquicas”.<sup>7</sup> Pretende-se, neste trabalho, desvelar esse passado de Getúlio Vargas, de certa maneira esquecido e silenciado.

Desse modo, considera-se que a presente pesquisa pode contribuir para suprir a escassez de produção historiográfica acadêmica relativa às articulações políticas entre o poder local e o poder estadual nos anos de 1913 a 1917, quando do rompimento temporário e parcial de Getúlio Vargas com a política do PRR. Nessa perspectiva, procurou-se proceder a uma análise mais profunda das motivações desse rompimento, assim como da atuação de Getúlio Vargas em São Borja, que o alçaria, num futuro próximo, a posições jamais imaginadas.

O objetivo geral dessa dissertação é analisar o complexo quadro político vigente durante a Primeira República gaúcha com base nas relações de poderes estabelecidos entre o poder local e o poder estadual. Para isso serão focalizados os mecanismos que desenharam a luta política tanto na esfera institucional quanto na não institucional. O estudo mostra-se relevante em razão das disputas políticas no interior do PRR, que demandavam articulações para solucionar conflitos dentro das hostes republicanas no município de São Borja. Nesse contexto de lutas intrapartidárias, Getúlio Vargas desenvolveria importante defesa dos interesses políticos de sua família.

Como objetivos mais específicos, buscou-se responder aos questionamentos anteriormente levantados, como: identificar o complexo jogo de interesses dos grupos políticos do PRR nas relações locais a partir do município de São Borja no período entre 1913 a 1917; analisar a atuação, as estratégias e as articulações desenvolvidas por Getúlio Vargas no período em que esteve supostamente afastado do jogo político estadual, além de apontar os motivos da reaproximação política entre os Vargas e Borges de Medeiros.

As fontes da pesquisa foram, em sua maioria, correspondências enviadas e recebidas por Getúlio Vargas entre 1907 e 1917. Essas correspondências possibilitaram o contato com fontes que tecem redes com um passado que, por vezes, teima em brincar de esconde-esconde com o pesquisador.<sup>8</sup> Concorda-se que

os documentos pessoais permitem uma espécie de contato muito próximo com os sujeitos da história que pesquisamos. Neles (nossos) atores aparecem de forma fantasticamente (real) e (sem disfarces). Nós, historiadores, podemos passar a conhecê-los na (intimidade) de seus sentimentos e nos surpreendemos a dialogar com eles e até a imaginarmos pensamentos.<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> ABREU, op.cit., 1966, p. 16.

<sup>8</sup> DIEHL, Astor Antônio. *Com o passado na cadeira de balanço: cultura, mentalidades e subjetividade*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006, p. 17.

<sup>9</sup> GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998. (Destques do autor).

Do mesmo modo, essas cartas proporcionaram a compreensão do desenrolar das tramas do poder entre os Vargas e Borges de Medeiros, da crise política que acontecia no Partido Republicano são-borjense, bem como das estratégias, articulações e anseios políticos dos protagonistas envolvidos. Procuraram-se em meio a essa documentação vestígios que retratassem o indivíduo político, bem como as relações, em âmbito local e estadual, estabelecidas por Getúlio Vargas, estabelecidas, sobretudo, com Borges de Medeiros e Firmino Paim Filho ao longo das primeiras décadas do século XX. O recorte temporal definido permite identificar o tema entre os 28.675 documentos textuais localizados no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) e no arquivo Borges de Medeiros, situado no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), o qual reúne cerca de vinte mil correspondências. Em meio a esse número expressivo de documentos, foi analisado e fichado um total de oitenta cartas depositadas no Fundo Documental de São Borja, sob a guarda do IHGRGS. Igualmente, repetiu-se o processo com correspondências originadas das cidades de Porto Alegre, Uruguaiana, Vacaria e Rio de Janeiro. Quanto ao arquivo do CPDOC, pode-se atestar que constitui importante acervo de arquivos pessoais de homens públicos do país, que estão informatizados, permitindo o livre acesso ao público. Criado em 1973, a partir da doação de Celina Vargas do Amaral Peixoto, neta de Getúlio Vargas, esse arquivo possibilita o desenvolvimento de diferentes pesquisas em razão, sobretudo, da gama de documentos à disposição do público interessado.

Desse modo, para essa pesquisa as informações anteriores à década de 1930 se revelam como preciosas. Examinou-se um total de 140 documentos, muitos dos quais contêm elevado número de informações, como, por exemplo, as cartas enviadas por Armando Porto Coelho a Getúlio Vargas, cuja quantidade de folhas numa só pasta chega a 336. Acredita-se que as correspondências se constituem em valorosas fontes de representação do passado. Nesse sentido, está-se ciente de que

o que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de “dizer o que houve”, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento. Um tipo de discurso que produz uma espécie de “excesso de sentido do real pelo vivido”, pelos detalhes que



pôde registrar, pelos assuntos que pôde revelar e pela linguagem intimista que mobiliza.<sup>10</sup>

Pretende-se demonstrar, por meio das correspondências, as relações de confronto político e os mecanismos de atuação que expõem a tensão existente entre o poder local e o poder estadual, no período delimitado, ou seja, espera-se evidenciar o jogo político que se desenhava entre os Vargas e Borges de Medeiros nas primeiras décadas do século XX, permeado por uma relação contraditória que abarcava, ao mesmo tempo, cooptação, acomodação, concessões, competição, colaboração e confronto.

O restante da documentação constituiu-se de fontes jornalísticas. Entende-se que o jornal serve de “fonte de informação para a reconstrução de um determinado elemento constitutivo de uma dada sociedade”<sup>11</sup>, transmitindo o mundo de seu tempo, ou seja, o momento político, econômico e cultural. Do mesmo modo, sabe-se que os jornais não são neutros, visto que representam ideologias e interesses. Nessa pesquisa utilizaram-se os jornais *A Federação*, folha de caráter oficioso do PRR, fundado em 1884, utilizada como instrumento de veiculação do discurso doutrinário e legitimador do governo; o *Correio do Povo*, fundado por Francisco Antonio Vieira Caldas Júnior em fins do século XIX, pretensamente um órgão independente de ideologias partidárias e sem vínculos políticos; e *O Maragato*, órgão que representava os ideais federalistas, fundado em 1897 na cidade de Santana do Livramento. Esses periódicos foram localizados no Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa.

É importante que se esclareça que se revisam os conceitos fundamentais que alicerçam o quadro teórico dessa pesquisa, como poder, poder político, poder local, poder estadual, política, coronelismo, cooptação, clientelismo, ao longo do texto.

Com base no exposto, levanta-se como hipótese central na presente investigação o fato de que Getúlio Vargas arquitetou sua renúncia e retornou a São Borja para defender os interesses políticos de sua família diante da política dúbia que Borges vinha realizando no intuito de desestabilizar o poder dos Vargas, ao mesmo tempo em que reforçava politicamente a facção varguista contra a divisão partidária local.

Para tentar responder às perguntas sobre o passado, os objetivos da investigação e a hipótese serão permeados pela operação metodológica denominada heurística, crítica e

---

<sup>10</sup> GOMES, Ângela de Castro. A título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 15.

<sup>11</sup> ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Tese (Doutorado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 1998, p.11.

interpretação. Esses passos metodológicos buscam encontrar certa plausibilidade científica na “reconstituição das experiências do passado”.<sup>12</sup>

Do ponto de vista teórico-metodológico, este trabalho está inserido no campo da história política renovada. O historiador que se dedica à história política tem a possibilidade de alargar seus estudos ao focar novas temáticas, novas abordagens e novos objetos.<sup>13</sup> Para Loiva Otero Félix, a história política renovada trouxe novas problemáticas e uma nova compreensão do tratamento do político na história, como, por exemplo, o estudo das práticas e das relações de poder; estudo das representações (ideologias, imaginários, símbolos); estudo das relações de poder e suas manifestações culturais; estudo da cultura política (esferas pública e privada, cidadania, direitos, identidades) e estudo das instituições políticas e de poder.<sup>14</sup> Acredita-se que essa pesquisa abarca essa nova compreensão política, pois busca-se estudar as práticas e relações de poder, conforme já acentuado, entre protagonistas da vida política nos âmbitos local e estadual.

Com relação à sistemática do poder local com o estadual, elegeram-se os trabalhos de Loiva Otero Félix<sup>15</sup> e de Gunter Axt<sup>16</sup> na expectativa de compreender as articulações entre essas duas esferas de poder. Félix se propõe a investigar a temática das relações de poder entre as esferas de poder local e estadual, tangenciadas pelo sistema coronelista e inseridas na rede de compromissos borgista durante a Primeira República. O estudo realizado Loiva Otero Félix em seu livro *Coronelismo, borgismo e cooptação política* contém dados fundamentais para o entendimento das relações de poder e do sistema coronelista na República Velha gaúcha. Sua análise é voltada para a região Norte de estado rio-grandense, mais especificamente, para a região serrana do Planalto Médio gaúcho, abarcando os municípios de Cruz Alta (e o distrito de Santa Bárbara) e Palmeira das Missões.

---

<sup>12</sup> DIEHL, Astor Antônio. *Do método histórico*. 2.ed. Passo Fundo: UPF, 2001, p. 17.

<sup>13</sup> A História Política nos últimos anos passou por uma renovação, ganhando a denominação de “Nova História Política”. Essa renovação deve ser pensada na ótica das transformações ocorridas no campo da história, principalmente a partir das primeiras décadas do século XX. Para maiores informações referentes a essa discussão ver, entre outras, as obras de: FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “Velha História”; o retorno da História Política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 265-271. GOMES, Ângela de Castro. *Política: história, ciência, cultura etc.* Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/185.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2010. RÉMOND, Réne. *Por uma história política*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. CARDOSO, C.F.S. *História do poder*. História política. Niterói: UFF, 1997; LE GOFF, Jacques (Org.). *Fazer história – Novas contribuições*. 2.ed. São Paulo: Bertrand, 1989; NORA, Pierre; LE GOFF, J. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

<sup>14</sup> FÉLIX, Loiva Otero. *Historiografia política: impasses e rumos nas décadas de 1970-90*. *Logos*, Canoas, v.11.n.1, maio 1999, p. 5.

<sup>15</sup> FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação Política*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

<sup>16</sup> AXT, Gunter. *Gênese do Estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1928)*. Tese (Doutorado em História Social) – USP, São Paulo, 2001b.

A hipótese central de Félix versa sobre “a admissão da existência do coronelismo no Rio Grande do Sul e esse como um fator de legitimação do sistema político autoritário, representado pelo castilhismo-borgismo”.<sup>17</sup> Félix comprova sua hipótese central, demonstrando que a política desenvolvida por Borges de Medeiros de cooptação das bases municipais e regionais coronelistas acabou por legitimar e autorizar a permanência do projeto castilhista-borgista por mais de trinta anos no estado. A autora aponta a necessidade da realização de novos estudos referentes ao sistema coronelista e às relações de poder entre local/regional/estadual em outras regiões do Rio Grande do Sul, evitando, assim, o risco de generalizações. Seu estudo serve, igualmente, como referência para se compreenderem as estratégias políticas utilizadas por Borges de Medeiros junta às facções locais, fomentando o confronto interpartidário nos municípios.

Outro estudo utilizado para compreender o contexto histórico do Rio Grande do Sul da Primeira República no que concerne às relações de poder entre poder local e poder estadual é a tese de doutorado de Gunter Axt. O autor buscou entender qual foi o sentido histórico dos governos do PRR no Rio Grande do Sul e a que interesses sociais eles atenderam. Analisou as relações de poder no âmbito do sistema coronelista de mando e sua conexão com as políticas públicas, com ênfase nos portos e na navegação, nas ferrovias, na questão fiscal e orçamentária. Em seu estudo, Axt revela deixar de entender o PRR como um partido político hierarquicamente organizado, monolítico, de conteúdo programático rígido e modernizador, passando a vê-lo em suas tensões e discontinuidades internas. Esse estudo possibilita expressivas contribuições, para que se compreendam as querelas políticas e o jogo partidário e de domínio articulado pelo presidente do Estado Borges de Medeiros nas localidades municipais.

Feitas essas considerações preliminares, passa-se a apresentar a estrutura do texto, que está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo, discutem-se questões historiográficas relativas às diferentes explicações que abordam a renúncia do mandato de deputado estadual e o retorno de Getúlio Vargas a São Borja. É apresentada, igualmente, uma discussão historiográfica de maior fôlego, pode-se assim dizer, com base em trabalhos que abordam relações de poder entre a esfera municipal e estadual. Ao mesmo tempo, destaca-se a análise da ascensão política dos Vargas, dando ênfase para o patriarca da família Vargas, Manoel Nascimento Vargas, e para Getúlio Vargas.

---

<sup>17</sup> FÉLIX, Loiva Otero. 1996. op.cit. p. 28.

O segundo capítulo possui como fio condutor o esclarecimento sobre a renúncia de Getúlio Vargas a partir dos conflitos entre o poder local/estadual. Na tentativa de elucidar esse ato, inicia-se pela tomada da liderança política pelos Vargas na cidade de São Borja no ano de 1907, passando pela sua escalada política e domínio progressivo do poder local varguista, contexto que conduziria Getúlio Vargas a impetrar sua ação de renúncia no ano de 1913. São Borja vivenciava, nesse período, o acirramento das disputas pelo mando local entre integrantes republicanos. Nesse cenário político municipal, o poder político dos Vargas era questionado por Raphael Escobar e Benjamim Torres, incentivados pela política dúbia de Borges de Medeiros, que, ao apoiar os adversários políticos dos Vargas, buscava desestabilizar o poder varguista em São Borja. Arquitetando um jogo ambíguo entre as duas facções em disputa, a partir de seu poder moderador, Borges de Medeiros intencionava intervir no município de São Borja e suprimir o poder coronelista que os Vargas detinham, ao mesmo tempo em que buscava reforçar o aparelho de Estado. Essa situação expunha os Vargas a uma constante insegurança política no âmbito local, em razão dos jogos políticos realizados pelo poder estadual.

Finalmente, no terceiro e último capítulo, o foco central é o retorno de Getúlio à Assembleia dos Representantes em 1917. Neste capítulo discute-se o cenário posterior à renúncia de Getúlio Vargas ao cargo de deputado estadual. Getúlio, após sua renúncia, retorna a São Borja para atuar em defesa do poder varguista, então ameaçado por Benjamim Torres por meio de graves denúncias contra os Vargas, oficializadas em uma representação pública apresentada em outubro de 1913. Do mesmo modo, também se destaca a tentativa de conciliação de Borges de Medeiros entre as greis adversárias, propondo uma aliança “azeite com vinagre” na tentativa de unir o poder local. Nesse contexto de fortes cizânias intrapartidárias, assassinato, disputas eleitorais, realça-se a atuação de Getúlio Vargas, que, partindo de suas articulações local-estaduais, garantiria a vitória política dos Vargas, projetando-se novamente no cenário estadual.

Tentando desvelar o passado pouco conhecido de Getúlio Vargas, personagem importante da história política brasileira, busca-se contribuir para o conhecimento da própria história sociopolítica do Rio Grande do Sul, visto que “a história preenche função para a sociedade quando empresta sentido coletivo ao passado das pessoas e das instituições e, a partir daí, suscita a construção de identidades”.<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> AXT, Gunter. 2001a. op.cit. p. 321.

## 1 JOGOS POLÍTICOS, RENÚNCIAS E REVELAÇÕES

A trajetória política de Getúlio Dornelles Vargas teve início em meados de 1900. Até então, os Vargas arquitetaram na cidade de São Borja estratégias para consolidar seu poderio político. O domínio dos Vargas caracterizou-se por avanços e recuos decorrentes de um conjunto de situações reveladoras de conflitos internos no Partido Republicano Rio-grandense (PRR), com consequências no jogo político local e nas alianças que se estabeleciam no âmbito estadual.

As estratégias políticas de Vargas valeram-se de diversos mecanismos, que envolviam desde as relações sociais, práticas de violência, fraudes, intimidações, práticas clientelistas<sup>19</sup> e cooptação política<sup>20</sup>. Lançando mãos desses subterfúgios, o mando político local seria conquistado pela família Vargas entre fins do século XIX e princípios do século XX; como consequência, conquistaria um maior espaço político no cenário estadual. Nessa perspectiva, seria seu maior emissário Getúlio Dornelles Vargas, eleito no ano de 1909, pela primeira vez, deputado estadual à Assembleia dos Representantes, com 10.152 votos. Nesse período, a Assembleia dos Representantes gaúcha “era uma instituição com funções bastante limitadas, devido à extrema concentração de poderes do Executivo estadual. Pela Constituição rio-grandense, o presidente do estado detinha uma autoridade legal equivalente a um poder ditatorial”.<sup>21</sup>

Apesar desse cerceamento político da Assembleia, o jovem advogado Getúlio Vargas, com sua ação parlamentar, representaria na capital gaúcha as ambições políticas do progenitor da família, Manoel Nascimento Vargas, o qual, nessa época, detinha a chefia do Partido Republicano em São Borja e a administração do município. Igualmente, Getúlio Vargas, ao fazer parte do Legislativo, estabeleceria relevantes contatos políticos, que favoreceriam ao recém-eleito deputado alçar notoriedade e projeção política no âmbito estadual ao longo da

---

<sup>19</sup> Entende-se o conceito de clientelismo conforme José Murilo de Carvalho, indicando, de forma mais geral, como “um tipo de relação entre atores políticos que envolvem concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto”. CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 40, n.2, 1997, p.233.

<sup>20</sup> Entende-se o conceito de cooptação política conforme Loiva Otero Félix, caracterizando-se por um “processo de absorção de novos elementos na liderança ou na estrutura partidária como meio de serem evitadas ameaças à estabilidade, ou à existência da organização do aparelho do Estado que então se processa (instalação da República com a política castilhistaborgista). O que caracteriza a cooptação é, essencialmente, ser uma ação política realizada sem violência”. FÉLIX, 1996, op.cit, p.28.

<sup>21</sup> A Assembleia reunia-se durante três meses por ano com a exclusiva tarefa de votar o orçamento e examinar as contas do governo. DICIONÁRIO, histórico-biográfico brasileiro pós 1930/. Coordenação ABREU, Alzira Alves de et al.. Ed. atual. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. v. I. p. 5.899.

primeira legislatura. Esses predicados congregados na figura de Getúlio Vargas forneceriam o substrato necessário para que seu nome constasse, novamente, na nominata do Partido Republicano Rio-grandense na eleição de 1913 para a Assembleia dos Representantes.

Nessa ocasião, entretanto, sufragado novamente para a cátedra de deputado,<sup>22</sup> em 6 de outubro de 1913, Getúlio Vargas, imediatamente após assumir essa delegação, em discurso no plenário \_ em cena digna dos melhores espetáculos teatrais \_ renunciou ao mandato que lhe fora confiado. O conteúdo de seu discurso deixa transparecer demandas latentes, que perpassavam por disputas políticas internas nas hostes republicanas, bem como ressentimentos políticos e ânsia de independência em relação às práticas políticas tecidas pelo então presidente do Estado e chefe do Partido Republicano Rio-grandense, Antonio Augusto Borges de Medeiros. Seu ato de renúncia abarcava demandas políticas e sociais que envolviam relações de poder entre personagens e atores político rio-grandenses no contexto da Primeira República<sup>23</sup>, os quais atuavam no cenário estadual, bem como em nível local.

Encerrado o primeiro ato, ou seja, seu discurso de renúncia, Getúlio Vargas retirou-se do recinto. Seus colegas parlamentares o acompanharam e, nas escadarias da Assembleia dos Representantes, o questionam sobre os reais motivos de sua renúncia ao cargo de deputado estadual. Getúlio Vargas, colocando-se à frente da situação por ele mesmo criada, não hesitou em responder que largara “o mandato porque o político que fica de cócoras, isto é, que muito se agacha, perde com a indignidade do gesto o respeito que lhe é devido”.<sup>24</sup>

Que contexto político perpassava as ações do ator principal em meados de outubro de 1913 e o autorizava a fazer essa afirmação? Que contendas políticas Getúlio Vargas pretendia demonstrar com essa ação? O que estaria implícito nesse seu discurso e, finalmente, quais seriam suas intenções pessoais e políticas em face da prática política realizada por Borges de Medeiros?

---

<sup>22</sup> Barreto Viana, presidente da Assembleia dos Representantes, proclamou entre os eleitos Getúlio Dornelles Vargas, advogado, residente em São Borja, com 77.141 votos. Informações extraídas do jornal *A Federação*, 23 de setembro de 1913.

<sup>23</sup> Esse período também é denominado pela historiografia de República Velha ou República Oligárquica. Ângela de Castro Gomes e Martha Abreu destacam que o termo República “Velha” seria elaborado pelos ideólogos do Estado “Novo”, sendo “periodizar, nomeando um “tempo” um ato de poder, como os historiadores sabem por dever de ofício. Nessa operação nada é ingênuo, sendo necessário pensar que sentidos uma determinada nomenclatura deseja atribuir a um “espaço de tempo”, o que necessariamente implica considerar quem e quando se constrói tal designação. No caso, a de República “Velha”, uma autêntica “fórmula mental”, que certamente exige questionamentos, a começar pela indicação de que, não casualmente, foi imaginada e adotada pelos ideólogos autoritários das décadas de 1920/30. Desde então, ela foi propagada, com ênfase durante os anos do Estado “Novo”, outra fórmula de periodizar a história política brasileira, diretamente ligada, por contraste, às décadas que o precederam”. CASTRO, Ângela Maria; ABREU, Martha. A nova “velha” república: um pouco de história e historiografia. *Tempo*, Rio de Janeiro: UFF, v. 13 n. 26, 2009, p. 11.

<sup>24</sup> JORGE, Fernando. *Getúlio Vargas e seu tempo: um retrato com luz e sombra*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1994, p. 256. v.II

Um olhar mais atento às contribuições historiográficas, especialmente em se tratando do tema e do recorte temporal aqui apresentado, revela que existem ainda fragilidades nas explicações que se referem à ruptura com Borges de Medeiros e à desistência do cargo de deputado por Getúlio Vargas. Em meio a análises historiográficas que abrangem o contexto social e político da Primeira República no Rio Grande do Sul, buscam-se explicações que abordam a questão central, isto é, o retorno de Vargas a São Borja e as relações de poder nas esferas municipal e estadual. A realização desses estudos, acrescidos de trabalhos historiográficos que abordam as relações entre poder local/poder estadual<sup>25</sup>, é essencial para se aprofundar a compreensão sobre o tema e o período central aqui abordado. Este capítulo versa sobre tais problemáticas.

---

<sup>25</sup> Tânia Fischer analisa o conceito de poder local. Falar sobre o *local*, segundo Fischer, abrange “um conjunto de redes sociais que se articulam e se superpõem, com relações de cooperação ou conflito, em torno de interesses, recursos e valores, em um espaço cujo contorno é definido pela configuração desse conjunto”. Já *poder* pode ser “estendido no sentido das relações sociais, o poder pode ser entendido tanto como a capacidade geral de agir, como a capacidade de produzir comportamentos específicos. O poder tem, portanto, um caráter relacional recíproco, mas também sugere desequilíbrio no momento em que há atores que exercem o poder, enquanto outros a eles se submetem. O exercício de poder é um jogo de forças antagônicas em que há dominação eventual, mas que supõe uma margem de liberdade e de possibilidades de ação. [...] falar de poder político é falar em dominação e soberania, em Estado e em suas formas de organização. Se o Estado é produto da institucionalização progressiva de uma estrutura política, que supõe interdependência entre governantes e governados, não se pode desconhecer que a esfera local faz parte dessa institucionalização, dessa racionalização [...]”. Assim, deve-se “considerar a articulação entre poder local e o poder em âmbito mais global não como uma simples relação de dominação do último sobre o primeiro, mas como um conjunto de articulações entre coletividades e espaços diversificados de diferentes níveis”. [...] Se poder local, de certa forma, define-se por exclusão e oposição a outros níveis (o local se opõe ao global, o local se opõe ao nacional), não há como estudar o tema sem fazê-lo correlativamente, em um duplo movimento: do Estado central ao local, do local ao central”. FISCHER, Tânia. Poder local: um tema em análise. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, out./dez. 1992, p.105-113. Para Félix, “[...] envolver-se com a temática da relação poder local versus poder central implica optar por uma ampla gama de possibilidades teóricas de abordagens que vão desde teorias funcionalistas americanas, com divergências entre elitistas e pluralistas, até as posturas críticas em relação a essas, desenvolvidas pelas análises marxistas, enfatizando o primado das relações de classe e relacionando a questão do poder local à estrutura econômica e ao papel do Estado”. Félix aproxima-se de três possibilidades teóricas sobre o conceito de poder: as derivadas da matriz weberiana, da matriz marxista e das interpretações de Michel Foucault. A autora afirma que a relação entre poder local versus poder estadual não pode ser encarada como antagônicas, mas conforme demonstrou “para o caso do coronelismo gaúcho, como produto de uma relação dialética entre a força descentralizadora do coronelismo e a força centralizadora do Estado castilhistaborgista que então se implantava no RS”. A autora salienta também que “nem todo poder local e de cunho coronelista: não são sinônimos” [...] e importante percebermos no RS da transição republicana diferentes formas espaciais de distribuição do poder e a criação de uma sistemática própria no relacionamento político entre poder local, regional e central, dentro do estado. Tal sistemática, articulada pelo grupo minoritário que ascendeu ao poder (o PRR), manifestava-se na forma de obter a legitimidade e tornar-se o poder hegemônico. Postura essa voltada para a busca e consolidação da hegemonia o que era coerente com seu discurso não – oligárquico apresentado no RS e de sua política de cooptação de todas as categorias sociais, resultante da concepção positivista do Estado como gerenciador dos conflitos sociais e socialmente fundamentado numa base de representatividade ampla. [...] A distribuição do poder no RS, quando da implantação republicana, envolveu relações de poder em dois níveis: no espacial, enquanto poder local, regional e estadual e, internamente, no posicional, enquanto situação e oposição política. Nessa perspectiva, a autora aponta quatro divisões de distribuição e funcionamento do poder, a saber: campanha; planalto serrano; litoral e capital, e colonial. Informações extraídas de: A sistemática da distribuição regional do poder regional no Rio Grande do Sul. *Estudos Leopoldenses*, São Leopoldo: Ed. Unisinos, v. 32, n. 146. 1996, p. 89-99.

## 1.1 ILUMINANDO UM PASSADO OBSCURO: GETÚLIO VARGAS E A HISTORIOGRAFIA

A historiografia brasileira e a sul-rio-grandense conferem destaque quase que exclusivamente ao personagem Getúlio Vargas a partir de 1927<sup>26</sup>, quando foi eleito presidente do Estado do Rio Grande do Sul. Por sua vez, estudos sobre a história política de Getúlio Dornelles Vargas entre os anos de 1913-1917 são poucos e esparsos, fornecendo escassos subsídios para se pensarem as questões acima propostas. Essa insuficiência de dados historiográficos é igualmente percebida na questão que envolve a renúncia de Getúlio Vargas. Nessa perspectiva, na busca por maiores informações sobre o episódio da renúncia e, conseqüentemente, o contexto e as contendas políticas que permeiam o fato, merecem destaque algumas obras de caráter biográfico e memorialistas. Autores como Paul Frischauer, contratado pelo DIP como biógrafo oficial de Getúlio Vargas, Fernando Jorge, André Corrazzoni, Antonio Augusto Faria e Affonso Henriques possibilitam responder, ou, ao contrário, revelar as lacunas existentes no que se refere às problemáticas levantadas.<sup>27</sup>

Frischauer credita o ato da renúncia à própria história pessoal de Getúlio Vargas, em razão de sua solidariedade pessoal a amigos, pois “é de se entender, que tenha renunciado seu mandato de deputado, num estado de espírito análogo ao que, dez anos antes, o determinaria a sair da Escola de Cadetes, muito embora não tivesse tomado parte no ato de indisciplina”.<sup>28</sup> Do mesmo modo, aponta que ao renunciar Getúlio Vargas estaria efetivando um protesto contra os manejos da política do partido e que “talvez se tivesse retirado, voluntariamente, da política ativa, também por já ter percebido, naquela época, que era indispensável proceder-se a uma completa reorganização do Partido [...] e que *seu* tempo ainda não era chegado”.<sup>29</sup> Para o autor, os motivos que levaram Getúlio Vargas a perpetrar tal ato estariam implícitos no próprio discurso de renúncia exposto pelo jovem político.

Frischauer constrói com esses apontamentos a ideia de que Getúlio Vargas assim agia por possuir uma índole calma e serena, a ponto de, após a renúncia, ao retornar a sua cidade

<sup>26</sup> Essa referência pertence às obras de: ABREU, Luciano Aronne de 1996, op.cit.; BALBINOT, Jonas. *Relações de poder: Getúlio Vargas e Borges de Medeiros (1922-1928)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2008.

<sup>27</sup> Referência às obras de: FRISCHAUER, Paul. *Presidente Vargas*. Biografia. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943; JORGE, Fernando. 1985. v.I e 1994. v.II. op.cit; CARRAZZONI, André. *Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939; FARIA, Antonio Augusto; BARROS, Edgard Luiz de. *Getúlio Vargas e sua época*. 2. ed. São Paulo: Global, 1983; HENRIQUES, Affonso. *Ascensão e queda de Getúlio Vargas*. Vargas: o maquiavélico. v. I. Rio de Janeiro: Record, 1966.

<sup>28</sup> FRISCHAUER, Paul. 1943. op cit. p. 158.

<sup>29</sup> FRISCHAUER, Paul, loc.cit.



natal, dedicar-se quase que exclusivamente à atividade advocatícia, “limitando sua vida particular ao pequeno círculo familiar”, com o que se aperfeiçoaria no conhecimento dos homens. Contudo, apesar do harmonioso quadro pessoal vivido por Getúlio Vargas, Frischauer salienta que, no contexto local na década de 1910, “as inimizades pessoais e partidárias ardiavam novamente em São Borja, com toda a violência, transformando a cidadezinha num novo teatro de guerra”.<sup>30</sup> Para o autor, havia um plano arquitetado e cuidadosamente elaborado por Borges de Medeiros para denegrir os Vargas e lançar uma campanha difamatória contra eles. Para tanto, o preclaro chefe republicano contaria com o auxílio de Raphael Escobar, “filho de um rico fazendeiro, [...] apoiando-se em sua própria fortuna, buscava anular a influência política do velho general e de seus filhos”.<sup>31</sup>

Assim, apesar dessa quizila partidária, do perigo eminente de a facção varguista perder seu domínio político em São Borja e do rompimento não oficial de Borges de Medeiros com os Vargas, Frischauer destaca que Getúlio Vargas “mantivera-se, durante quatro anos, afastado da política ativa”.<sup>32</sup> Seria esse fator justamente que lhe possibilitaria obter notoriedade e colocar-se acima dos partidos e dos interesses pessoais. Ao descrever o período que abrangia os anos de 1913-1917, Frischauer procura afastar Getúlio Vargas de questões que envolviam disputas políticas de poder, as quais perpassavam por mecanismos de fraudes, violências, coerção, entre outros. Visando amenizar a participação de Getúlio nas questões políticas, descreve-o como sereno, apaziguador e indiferente ao provincianismo partidário. O autor busca construir o personagem Getúlio Vargas como predestinado a questões maiores, que abrangeriam a política nacional. Deve-se lembrar que Frischauer escreveu sua obra quando Getúlio Vargas já era presidente do Brasil, em 1943.

Fernando Jorge, em sua extensa obra biográfica sobre Getúlio Vargas, assim como Frischauer, aponta que São Borja vivenciava um período conturbado nos primeiros anos de 1910. Essa instabilidade se política iniciara, segundo o autor, em razão da “visível inabilidade política” de Viriato Vargas<sup>33</sup>, irmão de Getúlio, o qual em 1911 assumiria a chefia do Partido Republicano de São Borja, enfrentando inúmeras dissidências nas hostes republicanas.<sup>34</sup> Quanto à questão da renúncia, Fernando Jorge destaca que antes das eleições de 1913 ocorreu a fraude eleitoral engendrada por João Neves da Fontoura e Odon Cavalcanti, os quais

---

<sup>30</sup> FRISCHAUER, Paul. 1943. op cit. p. 148.

<sup>31</sup> Idem, p. 146.

<sup>32</sup> Idem, p. 174.

<sup>33</sup> Viriato Dornelles Vargas era o filho primogênito de Manoel Nascimento Vargas. Exerceu a profissão de advogado rábula e intendente de São Borja entre os anos de 1911-1914. Foi membro do Tribunal de Contas do RS, faleceu em 1953 na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>34</sup> JORGE, Fernando. 1994. op. cit. p. 247, v. II.

modificaram as cédulas eleitorais do partido em favor de alguns republicanos, que receberiam a maioria dos votos, até mesmo em São Borja. “Considerando tal procedimento um gesto de rebeldia, um atentado à disciplina partidária, Borges de Medeiros obrigou os dois deputados a renunciarem aos seus mandatos.”<sup>35</sup>

Getúlio Vargas, em solidariedade aos colegas, teria, então, apresentado sua renúncia. O autor dedica algumas páginas à narração do discurso de renúncia de Getúlio, em que destaca:

A renúncia de Getúlio provocou o entrecchoque de opiniões em vários locais de Porto Alegre, principalmente nos cafés da rua da praia. Surpreendeu os republicanos e incitou os federalistas a tecerem comentários sarcásticos, virulentos em torno da figura de Borges de Medeiros. Diziam que esse era de fato um caudilho, sempre disposto a meter o bedelho em tudo, inclusive nas questões mais secundárias da vida dos municípios. Getúlio, na opinião deles, apenas se rebelara contra o arbítrio, a direção unipessoal de Borges no comando do Partido Republicano rio-grandense. Negou-se, portanto, a continuar a prestigiá-lo, a permanecer sobre o julgo de um tiranete [...].<sup>36</sup>

Para Fernando Jorge, Getúlio desejava mostrar “que seu mandato era legítimo, uma conseqüência do reconhecimento dos seus méritos, e não fruto de manobras equívocas, de um conluio de trampolineiros”, proclamando, sob o ângulo psicológico, que “Getúlio Vargas é dono de Getúlio Vargas e não o Sr. Borges de Medeiros, não lhe pedi nenhum cargo e por isto não lhe devo nada [...]”.<sup>37</sup> Seria, pois, um gesto de independência. O autor, apesar de compilar uma gama de informações, não associa o ato de renúncia com a questão local de disputa política que envolvia os Vargas no âmbito local e o todo-poderoso Borges de Medeiros, representante do poder estadual.

Tratando da questão do retorno de Getúlio a São Borja, Fernando Jorge salienta que ele voltara à sua profissão de advogado. Diferentemente de Frischauer, segue apontando algumas conseqüências dessa ação: a renúncia encheu de alegria os inimigos dos Vargas; a disputa entre os Vargas e seus inimigos políticos acirrava-se e “uma notícia [...] começou a correr: o Dr. Borges de Medeiros, estomagado com a renúncia de Getúlio, e ainda com o desprestígio dos Vargas, pretendia derrubá-los em São Borja [...]”, de tal modo que “a queda deles era inevitável, Borges abandonou-os e aproximara-se de Escobar e Torres, os líderes da oposição local”.<sup>38</sup>

<sup>35</sup> JORGE, Fernando. 1994. op. cit. p. 254.

<sup>36</sup> Idem, p. 256.

<sup>37</sup> JORGE, Fernando, loc.cit.

<sup>38</sup> Idem, p. 259. V. II.

O interessante nessa obra, assim como na de Frischauer, é que seus autores não percebem o complexo jogo de poder político que favorecia a existência de uma disputa intestina nas fileiras republicanas na cidade de São Borja. Do mesmo modo, apesar de apontarem algumas divergências políticas anteriores aos anos de 1913, narram com maior ênfase os acontecimentos das quíntas políticas apenas após a renúncia de Getúlio, associando esse acontecimento diretamente à fraude eleitoral de Cachoeira. Desse modo, não percebem, ou ao menos não apontam, o contexto político que antecedeu a renúncia, assim como não destacam as contendas, nem as intenções pessoais e políticas mais abrangentes que Getúlio procurava efetivar em relação às ações de Borges de Medeiros.

No opúsculo de André Carrazzoni o episódio da renúncia de Getúlio Vargas é percebido como um gesto que revela as qualidades pessoais, políticas e morais que pautavam as ações do nobre político. Segundo o autor, “as razões que alegou, em abandono do gesto, fundavam-se no critério adotado pelo chefe unipessoal do partido, Sr. Borges de Medeiros, num episódio argüido de atentatório da infringível disciplina partidária”.<sup>39</sup> O autor, ao descrever esse episódio, salienta que tal acontecimento não se originou de alguma “censura formal”, pois Getúlio Vargas apenas “se prevenia contra a mais imperceptível murmuração. Como a moral do homem privado, a do homem público seria inexpugnável”. Carrazzoni associa a abdicação política do jovem deputado com um gesto de probidade do seu caráter e a maturidade de suas ações políticas.

Outro dado interessante que Carrazzoni descreve é referente ao período de 1913 a 1917, anos em que “a dissidência republicana, engrossada pela adesão ocasional de descontentes do partido federalista, acendeu as fogueiras da intolerância facciosa”. Os ânimos começavam a se acirrar na cidade de São Borja, onde “as polêmicas intoxicavam os corações, transbordando dos panfletos para a rua, para o clube e para o remanso dos lares”.<sup>40</sup> Essa quadra, para o autor, seria caracterizada para Getúlio Vargas como anos de experiências

no tocante ao enigma de cada ser humano e as suas reações no meio gregário [...]. Se é certo que no retrato de um homem fadado se revelam as semelhanças do próprio retrato da terra de origem, aldeia, vila, cidade ou metrópole – até onde sentiria ele, naquela altura da vida, a influência de São Borja? Os quatros anos, alternativamente inquietos e bonançosos, haviam-no modelado, um retrato moral e mental em que a consciência das fortes virtudes locais, aformoseadas pelas tradições da família, não paralisava, antes impulsionava, a reação volitiva contra algumas taras do burgo contaminados de vírus faccioso.<sup>41</sup>

---

<sup>39</sup> CARRAZZONI, André. 1939. op.cit. p. 96-97.

<sup>40</sup> Idem, p. 106.

<sup>41</sup> Idem, p. 111-114.

Quanto ao contexto político local e à atuação de Getúlio ao longo desses quatro anos, Carrazzoni aponta que, “havendo regressado de Porto Alegre, após sua renúncia, o Sr. Getúlio Vargas não se podia furtar à ardência do brasileiro. Estava em causa a ala mais poderosa do partido, chefiada pela sua família”.<sup>42</sup> Getúlio existia e sobre-existia em meio a essas quizilas partidárias, desenvolvendo a capacidade de permanecer sereno e cultivando a “flor do silêncio”, pois com suas ações

esgrimia, nos entrechoques diários, as suas armas, que eram as da inteligência, sem deixar de aveludar os golpes, com a serenidade possível. Sempre que podia aconselhava calma. Quando a transigência importaria em capitulação, moderava o ímpeto do lance [...]. Porfiava, não raramente, consigo mesmo, para manter o frio governo dos próprios impulsos.<sup>43</sup>

Percebe-se que Carrazzoni também desassocia Getúlio Vargas das lutas partidárias locais no município de São Borja. Além disso, apesar de apontar que havia conflitos do partidarismo municipal envolvendo a família Vargas e o próprio Getúlio, não fornece maiores informações sobre os acontecimentos ocorridos ao longo dos anos de 1913 a 1917. Na verdade, o autor, por meio de uma linguagem apologética, tem a intenção de apontar a preeminência de que Getúlio Vargas seria portador ao conseguir atravessar esse período, subtraindo dessa experiência lições que lhe possibilitariam o autocontrole político, o conhecimento do individualismo partidário e a manipulação das relações de poder. Assim, mais uma vez, as ações, o contexto, as intenções e as contentas políticas que envolveram o personagem Getúlio Vargas e Borges de Medeiros no cenário político republicano não são salientadas. Logo, novamente o passado de Getúlio Vargas fica obscurecido.

Outro autor que merece destaque é Antonio Augusto Faria, que corrobora com os autores citados na questão principal do motivo da renúncia: a fraude eleitoral de Cachoeira. Segundo este, “a interpretação mais correta para o ato fala de um protesto de Getúlio contra as arbitrariedades praticadas por Borges de Medeiros [...] que obrigou alguns deputados de Cachoeira a renunciarem a seus mandatos”. Para Faria, apesar de Getúlio não estar envolvido diretamente com a fraude eleitoral, “vislumbrou a possibilidade de marcar sua posição diante dos desmandos do chefe republicano gaúcho”.<sup>44</sup>

Os apontamentos de Faria reforçam que, durante os quatro anos seguintes, Getúlio estaria “preocupado com a política municipal, que os Vargas dominavam quase que

<sup>42</sup> CARRAZZONI, André. 1939. op.cit p. 107.

<sup>43</sup> CARRAZZONI, André, loc.cit.

<sup>44</sup> FARIA, Antonio Augusto; BARROS, Edgard Luiz de. 1983. op.cit. p. 21.

totalmente, constituindo família e, nas suas palavras, aprendendo a conhecer os homens”.<sup>45</sup> Percebe-se, portanto, que nessa obra o autor também não se preocupa em buscar maiores informações sobre os acontecimentos anteriores e posteriores à trajetória de Getúlio Vargas que abrangeram os anos de 1913 a 1917.

Por sua vez, Affonso Henriques vem na contramão de uma historiografia laudatória sobre Getúlio Vargas. Embora compile diversas informações e narre os acontecimentos segundo uma oposição ferrenha às ações de Getúlio Vargas no poder nacional por quase um quarto de século, não enfatiza o período inicial da trajetória política desse personagem nas primeiras décadas de 1900. Assim, aspectos como a renúncia de Getúlio Vargas, a crise intrapartidária republicana no município de São Borja, as práticas de violência e domínio político dos Vargas ao longo das primeiras décadas republicanas são superficialmente abordados pelo autor. Affonso Henriques, visando analisar Getúlio Vargas como um ser de inferioridade física, adepto dos golpes e despistamentos e detentor de uma instabilidade de caráter, busca em alguns de seus antecedentes políticos a argumentação necessária para realizar essa crítica. Episódios como a infância marcada por histórias de guerra contadas pelo seu pai, a guerra civil de 1893, a própria origem regional de Getúlio são utilizados para justificar seu caudilhismo ferrenho, a personalidade fria e o despotismo político.<sup>46</sup> Contudo, o interesse maior da obra de Affonso Henriques está nos acontecimentos políticos ocorridos a partir da Revolução de 1930.

Obras produzidas por memorialistas são, igualmente, relevantes para evocar um passado já distante. Algumas, como a da sua filha Alzira Vargas do Amaral Peixoto, denominam esse período como um tempo de “ostracismo”<sup>47</sup> político. Nas palavras de Peixoto:

De 1910 a 1922, a vida transcorreu para o Papai ora calma, ora tumultuosa, nos misteres da advocacia e da política entre São Borja e Porto Alegre. Todo o Estado estava intranquilo [...]. Papai, no entanto, amuado com o Governo do Estado, se

<sup>45</sup> FARIA, Antonio Augusto; BARROS, Edgard Luiz de, loc.cit.

<sup>46</sup> HENRIQUES, Affonso. 1966, op.cit, p. 33-64.

<sup>47</sup> Segundo Caroline Silveira Bauer, o sentido do ostracismo provém “do grego ‘ostraka’, pedaços de cerâmica quebrados, usados como cédulas de voto - foi estipulado por Clístenes, em 50 a.C. Consistia no voto pelo qual a população poderia mandar um cidadão para o exílio por dez anos, como medida de protecionismo da democracia que emergia. Era aplicado pela Assembleia, que se reunia para designar a quais acusados deveria ser aplicado o ostracismo ou a áideia - o perdão. Caso a decisão determinasse ao cidadão ser ostracizado, marcava-se o dia em que se realizaria a ‘ostrakophoría’. O condenado devia deixar o país no prazo de dez dias. Essa forma de punição afetava diretamente a cidadania daquele que era acusado de ir de encontro aos princípios do Estado. O exílio implicava no abandono do centro do poder e a perda dos direitos políticos - possibilidade de ocupar funções públicas e de interferir no destino político de Atenas – garantidos pela posse do título de cidadão. BAUER apud DIAS, Carlos Gilberto Pereira. *Antonio Chimango na linear da velhice: apontamentos sobre a trajetória política de Borges de Medeiros: 1928-1934*. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2001, p.10.

deixava ficar em São Borja, surdo aos chamados de seus correligionários que sentiam falta de sua presença em Porto Alegre [...]. Perto de quatro anos durou seu ostracismo político voluntário.<sup>48</sup>

Quanto à renúncia, Peixoto não aponta maiores informações, percebendo esse ato como voluntário e realizado em auxílio a outros partidários. Portanto, essa obra, igualmente, deixa em aberto aspectos políticos que poderiam responder às questões já alçadas, as quais remetem aos motivos que levaram Getúlio ao “ostracismo” político. Mais ainda, ao apontar em poucas linhas o período de 1913 a 1917, Peixoto deixa de fornecer maiores informações referentes a o que teria acontecido nos períodos tumultuados em São Borja e a como eram as relações entre Borges de Medeiros e Getúlio Vargas, bem como com sua família, ao longo desses anos.

Se a obra memorialista de Peixoto traz esparsas informações, nas memórias de João Neves da Fontoura<sup>49</sup> não há nenhuma referência à questão da renúncia de Getúlio Vargas. O máximo que esse autor narra é a dissidência de seu pai, o coronel Isidoro Neves da Fontoura, intendente de Cachoeira nomeado por Borges de Medeiros.<sup>50</sup> Sobre o envolvimento pessoal na fraude eleitoral há um silenciamento expressivo.

Encontram-se no verbete escrito por Paulo Brandi para o *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930* informações de que ao longo desses anos teriam ficado estremecidas as relações entre Getúlio Vargas e Borges de Medeiros.

Em 1913, foi novamente eleito deputado estadual, mas renunciou o mandato em protesto contra a intervenção de Borges de Medeiros nas eleições de Cachoeira, atual Cachoeira do Sul. Nesse município, a lista de candidatos do PRR havia sido modificada por João Neves e Odon Cavalcanti. Os deputados eleitos foram preteridos por Borges e obrigados a renunciar aos seus mandatos. Interrompida a carreira parlamentar, Getúlio voltou a São Borja e à sua banca de advocacia. Durante três anos, permaneceram estremecidas suas relações com Borges de Medeiros, que chegou a incentivar a disputa pelo poder entre os Vargas e outros grupos republicanos de São Borja. No final de 1916, Borges de Medeiros buscou reconciliar-se com Getúlio, oferecendo-lhe a chefia de polícia em Porto Alegre. Getúlio recusou o cargo, mas posteriormente aceitou sua inclusão na lista de

<sup>48</sup> PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. 2. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1960, p. 18.

<sup>49</sup> FONTOURA, João Neves da. *Memórias - v. I: Borges de Medeiros e sem tempo*. Porto Alegre: Globo, 1958.

<sup>50</sup>Essa dissidência política ocorrida entre o coronel Isidoro Neves da Fontoura e Borges de Medeiros foi engendrada por terem sido citados em processo judicial de falsificação de um testamento, e alguns foram até mesmo presos, como correligionários, autoridades e funcionários públicos do círculo de influência dos Neves da Fontoura. Esse fato desgostou Isidoro, o qual rompeu politicamente com Borges de Medeiros em 1912.

candidatos à Assembleia. Eleito em 1917, recuperou rapidamente o tempo perdido fora da política.<sup>51</sup>

Brandi faz parte do grupo de historiadores, biógrafos e memorialistas que relacionam a renúncia de Getúlio Vargas com a fraude eleitoral de Cachoeira. Assim como os demais autores, apesar de salientar que Borges de Medeiros incentivaria a disputa entre os Vargas e outra facção republicana, não fornece maiores detalhes sobre o que perpassava a ação de renúncia de Getúlio. Aliás, nesse verbete não há nenhuma informação sobre as práticas políticas de poder que Getúlio Vargas e sua família teceram a partir do poder local com o presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros.

Destacam-se, além das contribuições que se enquadram no bloco biográfico, memorialista, algumas produções acadêmicas, as quais enfatizam aspectos mais específicos sobre Getúlio Vargas e sua família no período delimitado, tendo, contudo, seu enfoque em outras questões de interesse. Cabe destacar aqui o artigo de Gunter Axt<sup>52</sup>, a obra de Eliane Colussi e Astor Diehl<sup>53</sup>, a dissertação de mestrado de Luiz Alberto Grijó<sup>54</sup> e a obra de Boris Fausto.<sup>55</sup>

Gunter Axt destaca que Getúlio Vargas, em 1913, ao renunciar à sua reeleição para deputado, desencadearia uma reação de retaliação por parte de Borges de Medeiros, o qual fomentaria a disputa entre facções em São Borja, que vivenciava durante o período rivalidades políticas entre grupos no seio do PRR. O autor faz um paralelo desse período com a acusação a Viriato Vargas de ser o mandante do assassinato de Benjamim Torres<sup>56</sup>, inimigo político dos Vargas em São Borja.

Para Axt, Getúlio Vargas e sua família estariam à mercê de Borges de Medeiros, visto que este, além de fomentar a disputa interna entre as facções republicanas, poderia facilitar o andamento do processo que envolvia o irmão de Getúlio. Apesar de destacar alguns fatos do

<sup>51</sup> DICIONÁRIO, *histórico-biográfico brasileiro pós 1930*. Coord. por Alzira Alves de Abreu et al. Ed. atual. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. v. I. p. 5.899.

<sup>52</sup> AXT, Gunter. A emergência da liderança política de Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul coronelista e o seu governo no estado. In: AXT, Gunter (Org.). *Da vida para a história: reflexões sobre a Era Vargas*. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público, 2005. p. 41-56.

<sup>53</sup> COLUSSI; DIEHL, 2008. op.cit.

<sup>54</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada "geração de 1907"*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

<sup>55</sup> FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006

<sup>56</sup> Benjamim Torres era natural de Minas Gerais. Na cidade de Ouro Preto, em 1897, conheceu Viriato Vargas, o qual logo estaria envolvido no assassinato do jovem estudante paulista Carlos Almeida Prado. Benjamim Torres auxiliaria Viriato Vargas na sua fuga da cidade mineira. O general Vargas, em retribuição, convidou Benjamim Torres para atuar profissionalmente no Rio Grande do Sul. Formou-se na Faculdade de Medicina de Porto Alegre, em 1911. Em 1912, fixou residência em São Borja.

período de 1913 a 1917, o autor não desenvolve maiores questionamentos sobre as relações entre Borges de Medeiros e Getúlio Vargas durante o recorte temporal delimitado neste estudo.

Já a obra de Eliane Colussi e Astor Diehl apresenta o tema da violência impetrada no campo da política. O recorte temporal é a década de 1910 e o espaço geográfico é a cidade de São Borja, terra natal de Getúlio Vargas. Os autores têm por objetivo “reconstituir, digamos assim, a vida política, ou, pelo menos, um cenário e, em especial, o que envolve a família Vargas [...]”, com o intuito de desvendar as suas particularidades em relação ao poder local, “em especial, sobre o *modus operandi* da política partidária com vínculos ao uso da violência local, bem como as suas relações com os governos de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros”.<sup>57</sup>

O estudo de caso de Colussi e Diehl parte do assassinato de um desafeto político da família Vargas, o médico Benjamim Torres. As querelas políticas entre facções republicanas que disputavam o poder, ou mesmo a manutenção do poder local, conduziram a que a cidade de São Borja fosse convulsionada pela violência e tensão permanente entre os dois grupos republicanos. Iniciava-se, então, no município um período de embates intrapartidários no seio do PRR. Os Vargas, principalmente o coronel Viriato Vargas, seriam acusados, por meio de uma representação pública enviada a Borges de Medeiros no ano de 1913, de vários crimes, como defloramentos, assassinatos, abuso de autoridade e envolvimento com o contrabando. A obra contribui para a compreensão do cenário de um “território de forças vulcânicas da disputa política” e levanta indícios significativos para a compreensão das relações políticas que perpassam pelo microcosmo de poder da família Vargas em relação ao presidente do Estado.

Outra obra que merece destaque é a dissertação de mestrado de Luiz Alberto Grijó, que tem como temática o estudo das trajetórias dos componentes da geração de 1907, dando ênfase às suas origens sociais, aos recursos e às predisposições herdadas que favoreceram suas ações. Destaca também seus percursos escolares e profissionais, que, somados ao “exercício de posições de mediação entre várias esferas desde os planos municipais-regionais passando aos planos estadual e federal”, permitiriam a esses “agentes” atingir posições importantes de mando dentro do jogo político-partidário.<sup>58</sup>

Quanto à renúncia de Getúlio Vargas, o autor a contextualiza no cenário de “tentativa de Borges de reforçar seu poder pessoal em detrimento de antigos líderes municipais ligados

---

<sup>57</sup> COLUSSI; DIEHL, 2008. op.cit. p. 22-23.

<sup>58</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. 1998. op.cit. p. 230.



ao PRR desde a época do Império, mas envolvia também divergências entre grupos familiares capitaneados por chefes político-partidários do interior do Estado”.<sup>59</sup> Desse modo, a interpretação que Grijó faz do episódio não está longe das interpretações já ressaltadas por outros autores aqui analisados, ou seja, seria um ato de solidariedade aos colegas partidários obrigados a renunciar. O autor vincula esse episódio a outros conflitos que ocorriam no interior do Rio Grande do Sul, como, por exemplo, em Cachoeira e na região da fronteira oeste.

Nos seus apontamentos, Grijó percebe as pretensões de Borges de Medeiros de afastar ou diminuir a influência do grupo familiar Vargas em São Borja. De maneira breve, traz alguns indícios da situação política enfrentada pelos Vargas a partir da renúncia de Getúlio, no entanto não é sua intenção analisar os fatos ocorridos. O autor tece algumas considerações sobre o papel que Getúlio desempenharia em meio ao “atrito entre o grupo familiar Vargas e inimigos federalistas, de dentro do PRR local e com o próprio Borges de Medeiros”<sup>60</sup>, destacando as ações de Getúlio por meio da análise de uma correspondência, salientando que ele realizava viagens constantes a Porto Alegre e mantinha contato por cartas com Firmino Paim Filho.<sup>61</sup> Seguindo seus apontamentos, Grijó questiona se Getúlio Vargas exerceria algum cargo público, o que não foi possível comprovar, porém

o que parece ter estado em jogo era, de um lado, uma espécie de divisão do trabalho político e dos cargos e funções entre três membros da família Vargas: Viriato na Intendência, Manoel Vargas, [...] à testa do PRR e Getúlio Vargas como mediador entre o grupo familiar e as posições que alguns de seus membros ocupavam e o governo de Borges, além, claro, da ascendência que com isto obtinha na família e entre os demais partidários as São Borja.<sup>62</sup>

Para Grijó, o resultado desse processo de disputas intrapartidárias no PRR com federalistas, entre o grupo familiar Vargas e com Borges de Medeiros teria como consequência o fortalecimento da posição dentro da família e em relação ao presidente do Estado por parte de Getúlio Vargas. Segundo o autor, Getúlio “não chegou a tornar-se ele próprio um coronel do interior, ou seja, um estancieiro e chefe político-partidário, mas passou a exercer funções de mediação entre seu grupo familiar e o poder de que dispunha e o presidente do Estado”.<sup>63</sup>

---

<sup>59</sup>GRIJÓ, Luiz Alberto. 1998. op.cit p. 157.

<sup>60</sup> Idem, p. 162.

<sup>61</sup> Idem, p.162.

<sup>62</sup> Idem, p. 162-163.

<sup>63</sup> Idem, p. 165.

Outra contribuição é fornecida pelo historiador Boris Fausto. Ao descrever o passado de Getúlio, Fausto dedica algumas linhas aos anos de 1913-1917, denominando-o como um período de “tempestuosa ruptura entre Borges e os Vargas”<sup>64</sup>. Porém, dedica a maior parte de sua obra aos acontecimentos posteriores à Revolução de 1930, ou seja, acaba por não dar maiores explicações tanto sobre o período de 1913 como sobre as circunstâncias que levaram Getúlio Vargas a essa ruptura.

Enfim, na leitura de inúmeras obras de caráter biográfico, memorialistas ou acadêmicas, observa-se que há uma lacuna historiográfica concernente aos anos que precederam sua escalada política em nível estadual e nacional. Em geral, não há nada mais aprofundado sobre esse lapso de tempo, nem obras que estudem as ações e estratégias de Getúlio Vargas em relação ao contexto sociopolítico envolvendo poder estadual/poder local.

No que se refere à produção intelectual da Primeira República no Rio Grande do Sul, muitas questões sobre as relações entre poder estadual/poder local não mereceram estudos específicos, repetindo-se os discursos propalados pela historiografia tradicional de obediência e de autoritarismo de Borges de Medeiros em relação aos poderes locais. As disputas internas dentro do Partido Republicano Rio-grandense nos municípios do Rio Grande do Sul, por exemplo, continuavam sendo verdadeiros sujeitos ocultos.

Na década de 1980, entretanto, aconteceu um “salto” na produção intelectual historiográfica do Rio Grande do Sul.<sup>65</sup> Muitos historiadores renovaram as ênfases interpretativas historiográficas, demonstrando que no Rio Grande do Sul “não havia correspondência fiel entre o plano de ideias e a prática política, achando-se as estruturas institucionais permeadas por uma cultura sub-reptícia, que confundia as instâncias pública e privada”.<sup>66</sup> Portanto, esses estudos buscavam romper com paradigmas historiográficos tradicionais propalados e aceitos, como a incondicional disciplina partidária que tangenciava as relações políticas nas hostes do PRR. Desse modo, com nova documentação e várias possibilidades metodológicas, o leque interpretativo e conceitos preconcebidos foram revistos. A historiadora Loiva Otero Félix, por exemplo, com sua tese de doutorado *Coronelismo, borgismo e cooptação política*, introduziu novos conhecimentos no campo das relações de

---

<sup>64</sup> FAUSTO, Boris. 2006. op.cit. p. 27.

<sup>65</sup> Para maiores detalhes ver: PICCOLO, Helga I. Landgraf. República Velha, novas teses. *Cadernos da Anpuh – Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, 1988; PICCOLO, Helga I. Landgraf. *Historiografia gaúcha. Anos 90*, Porto Alegre: UFRGS/PPG História, 1995.

<sup>66</sup> AXT, Gunter. 2001b. op.cit. p. 29.

poder político entre região/poder local/poder estadual, rompendo com conceitos constantemente reforçados pela historiografia, como o de *coronel burocrata*.<sup>67</sup>

Acredita-se que o conceito de “coronel burocrata”, da forma como é apresentado por Félix, não pode ser aplicado aos Vargas, pois, apesar de a liderança política de Manoel Nascimento Vargas ser efetivada com o apoio de Borges de Medeiros, no ano de 1907 aquele manteve, conjuntamente com sua facção republicana, em certos momentos, uma relação política de enfrentamento das decisões oriundas do poder borgiano, o que refuta a ideia de obediência incondicional ao egrégio líder republicano<sup>68</sup>, condição principal para se denominar um “coronel burocrata”. A relação política dos Vargas com o poder estadual não era de funcionários do governo, “com funções públicas rotineiras estipuladas e vínculos impessoais característicos de uma ordem burocrática e racional”<sup>69</sup>, pois, sendo detentores de forte poder de mando local e de uma significativa parcela do eleitorado são-borjense, colaboraram para a manutenção do PRR no poder e, conseqüentemente, para a continuidade da liderança de Borges de Medeiros na presidência do Estado e na chefia do PRR. Portanto, os Vargas, ao encerrar esse forte poder político local, não faziam parte de um esquema hierárquico e burocratizado do governo estadual, mas, sim, estavam inseridos num sistema político próprio de disputa, de coerção e de cooptação entre poder estadual e poder local, o qual esse trabalho se propõe a analisar.

Além das contribuições de Loiva Otero Félix, os trabalhos de Margareth Bakos, Vélez Rodriguez, Nelson Boeira e Gunter Axt<sup>70</sup> forneceram novas interpretações para a historiografia da Primeira República. Em suas obras, os autores comprovam a “vigência de um sistema político de coerção e cooptação como mecanismo solidificador da hegemonia

<sup>67</sup> O conceito de “coronel burocrata” foi criado por Sérgio da Costa Franco em 1962, sendo logo aplicado nas obras clássicas de Joseph Love, *O regionalismo gaúcho*, publicada em 1975, e de Raymundo Faoro, *Os donos do poder - formação do patronato político brasileiro*, 1975. Félix não nega a existência do coronel burocrata. Contudo, salienta os riscos das generalizações totalizantes ao abarcar esse conceito em todas as regiões do Rio Grande do Sul. A partir de uma extensiva pesquisa demonstrou que, na região norte do estado, essa tipologia não era encontrada. Suas contribuições intelectuais possibilitaram que fossem produzidas diversas pesquisas. Algumas dessas obras estão citadas no balanço historiográfico contido na segunda edição de sua tese. FÉLIX, Loiva Otero. 1996, op.cit. Assim, pode-se resumir esse conceito a partir da seguinte definição: ideia de uma liderança local, ungida por Borges de Medeiros para ocupar algum posto relativamente proeminente na burocracia estadual ou municipal, de forma a render-lhe obediência incondicional na definição dos rumos da política municipal [...], o conceito de “coronel burocrata” tendeu a esvaziar o conteúdo coronelista das análises relativas à política gaúcha. AXT, Gunter. 2001b. op.cit. p.29-30.

<sup>68</sup> Esses embates e enfrentamento serão discutidos no segundo capítulo desse estudo.

<sup>69</sup> FÉLIX, Loiva Otero. 1996. op.cit. p. 131.

<sup>70</sup> Referências às obras: BAKOS, Margaret. *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996; RODRIGUEZ, Ricardo Vélez (1980). *Castilhisismo: uma filosofia da República*. Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul; BOEIRA, Nelson. *O Rio Grande de Augusto Comte*. In: DACANAL, J.H.; GONZAGA, S. (Org.). *RS: Cultura e Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. AXT, Gunter. 2001b. op.cit.

borgiana com os poderes locais, da mesma forma que no resto do Brasil”. Do mesmo modo, “demonstrou-se que o PRR não teve um projeto político capaz de incorporar todos os segmentos sociais, atendendo, assim, a interesses específicos, ao mesmo tempo em que contrariava outros”.<sup>71</sup>

Desses estudos interessa depreender o contexto das disputas e perseguições políticas, as rivalidades, as divergências internas no PRR, as relações de poder e o uso da violência, todas alicerçadas nas práticas do coronelismo em relação à política local, comandada pela família Vargas em São Borja, em face da prática de cooptação efetivada por Borges de Medeiros.

No Brasil da Primeira República, a “política dos governadores”<sup>72</sup> abarcava as relações políticas entre as esferas estadual e federal, artifício que favoreceria o sistema coronelista no país.<sup>73</sup> Observa-se que o Rio Grande do Sul também vivenciava as práticas coronelistas, apresentando, contudo, algumas diferenciações em âmbito regional. Nas palavras de Félix:

O coronelismo gaúcho é produto de uma soma de semelhanças e diferenças, isto é, de situações que o aproxima dos demais casos de poder local do Estado brasileiro com elementos oriundos das condições históricas peculiares de surgimento e formação do estado sulino. Duas variáveis nos parecem ser determinantes nesse conjunto: a tradição militar de fronteira ligada à atividade da pecuária e o componente ideológico do positivismo castilhistaborgista, com tudo que cada uma dessas traz em decorrência.<sup>74</sup>

Desse modo, enquanto nos demais estados brasileiros o coronelismo se desenvolvia razão da fraqueza dos governos estaduais, no Rio grande do Sul havia a “força e a eficiência do governo estadual frente aos coronéis, sem que, no entanto, essas fossem suficientes para eliminá-los”<sup>75</sup>, ou seja, o poder do aparelho do Estado rio-grandense era mais centralizado em

<sup>71</sup> AXT, Gunter, 2002. op. cit. p. 30-31.

<sup>72</sup> Em nível nacional, o Brasil vivenciou a política dos governadores, implantada por Campos Sales (1898-1902). Essa política foi responsável pela solução dos impasses entre os poderes Executivo e Legislativo, predominando o Poder Executivo nas esferas federal, estadual e municipal e a consolidação das oligarquias. A política dos governadores se desenvolvia a partir dos processos eleitorais e garantia a autonomia política das oligarquias que disputavam o poder em seus estados, ao mesmo tempo em que possibilitava a eleição dos candidatos da situação. Essa política forneceu ao governo republicano certa estabilidade política e favoreceu as práticas do coronelismo, clientelismo e mandonismo no contexto da Primeira República brasileira.

<sup>73</sup> A hegemonia política durante a República Velha, expressada pelos estados de São Paulo e Minas Gerais, está adquirindo releituras. Estudos mais acurados de Cláudia Viscardi demonstram uma nova abordagem historiográfica, a qual questiona o domínio político de ambos os estados nas eleições para a presidência do país. Seu trabalho aponta a inexistência de alianças duradouras entre a política denominada de “café com leite”, a qual não teria controlado de forma exclusiva a política nacional. Cláudia Viscardi salienta que, nessa disputa intraoligárquica, os estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco também contribuíram para a instabilidade política da Primeira República. Para maiores informações ver: VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

<sup>74</sup> FÉLIX, Loiva Otero. 1996. op. cit. p.24.

<sup>75</sup> Idem, p. 82.

comparação aos outros estados membros da federação em sua relação com o poder local. Um exemplo que serve como contraponto para delimitar essa *nuance* é o estudo do coronelismo na Bahia. Nesse estado, a ausência de um Estado forte e centralizado forneceu as condições necessárias para a supremacia política dos coronéis.<sup>76</sup> Nessas condições, havia sempre o risco de uma insubordinação dos coronéis ao poder estadual. No Rio Grande do Sul, o aparelho do Estado, enquanto estrutura de dominação, tinha interesse em manter essa base coronelista para legitimação de seu poder e, assim, dar sustentação ao governo peerepista durante a Primeira República, além de permitir o desenvolvimento do sistema coronelista.

Outra percepção dessas especificidades é fornecida por Axt ao apontar que essa peculiaridade

[...] não estava, de forma alguma, na vigência de uma suposta ditadura científica [...], estava, sim, numa permanente e contraditória tensão estrutural existente entre o poder central estadual e poderes locais, pois a natureza dessa relação era ao mesmo tempo de cooptação e de competição, enquanto nos outros estados a regra foi a acomodação entre esses dois termos [...].<sup>77</sup>

Dessa perspectiva, podem-se encontrar em uma vasta bibliografia muitas informações relativas ao período denominado de “castilhistaborgista”, conhecido como um tempo de regime autoritário, no qual os dirigentes abarcavam em suas mãos o controle institucional, jurídico e militar dos campos social e político. Todavia, por não possuírem força suficiente para anular os poderes locais, lançaram mão de várias estratégias, como, por exemplo, a coerção pela constituição, legislação e aparato policial repressivo, a cooptação política, o sistema judiciário, entre outros, na relação tensa que se formaria entre ambos os poderes. Essas práticas acabaram por legitimar, fortalecer e sustentar o Partido Republicano Rio-grandense no poder por quase quarenta anos.

De posse dessas novas interpretações historiográficas relativas ao contexto político e social da Primeira República rio-grandense, busca-se analisar as relações entre poder local e poder estadual a partir das ações e estratégias de Getúlio Vargas e Borges de Medeiros no conturbado cenário da década de 1910. Cabe destacar que o acontecimento da renúncia do cargo de deputado estadual por Getúlio Vargas não se explica por si próprio, pois faz parte de um amplo contexto de disputas entre dois poderes que buscavam espaços de domínio político.

<sup>76</sup> Ver a esse respeito a obra de PANG, Eul-Sôo. *Coronelismo e oligarquias – 1889-1943. A Bahia na Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

<sup>77</sup> AXT, Gunter. 2001a. op.cit. p. 325.

Procurando compreender o contexto em que ocorreu a cizânia política entre Getúlio Vargas e Borges de Medeiros de 1913 a 1917, bem como a sistemática entre o poder estadual e o poder local na Primeira República no Rio Grande do Sul, revela-se essencial conhecer a trajetória política de Getúlio. Ao analisar o contexto das relações de poder vivenciado pelo personagem principal, Getúlio Dornelles Vargas, talvez se compreendam os motivos latentes de sua renúncia ao cargo de deputado da Assembleia dos Representantes em outubro de 1913.

## 1.2 O CONTEXTO POLÍTICO NO RIO GRANDE DO SUL: AS RELAÇÕES ENTRE O LOCAL E O ESTADUAL

Ao longo da Primeira República, as relações políticas entre poder local e poder estadual revelaram diferenciadas configurações, as quais seriam perpassadas por atritos, cooperação e cooptação, num constante jogo de interesses na ânsia pelo poder. Questões envolvendo rivalidades, desejo de poder, querelas políticas, ações sub-reptícias tangenciariam as ações dos envolvidos nos confrontos intrapartidários, expondo as conturbadas relações intestinas nas hostes do PRR.<sup>78</sup>

Na análise dessa relação entre poder estadual e poder local, encharcadas pelo sistema coronelista, acredita-se que as reflexões de Loiva Otero Félix fornecem subsídios para se entender o contexto político que intermediava as ações e estratégias dessa natureza. Segundo a autora, o Estado possuía força e eficiência perante os mandatários locais, os coronéis, mas não isso não era suficiente para eliminá-los. Assim, ambos os lados faziam concessões para se manterem; “partido/governo e coronéis, sobreviveram ajustando-se. Processou-se uma relação dialética e não linear no comportamento político dos dois grupos em sua partilha pelo poder”.<sup>79</sup>

Outra contribuição nesse sentido é fornecida por Gunter Axt ao destacar que

se o poder central delegava tão importante fonte de prestígio político e de cooptação aos coronéis era porque precisava muito do seu apoio, e porque o seu prestígio local seria conveniente para o regime. De qualquer forma, essa dialética

---

<sup>78</sup> Cabe lembrar também que o Rio Grande do Sul vivenciava um contexto interno próprio para a política regional. A “divisão de forças políticas” e a “bipolarização partidária” favoreciam a “coesão e a disciplina interpartidária”. A oposição estável que se formara desde a implantação da República também servia como fator aglutinador dos republicanos e de apologia, tanto em nível local como regional para unir o partido. Assim, o custo político de eliminar a oposição seria maior do que a necessidade de tolerá-la. TRINDADE, Hélgio. *Aspectos políticos do sistema partidário rio-grandense (1882-1937): da confrontação autoritário-liberal à implosão da aliança político - revolucionária de 30*. In: *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p.119-120.

<sup>79</sup> FÉLIX, Loiva Otero. 1996. op. cit. p.81.

revela um aparelho de Estado infraestruturalmente frágil, que precisa delegar ao poder privado uma importante fonte de prestígio e cooptação porque, em parte, dele depende politicamente [...].<sup>80</sup>

Ora, ao concordar com essa afirmação, está-se ciente de que a disciplina férrea e a incondicional fidelidade partidária, propaladas nos discursos republicanos e até mesmo por opositores, revelam-se inconsistentes. Como já frisado, os estudos historiográficos realizados nos últimos anos fazem uma releitura da disciplina partidária e das disputas internas nas fileiras republicanas, apontando que o regime borgista estaria condicionado ao jogo de interesses pessoais e privados que agitava a rede de sustentação do poder.<sup>81</sup>

Essas vicissitudes políticas eram engendradas entre os mandatários locais, nos municípios do interior do Rio Grande do Sul, e o representante do poder regional Borges de Medeiros, que necessitava consultar aqueles. Nessa permanente tensão estrutural entre poder estadual/partido/poder local, o presidente do Estado e chefe do partido do PRR reconhecia a autoridade proveniente do coronel, admitindo seu poder político em âmbito local e, às vezes, regional. Ao reconhecer esse poder dos mandatários locais, Borges de Medeiros alicerçava nos municípios as bases de sustentação do regime borgiano.

Os coronéis, por sua vez, transformados em intendentes, participavam do jogo do poder valendo-se de sua força política pessoal e do prestígio em meio a seus “currais eleitorais”, possibilitando, assim, a arregimentação de votos.<sup>82</sup> Em troca recebiam o respaldo para suas ações nos municípios, a garantia do continuísmo político, a consolidação de suas forças nas lutas interpartidárias locais, a permanência de privilégios e “carta-branca [...] em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais do lugar”.<sup>83</sup> Em face desse desempenho também eram agraciados pela “tão conhecida “vista grossa” que os governos estaduais sempre fizeram sobre a administração municipal [...]”.<sup>84</sup>

---

<sup>80</sup> AXT, Gunter. 2001b. op. cit. p.138.

<sup>81</sup> Idem, Capítulo I. Iluminando o objeto.

<sup>82</sup> No Rio Grande do Sul, a “[...] ideologia dominante era ligada à filosofia positivista que desdenhava o mecanismo do voto. [...] o voto era considerado pelos positivistas como instrumento de concepções metafísicas ultrapassadas. Tal menosprezo pelo sistema representativo manifestou-se na legislação eleitoral que tendia a favorecer as fraudes com a manipulação das eleições e a manutenção do sistema estabelecido. [...] Júlio de Castilhos, e mais tarde Borges de Medeiros, não suprimindo o mecanismo do voto, mas apenas seu conteúdo significativo permitiam a continuidade do papel funcional dos coronéis [...]”. FÉLIX, Loiva Otero, 1996. op. cit. p. 86-88.

<sup>83</sup> LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975, p.49.

<sup>84</sup> Idem, p.52.

Com essas estratégias no âmbito local, Borges de Medeiros pretendia reforçar seu poder, ao mesmo tempo em que garantia a integração dos coronéis no Partido Republicano Rio-grandense.<sup>85</sup>

Concomitantemente com as alianças entre o poder estadual e o poder local, a estrela maior do PRR, Borges de Medeiros, procurava intervir nos municípios.<sup>86</sup> Para tanto, utilizava-se como um dos instrumentos de intervenção das prerrogativas contidas na Carta Constitucional gaúcha promulgada em de 14 de julho de 1891. A Constituição estadual trazia no seu Título III matéria que legislava sobre a organização municipal. A mística da autonomia municipal era efetivada por meio do sistema de cartas próprias, possibilitando que cada município elaborasse sua Lei Orgânica, respeitando os princípios da Constituição estadual. Sobre essa questão, Félix esclarece:

No Rio Grande do Sul, valorizava-se o município, dando-lhe a aparência de participação, mas na prática, como o presidente do Estado, enfeixava também a função legislativa, fazendo com que a Assembleia só tivesse poder ratificador e orçamentário, o domínio sobre o município tornou-se maior, embora não chegasse a suprimir o poder local, porque precisava dele para as atividades eleitorais.<sup>87</sup>

Simultaneamente às prerrogativas constitucionais que expressavam certa autonomia aos municípios, criou-se um mecanismo jurídico que, em grande parte, anulava a pretensa autonomia municipal, deixando em aberto a possibilidade de interferência, por meio do Poder Executivo, nos municípios sempre que o sistema instituído corresse algum perigo. Essa interferência deveria somente ser utilizada “em casos de anormalidades políticas ou administrativas, porém tornou-se um mecanismo comum bastante freqüente durante o período”,<sup>88</sup> motivando, em consequência, o constrangimento da autonomia das localidades e rompimentos com os mandatários locais.<sup>89</sup>

Os adversários políticos do Partido Federalista (PF), igualmente, reconheciam as intervenções de Borges de Medeiros nos municípios, acusando essa prática de arbitrária e

---

<sup>85</sup> Borges de Medeiros, “[...] conforme os objetivos de preservação e fortalecimento do poder fazia e desfazia alianças com os cabecilhas locais, compunha com o estrelato em potencial, esgalgando-lhe vitalidade sempre que possível. Para, além disso, Borges procurava, ainda, intervir sistematicamente nas situações municipais, moldando-as, na medida do viável, às razões de estado e aos altos interesses que lhes davam sustentação, nem sempre, entretanto, levando vantagem”. AXT, Gunter, 2001b. op. cit. p. 106.

<sup>86</sup> Joseph Love aponta que ocorreram mais de duzentas intervenções nos processos eleitorais municipais para o cargo de intendente municipal entre os anos de 1896 a 1923. ; LOVE, Joseph. op cit. p. 83.

<sup>87</sup> FÉLIX, Loiva Otero. 1996. op. cit. p. 93.

<sup>88</sup> COLUSSI, Eliane. *Estado Novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1996, p. 39.

<sup>89</sup> Essas intervenções aconteciam com freqüência, principalmente no período que antecedia os pleitos municipais. A figura do intendente provisório era constantemente utilizada por Borges de Medeiros quando o resultado não era satisfatório para suas pretensões políticas em âmbito local.



absolutista, a ponto de causar confusões e disputas no seio do PRR.<sup>90</sup> Para Wenceslau Escobar<sup>91</sup>, membro atuante do Partido Federalista e opositor ferrenho do PRR e, principalmente, da Constituição de 14 de julho de 1891, na busca pela obediência cega, Borges aniquilava todos os chefes locais, sobretudo aqueles que detinham alguma influência sobre os redutos eleitorais nos municípios, ou lhe eram desobedientes. Escobar vivenciou os acontecimentos políticos do período e, portanto, salientava que, para o “cezariano” Borges de Medeiros, prestígio e força política só uma: a sua. Na concepção de Escobar, Borges pautava suas ações dominado pela preocupação de poder único, não tolerando pruridos de independência e praticando um regime ditatorial.<sup>92</sup>

Segundo Escobar, caso algum intendente ousasse se rebelar contra essa conduta autocrática, estava irremediavelmente perdido, pois era processado por crimes imaginados pela Justiça, instrumento às ordens do Executivo. Para Escobar, os municípios eram reduzidos à condição subalterna de feudos.<sup>93</sup>

Exageros partidários à parte, a narrativa de Escobar contribui para se entender a relação de poder efetivada por Borges de Medeiros. Contudo, há limitações nessas informações. O autor não percebe o jogo de interesses e a força que detinham os poderosos locais, a ponto de, como já destacado, Borges reconhecer o poder dos mandatários locais. A própria estratégia de interferência nos municípios era realizada de maneira a não romper definitivamente com os chefes locais, evitando-se, assim, o risco do enfraquecimento da organização partidária republicana nos municípios. Afinal, como bem ressalta Axt,

a intervenção palaciana importava sempre um recuo da autonomia local, mas jamais acarretava em controle absoluto por parte do poder central. Para que ocorresse, era necessário um misto de imposição do governo estadual e aceitação por parte das facções. [...]. As intervenções prolongadas, se num primeiro momento robusteciam o poder palaciano e equacionavam o clima de disputa local, enfraqueciam a organização partidária, refletindo sobre o desempenho da legião republicana nos pleitos estaduais e federais [...].<sup>94</sup>

<sup>90</sup> O jornal federalista *O Maragato*, de Santana do Livramento, estampava quase que em todas as suas edições notícias referentes às intervenções de Borges de Medeiros nos municípios.

<sup>91</sup> Wenceslau Pereira Escobar (São Borja, 8/12/1857– Rio de Janeiro, 14/4/1938) era formado em Direito (São Paulo, 1880) e versado em direito constitucional. Atuou como advogado, promotor público e juiz municipal. Como político, foi deputado provincial (1881), integrou o Partido Federalista e foi deputado federal (1906-1908). Era também jornalista e dirigiu a revista *A Lei* (Porto Alegre, 1892). Escreveu diversas obras de cunho combativo à política castilhistaborgista.

<sup>92</sup> ESCOBAR, Wenceslau. *30 anos de ditadura rio-grandense*. Rio de Janeiro: Estabel. Graphica Canton & Beyer, 1922, p. 109-115.

<sup>93</sup> Idem, p. 125.

<sup>94</sup> AXT, Gunter. 2007. op. cit. p. 114-115.

Essas ações praticadas por Borges de Medeiros visavam fortalecer seu poder político em detrimento dos poderosos locais, mormente daqueles que poderiam representar algum perigo a sua permanência no poder. Sua política de aliança ou rompimento com mandatários locais visava à preservação e ao fortalecimento do seu poder. Compunha com os poderosos locais em potencial, mas retirando sua força política sempre que possível.

Os “ventos das boas graças” da política borgiana eram constantemente “soprados” entre facções internas do Partido Republicano Rio-grandense, conforme os interesses pessoais do chefe do partido e a força eleitoral das greis em disputa. Chega-se, então, à conclusão de que Borges de Medeiros tomava o cuidado de não delegar poderes em excesso a um partidário local. Nas impetuosas “tempestades” que expunham as tensões entre poder local/poder estadual, o chefe republicano, provavelmente, pensasse que nas hostes do PRR cada partidário deveria ocupar seu devido lugar. Assim, o crescente poderio político que detinha Manoel Nascimento Vargas no município de São Borja não podia ser admitido por Borges de Medeiros, que observava nesse domínio local varguista um perigoso obstáculo a seus planos políticos de fortalecimento do aparato estadual.

Havia, portanto, uma constante dialética entre o poder local e o poder estadual. Nessa “guerra por posições” o poder local era forte, mas também o eram o Estado/partido. Constituíam-se em dois poderes intensos, que não podiam se anular. A solução para essa disputa de forças perpassava por diversos mecanismos, abrangendo acordos constantes entre ambas as partes, ou mesmo pela coerção aliada aos recursos ideológicos da cooptação, bem como pelos mecanismos político-institucionais, consubstanciados por intermédio de

[...] subchefia de polícia, órgãos policiais municipais, interferência na justiça. Legislação eleitoral deixando brechas no sistema para o falseamento sistema e uso da Brigada Militar para intimidar, reprimir e dar cobertura ao sistema, de modo a resguardar a dominação do aparelho ideológico do Estado positivista sobre a política municipal.<sup>95</sup>

Salienta-se que, para este estudo, busca-se analisar essas relações político-institucionais num delimitado espaço geográfico do Rio Grande do Sul, o município de São Borja, região de fronteira com a Argentina. Tal escolha se justifica porque essa cidade seria palco das ações e estratégias de Getúlio Dornelles Vargas e sua família em relação às lideranças políticas estaduais nos conturbados anos de 1913 a 1917.

---

<sup>95</sup> FÉLIX, Loiva Otero. 1996. op. cit. p. 148.

### 1.3 ASCENSÃO DOS VARGAS: MANOEL NASCIMENTO VARGAS

A escalada política engendrada entre fins do século XIX e princípios do século XX pela família Vargas favoreceu o domínio progressivo do poder local varguista na cidade de São Borja. Para melhor compreensão dos acontecimentos e dos mecanismos utilizados pelos Vargas nessa empreitada, acredita-se que a análise da ascensão política, da trajetória pessoal e inserção na vida político-partidária de elementos da família Vargas, principalmente de Manoel e Getúlio, fornecem pistas para se responder a essa questão.

Ao se fazer referência ao clã<sup>96</sup> dos Vargas na cidade de São Borja, não se pode deixar de conhecer o patriarca da família, Manoel Nascimento Vargas. Este, “ao estalar a guerra com o Paraguai, sentou praça, voluntariamente, no 28º corpo provisório de cavalaria, organizado em São Borja”.<sup>97</sup> Ao fim dessa pugna, já possuía a patente de tenente-coronel; solicitando baixa do Exército, fixou residência em São Borja. Na cidade conheceu Cândida Dornelles, sua futura esposa, com a qual constitui família, gerando uma prole de cinco filhos: Viriato Dornelles Vargas, Protásio Dornelles Vargas, Getúlio Dornelles Vargas, Espártaco Dornelles Vargas e Benjamim Dornelles Vargas.

Segundo consta, era um republicano já nos tempos do Império, pregando a proclamação da república e a abolição da escravatura.<sup>98</sup> Recebeu a patente de general ao final do conflito entre republicanos e federalistas, conhecido como a Guerra Federalista em 1893.<sup>99</sup> Para Fernando Jorge, “Manoel , depois dos entreveros da guerra do Paraguai, com os soldos economizados comprou gado, alugou terras e adquiriu a sua primeira fazenda. Já se dedicava, na época da Revolução Federalista, ao comércio da erva-mate, o produto clássico da região missioneira”.<sup>100</sup>

Manoel Nascimento Vargas participaria da organização do Clube Republicano local<sup>101</sup>, envolvendo-se diretamente com a política municipal são-borjense e configurando,

<sup>96</sup> Muitos outros autores, ao fazerem referência à família de Manoel Nascimento Vargas, denominam de “os Vargas”, caso de ARAÚJO, Rubens Vidal, ou mesmo a alcunha de “dinastia Vargarof”, denominação elaborada pela facção republicana adversária em São Borja.

<sup>97</sup> FREITAS, Osório Tuyuty de Oliveira. *A invasão de São Borja*. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1935, p. 112.

<sup>98</sup> A esse respeito ver: FRISCHAUER, Paul. 1943. op.cit. ARAÚJO, Rubens Vidal. *Os Vargas*. Porto Alegre: Globo, 1985.

<sup>99</sup> “A guerra [Federalista] deu origem a heróis militares que ganharam reputação e seguidores próprios. A Divisão do Norte sozinha produziu em punhado deles [...]. Um terceiro veterano de distinção foi Manoel Nascimento Vargas, comandante de uma força expedicionária da Divisão do Norte, foi sua coluna avançada que matou Gumercindo Saraiva”. Love. 1975. op. cit. p.78.

<sup>100</sup> JORGE, Fernando. 1985. op.cit. p. 421, V. I.

<sup>101</sup> “Em 7 de abril de 1881,[...] Miranda, o servente de enfermeiro José Salvate, o aspirante Augusto Pedro de Alcântara Filho e outros companheiros fundam o Clube Republicano de Passo em São Borja – o 7 de Abril. [...]

assim, sua ascensão e, conseqüentemente, a de sua família. Sua atuação nas primeiras duas décadas da República seria, pois, crucial para a construção de redes de solidariedade e de domínio do clã dos Vargas. Tais redes de solidariedade e de influência sociopolíticas seriam aproveitadas por Getúlio Vargas em âmbito local e regional.

Segundo Luiz Alberto Grijó, Manoel Nascimento Vargas realizou atividades fora do mundo da estância, o que lhe permitiu a constituição de uma clientela que alcançava o âmbito municipal-regional e mesmo estadual. Atividades que envolviam o escritório de negócios comerciais em São Borja, além de contar com títulos, posições e históricos de atuações militares, forneceram-lhe o substrato para consolidar seu poder, exercendo quase uma suserania no município de São Borja e em regiões subjacentes. Para Grijó, o que possibilitaria a ascensão ao poder local dos Vargas estava pautado na

[...] capacidade de relação com os demais membros do mesmo [partido político], a partir da notoriedade adquirida em ações militares e do acúmulo de um capital de relações sociais composto pela sua capacidade de formar e controlar teias clientelistas mais amplas, inclusive transformando em seus clientes patrões menores, por suas relações de amizade com outras estrelas de primeira grandeza e também por contar com parentelas extensas.<sup>102</sup>

Ora, podem-se depreender da afirmação do autor relações pautadas na capacidade de mando e da agregação de familiares e demais camadas da população local, as quais abrangiam, além de uma parcela de miseráveis, um número considerado de personagens influentes na sociedade local, estadual e, até mesmo, em nível nacional.<sup>103</sup> Todos esses elementos sociais, econômicos, militares e políticos amalgamados na figura de Manoel Nascimento Vargas autorizam a se reconhecer nele a tipificação de “coronel”.

---

A longa trajetória do móvel Clube passaria por cinco fases balizadas pela própria história Republicana: 1) da fundação à proclamação da República, sob as presidências Miranda, Álvaro Baptista e, novamente Miranda; 2) da proclamação até janeiro de 1890, vésperas da “agitação política”, sob a direção da Comissão Diretiva; 3) da “agitação” até fins da Revolução Federalista, sem direção; 4) de dezembro de 1894 a junho de 1896, sob as presidências Vargas e Lima; 5) até 1906, quando se acentuaram as divergências internas”. Informações extraídas da obra de O’DONNELL, Fernando O. M. *Francisco Miranda: vivendo a República*. Porto Alegre: Metrópole, 1987, p. 27-31.

<sup>102</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. 1998. op.cit. p.45.

<sup>103</sup> Em nível nacional, Manoel Nascimento Vargas contaria com a amizade de José Gomes Pinheiro Machado, futuro senador e articulador da política gaúcha. Travaram laços de amizade durante a Guerra do Paraguai. Para Fernando Jorge, “não era apenas o fato de serem republicanos que os unia. Ambos se haviam destacados na guerra do Paraguai [...]. Era natural [...] a afinidade entre Manoel e Pinheiro. Os dois pertenciam à grei de Júlio de Castilhos, possuíam recordações comuns, gostavam de palestrar sobre as tricas e futricas da política, esforçavam-se na tarefa de avigorar o organismo ainda frágil e quase indefeso da República dos seus sonhos”. JORGE Fernando. 1985. op. cit. p. 361-362. v. I.

A tipificação de um coronel, segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz, era outorgada “espontaneamente pela população (com a implantação da República), àqueles que pareciam deter entre suas mãos, grandes ou razoáveis parcelas de poder econômico e político”.<sup>104</sup> Para Félix, a aceitação da figura do coronel estava assentada sobre os seguintes traços gerais: reconhecimento de sua autoridade, aceitação do seu poder, sentido carismático de liderança, predomínio do papel político e caráter permanente de sua ação. Transformados em intendentess, os coronéis participavam do jogo do poder por meio da sua força política local e seu prestígio.<sup>105</sup> Assim, os atributos que caracterizavam o personagem Manoel Nascimento Vargas permitem reconhecê-lo como um legítimo coronel.

A partir da formação e do fortalecimento do seu poder em nível local e, até mesmo, regional, constituiria importante clientela política e teria sob seu domínio grande parcela de eleitores são-borjenses, reforçando seu poder político pela prática de coerção e cooptação de Borges de Medeiros. Sua força sociopolítica em âmbito local e regional foi reconhecida em 1907 pelo chefe do PRR e não podia ser desprezada. O que Borges não podia supor é que, a partir de então, o poder político do general Vargas se intensificaria a ponto de se transformar, mais à frente, em um perigo para sua estratégia de fortalecimento do Estado em detrimento da influência local dos coronéis. A força pessoal e política de Manoel Nascimento Vargas é destacada por Frischauer. Em suas palavras:

[...] o velho Vargas era amigo íntimo de Pinheiro Machado e, além disso, a influência do general, em toda a região da fronteira, era mais forte do que a de qualquer outro republicano – demasiado forte, em todo caso, para o gosto do Dr. Borges de Medeiros! Havia, por exemplo, a amizade do general com o prefeito da vizinha cidade de Itaqui, o coronel Euclides Aranha, amizade que remontava à mocidade dos dois homens e era continuada pelos filhos de ambos. Os republicanos da fronteira sabiam os serviços que o velho Vargas, seus filhos e seus mais íntimos amigos tinham prestado ao Partido. O general [...] tornara-se demasiado poderoso e popular, na opinião do Dr. Borges de Medeiros.<sup>106</sup>

Cabe enfatizar que o poder sociopolítico de Manoel Nascimento Vargas e de sua família era produto de várias frentes de ação, as quais perpassavam pelo poder econômico, pela opressão, pela violência ou mesmo pela crueldade, como também por benefícios e favores concedidos, prática, aliás, costumeiramente exercida nos diversos municípios do Rio Grande do Sul pelos mandatários locais ao longo da Primeira República.

<sup>104</sup> QUEIROZ, M. I Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 164.

<sup>105</sup> FÉLIX, Loiva Otero. 1996. op. cit. p. 52-94.

<sup>106</sup> FRISCHAUER, Paul. 1943. op.cit. p. 150.

Nesse ponto deixa-se a tarefa de narrador a Gunter Axt, o qual expõe que “a ascensão política dos Vargas está relacionada à crise de hegemonia que sacudiu o Partido Republicano Rio-grandense (PRR) após a morte de Júlio de Castilhos, em 1903”.<sup>107</sup> Diante desse acontecimento funesto, Borges de Medeiros almejava unificar em sua pessoa a administração do governo e o comando do partido, porém seus desejos foram rechaçados “por outras lideranças” republicanas, pois Fernando Abbott<sup>108</sup>, Cassiano do Nascimento e Pinheiro Machado entravam no prélio político. O único que se lançou ao confronto foi Fernando Abbott, pois os outros dois entraram em consenso e desistiram do intento de comandar a presidência do Estado do Rio Grande do Sul. Desse impasse brotou um clima de cisão que culminou com a tensa campanha eleitoral para a presidência estadual em 1907.

Essa pugna política teve características interessantes, visto que a disputa eleitoral se dava entre facções internas do PRR na luta pelo poder. Na verdade, ambas as facções lutavam pelo espólio político de Júlio de Castilhos. Para Fernando O'Donnell, a escolha de Carlos Barbosa

[...] não consultava os interesses de muitos republicanos [...], que essavam com Borges de Medeiros havia muito “atravessado na garganta”. Houve por todo Estado um movimento de rebeldia política. [...] já articulada, a oposição fundava um movimento “popular e democrático”. E Fernando Abbott pôs a bandeira de seu nome a serviço da causa. [...] para fortalecê-lo era preciso que em cada município houvesse o sustentáculo de um bom disputante à Intendência. Apparício Mariense aceitou o sacrifício em São Borja.<sup>109</sup>

Essa disputa pelo poder estadual traria algumas consequências para Manoel Nascimento Vargas. Nessa cizânia política entre Borges de Medeiros e Fernando Abbott, Manoel Vargas depositaria seu apoio e seu prestígio político no candidato Carlos Barbosa, enfrentando em nível local o então chefe político republicano são-borjense, Apparício Mariense<sup>110</sup>, que havia se posicionado a favor do segundo. Como recompensa por sua

<sup>107</sup> Axt faz uma interessante periodização das fases da política regional praticada pelo Partido Republicano Rio-grandense: 1889-95 institucionalização republicana; 1895-1903 hegemonia castilhista; 1903-1907 crise da hegemonia; 1908-13 construção da hegemonia borgiana; 1913-20 hegemonia borgiana; 1921-23 contestações e crise de hegemonia e, finalmente, 1923-30, recomposição da aliança hegemônica. AXT, Gunter. 2007. op.cit. p. 97-104.

<sup>108</sup> Fernando Abbott, republicano histórico, com grandes serviços prestados ao PRR. Fora ele, por exemplo, na condição de vice-presidente do Estado em exercício, que, em junho de 1891, apresentou à Assembleia Constituinte o projeto de Constituição política do Rio Grande do Sul, elaborada por Júlio de Castilhos, juntamente com a exposição de motivos.

<sup>109</sup> O'DONNELL, Fernando O. M. 1987. op.cit. p. 119.

<sup>110</sup> Apparício Mariense, nascido em São Borja, logo cedo se voltou para a política. “Como vereador da Câmara Municipal, apresentou, em 1887, a famosa moção contra o 3º reinado [...]. Membro da Constituinte que votou a carta de 14 de Julho. Deputado ao Congresso Federal, onde por vezes fez parte da comissão de Diplomacia e Tratados”. Faleceu em 04 de maio de 1910. SPALDING, Walter. *Propaganda e propagandistas republicanos no Rio Grande do Sul*. [S. l]: [S.n.], 1927. Apparício Mariense renuncia à Intendência pelo Ato número 13 de 21.10.1907, alegando problemas de saúde. Ver: O'DONNELL, Fernando O. M. 1987. op.cit. p. 125.

fidelidade partidária, o general Vargas receberia como prêmio a Intendência e a chefia do partido em 1907.

Outra contribuição é fornecida por O'Donnell, o qual ressalta os mecanismos e subterfúgios de que a família Vargas lançou mão para sair vitoriosa na disputa eleitoral de 1907. O autor destaca:

[...] com acentuado “espírito de clã”, aquele general [Vargas], alinhou consigo a prole formidável: Protásio, engenheiro de trato lano; Getúlio, quartanista de Direito e brilhante missivista de “O Debate”; Benjamim, leal e explosivo herdeiro do espírito caudilhesco; Espártaco, o jovem “Pataco”, cuja alcunha diz tudo; e Viriato, dínamo que pelos seus virava tigre. Com a ajuda da força pública, “aparatoso e ameaçadora”, e da autoridade, ativa na cabala, nas perseguições, na compra de votos e na sonegação de títulos, levou a cabo uma campanha terrível contra o ex-amigo, compadre e cunhado, colhendo a vitória nas urnas, como, de resto, aconteceu em todo Estado.<sup>111</sup>

Para O'Donnell, Manoel Nascimento Vargas, agora intendente de São Borja, seria um homem “declaradamente avesso ao convívio liberal com os adversários e eleito a contragosto, ascendia outra concepção a enfeixar o mando partidário absoluto, cujas seqüelas dramáticas submeteriam o rincão fronteiriço a verdadeira tontina política”.<sup>112</sup>

Cabe ressaltar que, em “muitos municípios do Estado, Borges de Medeiros precisou enfrentar o seu próprio partido em aliança com estrados da aguerrida oposição”. Destaca-se ainda que, “entre 1903 e 1908, inúmeros comandos locais foram substituídos por facções do PRR leais à rede de compromissos borgiana”.<sup>113</sup> Foi, portanto, em meio a esse contexto que Manoel Nascimento Vargas assumiu a direção política e administrativa do município de São Borja, visto que, como bem enfatizam Colussi e Diehl:

O quadro político em São Borja parecia empurrar os Vargas para uma participação mais direta. Assim é que eles estavam sempre envolvidos nas tramas políticas, nas articulações e artimanhas que revelavam a sede e o desejo pelo poder local. A política oferecia atrativos que iam bem além da vocação pelo bem público: prestígio, influência, cargos públicos, com suas conseqüentes remunerações. Chegar ao poder local em São Borja era, para os republicanos Vargas, ascender ao PRR e à Intendência Municipal.<sup>114</sup>

Apesar das contribuições historiográficas fornecidas por Colussi e Diehl e por Fernando O'Donnell, encontram-se em algumas biografias sobre os Vargas elementos

<sup>111</sup> O'DONNELL, Fernando O. M. 1987. op.cit. p. 120.

<sup>112</sup> Idem, p.115.

<sup>113</sup> AXT, Gunter. 2005. op.cit. p, 41.

<sup>114</sup> COLUSSI e DIEHL. 2008. op. cit. p. 65.

laudatórios sobre esse período em relação às ações engendradas por Manoel Nascimento Vargas. É o caso, por exemplo, dos apontamentos de Fernando Jorge, que, utilizando as declarações de Vargas Neto, afirma:

Embora continuasse intransigente no seu ponto de vista, Manoel não conseguiu esquivar-se da tarefa de dirigir o município de São Borja. Duas vezes governou a terra natal de Getúlio. Como intendente, ou melhor, prefeito, realizou uma brilhante administração. [...] Prova do seu equilíbrio, do amor à ponderação, à equidade, reside numa de suas normas de conduta. Sempre que recebia uma queixa de um amigo contra um adversário, nunca deixava de chamar esse antagonista, a fim de ouvir-lhe as razões. A casa de Manoel, por esse motivo, vivia repleta de adversários políticos.<sup>115</sup>

O autor chega mesmo a destacar esse “exemplo de cordura, de transigência, de plasticidade”<sup>116</sup> efetivado por Manoel Nascimento Vargas na Intendência de São Borja como uma influência nas suas ações perante seus inimigos políticos. Ora, ao fazer essas afirmações, Fernando Jorge acaba por deixar em aberto uma faceta da história dos Vargas, a qual envolve disputa pelo poder, perseguições e violências, que favorecem o “silenciamento político” acerca da trajetória de Getúlio Vargas.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que o poder local dos Vargas foi alicerçado em mecanismos de solidariedade, disputas, desejo de mando político, sentimentos de vingança por vezes escondidos ou obscurecidos no jogo partidário.

### **1.3.1 Ascensão de Vargas: Getúlio deputado**

Getúlio Vargas nasceu em São Borja em 1882 e nessa cidade fez seus primeiros estudos. No ano de 1896, seguiu para Ouro Preto, em Minas Gerais, onde seus irmãos mais velhos, Viriato e Protásio, já estavam matriculados na Escola de Engenharia de Ouro Preto. Contudo, sua permanência nessa cidade seria breve, pois, envolvidos em um assassinato \_ o crime de Ouro Preto \_ os Vargas foram forçados a retornar para São Borja. Getúlio e Protásio retornaram em companhia de seu pai, ao passo que Viriato, acusado de ser o autor da morte de um estudante paulista, saiu oculto da cidade. Decidido a seguir carreira militar, Getúlio Vargas alistou-se no 6º Batalhão de Infantaria, sediado em São Borja, e logo em seguida, no

---

<sup>115</sup> JORGE, Fernando. 1985. op.cit. p. 422. v.I

<sup>116</sup> Idem, p. 423. v.I.



ano de 1900, ingressou na Escola Preparatória e de Tática de Rio Pardo, onde permaneceu por dois. Contudo, por apoiar alguns colegas cadetes que desacataram ordens superiores, Getúlio foi desligado, “nos termos do artigo 128 do regulamento, pelo motivo de haver assegurado que tomara parte no “desacato” ao capitão Marcos Antonio Teles Ferreira”.<sup>117</sup>

Logo após esse acontecimento, Getúlio seguiu para Porto Alegre, apresentando-se no 25º Batalhão de Infantaria. Nesse período acontecia a questão do Acre e o jovem soldado foi enviado para o Mato Grosso, onde ficou aquartelado. A disputa pelo território do Acre entre a Bolívia e o Brasil tomava rumos incertos, porém essa contenda seria resolvida não por meio de batalhas, mas, sim, da diplomacia. Assim, o Tratado de Petrópolis concluiu o episódio, e Getúlio, retornando de Corumbá, encerrou sua carreira militar e iniciou o curso de direito.

Mesmo ocupado com o estudo das disciplinas de Direito Civil, o Direito Público e Constitucional, o Direito Internacional Público e Privado, Getúlio Dornelles Vargas logo se envolveria com problemas políticos que extrapolavam a vida pacata do estudante de direito. A desavença entre próceres republicanos na disputa eleitoral entre Carlos Barbosa e Fernando Abott proporcionaria novas possibilidades a Getúlio Vargas de adentrar na vida político-partidária republicana. A formação do Bloco Acadêmico Castilhistas no ano de 1907, constituída pelos jovens Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura, Lindolfo Collor, Firmino Paim Filho, Flores da Cunha, Maurício Cardoso e Oswaldo Aranha,<sup>118</sup> constituir-se-ia em trampolim para suas ambições políticas.

Nas ruas de Porto Alegre talvez Getúlio Vargas se assombrasse com os rumos que a crise política tomava na sociedade rio-grandense. Provavelmente, ao observar os acontecimentos percebesse o momento de fragilidade e oscilação do projeto castilhista, pois o quadro político era cada vez mais conturbado. O PRR, então, foi obrigado a criar novas possibilidades e alternativas de controle e manutenção do poder. Nesse contexto, Borges de Medeiros conclamou uma empreitada em busca de novos partidários, “[...] campanha tem seu foco principal nas faculdades de Porto Alegre, surgidas na virada do século que agrupam a elite política e econômica gaúcha”.<sup>119</sup>

---

<sup>117</sup>JORGE, Fernando. 1994, op. cit. p. 20. v. II.

<sup>118</sup>[...] “Começaram sua vida política em 1907, participando do Bloco Acadêmico Castilhistas, durante a campanha governamental de Carlos Barbosa Gonçalves; escolhi esse nome, Geração 1907 para designar todo o grupo. Seis integrantes da Geração 1907 eram filhos, ou parentes próximos de coronéis, e cinco provinham de famílias de estancieiros.” LOVE, Joseph, 1975. op. cit. p. 234.

<sup>119</sup>BALBINOT, Jonas. 2008. op.cit. p. 32.

Nesse ínterim, os jovens acadêmicos<sup>120</sup> aglutinados no Bloco Acadêmico Castilhista engajaram-se nas hostes republicanas atuando em diversas frentes: fundaram o jornal *O Debate*<sup>121</sup> e percorreram o interior do estado do Rio Grande do Sul, onde mantiveram contatos com lideranças locais peerepistas, aumentando suas redes sociais. Um desses exemplos de peregrinação interiorana é fornecido por Fernando Jorge:

A fim de respaldar o Partido Republicano, o Bloco Acadêmico Castilhista organizava cinco turmas de propaganda eleitoral. Getúlio integra a última: embarca no dia 15 de novembro para Taquara, a antiga Santa Cristina do Pinhal, cidade situada na confluência do Santa Maria com o rio dos Sinos, a oitenta quilômetros de Porto Alegre por estrada de ferro.<sup>122</sup>

Outro mecanismo utilizado pelo Bloco Acadêmico Castilhista foi o vigor dos seus discursos. O “tom” dos discursos propalados em defesa do regime castilhista republicano seria balizado por uma vertente de cunho pretensamente científico, lançando mão de doutrinas científicas, especialmente do positivismo, para justificar suas diretrizes administrativas.<sup>123</sup> Tal debate forneceria o substrato intelectual indispensável para seus integrantes se apresentarem como defensores do partido.<sup>124</sup> Essa campanha eleitoral possibilitaria que os membros do Bloco Acadêmico Castilhista ganhassem “experiência política, além da confiança da cúpula dirigente do Partido Republicano Rio-grandense [...]”.<sup>125</sup> Com suas ações, combatiam a oposição e a propaganda oposicionista, revitalizando o partido, o que era uma grande preocupação do momento, pois nesse período a popularidade do PRR não era mais a mesma.<sup>126</sup>

O ano de 1907 revelaria uma nova geração de republicanos, os quais desempenhariam importantes papéis na arena política rio-grandense e brasileira. Para Grijó, o sucesso dessa geração deu-se pela utilização de “recursos, como a origem social, transformando esses

---

<sup>120</sup> Para João Neves da Fontoura, “os acadêmicos dominavam realmente Porto Alegre. Constituíam uma força à parte, influíam na sociedade, na literatura, nos jornais, nos teatros, nos cafés, nas ruas. Em breve iriam invadir a área dos partidos políticos e iniciar, por um grupo de alta categoria, a marcha de uma tremenda reforma das instituições [...]”. FONTOURA, João Neves da. 1958. op.cit. p. 39.

<sup>121</sup> Conforme Bertol, o jornal *O Debate* constituía-se em um espaço de amadurecimento das concepções políticas dos jovens participantes do Bloco Acadêmico Castilhista. BERTOL, Silvana. “*Quem faz caso de estudantes?*” um estudo da participação política do Bloco Acadêmico Castilhista. Porto Alegre: Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 1993.p. 18.

<sup>122</sup> JORGE, Fernando. 1994. op.cit. p. 139.v.II.

<sup>123</sup> Para Fernando Jorge os discursos efetivados pela “eloqüência de Getúlio, mais dirigida aos cérebros do que aos corações, fruto não só do seu temperamento como também da sua formação filosófica, aumentou-lhe o prestígio, a força ainda modesta de político amador.” JORGE, Fernando. 1994. op.cit. p. 139-140. v.II.

<sup>124</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. 1998. op.cit. p. 28-60.

<sup>125</sup> ABREU, Luciano Aronne de. 1996. op.cit. p. 29.

<sup>126</sup> BERTOL, Silvana. 1993. op. cit. 82-83.

recursos herdados em recursos culturais e escolares”, que, somados ao “exercício de posições de mediação entre várias esferas desde os planos municipais-regionais, passando aos planos estadual e federal”, permitiriam a esses “agentes” atingir posições importantes de mando dentro do jogo político-partidário.<sup>127</sup> Aconteceu, por conseguinte, o reconhecimento do trabalho do Bloco Acadêmico Castilhistas, o que possibilitaria ao Partido Republicano Rio-grandense uma via de cristalização do poder.<sup>128</sup>

Com a vitória da facção comandada por Borges de Medeiros, Carlos Barbosa assumiu a presidência do Rio Grande do Sul. Borges de Medeiros recuara das suas pretensões de enfeixar em suas mãos a chefia unipessoal. Contudo, durante os quatro anos em que permaneceu no comando do Partido Republicano Rio-grandense continuou a engendrar ações e estratégias para atingir seu intuito, formando no interior do Rio Grande do Sul uma rede de compromissos ao substituir muitos chefes republicanos por outros leais à sua política e que, consequentemente, o sustentariam no poder.<sup>129</sup>

Essa geração de jovens acadêmicos representaria o continuísmo republicano no poder, renovando o quadro partidário e alinhando-se em perfeita sintonia com o ideário e concepções da ala dos republicanos históricos num primeiro momento. Entretanto, com o passar do tempo essa relação de sintonia seria posta em xeque, favorecendo novas conjunturas políticas e sociais para os integrantes do Bloco Acadêmico Castilhistas.<sup>130</sup> Assim, Getúlio Vargas, a partir de suas ações no ano de 1907 na campanha eleitoral de Carlos Barbosa, conquistaria seu espaço no seio do Partido Republicano Rio-grandense e iniciaria seu processo pessoal de aprendizagem política.

Terminada essa cizânia política com a vitória no pleito eleitoral da maioria republicana, era, assim, legitimado o governo e fortalecida, novamente, a mística da fidelidade partidária à orientação borgista. Os jovens acadêmicos deram prosseguimento às suas vidas. Getúlio Vargas, nessa época, cursava o último ano da Faculdade de Direito.<sup>131</sup>

Ao longo dos anos de estudos acadêmicos, Getúlio havia adquirido certa familiaridade com a vida pública. A saudação a Júlio de Castilhos, em nome da juventude acadêmica, logo

---

<sup>127</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. 1998. op.cit. p.230.

<sup>128</sup> ABREU, Luciano Aronne de. op. cit. p. 30.

<sup>129</sup> A maioria da historiografia gaúcha aponta que, durante esses quatro anos de governo Carlos Barbosa, quem comandava a administração do estado era Borges de Medeiros. Em afirmação oposta está o historiador Gunter Axt, o qual ressalta que “Carlos Barbosa Gonçalves procurou rechaçar a condição de simples títere, imprimindo um caráter pessoal em certos aspectos da sua administração estadual”. AXT, Gunter, 2001b. op cit. p. 105.

<sup>130</sup> Sobre essa nova conjuntura política e social ver, entre outras, a obra de ABREU, Luciano Aronne de. 1996. op.cit.

<sup>131</sup> A Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, fundada em 1900, foi a primeira faculdade de direito do Estado do Rio Grande do Sul. É uma das mais antigas unidades da UFRGS.

após a morte do líder republicano em 1903, e a visita de Afonso Pena, então presidente da República em 1906, constituir-se-iam em oportunidades para demonstrar seus recursos oratórios.<sup>132</sup> Ao terminar seus estudos acadêmicos, seria escolhido pelos colegas de faculdade para ser o orador da turma na colação de grau da Faculdade de Direito. Com o título de Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais, Getúlio Vargas estava habilitado para exercer a profissão da advocacia, visto que, na época, “[...] o diploma de bacharel em Direito abria todas as portas, sobretudo quando o valorizavam predicados de capacidade em seu portador [...]”.<sup>133</sup>

No ano de 1908, seria convidado a exercer o cargo de segundo promotor público do Tribunal de Porto Alegre.<sup>134</sup> Dessa feita, permaneceu na capital gaúcha, indo esporadicamente visitar seus familiares em São Borja. Ora, por essa época Getúlio Vargas já estaria ciente da pretensão da escolha de seu nome para preencher a chapa republicana para a Assembleia dos Representantes estaduais. Faltando quase um ano para essa disputa eleitoral, as tratativas quanto à lista republicana já estavam sendo formadas, nela já constando o nome do jovem Getúlio Vargas.

Paul Frischauer, ao abordar a escolha do nome de Getúlio Vargas para a eleição de 1909, destaca que essa determinação iniciara em um encontro organizado pelo coronel Isidoro Neves da Fontoura para comemorar sua eleição ao cargo da Intendência de Cachoeira no ano de 1908. Em sua casa reuniram-se os jovens que outrora haviam organizado o jornal *O Debate*. Na mesma festa encontrava-se Borges de Medeiros, que, segundo Frischauer, ficara a estudar qual jovem “seria capaz de desempenhar um papel de relevo, na vida partidária do Rio Grande do Sul; qual entre eles podia ser indicado para deputado a Assembleia ou funcionário administrativo”.<sup>135</sup> Sua escolha recaiu sobre o “jovem Vargas”, porque havia lhe causado uma “impressão tão favorável, que se regozijara, consigo mesmo, de tê-lo na lista de candidatos a serem apresentados às próximas eleições para a Assembleia”.<sup>136</sup>

---

<sup>132</sup> Os responsáveis pelos discursos caracterizavam-se como oradores consagrados, ou jovens lideranças em ascensão. Segundo Fontoura, Getúlio Vargas “nunca foi um estudante destacado nas matérias do curso. Creio mesmo que nunca o pretendeu. O que lhe dava relevo, entre os condiscípulos, era a sua maneira de ser com o esmalte de uma certa autoridade natural, o ar acolhedor, o humor invariável, a boa palestra, a cultura das letras, o equilíbrio precocemente revelado. E já se distinguia como dos oradores mais apreciados, nas poucas vezes em que consentia em fazer discursos”. FONTOURA, J.N. da. 1958. op.cit. p.44.

<sup>133</sup> Idem, p. 139.

<sup>134</sup> Acerca do período que Getúlio Vargas ocupou o cargo de promotor público, ver os textos de BISCHOFF, Álvaro; SOUTO, Cíntia Vieira. *Getúlio Vargas: promotor público*. Disponível em: [www.tj.rs.gov.br/areas/memorial/anexos\\_noticias/gvargas\\_promotor.pdf](http://www.tj.rs.gov.br/areas/memorial/anexos_noticias/gvargas_promotor.pdf). Acesso em: 28 set. 2009; texto de reflexões.

<sup>135</sup> FRISCHAUER, Paul. 1943, op.cit. p. 130.

<sup>136</sup> FRISCHAUER, Paul, loc.cit.

As previsões, de fato, acabaram se confirmando. Em 1909 Getúlio Vargas assumiria o cargo de deputado estadual da Assembleia dos Representantes. Quanto a sua atuação como deputado nessa legislatura, Trindade relata que,

[...] eleito para um mandato de quatro anos, principalmente numa Assembleia sem o desafio da oposição discordante, Vargas terá um desempenho modesto, enquadrado dentro dos limites da competência restrita dessa, onde se alongam as discussões sobre o orçamento e os elogios à administração republicana que mantém as finanças em perfeito equilíbrio. [...] A primeira fase de participação de Vargas na Assembleia dos Representantes, que vai de 1909 a 1913, é marcada por manifestações esporádicas e se prende, geralmente, a questões relativas a princípios partidários. Apresenta sua opinião sobre a importância de Júlio de Castilhos e de seu herdeiro legítimo Borges de Medeiros. [...].<sup>137</sup>

Como a historiografia já destacou, a escolha dos nomes para compor a lista de candidatos era controlada por Borges de Medeiros.<sup>138</sup> Um dos critérios dessa seleção pautava-se nos “serviços prestados à causa republicana”. Nesse quesito Getúlio Vargas já havia se credenciado e fornecido provas suficientes pela sua participação no Bloco Acadêmico Castilhistas e como promotor público da cidade de Porto Alegre.

Ser eleito deputado estadual importava estabelecer na capital gaúcha um espaço simbólico de poder dos Vargas. Concomitantemente à posição assumida de liderança unipessoal no município de São Borja de Manoel Nascimento Vargas, a vitória de Getúlio Vargas em nível estadual fortalecia o poder local de mando da facção varguista. O cargo de deputado favorecia a obtenção de maior reconhecimento político e social, bem como facilitava o exercício das relações clientelistas em graus variados, dependendo do cargo.

Nos meses em que permanecia atuando como deputado estadual na capital gaúcha, Getúlio aproximava-se cada vez mais do poder palaciano e aumentava seu círculo de relações políticas, pelo convívio com os deputados eleitos por outros municípios. Essas relações sociais se constituiriam de grande valia para os planos políticos de fortalecimento do clã dos Vargas em São Borja. Se a Assembleia dos Representantes possuía apenas o papel de revisão orçamentária e de matéria tributária, a convivência no âmago do poder possibilitava concretizar e favorecer os interesses sociais, políticos e econômicos do círculo de republicanos que Getúlio representava. Desse modo, ao longo dos anos de sua primeira

<sup>137</sup> TRINDADE, Héliogio. *Subsídios para a história do parlamento gaúcho: 1890-1937*. Porto Alegre: CORAG, 2005, p.49.

<sup>138</sup> Fontoura, em suas memórias, ressalta que Borges de Medeiros exercia influência sobre os jovens acadêmicos, evidenciando que “[...] todos - sem exceção - chegamos aos mais altos postos pela sua mão, sua livre escolha, sua incontestável autoridade sobre o Partido e o Rio Grande”. FONTOURA, J.N. da, 1958, op. cit. p. 102.

legislatura Getúlio Vargas seria o representante das questões políticas que envolviam os interesses de sua cidade natal.

O quadriênio da legislatura de deputado de Getúlio Vargas estava se aproximando do seu término. Tudo levava a crer que o nome de Getúlio Vargas já estava indicado para a próxima candidatura à Assembleia dos Representantes pelo PRR no ano de 1913. Assim, São Borja já tinha escolhido o seu pré-candidato, e “a despedida de Getúlio, da Assembleia, era simples formalidade, pois já estava indicado, como candidato do Partido Republicano, às próximas eleições para deputado”.<sup>139</sup> Novamente participando do pleito eleitoral para uma vaga ao cargo de deputado estadual, Getúlio Vargas venceu as eleições com 77.141 votos. Entretanto, ao assumir renunciou ao seu mandato.

O ano de 1913 estava repleto de surpresas para os próceres republicanos. A tensão política entre os Vargas e Borges de Medeiros vinha cada vez mais se agravando e as querelas políticas entre republicanos são-borjenses estavam apenas começando. Cada “movimento” político era cuidadosamente planejado pelos dois lados. Getúlio Vargas, em meados de setembro de 1913, apostaria suas “fichas” em uma estratégia que revelaria que os Vargas não estavam dispostos a entregar o domínio político em São Borja. A renúncia perpetrada por Getúlio Vargas ao cargo de deputado estadual da Assembleia dos Representantes no ano de 1913 deixava claro que os Vargas estavam prontos para enfrentar o poderoso Borges de Medeiros e seus inimigos políticos. Por outro lado, esse fato desencadearia uma retaliação a essa insubordinação, visto que o chefe do PRR passaria a “estimular a disputa pelo poder local em São Borja, entre os Vargas e um grupo liderado por Benjamim Torres e Rafael Escobar. Borges de Medeiros valia-se agora contra os Vargas da mesma estratégia que usara anteriormente para fortalecê-los”.<sup>140</sup>

Como se deu a renúncia e os motivos do rompimento temporário e parcial de Getúlio Vargas com a política do PRR são questões que serão desenvolvidas no próximo capítulo. Nesse sentido, pretende-se ilustrar como se davam as relações de poder na cidade de São Borja pelas facções republicanas, que se digladiavam entre si com o objetivo de alcançar ou mesmo manter o domínio político desse município. O confronto político entre o clã dos Vargas, a facção comandada por Raphael Escobar e Benjamim Torres e as ações sub-reptícias

---

<sup>139</sup> FRISCHAUER, Paul. 1943. op. cit. p. 156.

<sup>140</sup> AXT, Gunter, 2005. op. cit. p. 44.

engendradas por Borges de Medeiros envolveriam diretamente Getúlio Vargas, o que ocasionaria a sua renúncia do cargo de deputado estadual no ano de 1913.

## **2 OS ANTECEDENTES DA RENÚNCIA DE GETÚLIO VARGAS: O JOGO POLÍTICO ENTRE O LOCAL E O ESTADUAL**

A trajetória política de Getúlio Vargas nas primeiras décadas do século XX seria marcada por uma série de conflitos que ameaçariam o poder local de sua família em São Borja, levando-o a se posicionar de forma mais firme e independente em relação ao poder estadual, como forma de defender a hegemonia local dos Vargas. Nesse sentido, como se verá neste capítulo, a renúncia de Getúlio Vargas ao seu mandato de deputado à Assembleia Representante deve ser pensada de diferentes ângulos, diretamente relacionados entre si: de um lado, o jogo político local; de outro, o jogo político estadual. O primeiro é representado nesse trabalho pelo personagem Getúlio Vargas e sua família; o segundo, consubstanciado na figura de Borges de Medeiros, estrela maior do PRR. Como visto no capítulo anterior, há uma lacuna historiográfica sobre o complexo jogo das relações políticas locais e estaduais, especialmente no caso de São Borja, onde figuras de destaque no âmbito da política rio-grandense discutiam, debatiam, articulavam e definiam estratégias entre si pela disputa do poder político. Do mesmo modo, nota-se a ausência de discussões historiográficas acadêmicas referentes aos motivos que levaram Getúlio Vargas a abdicar de sua cátedra política estadual. Torna-se, assim, necessária uma análise mais profunda das motivações desse rompimento.

Nessa perspectiva, busca-se analisar o contexto político regional que permeou as ações de Getúlio Vargas entre 1910 e 1913, que o levaria a renunciar ao cargo de deputado estadual da Assembleia dos Representantes, e sua relação com as disputas de poder local entre Benjamim Torres, Viriato Vargas e Raphael Escobar. Essas disputas seriam atentamente acompanhadas e estimuladas por Borges de Medeiros. Enfatizam-se os aspectos de ordem factual, dando ênfase aos acontecimentos que explicariam tal afastamento de Vargas do cenário político da Assembleia dos Representantes, bem como o quadro político das rivalidades existentes no interior do PRR de São Borja. Nesse mesmo aspecto, procede-se à análise de alguns episódios que revelam a presença do presidente do Estado e do PRR na política local e seu posicionamento diante dos conflitos de grupos rivais dentro do partido.

Acredita-se que o quadro sociopolítico do município de São Borja é rico em subsídios reveladores da permanente tensão estrutural que perpassava pelo sistema político vigente na Primeira República no Rio Grande do Sul. O município foi palco de disputas políticas entre a facção comandada pelos Vargas e a grei adversária republicana conduzida por Raphael Escobar.



Nesse contexto, ver-se-á que o rompimento de Getúlio Vargas com a condução política engendrada por Borges de Medeiros, que resultou na sua renúncia ao cargo de deputado na Assembleia dos Representantes em 1913, seria uma importante forma de ação no sentido de fortalecer os Vargas contra a divisão partidária local e pressionar politicamente Borges de Medeiros.

## 2.1 O PALCO DAS DISPUTAS: A CIDADE DE SÃO BORJA

A cidade de São Borja está situada na fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, na região fisiográfica das Missões; outrora pertencera aos Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai, fundada em 1682. Passados mais de dois séculos, a povoação de São Borja seria elevada à categoria de cidade no ano de 1887.<sup>141</sup>

Não se intenciona aqui relatar uma história do município, mas tentar descrever em poucas linhas algumas características socioeconômicas e de desenvolvimento dessa cidade do interior do Rio Grande do Sul no início do século XX. Nela Manoel Nascimento Vargas se estabelecerá e constituirá família e, mais ainda, participará ativamente de questões políticas locais, chegando a ser líder republicano, exercendo a chefia do PRR municipal e a Intendência de São Borja na primeira década de 1900. Esse espaço local se constituirá na base do poder da família Vargas, possibilitando que Getúlio Vargas se projetasse politicamente no âmbito regional. Seria também a partir dessa cidade que ele se envolveria em suas primeiras querelas e estabelecerá seus primeiros laços e articulações políticas visando fortalecer e manter o poder político de sua família, quando fosse contestado por Benjamim Torres e Raphael Escobar, o que, como se viu, extrapolaria a esfera estritamente municipal e alcançaria o plano regional.

Assim, destacam-se as considerações de Fernando O'Donnell ao contribuir para se “imaginar” a cidade de São Borja nos primeiros anos da República. Na verdade, como muitos municípios do Rio Grande do Sul, São Borja possuía uma infraestrutura urbana e rural que carecia de quase tudo,

a começar pela necessidade de um melhor sistema viário. Um dos mais extensos do Estado, seu território era intransitável com qualquer chuva. A míngua de recursos, o Conselho vivia a apelar para os poderes públicos estaduais para promover contratação de melhorias e pontes. O isolamento de sede em relação aos distritos e

---

<sup>141</sup> Até chegar à categoria de cidade, São Borja passou por vários processos: em 1834 foi elevada à categoria de Vila e cabeça de Comarca das Missões, termos de São Borja, Cruz Alta e Alegrete; em 22 de outubro de 1850 recebeu a denominação de Comarca de São Borja.

às outras municipalidades estrangulava-lhe o progresso. [...] A economia, que havia trinta anos se alçara pelas grandes exportações de erva-mate, sofria pela ociosidade das datas desertas e devolutas. Quanto ao aspecto urbano, pouco se alterara desde 1886, ocasião em que somente cento e oitenta foram os prédios cadastrados como sujeitos à décima urbana, o que lhe colocava em 12º lugar em número de edificações num quadro comparativo com outras dezoito cidades ou vilas.<sup>142</sup>

São Borja também enfrentava problemas como falta de calçamento, de iluminação pública, acúmulo de lixo, deficiência no abastecimento de água potável, entre outros, que preocupavam muito a administração dos intendentos do município.

Em 1912 São Borja contava com uma população de 25.276 habitantes<sup>143</sup>, distribuídos nos quatro distritos: 1º São Borja, 2º Iguariaçá, 3º Camaquã e 4º Garruchos. Sua economia era predominantemente oriunda da pecuária e, “a par dessa economia pecuarista, desenvolviam-se outros setores da economia, que valorizavam o espaço urbano tanto para negociações comerciais quanto como espaço de sociabilidades da elite local”.<sup>144</sup> Essa elite<sup>145</sup> se compunha de federalistas e republicanos. Não é objetivo deste estudo a análise da oposição federalista no município de São Borja. Contudo, segunda consta, em meados de 1910 o principal líder federalista em São Borja, Dinarte Dornelles, faleceu, fato que desencadearia certo enfraquecimento da oposição federalista no município, mantendo-se num estado de inércia.<sup>146</sup> Se os federalistas, de um lado, estagnaram suas ações com o falecimento do líder federalista local, os republicanos, por outro lado, enfrentavam disputas internas nas hostes partidárias. Essa situação é ressaltada, na medida em que atingia a maioria dos municípios rio-grandenses, por Gunter Axt ao afirmar:

Efetivamente, excluídos, via de regra, o Partido Federalista e a dissidência republicana do comércio estadual e local de vantagens políticas e econômicas hauridas da rede de compromissos, o confronto primacial nos municípios se

<sup>142</sup> O'DONNELL, Fernando O. M. *Apparício Mariense: contextualização histórica e dados biográficos*. Santa Maria: Imprensa Pallotti, [s.d], p. 107.

<sup>143</sup> Informações extraídas de: *Rio Grande do Sul em revista*. (Porto Alegre): [s.n], 1926.

<sup>144</sup> COLUSSI e DIEHL, 2008. op.cit. p.63.

<sup>145</sup> Definem-se elites como indivíduos, ou grupos, que exercem e/ou possuem elevado *status* de poder político na sociedade. Para maiores informações sobre definições do termo ver: HEINZ, Flávio M. Considerações acerca de uma história das elites. *Logos*, Canoas: ULBRA/ Pró-Reitoria Acadêmica, v.11, n. 1 (especial: história e política), maio 1999.

<sup>146</sup> Seria a partir do ano de 1915 que esse partido voltaria a se reorganizar em São Borja, convocando seus partidários para reuniões pondo o comitê na ativa. Quanto à questão das disputas entre republicanos, Modesto Dornelles, novo líder federalista de São Borja, publicava constantes notas no jornal *A Nação* de Uruguaiana e *O Maragato*, esclarecendo aos seus correligionários que “informado de que alguns adversários do Partido Federalista têm espalhado que eu apoio o elemento chefiado pelo general Vargas, nessa questão local em que encarnicamente se debatem duas facções governistas – uma para manter-se e outra para conquistar o mando – declaro que tais boatos não passam de intrigas sem fundamento”. Em seus artigos, Modesto Dornelles solicitava que o eleitorado federalista se abstinisse da votação em São Borja, salientando também que Raphael Escobar era representante da facção republicana governista. Informações extraídas do jornal *O Maragato*, 12 de dezembro de 1914; 30 de junho de 1915 e 8 de setembro de 1915.

estabelecia no interior do próprio partido dominante, através do entrechoque de facções coronelísticas.<sup>147</sup>

Essa situação pode ser observada no caso dos partidários republicanos são-borjenses, os quais estavam constantemente em atrito intestinal nas hostes do partido na busca por posições políticas no município. O quadro político republicano de São Borja vivenciaria uma época de profundas rivalidades e disputas de poder. Era notório que as divergências e as rivalidades políticas e pessoais entre integrantes republicanos estavam se desenvolvendo na mesma medida das ambições dos grupos políticos poderosos que desejavam alcançar ou manter o domínio local. A culminância desses embates dar-se-ia a partir da formação, nas fileiras do PRR, de duas facções inimigas:<sup>148</sup> uma seria representada pela facção liderada pela família Vargas e a outra, pela família Escobar, novos aderentes ao situacionismo. Essa divisão de facções, segundo Axt, originava-se do “[...] clima de disputa entre dois ou mais coronéis pelas vantagens hauridas do sistema político.”<sup>149</sup>

As substituições de partidários republicanos nos municípios, realizadas com a finalidade de legitimar e sustentar a continuidade administrativa de Borges de Medeiros, foram marcadas por processos conturbados, os quais, em geral, foram “tingidos pela violência, pois resultavam da confluência, de um lado, do influxo de poder de Borges de Medeiros sobre o partido, ambicionando a ampliação do controle político”, inseridos em um contexto de “reconfiguração do comando, especialmente nas conjunturas de 1903 e 1908 e de 1916, e, de outro lado, da ebulição das dissidências, em disputas pelas vantagens intrínsecas às chefias locais”.<sup>150</sup>

Seria dentro da conjuntura do final de 1907 e início de 1908 que ocorreriam mudanças na situação política local no município de São Borja, pois, como bem destaca Axt, nesse período “uma nova geração de políticos ascendia junto com Borges de Medeiros, em torno da qual arranjou-se uma nova rede de compromissos”.<sup>151</sup>

Como destacado no capítulo anterior, essa cizânia política entre republicanos se iniciaria no ano de 1907, quando Manoel Nascimento Vargas substituiu Apparício Mariense das funções de intendente municipal e no comando do Partido Republicano são-borjense. Essa transição do poder político da liderança local estaria inserida na estrutura coronelista e

---

<sup>147</sup> AXT, Gunter. 2001b. op. cit. p. 410.

<sup>148</sup> COLUSSI e DIEHL. 2008. op. cit. p. 65.

<sup>149</sup> AXT, Gunter. 2001b. op. cit. p. 134.

<sup>150</sup> Idem, p. 108.

<sup>151</sup> Idem, p. 107.

clientelista observada ao longo da Primeira República. O uso da cooptação política dos coronéis são-borjenses por parte de Borges de Medeiros far-se-ia presente nesse episódio. Para comprovar essas afirmações, a análise da documentação desse período torna-se extremamente fecunda como subsídio revelador dessas práticas políticas. A correspondência de Francisco Rodrigues Lima, Manoel do Nascimento Vargas e Júlio Trois<sup>152</sup>, líderes republicanos em São Borja, com Borges de Medeiros logo após a vitória da facção pró-Borges, em setembro de 1907, é ilustrativa nesse sentido. Os correspondentes expressavam que a vitória seria conquistada com o apoio de Borges de Medeiros, além de expor o teor dos compromissos políticos assumidos pelos novos mandatários locais. Diziam eles:

Confidencial

Muito gratos pelo auxílio decidido e muito oportuno, que nos prestou a fim de esmagarmos a coligação aqui encastelada e chefiada pelo atual Intendente do Município Cel. Aparício Mariense da Silva. [...] Os compromissos que tomamos e cuja realização de nós dependiam foram logo cumpridos, outros, porém tomamos contando com o auxílio do Ilustre Chefe e Amigo [...]. Depende de decisão do Superior Tribunal a apelação crime em que é réu Jacintho Rodrigues de Andrade; assim também depende de decisão do Juiz dos Feitos da Fazenda uma causa cível de reivindicação do Campo de Itarequem (?). Em ambos são interessados influentes amigos que com o maior ardor trabalharam ao nosso lado e muito concorreram para o nosso triunfo completo no 3º distrito. Empenhamo-nos pela decisão favorável de ambos. A ponte no rio Camaquam e a Estrada de Ferro a essa cidade, é velha aspiração desse município, e para cuja realização fazemos o maior empenho. Uma agência do correio e condução de malas à nascente Povoação de Garruchos, assim como uma aula para cada sexo na dita Povoação é de grande necessidade e constitui uma aspiração dos seus habitantes, que fazem parte do ardoroso 4º distrito um dos nossos baluartes. A permanência aqui de uma força de 40 homens da Brigada Militar, é de suma necessidade, tanto mais que hoje temos contra nós o 6º Regimento de Cavalaria. O provimento do juizado dessa comarca, brevemente, porém com um decidido e leal companheiro, constitui uma necessidade de relevância. Precisamos finalmente que, para o preenchimento das escolas de 1ª entrância do município, sejam aqui feitos os respectivos exames, sob a presidência do Inspetor Regional com os professores públicos da localidade; visto como, do contrário, não teremos providos as nossas aulas, e será um descalabro para nós. [...]<sup>153</sup>

O fragmento de carta transcrito permite alguns registros. Primeiro, se, por um lado, a vitória da facção de Manoel Nascimento Vargas teria, ao menos no discurso dos missivistas, “esmagado” a facção liderada por Aparício Mariense, por outro, a situação da nova liderança que assumia as funções políticas no município era instável e, para fortalecer-se, a realização das promessas feitas durante a campanha a correligionários fazia-se necessária. Havia o

<sup>152</sup> Júlio Trois ocupou a Intendência de São Borja nos anos de 1891 a 1899. Foi deputado na Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul, eleito para a legislatura 1905-1908.

<sup>153</sup> ABM. 8625. Remetente: Francisco Rodrigues Lima, Manoel do Nascimento Vargas e Júlio Trois a Borges de Medeiros. São Borja, 18 de setembro de 1907.

perigo de o prestígio pessoal que escudava Apparício Mariense acirrar as animosidades locais e intervir no fortalecimento progressivo do grupo que agora era detentor do mando político no município.

Segundo, os compromissos assumidos deveriam ser respaldados por Borges e envolviam uma gama de pedidos clientelistas e coronelistas, que se revelam como um feixe de estratégias assumidos tanto no âmbito local como no âmbito estadual, os quais sustentariam ambos os poderes no domínio político. O poder político local visava “[...] tanto a ‘satisfação pessoal’, a ‘ vaidade do mando’ e a ‘proteção dos dependentes’, como, principalmente, a possibilidade da manutenção dos privilégios e a aquisição de novas vantagens”.<sup>154</sup> Por sua vez, o poder estadual, representado por Borges de Medeiros, buscava, a partir do apoio das bases coronelistas locais, que essas contribuíssem, “para o próprio processo de centralização e consolidação do poder estadual identificado com o partido”.<sup>155</sup> Portanto, a estratégia de cooptação e colaboração entre poder local/poder estadual era imprescindível, para que, no período em estudo, os partidários republicanos favoráveis a Borges de Medeiros garantissem a hegemonia do PRR.

Terceiro, a preocupação das novas lideranças locais de estabelecer um sólido esquema repressivo e, para tanto, a solicitação de um contingente de “quarenta homens da Brigada Militar” favoreceria a liquidação de qualquer oposição, ainda mais que logo ocorreria a eleição presidencial, a qual, na concepção dos correspondentes da carta enviada a Borges, seria caracterizado por uma luta política local “[...] encarniçada e tenaz, no caso de confirmar-se o boato que corre, da fusão dos elementos contrários e criação de um diretório para darmos batalha decisiva [...]”.<sup>156</sup>

Essa batalha eleitoral travada no âmbito local e com reflexos no âmbito estadual apresentava duas características principais: por um lado, ao deter uma significativa parcela do eleitorado local, Manoel Nascimento Vargas e seus partidários corroboraram com o desenvolvimento da lógica coronelista, pela qual o coronel, em troca do reconhecimento por parte de Borges de Medeiros, deveria ser capaz de alistar um maior número de eleitores, contribuindo com seus “currais eleitorais”, tão necessários para a manutenção e

---

<sup>154</sup> Como bem destaca Félix, “Subchefia de Polícia Brigada Militar, com Corpos Provisórios, constituíam-se nos mecanismos mais importantes de articulação do poder do estado com o poder local, servindo para a sustentação política de Borges de Medeiros, por um período tão longo”. FÉLIX, Loiva Otero. 1996. op. cit. p.132-133.

<sup>155</sup> Idem, p.129.

<sup>156</sup> ABM. 8625. Remetente: Francisco Rodrigues Lima, Manoel do Nascimento Vargas e Júlio Trois a Borges de Medeiros. São Borja, 18 de setembro de 1907.

sustentabilidade do regime republicano, tanto em nível regional como no nacional.<sup>157</sup> De outro lado, conhecedores do poder de barganha de que eram detentores ao conseguir aglutinar grande parte do eleitorado municipal, escreveram a Borges de Medeiros na intenção de conquistar as suas pretensões políticas no âmbito local.<sup>158</sup> A pugna eleitoral de 1907 em busca do eleitorado são-borjense seria vencida por Manoel Nascimento Vargas e seu grupo, como bem demonstra a continuação da narrativa dos missivistas: “conseguimos afinal arregimentar, firmes ao nosso lado, a metade do elemento Republicano, ficando na posição de espectadores, pouco mais ou menos 1/3 do eleitorado, entre Republicanos e Federalistas [...]”.<sup>159</sup>

O quarto registro é fornecido pela solicitação dos missivistas de serem designados para as funções da Justiça local correligionários leais a eles, o que possibilitaria que no comando dos foros os juízes perseguissem a facção oposta, os inimigos políticos, caçassem serventuários, encobrissem esquemas de corrupção, etc. O domínio da sistemática judiciária local pelas facções políticas municipais revelava-se essencial para garantir o mando local. A correspondência com esse conteúdo permite ainda perceber outro instrumento de barganha política, que se consubstanciava na criação de aulas e na nomeação de professores, prerrogativa que, segundo Gunter Axt, era preciosa para a “consolidação do domínio de uma facção política nos distritos, pois promovia uma fonte de renda para correligionários leais, ao mesmo tempo em que demandas dos eleitores eram satisfeitas”.<sup>160</sup> O autor afirma ainda que esses dispositivos, “internamente, também se constituíam em elemento chave na costura das relações entre poder central, coronéis e eleitores. O magistério, com suas centenas de postos, era um misto de função pública e negócio privado”.

Enfim, por meio dessa carta enviada por Francisco Rodrigues Lima, Manoel do Nascimento Vargas e Júlio Trois a Borges de Medeiros, evidencia-se a formação de novos vínculos do poder local são-borjense, a partir do ano de 1907, com o poder estadual. Agora, com a vitória política do grupo ao qual pertencia o general Vargas, o domínio coronelista, clientelista e de mando, ao menos nesse espaço de tempo, seria monopolizado pelas novas

---

<sup>157</sup> “[...] a manutenção do rito eleitoral”, era imprescindível para atestar “ao centro do país e ao Congresso Nacional, junto ao qual a oposição esmerava-se por denunciar a ditadura castilhistaborgista, que no Rio Grande do Sul as instituições republicanas estavam preservadas, não havendo ditadura nem tampouco oligarquia autoritária”. AXT, Gunter. 2007. op.cit. p.126.

<sup>158</sup> “As eleições, mesmo quando seus resultados não fossem respeitados e mesmo que todos conhecessem previamente os vencedores, eram ainda assim importantes para medir o alcance da influência de uma facção em ascensão ou decadência. Levando às urnas, ou afastando delas, o maior número possível de eleitores, uma facção demonstrava seu poder de fogo. As próprias fraudes, compra de votos, intimidações e violências eram indicativo da capacidade de mobilização da facção. [...]” AXT, Gunter. 2001b. op. cit. p. 139.

<sup>159</sup> ABM. 8625. Remetente: Francisco Rodrigues Lima, Manoel do Nascimento Vargas e Júlio Trois a Borges de Medeiros. São Borja, 18 de setembro de 1907.

<sup>160</sup> AXT, Gunter. 2001b. op. cit. p. 136-137.

lideranças. Não obstante, Borges, nesse episódio, favoreceria a facção republicana à qual pertencia Manoel Nascimento Vargas, por lhe ser conveniente para garantir a ampliação do seu controle político. Entretanto, como se verá ao longo deste capítulo, o líder palaciano iria novamente inverter a lógica do jogo e iniciar uma campanha desfavorável aos Vargas no âmbito local. Percebe-se, pois, que a trajetória política dos Vargas se constituiria ora com o apoio do poder estadual, ora com o desapoio do líder palaciano, acumulando, em certos momentos, vitórias parciais e, em outros, desgastes políticos, os quais estimulariam Getúlio Vargas a se posicionar de forma mais firme e independente em relação ao poder estadual, como forma de defender a hegemonia local dos Vargas.

Na posição contrária ao domínio dos Vargas se colocaria Raphael Escobar, “cristão novo” que, num contexto posterior, no ano de 1917, redigiria alegações visando a que esse documento constasse nos autos do processo crime do assassinato de Benjamim Torres – episódio que será abordado no terceiro capítulo desta dissertação. Ao iniciar essas alegações, Raphael Escobar faria um histórico das circunstâncias que haviam precedido a morte de Benjamim Torres e da situação política de São Borja em meados de 1907. Esse documento se revela importante por retratar o contexto político local e ser ilustrativo da contrariedade à política exercida pelos Vargas na cidade de São Borja.

No documento em foco Raphael Escobar acusava os Vargas de se aproveitarem do declínio político de Apparício Mariense para se apossar do mando local, dominando o município de São Borja. Afirmava em suas alegações:

Manoel Nascimento Vargas e os seus filhos, que viviam no seio do Partido Republicano, enclausurados em feroz egoísmo e sem séquito, espreitavam o momento propício para desenvolver os seus instintos de cupidez e de mando. A fatalidade encarregou de ajudá-los. Desviando Apparício Mariense das posições com a sua adesão à agitação democrática, e morto Julio Garcia Trois em seguida, enfaixou a família Vargas todo o poderio de campanário. Nascimento Vargas ficou com a Intendência e a chefia política; Viriato e Getúlio, com a advocacia; Protásio, já no fim, com uma empreitada de estrada de ferro.<sup>161</sup>

Raphael Escobar, autor do fragmento citado, destacava em suas acusações que os Vargas desejavam o poder local, sem se importarem os meios que utilizariam para atingi-lo. O missivista, ao apontar o domínio férreo dos Vargas no âmbito local, revela o crescimento do poder político destes, engendrado a partir do ano de 1907, os quais dominavam todas as posições possíveis, o que, como bem observa Luis Alberto Grijó, trazia vantagens tanto para o

---

<sup>161</sup> O *crime de São Borja*, alegações dos drs. Raphael Escobar e Alberto do Rego Lins, advogados da assistente, D. Acyndina Ferragem Torres. Porto Alegre, 1917, p. 1.

grupo familiar, como individualmente: “[...] sob o ponto de vista dos chefes das famílias, os patriarcas, era também não só uma garantia de sucessão [...] mas também representava a ampliação dos âmbitos de ação dos filhos e, por extensão, do grupo familiar”.<sup>162</sup> Além desse fator, os Vargas, ao comandarem esses campos político-profissionais, criavam obstáculos a outros grupos locais, no caso a grei republicana que seria em certo período chefiada por Raphael Escobar, de ascender no mando político municipal.

A atuação do novo intendente, Manoel Nascimento Vargas, seria marcada por contestações e por acirrada luta política nas hostes do PRR. Certamente, os republicanos e os “cristãos novos”, que apoiavam o antigo intendente Apparício Mariense e contrários à facção varguista, estabeleceriam uma linha de contestação do poder dos Vargas, levando a um embate entre partidários do PRR em São Borja.

Esse contexto sociopolítico vivenciado em São Borja, pouco claro para a historiografia, pode ser mais bem compreendido, por exemplo, por meio da prática epistolar entre Manoel Nascimento Vargas, Viriato Vargas, Firmino Paim Filho<sup>163</sup> e Getúlio Vargas, principalmente no que se refere às questões políticas locais e estaduais que convulsionavam o município de São Borja. Dentre essas questões se podem destacar, de um lado, as constantes referências à política administrativa municipal, à sucessão intencional do general Vargas, à relevância de unir o campo da advocacia com a política e ao futuro político de Getúlio Vargas; de outro, destacam-se as acusações contra os Vargas.

Por meio das epístolas de março e abril de 1908, Manoel Nascimento Vargas relatava ao seu filho Getúlio, então promotor público em Porto Alegre, os acontecimentos que o absorviam na Intendência Municipal e na chefia do Partido Republicano são-borjense, como a acefalia advocatícia enfrentada pela facção varguista com a doença do advogado Júlio Trois e os problemas com a falta de professores. O general Vargas expunha:

Todos bons te abraçamos. As causas políticas aqui o mesmo. Os democratas e federais unidos. O Julio cada vez mais doente. O Raphael empolgando tudo, único advogado, tanto que pedi ao Homero que nos mandasse um capaz para cá. [...]

<sup>162</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. 1998. op.cit. p. 69.

<sup>163</sup> Firmino Paim Filho iniciou sua carreira como conselheiro municipal e intendente, os dois cargos em Vacaria (1909-1913), deputado estadual (1909-1913), diretor geral da Secretaria do Interior e Exterior e chefe da Casa Civil no RS (1913-1915), deputado estadual (1918-1922), deputado federal (1924), deputado federal (1927-1928), secretário da Fazenda (1928-1930), senador (1930), constituinte estadual (1935) e deputado federal (1935-1937). Foi do PRR e da FUG. Retornou à política em 1945 como presidente do diretório do PSD, permanecendo até 1950.



Quanto a professores já principiaram mal transferindo a aula não provida do 4º distrito [...]. O povo grita e eu que me agüente no balanço.<sup>164</sup>

O patriarca da família Vargas também narrava na carta a Getúlio o constante perigo de a oposição, na figura de Raphael Escobar, potencializar-se e unir-se com os federalistas, pondo em risco o prestígio político da sua família. O não cumprimento das promessas efetuadas durante a campanha eleitoral de 1907, de provimento de professores para o quarto distrito, na localidade de Garruchos, favorecia seus inimigos políticos e maculava o potencial do general Vargas de distribuidor de cargos públicos junto ao poder palaciano, o que poderia significar, aos olhos de seus dependentes políticos, a diminuição de sua força política e a desestabilização de sua facção.

Outra preocupação de Manoel Nascimento Vargas descrita na carta citada era a ausência de advogados alinhados com a causa varguista, o que possibilitava que a grei adversária reinasse absoluta no campo da advocacia em São Borja. A situação era assim descrita pelo patriarca a Getúlio:

Getúlio

Respondo tuas cartas de 6 e 21 p. passados. São tantas as ocupações que tenho como intendente e o único da direção e responsabilidade política que tu não imaginas. Durante o dia e parte da noite não me dão tempo nem para boiar [...]. Da Intendência vou indo perfeitamente, estabelecendo melhoramentos nas ruas, arrabaldes e distritos. É mais descansado por ter saído daqui o miserável Miranda, alma danada e corrompida. [...]. O Júlio Trois foi para Buenos Aires, e de lá para o Rio ou a Europa em busca de sua saúde cada vez mais alterada. De formas que estou completamente só na gerência do município e com toda a responsabilidade do partido. [...] quando me vejo mal, chamo o pobre do Viriato que tem a fazenda para atender e vive quase atirada [...].<sup>165</sup>

As narrativas contidas nessas epístolas autorizam a que se apontem algumas questões referentes ao quadro político que se desenhava no município de São Borja no ano de 1908: a primeira fornece indícios de que Manoel Nascimento Vargas preparava seu filho primogênito, Viriato, para assumir seu posto na administração municipal; a segunda aponta que os adversários da facção varguista buscavam espaços de ação política no município são-borjense; a terceira, que Manoel Nascimento Vargas dominava o poder político local, sem o risco de enfrentar o poder do prestígio pessoal de Francisco Miranda e Júlio Trois, personalidades que

<sup>164</sup> FGV – G V c 1908.03.19. Data: 19/03/1908. Carta de Manoel do Nascimento Vargas a Getúlio Vargas enviando notícias familiares e de São Borja e encaminhando Espártaco Vargas para cursar o ginásio em Porto Alegre. São Borja

<sup>165</sup> FGV – G V c 1908.04.03. Data: 03/04/1908. Carta de Manoel do Nascimento Vargas a Getúlio Vargas dando notícias de sua administração na Intendência de São Borja e tratando de assuntos pessoais. São Borja.

possuíam grande prestígio local em São Borja, mas que se afastavam da concorrência do mando local. Francisco Miranda, republicano histórico, que na questão de 1907 aderira ao Partido Republicano Federal (PRF), presidindo sua fundação, sofreria pressões políticas locais e estaduais que o levariam a se retirar de São Borja.<sup>166</sup> Por sua vez, Júlio Trois seria acometido de uma grave enfermidade, tendo debilitada sua saúde, o que ocasionou seu falecimento.

Portanto, afastados Apparício Mariense, Francisco Miranda e o líder federalista da região Dinarte Dornelles e falecido Júlio Trois, Manoel Nascimento Vargas e sua família se transformavam na força política republicana de maior representatividade no município de São Borja, e para fortalecer seu poder e garantir sua permanência no mando local, algumas medidas se faziam necessárias. Uma dessas medidas, de extrema importância, seria expressa pelo general Vargas nas correspondências citadas: a necessidade de dispor no exercício da advocacia – a qual era também uma função política – de correligionários leais à causa dos Vargas. Era necessário um advogado que favorecesse e reforçasse o poder da facção varguista. Nesse intuito, Manoel Vargas havia incentivado Getúlio Vargas a cursar a Faculdade de Direito, pois, no contexto político da Primeira República, havia a percepção da importância de unir a vida política à carreira da advocacia.<sup>167</sup>

A despeito da pertinência dessas questões que envolviam o campo advocatício, outra contribuição é fornecida por Paul Frischauer ao destacar que “o exercício da advocacia era, [...] também uma função política, pois os adeptos do Partido Republicano, em São Borja, haveriam de preferir, naturalmente, dirigir-se a um advogado, filho e homem de confiança do general, que por sua vez, detinha a confiança cega de seus correligionários, no município”.<sup>168</sup>

Entrementes, enquanto Getúlio não regressava a São Borja, o patriarca da família Vargas havia decidido que Viriato Vargas assumiria como rábula<sup>169</sup> as demandas jurídicas da cidade. Contudo, Viriato relatava a seu irmão que somente advogaria no lugar de Júlio Trois

---

<sup>166</sup> Para maiores informações sobre esse personagem, ver a obra de: O'Donnell, F.O.M. 1981. op.cit.

<sup>167</sup> Para maiores informações ver: WILTON C. L. Silva. *Os guardiões da linguagem e da política: o bacharelismo na República velha*. Disponível em: [www2.tjrs.jus.br/institu/memorial/RevistaJH/vol5n10/5\\_Wilton\\_Silva](http://www2.tjrs.jus.br/institu/memorial/RevistaJH/vol5n10/5_Wilton_Silva). Acesso em: 5 abr. 2010.

<sup>168</sup> FRISCHAUER. 1943. op. cit. p. 83.

<sup>169</sup> O advogado rábula recebia essa alcunha devido a não possuir o curso superior, sendo apenas necessário prestar exames que eram “provisionados” pelo Superior Tribunal. Segundo Axt, a habilitação especial perante o Superior Tribunal “somente era concedida aos amigos do regime. A preservação do alcance dessa investidura certamente esteve na raiz da resistência de Julio de Castilhos em admitir a fundação da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, em 1900”. AXT, Gunter, 2001b. op. cit. p. 130.

até Getúlio cumprir sua promessa e voltar a São Borja.<sup>170</sup> Desse modo, as solicitações para que Getúlio retornasse para exercer a advocacia conduziam-no a concretizar a sua escolha profissional. A relevância política de ocupar estrategicamente a área da advocacia em São Borja para reforçar o poderio dos Vargas no município era uma questão essencial para Getúlio Vargas, que chegou a escrever uma carta a seu amigo Firmino Paim Filho revelando suas intenções de abandonar a Promotoria. Não foi encontrada, para este estudo, a missiva de Getúlio a Paim Filho descrevendo suas intenções profissionais. Contudo, há evidências dessa correspondência na carta-resposta deste a Vargas no mês de junho de 1908, na qual o missivista revela a intenção do amigo de retornar a São Borja e abrir seu escritório de advocacia. Nas palavras de Firmino Paim Filho:

Getúlio

Recebi tua carta de 17 de maio, e na qual dizes que, devido a insistentes pedidos de teu venerado pai, seguirás no fim do ano para São Borja, onde erguerás tua tenda de trabalho. Levando em consideração a falta de advogado naquele futuro município, dado o infausto passamento do ilustre Cel. Julio Trois, entendo que não debes evitar em ir para lá.<sup>171</sup>

Firmino Paim Filho concordava com essa resolução, argumentando que era conveniente para Getúlio Vargas permanecer em Porto Alegre apenas temporariamente, utilizando-se dessa estadia na capital para adquirir experiência nas práticas forenses. Ressaltava que em São Borja Getúlio faria sucesso na prática da advocacia, salientando que, “[...] como debes compreender, presentemente, atenta não só de ordem material como também social, lá farás carreira muito depressa, quer social, quer encarada pelo lado monetário”.<sup>172</sup> Essa correspondência permite ainda entender que, caso Getúlio assumisse a prática da advocacia em São Borja, suas relações políticas no âmbito social seriam profícuas, o que possibilitaria a ascensão política e o fortalecimento do prestígio pessoal de Getúlio e, conseqüentemente, da facção dos Vargas.

Em 1908, Getúlio Vargas decidiu abandonar a Promotoria e voltar a São Borja para exercer a função da advocacia, juntamente com seu irmão Viriato Vargas, unindo a vida

<sup>170</sup> Correspondência FGV – G V c 1908.05.07. Data: 07/05/1908. Carta de Viriato Dornelles Vargas a Getúlio Vargas comentando seu trabalho no escritório de advocacia de Júlio Garcia Trois. São Borja. Em 1909, Viriato Vargas e Getúlio Vargas abriram um escritório de advocacia na cidade de São Borja, tornando-se sócios.

<sup>171</sup> FGV – G V c 1908.06.16. Data: 16/06/1908. Carta de Firmino Paim Filho a Getúlio Vargas aprovando sua decisão de se instalar como advogado em São Borja e aceitando a inclusão de seu nome na chapa de deputados estaduais do Partido Republicano Rio-grandense. Vacaria

<sup>172</sup> FGV – G V c 1908.06.16. Data: 16/06/1908. Carta de Firmino Paim Filho a Getúlio Vargas aprovando sua decisão de se instalar como advogado em São Borja e aceitando a inclusão de seu nome na chapa de deputados estaduais do Partido Republicano Rio-grandense. Vacaria

política à carreira profissional. Em seu escritório recebia os clientes, conhecendo desse modo os acontecimentos políticos ocorridos do município. Essa atividade lhe proporcionou firmar relações de convivência com uma grande parcela da população do município e de outras regiões, pois o desenvolvimento de sua carreira foi caracterizado pela defesa ora de seus amigos e correligionários partidários, ora de seus adversários políticos, em razão do prestígio profissional e político que conquistaria ao longo de sua trajetória político-profissional. Por meio da análise das cartas encontradas no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)<sup>173</sup>, pode-se observar que, pela prática do exercício da advocacia, Getúlio Vargas envolveu-se em diversos processos sobre disputas pessoais por linhas telefônicas, processos de demarcação de terras e julgamentos, processos crimes e questões de apólice de seguros nas mais diversas localidades do interior do Rio Grande do Sul e, até mesmo, no território vizinho, em Montevidéu.<sup>174</sup> Os conteúdos das cartas remetem a explicações sobre o andamento dos processos jurídicos e a solicitações de auxílio na defesa das ações judiciais em que os remetentes se achavam envolvidos. Tudo isso leva a acreditar que o comprometimento de Getúlio Vargas como advogado com diversas causas forenses fomentava os seus interesses políticos pessoais e da facção familiar, transmutando-se em relevante artifício para sustentar o poder local dos Vargas.

Outra contribuição no sentido de se compreenderem a importância do exercício da advocacia nos primeiros anos da República para o desenvolvimento de uma trajetória política, no caso deste trabalho a de Getúlio Vargas, e o fortalecimento do poder local da facção familiar é fornecida por Luiz Alberto Grijó, ao apontar que

[...] a atividade como advogados contribuía tanto para reforçar relações sociais herdadas quanto para ampliá-las enquanto prestadores de “favores” a necessitados de diversos tipos [...]. Esses advogados recém-formados e retornados aos seus

<sup>173</sup> A organização arquivo de Getúlio Vargas localizado no CPDOC se constitui em quatro séries: correspondência, campanha de 1950, miscelânea e recortes de jornais. Segundo os dados do CPDOC, “o material anterior a 1930 trata basicamente de questões familiares e da política municipal e estadual sul-rio-grandense. São poucos os registros relativos à atuação de Getúlio Vargas como deputado estadual, federal, ministro da Fazenda e presidente do Rio Grande do Sul [...]”. Informações extraídas do site [www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br). Acessado em: 18 de novembro de 2008.

<sup>174</sup> FGV- G V c- 1911-11.24. Data: 24/11/1911 a 05/12/ 1911. Cartas de Joaquim Nogueira da Silva a Getúlio Vargas narrando sua situação, pedindo e indagando se aceita ser seu advogado. Montevidéu. FGV- GV c- 1912.03.02. Data: 02/03/1912. Carta de Otávio de Ávila a Getúlio Vargas sobre a disputa legal de uma linha telefônica e pedindo que participe do processo instaurado. Itaqui. FGV- GVc- 1912-09.25. Data: 25/09/1912 a 26/10/1912. Cartas de Armando Vitorino Prates a Getúlio Vargas tratando de questões jurídicas e processos de demarcação de terras e comunicando dia do julgamento de seus clientes. São Francisco de Assis e São Vicente. FGV – G V c- 1912.03.28. Data: 28/03/1912. Telegrama de Fernando (?) a Getúlio Vargas cumprimentando-o pela vitória de uma causa jurídica. Porto Alegre. FGV- G V c- 1912.10.19. Data: 19/10/1912. Procuração de Cândida dos Santos Escobar e Tarsila Pereira de Escobar outorgando poderes a Getúlio Vargas para liquidar apólice de seguro da Companhia Sul América em nome de Isaías Escobar. São Borja.

loais de nascimento, onde contavam com relações herdadas importantes em termo de teias clientelistas, inseriam-se nas mesmas enquanto dignos herdeiros dessa herança. Ao lado dos irmãos, pais ou outros parentes próximos contribuía para manter o poder local do grupo familiar ao mesmo tempo em que se transformam em agentes importantes de acumulação do capital de relações sociais. Daí a importância de retornar ao interior, de começar “desde baixo”.<sup>175</sup>

Assim, com o exercício da advocacia local, Getúlio Vargas contribuía para a realização dos desejos de mando político de seu pai, ao mesmo tempo em que reforçava seu próprio prestígio político, cunhando suas próprias teias de relações político-sociais. Daí a importância de abandonar a Promotoria e assumir, como advogado da facção varguista, as práticas forenses em São Borja.

Fortalecido o poder dos Vargas como mandatários locais e apostando na lealdade à causa republicana de Getúlio pela sua atuação no ano de 1907, como já destacado no primeiro capítulo, e pelo seu prestígio pessoal, Getúlio Vargas recebeu a proposta da direção do Partido Republicano Rio-grandense, em Porto Alegre, de fazer-se deputado por São Borja. O exercício da advocacia casava perfeitamente com a perspectiva de ocupar cargos públicos eletivos, bem como de se envolver com atividades político-partidárias nas fileiras do PRR. A Assembleia dos Representantes reunia-se somente durante três meses por ano, o que possibilitava que Getúlio exercesse a função de advogado, ao mesmo tempo em que aceitava concorrer à vaga de deputado estadual. Desse modo, no final de 1908 e meados de 1909, iniciou-se em São Borja e arredores a campanha para a eleição à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul, cargo que Manoel do Nascimento Vargas desejava para seu filho.

Para garantir a vitória eleitoral de Getúlio à Assembleia dos Representantes, tudo leva a crer que a facção varguista se utilizaria da estrutura coronelista e da influência política da família<sup>176</sup>, como bem demonstra a carta de Manoel Nascimento Vargas enviada a Getúlio, que nesse ínterim, no início de 1909, encontrava-se em Porto Alegre. Nessa correspondência, o patriarca da família Vargas levava ao conhecimento de Getúlio as articulações eleitorais que

<sup>175</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. 1998. op.cit. p.140.

<sup>176</sup> Os estudos realizados sobre esse período revelam que, para fazer ganhar o candidato favorável aos coronéis locais e ao governo do Estado, utilizava várias estratégias, a começar pela atividade política no interior ao “preparar atas de reuniões inexistentes, assembleias irrealizadas e decisões de uma só pessoa: o coronel. Mas tudo contava em ata, para assumir um rotulo legal. Fazia-se o arcabouço e relato de uma atividade que não se realizara. Mantinha-se, no cerimonial de confecções de uma ata falsa, a mesma unidade fictícia, produto sempre de temor. Um temor mantido mais pelo prestígio, advindo primeiramente da força econômica (emprestar dinheiro, conseguir empréstimos), e depois da política (obtenção de empregos públicos, por exemplo). Mas a violência também tinha lugar. O capanga, era em geral, o elemento matador (mas em número muito pequeno), o encarregado de fazer a “limpeza” em alguns adversários inoportunos”. FELIX, Loiva Otero. 1996. op.cit. p. 143-144.

garantiriam a sua vitória no pleito que se avizinhava para a Assembleia dos Representantes. O missivista apontava que

[...] estamos trabalhando para a eleição de 29. Os nossos principais amigos políticos [...], ficaram maçados e sem entusiasmo desde que souberam que não estarás na chapa por esse círculo; tanto que devido ao telegrama do Dr. Borges eu já tinha mandado os livros e as chapas constando teu nome para o 2º, 3º e 4º Distritos [...]. Tenho custado a convencê-los que no sendo tu eleito por outro círculo serás de fato o representante do nosso círculo, [...].<sup>177</sup>

Em razão do somatório de diferentes prerrogativas do poder local que detinha Manoel Nascimento Vargas, consubstanciadas nos mecanismos de oferta e de barganha ao círculo eleitoral de São Borja, nas teias clientelistas, no uso das influências políticas, das relações sociais locais e regionais e contando, no âmbito regional, com a trajetória pessoal que Getúlio desenvolvera na causa republicana, além da sua atuação no campo da advocacia, Getúlio Vargas chegou à Assembleia dos Representantes. Contava então com 27 anos.

Ao longo dos anos de sua primeira legislatura, Getúlio Vargas seria o representante das questões políticas que envolviam os interesses de sua cidade natal. Dentre esses, cuja realização certamente contribuiria no poder dos Vargas em São Borja, estariam os pedidos recebidos no mês de março de 1909, de ordem estrutural, na área de transporte e de comunicação, que favoreceriam o progresso de São Borja e que há muito tempo eram solicitados. As epístolas recebidas de São Borja por Getúlio Vargas eram recheadas de pedidos considerados indispensáveis e que exigiam soluções por parte de Getúlio junto ao poder palaciano e a secretários do governo. A questão do tracejo da linha férrea entre Itaqui e São Borja, margeando o rio Uruguai, por exemplo, era de extrema necessidade para o desenvolvimento do município<sup>178</sup>, além de solicitações para que Getúlio cobrasse a linha telefônica prometida por Ildefonso Fontoura entre São Borja e o Passo<sup>179</sup>, antigo anseio dos são-borjenses.<sup>180</sup>

<sup>177</sup> FGV - GV c 1909.03.19. Data: 13/03/1909. Carta de Manoel do Nascimento Vargas a Getúlio Vargas comentando a repercussão da exclusão de seu nome (GV) na chapa de deputados estaduais e encarregando-o de interceder junto ao governo estadual, na solução dos pedidos da Intendência de São Borja. São Borja.

<sup>178</sup> A linha de Barra do Quaraim-São Borja foi inaugurada pela *The Brazil Great Southern Railway Co.* (BGS) em 1887, no trecho de Uruguaiana a Barra do Quaraim, e em 1888 no trecho Uruguaiana-Itaqui. Somente em 1913 alcançou São Borja. Era uma ferrovia construída mais por motivos estratégicos - acompanhava a fronteira com a Argentina ao longo do rio Uruguai - do que econômicos. Em 1924 a ferrovia foi encampada pela União e repassada em 1933 à VFRGS. Em 1965, o trecho mais antigo foi suprimido, e o trecho restante foi suprimido em 1974 entre Uruguaiana e Itaqui. A linha Itaqui-São Borja, justamente a mais nova, durou até 1980 transportando passageiros, e parece nunca ter sido oficialmente suprimida, embora, se existir, não esteja sendo utilizada. Informações extraídas do site: [www.essaesferroviarias.com.br](http://www.essaesferroviarias.com.br). Acesso em: 02/12/2009.

<sup>179</sup> Ildefonso Borges Toledo da Fontoura, Coronel da Guarda Nacional, natural de Santa Maria em 22/02/1859, batizado em 03/09/1860, engenheiro geógrafo formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1886, chefe

Por outro lado, essas cartas revelam também o acirramento das disputas locais em São Borja e a ocorrência de ataques pessoais a Getúlio Vargas, então representante do poder varguista no âmbito estadual, ocupando a cátedra de deputado estadual na Assembleia dos Representantes em 1909. O teor desses ataques era descrito por Viriato Vargas a seu irmão no mês de setembro de 1909. Na correspondência Viriato relatava uma série de ofensivas de Raphael Escobar contra o prestígio do jovem político. Narrava Viriato Vargas:

Getúlio

Junto receberás uns papéis que o Sarmanho pediu-me para enviar-te e o 13, para veres o que o Raphael disse de ti, na que te pegou pelas costas. Lê e pasma e depois diz-me: o que conseguiste em poupar esse patife? A inveja e o despeito que lhe usava, só não tinham manifestado por covardia. E essa covardia ressalta agora no ataque que te fez depois de partires [...].<sup>181</sup>

É interessante ressaltar desse documento a frase “o que conseguiste em poupar esse patife”, que por si só é representativa de um contexto político de disputas no cenário local são-borjense. Seria no período da contenda eleitoral entre Fernando Abbott e Carlos Barbosa que Raphael Escobar se envolveria no universo da política partidária, estreando na posição de opositor ao grupo de Manoel Nascimento Vargas. Sua posição política nessa quizila eleitoral seria de jornalista do movimento liderado por Apparício Mariense, escrevendo no jornal *13 de Janeiro*<sup>182</sup> artigos virulentos contra Manoel Nascimento Vargas, Viriato e Getúlio Vargas. Por essa época, Getúlio era estudante em Porto Alegre. Para explicar os motivos da pretensa relação de cordialidade que ele manteria com Raphael Escobar, é esclarecedora a própria defesa que faria desse episódio no jornal *Correio do Povo* em período posterior, no ano de 1913, no intuito de se defender dos ataques que sofria via imprensa de seus inimigos políticos Raphael Escobar e Benjamim Torres após sua renúncia ao cargo de deputado estadual. Getúlio assim se referia à relação entre ambos:

---

da Secretaria de Obras Públicas do RS em 1898 e de 1904 a 1906, chefe do Serviço de Repressão ao Contrabando do RS em 1899. Coronel Comandante da 26ª Brigada de Infantaria do RS em 1901, chefe do Plano Geral da Viação do RS em 1907, inspetor de 1ª Classe do Telégrafo Nacional em 1908, engenheiro chefe do telégrafo de 1909 a 1913, e inspetor federal das estradas a partir de julho de 1913 e falecido em Porto Alegre em 19/04/1921. Informações extraídas do site: [www.essaçosferroviarias.com.br](http://www.essaçosferroviarias.com.br). Acesso em: 02/12/2009.

<sup>180</sup> FGV - GV c 1909.03.19. Data: 13/03/1909. Carta de Manoel do Nascimento Vargas a Getúlio Vargas comentando a repercussão da exclusão de seu nome (GV) na chapa de deputados estaduais e encarregando-o de interceder junto ao governo estadual, na solução dos pedidos da Intendência de São Borja. São Borja

<sup>181</sup> FGV - G V c 1909.09.21. Data: 21/09/1909. Carta de Viriato Vargas a Getúlio Vargas comentando ataque feito a esse por Raphael Escobar. São Borja.

<sup>182</sup> Jornal de circulação semanal representava os interesses do Partido Republicano. Foi fundado em 1895 por Apparício Mariense. Informações extraídas da obra: *Memórias sobre a imprensa em São Borja*. Centro de Ciências Sociais de São Borja. Unipampa/ UFSM. Curso de Comunicação Social – Jornalismo. Pró-Reitoria de Graduação/ UFSM. Santa Maria, 2007.

Eu, estudante em Porto Alegre, mantinha relações de boa camaradagem com o Dr. Raphael, até que uma vez, indo a S. Borja, ao retirar-me de lá para essa cidade, voltando as costas fui agredido pelo jornaleco do meu amigo urso... Se expressei alguma vez juízo lisonjeiro, respeito ao caráter do Dr. Raphael, modifiquei-o completamente, ao melhor reconhecê-lo, e em virtude de sua posterior conduta [...].<sup>183</sup>

Se, por um lado, no início das querelas eleitorais entre líderes locais de São Borja, no ano de 1907, Getúlio Vargas optou por “poupar” Raphael Escobar de algumas ofensivas políticas, o que revela que estaria diretamente envolvido no apoio à facção varguista, por outro, a ofensiva dirigida a Getúlio pelo jornal local *13 de Janeiro* revela que os inimigos políticos dos Vargas continuavam a elaborar estratégias de confronto pessoal e político para confrontar a família varguista na tentativa de contestação do seu poder crescente, fortalecido pela conquista de Getúlio da deputação estadual. De fato, ao ocupar o cargo de deputado estadual, Getúlio representava, em nível estadual, o *status* político que detinha a família Vargas a partir do município de São Borja.

Assim, os Vargas conseguiam se projetar politicamente tanto no âmbito local como no estadual. Entretanto, o poder local dos Vargas não era hegemônico. Ilustrativo dessa constante luta para manter o poder no âmbito local é o episódio da sucessão dos cargos de Intendência e de chefe do PRR são-borjense em 1911. O período de liderança de Manoel Nascimento Vargas nessas funções estava por se encerrar. Assim, iniciavam-se os preparativos para sua sucessão, e Viriato Vargas despontava como candidato oficial da corrente republicana pró-Vargas. No entanto, Borges de Medeiros iria se opor a essa candidatura. Os Vargas não desistiriam facilmente dessa luta pelo poder, no que general Vargas contaria com o apoio de Getúlio, que nessa quizila teria sua participação como mediador dos interesses da família nos âmbitos local e estadual, ao mesmo tempo em que, por meio de seus contatos políticos com poderosos republicanos, reforçaria a posição de poder local varguista.

### **2.1.1 A questão da sucessão de 1911: uma contenda política local**

A contenda política da sucessão à Intendência de São Borja e à direção do Partido Republicano são-borjense no ano de 1911 traria consequências que acarretariam o

---

<sup>183</sup> CORREIO DO POVO, 26 de novembro de 1913. *Seção Livre. O caso de São Borja e o Dr. Raphael Escobar.*



acirramento dos ânimos políticos entre as greis republicanas e repercutiriam na futura renúncia ao cargo de deputado estadual por Getúlio Vargas. Seria a partir desse litígio que o jovem político começaria a perceber a instabilidade do apoio do poder borgiano em relação aos interesses locais dos Vargas.

Em 1911 o quadriênio da administração intendencial e da chefia do Partido em São Borja de Manoel Nascimento Vargas estava por findar. Começavam, então, os preparativos para a sucessão. Em eleição prévia, realizada em fevereiro de 1911, o Partido Republicano de São Borja, ao menos os que compunham a facção varguista, escolhera para candidato Viriato Dornelles Vargas. Este, ao saber de sua preferência como possível candidato, escreveu a Borges de Medeiros em 20 de março de 1911 solicitando seu apoio político, o qual era imprescindível para sua investidura no poder. A importância da análise dessa carta está, precisamente, no discurso que Viriato elaboraria para o chefe do PRR, encharcado pela lógica coornelista-borgista de competição e cooptação entre o poder local e o poder estadual. Viriato assim escrevia a Borges:

Em eleição prévia, fui feito partido republicano dessa terra, escolhido para candidato ao cargo de Intendente Municipal. Só aceitarei porém essa escolha, que nunca desejei, se com ela concordares. Essa consulta é feita de todo o coração, não é um gesto de vaidade, contando previamente com vossa concordância. Sentir-me-ei mais satisfeito comigo mesmo em declinar a honra da escolha, for vosso conselho, do que me sentiria se fosse eleito sem vos ouvir. Espero respostas.<sup>184</sup>

As intenções de Viriato em relação a Borges de Medeiros eram de construção de uma pretensa imagem de abnegado servidor do PRR e leal correligionário do mandatário estadual. Para tanto, alegava que o poder não o atraía; por isso, teria aceitado a indicação para os cargos de intendente e chefe do PRR são-borjense apenas como uma missão, a qual cumpriria humildemente e sem grandes ambições. Esse episódio pode ser observado na ótica das relações recíprocas entre o poder de duas dimensões: a relação do poder político local com o estadual. Viriato, representante do poder local dos Vargas, tentava “amarrar” Borges de Medeiros com uma troca de favores: enquanto lhe oferecia sua lealdade, o presidente do Estado, em troca, deveria prestigiar e apoiar a sua administração. O pretense candidato à Intendência e à chefia do PRR são-borjense buscava cooptar o poder borgiano a compromissos locais, pois sabia que a lógica castilhistaborgista, caso não garantisse o apoio do poder palaciano, podia ser utilizada por Borges para interferir e, mesmo, derrubá-lo do

---

<sup>184</sup> ABM. 8626. Remetente Viriato Vargas a Borges de Medeiros. São Borja, 20 de março de 1911.

poder local. Os mecanismos de cancelar eleições, interferir nos assuntos partidários locais, usar a organização policial e judicial poderiam ser utilizados pelo mandatário estadual na tentativa de controlar as pretensões políticas de Viriato e da sua família.

Por sua vez, no período de 1908 a 1913, Borges de Medeiros tentava recompor a rede de compromissos que o sustentariam no poder e, provavelmente, para isso, era relevante compor com Viriato Vargas, o que significaria continuar apoiando politicamente os Vargas. Contudo, apesar da carta enviada ao líder do PRR solicitando seu apoio político, Borges não aprovava a escolha da candidatura de Viriato para ocupar a Intendência e a direção do Partido Republicano são-borjense, como evidencia a correspondência enviada por Manoel Nascimento Vargas no mês de junho de 1911 ao presidente. O general Vargas assim se expressava sobre a discordância de Borges:

[...] fora o problema resolvido pelo Partido Republicano daqui na eleição previa de fevereiro do começo do ano escolhido para candidato o Viriato Dornelles Vargas, **quando a discordância de V. Ex.<sup>a</sup>** veio alterar completamente a ordem das coisas estabelecidas [...].<sup>185</sup>

Em vista dessa situação, Viriato Vargas escreveu novamente a Borges de Medeiros no mês de maio, com a intenção de reforçar seu discurso político. O filho primogênito de Manoel Nascimento Vargas salientava que a preferência de seu nome era fruto de uma escolha dos partidários republicanos e que sua candidatura seria resultado de uma solicitação do partido, não alvitre de um pleito pessoal que envolveria a família Vargas. Portanto, com esse discurso Viriato buscava camuflar as pretensões de maior autonomia e continuidade política do clã dos Vargas no âmbito local; ao mesmo tempo, sua alegação de desapego pessoal e político quanto à administração local visava dar a entender a Borges de Medeiros que não pleiteava a candidatura, que seria um sacrifício pessoal em prol do partido e do município. Escrevia Viriato:

Em meu poder vossa carta. Soldado conscientemente subordinado, nada mais tenho a fazer senão obedecer às determinações de meu chefe. É preciso porém, que fique consignado o fato de que nunca ambicionei cargo público algum e nem a esse fui indicado por meu pai. Em eleição prévia, completamente livre, sem indicação ou sequer insinuação de candidatos, é que fui escolhido pelo Partido Republicano são-borjense. E o cargo de Intendente seria o único que eu poderia aceitar, se bem, com sacrifícios.<sup>186</sup>

<sup>185</sup> ABM. 8628. Remetente: Manoel Nascimento Vargas a Borges de Medeiros. São Borja, 02 de junho de 1911. (Grifos nossos).

<sup>186</sup> ABM. 8627. Remetente: Viriato Dornelles Vargas a Borges de Medeiros. São Borja, 20 de maio de 1911.

O fato de Borges de Medeiros não atender à solicitação da aprovação de Viriato Vargas devia-se a diferentes, mas interligados, motivos. O primeiro era o envolvimento de Viriato na questão do crime de Ouro Preto, pois pesava sobre os seus ombros a acusação do assassinato do jovem estudante paulista Carlos Almeida Prado em Minas Gerais. Logo, o seu passado comprometia as intenções de mando político, além de possuir a fama de ser “explosivo” e “instável”.<sup>187</sup> A segunda causa era a percepção de que o poder dos Vargas em São Borja e em regiões subjacentes começava a tomar proporções avultantes, que punham em risco sua prática de domínio das facções republicanas municipais, pois, se Borges procurava deter o controle dos assuntos partidários locais, talvez ao dar seu aval a essa administração criaria empecilhos políticos locais às suas ambições de ampliação do poder estadual.

Outro aspecto que se sobressai na carta citada é o discurso de aceitação de Viriato em face da negativa do apoio político de Borges. Ora, é óbvio que, apesar da aparente atitude de abnegação, Viriato e os Vargas não desistiriam de lutar pela continuidade do poder político local, e a posse desses cargos era imprescindível para que a facção varguista concordasse com os desígnios adversos de Borges de Medeiros.

Por serem detentores de forte poder de coerção, de cooptação, de redes de solidariedade e de influência sociopolítica, escudados na figura do patriarca e no então deputado Getúlio Vargas, além de possuidores da maioria do eleitorado são-borjense, o que reforçava o seu poder político em face da prática de coerção e cooptação de Borges de Medeiros, Manoel Nascimento Vargas faria uma dura “queda de braço” com o presidente estadual, defendendo a continuidade e o fortalecimento de seu poder por intermédio de Viriato, na tentativa de transformá-lo em seu herdeiro político. Essa situação criava tensão entre o poder local e o poder estadual, com ambos querendo delimitar espaços de poder no cenário político da Primeira República no Rio Grande do Sul: o primeiro, buscando mais autonomia política em face das interferências do chefe do PRR; o segundo, tentando ampliar e consolidar seu poder político.

Diante desse contexto, Manoel Nascimento Vargas exporia sua defesa política a favor de seu filho primogênito em carta endereçada a Borges de Medeiros em junho de 1911. Na missiva afirmava:

---

<sup>187</sup> COLUSSI e DIEHL. 2008. op. cit. p. 79.

[...] Viriato foi o principal fator de reação contra a desistência abbottista. E desde esse momento o seu critério, seu desinteresse e o ardor com que se batia deram-lhe prestígio próprio, tornando-o estimado pelos companheiros e respeitado pelos adversários. Eu aqui não falo como pai e sim como político.<sup>188</sup>

Para o general Vargas a candidatura satisfazia às aspirações dos próceres municipais, principalmente em razão dos inestimáveis serviços prestados por Viriato Vargas ao partido e ao próprio Borges de Medeiros na questão abbottista de 1907.<sup>189</sup> O patriarca do clã dos Vargas sustentava a posse de Viriato salientando que era o escolhido por ser o mais habilitado, o mais preparado para exercer o poder com competência, sendo o responsável por neutralizar a oposição federalista no município de São Borja. Com essas palavras, procurava ressaltar as qualidades pessoais e políticas do filho primogênito à causa republicana, tanto que suas contribuições teriam favorecido para que o poder de Borges de Medeiros, o qual em 1907 passava por uma crise de hegemonia, fosse restabelecido. Como os Vargas tinham se mantidos leais ao mandatário estadual, agora, na questão de sucessão do cargo de intendente e do comando do PRR são-borjense, exigiam o reconhecimento do chefe do PRR com seu apoio à candidatura de Viriato.

Na carta citada, Manoel do Nascimento Vargas citava um conjunto de alegações favoráveis a Viriato com o propósito de que Borges voltasse atrás e apoiasse a posse do seu herdeiro político ao cargo de intendente e ao comando do PRR são-borjense. Um dos argumentos utilizados era a ausência de outro nome para sucedê-lo na Intendência e na chefia do partido, como se percebe nas suas argumentações dirigidas a Borges de Medeiros:

[...] A escolha dele [Viriato] era a que mais convinha não só por ser aceito com satisfação pela unanimidade do partido como também porque grandes partes dos adversários viriam a engrossar as nossas fileiras aderindo a elas e a oposição ficaria aqui em pouco tempo completamente aniquilada. Não sugiro outro nome para exercer esse cargo, uns por falta de capacidade, outros por que iriam causar desgostos e abrir cisões no seio do Partido, dando lugar a que os adversários se ergam e reorganizem, na ocasião propícia em que esperam seu chefe que chega da Europa no próximo mês. Não supunha que o fato de ser ele meu filho pudesse obstar a sua eleição [...].<sup>190</sup>

<sup>188</sup>ABM. 8628. Remetente: Manoel Nascimento Vargas a Borges de Medeiros. São Borja, 02 de junho de 1911.

<sup>189</sup> Para Trindade a situação política de Borges de Medeiros na questão abbottista, traduzia-se na seguinte configuração: “Tanto na chefia do governo quanto como chefe político regional dos republicanos, Borges não enfrentou nenhuma situação de crise partidária intestina, como as dissensões que ocorreram sob a Castilhos. As eleições de 1907, porém, colocariam pela primeira vez uma situação competitiva na sucessão de Borges. [...]. A sucessão de Borges, portanto, deu-se no clima de uma cisão que se delineava no seio do PRR. Esse conflito latente vinha lentamente se preparando nas disputas internas de liderança no Partido [...]”. TRINDADE, Héglio. 1979. op.cit. p.148.

<sup>190</sup>ABM. 8628. Remetente: Manoel Nascimento Vargas a Borges de Medeiros. São Borja, 02 de junho de 1911.

A alegação de que inexistiam lideranças políticas leais que pudessem sustentar a hegemonia de Borges nos âmbitos regional e local constituía-se num trunfo político favorável aos Vargas. Para defender essa posição, o general Vargas apontava a Borges de Medeiros a proeminência do nome de Viriato para manter coeso e arregimentado o Partido Republicano são-borjense. Utilizando o subterfúgio do perigo da desagregação partidária, reforçava a necessidade da aceitação do nome do filho, impondo a urgência dessa resolução. Nesse período, Raphael Escobar e Apparício Mariense Filho, inimigos políticos dos Vargas, pertenciam às fileiras do Partido Democrata (PD), logo opositores do PRR. Cabe salientar que a facção republicana formada pelos “cristãos novos” liderada por Raphael Escobar apenas se articulava em meados de 1913. Borges de Medeiros se aproveitaria da sistemática oposição local aos Vargas, realizada por Raphael Escobar desde os anos de 1907 e Apparício Mariense Filho, ambos futuros aderentes ao PRR, para incentivar a formação de uma facção republicana adversária aos Vargas.

Outro recurso que Manoel Nascimento Vargas utilizaria para convencer Borges de Medeiros é exposto na defesa do impedimento proposto por esse de que Viriato era filho do líder general. O patriarca do clã argumentava em sua carta ao presidente do estado que “[...] não supunha que o fato de ser ele [Viriato] meu filho pudesse obstar a sua eleição [...]”. Ciente do que ocorria em outros municípios do Rio Grande do Sul, o general Vargas salientava que não aceitava essa impugnação por dois motivos principais:

[...] primeiro porque ele foi escolhido em eleição prévia e não indicado por mim; segundo por não ser um caso novo o filho do chefe do partido ser intendente pois, em Cruz Alta o intendente é filho do chefe do partido que além disso é subchefe de polícia [...].<sup>191</sup>

Por um lado, o general Vargas reforçava suas convicções salientando a Borges que, se isso fosse obstáculo, renunciaria à chefia local e se afastaria dos cargos públicos. Manoel Nascimento Vargas possuía uma renomada trajetória política de verdadeiro castilhista na época da implantação da República e, principalmente, no período em que Júlio de Castilhos enfrentara os dissidentes no denominado “Governicho”. Sua atuação na Divisão do Norte e participação nas reuniões que antecederam a Revolução Federalista - reuniões, inclusive, realizadas em sua fazenda - o autorizavam a se autodenominar um soldado leal e verdadeiro castilhista. Portanto, seu poder pessoal e político não podia ser desprezado por Borges de Medeiros.

---

<sup>191</sup>ABM. 8628. Remetente: Manoel Nascimento Vargas a Borges de Medeiros. São Borja, 02 de junho de 1911.

De outro lado, Borges de Medeiros, ao redimensionar a impossibilidade de Viriato assumir a Intendência pelo fato de ser filho do intendente e do chefe do partido local, lançava mão de uma estratégia para afastar os Vargas do poder e, ao mesmo tempo, manter sua imagem de conciliador e admirador dos préstimos prestados à causa republicana pelo general Vargas. Era uma estratégia dissimulada visando reforçar seu poder, do mesmo modo que diminuía o poder do clã dos Vargas em São Borja. Era praxe o chefe do PRR atentar para as trocas de intendentes, assegurando, dessa forma, chefias leais que pudessem ser manipuladas e garantissem o fortalecimento do Estado e, conseqüentemente, sua permanência no poder. Entretanto, nem sempre Borges de Medeiros conseguia atingir seus objetivos. Esse jogo político do poder estadual *versus* o poder local é facilmente constatado por Gunter Axt, que afirma:

diante das contingências, era ideal para o líder que a situação política nos municípios pudesse ser mantida, se não em total submissão ao seu comando, na fronteira entre a estabilidade e a instabilidade. A gangorra das facções, em alternância no comando político e administrativo municipal, dividia a força das lideranças locais, fortalecendo conseqüentemente o poder pessoal de barganha e de pressão do sacerdote palaciano sobre as mesmas.<sup>192</sup>

Manoel Nascimento Vargas, ao encerrar sua defesa na carta enviada a Borges em junho de 1913, perguntava ao líder estadual do PRR se Viriato mereceria a sua confiança. Ao formular esse questionamento, buscava aferir se *seu* próprio nome merecia a confiança do mandatário estadual. O general Vargas arquitetava, então, importante defesa do seu domínio político em São Borja, não se esquecendo de citar, de diferentes prismas, as qualidades pessoais e políticas de Viriato, a sua lealdade aos interesses borgistas, a ausência de lideranças políticas leais a Borges no município, de modo que a escolha do nome desse era uma imposição do Partido Republicano são-borjense, não uma indicação pessoal, tudo na tentativa de evitar a impugnação da candidatura de Viriato.

Nesse sentido, diante do impasse criado entre Manoel Nascimento Vargas e Borges de Medeiros no apoio à candidatura de Viriato, Getúlio foi indicado por seu pai como mediador dos interesses varguistas junto ao chefe palaciano em Porto Alegre. Getúlio levava como trunfo a carta de seu pai a este, já analisada, a qual, como se observou, deixa transparecer que os Vargas não aceitariam facilmente a discordância de Borges, que alterava os planos de domínio da facção varguista.

---

<sup>192</sup> AXT, Gunter. 2001b. op. cit. p.139.

Nessa querela política, Getúlio Vargas também teria contribuição importante na busca da vitória política dos Vargas. Fazendo o papel de mediador e com plenos poderes de seu pai para resolver a disputa eleitoral entre os Vargas e Borges de Medeiros, Getúlio começou a conceber um plano de ação na tentativa de romper com a resistência deste à nomeação dos cargos de intendente e chefe político do PRR são-borjense do seu irmão Viriato. Aproveitando-se das suas relações de amizades, constituídas a partir do lugar privilegiado que ocupava como deputado da Assembleia dos Representantes, Getúlio escreveu para o coronel Marcos<sup>193</sup> solicitando que interviesse junto ao poder palaciano em favor de Viriato Vargas. Sua petição era assim arquitetada:

Tendo em conta a nossa amizade e a eminência de sua posição no Partido Republicano, dirijo-lhe essa carta com o fim de obter uma solução para a situação política nessa localidade. Estando a terminar aqui o quadriênio da administração municipal o meu pai não só se recusa terminantemente a uma nova investidura como sufoca toda a tentativa a favor de sua reeleição. Nessas condições, o partido reunindo-se em reunião prévia escolheu por unanimidade para sucedê-lo a Viriato Vargas. Era depois dele o nome mais simpático no partido, tanto na cidade como na campanha [...]. O escolhido nunca pleiteou em favor do seu nome, nada pediu, nem deseja [...].<sup>194</sup>

Na mesma missiva, reforçava a prática que se desenrolava há vários anos na administração são-borjense, onde Viriato Vargas já carregava sobre os ombros quase todo o serviço político do município. Os mesmos predicados utilizados por Manoel Nascimento Vargas ao escrever a Borges de Medeiros eram, agora, utilizados por Getúlio para defender e sustentar a grande notoriedade à causa republicana de seu irmão.

Em meio às queixas e justificativas, Getúlio mostrava-se preocupado com a demora de Borges em aprovar essa escolha:

A sua admiração pessoal [por parte de Viriato] pelo chefe do partido republicano ao lado da completa obediência a essa direção não lhe permitiu aceitar tal encargo sem expresso consentimento do chefe. Nesse sentido dirigiu-se ao Dr. Borges explicando com minúcia o que se passava. Já lá vão, porém dois meses, após essa carta, sem que ele tivesse resposta, tomando o silêncio como uma desaprovação.<sup>195</sup>

<sup>193</sup> Marcos Alencastro de Andrade era natural de Viamão. Durante a República ocupou vários cargos públicos e comissões políticas. Detinha grande prestígio político na cidade de Porto Alegre, tendo “em suas mãos” grande número do eleitorado dessa cidade. Faleceu no ano de 1921, na cidade de Porto Alegre. Informações extraídas a partir da obra: *ALBUM ILLUSTRADO do Partido Republicano Castilhistas*. Porto Alegre: Selbach, [1934?].

<sup>194</sup> FGV - GV c 1911.00.00. Data: 1911. Carta de Getúlio Vargas ao coronel Marcos (?) pedindo que interceda junto a Borges de Medeiros no sentido de obter uma resposta sobre a candidatura de Viriato Vargas à Intendência de São Borja. [São Borja]

<sup>195</sup> FGV - GV c 1911.00.00. Data: 1911. Carta de Getúlio Vargas ao coronel Marcos (?) pedindo que interceda junto a Borges de Medeiros no sentido de obter uma resposta sobre a candidatura de Viriato Vargas à Intendência de São Borja. [São Borja]

Nesse fragmento de carta Getúlio enfatizava que o silêncio de Borges seria tido como uma desaprovação, fato que demonstra que este deixou por longos meses a facção varguista na expectativa até dar seu ultimato final: o da desaprovação do nome de Viriato.

Entretanto, como já destacado, os Vargas não abandonariam suas intenções de se perpetuarem no mando político local. Se, por um lado, Borges de Medeiros, com sua ação de resistência aos Vargas, buscava intimidá-los a ponto de os fazerem recuar, por outro, Manoel e Getúlio Vargas também elaborariam estratégias políticas para garantir a permanência do poder local varguista. Era um jogo de forças políticas entre as esferas de poder. Esse episódio expõe as conturbadas e permanentes tensões que havia entre o poder local e o poder estadual, pois, apesar de o aparelho do Estado progressivamente se reforçar no decorrer da Primeira República em relação ao poder local, esse era infraestruturalmente fraco, como bem expõe Axt:

Borges de Medeiros precisava negociar com os poderes locais, aliar-se ou, mesmo, submeter-se em certas circunstâncias, aos coronéis, não porque fossem eles excepcionalmente fortes – e, aliás, a República sem dúvida corroera muito de sua autonomia local -, mas porque o aparelho estatal era infraestruturalmente frágil.<sup>196</sup>

Nesse quadro de disputas intrapartidárias nas hostes do PPR entre duas dimensões políticas, quem colheria os “louros da vitória” seriam os Vargas. As estratégias de defesa em relação a Borges de Medeiros e a favor dos interesses varguistas, efetivadas tanto com o próprio poder palaciano como com importantes partidários no âmbito regional - como já destacado nas cartas anteriormente analisadas - adotadas pela família Vargas foram bem-sucedidas. Assim é que Borges de Medeiros acabou recuando, ao menos nesse período, em suas intenções de solapar o prestígio político dos Vargas na cidade de São Borja. O conjunto de motivos que o levariam a recuar nesse objetivo podem ser assim descritos: a) pressões de líderes políticos, tanto da cidade de São Borja como da capital; b) ausência de lideranças republicanas detentoras de forte prestígio político na cidade de São Borja, que pudessem fazer frente aos Vargas; c) a impossibilidade de interferir na localidade em razão do perigo de uma desagregação partidária local; d) a recomposição de redes de compromissos borgianos no interior dos municípios em 1911 ainda estava sendo formada e, portanto, ainda necessitava

---

<sup>196</sup> AXT, Gunter. 2001b. op.cit. p.158.



das bases coronelistas dos Vargas: e) os Vargas detinham expressiva força política local nos “currais eleitorais” do município, possibilitando, assim, a arregimentação de votos.

Portanto, analisando esses elementos, Borges de Medeiros acabou por dar seu apoio para que Viriato Vargas ocupasse o cargo de intendente e o comando do Partido Republicano são-borjense. Talvez, ao recuar e oferecer seu apoio a Viriato esperasse que o filho truculento do general Vargas desenvolvesse novas cizânias locais, quando, então, poderia interferir e, quem sabe, conseguir desestabilizar o poder dos Vargas. Seria, pois, só uma questão de dar tempo ao tempo. Assim, com o apoio de Borges de Medeiros, Viriato assumiu as funções de intendente e chefe partidário do PRR em São Borja. Era notório que a personalidade e os antecedentes políticos e pessoais de Viriato Vargas não o habilitavam, aos olhos de seus adversários políticos, a ocupar as funções administrativas e políticas do município, como abordado pelo federalista Wenceslau Escobar em sua obra *30 anos de ditadura rio-grandense*:

[...] a indicação do coronel Viriato Vargas para a Intendência de São Borja foi uma das más escolhas [de Borges de Medeiros]. Esse cidadão era criminoso; o indigitado assassino de seu colega de estudos, Carlos Prado, em Ouro Preto, e como tal processado e pronunciado. [...]. Apesar desses maus precedentes, travando-se no município de São Borja renhida luta eleitoral entre duas facções que disputavam o governo municipal, o Dr. Borges, que queria dá-lo a família Vargas, [...] interessando-se ao pleito que seu pai, o general Vargas, era o candidato e a quem fez suceder no cargo de intendente. No exercício desse posto não tardou a desmandar-se, levantando contra si formidável oposição. O Dr. Borges, surdo a todas as advertências do perigo eminente de um conflito armado, em que poderia ser sacrificado muitas vidas, sustentou o Sr. Viriato Vargas, que sentindo-se prestigiado pelo apoio oficial, tratou de desfazer dos adversários que mais o incomodavam. [...] <sup>197</sup>

Essa vitória política parcial dos Vargas favoreceria o incremento de seu poder de mando local. Entretanto, convém salientar que a possibilidade de poder absoluto dos Vargas no município de São Borja, ao menos no espaço de tempo delimitado neste trabalho, jamais ocorreu; pelo contrário, a trajetória política dos Vargas foi marcada por avanços e recuos políticos entre fins do século XIX e princípios do século XX.

O contexto histórico que abrange os anos de 1907 a 1917 representaria uma série de situações reveladoras de conflitos internos no PRR, com consequências no jogo político local e nas alianças que se estabeleciam no âmbito estadual. A escalada política dos Vargas na cidade de São Borja seria pautada por constantes oscilações, pois os adversários políticos se valeriam de denúncias, traições, disputas, vaidades, sentimentos de vingança e profunda rivalidade na tentativa de desestabilizar o poderio local do clã dos Vargas. A querela entre os

<sup>197</sup> ESCOBAR, Wenceslau. 1922. op.cit. p. 168-169.

Vargas e a facção liderada por Raphael Escobar tomava forma cada vez mais nítida, e a cidade de São Borja vivenciava o prenúncio de tempos ainda mais tumultuosos.

## 2.2 SÃO BORJA “EM PÉ DE GUERRA”. OS VARGAS CONTRA RAPHAEL ESCOBAR E BENJAMIM TORRES: O JOGO POLÍTICO LOCAL

A posse de Viriato Vargas na presidência do partido e na administração municipal acentuaria os descontentamentos e suscitaria graves divergências entre os Vargas e seus contestadores políticos, que num futuro próximo se uniriam ao Partido Republicano são-borjense, formando nas fileiras partidárias uma nova corrente republicana de contestação ao poder varguista.<sup>198</sup>

Raphael Escobar, inimigo ferrenho dos Vargas, alegava em suas considerações no documento *Allegações Finais* \_ escrito em 1917, no qual acusava Viriato Vargas e sua família de serem autores e coautores do assassinato de Benjamim Torres e que, em certos momentos da narrativa, faz uma retrospectiva do domínio dos Vargas desde os anos de 1907 – que, com Viriato no poder e sob a proteção e o consentimento de seus familiares, a violência tornar-se-ia prática comum, a ponto de serem esses métodos concretizados “[...] em seqüestros e esbordoamentos, em subornos, pela facilitação do contrabando e pelas isenções fiscais, em fraudes eleitorais e em extorsões advocatícias, foram, num crescente assustador, até o fim do desastre”.<sup>199</sup> O missivista, no mesmo documento, sustentava que os Vargas haviam assumido o poder e a tudo dominavam, desde o comércio, que

[...] vivia asfixiado pela concorrência ilícita do armazém que girava sob a firma dos irmãos Vargas, locuptando-se com o contrabando; os vícios iniciais do regime paterno haviam já assumido formas mais apuradas de arrocho inquisitorial; matava-se de vez em quando, mesmo para roubar, sem a mínima intervenção da justiça; no foro, onde a ganância sem escrúpulo dos advogados oficiais varrera qualquer competição, tripudiava a imoralidade mais arrogante,; a polícia, a magistratura, os serventuários de justiça, o fisco estadual e o federal, [...], nada escapava à intrusão omimoda e plenipotente da privilegiada família.<sup>200</sup>

<sup>198</sup> ARAÚJO, Rubens Vidal. 1985. op.cit. p. 36.

<sup>199</sup> *O crime de São Borja*, alegações dos drs. Raphael Escobar e Alberto do Rego Lins, advogados da assistente, D. Acyndina Ferrugem Torres. Porto Alegre, 1917, p. 4.

<sup>200</sup> *O crime de São Borja*, alegações dos drs. Raphael Escobar e Alberto do Rego Lins, advogados da assistente, D. Acyndina Ferrugem Torres. Porto Alegre, 1917, Loc.cit.

Em outro trecho do documento observa-se o grau de divergência que se estabeleceria entre Benjamim Torres e os Vargas. Torres, antigo amigo da família Vargas, romperia suas relações políticas e pessoais com a prole varguista e corroboraria para que a facção de “cristãos novos” liderada por Raphael Escobar buscasse cristalizar suas ambições políticas tanto na esfera local quanto na estadual, transformando-se em uma nova opção para Borges de Medeiros de desestabilizar o poder político dos Vargas. Para Raphael Escobar, Benjamim Torres seria o responsável pelo movimento de reação à caótica situação instalada em São Borja pela dinastia varguista. Nesse sentido, escrevia Escobar:

A revolta geral era surda, mais latente. Em toda a parte, nas esquinas, nos clubes, no segredo dos conciliábulos domésticos, comentavam-se, condenando os desmandos do poder local. [...] foi quando a interpreta figura de Benjamim Torres, [...] havendo sondado o estado geral dos espíritos, pelas facilidades mesmas de sua profissão de médico e compreendido que, para derrocar o crime, ali só faltava desferir a centelha da revolta, levando tudo ao conhecimento do integro presidente do Estado – tomou a iniciativa do movimento de reação.<sup>201</sup>

O missivista do fragmento citado narra que Benjamim Torres teria levado ao conhecimento de Borges de Medeiros denúncias contra os Vargas. Tais denúncias abririam um novo capítulo de lutas no jogo de interesses privados no cenário do poder político local e estadual. No âmbito local, esse episódio traria várias consequências para o clã dos Vargas e a facção dos “cristãos novos” chefiados por Raphael Escobar e Apparício Mariense Filho: a) iniciar-se-ia mais um período de grande agitação política entre as greis republicanas em disputa com a finalidade de buscar as “graças” do poder borgiano e, assim, conquistar ou manter o mando local; b) influiria na decisão de Getúlio de renunciar ao seu mandato de deputado estadual em outubro de 1913, como se verá a seguir; c) permitiria que os inimigos dos Vargas fossem cooptados por Borges de Medeiros unindo-se ao PRR e formando, assim, uma facção nas hostes republicanas lideradas por Raphael Escobar e Apparício Mariense Filho, antigos membros do Partido Democrata (PD), contra a facção dos Vargas; d) as denúncias de Benjamim Torres provocariam o desgaste pessoal e político de Viriato Vargas junto a Borges de Medeiros a ponto de esse renunciar aos cargos de intendente e de chefe do PRR são-borjense no ano de 1914 – episódio que será abordado no terceiro capítulo desta dissertação.

---

<sup>201</sup> O *crime de São Borja*, alegações dos drs. Raphael Escobar e Alberto do Rego Lins, advogados da assistente, D. Acyndina Ferrugem Torres. Porto Alegre, 1917, p. 5.

De outro lado, no âmbito estadual, Borges de Medeiros aproveitaria a situação criada e estabeleceria sua estratégia de “dividir para reinar”, ou seja, mantendo o Partido Republicano são-borjense fracionado, buscava dividir as bases políticas que davam sustentação ao poder dos Vargas. Além disso, o desenvolvimento das pugnas políticas no interior da estrutura partidária seria uma oportunidade para Borges de Medeiros reorientar os conflitos existentes no município de São Borja e, desse modo, fortalecer seu poder de barganha. O episódio das denúncias realizadas por Torres é ideal para se apreender o feixe de estratégias de que Borges de Medeiros lançaria mão na tentativa de manietar a facção dos Vargas, mecanismos que no item 2.3 desse capítulo serão mais bem abordados.

Benjamim Torres entraria oficialmente com uma “representação pública” contra Viriato Vargas em outubro de 1913, ou seja, após a renúncia de Getúlio Vargas ao cargo de deputado. Entretanto, na análise das cartas que compõem o Arquivo de Borges de Medeiros (ABM) encontram-se evidências dessas acusações realizadas num período anterior, no mês de agosto de 1913, o que corrobora com a hipótese de que a renúncia de Getúlio Vargas estaria diretamente associada ao complexo jogo de poder político vigente, o qual favorecia a existência da disputa entre duas greis republicanas adversárias no âmbito local. Essas disputas seriam reforçadas a partir das acusações de Torres, comprometendo a solidez do poder dos Vargas, e Getúlio não podia se furtar a um gesto de protesto contra as intervenções e a política dúbia que o poder borgiano arquitetava no município de São Borja.

No Arquivo de Borges de Medeiros localizou-se correspondência datada do mês de agosto de 1913, na qual Benjamim Torres escreveu ao chefe de polícia Francisco Thompson Flores acusando Viriato Vargas de inúmeros delitos, principalmente dos que se referiam à conduta moral e sexual do filho primogênito de Manoel Nascimento Vargas. As acusações envolviam defloramento, contrabando, questões de apropriação de terras e campos, violação de processos judiciais, assassinatos, abuso de autoridade, entre outras. O clima instalado na cidade era assim descrito por Benjamim Torres:

[...] esse município é hoje uma fazenda da família Vargas, onde se mata, se rouba, se deflora impavidamente confiando na impunidade. Vejamos: foi assassinado covardemente no Passo do Iguariça pela polícia e por ordem de Viriato o Capitão Belisário. [...] os animais trazidos pelo Capitão Belisário foram roubados pela polícia e até o delegado de polícia daqui anda pela cidade numa égua tubiana como para insultar a sociedade. [...]

Aqui todos os parentes Vargas são empregados: Dioclécio Motta – comandante de polícia; Octaviano Motta – delegado; Periandro Motta – coletor; Iherondina – agente do correio, etc. todos esses fazem o que mandam o chefe, no correio se violam as cartas de quem eles suspeitam. [...] até o telégrafo, cujo empregado é um

velho ladrão, não se pode telegrafar porque o Viriato recebe a cópia antes do dono do telegrama. [...].<sup>202</sup>

Em outro fragmento da carta Torres apelava para a intervenção do poder palaciano na situação política de São Borja:

Infelizmente essa terrível situação depende só do apoio oficial e é na sua sombra que o Coronel Viriato feudalizou São Borja. Mas, posso afirmar-te, pela minha honra, que, se o Dr. Borges retirar-lhe o apoio, desaparecerá o seu prestígio. Ainda mais, o Partido Federalista daqui também o Democrata, aderirá em bloco no dia em que cair esse caudilhe sem consciência.  
O Dr. Borges que nos dê a liberdade e o sossego das nossas famílias.<sup>203</sup>

Essa missiva evidencia o jogo político que se estabelecia entre o poder local e o poder estadual. Torres solicitava a intervenção do poder palaciano nas disputas políticas que ocorriam no município de São Borja, o que, como já destacado, possibilitava que o poder borgiano encaminhasse conforme seus desígnios a resolução dos conflitos ali existentes. Outro indício fornecido nesse extrato da carta enviada por Benjamim Torres a Francisco Thompson Flores é a oportunidade do poder estadual de cooptar os inimigos políticos dos Vargas. Borges de Medeiros acompanhava atentamente os assuntos partidários nos municípios<sup>204</sup> e era conhecedor da sistemática oposição que Raphael Escobar vinha desenvolvendo contra os Vargas na sociedade são-borjense. Nessa perspectiva, o líder palaciano vislumbrava a possibilidade de atrair Raphael Escobar e seus aliados para as hostes republicanas; para isso, ofereceria aquilo que mais desejavam: a possibilidade de obter o mando político local, ao mesmo tempo em que romperia com o domínio dos Vargas. A oportunidade oferecida nas entrelinhas da narrativa de Torres seria aproveitada por Borges, que incentivaria a formação da nova facção, fomentando uma política dúbia entre partidários republicanos são-borjenses, como se verá em seguida.

Benjamim Torres intensificou suas intrigas políticas contra a família Vargas, levando fatos desabonadores ao conhecimento do Rio Grande do Sul por meio de uma intensa campanha difamatória pela imprensa local e estadual. No jornal *Correio do Povo* de 9 de novembro de 1913, apontava os motivos que o teriam levado a fazer as denúncias contra Viriato. Nesse sentido, procurava trazer “aos domínios da publicidade fatos escandalosos que

<sup>202</sup> ABM. 5.335. Extrato da carta de Benjamim Torres ao chefe de polícia. São Borja, 02 de agosto de 1913.

<sup>203</sup> ABM. 5.335. Extrato da carta de Benjamim Torres ao chefe de polícia. São Borja, 02 de agosto de 1913.

<sup>204</sup> Como já se ressaltou, no ABM sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, existem mais de 20 mil correspondências, nas quais, a grande maioria é oriunda dos municípios do Rio Grande do Sul.

não podiam ser ignorados pelo governo do Rio grande e pelo chefe do partido dominante”, revelando o “regime de terror que Viriato Vargas implantou em São Borja”.<sup>205</sup>

De outro lado, os Vargas, por intermédio dos seus contatos políticos em âmbito estadual, tomavam conhecimento de que Borges de Medeiros já tinha se inteirado das denúncias de Benjamim Torres. Para ilustrar essa afirmação, as correspondências de Getúlio Vargas com seu “melhor amigo” e “compadre”, Firmino Paim Filho, são reveladoras nesse sentido. Exercendo cargo público de confiança e envolvido no centro do poder palaciano, Firmino Paim Filho transformou-se nos “olhos e ouvidos” de Getúlio Vargas na capital gaúcha, informando-o constantemente sobre os acontecimentos que ocorriam no palácio do governo.

Firmino Paim Filho alertava Getúlio Vargas sobre a frágil situação política que envolvia seus familiares, a qual poderia desestabilizar o poder varguista em São Borja. Os acontecimentos ocorridos na cidade ganhavam foros preocupantes na capital gaúcha, a ponto de o missivista mencionar em carta do dia 8 de agosto \_ portanto seis dias após a carta enviada por Benjamim Torres ao chefe de polícia \_ ao amigo:

[...] sabes bem o quanto te quero e daí o dever que julgo ter em pôr-te ao corrente do que te posso dizer a respeito diretamente ou indiretamente. E é que têm elevado acaloradamente aqui os acontecimentos de São Borja, e nos quais está envolvido o nosso caro Viriato, acontecimentos esses que poderão acarretar graves consequências.

Julgo conveniente tua vinda até aqui assim que possas fazer, pois muito eu teria a dizer-te se o papel fosse dado confiar certas minudências que só de viva voz se pode transmitir.guardo ansioso a tua vinda.<sup>206</sup>

Diante do contexto de franca disputa e acusações que se desenhava, Getúlio Vargas não aceitaria as acusações contra seu irmão, pois acreditava que “de há muito se vem fazendo ao longe uma surda campanha difamatória contra meu irmão Viriato Vargas [...]”.<sup>207</sup> Para Getúlio, “Benjamim ocultamente ambicionava a posição política de comando exercida por Viriato, começando, a menos de um ano de sua fixação em São Borja, a trabalhar nesse sentido, minando a reputação de seu amigo”.<sup>208</sup> Na concepção dos Vargas, era Benjamim Torres que lhes devia favores. Esse fato seria argumento constantemente utilizado por Getúlio

<sup>205</sup> CORREIO DO POVO, 09 de novembro de 1913. *Os Sucessos de São Borja*. A denúncia contra o Intendente. O Dr. Benjamim Torres fala a um “repórter” do “correio do Povo”.

<sup>206</sup> FGV - GV c 1913.08.08. Data: 08/08/1913. Carta de Firmino Paim Filho a Getúlio Vargas explicando a não nomeação de seu recomendado para juiz e recomendando sua ida a São Borja para tratar de questões que envolvem Viriato Vargas. Porto Alegre.

<sup>207</sup> O MARAGATO, 14 de novembro de 1913. *Em São Borja*.

<sup>208</sup> Depoimento de Getúlio Dornelles Vargas. Processo crime n. 2292, M. 9, E. 96, v. 1, fl. 53. APERS.

Vargas para defender seu irmão e, conseqüentemente, o poder político de sua família na imprensa estadual. Envolvido em acesa querela jornalística, Getúlio Vargas trocava “farpas” e acusações, em debate acalorado com Benjamim Torres e Raphael Escobar num contexto posterior à renúncia de seu cargo de deputado estadual. Apesar de essas contendas políticas na imprensa da capital terem ocorrido após sua renúncia, possibilitam entender como se iniciaram as animosidades entre os Vargas e Benjamim Torres, bem como permitem observar a posição de Getúlio diante dessa cizânia política e sua defesa dos interesses familiares.

Desse modo, no artigo escrito por Getúlio com o sugestivo título de “Em pratos limpos”, publicado no jornal *Correio do Povo* de 11 de novembro de 1913, encontram-se algumas afirmações que mostram os alegados favores que Benjamim Torres devia aos Vargas. Getúlio assim argumentava:

E verdade que em tempos já remotos, quando estudantes Viriato e Benjamim, esse prestou àquele relevante auxílio, eficaz em momentos aflitivo. Foi só, mas no seio da minha família não se negam os obséquios recebidos. Mas, é verdade também que, pouco tempo depois, vindo de Minas o mesmo Benjamim, corrido pela maldição paterna, encontrou no seio da minha família, para onde foi, o carinho e o conforto de um novo filho. E dali em diante, dede o emprego que ocupou, até formar-se, foi sempre auxiliado por meu pai e por Viriato. Concluindo o curso médico e chamado por esse, foi para São Borja, onde ainda o abasteceu e prestou auxílio pecuniário, que só cessou depois que o desenvolvimento de sua clínica tornou dispensável.<sup>209</sup>

Em uma breve frase Getúlio indica os acontecimentos que teriam conduzido Viriato Vargas e Benjamim Torres a estabelecerem amizade na cidade de Ouro Preto quando do envolvimento de Viriato no assassinato do estudante paulista Antonio Prado em Minas Gerais. Getúlio não nega o apoio que Torres teria dado a Viriato, escondendo-o e auxiliando-o na sua fuga. Contudo, não era sua intenção rememorar esses acontecimentos e, muito menos, explicá-los a um leitor pouco informado sobre esse episódio, o que favoreceria que seus inimigos políticos encontrassem no crime ocorrido novos argumentos de acusação.<sup>210</sup> Pelo

<sup>209</sup> CORREIO DO POVO, 11 de novembro de 1913. *Seção Livre. O caso de São Borja. Em Pratos limpos.*

<sup>210</sup> O envolvimento de Viriato no Crime de Ouro Preto seria utilizado pelos inimigos dos Vargas em suas acusações. O artigo escrito por Benjamim Torres e publicado em 03 de dezembro de 1913, na *Seção Livre* do jornal *O Correio do Povo*, intitulado de *Acontecimentos de São Borja*, é um exemplo de seu uso. Eis um fragmento: “[...] Espavorido de tudo, odiado por todos, fugindo da própria sombra. Benjamin Torres encontrou nas montanhas de Ouro Preto, Viriato Vargas, pronunciado por crime de morte, roto, macilento, descalço, tremulo de medo, qual cão leproso a quem o mosquito febril enterra (?) do remorso na consciência. Não te recordas, Viriato, qual foi o único coração que naquele momento aflitivo se compadeceu das tuas misérias? Sabes quem derramou um pouco de balsamo na tua alma desolada, por haveres ceifado uma vida em flor, a vida de um jovem? Te esquecesses da mão piedosa e forte que quebrou a tua grilheta? E’ demais, covarde! [...] Esqueces-te que sou aquele mesmo que teve a coragem de ser insultado, ameaçado, preso diversas vezes por tua causa, preso

contrário, ao narrar os préstimos que sua família teria feito a Benjamim Torres, Getúlio buscava arquitetar uma estratégia de desmerecimento pessoal deste, pois, se recebendo todo o auxílio possível dos Vargas, fora capaz de trair, mentir e caluniar, era, então, um ambicioso, uma pessoa desleal, intrigante e perversa.

No mesmo artigo publicado no periódico *Correio do Povo*, Getúlio Vargas acusava Benjamim Torres de não ser digno de confiança, visto que, na tentativa de desestabilizar o prestígio político dos Vargas, caluniava, mentia e incitava intrigas políticas entre partidários republicanos são-borjenses e o chefe do Estado. Para Getúlio Vargas, Benjamim Torres seria um traidor e, portanto, suas acusações não deveriam ser acolhidas por Borges de Medeiros, ou mesmo por verdadeiros republicanos. Getúlio compreendia que as ações de Torres o desmereciam como verdadeiro político, sendo mesmo rejeitado por toda a sociedade local. Nas suas palavras:

O Dr. Benjamim é repudiado pela sociedade são-borjense que ele pretendeu macular. [...] O Dr. Benjamim tramava na sombra, mentia, intrigava e, quando os amigos do intendente o interpelavam, retratava-se.(...) Falar de Viriato Vargas tornou-se a obsessão do Dr. Benjamim, em todos os lugares, em todas as palestras, com íntimos e desconhecidos. [...] Quem pretende subir agachando-se perde, na indecência do gesto, o direito às alturas. Quem conhece o próprio mérito não suplica, conquista e espera. Não tenta explorar com o prestígio dum grande nome, esmaga com a verdade.<sup>211</sup>

Adiantando um pouco algumas considerações sobre a renúncia de Getúlio, que é a proposta de análise neste estudo, como indicado no início do capítulo, pode-se observar que nas palavras escritas por Getúlio há semelhança com seu discurso proferido nas escadarias da Assembleia dos Representantes após sua renúncia como deputado. Como referido, Getúlio explicaria para seus colegas parlamentares que largara “o mandato porque o político que fica de cócoras, isto é, que muito se agacha, perde com a indignidade do gesto o respeito que lhe é devido”.<sup>212</sup> Percebe-se que a semelhança da resposta e do texto escrito logo após a renúncia para se defender das acusações de Benjamim Torres é evidente. Nessa perspectiva, Getúlio salientava em suas palavras que, diferentemente de Torres, possuía méritos pessoais e políticos que o diferenciavam em muito do seu inimigo político, o que lhe permitiria conquistar notoriedade política, alcançando por duas vezes a possibilidade de participar do

---

diversas vezes por tua causa, o único que se acusou ao teu lado, quando os teus amigos fugiam de ti... E és tu que, hoje, pensa em tirar-me a vida, quando com ela em perigo de perdê-la garanti a tua [...]”.

<sup>211</sup> CORREIO DO POVO, 11 de novembro de 1913. *Seção Livre. O caso de são Borja. Em Pratos limpos.*

<sup>212</sup> JORGE, Fernando.1994. op.cit. p. 256. V.II.



cenário estadual por meio da Assembleia dos Representantes. Afinal, ele largara sua cátedra de deputado por “vontade própria”, como um gesto de independência perante Borges de Medeiros, mostrando que não era uma “marionete” que se movimentava ao bel prazer do líder republicano e aceitava pacificamente os seus jogos políticos. O poder político de sua família no âmbito local e sua trajetória política, bem como as relações sociais e clientelistas construídas nos âmbitos local e estadual, sustentavam-no nessas afirmações.

Certamente, ao arquitetar essas alegações, Getúlio encobria o desgaste político que o clã dos Vargas vinha sofrendo em razão das manobras políticas de Borges de Medeiros e dos opositores locais. Para Getúlio, nem Torres nem Raphael Escobar possuíam prestígio político e pessoal e, na tentativa de se imporem politicamente no âmbito local e conquistar as graças do poder estadual, exploravam o prestígio conquistado por seu pai, que, para o então ex-deputado, era um verdadeiro republicano.

Enquanto se travava uma batalha ferrenha pelo mando político de São Borja entre a facção comandada pelos Vargas e a liderada por Raphael Escobar, Borges de Medeiros posicionava-se ora a favor de uma das facções, ora de outra, fazendo jogo político ambíguo no intuito de fomentar as divergências locais. O líder palaciano constantemente mantinha conferências políticas com os representantes das duas greis republicanas adversárias, como bem ilustram as notícias do periódico *Correio do Povo* dos dias 6 e 9 de novembro de 1913. As notas assim noticiavam:

**Itaquy:** vindo de São Borja, passou por essa cidade, com destino a capital, o Dr. Benjamim Torres que aí vai se conferenciar com o Dr. Borges de Medeiros, presidente do Estado. A conferência versará sob a política daquele município e os sucessos que ali se tem desenrolado. O Dr. Benjamim Torres segue acompanhado de um alferes e praças da Brigada Militar. **São Borja:** anteontem, à noite no palácio do governo, houve uma conferência entre o Dr. Borges de Medeiros, presidente do Estado, e o Dr. Getúlio Vargas, advogado residente em São Borja. Nessa conferência tratou-se de assuntos referentes aos últimos acontecimentos ocorridos naquela localidade.<sup>213</sup>

Se, por um lado, as animosidades entre partidários eram realmente acirradas após as denúncias de Torres contra Viriato, a ponto de aquele se locomover com escolta policial até a capital gaúcha e Borges dar espaços à facção minoritária de se expressar através de conferências, por outro, Getúlio Vargas perceberia a disposição do poder borgiano de prejudicar o domínio político de seu pai no âmbito local. Nessa perspectiva, Getúlio não se furtaria a revelar a Borges de Medeiros que estava atento aos acontecimentos e às ações

---

<sup>213</sup> CORREIO DO POVO, notas telegráficas de 06 e 09 de novembro de 1913.

políticas articuladas pelo poder estadual, percebendo que iam de encontro aos interesses da facção liderada por Manoel Nascimento Vargas.

A correspondência escrita por Getúlio logo após sua renúncia, em 20 de novembro de 1913, tendo como destinatário o mandatário estadual, ilustra bem o seu entendimento da política dúbia que o poder palaciano vinha fazendo já há muito tempo em São Borja, intensificada pelas denúncias de Torres. Ao se corresponder com Borges, Getúlio constrói argumentos visando defender as qualidades políticas e morais de Viriato e Manoel Nascimento Vargas, reforçando a força política de seu pai, ao mesmo tempo em que expunha quem eram seus adversários republicanos, que cada vez mais exploravam por meio de denúncias e do contato pessoal com Borges de Medeiros o prestígio político de seus familiares. Em suas palavras:

[...] Sinto profundamente ver colocado nos pratos da mesma balança elementos tão díspares. De um lado Viriato com inestimáveis serviços a causa republicana desde a revolução [...] com o Viriato está meu pai, um homem bastante conhecido, desinteressado e cheio de serviços, gozando indistintamente, da estima e consideração de todo o município.

De outro lado vejo apenas Benjamim Torres, a família Escobar, dois ou três indivíduos sem nenhuma imputabilidade, juntamente com duas ínfimas rameiras compradas para depor. [...] compreendo que não é intuito de V. Ex.<sup>a</sup> entregar São Borja a gente dessa natureza, precipitando o município em uma luta, cujas consequências serão difícil de prever. Ficando, caso eles tomassem conta, reduzida ao estado de alguns outros municípios onde há absoluta falta de coesão entre elementos que se dizem republicanos.<sup>214</sup>

Com esse fragmento Getúlio expunha a Borges de Medeiros suas conclusões quanto ao contexto político de lutas que vinham progressivamente ocorrendo em São Borja e que estavam diretamente ligadas à interferência do poder estadual. As conclusões de Getúlio podem ser assim sistematizadas: a) a fraqueza política de Escobar e de seus aliados; b) Manoel Nascimento Vargas possuía forte prestígio político em todo o município, o que se transformava em votos; c) sua família não desistiria do mando político local caso Borges entregasse o município aos Escobar e seus correligionários, o que significaria, no mínimo, dizer que haveria uma “guerra” entre as facções republicanas são-borjense; d) Getúlio questionava Borges se a grei adversária era leal à causa republicana, pois, sendo seus adeptos recentemente aderidos outrora oposição do PRR, podia confiar neles? Desse modo, estratégias políticas buscando a permanência ou o privilégio exclusivo do mando político local eram desenhadas entre os Vargas e a facção escobarista.

---

<sup>214</sup> ABM. 8636. Remetente: Getúlio Vargas a Borges de Medeiros. São Borja, 20 de novembro de 1913.

A tática de Borges de Medeiros de “dividir as bases dos coronéis para ter poder de barganha”<sup>215</sup> seria posta em prática também em São Borja. E para tanto a recém-formada facção republicana inimiga dos Vargas, chefiada por Raphael Escobar e Apparício Mariense Filho, conheceria as boas graças do chefe republicano na tentativa de diminuir o poderio da facção varguista.<sup>216</sup> A disputa política entre as facções republicanas estava configurada e a intervenção de Borges de Medeiros era conclamada.<sup>217</sup> Este, visando sempre à manutenção e ao fortalecimento do seu poder em detrimento dos poderosos locais, aproveitar-se-ia do descontentamento originado desde a posse de Viriato na presidência do Partido Republicano em São Borja e articularia ações dissimuladas contra os Vargas.

### 2.3 JOGO POLÍTICO ESTADUAL: A PRESENÇA DO PRESIDENTE DO ESTADO E DO PRR NA POLÍTICA LOCAL

Como destacado no início deste capítulo, objetiva-se analisar o posicionamento do presidente do Estado e do PRR, Borges de Medeiros, diante dos conflitos de grupos rivais nas fileiras do PRR são-borjense. Acredita-se que o contexto político forjado em São Borja entre a facção liderada pelos Vargas e a chefiada por Raphael Escobar é ilustrativo da maneira como o poder borgiano se relacionaria a partir da esfera estadual com a esfera do poder local. Esse jogo político entre o poder local e o estadual possibilitava a Borges de Medeiros incentivar as animosidades e ambições internas de suas hostes partidárias ao patrocinar a facção inimiga dos Vargas, ao mesmo tempo em que tramava ações de apoio e confiança ao general Vargas. Borges, ao jogar politicamente com as duas facções republicanas, buscava legitimar e consolidar o PRR no poder, fortalecendo o aparelho do Estado, ao mesmo tempo em que corroía a autonomia e a autoridade local.

Nesse jogo político, a existência de poderosos locais era essencial para a hegemonia do poder palaciano, pois, como não conseguia eliminá-los, visto que o Estado não possuía

---

<sup>215</sup> FÉLIX, Loiva Otero. 1996. op. cit. p. 72.

<sup>216</sup> “Esse desiderato, [...] despertava a ambição de correligionários, ou eclipsava a própria autoridade do poder central. [...] Borges de Medeiros precisava ter sempre uma carta na manga. Nesse momento entravam em cena as autoridades e os funcionários públicos sobre os quais dispunha de melhor controle, seja para monitorar as ações dos poderosos locais, seja para determinar ações que viessem a enfraquecer as bases da facção dominante, seja, ainda, para estimular o crescimento, ou mesmo, o surgimento de uma nova facção. Diante das contingências, era ideal para o líder da situação política nos municípios pudesse ser mantida, se não em total submissão ao seu comando, na fronteira entre a estabilidade e a instabilidade”. AXT, Gunter. 2001b. op. cit. p. 139.

<sup>217</sup> “A gangorra das facções, em alternância no comando político e administrativo municipal, dividia a força das lideranças locais, fortalecendo conseqüentemente o poder pessoal de barganha e de pressão do sacerdote palaciano sobre as mesmas”. AXT, Gunter, loc.cit.

força e eficiência suficiente para enfrentar os coronéis, optou por cooptá-los, garantindo dessa forma o suporte para a continuidade do sistema.<sup>218</sup> É por meio dessa lógica castilhistaborgista que se podem compreender as ações delineadas por Borges no município de São Borja junto às duas greis adversárias republicanas que se digladiavam pelo apoio do oficialismo.

Na tentativa de explicar essa lógica arquitetada por Borges de Medeiros, analisar-se-ão telegramas, cartas e notícias jornalísticas, em sua maioria redigidas num contexto posterior às primeiras denúncias de Benjamim Torres contra os Vargas e à renúncia de Getúlio Vargas. Acredita-se que esses documentos trazem vários subsídios que ilustram o posicionamento de Borges de Medeiros em relação ao poder local no município de São Borja.<sup>219</sup>

Em meados de 1914, Raphael Escobar, chefe da liderança local opositora aos Vargas em São Borja, convocaria uma reunião de correligionários para organizar a direção política do município. Em vista desse fato, Manoel Nascimento Vargas telegrafou a Borges de Medeiros questionando-o sobre como receberia essa reunião. A resposta deste ao general Vargas revela os jogos dissimulados que o poder borgiano forjava, jogando politicamente com as duas facções constituídas em São Borja:

Conheceis espírito conciliador que guia, inspira minhas intervenções política nas questões partidárias locais. Por vosso passado, mérito e serviços vos considero legitimamente investido da direção partidária apoiado pela maioria republicana desse município e por mim de modo inequívoco. Todavia, isso não exclui a atenção que merecem os nossos correligionários, que embora em minoria se manifestam contrários a vossa direção política, máxime não tendo sido opositores sistemáticos; assiste-lhes, sem dúvida, plena liberdade de opinião e o direito de intervir na proporção das suas forças eleitorais. Nessa conformidade cumpre-nos examinar suas reclamações e desejos, deferindo-os ou não, com ânimo desprevenido e sincero. Pela minha parte é o que tenho feito sem quebrar a interrupta confiança em vós depositada, constantemente afirmada com atos expressivos.

Saudações afetuosas. Borges de Medeiros.<sup>220</sup>

Borges de Medeiros, no telegrama, não negava nem afirmava seu apoio à facção liderada por Raphael Escobar; salientava apenas que esta tinha o direito de se expressar. O líder do PRR no âmbito estadual dava a entender a Manoel Nascimento Vargas que era sua intenção medir o grau de capacidade eleitoral da grei escobarista, o que significava que, apesar de os Vargas possuírem legalmente alguns cargos administrativos, isso não garantia o seu domínio do mando local. Para Borges o que contava nessa quizila intrapartidária era a

<sup>218</sup> Essa relação poder estadual/poder local é amplamente debatida nas obras de Félix (1996) e na Tese de Doutorado de Axt (2001b), as quais são amplamente utilizadas nesse trabalho.

<sup>219</sup> Por razões de escassez de documentos do período de 1900 a 1915, utilizou-se da documentação produzida posteriormente. Acredita-se que essas suprem à escassez de fontes do recorte temporal delimitado.

<sup>220</sup> JORNAL O MARAGATO, 17 de julho de 1914.

possibilidade de arregimentação de eleitores da recém-formada facção, o que favoreceria manietar a liderança dos Vargas, mantendo-os sob o jugo do poder estadual e, conseqüentemente, afastando o perigo que o clã dos Vargas representava aos planos de poder político-pessoal de Borges.

Não obstante, concomitantemente ao reconhecimento político de Manoel Nascimento Vargas, Borges de Medeiros adotava estratégias visando fortalecer a grei adversária da facção varguista comandada por Raphael Escobar. Esclarecedora dessa situação é a carta de Escobar escrita a Protásio Alves em 1915, com o intuito de discutir questões eleitorais municipais que antecederiam o pleito a ser realizado para o cargo de intendente de São Borja nesse ano – tema que no capítulo seguinte será mais bem abordado. Nessa carta Escobar fazia uma retrospectiva histórica da facção que comandava, destacando os feitos realizados no escopo de liquidar com a facção varguista. Escrevia:

[...] Entretanto, não se pode deixar de notar o enorme ascendente moral que nós vimos assumindo perante o partido, pelos efeitos da nossa predica jornalística, que assume, no domínio dos fatos, cores realmente proféticas, tal é o eco que encontra na opinião. Por outro lado, é visível a decadência dos outros que, em todos os lances da vida política local são gradualmente obrigados a propor, por etapas, todas as medidas que, numa magnífica visão de conjunto, nós, de início, lembramos. A reconstituição da justiça, mediante a investidura de magistrados íntegros, até na sua parte formal, que, por desprezada, a desmoralizava, ali se fez, à nossa reclamação. A dignificação do fisco, até então abandonada pela intervenção direta do poder local no contrabando, que era um monopólio da polícia municipal, reintegrou-se na sua função nobilitante. A liberdade de pensamento, que a opressão dominante abafara, ressurgiu [...] até em demasia, que, entretanto, forçado silêncio anterior justificava. [...] Foi, pois, uma ressurreição do povo para a vida social civilizada o fenômeno que ali se produziu, **devido à nossa intervenção amparada pelas intenções confortadoras do Chefe**. Através dessa campanha [...] o que se viu sempre foi um aferrado conservadorismo nos maus processos por parte dos contrários. Nesses dois anos, só cederam quando a nossa conquista da opinião pública obrigou a ação do Chefe [...].<sup>221</sup>

Raphael Escobar, portanto, evidenciava a Borges alguns dos resultados políticos obtidos pela facção escobarista com o apoio de poder borgiano, reconhecendo a política de estímulo pelo poder estadual. No seu entendimento, seriam esses resultados: a) reconstituição da justiça; b) decadência política dos Vargas; c) fiscalização e controle da prática do contrabando; d) o controle policial no município já não estava nas mãos do clã dos Vargas; e) o regime de terror imposto pelos Vargas à população são-borjense, por meio da coerção, da violência, fora suprimido a tal ponto que essa se sentia livre, revoltando-se contra os Vargas e,

<sup>221</sup> ABM. 8669. Remetente: Raphael Escobar a Protásio Alves. São Borja, 06 de agosto de 1915. (Grifos nossos)

por conseguinte, ficando ao lado de Raphael Escobar. Com essas afirmações, Raphael Escobar buscava reforçar a Borges de Medeiros o poder político de sua facção.

A narrativa de Raphael Escobar no quesito da prática da justiça era, de certa forma, confirmada pelas ações de Borges de Medeiros. Nessa perspectiva, para enfraquecer o domínio dos Vargas em São Borja a estratégia do poder borgiano foi a demora em atender a algumas reivindicações do general Vargas no campo do funcionalismo público, como ilustra Axt:

Numa sociedade onde a fronteira entre o público e o privado era tênue, o funcionalismo representava uma fonte de renda e de poder. Na capacidade de trazer benefícios para a cidade, reunir eleitores e controlar o maior número possível de cargos, bem como acessar os canais de distribuição dos mesmos, residia o termômetro de prestígio de uma facção. As nomeações e os pedidos eram intermediados pelo chefe, que via nos cargos e nos contratos formas de compensações pelos gastos realizados de seu próprio bolso nas campanhas eleitorais. [...]. No comando do Poder Executivo, Borges de Medeiros converteu-se no principal distribuidor de prebendas, condição que soube administrar de forma a forjar lealdades, dobrar dissidentes e, até mesmo, seduzir opositores.<sup>222</sup>

Sendo o principal distribuidor de prebendas, Borges de Medeiros invertia essa sistemática e começava a retirar dos Vargas a possibilidade de indicação de cargos dentro do funcionalismo público e da organização policial. Em vista da decisão do presidente do Estado de não nomear o juiz indicado pelos Vargas<sup>223</sup>, Firmino Paim Filho escreveu a Getúlio, em agosto de 1913, descrevendo os motivos alegados por aquele para sua resolução:

Ontem mesmo recebi tua carta e ontem mesmo entendi-me com o nosso preclaro chefe Dr. Borges de Medeiros, sobre o que nela me incumbistes. Disse-me o Dr. Borges ser orientação do governo retirar dos chefes locais a indicação aos cargos de justiça, juízes e promotores, a fim de que os nomeados não fiquem na dependência dos mesmos chefes locais. Ainda são seus desejos colocar nesses cargos bacharéis em direito, pois que, é intenção sua, modificar o sistema de concurso para Juiz da Comarca, bem como o regime de substituição dos juízes de Comarca, que passarão a ser substituídos pelos juízes distritais da sede. Foram as razões que determinaram a não nomeação do juiz indicado.<sup>224</sup>

<sup>222</sup> AXT, Gunter. 2007. op.cit. p. 110.

<sup>223</sup> Não se encontrou nas pesquisas a carta com a solicitação da nomeação do juiz por parte dos Vargas. Entretanto acredita-se que a carta-resposta de Firmino Paim Filho de agosto de 1913, já destacada, é demonstrativa dessa solicitação.

<sup>224</sup> FGV - GV c 1913.08.08. Data: 08/08/1913. Carta de Firmino Paim Filho a Getúlio Vargas explicando a não nomeação de seu recomendado para juiz e recomendando sua ida a São Borja para tratar de questões que envolvem Viriato Vargas. Porto Alegre.

Borges de Medeiros, ao autorizar Firmino Paim Filho a narrar a sua justificativa da não nomeação, mascarava suas reais intenções de desestabilizar o domínio dos Vargas. Essa ação dissimulada intensificava-se na área do funcionalismo, o que possibilitava ao líder palaciano oferecer esses cargos à facção dos “cristãos novos” que se articulava, revelando, assim, o prestígio político que o poder borgiano podia ofertar à grei adversária dos Vargas. Cabe ressaltar que, como bem destaca Axt, Borges de Medeiros, no intuito de manietar as situações municipais, “utilizava a Justiça para comprimir os poderosos locais, [...] podia alinhá-la aos interesses de uma facção que se dispunha a prestigiar, conquistando, desse modo, especial gratidão e lealdade dos seus integrantes”.<sup>225</sup>

Nessa perspectiva, os cargos de juiz distrital, promotor, juiz de comarca e delegado, que outrora haviam pertencido a funcionários leais aos Vargas, seriam ocupados por representantes do governo sem raízes locais, o que “feria o princípio coronelista do reconhecimento do prestígio e do poder local do coronel, no seu âmbito municipal ou distrital”.<sup>226</sup> Nessa “guerra” por cargos administrativos, os Vargas estavam perdendo expressivas posições, e essas perdas eram incentivadas e apoiadas por Borges de Medeiros. A correspondência de Manoel Nascimento Vargas a Borges de Medeiros em 14 de agosto de 1914, com o objetivo de trazer a conhecimento do presidente do Estado o contexto político de São Borja, traduz bem essa situação:

Ainda a pouco não sei por que intermédio conseguiu [Benjamim Torres], a inclusão na guarda aduaneira de um eleitor deles Salustiano Nunes. No entanto eu tinha dito a outros pretendentes que segundo me informou V. Ex.<sup>a</sup> não se pode fazer novas nomeações porque a guarda, isto é, a organização da guarda vai ser remodelada. Devido a esse auxílio nem o Raphael nem o Apparício querem abrir mão dele. No entanto é um homem perigoso pela sua atitude, pelos seus maus instintos e pelas inimizades que tem aqui.<sup>227</sup>

O patriarca da família Vargas questionava Borges sobre o processo de nomeações do funcionalismo estar ocorrendo à revelia do que o líder palaciano lhe tinha ressaltado, ou seja, a “nova reorganização da guarda” era outra estratégia dissimulada que aquele utilizava para não nomear os pertencentes à teia clientelista dos Vargas. Com essas ações, talvez Borges pretendesse minar os “currais eleitorais” dos Vargas, tirando-lhes a possibilidade de indicar serventuários da Justiça e da organização policial, o que diminuiria o seu prestígio local. Com sua experiência política, Manoel Nascimento Vargas já tinha compreendido que manter nos

<sup>225</sup> AXT, Gunter. 2007. op.cit. p. 124.

<sup>226</sup> FÉLIX, Loiva Otero. 1996. op.cit. p. 136.

<sup>227</sup> ABM.8654. Remetente: Manoel Nascimento Vargas a Borges de Medeiros. São Borja, 14 de agosto de 1914.

cargos da polícia administrativa e da justiça pessoas ligadas à sua facção republicana constituía-se num importante recurso para manter ou consolidar o seu poder político de coronel.<sup>228</sup>

Reconhecendo, entretanto, que o nome de Manoel Nascimento Vargas era detentor de força e prestígio político, tanto por possuir o apoio da maioria republicana local, como por sua trajetória política de republicano histórico, Borges de Medeiros envolvia os Vargas com artifícios dissimuladores de suas reais pretensões políticas. Para ilustrar esse aspecto, o telegrama enviado por Firmino Paim Filho a Getúlio Vargas em julho de 1914 confirma o apoio de Borges de Medeiros a Manoel do Nascimento Vargas quanto dos problemas políticos na Intendência de São Borja, os quais, convém lembrar, o próprio Borges incitava de maneira furtiva. Escrevia Firmino Paim Filho:

Nosso prezado chefe continua ter alta valia méritos venerando general Vargas. Nomeações só serão feitas mediante indicação sua. [...] Dr. Borges animado firme propósito cercar máximo prestígio venerando general Vargas em quem reconhece todas qualidades, chefia local. [...].<sup>229</sup>

Essa valorização dos Vargas significava um “processo de emascaramento e de cooptação” arquitetado por Borges na sua tradicional estratégia de fornecer “pão e circo”, ou seja, “recebiam o “pão” do continuísmo de seus privilégios de mando e o “circo” do aparato cerimonial que regulava as regras do partido”<sup>230</sup>, garantindo, assim, aparente ordem e disciplina dentro das hostes republicanas. Afinal, Borges de Medeiros estava atento aos acontecimentos de São Borja e, portanto, deveria ser *ele* a fornecer a última palavra, reforçando o seu poder e, por consequência, o poder estadual em detrimento do poder dos notáveis no âmbito local. A questão entre Borges de Medeiros e os Vargas configurava-se como um constante jogo político de convivência tensa, que oscilava entre a cooperação, a cooptação e embates políticos.

Nota-se que os partidários republicanos percebiam em Borges o homem que deteria a solução de todas as problemáticas, mesmo daquelas por ele mesmo criadas. Durante as crises interpartidárias, Borges de Medeiros se apresentava com seu “poder moderador”, detentor de

---

<sup>228</sup> Cabe destacar que a prática da justiça era “um terreno onde reboavam com intensidade os interesses privados e as disputas facciosas. Processos, contratos, testamentos, sentenças e julgamentos eram frequentemente motivos de atrição entre correntes e lideranças partidárias [...]”. AXT, Gunter. 2001b. op. cit. p. 333.

<sup>229</sup> FGV - GVC1914.07.04. Data: 04/07/1914 a 08/07/1914. Telegramas de Firmino Paim Filho a Getúlio Vargas informando sobre o apoio de Borges de Medeiros a Manoel do Nascimento Vargas face aos problemas políticos na Intendência de São Borja. Porto Alegre.

<sup>230</sup> FÉLIX, Loiva Otero. 1996. op.cit. p.81.



qualidades que lhe permitiam ser fonte de auxílio, até mesmo aos que, sem saber, estavam envolvidos na surdina pelo mentor Borges de Medeiros. Gunter Axt denomina “poder moderador de Borges” à interferência deste nas questões que envolviam disputas internas entre as facções republicanas, as quais, na sua maioria, eram incentivadas pelo poder borgiano ao manipular a ascensão ou o desgaste das facções nas hostes republicanas.

No ápice dessas cizânias partidárias era conclamada a intervenção do chefe do PRR. Aos olhos de seus partidários, Borges buscava harmonizar as discórdias nas fileiras do PRR, contudo engendrava estratégias ocultas de combate aos membros de crescente poderio, os quais pudessem se constituir em barreira ao seu poder em nível local. Em suas palavras, Axt afirma que, em meio às disputas locais,

o nível de conflito entre facções de força mais ou menos equivalente atingia proporções insuportáveis, os aliados de Borges de Medeiros divisavam o mesmo espectro - representado pela ameaça dos federalistas, de crescimento da dissidência ou de prejuízos ainda maiores decorrentes de violências e perseguições -, reclamando então, com todas as letras, a intervenção do “poder moderador”.<sup>231</sup>

Manoel Nascimento Vargas e sua família, enfrentando diretamente forte oposição, agora nas próprias hostes partidárias republicanas, sabiam que, para poder administrar o município, necessitavam do apoio e da confiança de Borges de Medeiros, ou seja, do seu “poder moderador”. Contudo, isso não significava aceitar pacificamente os ditames autoritários do poder borgiano. Os Vargas enfrentavam novamente outro período de forte oposição política, que se intensificava em virtude das denúncias de Benjamim Torres contra Viriato, o que favorecia a existência de uma ambiguidade nas relações entre poder local/poder estadual.

As cizânias intrapartidárias locais, estimuladas pelo poder estadual, tornavam o cenário político de São Borja um “campo de guerra” entre republicanos. Esse contexto de intrigas, calúnias, denúncias, desestabilização política e conflitos internos entre facções republicanas no município de São Borja e os jogos políticos de Borges de Medeiros com as duas facções republicanas pesavam desfavoravelmente ao poder dos Vargas. O então deputado Getúlio Vargas, que a tudo assistia e que estava diretamente envolvido, percebia que era chegada a hora de tomar algumas medidas políticas para mostrar a Borges de Medeiros que os Vargas não estavam dispostos a entregar o domínio político em São Borja. Getúlio

---

<sup>231</sup> Ver AXT, Gunter. 2001b. op.cit. p. 140.

estava disposto a enfrentar o poder estadual, ou seja, confrontar-se com Borges de Medeiros e seus inimigos políticos no âmbito local.

A posição de Getúlio como deputado da Assembleia dos Representantes no quadriênio de 1909 a 1912 estava por se encerrar. Entretanto, seu nome já constava da nominata do PRR para o próximo pleito eleitoral para o cargo de deputado estadual no período de 1913-1917; logo, sua reeleição já estava garantida. Seu prestígio político e pessoal junto a figuras de destaque no cenário político gaúcho, juntamente com sua atuação ao longo da primeira legislatura, credenciava-o para a reeleição, o que se confirmaria, pois Getúlio foi reconduzido à Assembleia dos Representantes com um total de 77.141 votos. O mês de setembro aproximava-se e, com ele, a abertura dos trabalhos da Assembleia, onde Getúlio assumiu sua cadeira no dia 6 de outubro de 1913 e, para surpresa de muitos, após renunciou.

Para se entenderem os motivos alegados para a renúncia em relação à fraude eleitoral de Cachoeira, torna-se significativo ressaltar algumas características do processo eleitoral. A votação nos candidatos aos cargos eletivos fazia-se por listas, as quais eram reproduzidas nas cédulas. O responsável por organizar a lista para as eleições da Assembleia era o chefe do partido, Borges de Medeiros, o qual, como aponta Axt, “dificilmente gozava de autonomia total sobre a composição das listas, precisando sempre negociar com as outras estrelas da constelação partidária”.<sup>232</sup>

Borges de Medeiros, ao enviar a lista de candidatos oficiais à Assembleia dos Representantes e aos municípios, esperava que os coronéis locais, responsáveis pela confecção das cédulas eleitorais, seguissem suas indicações. Não obstante, os mandatários locais muitas vezes “traíam a orientação palaciana, “furavam as chapas”, alterando a ordem dos nomes ou suprimindo candidatos”. Essa fraude, segundo Axt, “podia se tornar algo freqüente para as eleições proporcionais estaduais e federais, constituindo-se numa sublevação de facções do partido e de alguns coronéis em face da orientação da chefia unipessoal borgiana”.<sup>233</sup>

Essa situação de sublevação ocorreria na cidade de Cachoeira do Sul e teria consequências na renúncia de Getúlio Vargas, motivada pela ocorrência da fraude eleitoral naquela cidade, onde João Neves da Fontoura e Odon Cavalcanti furaram chapas das cédulas oficiais do partido, enviadas a outros municípios e até mesmo à capital, em benefício dos candidatos de seu grupo político dentro do PRR. Essa fraude eleitoral se transformou em um escândalo, pois Getúlio Vargas teria sido favorecido com tais alterações nas cédulas eleitorais.

---

<sup>232</sup> AXT, Gunter. 2001b. op.cit.p.149.

<sup>233</sup> Idem, p. 149-150.

Em muitos distritos de São Borja, por exemplo, houve fraude nas chapas oficiais, em que constava apenas o nome de Getúlio, suprimindo-se os outros candidatos republicanos. Borges não apoiou os candidatos beneficiados com esse artil e procurou solucionar essa questão eleitoral solicitando a renúncia do coronel Isidoro Neves da Fontoura e de Arlindo Leal.

Os acontecimentos ocorridos em Cachoeira e a própria decisão de Borges de Medeiros seriam apontados no discurso realizado por Getúlio Vargas no plenário da Assembleia dos Representantes. Em suas palavras:

Como sabeis, ao ferir-se o último pleito eleitoral que nos trouxe a esse recinto, deuse, no município de Cachoeira, devido a recentes animosidades entre dois candidatos da chapa republicana, uma séria divergência, da qual resultou procurarem os adeptos desses candidatos excluïrem um ao outro, votando, contudo, nos candidatos restantes.

Ora, uma vez que, como em Cachoeira, também na minha terra natal alguns correligionários nossos votaram em chapa especial, sufragando unicamente meu nome, e tendo por outro lado, o digno e ilustre chefe do Partido Republicano, Dr. Borges de Medeiros adotado como critério em relação a esses dois candidatos o alvitre de renunciarem eles os seus mandatos, como medida disciplinar, que se impunha, sinto-me compelido a renunciar, como ora renuncio meu mandato, [...].<sup>234</sup>

Entretanto, a situação de fraude eleitoral ocorrida no município de Cachoeira seria apenas um pretexto para marcar as reais intenções de Getúlio. Sua abdicação era um ato de rebeldia, um gesto de independência, um protesto contra as arbitrariedades praticadas pelo chefe do partido e presidente do estado.

Getúlio Vargas percebia o dúbio jogo político que o líder palaciano fomentava entre as facções republicanas são-borjenses. As indecisões e a intervenção arbitrária do poder borgiano no município de São Borja colocavam em risco o prestígio político dos Vargas, e Getúlio estava atento ao auxílio político que Borges oferecia à grei escobarista. Ao prestigiar o grupo de cristãos novos, Borges de Medeiros incentivava as divergências locais e reduzia a autoridade política do governo dos Vargas. O chefe republicano, ao promover a facção escobarista, criava um ambiente de disputas e de embates políticos não necessários, pois, na concepção de Getúlio, quem detinha o poder local era sua família. Portanto, ao intervir no município de São Borja, cerceava a autonomia municipal e a autonomia partidária dos Vargas.

O discurso de renúncia de Getúlio Vargas seria carregado de insinuações à política de Borges de Medeiros:

---

<sup>234</sup> A FEDERAÇÃO, 14 de outubro de 1913. *Renúncia de Mandato*.

[...] confundem-me imensamente as confortantes manifestações dos meus ilustres colegas, mas preciso dizer-lhes, como ao Partido Republicano inteiro, que não venho penitenciar-me, por que nenhum ato pratiquei de que se me possa inculpar-me; quero apenas declarar que os votos a mais que recebi em São Borja foram me dados espontaneamente, sem que eu os solicitasse. [...] Não os solicitei de ninguém, do mesmo modo que não solicitei esse mandato, nem alguém o solicitou por mim, não. Recebi-o como uma investidura de confiança política do chefe do meu partido, mas, uma vez que a minha eleição infringiu as normas da disciplina implantada entre nós, devolvo-o a esse mesmo chefe que me confiou-o, para que esse dele faça o uso que lhe aprouver [...].<sup>235</sup>

A preleção de Getúlio autoriza a reconhecer alguns elementos latentes. Por um lado, Getúlio salientava que: a) não aceitava a política que Borges estava fomentando; b) apontava que seu mandato era fruto de sua atuação política, não um favor, e sua trajetória política e o poderio dos Vargas em São Borja balizavam essas afirmações; c) defendia-se das acusações de arquitetar ou, mesmo, contribuir com o planejamento e execução da fraude eleitoral.

Por outro lado, o ato de renúncia, pode ser visto como consequência de uma manobra artilosa do presidente do Estado, o qual, ao exigir a renúncia dos envolvidos na fraude municipal de Cachoeira, o coronel Izidoro Neves da Fontoura e Arlindo Leal, deixava subentendido que todos os envolvidos nessa quizila deveriam deixar cargo para garantir a propalada disciplina partidária entre os membros do PRR. Dessa forma, Getúlio Vargas, como seguidor das normas republicanas, viu-se acuado pela situação e obrigou-se a renunciar.

O texto do jornal *A Federação* intitulado de “Renúncia de Mandato”, de 14 de outubro de 1913, permite depreender que Borges de Medeiros esperava e concordava com a solução dada ao problema da fraude eleitoral. Seus editores justificavam pelo viés da manutenção da ordem republicana os atos de renúncia dos três deputados sufragados na eleição para a Assembleia dos Representantes do ano de 1913.<sup>236</sup>

[...], todavia, houve uma infração da disciplina partidária que precisava ser solucionada, de modo a não prevalecer um precedente de maus efeitos. O único meio de resolver cabalmente o caso, de modo a evitar futuras reproduções de semelhantes desvios de orientação que cumpre ser observada nos pleitos, era a renúncia, e esse meio foi adotado.<sup>237</sup>

<sup>235</sup> A FEDERAÇÃO, 14 de outubro de 1913. *Renúncia de Mandato*.

<sup>236</sup> Como bem salienta João Neves da Fontoura, os editais do Jornal *A Federação* sempre eram observados por Borges de Medeiros antes de sua publicação. Ora sufragava editais, ora reescrevia os artigos a serem publicados. O que era exposto nas páginas do órgão republicano passava pelo crivo de Borges de Medeiros. FONTOURA, João N. da. 1958. op. cit. p. 24-37.

<sup>237</sup> A FEDERAÇÃO, 14 de outubro de 1913. *Renúncia de Mandato*.

Apesar de toda situação criada, Getúlio Vargas perpetrava o ato de renúncia, em discurso em plenário, com palavras de forte impacto, argumentando a seus nobres colegas deputados na escadaria da Assembleia dos Representantes que não aceitava as estratégias de Borges de Medeiros pacificamente e que, por conseguinte, iria lutar com todas as armas disponíveis para garantir o domínio dos Vargas na cidade de São Borja. Portanto, com sua ação de renúncia, procurava salientar que, apesar de sua abdicação, resistiria à tentativa de Borges de Medeiros de submeter os Vargas ao seu controle. A própria renúncia, desse modo, adquiria caráter de defesa, visando arquitetar estratégias políticas de fortalecimento de sua família. Getúlio Vargas recuava do cenário político estadual, mas preparava ações para enfrentar a grei adversária republicana são-borjense e garantir o poderio dos Vargas perante Borges de Medeiros.

Quais seriam suas intenções pessoais e políticas diante da prática política realizada por Borges de Medeiros? Que articulações pessoais no âmbito público e privado poderiam auxiliar na manutenção do poder de sua família em São Borja? A situação política dos Vargas era alarmante e, portanto, seu envolvimento se fazia necessário. Acredita-se que, conhecedor das regras do jogo, Getúlio Vargas, durante os quatro anos em que esteve afastado da Assembleia dos Representantes, atuou para a manutenção e a consolidação do poderio do clã dos Vargas em São Borja.

Entende-se que, apesar de atritos políticos com Borges de Medeiros, Getúlio Vargas utilizou-se de suas relações de amizade, forjadas principalmente durante os anos de bacharelado na Faculdade de Direito e como deputado estadual, para formular estratégias que possibilitassem manter o poder de sua família em São Borja e o seu reconhecimento como político de destaque. Getúlio envolver-se-ia nas querelas municipais, indo, assim, de encontro às propaladas informações historiográficas que ressaltam seu afastamento dessas cizânias político-partidárias.

A configuração das estratégias, a tentativa de unir as facções adversárias locais e o fortalecimento da figura política de Getúlio Vargas, assim como o seu retorno à Assembleia dos Representantes no ano de 1917, constituirão a análise do próximo capítulo.

### **3 O CENÁRIO POLÍTICO PÓS-RENÚNCIA: GETÚLIO VARGAS E SEU RETORNO A SÃO BORJA**

Em outubro de 1913, Getúlio Vargas renunciou ao seu mandato de deputado estadual da Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul. Como já mencionado, ao realizar essa ação, rompia com a política dúbia de Borges de Medeiros e iniciava seus primeiros movimentos políticos para fortalecer os Vargas contra a divisão partidária local, ao mesmo tempo em que objetivava exercer pressão política sobre o próprio poder borgiano. Ao renunciar ao seu mandato, Getúlio Vargas retornaria a São Borja e se converteria, como se verá neste capítulo, em protagonista do cenário político são-borjense ao longo dos anos de 1913 a 1917, conduzindo suas ações e estratégias políticas com vista a assegurar o domínio do clã dos Vargas, o qual, nessa quadra, enfrentava intensas crises políticas.

Com esse desígnio, Getúlio se utilizaria de diversas estratégias, desenvolvidas substancialmente em duas dimensões: a primeira realizada de maneira exteriorizada, pela sua participação na imprensa local e estadual e na área da advocacia; a segunda, tramada de forma subterrânea, junto a lideranças republicanas estaduais. Ao realizar essas articulações, tanto no âmbito local como no estadual, Getúlio exerceria importante papel de resistência em face dos ataques políticos de seus inimigos e de articulação, o que mais adiante lhe possibilitaria alçar expressivo prestígio político. O resultado dessas ações permitiria a Getúlio retornar em 1917 à Assembleia dos Representantes, projetando-se novamente no cenário estadual e dando continuidade à sua trajetória política, que, a partir de então, se desenvolveria a passos largos.

Em São Borja, em meados de 1910, como destacado nos capítulos anteriores, aconteciam fortes disputas políticas entre as famílias Escobar e Vargas, fosse para conquistar, fosse para manter o poder político daquele município. Eram disputas pelo poder permeadas pela lógica do sistema clientelista e coronelista, evidenciando o jogo de interesses dos grupos políticos do PRR e suas relações de poder nas esferas local e estadual no período de 1913 a 1917. Durante esses quatro anos de uma pretensa retirada de Getúlio Vargas do jogo político estadual, Borges de Medeiros teria consolidado novamente a sua chefia unipessoal de governo. No ano de 1915, porém, o líder palaciano seria acometido por sérios problemas de saúde, afastando-se por um ano do poder, ao mesmo tempo em que o PRR enfrentaria forte cisão em suas fileiras, originadas das disputas pela indicação de Hermes da Fonseca ao Senado. Nesse contexto, é possível observar as insubordinações e articulações de Getúlio em relação ao poder de Borges de Medeiros. Agora, após a renúncia política no âmbito estadual,

quais seriam as ações, as estratégias e as contendas políticas que Getúlio Vargas teria de elaborar e enfrentar em seu período de suposto afastamento do jogo político estadual? Qual seria seu posicionamento pessoal e político diante da prática da política dúbia realizada por Borges de Medeiros, como se viu no segundo capítulo?

Nesse sentido, pode-se dizer que os eventos políticos ocorridos na cidade de São Borja, tais como a abdicação de Viriato Vargas dos cargos de intendente e de chefe político do PRR são-borjense, o acirramento das lutas intrapartidárias, o assassinato de Benjamim Torres, os jogos de interesses privados que precederam o pleito eleitoral local em 1915 e a insubordinação de Getúlio na questão do vice-intendente em 1916, são importantes elementos que ajudam a compreender melhor o período em que Getúlio esteve afastado do cargo de deputado estadual e seu posterior retorno ao mesmo cargo, novamente apoiado por Borges de Medeiros, em 1917.

### 3.1 ACORDOS POLÍTICOS ENTRE O PODER LOCAL E O PODER ESTADUAL: ACUSAÇÕES CONTRA OS VARGAS E OS JOGOS POLÍTICOS DE BORGES DE MEDEIROS

Ao renunciar ao seu mandato de deputado estadual, Getúlio retornaria a São Borja para, a partir do âmbito local, defender o poder varguista ameaçado por Benjamim Torres e Raphael Escobar, estimulados por Borges de Medeiros. Nessa perspectiva, a grei adversária dava prosseguimento às suas intenções de abalar o prestígio político e pessoal de Viriato Vargas, atingindo todo o clã dos Vargas e ameaçando o seu poder local, por meio das já citadas denúncias de Benjamim Torres. Essas denúncias se transformariam em uma representação pública contra Viriato Vargas, oficializada no mês de outubro de 1913 por Benjamim Torres.<sup>238</sup> Em consequência, Borges de Medeiros nomeou o delegado especial Amaro de Campos Pereira para instaurar inquérito sobre as acusações contra Viriato Vargas.<sup>239</sup>

A situação política na cidade de São Borja mostrava-se crítica em virtude das investigações do delegado especial enviado por Borges, formando um contexto desfavorável ao clã dos Vargas. Nesse sentido, em telegrama em 8 de outubro de 1913 a seu irmão, Getúlio

---

<sup>238</sup> Para maiores detalhes sobre a representação pública de Benjamim Torres contra Viriato Vargas ver a obra de COLUSSI e DIEHL. 2008. op. cit. p 73- 97.

<sup>239</sup> Idem, p. 76-77.

Vargas, que se encontrava na capital gaúcha, Viriato narrava a situação periclitante que o mando local da família Vargas vivenciava, a ponto de ele até mesmo expor sua intenção de renunciar à Intendência após a conclusão do inquérito, em razão das fortes pressões locais e estaduais. Escrevia Viriato:

Pedi inquérito Presidente não uma devassa. Provada minha inocência renunciarei, pois um homem de bem que por mera dedicação ocupa um lugar de sacrifícios não pode por esse mesmo motivo estar constantemente exposto a vexames, devassas devido a acusações. Mera vingança aparece. Sabes que desgostoso como fiquei com negra ingratidão ambicioso Benjamim só tu tens conseguido me manter direção da política, pois mais de uma vez tenho querido abandonar. Nada aspiro e nada tenho.<sup>240</sup>

Desse telegrama é possível depreender alguns elementos: a) Viriato talvez procurasse se adiantar à sua possível deposição do cargo por Borges de Medeiros; b) as investigações impetradas pelo delegado especial enviado por Borges de Medeiros eram realizadas de maneira enérgica, o que, no mínimo, significava dizer que realmente após a renúncia de Getúlio do mandato da Assembleia, Borges de Medeiros intensificava sua política desfavorável aos Vargas; c) confirma a situação delicada pela qual os Vargas passavam, originada pelas denúncias de Benjamim Torres, as quais repercutiam tanto no âmbito estadual como no local. No âmbito estadual, a representação pública de Benjamim Torres autorizava a intervenção oficial de Borges, oportunidade derradeira para que o poder borgiano interferisse na política local, visando desestabilizar o mando dos Vargas. No âmbito local, essa situação de denúncia tinha corroído em muito o prestígio político e pessoal de Viriato Vargas. Em vista desse fato, Borges de Medeiros começava a pressionar para que o filho primogênito de Manoel Nascimento Vargas abdicasse das suas funções políticas e administrativas na cidade de São Borja.

Por trinta dias, o delegado especial Amaro de Campos Pereira apurou os fatos sob forte pressão política dos Vargas, a ponto de solicitar junto a Borges de Medeiros o auxílio de cinquenta praças para, assim, escudado na força da Brigada Militar, dar prosseguimento à sua diligência. Concluindo suas investigações, no dia 8 de novembro de 1913 entregou seu relatório, o qual foi remetido a Borges de Medeiros, que, por sua vez, o enviou ao procurador-geral do estado – o qual agia em perfeita reciprocidade com Borges<sup>241</sup> –, para que desse seu

<sup>240</sup> Correspondência FGV – G V c 1913.10.08; Data: 08/10/1913. Telegrama de Viriato Dornelles Vargas a Getúlio Vargas comunicando sua decisão de renunciar à Intendência de São Borja após a conclusão de inquérito por ele solicitado a Borges de Medeiros. São Borja.

<sup>241</sup> “Em uma sociedade onde os canais de representação eram coarctados e o poder infraestrutural do estado toldado, a alta administração da Justiça aliou-se ao Poder Executivo, submetendo-se à compressão, por meios



parecer. Cabe ressaltar que, nesse período, a “política, administração e Justiça andavam de mãos dadas”<sup>242</sup>, pois, como bem ressalta o historiador Gunter Axt, “[...] Borges de Medeiros procurava controlar a atividade jurisdicional em benefício do fortalecimento do poder central em face das facções locais [...]”.<sup>243</sup>

Apesar das pressões exercidas sobre os Vargas, pela análise da documentação enviada pelo delegado especial ao procurador-geral do estado, percebe-se que este alegou falta de elementos que autorizasse o procedimento criminal contra o coronel Viriato Vargas. Assim, Borges de Medeiros promulgou no jornal *A Federação* do dia 7 de dezembro de 1913, com o sugestivo título “A Intendência e a direção política de São Borja”, o desenlace desse episódio. O líder partidário e presidente do Estado assim se expressava:

Após detido exame de todos os documentos instrutivos do inquérito aberto em São Borja, em virtude da representação, do Dr. Benjamim Torres, médico residente, o ... desembargador Procurador Geral pela falta de elementos que o autorizem o procedimento criminal contra o coronel Viriato Vargas, intendente daquele município, conformando-me com esse parecer, devolvo todos os papéis à chefatura de polícia, onde ficarão arquivados, sem prejuízos de qualquer certidão e exames requeridos pelas partes interessadas.<sup>244</sup>

O fragmento transcrito evidencia as estratégias conspiratórias que Borges de Medeiros elaborava em relação aos Vargas. Escudado pela investidura legal da justiça, na figura do procurador-geral do estado, apesar de ordenar o arquivamento do processo criminal contra Viriato, Borges pressionava ocultamente Viriato Vargas para que renunciasse. Ora, convém lembrar que Borges de Medeiros não havia fornecido, inicialmente, seu apoio político ao filho primogênito do general Vargas, quando esse fora indicado para assumir, em 1911, essas funções políticas no âmbito local. Contudo, em razão de diversos fatores, já destacados no segundo capítulo, acabara cedendo e apoiara sua candidatura.

Borges de Medeiros, conhecedor do passado comprometedor de Viriato e de seu temperamento inconstante, esperava que esse desenvolvesse novas cizânias locais. As acusações contra Viriato de defloramento, contrabando, abuso de autoridade, entre outras, consubstanciadas na representação pública de Benjamim Torres, configuravam-se como a oportunidade derradeira para que Borges de Medeiros interviesse no município de São Borja e

---

constitucionais e/ou extralegais, de sua autonomia institucional, não apenas por conta de inconfessáveis vantagens individuais e privadas, mas sobretudo em benefício do esforço de construção da autonomia relativa do aparelho estatal, o qual, num sistema político dominado pelo coronelismo, significava, antes de tudo, afirmação sobre as lideranças pessoais nos municípios” . AXT, Gunter. 2001b. op.cit. p.132.

<sup>242</sup> Idem, p. 123.

<sup>243</sup> Idem, p.126.

<sup>244</sup> A FEDERAÇÃO, 07 de dezembro de 1913. *A Intendência e a direção política de São Borja*.

destituiu Viriato das funções políticas e administrativas, reduzindo, por consequência, o poder político dos Vargas. Portanto, essa “falta de elementos para o procedimento contra Viriato” ratificada por Borges de Medeiros se configurava como uma estratégia dissimulada do poder borgiano, que pressionava, por via de negociações, Viriato a renunciar a suas funções políticas e administrativas, trazendo como consequência aos Vargas a perda do domínio da chefia unipessoal política de São Borja.

Desse modo, o desfecho final dessa questão seria encaminhado de modo que Viriato Vargas renunciasse às suas funções de chefe do Partido Republicano são-borjense e de intendente municipal, o que possibilitaria uma nova estrutura administrativa e política no município. Nesse sentido, encontra-se no jornal *O Maragato* de 11 de janeiro de 1914, na secção intitulada de “A feira de consciência. O caso de São Borja”, como seria configurado o novo quadro político e administrativo são-borjense. Na função de chefe do Partido Republicano são-borjense,

[...] será investido, com algumas restrições, o general Manoel Nascimento Vargas, pai do coronel Viriato, é que as exerceu. Os membros da família Escobar e outros cavalheiros que se acham em oposição ao atual intendente, entrarão para o partido republicano chefiado pelo Dr. Borges de Medeiros. Si o vice-intendente, o Sr. Antonio Garcia da Rosa, se recusar a assumir a administração municipal, o presidente do Estado nomeará um intendente provisório, o qual procederá a eleição do novo intendente. Para a escolha do candidato definitivo a esse cargo, os dois grupos divergentes procurarão chegar a um acordo. Não sendo possível isso, realizar-se, o Dr. Borges de Medeiros indicará então um candidato. [...] <sup>245</sup>

Essa solução descrita no artigo destacado permite algumas considerações que abarcam duas dimensões diferenciadas: a da facção escobarista e a de Borges de Medeiros. Para os inimigos políticos dos Vargas era favorável, na medida em que confirmavam sua filiação às hostes do Partido Republicano são-borjense, sendo cooptados pelo poder borgiano. Por sua vez, na dimensão do poder estadual, Borges em último caso, deixava em aberto a possibilidade de intervir nomeando um intendente provisório para São Borja, ou mesmo de o próprio líder palaciano indicar um nome para apaziguar as animosidades políticas são-borjenses. Convém salientar o que registra o historiador Gunter Axt:

A intervenção importava sempre num recuo da autonomia local, mas jamais acarretava em controle absoluto do poder central. Para que a intervenção ocorresse, era necessário um misto de imposição do governo estadual e aceitação por parte das facções. A iniciativa precisava ainda ser invariavelmente revestida de legitimidade.

<sup>245</sup> O MARAGATO, 11 de janeiro de 1914. *A feira de consciências. O caso de São Borja.*

Do ponto de vista político bastava, para tanto, a constatação geral dos prejuízos auferidos do quadro de impasse provocado pela briga de correntes. Sob o aspecto legal, forjavam-se engenhosos pretextos. A justificativa de fraudes eleitorais ou de incompatibilidade da lei orgânica municipal face à Carta de 14 de Julho instrumentalizou mais de duzentas intervenções nos municípios gaúchos entre 1896 e 1923.<sup>246</sup>

Assim, como se pode intuir, essa nova organização política precisou ser negociada pelo poder borgiano junto às duas facções republicanas de São Borja. O presidente do Estado, ao desenvolver sua estratégia de manipular as duas facções em disputas por meio de acordos, ora reforçando seu apoio à facção escobarista, ora à facção liderada pelos Vargas, buscava estruturar a situação política local submetendo o chefe partidário sob à autoridade, a fim de garantir os seus interesses políticos, reforçando, em consequência, a presença do poder do Estado sobre o município.

Com a destituição de Viriato Vargas, os adversários da facção varguista jubilavam-se acreditando que iriam conseguir desestabilizar os Vargas, contando com o apoio de Borges de Medeiros. No artigo publicado por Benjamim Torres no jornal *Correio do Povo* em dezembro de 1913, intitulado de “A política e o prestígio dos Vargas”, Torres esboçava sua percepção de futuras vitórias da grei que fazia oposição aos Vargas na cidade de São Borja. Nas palavras de Torres:

[...] Quem fez justiça em D. Pedrito, no Rio Grande, no Rosário, em Uruguaiana e em tantos outros municípios, não podia de modo algum deixar de fazer justiça em São Borja. O Dr. Borges, guiado pelo seu temperamento que nada tem de violento, querendo fazer justiça começando por uma arbitrariedade, irá aos poucos, dia a dia, serenamente golpeando a anarquia que reina em São Borja, e tenho certeza que não longe veremos ruir para nunca mais essa oligarquia nefasta. A prova mais frisante de tudo isto está na mudança completa da justiça de São Borja. Já temos um delegado que não foi indicado pelo Sr. Viriato, já temos um juiz distrital, teremos um promotor e ficaremos sobretudo livres dele. O Dr. Getúlio levou daqui a incumbência de fazê-lo [Viriato] resignar a chefia do partido e o lugar de intendente; por tanto, a derrocada já começou e há de ser completa; engana-se quem quiser. [...] <sup>247</sup>

Com essas palavras, Torres jogava politicamente, demonstrando que a facção liderada por Raphael Escobar, ao contrário dos Vargas, teria as “boas graças” de Borges de Medeiros. Outra evidência que Torres registraria nesse artigo era que os Vargas começavam a perder expressivos postos políticos na área da justiça, o que, na sua concepção, era o início da

<sup>246</sup> AXT, Gunter. 2001b.op. cit. p. 142-143.

<sup>247</sup> CORREIO DO POVO. 07 de dezembro de 1913. Seção Livre. *Acontecimentos de São Borja: A política e o prestígio dos Vargas*.

“derrocada” do poder daquela família em São Borja, já que Borges de Medeiros começava a “golpear” o domínio da “oligarquia nefasta”. Desse modo, a grei adversária aos Vargas, contando com o sustentáculo do mandatário estadual, procurava desestabilizar o poder político dos Vargas.

Imbuído dessa pretensão, logo em seguida à posse do cargo de intendente pelo cel. Antonio Garcia da Rosa, a facção de Raphael Escobar iniciaria os boatos de uma possível destituição do atual intendente, deixando um clima de constante incerteza política para a facção varguista. O artigo publicado no jornal *O Maragato* de 1º de fevereiro de 1914 esboça bem esse contexto, visto que descreve as pressões locais que a grei adversária dos Vargas estava realizando no intuito de destituir o intendente Antonio Garcia da Rosa, recentemente investido dessa função. O artigo contém o seguinte conteúdo:

[...] os novos cristãos Dr. Raphael Escobar e Apparício Mariense, dizendo-se autorizados pelo Dr. Borges de Medeiros foram à casa do vice-intendente em exercício convidá-lo a renunciar o cargo, a fim de poder o chefe do partido dominante nomear um intendente provisório e proceder-se a nova eleição. O atual intendente, porém, resistiu à intimação e declarou que, em hipótese alguma, abandonará o cargo.<sup>248</sup>

O jogo político estava cada vez mais desfavorável aos Vargas, pois agora seus adversários políticos propalavam o apoio que recebiam de Borges de Medeiros, para que o atual intendente renunciasse e em seu lugar fosse nomeado um intendente provisório. Tal situação, aliás, Borges de Medeiros desejava e incitava, pois, caso Raphael Escobar conseguisse essa renúncia, ele aproveitaria essa oportunidade para sobrepujar os Vargas impondo a autoridade do poder estadual ao poder coronelista de Manoel Nascimento Vargas.

Outro documento que igualmente confirma a pressão política que a facção de Raphael Escobar vinha realizando com o propósito de fazer renunciar o intendente consubstancia-se na carta de Manoel Nascimento Vargas dirigida a Borges de Medeiros em 24 de março de 1914, na qual o missivista descreve a situação política conturbada que sua chefia enfrentava após a renúncia de Viriato, em razão das manobras políticas que seus adversários operavam. O general Vargas assim se expressava:

Informado [...] da palestra [...] a respeito da retirada do Cel. Garcia da Rosa da Intendência e nomeação de uma pessoa de fora, estranhei tal medida [...] Quando Getúlio aí esteve para tratar da substituição do Viriato [...] ficou resolvido que ele [Cel. Garcia] terminaria o período intencional [...] Agora quando os Escobares

<sup>248</sup> O MARAGATO. 01 de fevereiro de 1914. *Casos... O caso de São Borja.*

para aqui trazem o \_(?)\_ Benjamim e, juntamente com ele, estão a fazer política, e levam a cabo uma manifestação acintosa e ofensiva a mim, obtém como recompensa, a promessa de retirada do Cel. Garcia [...]. E para que tudo isso? Para agradar o Sr. Raphael? [...] De que se queixam os cristão novos do partido? De violências e arbitrariedades do Viriato? [...] Esse abandonou todas as posições e está até disposto [...] a uma viagem afim de que não mais aleguem a continuidade de sua intervenção [...].<sup>249</sup>

Nessa correspondência Manoel Nascimento Vargas destacava ao presidente do Estado algumas conclusões pessoais que feriam o acordo estabelecido entre os Vargas e Borges de Medeiros, quando havia sido negociada a nova organização política e administrativa que se estabeleceria com a renúncia de Viriato Vargas. Eram elas: a) o acordo realizado entre os Vargas e Borges de Medeiros estaria pautado na manutenção do cel. Garcia da Rosa até o término do período intencional, o que deveria ocorrer apenas no ano de 1915, dando tempo para a facção varguista reunir seus “currais eleitorais” e garantir a vitória de um candidato aliado à sua facção; b) Borges teria feito promessas à facção liderada por Raphael Escobar de destituição do atual intendente, o que na concepção de Manoel Nascimento Vargas era inadmissível; c) não havia motivos para o afastamento do atual intendente de São Borja, pois, se a grei minoritária tinha acusado Viriato de várias arbitrariedades em suas denúncias, o que ocasionara sua queda política, este já estava afastado das funções políticas, ou seja, se o motivo principal das pressões sofridas pelos Vargas eram as denúncias contra Viriato, como poderiam ainda sofrer coações políticas se haviam cumprido o combinado afastando Viriato do poder?

Essa correspondência enviada por Manoel Nascimento Vargas a Borges de Medeiros em 24 de março de 1914 e o artigo publicado no jornal *O Maragato* em 1º de fevereiro de 1914, acima citados, confirmam o jogo político que o presidente do Estado realizava com as greis republicanas em São Borja, uma liderada por Raphael Escobar e outra pelos Vargas. Borges de Medeiros, ao incentivar que Raphael Escobar implantasse boatos de uma possível renúncia do cel. Antonio Garcia da Rosa, ao mesmo tempo em que fazia acordos com a família Vargas, jogava politicamente com as duas facções. Jogando uma contra a outra, esperava que ambas enfraquecessem o poder coronelista local que cada uma detinha, buscando impor, desse modo, a autoridade do poder estadual através de seu poder moderador na conturbada situação política de São Borja, patrocinada por ele próprio.

Para piorar ainda mais a situação desfavorável aos Vargas, em meio a esses jogos políticos a facção de Raphael Escobar receberia o apoio político do deputado estadual Álvaro

---

<sup>249</sup> ABM. 8644. Remetente: Manoel Nascimento Vargas a Borges de Medeiros. São Borja, 24 de março de 1914.

Baptista<sup>250</sup>, que seria responsável por manter junto a Borges de Medeiros constante empenho no intuito de destituir a família Vargas do domínio local. Nessa perspectiva, Firmino Paim Filho, estando de “atalaia” em Porto Alegre, escreveria a Getúlio Vargas em 8 de junho de 1914 informando que Álvaro Baptista apoiaria Raphael Escobar e que ambos iniciariam os preparativos para enfrentar os Vargas, principalmente para elaborar novas estratégias que conduziram a que o cel. Antonio Garcia abdicasse do cargo de intendente, adiantando assim as eleições municipais. O missivista solicitava também calma e prudência, além de árduo trabalho por parte dos Vargas para enfrentar os ataques de seus inimigos, o que deixava subtendido que a pressão dos adversários seria elaborada de maneira expressiva. Nas palavras de Firmino Paim Filho:

O nosso amigo Dr. Álvaro Baptista colocou-se francamente à frente dos elementos dirigidos por Raphael, a quem mandou chamar a fim de combinarem a ação que devem exercer aí, de franca oposição. Assim é que vão fundar jornal e alistar eleitores para prepararem-se para a eleição intencional. O Dr. Álvaro insiste ainda para que a eleição se faça já pela renúncia do vice-intendente [...], devendo vocês não perder tempo, exercendo ação coordenada de esforços e de agremiação, agindo sempre com calma e destruindo o que eles possam fazer [...]. Eu aqui ficarei de atalaia [...].<sup>251</sup>

As informações de Firmino Paim Filho transcritas se revelam verdadeiras, pois Raphael Escobar, agora contando com a colaboração de Álvaro Baptista, intensificaria as manobras políticas pela criação de um jornal. Assim, Raphael Escobar e Álvaro Baptista fundaram em 1914 o jornal *O Missioneiro*, órgão<sup>252</sup> de publicação semanal, cuja “missão”

<sup>250</sup> “Álvaro Batista, envolveu-se nos motins de 5 de novembro de 1890 em Porto Alegre, ao lado de Assis Brasil (MOURA, 1892: 23), e, apesar de perseguido pelo “patriotas governichistas”, precipitou-se na dissidência enquanto Castilhos esteve vivo, chegando a promover em São Borja um jornal oposicionista, chamado “A República”, juntamente com o irmão Homero e o ex-constituente Francisco Miranda (ESCOBAR, 1922: 69, 110). [...] Entretanto, depois da morte de Castilhos, Álvaro Batista foi reabilitado por Borges de Medeiros, aceitando para isso ser instrumento, na condição de fiscal da União, do líder supremo na perseguição movida contra a Escola de Medicina, em 1907, em represália pelo conselho deliberativo do corpo docente ter aceitado recurso de um grupo de estudantes afastado da mesma por ligação com o Dr. Fernando Abbott, médico e candidato à sucessão presidencial”. Informações extraídas de AXT, Gunter. 2001b. op.cit. p. 77-78. Nota de rodapé.

<sup>251</sup> FGV- G V c- 1914.06.04. Data: 04/06/1914 a 08/06/1914. Carta de Firmino Paim Filho a Getúlio Vargas informando sobre demarches relativos à sucessão intencional em São Borja e sobre pedido de extradição de Viriato Vargas. Porto Alegre.

<sup>252</sup> A partir de então, a imprensa partidária local republicana contaria com dois periódicos: *O Missioneiro* e *O Uruguay*. O primeiro responsável por combater os Vargas e o segundo pró-Vargas. Os dois órgãos partidários se intitulavam representantes do PRR São-borjense, expressando assim a ruptura interna do PRR são-borjense, oportunizando os conflitos das facções em disputa através da imprensa local. Cabe ressaltar que a imprensa em São Borja, ao longo das décadas de 1880 a 1910, contou com vários jornais: em 1884 circulava o jornal *Echo Missões*; em 1888 o jornal *O Movimento*; Em 1895 o jornal *13 de Janeiro*; Em 1906 *O Uruguay*, o qual representava os interesses da facção varguista e em 1914 O jornal *O Missioneiro* de propriedade de Raphael Escobar. Maiores informações em: *Memórias sobre a imprensa em São Borja*. 2007. op.cit.

era combater a chefia política do general Vargas e de sua família. Para tanto, seus editoriais pautavam-se por denunciar as arbitrariedades por eles cometidas, ao mesmo tempo em que destacavam o quanto a facção liderada por Raphael Escobar estava conquistando prestígio político tanto em meio à sociedade são-borjense quanto junto ao poder borgiano. É o caso, por exemplo, do artigo escrito em 29 de agosto de 1914, intitulado de “O momento”, no qual se faziam acusações contra os Vargas nos seguintes termos:

[...] a situação de São Borja é clara, claríssima. Há nela dois fatos que ninguém, de boa fé, pode contestar. Um é que a direção do Sr. general Vargas, inspirado por seu filho, provocou grande revolta em todo o município. [...]. Outro fato indiscutível da nossa vida social é que a aludida revolta, que parecia, inicialmente, circunscrita a uma meia dúzia, ameaça, pelo seu número crescente, dia a dia, dominar a situação com a maioria esmagadora. O nosso trabalho de convencimento, feito à luz meridiana, sem demonstração, por fatos aparentes, do apoio oficial, vai prosperando [...].<sup>253</sup>

A grei adversária aos Vargas iniciou uma campanha local anti-Vargas por meio da imprensa partidária, na tentativa de desestabilização do poder desses, o que, aliás, já começara nos últimos meses de 1913 pelos jornais da capital. Em Porto Alegre, Raphael Escobar e Benjamim Torres extrapolavam suas acusações contra os Vargas no periódico *Correio do Povo*<sup>254</sup>, no espaço denominado de “Seção Livre”. As denúncias de violência, corrupção, vantagens nos processos judiciais, de mando advocatício autoritário e abusivo, contendas originadas por trincas forenses, controle de funcionários públicos, entre outras, eram destaques nos artigos dos opositores dos Vargas. Essas acusações se transmutavam, na sua maioria, na síntese do conteúdo das já citadas denúncias de Benjamim Torres contra Viriato e toda a família Vargas, as quais, como já se ressaltou, foram oficializadas por meio da representação pública realizada por Benjamim Torres em outubro de 1913.<sup>255</sup>

As ofensas arroladas por Raphael Escobar e Benjamim Torres nas páginas do periódico *Correio do Povo* tinham uma só pretensão: dar a entender a todo o estado que São Borja estava em completa anarquia; assim, era necessário que Borges de Medeiros destituísse o general Vargas da chefia do PRR em São Borja, entregando a sua direção à facção

<sup>253</sup> O MISSIONEIRO. Órgão do Partido Republicano. N.º. II. 29 de agosto de 1914. *O momento*.

<sup>254</sup> Maiores informações sobre *O Correio do Povo* ver: DILLENBURG, Sérgio Roberto. *Correio do Povo: história e memórias*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 1997. FRANCO, Sérgio da Costa. *A evolução da imprensa gaúcha e o Correio do Povo*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 131, p. 33-40, 1995.

<sup>255</sup> Faz-se mister ressaltar que não há a intenção de esgotar as possibilidades de análise desses artigos. Assim, acredita-se que essa documentação oportuniza um leque de opções de análise diferenciadas da temática aqui proposta.

republicana liderada por Raphael Escobar. Por um lado, Raphael Escobar, correspondente do *Correio do Povo*, e Benjamim Torres aproveitavam-se da imprensa jornalística para combater a família Vargas. Os ataques e acusações elaborados pela corrente opositora primavam por apontar que a cidade de São Borja era dominada pela “oligarquia dos Vargas”, pela “dinastia Vargarof”, a qual suprimia a liberdade de seus cidadãos, violava o direito à propriedade e impunha um regime de terror aos que ousassem ir contra os seus interesses gananciosos.

Por outro lado, alguns artigos de Raphael Escobar tinham um alvo certo: Getúlio Vargas, que se colocava como seu principal contestador, fomentando essa querela jornalística. Contra ele Escobar dirigia acusações e insultos. No artigo publicado no dia 13 de dezembro de 1913 na “Secção Livre” do periódico *Correio do Povo*, denominado de “Eu e Ele”, por exemplo, Raphael Escobar atacava Getúlio nestes termos:

[...] Politicamente, não obstante deputado à Assembleia dos Representantes, nunca vi um projeto seu, que por conter uma ideia, revelar uma aptidão, demonstrar um esforço, se recomendasse ao Rio Grande, pela utilidade geral. A advocacia S.Ex.<sup>a</sup> reduziu a requerimentos feitos sobre a perna, que iam ao juiz distrital com a cópia dos despachos inclusa para salvaguardar o direito das partes...Da única vez que, sei, S. Ex.<sup>a</sup> arrazoou uma causa para o Superior tribunal, com laboriosa dedicação, esse reformou por unanimidade a sentença, reconhecendo todas as nulidades argüidas pelo seu adversário.

No mais, S.Ex.<sup>a</sup> atravessou apagadamente o seu período de promotoria na capital, sem jamais nobilitar a tribuna judiciária com um discurso resplandecente, de repercussão no Estado, como tantas vezes fizeram os seus contemporâneos João Neves da Fontoura, Mauricio Cardoso e Vieira Pires. [...] S. Ex.<sup>a</sup> [...] foi no gênio inventivo com que engendrou uma indústria nova, qual a advocacia oficialista, transformada por S. Ex.<sup>a</sup> em profissão fácil e rendosa, cujos auxiliares, no foro, nada lhe custam, são pagos pelo governo.<sup>256</sup>

Raphael Escobar, como é plausível perceber do recorte exposto, tentava denegrir os méritos políticos que Getúlio tinha obtido ao longo de sua trajetória política, iniciada nos primeiros anos da década de 1900. Os ataques feitos por ele com a intenção de atingir Getúlio Vargas corroboram com a afirmação anteriormente feita de que este estava diretamente envolvido, após sua renúncia do mandato de deputado estadual, em articulações políticas de defesa de sua família. Tal envolvimento o transformaria em protagonista do cenário político local, a ponto de seus inimigos políticos lhe dirigirem ataques diretos, visando aniquilar suas ações e fragilizar seu papel de defensor dos interesses varguistas.

Essa acirrada luta intrapartidária nas hostes do PRR são-borjense, desenvolvida nas mais diferentes esferas de ação pelos inimigos dos Vargas – pela imprensa local e estadual,

<sup>256</sup> CORREIO DO POVO, 13 de dezembro de 1913. Secção livre. *O caso de São Borja. Eu e ele*



boatos, denúncias, representação pública, forte campanha opositora junto ao poder borgiano, negociatas e acordos – e, cabe ressaltar novamente, incentivada pelo próprio Borges de Medeiros, traria um desfecho funesto o qual novamente abalaria o poder local da família Vargas, possibilitando nova frente de ataques à facção opositora. Isso se daria com o assassinato de Benjamim Torres em 12 de março de 1915, sendo Viriato Vargas acusado pelo crime.<sup>257</sup> Em vista do assassinato de Torres e da acusação de um membro da família Vargas como mandante, foi instaurado um processo crime que “transcorreu concomitantemente à evolução do quadro político de São Borja”.<sup>258</sup>

Os inimigos políticos dos Vargas, além de culparem Viriato Vargas de ser o mandante do crime, acusariam alguns elementos da família Vargas de serem coautores desse delito. Essas suspeitas de coparticipação de Manoel Nascimento Vargas, Getúlio e Protásio no assassinato de Torres eram levantadas por Raphael Escobar em suas considerações nas *Allegações Finais*. No documento, Raphael Escobar acusava como “mandante do assassinato de Benjamim Torres [...] Viriato Dornelles Vargas, com a co-responsabilidade de seu pai e dos irmãos Getúlio e Protásio”.<sup>259</sup> Escobar apontava ainda os papéis que cada membro da família Vargas teria tido no episódio:

[...] o pai, digno do filho [Viriato], tanto quanto os outros filhos, mas crasso, pela ignorância arrotava indiscrições ameaçadoras, aqui e ali, Protásio Vargas, num trabalho de sapa, bem visto por quase todos até a última hora, cortejando a uns, iludindo a outros, dominando a todos, como intendente de fato, que era, Getúlio Vargas, envolvendo para dentro, com argúcias de letrado e abominações de matador, todo o seu rancor e o seu ódio, como bicho de concha, que é, propiciavam o terreno para o assassinato vil.<sup>260</sup>

A facção republicana liderada por Raphael Escobar, inimigos políticos dos Vargas, explorava o episódio do assassinato de Benjamim Torres como um verdadeiro trunfo político na tentativa de derrubar a facção varguista e o próprio Getúlio. Nessa perspectiva, Raphael Escobar faria várias acusações a Getúlio Vargas no documento *Allegações Finais*, acusando-o de ser o mentor do plano de assassinato de Torres. Para Escobar, “[...] Getúlio Vargas, como santo de pau, dando de si apenas o resplendor argênteo da aureola, mas, de fato,

<sup>257</sup> Sobre os acontecimentos relativos ao assassinato de Benjamim Torres ver a obra de COLUSSI e DIEHL. 2008. op.cit.

<sup>258</sup> “Os procedimentos judiciais tiveram início imediatamente após o encerramento do inquérito policial, ainda no ano de 1915, encerrando-se, definitivamente, com o julgamento dos réus, em fevereiro de 1923”.COLUSSI e DIEHL. 2008. op.cit. p.137-138.

<sup>259</sup> O crime de São Borja, alegações dos Drs. Raphael Escobar e Alberto do Rego Lins, advogados da assistente, D. Acyndina Ferrugem Torres. Porto Alegre, 1917, p. 39.

<sup>260</sup> O crime de São Borja, alegações dos Drs. Raphael Escobar e Alberto do Rego Lins, advogados da assistente, D. Acyndina Ferrugem Torres. Porto Alegre, 1917, p. 3.

subterraneamente, maquinando todo o plano homicida” .<sup>261</sup> E se nos autos do processo o nome de Getúlio pouco constava, era, na concepção do inimigo político dos Vargas, em razão do temperamento e do “nível” cultural de Getúlio. Segundo Escobar, Getúlio,

[...] mais cauto, por temperamento, e mais destro, por estudos jurídicos, no manejo das provas, sempre evitou deixar no conjunto delas, luminoso nesse processo, rasto da sua passagem. Mas, nunca escapará à tremenda responsabilidade que sobre ele pesa, em todos os acontecimentos de São Borja, como o espírito mais culto da família, único capaz, portanto, de os evitar, sem jamais ter dado um passo nesse sentido, ao contrário, atijando iterativamente a fogueira, pela violência plagiária da sua linguagem virulenta.<sup>262</sup>

O aspecto apontado por Raphael Escobar relativo ao conhecimento das regras jurídicas era extremamente significativa, visto que, como bem destaca Luiz Alberto Grijó, essas se caracterizavam como “[...] instrumentos para triunfar sobre os adversários. Conhecê-las portanto, constituía-se um recurso importante [...]”.<sup>263</sup> Assim, Raphael Escobar e Getúlio Vargas, ambos formados em direito e tendo contatos com os textos jurídicos e os códigos da lei, detinham o “saber jurídico” necessário para utilizá-las como trunfo político junto a seus contestadores, principalmente na questão que envolvia o processo crime de Benjamim Torres.

Outra contribuição no sentido de se compreender o quanto o assassinato de Benjamim Torres convulsionaria e abalaria o poder dos Vargas é fornecida pela carta de Manoel Nascimento Vargas que tinha como destinatário Pinheiro Machado, datada de abril de 1915. Essa epístola é interessante na medida em que expõe a percepção pessoal do patriarca relativa às pressões locais que estava sofrendo no período em razão das ofensivas procedentes do nível local e também do estadual. Nessa narrativa Manoel Nascimento Vargas descrevia os acontecimentos que estavam ocorrendo em São Borja, os quais prejudicavam o domínio político varguista, revelando o cenário de contestação de seu poder após a morte de Benjamim Torres. O general Vargas assim relatava:

O governo mantém aqui 100 praças da Brigada comandados por um capitão, que também é o delegado de polícia. Já o tinha sido antes e foi retirado a meu pedido por me estar traíndo em confabulações com meus inimigos. Sua ação agora não é de distribuir justiça e sim represálias. Tem a suas ordens quatro oficiais como subdelegados dos distritos comandando destacamento da mesma força. Esses subdelegados substituíram os primitivos que foram demitidos. A guarda municipal

<sup>261</sup> O crime de São Borja, alegações dos Drs. Raphael Escobar e Alberto do Rego Lins, advogados da assistente, D. Acyndina Ferrugem Torres. Porto Alegre, 1917, p. 9.

<sup>262</sup> O crime de São Borja, alegações dos Drs. Raphael Escobar e Alberto do Rego Lins, advogados da assistente, D. Acyndina Ferrugem Torres. Porto Alegre, 1917, p. 12.

<sup>263</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. 1998. op.cit. p.134.

composta de 20 homens está aquartelada sem função. A atmosfera é de pressão. O delegado referido se compraz nisso.

Acho-me quase em condições vexatórias, lembrando-me até de abandonar esse município tal é a situação local. Raphael Escobar e seus sequazes inclusive Dr. Álvaro Baptista enquanto aqui esteve, sejam pelo jornal daquele aqui e pelas calúnias do Correio do Povo os maiores despropósitos contra mim, explorando o fato politicamente e procurando destarte conseguiram o que nunca puderam fazer por meios normais, levando ao espírito do governo a convicção de que eu desejava a eliminação de Benjamim, incompatibilizando-me de novo a ser-lhes transferido pelo Dr. Borges a situação política dessa terra onde não tem e nunca tiveram elementos. [...].<sup>264</sup>

O fragmento da carta transcrita permite observar algumas conclusões a que chegava Manoel Nascimento Vargas quanto ao contexto político de lutas e de exploração do seu poder e prestígio político local, incentivadas pela interferência do poder estadual. Essas podem ser assim sistematizadas: a) o controle de Borges de Medeiros das funções policiais, o que se transformava em mecanismo de forte coerção contra os Vargas; b) o general Vargas percebia que nessa quadra o seu poder político sofria forte e incalculável coação política configurando-se como uma situação limite, a ponto de desejar, ao menos em seu discurso, abandonar a política municipal; c) percebia que seus inimigos políticos se aproveitavam do assassinato de Benjamim Torres para suas sedentas aspirações do domínio político de São Borja, bem como compreendia que o líder palaciano o perseguia.

Por um lado, a carta de Manoel Nascimento Vargas descreve as pressões políticas locais que sofria; por outro, evidencia as manobras políticas que Borges de Medeiros utilizava para pressionar politicamente os Vargas. Nesse jogo político entre o poder local e o poder estadual, o representante do poder estadual utilizava as prerrogativas, já destacadas no primeiro capítulo, contidas na Carta constitucional gaúcha, promulgada em de 14 de julho de 1891, para intervir no município de São Borja. Valia-se também da coerção aliada aos recursos ideológicos de cooptação, bem como dos mecanismos político-institucionais – subchefia de polícia, órgãos policiais municipais, interferência na justiça, uso da Brigada Militar –, para, a partir das denúncias de Benjamim Torres e de seu assassinato, tentar intimidar e enfraquecer a facção varguista. Convém reforçar que a própria estratégia de interferência nos municípios era adotada por Borges de Medeiros de maneira a não romper definitivamente com os chefes locais, pois, como ressalta Loiva Otero Félix, o município

---

<sup>264</sup> ABM. 11138. Remetente: Idefonso Pinto a Borges de Medeiros. Em anexo carta de São Borja, 02/04/1915, de Manoel Nascimento Vargas a Pinheiro Machado. Rio de Janeiro 20 de abril de 1915.

possuía um significado concreto “[...] no funcionamento do todo estadual, e por seu papel na manutenção do poder do governo [...]”.<sup>265</sup>

Entretanto, enquanto os inimigos políticos dos Vargas, apoiados à socapa por Borges de Medeiros, elaboravam estratégias e acusações no intuito de desestabilizar o poderio político do clã e tentavam desqualificar as ações de Getúlio, os Vargas não ficariam inertes e elaborariam defesas contra as ofensivas políticas de seus adversários. Seria, então, em meio a esse cenário de comprometimento do poder político dos Vargas que Getúlio alcançaria destaque especial com suas articulações entre o local e o estadual, tendo por objetivo sustentar o poder político da família em São Borja. Tal atuação lhe permitiria adquirir notoriedade política, possibilitando que se projetasse novamente no cenário estadual após garantir a vitória política local dos Vargas, como se verá a seguir.

### **3.1.1 A defesa dos Vargas: Getúlio e suas articulações políticas**

Os Vargas enfrentavam, como descrito anteriormente, forte período de contestação do seu poder político, o que se acirraria após a renúncia como deputado estadual por parte de Getúlio em outubro de 1913. Simultaneamente a esse acontecimento, e até mesmo, de certa forma, somado aos fatores responsáveis pela renúncia, as denúncias de Benjamim Torres no mês de agosto de 1913, oficializadas na representação pública encaminhada em outubro do corrente ano, deram início a uma nova etapa na luta política que se desenvolveria nas hostes republicanas no município de São Borja. Como já referido, Borges de Medeiros buscava alguma brecha política para intervir no âmbito local e, assim, tentar reorientar, à sua maneira, o contexto político local de São Borja, tentando desestabilizar o poder coronelista dos Vargas.

Entretanto, os Vargas, sabedores do seu poder de mando local, não desistiriam de lutar pela permanência do seu poder político, e seria no contexto do episódio de renúncia de Viriato que buscariam garantir alguma vitória política. Seria também em meio a essa nova crise política que Getúlio desenvolveria estratégias de defesa dos Vargas às ações de seus inimigos políticos, atuando em duas dimensões diferenciadas: a primeira, por meio de estratégias secretas, valendo-se de suas redes sociais no âmbito estadual, como Firmino Paim Filho, por exemplo; a segunda, de maneira explícita, pela sua participação na querela jornalística local e estadual e atuação na área advocatícia. Acredita-se que Getúlio utilizaria

---

<sup>265</sup> FÉLIX, Loiva Otero. 1996. op.cit. p. 92.

esse conjunto de ações para obter a vitória política dos Vargas, o que lhe possibilitaria alcançar um papel de destaque na política em âmbito local, projetando-se novamente no cenário estadual.

Essa vitória política, como se verá, levaria a que Borges de Medeiros buscasse uma reaproximação com o clã dos Vargas, visando garantir também o fortalecimento do seu poder estadual diante das convulsões políticas iniciadas numa conjuntura em que estaria afastado por motivos de saúde da presidência do Estado do Rio Grande do Sul, as quais também enfrentaria em 1915, em razão da disputa senatorial ocorrida em agosto desse ano, com a cisão nas hostes do PRR de aliados da falange palaciana.<sup>266</sup>

Em meio ao jogo político entre o poder local e o poder estadual, Getúlio conduziria suas estratégias tentando garantir a vitória política dos Vargas. Antes de dar início às suas estratégias de defesa tanto no âmbito implícito como no âmbito explícito, torna-se importante destacar duas correspondências que possuíam como destinatário Borges de Medeiros. A primeira seria escrita por Getúlio, na tentativa de buscar algumas explicações junto ao poder palaciano sobre os acontecimentos políticos que se desenrolavam em São Borja, ao mesmo tempo em que transmitia a mensagem de que defenderia sua família na crise política que se avizinhava. A segunda, escrita por Manoel Nascimento Vargas, tendo como portador Getúlio, sintetizava os primeiros acordos políticos realizados entre os Vargas e Borges, que antecederiam a renúncia de Viriato. Nessas correspondências pode-se visualizar, novamente, o papel de Getúlio como intermediário da família junto ao chefe estadual, em relação ao qual se mostrava independente.

Getúlio escreveu uma carta ao líder do PRR e presidente do estado logo após sua renúncia como deputado, em 20 de novembro de 1913. Nessa carta, da qual um fragmento foi analisado no segundo capítulo, deixava Borges de Medeiros a par de suas percepções relativas ao jogo político ambíguo que esse vinha realizando com os Vargas. Não obstante, em outro recorte o missivista questionava a demora de Borges de Medeiros em fornecer as conclusões finais relativas ao inquérito originado pela representação pública de Benjamim Torres. Nas palavras de Getúlio:

Comunicações que tenho recebido de São Borja informam-me do estado de desassossego e alarme em que se mantêm os espíritos naquela localidade, derivadas da demora na solução do inquérito que ali se procedeu. [...] Ainda hoje acabo de

---

<sup>266</sup> Apesar dessas convulsões políticas que o poder de Borges passaria, Gunter Axt afirma que Borges ao reassumir a presidência do estado em 1913 “respaldou o comando partidário e o controle governativo com uma *rede de compromissos* solidamente entranhada no interior do estado. De tal forma, que enfrentou as cisões republicanas de 1915 e 16 sem comprometer o controle sobre o partido”. AXT, Gunter. 2007. op.cit.p 98-99.

saber que foi demitido o delegado de polícia daquela localidade e nomeado outro, completamente à revelia da direção política do município. Bem sei que V.Ex.<sup>a</sup> pode fazer; mas no que destoa por completo das normas seguidas por V.Ex.<sup>a</sup> nos municípios cuja direção merece confiança. [...] peço que V.Ex.<sup>a</sup> apresse a decisão desse caso que é uma perturbação latente no seio da população são-borjense. A demora é explorada pelos adversários, procurando influir no espírito tímoneiro de uma certa classe de gente indecisa que aguarda os resultados das soluções oficiais para bater palmas ao merecedor.<sup>267</sup>

Com essa narrativa, Getúlio Vargas solicitava ao destinatário a intervenção e a tomada de atitude para resolver as contendas em São Borja, questionando-o sobre as suas ações de retirar dos Vargas importantes cargos da estrutura judiciária, fato que reduzia em muito o domínio do clã na cidade. Essa atitude, na concepção de Getúlio, dava a entender aos inimigos políticos que os Vargas não mereciam a confiança política do poder borgiano. Em outro trecho da carta destacada Getúlio deixava transparecer com suas palavras certo “tom” de enfrentamento à autoridade de Borges de Medeiros. As frases finais de sua narrativa são extremamente ilustrativas nesse sentido:

[...] Falo a V.Ex.<sup>a</sup> com franqueza que se deve falar a um chefe e a um amigo, pois sendo eu amigo de V. Ex.<sup>a</sup> ainda o considero sob esse ponto de vista. Não tenho a intenção de fazer censuras, nem insinuações a V. Ex.<sup>a</sup> cuja superioridade moral coloco acima de umas e de outras. Não vejo em minhas palavras mais do que a justa mágoa por ver vacilante a solução de um caso que afeta a honra de meu irmão e o bom conceito de minha família que coloco acima de tudo.<sup>268</sup>

Como se observa, as palavras finais do missivista revelam a mágoa de perceber nas ações de Borges de Medeiros a deslealdade do poder estadual em relação ao clã dos Vargas, não reconhecendo a lealdade política que sempre haviam mantido à causa republicana. Desse modo, a partir dessa correspondência, enviada em novembro de 1913, Getúlio se colocou em situação de enfrentamento com Borges para defender o poder político de sua família, transmitindo-lhe a mensagem de que não mediria esforços para esse fim. Com essas palavras mandava um recado a Borges, afirmando que estava disposto a se envolver nas articulações entre o poder político local e estadual na tentativa de garantir e sustentar o poderio político dos Vargas; portanto, estava preparado para, até mesmo, negociar uma solução favorável aos interesses varguista na questão que envolvia a futura abdicação de Viriato Vargas dos cargos de chefe do PRR são-borjense e da Intendência municipal.

<sup>267</sup> ABM. 8636. Remetente: Getúlio Vargas a Borges de Medeiros. São Borja, 20 de novembro de 1913.

<sup>268</sup> ABM. 8636. Remetente: Getúlio Vargas a Borges de Medeiros. São Borja, 20 de novembro de 1913.

Nesse sentido, Getúlio Vargas faria o papel de mediador entre Borges de Medeiros e seu pai, como se pode depreender da carta de Manoel Nascimento Vargas datada de 6 de dezembro de 1913 ao presidente do Estado. Nessa missiva há evidências de que Borges de Medeiros e os Vargas realizavam acordos mediante a situação da destituição de Viriato. Escrevia Manoel Nascimento Vargas:

Informado pelo Getúlio da solução proposta por V. Ex.<sup>a</sup> ao inquérito aqui realizado, que seria a renúncia do Viriato, devendo-se substituí-lo na qualidade de candidato do Partido, apresentado (?) para V. Ex.<sup>a</sup> [...]. Relativo a uma aposentadoria que julgava definitiva, esperava terminar tranqüilo os últimos anos de minha velhice. Aceitando, porém, espero restabelecer a tranqüilidade nos espíritos, impor a ordem e governar dentro dos estritos limites de justiça. Preciso de parte de V. Ex.<sup>a</sup> que me ampare com seu apoio e plena confiança. Entre essas medidas iniciais para qual impetro o apoio de V. Ex.<sup>a</sup> será a manutenção de força da Brigada que aqui estaciona, circunstância que aproveitaria dissolvendo a polícia municipal, empregando em obras produtivas a verba despendida com essa. [...] Também me satisfaz o empenho de V. Ex.<sup>a</sup> em mandar para aqui funcionários de justiça íntegros e competentes [...]. O que peço é de máxima necessidade para o desempenho cabal da missão que V. Ex.<sup>a</sup> me confia. Desempenhá-la sem ser atendido virá trazer à minha direção política graves e insuportáveis dificuldades. Confiante espero a solução de V. Ex.<sup>a</sup> [...].<sup>269</sup>

No fragmento da carta destacado é possível observar que Getúlio e sua família buscavam garantir o apoio político necessário para administrar o Partido Republicano são-borjense junto a Borges de Medeiros. O general Vargas estava disposto a assumir a função de chefe do partido e justificava que somente conseguiria trazer ordem à conturbada situação da política local se Borges lhe desse as condições necessárias para que governasse, as quais envolviam o domínio das funções judiciais e de polícia. Contudo, como referido no segundo capítulo, Borges manteria uma política dúbia com os Vargas, retirando desses, por certo período, as prerrogativas de indicação dos funcionários públicos. As ações de Getúlio junto a Borges de Medeiros, por meio das duas cartas referidas, evidenciavam que os Vargas não pretendiam abandonar o mando local; para tanto, nas tratativas com o poder palaciano buscavam uma solução adequada ao processo de renúncia de Viriato, que indubitavelmente deveria ocorrer.

Realizados os acordos entre os Vargas e Borges de Medeiros e já conhecida a resolução relativa ao novo quadro político e administrativo, como destacado anteriormente, os Vargas encaminhariam a destituição de Viriato Vargas do cargo de intendente e de dirigente do PRR local, de maneira a dissimular, principalmente perante a população são-borjense, a

<sup>269</sup> ABM. 8637. Remetente: Manoel Nascimento Vargas a Borges de Medeiros. São Borja, 06 de dezembro de 1913.

eventual perda de poder político pela qual passavam. Desse modo, a exoneração de Viriato foi digna de um espetáculo armado pelo clã dos Vargas. No jornal *O Uruguay*, ligado à facção varguista, Manoel Nascimento Vargas publicaria expressiva nota de “esclarecimento ao eleitorado” de São Borja, explicando os motivos do ato de renúncia de Viriato, cujo teor era:

[...] Levou-o a essa resolução não só a sua saúde combalida e necessitando de repouso, como também o desejo de que sua pessoa não fosse estorvo a qualquer tentativa de conciliação com os adversários de véspera. Esse ato, apesar da solução francamente favorável ao mesmo intendente dada pelo Governo do Estado, no rigoroso inquérito aqui procedido, só é abonatório de sua conduta, colocando os interesses do partido acima de interesses estritamente pessoais.<sup>270</sup>

No texto o patriarca da família Vargas buscava desvincular a renúncia de Viriato do inquérito em tramitação e a mando de Borges de Medeiros. Para tanto, salientava que o filho, por motivos de saúde e por buscar a conciliação política local, abdicava de suas funções, colocando o Partido Republicano são-borjense acima de seus interesses pessoais. Manoel Nascimento Vargas construía, assim, um discurso que encobria os reais motivos da renúncia. Pretendia, ainda, com suas palavras apresentar as resoluções encaminhadas e negociadas com Borges de Medeiros relativas aos nomes do coronel Antonio Garcia, vice-intendente, para ocupar a Intendência de São Borja, e ele próprio, para o cargo de chefe político do Partido Republicano são-borjense, demonstrando ainda sua força política. Em outro trecho do artigo publicado no jornal *O Uruguay*, Manoel Nascimento Vargas daria prosseguimento ao seu discurso de defesa:

[...] em virtude dessa renúncia assumiu a gerência administrativa do município até findar o quadriênio o respectivo vice-intendente, Cel. Antonio Garcia da Rosa, nome venerando pela excelência de suas qualidades morais e dos serviços prestados à causa pública. Ao signatário dessas linhas, por mínima distinção do ilustre Dr. Borges de Medeiros, egrégio chefe do partido republicano do estado, coube o penoso encargo de dirigir a política local. [...].<sup>271</sup>

O general Vargas, ao arquitetar essas estratégias de defesa, contaria também com o apoio dissimulado de Borges de Medeiros de acordo com seu jogo dúbio, o qual enviaria telegramas ao próprio Manoel Nascimento Vargas, a Viriato Vargas e aos que detinham certa

<sup>270</sup> FGV – G V c 1914.01.10 Data: 12/01/1914. Documentos sobre a renúncia de Viriato Vargas e a posse de Antônio Garcia da Rosa na Intendência de São Borja. Porto Alegre, São Borja

<sup>271</sup> FGV – G V c 1914.01.10 Data: 12/01/1914. Documentos sobre a renúncia de Viriato Vargas e a posse de Antônio Garcia da Rosa na Intendência de São Borja. Porto Alegre, São Borja.



influência no poder local, buscando garantir o apoio do clã, pois, afinal, representava a maioria republicana da cidade de São Borja. Com esses telegramas, Borges buscava demonstrar seu pretense apoio político aos Vargas, ocultando as ações contrárias em relação aos interesses destes, visto que também apoiava politicamente a facção de Raphael Escobar, como aludido anteriormente. Além disso, com tal apoio Borges construía um discurso de estabilidade administrativa, na qual reinava a ordem e a disciplina partidária, apesar da crise política que ocorria nas hostes republicanas em São Borja.<sup>272</sup> O primeiro telegrama de Borges de Medeiros foi enviado ao próprio general Vargas e possuía o seguinte conteúdo:

Agradeço a comunicação de ter o coronel Viriato Vargas renunciado cargo de intendente sucedendo-o no governo municipal o vice-intendente coronel Antonio Garcia. Ao mesmo tempo que reassumiste a direção política. Folgo ver novamente frente destinos partido provector servidor republicano, estimado e acatado por todos, infundido justificada confiança por seu passado memorável e apreciáveis atributos pessoais, desvanecendo-me com a vossa solidariedade política serei sempre solicito em prestar-vos decidida cooperação. Borges de Medeiros.<sup>273</sup>

Esse telegrama enviado por Borges de Medeiros seria utilizado pelo patriarca da família Vargas como um trunfo político, publicando-o no editorial do jornal *O Uruguay* na nota de “esclarecimento ao eleitorado” de São Borja, acima mencionada, pois o seu conteúdo contribuía para reforçar o seu discurso de defesa do prestígio político dos Vargas junto à sociedade são-borjense e, também, a seus inimigos políticos. No telegrama, o poder borgiano reconhecia que o general Vargas detinha considerável prestígio político, visto que era “estimado e acatado por todos”, como bem destacava em sua narrativa, aludindo seu pretense apoio incondicional à direção política de Manoel Nascimento Vargas. O segundo telegrama enviado por Borges de Medeiros teve por destinatário Viriato Vargas:

Ciente terdes por motivos de saúde de ordem privada renunciado cargo de intendente e diretor político que passaram respectivamente ao vice-intendente coronel Garcia e ao general Manoel Nascimento Vargas, agradeço reafirmação

---

<sup>272</sup> Segundo Gunter Axt, “a disciplina, derivativo ideal da *“subordinação inteligente”*, embora sempre invocada, jamais existiu como padrão na acomodação cotidiana das relações entre a direção central e os poderes municipais. No interior do Estado e no coração da prática política, as diretrizes programáticas, inspiradas no positivismo e engendradas pelo castilhismo fundante, não passavam de prédicas lançadas ao vento para justificar instrumentos constitucionais de controle e escamotear a face violenta de uma política estribada na fronteira coleante entre espaço público e privado. A insurreição, no interior da própria grei republicana, subvertendo a férrea situação oficial, era uma ameaça sempre presente”. AXT, Gunter. 2001b . op.cit. p.103-104.

<sup>273</sup> FGV – G V c 1914.01.10 Data: 10/01/1914. Documentos sobre a renúncia de Viriato Vargas e a posse de Antônio Garcia da Rosa na Intendência de São Borja. Porto Alegre, São Borja.

solidariedade bem como serviços prestados no exercício dupla função. Saudações cardeais. Borges de Medeiros.<sup>274</sup>

Já o terceiro era destinado aos membros do Conselho Municipal, os quais se mantiveram a favor dos Vargas apoiando o nome do cel. Antonio Garcia Rosa para ocupar a Intendência de São Borja. Eis os seus termos: “Ciente terdes em secção extraordinária após renúncia oferecida Intendente Coronel Viriato deferido compromisso Vice-intendente cel. Antonio Garcia Rosa que assumiu administração município agradeço reafirmação de solidariedade e retribuo vossas saudações [...]”<sup>275</sup>

Portanto, ao enviar esses telegramas aos partidários da facção dos Vargas, e envolvido diretamente no episódio da renúncia de Viriato Vargas, Borges de Medeiros, apesar de encaminhar a solução da quizila política originada a partir das denúncias de Benjamim Torres solicitando a abdicação de Viriato, precisou negociar com a família Vargas essa destituição, pois o poder coronelístico local do clã era consideravelmente expressivo, fazendo com que Borges ainda mantivesse Manoel Nascimento Vargas na chefia do Partido Republicano são-borjense e propalasse seu pretense apoio político à facção varguista. Destacadas as duas correspondências enviadas por Getúlio Vargas em novembro de 1913 e por seu pai em dezembro do corrente ano a Borges de Medeiros e o modo como Borges de Medeiros atuou em relação tanto aos conteúdos nelas contidos, como no processo de renúncia de Viriato, adentra-se no contexto das estratégias desenvolvidas por Getúlio Vargas, que abarcavam o âmbito público como também o âmbito secreto.

Getúlio e os Vargas, assegurando sua permanência direta no poder por meio da chefia política do Partido Republicano são-borjense e, indireta, do cel. Antonio Garcia da Rosa, bem como tendo arquivado o processo contra o filho primogênito, haviam obtido uma importante vitória parcial na luta política local. Entretanto, novas circunstâncias políticas locais obrigariam Getúlio a atuar de maneira subterrânea, aproveitando-se da sua amizade e do poder político que detinha Firmino Paim Filho junto ao poder palaciano para desenvolver articulações políticas a fim de manter a frágil vitória política dos Vargas. Essas novas circunstâncias se dariam a partir do assassinato de Benjamim Torres, episódio já destacado.

Como antes mencionado, o assassinato de Benjamim Torres desestabilizava ainda mais o poder varguista, em virtude das acusações dos seus inimigos, que incriminavam

<sup>274</sup> FGV – G V c 1914.01.10 Data: 10/01/1914. Documentos sobre a renúncia de Viriato Vargas e a posse de Antônio Garcia da Rosa na Intendência de São Borja. Porto Alegre, São Borja.

<sup>275</sup> FGV – G V c 1914.01.10 Data: 10/01/1914. Documentos sobre a renúncia de Viriato Vargas e a posse de Antônio Garcia da Rosa na Intendência de São Borja. Porto Alegre, São Borja.

Viriato Vargas como o mandante do crime, insinuando a coautoria de Manoel Nascimento Vargas, Getúlio e Protásio. Nessa perspectiva, Getúlio contaria com as relações sociais com Firmino Paim Filho para desenvolver suas articulações a fim de superar essa nova crise política. Aproveitando-se das suas relações no âmbito estadual, o que demonstra que Getúlio não se afastara totalmente do âmbito do poder político estadual, diante da situação periclitante do poder político de sua família em face das tensões provocadas pelo crime contra Torres, ele escreveria em caráter de urgência ao seu amigo Firmino Paim Filho<sup>276</sup> fazendo algumas solicitações, as quais seriam prontamente atendidas pelo destinatário, como é evidenciado na carta-resposta deste enviada no dia 3 de abril de 1915. Acredita-se que um dos desejos de Getúlio era tomar conhecimento da repercussão desse episódio na capital gaúcha junto ao poder palaciano. Em vista desse pedido, Firmino Paim Filho descreveria o clima tenso e hipotecava sua solidariedade ao amigo, dizendo-se pronto a cumprir qualquer solicitação de Getúlio. Nas suas palavras:

Recebi os teus dois telegramas e parti imediatamente para cumprir os teus desejos neles expostos. [...] de chegada tratei de conhecer o que se ia passando por aqui a tal respeito e notei que a atmosfera está fortemente carregada sendo necessário trabalho hábil e demorado. Agirei na medida de minhas forças e no que estiver a meu alcance a fim de melhorar semelhante estado das cousas [...] solidário contigo, estarei aqui pronto a cumprir as tuas ordens. Escreva-me narrando os acontecimentos a fim de podermos trocar impressões sobre o modo de agir [...].<sup>277</sup>

Nesse fragmento de carta podem-se observar colocações que Firmino fazia a Getúlio Vargas para que este garantisse a superação da crise que os abatia: a) era necessário que Getúlio e seus familiares continuassem a desenvolver árdua e hábil campanha política; b) estava solidário com os Vargas e, portanto, pronto a exercer na capital gaúcha o papel de mediador dos interesses dos Vargas – Getúlio, ao solicitar seus préstimos pessoais e políticos, autorizava Firmino Paim Filho a ocupar essa função enquanto permanecia em São Borja; c) solicitava que Getúlio o mantivesse a par de todos os acontecimentos locais, ao mesmo tempo em que faria o mesmo, para que assim ambos pudessem articular e combinar ações e estratégias junto às duas dimensões de poder, a local e a estadual.

<sup>276</sup> Faz-se importante ressaltar que foram poucas as cartas enviadas por Getúlio encontradas ao longo da pesquisa. Entretanto, como já destacado no segundo capítulo, acredita-se que as cartas-respostas de seus amigos, correligionários e familiares expõem essa prática que Getúlio mantinha nesse período.

<sup>277</sup> FGV – G V c 1914.03.29. Data: 29/03/1914 a 04/04/1915. Cartas a Getúlio Vargas comentando o assassinato de Benjamin Torres e a repercussão política do crime; refutando as suspeitas que recaem sobre Viriato Vargas; e hipotecando solidariedade à família Vargas. Itaquí, Porto Alegre.

Firmino Paim Filho, na tentativa de mostrar a Getúlio o prestígio que os Vargas detinham, reiterava constantemente o seu apoio ao general Vargas, reforçando o poder pessoal deste, apesar de todas as circunstâncias de lutas partidárias. Nesse sentido, a carta de Firmino Paim Filho enviada a Getúlio em 27 de maio de 1915 tentava encorajá-lo e à sua família, pois, para o missivista, “quem como o venerando general Vargas tem uma vida, uma fé de ofício que constituem verdadeira página de nossa história, tanto na defesa da Pátria como nas instituições republicanas, não pode ter esmorecimento e nem atemorizar-se diante das injustiças”.<sup>278</sup>

O poder e o prestígio político conquistados pelo patriarca da família Vargas, já expostos no primeiro capítulo e destacados por Firmino Paim Filho na carta referida, alcançaram uma rede de clientela e de relações políticas no âmbito local, bem como no estadual-federal. Desse modo, ao enfrentarem outra vez forte campanha política opositora, lançariam mão desse prestígio para se contrapor aos ataques que seus inimigos vinham desferindo. Assim, Getúlio pôde contar também nas suas estratégias de defesas com a atuação de seu pai e de vários correligionários para reforçar e tentar demonstrar o poder e o prestígio político que os Vargas possuíam perante a pressão política que enfrentavam em razão do assassinato de Benjamim Torres. Igualmente, utilizariam esse artifício para se contrapor às intenções contrárias aos seus interesses forjadas por Borges de Medeiros. Nessa perspectiva, por um lado, para confirmar a notoriedade política e pessoal dos Vargas no âmbito local, utilizar-se-iam de cartas enviadas por correligionários seus a Borges de Medeiros. Por outro, destaca-se trecho da já citada carta que Manoel Nascimento Vargas enviou ao senador Pinheiro Machado em abril de 1915. Acredita-se que essas correspondências se revelam valiosas por permitirem demonstrar o domínio dos Vargas de uma vasta rede de clientela e de relações sociais que alcançavam o âmbito municipal e, mesmo, o estadual-federal.

Assim, uma das primeiras ações que a facção varguista realizaria no intuito de tentar resistir às pretensões de Borges de Medeiros de alijá-los do poder local seria o envio de protestos de todos os líderes republicanos dos quatro distritos de São Borja. Os correligionários da facção varguista remeteram a Borges de Medeiros missivas reforçando o apoio aos Vargas. Diante dessas quatro correspondências, optou-se por analisar as expedidas pelo terceiro e pelo segundo distrito, pois se julga que refletem os desígnios dos correligionários pró-Vargas. Na carta enviada pelos representantes políticos de Camaquã,

---

<sup>278</sup> FGV - GV c 1915.05.27 Data: 27/05/1915. Carta de Firmino Paim Filho a Getúlio Vargas comentando a situação do Partido Republicano Rio-grandense em São Borja e recomendando energia para superar a crise. Porto Alegre.

terceiro distrito de São Borja, a Borges de Medeiros em 21 de abril de 1915 pode-se notar o teor dessas defesas. Nela afirmavam os dez missivistas que a assinaram:

Vimos como representantes políticos principais do 3º distrito do município de São Borja, perante V. Ex.<sup>a</sup> como nosso chefe, e com o devido respeito protestar contra a campanha de calúnias associadas a reputação intocável de nosso chefe local general Vargas por nossos correligionários recentes, que exploram com fins políticos o desastroso e condenado assassinato do Benjamim Torres. Nossa situação atualmente é de culpados, pois os Srs. Escobares apontam a chefia, a administração e o partido republicano responsáveis por esse fato que colheu a todos de surpresa e que, nas condições que deu-se, ninguém poderia evitar.<sup>279</sup>

Nesse primeiro fragmento é aceitável deduzir que os missivistas reforçavam seu apoio a Manoel Nascimento Vargas e refutavam as calúnias que os inimigos políticos dos Vargas vinham lhes fazendo, aproveitando-se da morte de Benjamim Torres para combater o chefe local, estratégia que já se apontou anteriormente. Para os representantes políticos do terceiro distrito, o patriarca dos Vargas era o único digno de reconhecimento como verdadeiro republicano, pois, na sua concepção, os caluniadores eram apenas correligionários recentes, não dignos de confiança. O conteúdo dessa carta revela também a importância política local dos apoiadores dos Vargas e o quanto de poder político ainda detinham:

Os Srs. dissidentes intimidam e ameaçam pelos distritos com a força da Brigada Militar dirigida por um capitão que faz política com ela e que tem presunções contra nós. O partido republicano são-borjense conserva-se na expectativa, leal a V. Ex., porém pronto para repelir o mando dos ambiciosos locais, que não dispõem de prestígio e por isso mesmo procuram diminuir junto a V. Ex. aquele que o tem e que é um digno. Resolvemos por iniciativa própria manifestarmos a nosso chefe supremo a nossa situação política de hoje na qual o partido ainda se conserva coeso e pedir-vos para que não consinta que os aventureiros continuem a procurar implantar a anarquia em seu seio.

As manifestações que V. Ex. tem recebido não é de elemento flutuante, é de fazendeiros na sua quase totalidade, de homens de fortuna ou pelo menos independentes. Esperando pois que vossa Excelência nos preste vossa apreciada atenção e convença-se que somos nós os vossos verdadeiros amigos e correligionários de todos os tempos e que ainda constituímos o partido Republicano em São Borja por qualquer face que se encare a questão.<sup>280</sup>

<sup>279</sup> ABM. 8668. Remetentes: Mucilo Trois Machado, Virgílio Jose de Oliveira, Fidellis José de Andrade, Gabriel Ferreira Machado, Francisco Ferreira dos santos, Auto Pereira, Francisco Santiago Ortiz, Bonifácio Jose de Andrade, Marciano Ferreira dos Santos e João Christiano Fioravante. São Borja, 21 de abril de 1915.

<sup>280</sup> ABM. 8668. Remetentes: Mucilo Trois Machado, Virgílio Jose de Oliveira, Fidellis José de Andrade, Gabriel Ferreira Machado, Francisco Ferreira dos santos, Auto Pereira, Francisco Santiago Ortiz, Bonifácio Jose de Andrade, Marciano Ferreira dos Santos e João Christiano Fioravante. São Borja, 21 de abril de 1915.

Na carta citada, os missivistas expunham algumas questões importantes para que se entenda a situação política que envolvia os partidários republicanos pró-Vargas em São Borja e Borges de Medeiros: a) era um protesto contra a determinação de poder borgiano de destituir o comandante varguista e, conseqüentemente, uma posição de desobediência às ordens do arbitrário Borges de Medeiros, revelando o quanto eram tensas as relações entre o poder local e o poder estadual; b) o assassinato era consequência dos próprios atos de Benjamim Torres e, portanto, era esperado tal desfecho; c) as ações da grei comandada por Raphael Escobar extrapolavam os limites de tolerância dos correligionários varguistas, os quais eram agora perseguidos. Essas perseguições eram inconcebíveis para os apoiadores dos Vargas, pois os elementos que constituíam a facção escobarista não detinham importância política nem o apoio de importantes cidadãos são-borjense, detentores de prestígio político e poder econômico no município.

Outro protesto contra a campanha de intrigas realizadas pelos inimigos políticos dos Vargas seria feito pelos representantes políticos de Iguariaçá, segundo distrito de São Borja, em carta a Borges de Medeiros em 27 de março de 1915. Nas palavras dos missivistas:

A presente tem por objetivo fazer-vos um apelo de solidariedade cívica e política visto que os abaixo, nessa assinados foram sempre republicanos desde a propaganda, e hoje se nem pelos seus adversários de sempre, que suas normas de conduta foi sempre hostilizar – benemérito Julio de Castilhos e seus continuados Dr. Borges de Medeiros o que nós sempre com fervor e sacrifícios pessoais e (?) defendemos ao nosso lado e hoje somos vítimas de ameaças de toda natureza por eles feita dizendo apoiados por V. Ex.<sup>a</sup> e na força armada para nossa maior hostilidade do que não estamos convictos que V. Ex.<sup>a</sup> assim proceda visto nosso partido chefiado pelo Sr. general Manoel Nascimento Vargas com quem somos solidários nada tem que haver com os crimes cometidos por quem quer que seja. Assim fizemos o presente apelo pedindo não nos entreguei a essa gente, porque se isso se der vermo-nos na contingência de abandonar o nosso querido partido com nossos famigerados grupos de que cada um de nós contamos.<sup>281</sup>

A narrativa contida nessa correspondência autoriza que se apontem algumas questões referentes à estratégia de defesa que realizariam os chefes e diretores políticos do segundo distrito de São Borja no intuito de reforçar sua “solidariedade cívica e política” ao general Vargas. Essas podem ser assim descritas: a) reforçam a diferença entre os signatários, republicanos históricos desde os tempos de propaganda em relação aos adversários que

---

<sup>281</sup> ABM. 8665. Remetentes: Vicente Otto; Constantino Rocha; Vicente Goulart; Rujino de Almeida Ribas; João Clínaco de Paula; José Luiz de Abreu; Serafim da Silva Paula e Acylino Lopes de Balbueno. São Borja, 27 de março de 1915.

outrora se batiam contra os líderes republicanos Castilhos e o próprio Borges; b) cobram do líder palaciano a lealdade que sempre haviam mantido à causa republicana e aos líderes do PRR; c) a campanha que os inimigos políticos movem contra Manoel Nascimento Vargas é realizada no intuito de obter fins políticos, já que esses seriam minoria e jamais se consagrariam vencedores; d) ameaçam Borges de Medeiros com uma retirada estratégica de todos os partidários do PRR são-borjense, o que desestabilizaria a força política local do poder borgiano, pois para esses representantes políticos quem realmente possuía prestígio político local era *o seu* chefe político Manoel Nascimento Vargas.

Enfim, diante das defesas do poder político dos Vargas realizadas por republicanos de São Borja, estes transmitiam a mensagem a Borges de Medeiros de que, possuindo a maioria republicana, não desistiriam de lutar pelo mando local. Portanto, ele não deveria negligenciar a força política que os Vargas ainda mantinham, apesar dos constantes abalos políticos.

Outra ação de que os Vargas lançariam mão na tentativa de se opor à exploração que a grei escobarista realizava e às aspirações de Borges de Medeiros de desestabilizar o poder local dos Vargas seria realizada por Manoel Nascimento Vargas em relação a Pinheiro Machado. Aproveitando-se de suas relações sociais, o patriarca enviaria a este uma carta na qual, além de narrar a forte pressão política que enfrentava, solicitaria seu apoio político. Nas palavras do chefe do clã:

[...] Resolvi escrever essa a meu amigo e chefe, pondo, ao corrente do que injustamente estou sofrendo, a vós que me conheceis perfeitamente esperando que não precisaria aduzir provas. Pois bem, meus inimigos querem ferir-me por política. Sou um obstáculo as suas ambições e por isso procuram incompatibilizar-me, tirando desse fato todo proveito possível inutilizando-me de qualquer forma. Peço, pois, a meu ilustre amigo para que se faça justiça, poupando assim de amarguras os últimos dias desse velho servidor como já está acontecendo. Espero vossa resposta para meu governo. Abraça-vos o velho amigo.<sup>282</sup>

O teor dessa correspondência seria dado a conhecer a Borges de Medeiros e a resposta dada pelo interlocutor é interessante na medida em que “manda dizer” ao presidente do Estado que “acredita que o general Vargas não tinha cumplicidade no crime, mas sabe também que V. Ex.<sup>a</sup> a ninguém persegue e tão somente procura fazer justiça”.<sup>283</sup> Com essa resposta, Pinheiro Machado prestava seu apoio ao general Vargas, dando a entender a Borges

<sup>282</sup> ABM. 11138. Remetente: Idefonso Pinto a Borges de Medeiros. Em anexo carta de São Borja, 02/04/1915, de Manoel Nascimento Vargas a Pinheiro Machado. Rio de Janeiro 20 de abril de 1915.

<sup>283</sup> ABM. 11138. Remetente: Idefonso Pinto a Borges de Medeiros. Em anexo carta de São Borja, 02/04/1915, de Manoel Nascimento Vargas a Pinheiro Machado. Rio de Janeiro 20 de abril de 1915.

que não deveria perseguir a figura do republicano histórico e defensor do PRR e do patriarca Júlio de Castilhos.

Do mesmo modo, Getúlio, além de contar com a atuação de seu pai e de vários correligionários para reforçar o poder e o prestígio político de sua família, atuava na defesa do poder político dos Vargas de maneira mais abrangente, com a sua participação nas páginas da imprensa da capital e da imprensa partidária de São Borja, ação iniciada logo após sua renúncia ao mandato de deputado estadual em outubro de 1913. Nas páginas do jornal *O Correio do Povo* Getúlio contra-atacava e defendia-se dos ataques de Raphael Escobar também realizados pela imprensa, como já exposto. Não se furtaria em defender sua família das acusações de seus inimigos, agora realizadas pelo subterfúgio das páginas jornalísticas, criando dificuldades para que viessem a concretizar seus planos de derrubada do poder político dos Vargas. Assim, construía expressiva defesa na tentativa de atribuir a Raphael Escobar e a Benjamim Torres deficiências políticas e pessoais, algumas, aliás, descritas no segundo capítulo. O artigo denominado por Getúlio de “o caso de São Borja e o Dr. Raphael Escobar”, do dia 30 de dezembro de 1913, é esclarecedor nesse sentido. Escrevia Getúlio:

[...] Não traçarei paralelos entre “ele e eu”, porque não costumo escrever artigos de auto-elogio, como faz esse peru recheado, impando de vaidade.

Os meus colegas de tradição acadêmica, os meus companheiros de luta política, o pequeno número de pessoas que tiver prestado atenção ao que eu pratiquei, disse ou escrevi, esses farão juízo sobre a minha pessoa, a opinião deles é que formará o conceito. Não costumo erguer altares para queimar incenso às minhas próprias virtudes, o que só ficará bem aos onanistas intelectuais. [...] Uma vez que Raphael Escobar ataca ao meu pai, aos meus irmãos, enfim, a minha família, não trepidarei em arrancar às mãos desse detrator o falso manto de moralidade, acobertador de pústulas. Para mim, na minha estima de filho, é tão respeitável o nome de meu pai, em sendo vivo, como será para o Dr. Raphael a memória do seu, em pós a morte. [...] Não lhe tenho inveja, Sr. Dr. Raphael: primeiro, porque a inveja não se aninha em meu espírito; segundo, porque mesmo não lhe encontro nada que seja capaz de produzir inveja, encontrando, apenas, cousas dignas de lastima....Que inveja posso eu ter de um advogado prevaricador e que solicita empenhos junto aos magistrados que tem em mãos causas por ele patrocinadas? [...].<sup>284</sup>

O nível do debate revelava-se cada vez mais acalorado, a ponto de Getúlio Vargas compor seus artigos com palavras insultuosas. A linguagem utilizada exporia a degradante situação política envolvendo os partidários republicanos que lutavam por conquistar ou manter o poder político no município de São Borja. A comparação jocosa atribuída a Getúlio Vargas por Benjamim Torres teria resposta na mesma medida, tangenciada pelo tom irônico e

<sup>284</sup> CORREIO DO POVO. 30 de dezembro de 1913. Seção Livre. *O caso de São Borja e o Dr. Raphael Escobar*.



ofensivo daquele em artigo publicado em 14 de novembro de 1913, intitulado “Respingando”. Em suas palavras:

[...] Quando menos esperava o Dr. Benjamin arremessou-me dois pares de coices que, pelo menos, tiveram a vantagem de provar a sua força eqüina. Cuidado Dr. a sua hidrofobia essa atingindo o período agudo! Não tendo mais em que atacar-me, me chamou de feio, zorrilho, garnizé, olhar em linhas incidentes, alma biliosa, e até de paralítico geral. Quanto a essa ultima, fiquei furioso, quase o processei por violação de segredo profissional. Eu não era sabedor de que sofria essa moléstia e o Sr. veio revelá-la ao público. Um consolo me resta. Sem falsa modéstia penso que a sua fealdade modéstia é maior do que a minha. Ai vai, Dr. Benjamin, o seu retrato em largas pinceladas. Tipo felpudo de orango corcunda, agravando em parêntesis pela posição das gambias recurvadas. Nariz chato, batatado, que lhe deu em São Borja o sugestivo apelido de “bico de pato”, mandíbulas enormes, denotando o prognatismo das raças inferiores, filiando-o, proximamente, ao interior da África, onde, como o Nilo parece ter suas origens perdidas. O fecho da frase não é original, mas é verdadeiro. Não lhe falta nem a carrapinha, puxada força de cosméticos, e a esquálida figura, disfarçada por umas tinturas de sangue europeu...[...].<sup>285</sup>

O fragmento destacado evidencia o acirramento das disputas políticas, as quais ultrapassavam o limite da razão, comprovando o quanto os ânimos estavam exaltados. Somando-se a esse acirramento político, o assassinato de Benjamim Torres exacerbaria ainda mais a campanha de difamação contra os Vargas, a ponto de Getúlio extrapolar em sua reação de defesa por meio de artigo que publicaria no periódico *O Uruguay*, intitulado de “Agora sou eu”. Este texto incendiaria ainda mais a querela política local, trazendo acentuada apreensão a correligionários e amigos de Getúlio Vargas e provocando grande repercussão. Torna-se oportuno ressaltar que nas pesquisas realizadas em busca de exemplares desse periódico encontrou-se apenas um exemplar, no qual não havia nenhum artigo assinado por Getúlio. Não obstante, localizou-se no jornal *O Maragato* de 17 de abril de 1915 a transcrição desse artigo. Segundo este periódico, o texto escrito por Getúlio Vargas continha o seguinte conteúdo:

O Uruguay tem redator responsável. Não precisa o Missioneiro escudar-se com o meu nome, atribuindo-me a autoria do artigo – a verdade dos fatos - para insultar o meu pai. As torpezas e infamíssimas calúnias assacadas contra ele pelo bêbado Raphael Escobar, eu darei a devida resposta. Mas essa não será pelo jornal.<sup>286</sup>

<sup>285</sup> CORREIO DO POVO, 14 de novembro de 1913. Seção Livre. *O caso de São Borja: Respingando*.

<sup>286</sup> O MARAGATO, 17 de abril de 1915. *São Borja*.

Nota-se que o clímax de enfrentamento político atingia um limite perigoso. Getúlio, atordoado com as constantes campanhas de difamação do poder político de seu pai e de sua pessoa engendradas por Raphael Escobar, acirradas pelo assassinato de Benjamim Torres e incentivadas pelo poder estadual, buscava com esse artigo contra-atacar seus inimigos. Entretanto, não tinha sido claro em sua narrativa e a dúvida que pairava para quem lesse o texto era qual seria o tipo de resposta que Getúlio Vargas daria a seus inimigos políticos. Seria o desafio para um duelo? Teria o anseio de agredi-los? Teria pretensões de processá-los por crime de calúnia ou de injúria? Teria a aspiração de se vingar? Na tentativa de evitar uma tragédia política, agora envolvendo Getúlio, seus amigos o censuravam, tentando levá-lo a recuperar o controle pessoal e voltar a agir racionalmente. Com esse propósito, Porto Coelho<sup>287</sup> enviou carta a Getúlio Vargas em 15 de abril de 1915, solicitando que o amigo enfrentasse a situação como “o homem superior a todas as paixões, o lutador invencível, guiado apenas pelas luzes da razão serena”.<sup>288</sup> Porto não admitia que Getúlio fosse vencido “pela [...] paixão, ludibriado pelo teu incomensurável amor filial”<sup>289</sup>, prevendo que a reação a esse artigo não seria das melhores, pois,

[...] se tu o desafiáres, verás que nada mais há de conseguir do que te expores as tramóias do covarde difamador do teu venerando pai. [...] nada mais conseguirás do que transformar o algoz de hoje em vítima de amanhã. [...] qualquer [ação] trará para São Borja mais um período de anormalidades, mais um motivo para explorações, mais incômodos para teu pai. [...] há essa hora o Correio estará anunciando ao Dr. Borges que Raphael Escobar estará ameaçado por Getúlio Vargas, que enquanto dominar a família Vargas, Raphael não poderá considerar-se garantido.<sup>290</sup>

<sup>287</sup> Armando Porto Coelho residia em Itaquí onde exerceu os cargos de professor público e escrivão de órfãos, tendo pedido demissão para advogar. Fazia nessa cidade oposição ao Cel. Aranha, pai de Oswaldo Aranha, sendo que esse último também fez parte da denominada “geração de 1907” Armando Porto Coelho era amigo da família Vargas, devendo-lhe favores. Era missivista no jornal O Uruguay. Em 1914 ocupava a função de administrador da Mesa de Rendas de São Borja. Getúlio Vargas tornou-se seu advogado, defendendo-o da acusação do assassinato. Portanto Coelho participava do círculo de influência de Getúlio Vargas e nas suas cartas muitas páginas eram escritas destacando sua “verdadeira paixão” pela sua esposa e seus filhos, além da sua lealdade e profunda admiração pessoal e política que sentia em relação a Getúlio Vargas. Acredita-se que essas cartas escritas por Porto Coelho, possibilitam fugir do lugar-comum que se encontra o personagem Getúlio Vargas. Para além das histórias oficiais, busca-se visualizar pelos mais variados prismas a história de Getúlio Vargas que sem dúvida alguma está profundamente ligada ao contexto histórico rio-grandense. Seus “rastros” de vida cruzam caminhos junto a grandes personagens políticos, mas atravessam também, muitos indivíduos comuns.

<sup>288</sup> FGV – G V c 1915.04.15/2 Data: 15/04/1915. Carta de Armando Porto Coelho a Getúlio Vargas censurando-o por ter escrito artigo com agressões a Rafael Escobar e analisando as possíveis repercussões do mesmo. Itaquí.

<sup>289</sup> FGV – G V c 1915.04.15/2 Data: 15/04/1915. Carta de Armando Porto Coelho a Getúlio Vargas censurando-o por ter escrito artigo com agressões a Rafael Escobar e analisando as possíveis repercussões do mesmo. Itaquí.

<sup>290</sup> FGV – G V c 1915.04.15/2 Data: 15/04/1915. Carta de Armando Porto Coelho a Getúlio Vargas censurando-o por ter escrito artigo com agressões a Rafael Escobar e analisando as possíveis repercussões do mesmo. Itaquí.

Porto Coelho terminava sua narrativa fazendo um apelo a Getúlio Vargas: “Não sacrifiques a tua causa, a causa dos teus amigos, do teu partido, em troca de uma mesquinha vingança, sem valor moral aos olhos do grande público”. Na concepção do missivista, era dever de Getúlio poupar o pai de dores, sacrifícios e sofrimentos e, “se ainda é Getúlio Vargas, responde a esse miserável com o desprezo soberano das almas fortes”, pois “a tua vingança, a desafronta do teu pai, virá, tempo ao tempo. Aguarde as oportunidades”.<sup>291</sup> Na concepção de Porto Coelho, Getúlio deveria vencer a si próprio, dominar-se, não sendo vítima de seu temperamento e do arrebatamento.

Outro que também solicitaria prudência nessa questão do acirramento das animosidades entre as facções seria Sergio Ulrich<sup>292</sup>, o qual escreveria carta a Getúlio em 15 de abril de 1915 prestando seu apoio ao político. Nesta, o missivista aconselhava que Getúlio mantivesse a calma, não desistindo de lutar, e que refletisse sobre suas resoluções. O missivista apontava que os ataques feitos por Raphael Escobar tinham um objetivo: atingir Getúlio e derrubá-lo. Na concepção de Ulrich, Getúlio Vargas era o centro da resistência. Reforçando a importância do regresso à razão por parte deste, o narrador, categoricamente, afirmava que

é uma criança, ou um tolo, ou um fraco, ou um homem desvairado pela paixão, que já não se domina, quem aceita a luta na hora, no lugar designados pelo adversário com as armas por ele escolhidas. Tu que és inteligente, calmo e forte, não podes cometer esse erro. Não sabemos a quanto tempo correu a campanha oculta contra o general Vargas e contra ti [...] não os auxilies, não lhes facilite a tarefa. Como pretende fazer? [...] não abandones a luta agora, não te mostres perturbado ante os teus amigos. Como eles continuam vendo-te calmo, forte, superior ao lance da batalha para que confiem em ti e no acerto das tuas resoluções.<sup>293</sup>

As correspondências destacadas confirmam a hipótese de que Getúlio estava demasiadamente envolvido na “fogueira da politicagem de aldeia”, o que lhe exigia atitudes enérgicas para garantir a defesa de sua família. Além disso, essa atuação o impossibilitava de ficar indiferente, ou, mesmo, de apenas se dedicar ao exercício da advocacia. Aliás, a prática

<sup>291</sup> FGV – G V c 1915.04.15/2 Data: 15/04/1915. Carta de Armando Porto Coelho a Getúlio Vargas censurando-o por ter escrito artigo com agressões a Rafael Escobar e analisando as possíveis repercussões do mesmo. Itaquí.

<sup>292</sup> Sergio Ulrich foi Deputado na Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul nos seguintes períodos: 1901 - 1904, 1905 - 1908, 1909 - 1912, 1913 - 1916, 1917 - 1920, 1925 - 1928; Também ocupou o cargo de Deputado Federal nas seguintes períodos: 03.05.1921 a 31.12.1923, 03.05.1927 a 31.12.1929 e 03.05.1930 a 23.10.1930. No ano de 1896 foi nomeado Promotor Público de Uruguaiana.

<sup>293</sup> FGV – G V c 1915.04.15/1 Data: 15/04/1915. Carta de Sérgio Ulrich de Oliveira a Getúlio Vargas tratando de assuntos jurídicos, aconselhando-o a agir com ponderação face à luta política em São Borja e colocando-se à disposição. Itaquí.

da advocacia também seria um recurso utilizado por Getúlio para defender os interesses de sua família, pois, como demonstrado no segundo capítulo, era uma função política, o que permitia reforçar e favorecer o poder varguista, aumentando as teias sociais e clientelistas, ao mesmo tempo em que possibilitava a ascensão política e o fortalecimento do prestígio pessoal de Getúlio.

Enfim, pela participação na imprensa local e estadual, na área da advocacia, tramada de forma subterrânea junto a lideranças republicanas estaduais, Getúlio Vargas estabelecia frente a Borges de Medeiros uma situação de articulações e estratégias políticas no intuito de buscar a sobrevivência política local dos Vargas. Assim, desempenhou importante função na defesa contra a desestabilização do poder local da família, a ponto de, como mostram as cartas citadas, indicarem-no como o centro da resistência dos Vargas. Afirma-se ainda que esses fatores favoreceriam uma reaproximação política com Borges de Medeiros, o que possibilitaria, nas próximas eleições para a Assembleia dos Representantes, em 1917, a Getúlio retornar como deputado estadual por São Borja. Essa futura reaproximação iniciaria principalmente após os Vargas obterem vitória política no sufrágio eleitoral municipal realizada no ano de 1915, como será exposto a seguir.

### 3.2 A PAZ NAS HOSTES DO PARTIDO REPUBLICANO SÃO-BORJENSE. UMA COESÃO “AZEITE COM VINAGRE” E O INÍCIO DA REAPROXIMAÇÃO ENTRE OS VARGAS E BORGES DE MEDEIROS

A pressão de inúmeros republicanos e o próprio prestígio político da família Vargas parecem ter contribuído para que Borges de Medeiros repensasse suas ações e resolvesse agir de modo que os dois grupos republicanos divergentes entrassem em acordo na escolha de um candidato de conciliação à Intendência de São Borja. Começavam, então, as articulações entre os mandatários locais são-borjenses e Borges de Medeiros na tentativa de uma coesão “vinagre com azeite”, pode-se assim dizer, entre dois grupos rivais que não se toleravam politicamente, na tentativa de buscar harmonizar a conturbada situação política de São Borja.

Manoel Nascimento Vargas começaria a arquitetar junto a Borges de Medeiros articulações referentes às eleições municipais que se aproximavam, em razão do final do período intencional iniciado em 1911, bem como tentaria pressioná-lo a estimular a facção liderada por Raphael Escobar a se submeter à facção varguista. Nesse sentido, o general escreveu carta a Borges de Medeiros no dia 21 de fevereiro de 1915, em que descrevia as

primeiras tentativas de conciliação das greis republicanas em disputa pelo poder político local, as quais seriam tangenciadas pelo poder estadual na figura do delegado de São Borja, Marcílio Antunes Pereira. Escrevia Manoel Nascimento Vargas:

[...]. O referido delegado proporcionou enfim para o dia 20 desse uma conferência em que o Dr. Raphael e eu tivéssemos ensejo de conversar. Depois de terminar a hora, esse evitou-a, alegando que desejava primeiro conferenciar com V.Ex.<sup>a</sup> a que faria dentro de poucos dias. O Dr. Raphael sabe positivamente porque de sobejo lhe tem afirmado o aludido delegado, que ele e os seus serem bem (?) que o candidato a Intendência (?) que possa cooperar para o congraçamento de acordo com a sanção de V. Ex.<sup>a</sup>.<sup>294</sup>

Como se pode notar no fragmento destacado, houve uma trégua de alguns meses entre as greis em disputa, para que fosse realizada a eleição em nível federal para deputados e senadores. Borges, querendo se aproveitar desse armistício, procurava reconciliar de maneira definitiva os ânimos políticos do município de São Borja. O conteúdo expresso nessa carta evidencia que Borges de Medeiros, a partir de sua intervenção no município de São Borja com o seu “poder moderador”, começava os primeiros movimentos no intuito de diminuir as tensões locais e encaminhar a solução das disputas ali existentes. Para Gunter Axt, o “poder moderador” do líder palaciano, que se manifestava de maneira clandestina entre as facções, “manipulando a ascensão ou o desgaste das facções, intervinha agora de duas formas: instituindo um intendente provisório e/ou constituindo uma ‘*comissão executiva*’ do PRR local, na qual a maioria receberia três assentos e a minoria conquistaria dois”.<sup>295</sup> Essa solução política da constituição de uma Comissão Executiva seria também posta em prática na disputa eleitoral de São Borja.

Entretanto, se, por um lado, Borges de Medeiros utilizaria esses subterfúgios para tentar compatibilizar as duas facções, por outro, o que se pode ressaltar na análise de outro trecho da mesma carta de Manoel Nascimento Vargas é que os Vargas buscavam outras formas de domínio político. Para tanto, não fazia parte de seus planos dividir seu poder eleitoral com seus inimigos políticos; pelo contrário, o que o patriarca dos Vargas pretendia era submeter a facção dos “cristão novos” à sua liderança. Nas suas palavras a questão era assim descrita:

[...] Enfim, que Protásio e nem Getúlio não pretendem e nem pretenderão disputar cargo algum [...]. O Dr., Raphael moço que tem qualidades apreciáveis apesar da

<sup>294</sup> ABM. 8.660. Remetente: Manoel Nascimento Vargas a Borges de Medeiros. São Borja, 21 de fevereiro de 1915.

<sup>295</sup> AXT, Gunter. 2001b. op.cit. p.140

conduta que se lhe tem ultimamente, notado, não conseguiu e talvez não consiga emancipar-se do regime de intrigas que aqui impera, a que faz descrever da normalidade definitiva nesse município. Atento deve estar V. Ex.<sup>a</sup> dessa questão de São Borja. [...] V. Ex.<sup>a</sup> conhece agora minhas intenções. Sabe que a minha permanência nesse posto é em virtude da delegação que me conferiu e da dedicação pessoal que consagro a V.Ex.<sup>a</sup>. não tinha ambições nem pleiteio coisa alguma de caráter pessoal na questão municipal. Nessas condições me parece justo desejar que o Dr, Raphael e os seus que aliás constituem uma diminutiva minoria não continuem a perturbar nossa maioria política, que, pelo contrário, inspirados em princípios elevados, venham trabalhar conosco para poderem ser aproveitados na proporção de suas aptidões.<sup>296</sup>

Esse fragmento de carta fornece algumas importantes observações no que concerne ao encaminhamento que os Vargas faziam em relação à próxima eleição municipal: a) Manoel Nascimento Vargas garantia a Borges que nenhum membro de sua família tentaria pleitear qualquer cargo administrativo na política de São Borja, nem Protásio nem Getúlio; b) reforçava, outra vez, a falta de prestígio e força política de Raphael Escobar, argumento que era constantemente utilizado nas suas correspondências com o líder palaciano; c) caso a grei comandada por Raphael Escobar se sagra-se vitoriosa no pleito eleitoral que se avizinhava, a tão desejada “paz política” que Borges pretendia realizar em São Borja não estaria garantida, nem mesmo seria alcançada; d) salientava que a sua facção detinha a maioria política e que, portanto, era a que dominava os “currais eleitorais” de São Borja; e) Borges de Medeiros deveria atentar para todas essas colocações de Manoel Nascimento Vargas e, ao final, perceber que convinha, na reunião que teria com Raphael Escobar, induzi-lo a aceitar ser cooptado pela facção dos Vargas. Entretanto, não era interesse de Borges de Medeiros submeter a facção dos “cristãos novos” aos desígnios de Manoel Nascimento Vargas, mas, sim, continuar a incentivar a divisão nas hostes republicanas são-borjenses para buscar fortalecer o poder estadual; enquanto isso, procuraria acalmar os ânimos políticos por meio de uma conciliação entre as duas greis republicanas que se digladiavam no município de São Borja.

Nessa perspectiva, Borges de Medeiros conseguiu que as greis adversárias entrassem em um acordo e acabassem por concordar com o nome de Érico Ribeiro da Luz<sup>297</sup> para ocupar a função de intendente municipal. O líder da facção anti-Vargas, Raphael Escobar, sugeriu

<sup>296</sup> ABM. 8660. Remetente: Manoel Nascimento Vargas a Borges de Medeiros. São Borja, 21 de fevereiro de 1915.

<sup>297</sup> Érico Ribeiro da Luz foi oficial da Brigada Militar, juiz distrital de Garibaldi, intendente da cidade de Piratini e promotor público em São Borja a partir de 1914.

que Protásio Alves<sup>298</sup> representasse os interesses de sua grei no acordo político que seria constituído.

Protásio Vargas descreveria as bases do acordo no despacho datado de 12 de agosto de 1915 e enviado aos líderes das duas facções:

Nenhum membro das famílias Vargas e Escobar ficará em função diretora. Eleger-se-á intendente o Sr. Érico R. da Luz que nomeará vice-intendente o Sr. Apparicio M. da Silva, fazendo-se o Conselho eleger de acordo com a lei eleitoral municipal que é calcada nos princípios da do Estado.

O partido será dirigido por Comissão Executiva formada pelas 2 facções com o número de membros proporcional a força eleitoral demonstrada no pleito para a formação do Conselho.<sup>299</sup>

Borges de Medeiros, a partir desse acordo, pretendia medir a força eleitoral dos dois grupos republicanos em disputa formando um Conselho Municipal<sup>300</sup> proporcional à força política de cada facção, o que não se constituía em um problema para os Vargas, visto que possuíam a maioria republicana de São Borja. A Comissão Executiva do Partido Republicano são-borjense também seria constituída nos mesmos moldes, ficando nela representadas as duas greis na proporção do valor eleitoral de cada, apurada pela eleição do Conselho Municipal. Contudo, Raphael Escobar, ao tomar conhecimento desse acordo, antes mesmo de receber o despacho de Protásio Alves, protestou enviando carta a este em 6 de agosto de 1915, na qual informava sua contrariedade à ruptura do acordo que havia realizado com Borges de Medeiros, pelo qual se garantia a igualdade de representação das duas facções na Comissão Executiva e no Conselho Municipal. Caso esse acordo, estabelecido por intermédio de Firmino Paim Filho, fosse modificado e estabelecida a apuração eleitoral, isso significava, na concepção de Raphael Escobar, perder a oportunidade de desbancar os Vargas do poder, o

<sup>298</sup> Convém lembrar que, por essa época, Borges de Medeiros mantinha-se afastado da presidência do Rio Grande do Sul, devido a problemas de saúde. Durante sua ausência no cenário político estadual, Protásio Alves mantinha-o informado dos acontecimentos locais, através de cartas ou telefonemas.

<sup>299</sup> ABM. 8669. Remetente: Raphael Escobar a Protásio Alves. Despacho anexo de Protásio Alves. São Borja, 12 de agosto de 1915.

<sup>300</sup> “A comissão executiva era, via de regra, mais importante que o conselho municipal o qual, reproduzindo a Assembleia, tinha atribuições meramente orçamentárias e, na prática, homologatórias. Além do orçamento, os conselhos faziam a apuração das eleições municipais. A divisão de cargos na comissão executiva costumava ser reproduzida nos conselhos. Quando duas facções entravam em conflito aberto, os conselhos tornavam-se palco de batalhas, mas, em geral, as discussões e os impasses ali havidos tinham pouca repercussão política. Durante o período borgista, os conselhos pareceram estar um pouco mais presentes na vida política antes de 1915. De ordinário, eram aparelhados pelas facções dominantes do PRR nos municípios e excluía os dissidentes e federalistas, tornando, pois, inconsistente a atribuição que empunhavam de derrogar leis emanadas da presidência, como previa a Constituição de 14 de Julho”. AXT, Gunter. 2001b. op.cit. p.142.

que possibilitaria que sua facção ocupasse importantes espaços políticos em São Borja. Imbuído dessas convicções, Escobar salientaria a Protásio Alves:

O processo da apuração das forças eleitorais das duas facções que ali se digladiam, pelo resultado do próximo pleito de setembro, por V. E. proposto em nome do Dr. Borges de Medeiros, não pode por nós ser aceito, em vista das suas evidentes qualidades negativas da verdade. [...]. De sorte que a atual atitude dos contrários não representa um impulso sincero no sentido do congraçamento do Partido Republicano samborjense: – representa apenas a curvatura do vencido, que ainda procura tirar partido dos frangalhos do poder que lhe sobram, para agir na demanda egoísta dos seus interesses pessoais. [...]. À vista do exposto, a nós repugna tratar com os contrários de potência a potência. São uns condenados da opinião e do código. Do código, pelos inquéritos que em São Borja se fizeram e que são do conhecimento do Governo; da opinião, porque sempre lhes vislumbra nos atos o traço indelével da ganância que constitui a característica mesma da orientação diretora sua [...] A proposta que dos contrários recorremos, por intermédio do Sr. Firmino Paim Filho, frisava [...] a igualdade de representação das facções na Comissão Executiva. Agora a aceitamos, com o acréscimo de alguns detalhes que [...] firmassem a paz da família republicana samborjense [...] <sup>301</sup>

Pode-se observar por meio desse fragmento que Raphael Escobar procurava induzir outra solução eleitoral, tentando, com seu discurso, denegrir a posição política dos Vargas, pois, na sua concepção, eram eles condenados tanto pela Justiça como pela opinião pública local e estadual. Agora era a vez de Raphael Escobar reclamar do apoio que Borges ofertava aos Vargas, se o acordo fosse realizado como proposto por intermédio de Protásio Alves. Escobar percebia que o líder palaciano começava a apoiar os Vargas e romper com os desejos da facção que comandava. Assim, revelava, em outro trecho da carta enviada a Protásio Alves em 6 de agosto de 1915, qual seria a melhor solução para a paz na família republicana são-borjense, além de expressar sua surpresa ao constatar os novos desígnios de Borges. Escrevia o emissário:

[...] Esses detalhes consistiram apenas em indicarmos nós o vice-intendente e facilitarmos a ação profícua do intendente, proposto pelos contrários e por nós recebidos de coração aberto, com um conselho numericamente superior do lado da facção proponente. A indicação do Sr. Apparício Mariense para vice-intendente, da nossa parte, não poderia significar absolutamente qualquer preocupação de mando, porque é esse um cargo puramente honorífico que só eventualmente dá o poder. [...] pretendíamos somente garantir o governo neutro do Sr. Dr. Érico Ribeiro da Luz, por um quadriênio, o tempo suficiente para fraternizar o partido local [...] Estávamos nisso quando V. Ex.<sup>a</sup> propôs, em nome do [...] Chefe, [...] apurar a força eleitoral de cada uma das facções, na proporcionalidade de seus votos, dado o conselho, na próxima eleição, pela lei nova, para organizar a Comissão Executiva em consequência. Foi isso, para nós, nova surpresa. <sup>302</sup>

<sup>301</sup> ABM. 8669. Remetente: Raphael Escobar a Protásio Alves. São Borja, 06 de agosto de 1915.

<sup>302</sup> ABM. 8669. Remetente: Raphael Escobar a Protásio Alves. São Borja, 06 de agosto de 1915.



O fragmento transcrito permite depreender elementos para que se entenda o jogo político que se desenhava entre a facção de Raphael Escobar, a facção dos Vargas e o poder borgiano na questão eleitoral de 1915: a) a facção liderada por Raphael Escobar seria premiada com a indicação de Apparício Mariense Filho para a função de vice-intendente; b) a facção liderada por Manoel Nascimento Vargas teria indicado o nome para concorrer ao cargo de intendente; o de Erico Ribeiro da Luz, o qual exercia o cargo de promotor público em São Borja. Tal indicação revelava o prestígio político que a grei varguista havia reconquistado junto a Borges de Medeiros; c) o líder palaciano acompanhava atentamente essa disputa eleitoral, objetivando apurar a força eleitoral das facções que se digladiavam no município.

Na mesma correspondência, Raphael Escobar confirmava que os Vargas ainda exerciam poder político em São Borja, apesar de terem sofrido forte contestação. O jogo político começava a mudar, e os “bons ventos” sopravam em favor dos Vargas. Assim era que, em meados de 1915, os funcionários da polícia administrativa e judicial haviam sido substituídos por correligionários indicados por aqueles. Raphael Escobar assim descrevia essas mudanças políticas na referida carta de 6 de agosto de 1915 enviada a Protásio Alves:

Os Vargas, que, de si, eleitoralmente nada valem, foram investidos da chefia local. Dela aproveitaram, em proveito próprio, no máximo. Ainda não foram dela oficialmente destituídos, o que lhes permite, ainda hoje, jogar com o apoio oficial, para arrastar o eleitorado. O quiproquó da eleição Hermes deu-lhes novas asas. As nomeações tem sido até agora por eles feitas. O funcionalismo, tanto municipal estadual como federal, é deles. O oficial de registro eleitoral é deles [...]. As mesas eleitorais são por eles organizadas.

Como, portanto, podemos nós com eles competir nas urnas, senão em situação de inferioridade manifesta? – Nunca. A Chefia já sabe [...] que em São Borja o prestígio está nela e não nos Vargas. Retire desses o seu apoio e nós seremos a unanimidade republicana. [...].<sup>303</sup>

Os Vargas haviam mostrado sua lealdade a Borges na questão eleitoral que envolvera a eleição do marechal Hermes Rodrigues da Fonseca<sup>304</sup>, na qual o general Vargas direcionara

<sup>303</sup> ABM. 8669. Remetente: Raphael Escobar a Protásio Alves. São Borja, 06 de agosto de 1915.

<sup>304</sup> Hermes da Fonseca, ex-presidente do Brasil (15/11/1910 a 15/11/1914), foi indicado por Borges de Medeiros e Pinheiro Machado, para ocupar uma cadeira ao senado, representando o Rio Grande do Sul, na vaga aberta pela renúncia do senador Joaquim Assumpção. Essa eleição era um compromisso assumido por Pinheiro Machado junto ao ex-presidente. Além disso, “fazia parte dos arranjos elaborados por Pinheiro Machado com o intuito de manter sua ascendência sobre o Senado, já ameaçada a partir da eleição de Wenceslau Brás para suceder ao Marechal”. PERES, Sebastião. *Coronéis e colonos: das crises internas do poder coronelístico à emergência dos colonos autônomos*. Porto Alegre: Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 1994, p. 27. Houve uma grande rejeição a essa indicação iniciando uma forte crise interna no PRR. Ramiro Barcellos e seus aliados desencadearam uma severa campanha, provocando desfalques nas fileiras dos aliados de Borges de Medeiros. Entretanto, “a fraude eleitoral e as intervenções oficiais do palácio, [...] operaram substituições nos

seus “currais eleitorais” a sufragarem o nome de Hermes da Fonseca para uma vaga no Senado. Esse apoio eleitoral pode ser observado por meio de um telegrama que seria publicado, juntamente com outros, enviados pelos diretores locais do partido, no periódico *A Federação* de 17 de julho de 1915, sob o título “A solidariedade republicana”. Nesse o general Vargas afirmava: “[...] garanto no mínimo 800 votos”.<sup>305</sup> Cabe lembrar que essa lealdade a Borges de Medeiros também era tangenciada pelo processo judicial contra Viriato Vargas, que nessa quadra de tempo estava em andamento. Para o historiador Gunter Axt, a família Vargas devia sua sobrevivência política e econômica a Borges de Medeiros porque era pressionada pelo processo judicial que tramitava na Justiça contra Viriato Vargas; por isso, mantinha-se fiel ao governo.<sup>306</sup>

Enfim, apesar dos protestos realizados por Raphael Escobar, destacados na carta analisada, as bases do acordo foram mantidas e no dia 10 de setembro seria realizado o pleito eleitoral para a averiguação das forças políticas de cada facção.

### 3.2.1 A vitória dos Vargas: Getúlio, a “alma heroica da resistência”

A eleição municipal de 1915 seria fundamental para expor o domínio varguista, pois na concepção coronelista em questão o voto constituía-se em forte poder de barganha<sup>307</sup>, e Getúlio Vargas teria participação primordial nessa vitória política dos Vargas. As ações realizadas a partir de sua renúncia ao mandato de deputado estadual – como mediador dos interesses dos Vargas em face do poder borgiano, ou pelo uso de suas relações sociais nos âmbitos estadual e local, ou suas estratégias de defesa elaboradas nas dimensões públicas ou privadas – foram construídas no intuito de assegurar a vitória política de sua família. Em correspondência endereçada a Firmino Paim Filho em 16 de novembro de 1914, na qual

---

comandos de diversos municípios. Borges de Medeiros conseguiu suportar os anos difíceis [...]”. AXT, Gunter. 2007. op.cit. p. 99. Maiores informações ver as obras de: CORONE, Edgard. *A república Velha – II – Evolução Política (1889-1930)*. 4.ed. São Paulo: Difel, 1983; PORTO, Costa. *Pinheiro Machado e seu tempo*. 2.ed. Porto Alegre: L&PM, 1985.

<sup>305</sup> A FEDERAÇÃO, 17 de julho de 1915. *A solidariedade republicana*.

<sup>306</sup> No encaminhamento do processo criminal contra Viriato Vargas, Borges de Medeiros, interferiria diretamente nas decisões do judiciário, permitindo o desaforamento do processo contra Viriato. Segundo Gunter Axt, “O desaforamento de processos era prática comum na jurisprudência brasileira da época. Todavia, quando a situação voltou a ser favorável aos Vargas, o judiciário permitiu o reaforamento do processo em São Borja, o que se constituiu em jurisprudência peculiar. Viriato terminou por ser inocentado pelo Tribunal do Júri.” AXT, Gunter. 2005. op.cit. p. 44-45.

<sup>307</sup> FÉLIX, Loiva Otero. 1996. op. cit. p. 142.

Getúlio aproveitaria para apontar sua disposição futura de abandonar a política, encontram-se em certo trecho evidências do árduo trabalho político que ele estava realizando para cumprir os desígnios citados. Nas palavras de Getúlio:

[...] Pode-se dizer que o Partido Republicano todo, o elemento histórico tradicional desse partido, na sua feição castilhistas acompanha o meu pai. Eu não quero ver esse elemento leal e digno cair nas mãos de aventureiros impelidos pelo ódio, pelo desejo de vingança, por vaidade e principalmente por ambição pessoal de mando. Sou o defensor gratuito das vítimas envolvidas pela politicagem [...]. Auxílio no mais no que me é possível. Temos elementos mais que suficiente para disputar uma eleição. Trabalharei até lá para a colocação de um candidato digno sob todas as pontas de vista. [...] <sup>308</sup>

O fragmento transcrito torna-se relevante na medida em que permite a observação do contexto político no qual Getúlio estava envolvido, além de suas intenções pessoais e políticas em face das constantes investidas contrárias ao mando local dos Vargas, tanto por parte do líder palaciano como por seus inimigos políticos locais: a) reforçava que o Partido Republicano são-borjense, escudado no prestígio político de seu pai, o qual para Getúlio era um verdadeiro castilhistas, estava ao lado dos Vargas; b) reafirmava a hipótese desse estudo de que Getúlio, ao renunciar seu mandato, o fizera no intuito de defender sua família e manter o poder político dos Vargas em São Borja; c) Getúlio havia se retirado da política estadual, mas auxiliava e trabalhava, tanto em âmbito local como no estadual, para garantir a vitória política dos Vargas, os quais possuíam a maioria do eleitorado são-borjense e prestígio político. Seu trabalho se caracterizava por reforçar os adeptos para a causa varguista, pois, como já destacado, no contexto em questão, as bases coronelistas localizadas nos municípios seriam de imprescindível importância, uma vez que autorizariam ao aparelho do Estado a legitimação e a consolidação de seu poder.

Percebe-se uma das ações de Getúlio no intuito de arregimentar eleitores na carta de Octávio de Ávila datada de 1º de setembro de 1915, a qual tinha como destinatário aquele. O deputado, a pedido de Getúlio, arregimentava eleitores no município de Itaqui para engrossar os “currais eleitorais” varguistas. Nas palavras de Ávila, “[...] já mandei procurar o Luis Bonaparce e o João Bocácio. Farei todo o empenho para enviá-los para aí até o dia 08 do

---

<sup>308</sup> FGV - GV c 1914.11.16. Data 16 /11/1914. Carta de Firmino Paim Filho a Getúlio Vargas relatando conversa mantida com Protásio Vargas sobre campanha movida contra a chefia política de Manoel do Nascimento Vargas e sugerindo a ida desse e de Getúlio Vargas à Porto Alegre. Em anexo, resposta de Getúlio Vargas na qual afirma sua disposição de abandonar a política. Porto Alegre.

corrente. Caso saiba de algum outro eleitor que aqui se acha peço avisar-me antecipadamente por telegrama, a fim de providenciar [...]”.<sup>309</sup>

A campanha pré-eleitoral dos Vargas seria coroada de êxito, com o resultado final dando-lhes a vitória política, somando um total de 1.116 votos contra 477 da grei republicana adversária conduzida por Raphael Escobar. Portanto, o clã dos Vargas elegeria a sua chapa para o Conselho Municipal, sendo reconhecidos cinco conselheiros da facção varguista contra dois da facção escobarista.<sup>310</sup> Com a vitória das eleições, os Vargas demonstravam a força política que ainda detinham em São Borja, o que impedia Borges de concretizar seus planos de enfraquecer consideravelmente o prestígio político e o domínio varguista no âmbito local. Entretanto, se, por um lado, os Vargas haviam garantido sua vitória política, por outro, aos derrotados não deixaram de denunciar os meios fraudulentos utilizados pela grei varguista, como a demora na distribuição das seções e dificuldade para qualificação de eleitores e extração de títulos, o que teria, na concepção de Raphael Escobar, possibilitado a vitória política dos Vargas.<sup>311</sup>

Na vitória política do clã Vargas, Getúlio seria reconhecido pelos seus amigos e correligionários como o grande mediador e articulador que teria possibilitado este desenlace favorável. Armando Porto Coelho e Joaquim Maurício Cardoso escreveriam ao amigo, cumprimentando-o pelo sucesso político. Na epístola enviada por Porto Coelho em 1º de outubro de 1915 é possível perceber como se dera a atuação de Getúlio:

[...] olhando para a vitória que conseguiste, quando parecia que até mesmo o destino conspirava contra ti, que eu me animo e me fortaleço na luta que levo travada. Para mim, a questão de São Borja não era mais uma luta política. Era a tragédia gigantesca em que eu só enxergava um homem, que eras tu. [...]. Hoje o Dr. Borges pode entregar o partido a quem quiser, pode transformá-lo em um harém, inverter as leis da natureza e nomear Raphael sultão. O que ele jamais fará é criar a reputação de Raphael a custa da tua, da tua família. A tua vitória foi completa [...].<sup>312</sup>

<sup>309</sup> FGV- GV c – 1915.09.01. Data: 01/09/1915. Carta de Octavio Ávila a Getúlio Vargas informando essar empenhado em enviar eleitores para São Borja. Itaquí.

<sup>310</sup> ABM. 8671. Remetente: Érico Ribeiro da Luz a Protásio Alves. São Borja, 08 de setembro de 1915. Em anexo telegrama de Sergio Ulbrich de Oliveira a Protásio Alves descrevendo o resultado final da eleição. Em suas palavras: “Conselho terminou hoje apuração intendente Érico 1888 votos conselheiros Felisberto Baptista 1115 Antonio Sarmanho, Bernardino Alves Ferreira, Osvaldo Rodrigues e Iedo Baptista da Silva 1116 cada um. Leôncio Pereira da Silva 479 e José Lopes Falcão 477 votos. [...]”. São Borja, 17 de setembro de 1915.

<sup>311</sup> ABM. 8669. Carta de Raphael Escobar a Protásio Alves. São Borja, 08 de setembro de 1915.

<sup>312</sup> FGV – GV c- 1915.10.01 Data: 01/10/1915. Carta de Armando Porto Coelho a Getúlio Vargas, informando sobre a situação política de Itaquí, o comportamento da família Aranha; enviando notícias pessoais e cumprimentando-o pela vitória política em São Borja. Itaquí.

O mesmo remetente, em outra carta enviada, datada de 29 de novembro de 1915, descreveria a importância de Getúlio Vargas para o PRR, pois, apesar das tentativas constantes de enfraquecimento do domínio dos Vargas, ele teria conseguido assegurar e reforçar o poder político varguista, com sua participação na vitória eleitoral. Se isso, a princípio, fora possível em razão do prestígio no nome de Manoel Nascimento Vargas, agora, após a vitória eleitoral da facção varguista, Getúlio Vargas afirmava-se mais ainda como o nome da resistência no nível político local e estadual. Nas palavras de Porto Coelho:

[...] tenho a esperança que não está longe o dia em que se poderá lutar confiando em um chefe que o seja a valer. Até lá, conserva o teu prestígio, que é um dos mais respeitáveis do Estado. Todos pensam, aliás, com carradas de razão, que tu fostes a alma da heroica resistência de São Borja, e que teu pai foi apenas um símbolo glorioso emprestando a grande causa o seu grande nome, que tu conduziste galhardamente a uma alta e significativa vitória. Saíste da luta prestigiado como nunca, e o teu próprio inimigo hão de estar completamente convencidos.<sup>313</sup>

Esse sucesso eleitoral obtido pelos Vargas repercutiria também na capital. Maurício Cardoso, antigo membro da denominada “geração de 1907” e diretor do jornal *A Noite* de Porto Alegre, enviaria suas congratulações a Getúlio por meio de carta datada de 12 de outubro de 1915, narrando a este que havia descrito sua vitória no periódico: “[...] mando-te meus parabéns, já transmitidos através da *Noite*, pelo resultado do pleito. A impressão causada aqui não poderia ser melhor. O Protásio, quando cá esteve, garantiu-me que o resultado seria favorável e brilhante.[...]”.<sup>314</sup>

Outra carta que traz evidências sobre a repercussão favorável aos Vargas, originada do sucesso no pleito eleitoral de 1915, foi-lhe enviada pelo então intendente eleito, Erico Ribeiro da Luz, que na sua estadia na capital gaúcha para tratar assuntos políticos de São Borja com Protásio Alves e Firmino Paim Filho, narraria a Getúlio em carta de 9 de outubro de 1915 o clima favorável aos Vargas. Descrevia o missivista:

[...] recebi teu cartão e mostrei ao Paim. O Machado ficará no cargo até o dia de minha posse; nesse dia assumirei as funções de delegado. Hoje serão substituídos os subdelegados atuais pelos indicados por vocês [...] a opinião geral hoje é favorável aos Vargas com relação ao imenso prestígio demonstrado a 10 de setembro, e Raphael criticado e até ridicularizado pelas suas patocas políticas. As

<sup>313</sup> FGV- GV c 1915.11.29. Data 29/11/1915. Carta de Armando Porto Coelho a Getúlio Vargas informando e comentando boato sobre convite de Borges de Medeiros a Getúlio Vargas para que assumia a chefia política de Itaqui.

<sup>314</sup> FGV- GV c 1915.10.12. Data: 12/10/1915. Carta de Joaquim Mauricio Cardoso a Getúlio Vargas cumprimentando-o e à família Vargas pela vitória eleitoral em São Borja e informando sobre questões jurídicas. Porto Alegre.

cousas já vão mudando ...e o tempo completará a obra do restabelecimento da verdade baralhadas pelas infâmias e torpezas dessa gente.<sup>315</sup>

Se, por um lado, os Vargas tinham obtido mais uma vitória parcial tanto no âmbito local como no estadual, retomando as indicações de serventuários de suas teias clientelistas, como se pode depreender da carta transcrita, por outro, Raphael Escobar começaria a perder prestígio político. Escobar se queixava, em carta de 20 de dezembro de 1915 destinada a Borges de Medeiros, dos acontecimentos políticos que iam aos poucos corroendo sua posição política no âmbito local e que o intendente Erico Ribeiro da Luz havia sido cooptado pelos Vargas. O missivista assim descrevia sua indignação:

Em vista das vossas palavras que ouvi por boca do Sr. Othelo Rosa, ao sair daí, em agosto, aproveitando e ensejo de um portador garantido, faço-vos essa. [...] O descontentamento é geral entre nós, porque o acordo sido feito sob os auspícios do governo, até agora só teve valor para nos levar ao sacrifício da eleição de setembro. Depois, as cláusulas consequentes, que obrigavam o governo e a facção Vargas foram esquecidas. Nem foi o Apparício até agora nomeado vice-intendente, nem foi a comissão executiva organizada para a direção política. Essa vai sendo empunhada pelo Erico, que se constituiu francamente em prisioneiro dos Vargas. As nomeações nas três ordens de empregos continuam a ser feitas por indicação exclusiva desses. [...]

Raphael Escobar percebia que começava a perder o apoio de Borges num momento extremamente complicado, em que o líder palaciano estava afastado por motivos de saúde, o que contribuía para que a facção dos Vargas obtivesse as boas graças dos atuais representantes do poder borgiano na capital gaúcha. Enquanto Escobar pranteava sua derrota política, Getúlio Vargas tramava novos planos na tentativa de derrotar definitivamente a grei dos “cristãos novos”, mais especificamente, para afastar Apparício Mariense Filho do cargo de vice-intendente de São Borja.

Nessa perspectiva, nos primeiros meses de 1916, Getúlio Vargas, por intermédio do intendente eleito de São Borja, convocado a ir à capital gaúcha para tratar de diversas questões políticas do município, aproveitaria para iniciar as primeiras tratativas com Firmino Paim Filho na busca de meios para destituir o vice-intendente representante da grei escobarista. Já em Porto Alegre, Erico Ribeiro da Luz escreveria a Getúlio, em 2 de janeiro de

---

<sup>315</sup> FGV – Gv c 1915.10.08. Data: 08/10/1915 a 09/10/1915. Cartas de Érico Ribeiro da Luz a Getúlio Vargas informando sobre articulações relativas à situação política de São Borja, saúde de Borges de Medeiros, decisão de Euclides Aranha de abandonar a chefia do Partido Republicano Rio-grandense em Itaquí, questões jurídicas e comunicando sua próxima ida a São Borja. Porto Alegre.

1916, relatando as resoluções sobre os procedimentos a serem seguidos para alcançarem tal objetivo:

[...] hoje almocei com o Paim e falamos longamente sobre o objetivo de minha vinda a capital. [...] disse que não respondeu teu telegrama porque perdeu a cifra, mas que já estava assentada a minha chamada à capital para combinarmos o modo de lançar a pá de cal no cadáver da malacarda. Entendem eles (Paim, Protásio e Salvador) que deve-se deixar o partido dar mais essa lição aos homens, protestando contra a nomeação, alegando esse ou aquele motivo [...]. Penso que seria conveniente que os promotores da impugnação da vice-Intendência comessem desde já a coleta de assinaturas. O Paim acha que o modo combinado de listas com firmas reconhecidas é regular. Embora o Protásio resolva aconselhar Apparício que não aceite a nomeação, deve-se estar com o trabuco carregado até a boca [...] tanto mais que o Paim acha que eu deva fazer a nomeação o quanto antes para liquidar esse paracho. <sup>316</sup>

Com essas combinações entre Getúlio, Firmino Paim Filho e Erico Ribeiro da Luz estavam estabelecidas as estratégias para destituir Apparício Mariense da vice-Intendência, a qual seria realizada por meio de um protesto do eleitorado são-borjense. Como combinado, Erico Ribeiro da Luz nomeou Apparício Mariense Filho como vice-intendente, mas, diante da impugnação da maioria do eleitorado republicano, com 1.219 assinaturas de um total de 1.316 eleitores, acabou por baixar um ato municipal declarando insubsistente a nomeação deste. Em seu lugar foi nomeado o coronel Raymundo Gomes Netto, correligionário da facção varguista. Assim, cumpriam-se os planos estabelecidos entre Getúlio e Firmino Paim Filho de colocar “pá de cal” sobre seus inimigos.

Entretanto, os planos de Getúlio não correram como previsto. Borges de Medeiros não aceitou esse encaminhamento político da situação local e incitou Apparício Mariense Filho a recorrer por meio de um protesto contra esse ato. Ilustrativa desse encaminhamento de Borges é a carta de Protásio Alves de março de 1916 a ele dirigida, que se encontrava nessa ocasião em repouso em sua chácara de Barra do Ribeiro. Relatava Protásio Alves:

São Borja: amanhã às 10 horas terei com Erico a 1ª conferência, onde limitar-me-ei a pedir esclarecimento sobre o ocorrido, observando-lhe a irregularidade da conduta política. Logo que daí cheguei, pedi, ou melhor aconselhei ao Escobar em resposta a seu telegrama que fizesse o Apparício recorrer; [...] Amanhã a tarde, se julgares conveniente dizer alguma coisa mais do que me indicaste ao Erico, diz-me por telefone. <sup>317</sup>

<sup>316</sup> FGV – GV c 1916.01.02. Data: 02/01/1916. Carta de Erico Ribeiro da Luz a Getúlio Vargas enviando notícias de Porto Alegre relatando conversas com Firmino Paim Filho sobre vice-intendente e a situação política de São Borja. Porto Alegre.

<sup>317</sup> Informações extraídas do Arquivo do I H G RS Fundo Borges de Medeiros. In: REVISTA DO IHGRS, Porto Alegre, ano 84, nº. 138, p. 198. Outubro de 2003.

Borges de Medeiros determinou que Erico Ribeiro da Luz, intendente de São Borja, anulasse seu ato e restituísse Apparício Mariense Filho na vice-intendência, resolução que seria escudada através da justiça, pois este enviara seu recurso ao desembargador André da Rocha, na época procurador-geral do estado, o qual daria seu parecer favorável ao restabelecimento da função de vice-intendente, alegando que não havia sido feito de modo regular o protesto contra a nomeação. Borges de Medeiros aceitou o parecer de André da Rocha e mandou que se mantivesse o correligionário da facção escobarista no cargo para o qual fora nomeado.

Esse episódio, que envolveu as tramoias secretas entre Getúlio Vargas e Borges de Medeiros, revela mais uma vez a interferência do poder borgiano na autonomia municipal de São Borja, tornando-se ilustrativo dos constantes jogos políticos estabelecidos entre o poder local e o poder estadual, confirmando, como já referido no segundo capítulo, a impossibilidade de os Vargas deterem poder absoluto no âmbito local. Essa disputa pelo poder político entre ambas as esferas de poder sempre teve de ser negociada, ora pendendo mais para o poder local, ora mais para o poder estadual. Na questão da vice-intendência, apesar das articulações e das combinações à socapa realizadas por Getúlio, prevaleceria a vontade do governo, ou seja, de Borges de Medeiros. Talvez nesse episódio Borges percebesse que os Vargas, com o ato de destituição de Apparício Mariense Filho, buscassem por meio de práticas ardilosas obter proveitos políticos sem o crivo de sua autoridade, o que se constituía em uma perigosa forma de autonomia política, que poderia desestabilizar os planos de mando da máquina estadual nas bases locais coronelistas.

Essa pequena “traição” política de Getúlio ao poder borgiano na questão do vice-intendente deixou as relações políticas com Borges, de certa maneira, arranhadas. Para se contrapor a essa situação desfavorável aos interesses varguistas, Protásio Vargas escreveria a seu irmão Getúlio ressaltando a necessidade de os Vargas buscarem estabelecer de maneira mais expressiva a reaproximação com o líder palaciano. Cabe destacar que Borges de Medeiros já havia acenado com a possibilidade de reaproximação com os Vargas ao ofertar o cargo de chefe de polícia a Getúlio Vargas, episódio que logo em seguida será narrado. Assim, na carta de 21 de junho de 1916 enviada por Protásio Vargas a Getúlio, o missivista exporia como deveriam agir:

[...] recebi tua carta. Nada de novo tenho a relatar-te. [...] Não vou ao Chimango, com o que concorda o Firmino, pelo menos agora. Também, ele, na questão de São



Borja, está colocado em situação que não pode abordar diretamente esses casos. [...] O Firmino deseja muito que o velho venha até cá e não sendo isso possível, deveria vir o Sarmanho. Também acho muitíssimo necessário a vinda desse, afim de que possam ser reatadas as nossas relações políticas. Da forma que marcham as cousas, não podemos mais pleitear pretensão alguma junto ao homem [...]. Além disso talvez fosse aí oportuno fazer ver ao homem a nenhuma responsabilidade que nos cabe, principalmente ao Erico, no caso do vice-intendente [...].<sup>318</sup>

Ao enviar essa carta a Getúlio, Protásio narrava a seu irmão que Borges de Medeiros não ficara satisfeito com a insubordinação dos Vargas na questão da vice-intendência e, para mudar essa situação, o general Vargas deveria estabelecer contato direto com o poder palaciano, lembrando a Borges a lealdade dos Vargas para com o PRR. Igualmente, ressaltava que deveriam promover a inculpabilidade nos acontecimentos relativos à questão do vice-intendente, procurando demonstrar que não teriam sido eles os inspiradores desse movimento.

Como se pode perceber, a política de reaproximação entre as greis em disputas, uma coesão “azeite com vinagre”, acabou por não se concretizar, visto que já iniciara fadada ao fracasso. Como bem demonstra o historiador Gunter Axt, “[...] a harmonia conquistada entre as facções através do acordo e/ou da intervenção era momentânea e precária. Nos bastidores, as facções continuavam formigando e a paz precisava então ser permanentemente mediada por Borges de Medeiros [...]”.<sup>319</sup>

Se, por um lado, a tentativa da coesão entre as greis republicanas de São Borja havia fracassado, por outro, os Vargas saíam dessa situação com a vitória política. Portanto, acredita-se ter demonstrado que, apesar de o poder varguista sofrer forte desestabilização política, esses nunca, de fato, sofreram uma efetiva derrota, pois, além de possuírem grande parcela do eleitorado são-borjense, detinham grande prestígio local e, até mesmo, estadual e federal, o que os colocava como expressivos colaboradores da manutenção da dinâmica coronelista, já descrita no primeiro capítulo, contribuindo, assim, com a sustentação de Borges de Medeiros no poder estadual. Essa vitória eleitoral também possibilitaria uma reaproximação política entre os Vargas e Borges de Medeiros e o retorno de Getúlio à cadeira de deputado estadual na Assembleia dos Representantes nas eleições para deputado estadual em 1917. Sagrando-se vitoriosos e resolvidas as quizilas locais, os Vargas retornariam ao cenário estadual, garantindo novamente na capital gaúcha um espaço simbólico de poder dos Vargas. Para tanto, Getúlio, reconhecido por correligionários, familiares e amigos como o

<sup>318</sup> FGV – G V c 1916.06.24. Data: 21/06/1916. Cartas de Protásio Dornelles Vargas a Getúlio Vargas comunicando ter recebido pedido de informações sobre atividades de Francisco Lago e enviando carta sobre articulações relativas a solução política de São Borja. Porto Alegre.

<sup>319</sup> AXT, Gunter. 2001b. op.cit. p. 143.

centro da resistência, trabalhador hábil e incansável na vitória política dos Vargas, seria novamente escolhido para ocupar esse espaço.

### 3.3 GETÚLIO VARGAS E A REAPROXIMAÇÃO COM BORGES DE MEDEIROS: SEU RETORNO À ASSEMBLEIA DOS REPRESENTANTES EM 1917

A vitória política dos Vargas nas eleições municipais de outubro de 1915 provocaria uma guinada no contexto político local, agora favorável aos Vargas. Borges de Medeiros, que atentamente observava os acontecimentos que ocorriam no município de São Borja, não deixaria de notar a atuação expressiva de Getúlio na defesa dos interesses políticos de sua família. Desse modo, reconheceria as estratégias e as atuações de Getúlio Vargas e nesse mesmo ano o convidaria para ocupar o cargo de chefe de polícia do estado. Compreende-se que se deve pensar esse convite no contexto de reaproximação de Borges com os Vargas. Segundo uma notícia do jornal *O Maragato* de 25 de setembro de 1915, na seção “Casos”, Borges de Medeiros iniciaria um movimento político de aproximação para que voltassem às fileiras do PRR os chefes políticos dissidentes.<sup>320</sup> A respeito dessa possibilidade de acomodação das dissidências, há uma interessante observação de Gunter Axt:

Se muitas rupturas eram irreversíveis, reconciliações, entretanto, não eram impossíveis. Podiam até ocorrer com certa frequência, a exemplo do sucedido com os Neves da Fontoura, os Flores da Cunha e os Vargas, que, em diversos momentos, incorreram em distanciamentos do líder, mas recompuseram as relações oportunamente [...].<sup>321</sup>

Com o intuito de reaproximação dos Vargas, o poder estadual enviaria dois telegramas em caráter de urgência para Getúlio, um assinado por Salvado Pinheiro e outro pelo próprio Borges, nos dias 23 e 24 de novembro de 1915, consecutivamente, oferecendo-lhe a nomeação e solicitando sua resposta. Eis os dois telegramas:

**1º Telegrama.** Urgente. Dr. Getúlio Vargas 23 de novembro de 1915. Impossibilitado continuar funções dedicado amigo Thompson Flores, eu e Dr. Borges desejamos vos nomear cargo onde prestareis relevantes serviços. Aguardo urgente solução. [...] Salvador Pinheiro.

<sup>320</sup> O MARAGATO. 25 de setembro de 1915. *Casos...*

<sup>321</sup> AXT, Gunter. 2001b. op.cit.p. 110-111.

**2º Telegrama.** Dr. Getúlio Vargas 24 de novembro de 1915 Vice-presidente eu acordamos vossa nomeação cargo chefe político esperamos não recusareis honrosa investidura [...] Borges de Medeiros.<sup>322</sup>

Getúlio, contudo, não aceitaria a nomeação e, logo em seguida, daria sua resposta também por meio de telegrama:

Agradeço profundamente desvanecido convite. Momento atual relevantes motivos impendem-me sair daqui. Fala-o-ia com sacrifícios caso não houvesse como há quem melhor desempenhe elevado cargo, somente não dizer-se sobreponho interesse regionais aos interesses gerais partido representado seus dignos chefes.<sup>323</sup>

Julga-se que Getúlio Vargas teria rejeitado o convite por três motivos principais. O primeiro, por não querer se submeter ao poder palaciano, o que significava dever favores clientelistas a Borges de Medeiros. Talvez isso significasse para Getúlio abandonar seus planos locais de liquidação da grei comandada por Rapahel Escobar e ceder aos desígnios de Borges em “suas manias de conciliações” políticas. Em segundo lugar, Getúlio precisava se manter no âmbito local para fortalecer o poder político dos Vargas, e aceitar essa nomeação seria refutar todas as suas ações políticas de enfrentamento ao poder estadual realizadas desde a sua renúncia em outubro de 1913. Para Getúlio, não seria na primeira tentativa de cooptação política que os Vargas se submeteriam aos desígnios do poder borgiano, pois talvez ele pensasse como seu amigo João Neves da Fontoura, que na carta de 5 de dezembro de 1916 enviada a Getúlio, comentando a situação política de São Borja, salientaria que “[...] mais vale, entretanto, andar a gente fora dos altares a ter de fazer diariamente as reverências do protocolo, que gastam a espinha... e às vezes o caráter.[...]”.<sup>324</sup> Em terceiro lugar, Getúlio percebia que ainda não era a hora certa de retornar ao cenário político estadual, pois possuía a intenção de pôr em prática os já citados planos de destituição do vice-intendente Apparício Mariense Filho.

Com a negativa de Getúlio Vargas à oferta da função de chefe de polícia, Borges lhe enviou outro telegrama em 29 de novembro de 1915, no qual deixava em aberto novas oportunidades de reaproximação com os Vargas e Getúlio. Nas palavras do líder palaciano:

<sup>322</sup> FGV- G V c – 1915. 11.23. Correspondência sobre convite de Borges de Medeiros a Getúlio Vargas para que assuma a chefia de polícia em Porto Alegre. Porto Alegre, São Borja.

<sup>323</sup> FGV- G V c – 1915. 11.23. Correspondência sobre convite de Borges de Medeiros a Getúlio Vargas para que assuma a chefia de polícia em Porto Alegre. Porto Alegre, São Borja.

<sup>324</sup> FGV – GV c 1916.12.05. Data: 05/12/1916. Carta de João Neves da Fontoura a Getúlio Vargas comentando notícias de sua ida à Cachoeira do Sul; situação política de São Borja vitória de Getúlio Vargas em questão judicial. Cachoeira do Sul.

Atendendo vossa escusa justificada, resolvemos nomeação Vieira Pires. Apreciando, porém vossos dotes pessoais e prestimoso concurso cívico, terei sempre satisfação em concorrer vossa elevação política, para o que aguardarei apenas necessária oportunidade. Saudações afetuosas. Borges de Medeiros.<sup>325</sup>

Esse telegrama evidencia o reconhecimento por Borges das ações que Getúlio realizara em São Borja como articulador, estrategista e defensor dos interesses de sua família. Essa nova oportunidade ofertada pelo presidente do Estado de contar com os “dotes pessoais” de Getúlio se configuraria no ano de 1917, com o retorno deste à Assembleia dos Representantes.

Assim, o jornal *A Federação* publicaria no dia 26 de janeiro de 1917, com o título “Representantes à Assembleia do Estado”, os nomes escolhidos para a lista de candidatos à eleição que se realizaria no dia 26 de fevereiro para a renovação do mandato. Esta lista seria submetida à consulta dos diretores locais, o que era apenas mera formalidade, visto que quem decidia a nominata era Borges de Medeiros. Nesta lista constava o nome de Getúlio Dornelles Vargas, advogado em São Borja. A eleição, regulada pela lei nº. 153, de 14 de julho de 1913, e pelo decreto expedido por Borges nº. 2235, de 17 de janeiro de 1917, garantia, entre outros aspectos, a representação de todas as opiniões políticas na medida proporcional às suas forças eleitorais. Aplicada a regra da proporcionalidade, o PRR garantiria 29 representantes, e os opositores federalistas ocupariam três vagas nessa legislatura. Um desses representantes do PRR seria Getúlio Vargas, eleito deputado para a 8ª legislatura com 79.724 votos; em contrapartida, um dos representantes da minoria seria Gaspar Saldanha, deputado federalista que acenderia os debates políticos dentro da Assembleia dos Representantes, rompendo com o marasmo de um parlamento que só discutia a temática orçamentária.

Pondera-se ser conveniente tecer algumas considerações que se apresentaram ao longo da análise documental sobre a questão do retorno de Getúlio à Assembleia dos Representantes em 1917. Na carta de João Neves da Fontoura enviada a este em 28 de maio de 1917, o missivista descrevia o constrangimento com que Getúlio havia aceitado a inclusão de seu nome na lista de candidatos. Fontoura narrava assim sua percepção pessoal da situação: “[...] vejo pela tua carta o enorme constrangimento com que aceitaste outra vez a candidatura à duminha e bem justifica que o campanário te obrigasse outra vez a ceder. [...]”<sup>326</sup>

<sup>325</sup> FGV- G V c – 1915. 11.23. Correspondência sobre convite de Borges de Medeiros a Getúlio Vargas para que assumia a chefia de polícia em Porto Alegre. Porto Alegre, São Borja

<sup>326</sup> FGV – GV c 1917.05.28. Data: 28/05/1917. Carta de João Neves da Fontoura tecendo comentários à situação política rio-grandense e à guerra européia. Cachoeira do Sul.

A afirmação do missivista levanta algumas incertezas quanto ao retorno de Getúlio à Assembleia dos Representantes: seria apenas um discurso construído por Getúlio para disfarçar seu retorno ao poder e a cooptação de Borges em vista de sua posição anterior, de enfrentamento com o líder palaciano junto ao seu amigo? Teria realmente ele decidido voltar à Assembleia por pressões políticas de seus familiares? Ou pesara a possibilidade de galgar postos mais elevados dentro do cenário político? Acredita-se que as colocações de Getúlio em relação ao constrangimento, na verdade, foram um discurso construído para encobrir sua reaproximação com Borges de Medeiros. Afinal, há também que se considerar que, no contexto em questão, aqueles que possuíam a pretensão de continuar sua trajetória político-partidária sabiam que necessitavam do consenso de Borges, como bem demonstra Luiz Alberto Grijó:

[...] cabe salientar novamente que os percursos políticos aqui em questão deram-se atrelados à Borges de Medeiros [...], tal atrelamento foi com efeito decisivo para todos os casos na medida em que permitiu a esses políticos o alcance de posições cada vez mais importantes [...]. Mesmo sendo tais relações com Borges bastantes tensas ao ponto mesmo de terem ocorrido rupturas, principalmente por questões de disputas de poder em nível local e que envolviam os grupos familiares, as resoluções desse conflito abriram as portas para a atuação nos planos estadual e federal que estavam estreitamente controlados por Borges de Medeiros. [...] Por outro lado, o controle do poder local por familiares próximos e/ou por eles próprios constituía ‘bases’ importantes de apoio e índice de prestígio que os constituía [...].<sup>327</sup>

Outra carta que também possibilita diferentes interpretações sobre o retorno de Getúlio à “duminha” foi enviada por Flores da Cunha a Getúlio Vargas em 26 de junho de 1917. Nesta correspondência observa-se que ambos estavam elaborando estratégias para o retorno de Getúlio ao cenário político estadual. Escrevia Flores da Cunha:

[...] as cousas lá por Porto Alegre correm já bem melhoradas! Houve momentos, meses atrás em que muito temi pela vossa pobre sorte! Sabes lo que te quero decir!!... Quando digo nossa eu quero referir a tua e a minha, bem se vê!!! Hoje porém julgo tudo suavizado. O Pereira da Cunha está, tanto ou mais do que eu, informado do que ocorreu e do que ainda poderá ocorrer!.... Conviria assas uma entrevista nossa antes de tua ida a Porto Alegre. Penso que só deveis ir por ocasião da abertura da duninha, *et four cause!!...* [...]<sup>328</sup>

<sup>327</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. 1988. op.cit. p.192.

<sup>328</sup> FGV – GV c 1917. 06.26. Data: 26/06/1917. Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas sugerindo um encontro entre ambos antes da sua (GV) ida para Porto Alegre e recomendando que só viaje por ocasião da abertura da Assembleia. Uruguaiana.

Faz-se importante ressaltar algumas evidências que essa correspondência permite: a) confirma as afirmações de que os Vargas e Borges haviam acertado as divergências políticas entre ambos; b) ilustra bem as relações sociais de Getúlio que o favoreciam, na medida em que o informavam da “politicagem” que grassava na capital gaúcha, o que lhe permitia se posicionar perante o líder palaciano; c) não se sabe o teor desse possível encontro, nem mesmo se ocorreu, mas, pelo retardamento de Getúlio em ocupar seu lugar no parlamento estadual, é possível que tenha havido entre Flores da Cunha e Getúlio a combinação dessa estratégia.

Diante do exposto, acredita-se que, por meio das mais diversas estratégias utilizadas por Getúlio – como mediador dos interesses dos Vargas; utilização das relações sociais com figuras importantes do cenário político estadual e mesmo regional; o exercício da advocacia; a arregimentação de eleitores em outros municípios; a defesa de sua família através da imprensa local e estadual –, esse personagem fortaleceu o poder dos Vargas no âmbito local, iniciando um novo período de relacionamento com o poder estadual, o que lhe possibilitaria ser convidado por Borges a ocupar uma vaga na Assembleia dos Representantes no ano de 1917.

Getúlio havia cumprido a tarefa que se propusera ao renunciar ao seu mandato, ou seja, tinha conseguido defender o poder político de sua família. Sagrava-se vitorioso, com o nome e o prestígio assegurado, elogiado e reconhecido pela sua rede de relações sociais como verdadeiro defensor de sua família e, se antes seu prestígio era escudado na herança política de seu pai, agora era consagrado pelos seus amigos e correligionários como verdadeira “alma heroica da resistência”. Tinha, pois, se revelado um hábil político, estando pronto, segundo o grupo que lhe prestava apoio, a ocupar posições maiores no cenário da política estadual. Getúlio consolidou-se politicamente durante a sua ausência do cenário estadual nos anos de 1913 a 1917, tendo suas ações reconhecidas por Borges a ponto de este nomeá-lo como o líder informal da bancada do PRR na Assembleia dos Representantes em 1917, a qual enfrentava forte oposição dos federalistas, que tinham na figura de Gaspar Saldanha o principal opositor e contestador do PRR e do poder de Borges de Medeiros. A partir de então, a trajetória política de Getúlio começaria a alçar postos cada vez mais elevados dentro do PRR, a ponto de se tornar, em 1928, presidente do Rio Grande do Sul e estar à frente da Revolução de 1930, tornando-se, então, presidente do Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como tudo tem um início, chega-se também ao momento das considerações finais. Não se utilizará aqui o termo “conclusão”, uma vez que se acredita que os historiadores vivem em um espaço de constante aprendizagem, onde sempre há luz de novas fontes, pelas quais é constantemente impelido a outros “olhares”. Essa busca incessante por conhecimento, por superação, acompanha os homens desde seus primórdios. As mudanças das eras, o correr dos séculos e o nascimento de novos paradigmas aceleram a ânsia por novos saberes. Ao pesquisar a história dos homens no passado, mergulha-se em seu universo, no seu tempo, e “nosso passado sobrevive nos depoimentos de testemunhas mortas, em suas interpretações, nas explicações dos eventos históricos e da estrutura social”.<sup>329</sup>

Quando, por meio da pesquisa histórica, busca-se a reconstituição das experiências do passado, sabe-se, já de antemão, que “ocorrem coisas interessantes com o passado, que é passado e, no entanto, é presente”, pois o que já passou, passou, “mas nós não podemos silenciá-lo”.<sup>330</sup> Desse modo, este trabalho buscou conhecer e compreender um passado silenciado pela historiografia: o passado político de Getúlio Dornelles Vargas no período anterior a 1928.

Observa-se que a quase totalidade dos estudos sobre a trajetória de Getúlio Vargas procura afastá-lo de questões políticas de poder, que o envolveriam no clima de disputas partidárias locais e estaduais nas primeiras décadas da recém-formada República. Esse período é descrito por memorialistas e biógrafos como uma quadra em que Getúlio adquiriu experiência em “conhecer os homens”, em “cultivar a flor do silêncio”, em desenvolver as “armas da inteligência, da serenidade e de controlar seus impulsos”. Os estudos que remetem ao passado do personagem Getúlio Vargas não revelam o interesse maior de compreensão do período que abarca os anos de 1913 a 1917, espaço de tempo no qual se manteve afastado, parcialmente, da política estadual.

Questionaram-se essas percepções e, tendo por norte objetivos específicos, procurou-se analisar a trajetória política de Getúlio Dornelles Vargas e sua relação com as esferas do poder local e poder estadual no período de 1913 a 1917. O ponto de partida para o estudo de caso foi a renúncia de Getúlio Vargas como deputado estadual em 6 de outubro de 1913. Levantou-se como hipótese central que ele teria arquitetado sua renúncia e retornado a São

---

<sup>329</sup> HELLER, Agnes. Uma teoria da história. Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira, 1993, p. 110.

<sup>330</sup> DIEHL, Astor Antônio. Com o passado na cadeira de balanço: cultura, mentalidades e subjetividade. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006, p. 16.

Borja para defender os interesses políticos de sua família perante a política dúbia que Borges vinha realizando no intuito de desestabilizar o poder dos Vargas, ao mesmo tempo em que reforçava politicamente a facção varguista contra a divisão partidária local.

Com base nos questionamentos que nortearam essa pesquisa, comparando-a com os dados obtidos, foi possível colher dados que acabaram por confirmar a hipótese central, ao mesmo tempo em que os dados levantados ao longo da revisão do *estado da arte*, referentes aos motivos da renúncia de Getúlio e seu período de “ostracismo” político, mostraram-se inconsistentes. A documentação utilizada revelou-se extremamente valiosa para a comprovação da hipótese levantada, bem como possibilitou responder aos objetivos propostos.

Ao longo deste trabalho procurou-se demonstrar que a escalada política dos Vargas na cidade de São Borja seria pautada por constantes oscilações. Os adversários políticos dos Vargas, os “cristão novos”, apoiados pelo poder estadual, empreenderam uma luta de denúncias, de traição, de disputas, de vaidades, de sentimentos de vingança e de profunda rivalidade na tentativa de desestabilizar o poderio local do clã dos Vargas.

São Borja, nas primeiras décadas do século XX, seria o palco da disputa política entre duas facções republicanas que se digladiavam pela manutenção de poder, ou mesmo pela tomada deste. Essa quizila intrapartidária envolveria todos os componentes da família Vargas, republicanos históricos. Um dos membros do clã dos Vargas que se envolveria diretamente nessa disputa política pelo poder local seria o jovem advogado e político Getúlio. As ações e estratégias de Getúlio Dornelles Vargas, efetivadas a partir de sua entrada na vida político-partidária, foram arquitetadas de maneira a fortalecer o poder dos Vargas em São Borja e, conseqüentemente, adquirir notoriedade política.

Esses jogos políticos entre republicanos históricos e “cristãos novos”, cooptados pelo poder borgiano nas hostes do Partido Republicano são-borjense, transcorriam paralelamente ao desenrolar dos acontecimentos políticos advindos da implantação da República. O contexto político vivenciado nos primeiros anos da década de 1910 na cidade de São Borja seria de reorganização das hostes partidárias no interior do PRR, agremiação dominante nesse período. Borges de Medeiros procurou formar uma rede de compromissos no interior do Rio Grande do Sul. Nessa reorganização, os Vargas enfaixariam em suas mãos o poder político local. Getúlio seria, nesse ínterim, o mediador entre as bases locais comandadas pela facção varguista e o governo Borges. Suas relações com outros partidários, tanto em nível local, regional, como na capital gaúcha, permitem conhecer os meandros do jogo político que se desenvolvia nas hostes do PRR.



Com a morte do coronel Apparício Mariense, antigo líder do Partido Republicano são-borjense, em 1910 Raphael Escobar assumiu a chefia da grei adversária aos Vargas, contando com o apoio de Apparício Mariense Filho. Logo contariam também com a adesão do médico Benjamim Torres, antigo afeto dos Vargas e que seria responsável direto pela evolução e acirramento das disputas políticas locais. As duas facções iriam duelar pelo apoio do oficialismo e pelas vantagens que a preferência do poder palaciano oferecia.

Em meio a esse clima de lutas intrapartidárias, mais exatamente em outubro de 1913, Getúlio Vargas renunciaria a seu mandato de deputado estadual. A maioria parte da historiografia, dos memorialistas e biógrafos utiliza o fato da fraude eleitoral de Cachoeira para explicar os motivos que levaram Getúlio a renunciar. Entretanto, percebeu-se que essa renúncia deve ser pensada segundo dois âmbitos diferenciados, mas, ao mesmo tempo, interligados: o âmbito do poder local *versus* o poder estadual.

Acredita-se que a renúncia de Getúlio ao mandato de deputado estadual está, por um lado, diretamente associada ao complexo jogo de poder político, que favorecia a existência da disputa entre duas greis republicanas adversárias, as quais duelavam pelo domínio local, ao mesmo tempo em que ocorria uma dura “queda de braço” entre os Vargas e Borges de Medeiros. Percebe-se que as circunstâncias que levaram Getúlio à renúncia já vinham se acumulando desde a questão da sucessão da Intendência e da chefia do Partido Republicano são-borjense, no ano de 1911, em torno da contestação política do prestígio dos Vargas.

São Borja vivenciava um clima de disputa interpartidária já no início de 1911, fomentado pela indicação do irmão de Getúlio Vargas, Viriato, à Intendência do município. Os embates intrapartidários no seio do PRR em São Borja se intensificavam, somando-se a esses elementos as denúncias feitas por Benjamim Torres contra Viriato Vargas, em agosto de 1913. Os conflitos locais engendrados a partir dessas acusações comprometeriam a solidez do poder dos Vargas, e Getúlio não podia se furtar de realizar um gesto de protesto contra as intervenções e a política dúbia que o poder borgiano arquitetava no município de São Borja. Nesse sentido, demonstrando rebeldia e, para mostrar sua independência política em relação ao líder do PRR e presidente do Estado, Getúlio renunciou à sua cátedra. Com essa renúncia, deixou subentendido a Borges de Medeiros que os Vargas resistiriam às manobras políticas que ele vinha realizando no intuito de desestabilizar o domínio local varguista. Getúlio estava disposto a se confrontar com o poder estadual e com seus inimigos no âmbito local, incentivados pelo apoio político que Borges oferecia. Este, ao ir de encontro dos interesses do clã dos Vargas, cerceava a autonomia partidária e colocava em risco o prestígio político da família. Tentando demonstrar-lhe que percebia esse jogo político, Getúlio armou um

espetáculo e, com seu discurso de renúncia, deixou claro que não aceitava a política do poder estadual arquitetada em São Borja. Portanto, a renúncia foi para Getúlio um ato de defesa do poder político de sua família. Desse modo, afirma-se que os motivos que o levaram à renúncia vão além do que está implícito no seu discurso e da fraude eleitoral de Cachoeira.

Por outro lado, somado a essas circunstâncias, também se nota o jogo político ardiloso no âmbito estadual. Borges de Medeiros pressionava os envolvidos na fraude eleitoral de Cachoeira, Arlindo Leal e o cel. Isidoro Neves da Fontoura, a renunciarem a seus mandatos. Ora, com essa ação, enviava também um recado a Getúlio Vargas, para que também renunciasse. Contudo, não esperava que ele abdicasse por meio de um “caloroso” discurso junto a seus pares. Além disso, afirma-se e demonstra-se que o poder borgiano já vinha, de longa data, esperando uma oportunidade para desestabilizar o poder dos Vargas em São Borja. Quando Benjamim Torres escreveu ao chefe de polícia Thompsom Flores, em agosto de 1913, fazendo denúncias contra Viriato Vargas, criou-se a ocasião derradeira para Borges de Medeiros enfrentar o poder coronelista dos Vargas.

Defende-se também que Getúlio Vargas, com e a partir de sua abdicação, preparava ações para enfrentar a grei adversária republicana são-borjense, visando garantir o poder político varguista perante Borges de Medeiros. Desse modo, apesar de renunciar ao mandato de deputado, teria papel fundamental como mediador, articulador e defensor dos interesses de sua família diante da divisão partidária local e do líder do PRR e presidente do estado nas contendas políticas impetradas pelos seus adversários, que se esboçavam no horizonte de contestação do poder político dos Vargas no período de 1913 a 1917. Nesse ínterim, o poder político de mando do general Vargas e da sua família seria constantemente confrontado pela facção inimiga, principalmente em razão de três episódios centrais: a representação pública contra Viriato Vargas, oficializada por Benjamim Torres em outubro de 1913; a renúncia de Viriato à chefia do Partido Republicano são-borjense e à Intendência de São Borja e o assassinato de Benjamim Torres em 1915. Compreende-se que os três episódios são reveladores das permanentes tensões do jogo político que se estabelecia entre o poder local e o poder estadual, as quais se buscou ressaltar e demonstrar desde o primeiro capítulo desta dissertação. A natureza dessa relação era, ao mesmo tempo, de cooperação e de competição.

Sustenta-se, igualmente, que, conhecedor das regras do jogo, Getúlio Vargas, durante os quatro anos em que esteve afastado da Assembleia dos Representantes, procurou manter e consolidar em São Borja e em regiões subjacentes o poderio do clã dos Vargas. Apesar dos atritos políticos com Borges de Medeiros, ele se utilizou de suas relações de amizade, forjadas principalmente durante os anos de bacharelado na Faculdade de Direito, para

formular estratégias que possibilitassem manter o poder do clã dos Vargas em São Borja e o seu reconhecimento como egrégio político. Contribuindo para esse objetivo, valeu-se também de recursos herdados de sua família, sobretudo das relações políticas de seu pai Manoel do Nascimento Vargas, o qual contava com um histórico destacado de participação político-militar junto ao PRR e às causas republicanas. As disputas entre poderes locais e estaduais permeavam em torno de um interesse comum, a obtenção do poder, que perpassava pela medição de forças entre ambos.

Getúlio atuou em duas dimensões diferenciadas, de maneira mais exteriorizada, a partir da imprensa local e estadual e de sua atuação na área da advocacia, e de forma subterrânea, junto a lideranças estaduais. Entre esses contatos destaca-se seu amigo e “compadre” Firmino Paim Filho, na época chefe de polícia do estado, que possuía livre acesso junto a Borges de Medeiros, desempenhando importante função diante das tentativas de desestabilização do poder local dos Vargas, a ponto de se tornar o centro da resistência destes.

No Rio Grande do Sul, com a implantação do regime republicano, Júlio de Castilhos e, depois, seu seguidor Borges de Medeiros buscaram nas bases coronelistas locais o apoio necessário para legitimar o regime republicano. Contudo, o aparelho do Estado, por não possuir força suficiente para anular os poderes locais, assumiria nas relações políticas entre poder local e poder estadual diferenciadas configurações, as quais seriam perpassadas por atritos, cooperação e cooptação, num constante jogo de interesses na ânsia pelo poder. Assim o demonstra Gunter Axt:

Mesmo diante da compressão e da cadência do poder privado local, o poder central ainda apresentava uma autonomia relativa inconsistente, dado a condição de fraqueza infraestrutural do aparelho estatal. Por isso, a tensão entre poderes central e local era contraditória, sendo ao mesmo tempo de competição, colaboração, cooptação e confronto.<sup>331</sup>

Ao se falar de poder local e poder estadual, aponta-se a possibilidade de movimentos de aproximação e recuo, confrontos e aproximações entre ambos os poderes. Ao longo deste trabalho, buscou-se analisar essas relações de poder entre os Vargas e Borges de Medeiros.

Desse modo, no jogo político que envolve o poder estadual em relação ao poder local dos Vargas, percebe-se que Borges de Medeiros, ao buscar garantir seu domínio e a sua autoridade, reforçando o poder do aparelho do Estado, não podia abrir mão do poder político local do qual os Vargas eram detentores. Assim, acredita-se ter demonstrado que, apesar das fortes acusações contra os Vargas e das tentativas de derrubá-los do poder local arquitetadas

---

<sup>331</sup> AXT, Gunter. 2001. op.cit. p.410.

pela grei comandada por Raphael Escobar, que contava com o apoio subterrâneo de Borges de Medeiros, esses eram detentores de forte poder de coerção, de cooptação, de redes de solidariedade e de influência sociopolíticas. Os Vargas possuíam a maioria do eleitorado são-borjense, o que reforçava o seu poder político perante a prática de coerção e cooptação de Borges de Medeiros. Portanto, a negociação entre o poder estadual e o poder local era necessária porque Borges de Medeiros tinha conhecimento da expressiva força política que Manoel Nascimento Vargas detinha junto aos republicanos nos âmbitos local, estadual e, mesmo, federal. Esse forte poder político dos Vargas impossibilitava que o poder borgiano triunfasse nos seus planos de suplantá-los e aos seus desígnios.

Com base no que foi exposto ao longo desta pesquisa, acredita-se que se confirma a hipótese levantada, de que Getúlio Vargas renunciou ao seu mandato de deputado estadual em outubro de 1913, visando mostrar sua independência política em relação às ações ambíguas impetradas pelo poder estadual. Do mesmo modo, o seu retorno a São Borja deu-se para defender os interesses de sua família perante a grei republicana adversária, incentivada por Borges de Medeiros, e também em face do poder palaciano. Argumenta-se também que Getúlio, ao garantir a vitória política dos Vargas, fortalecendo o mando local, principalmente a partir da vitória eleitoral municipal de 1915, teria suas qualidades políticas reconhecidas por Borges de Medeiros, o qual deixaria em aberto a possibilidade de uma reaproximação com os Vargas.

O retorno de Getúlio à Assembleia dos Representantes em 1917 foi possível em virtude das articulações, estratégias e do posicionamento político de Getúlio Vargas na defesa dos interesses de sua família. Getúlio Vargas soube utilizar habilmente os recursos de que dispunha para se projetar politicamente, a saber: o “dom” da oratória, a “fama de político conciliador”, o diploma de advogado, o papel de mediador dos interesses dos Vargas, as relações mantidas com figuras importantes do cenário político estadual e mesmo regional, o exercício da advocacia, a arregimentação de eleitores em outros municípios, a defesa de sua família por meio da imprensa local e estadual. Eram capitais que, aglutinados, contribuíram notoriamente para manter a sua posição social de origem e abrir-lhe portas para a política. Ciente de suas “habilidades”, e somando ao longo desses anos um conjunto de relações produzidas que lhe permitiam jogar com as regras do jogo político, Getúlio Vargas teceu relações políticas durante os anos de 1913 a 1917 que lhe permitiram alcançar notoriedade política e retornar ao cenário político estadual.

Finalmente cabe registrar que

[...] é aprendendo com a história que nos ensinamos a nós mesmos. Somos historicidade, somos história. Somos alunos e professores nessa escola que é o planeta. Só paramos de aprender quando deixamos de existir. (E podemos até aprender como podemos deixar de existir). A questão não é se aprendemos, mas o que aprendemos com a história.<sup>332</sup>

As escolhas não são realizadas ao acaso, pois cada fragmento destacado neste trabalho deixa transparecer um pouco dos pesquisadores que revisitam o passado em busca de uma verdade que, de antemão, já sabem que não vão encontrar. Apenas se encontrará certa plausibilidade no passado a partir dos questionamentos do presente, os quais podem estar sujeitos a críticas e novos questionamentos, bem como a profícuas contribuições.

---

<sup>332</sup> HELLER. 1993. op. cit. p.250.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves de et al. (Coord. geral). *Dicionário, histórico-biográfico brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. 5 v.
- ABREU, Luciano Aronne de. *Getúlio Vargas: a construção de um mito: 1928-30*. Porto Alegre, 1996.
- AITA, Carmen; AXT, Gunter (Org.). *Getúlio Vargas: discursos (1903-1929)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1997 (Perfis parlamentares, 2).
- AITA, Carmen; AXT, Gunter; ARAÚJO, Vladimir (Org.). *Parlamentares gaúchos das cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.
- ALBUM ILLUSTRADO do Partido Republicano Castilhistas. Porto Alegre : Selbach, [1934?].
- ALMEIDA, Henrique Blaskesi. Coronelismo e Justiça em Caxias do Sul. *Ajuris –Revista da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 91, ano XXX, p. 331-343, set. 2003.
- ALMEIDA, João Pio de. *Borges de Medeiros: subsídios para o estudo de sua vida e sua obra*. Porto Alegre, Ed. Júlio Dias Allend/Liv. do Globo/Barcellos, Bertaso & Cia, 1928.
- ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Tese (Doutorado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 1998.
- ARAÚJO, Rubens Vidal. *Os Vargas*. Porto Alegre: Globo, 1985.
- ARDENGHI, Lurdes Grolli. *Caboclos, ervateiros e coronéis. Luta e resistência no norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF Editora, 2003.
- AXT, Gunter. O Estado providência monárquico e castilhistas. *Logos*, Canoas: Ulbra, v. 11, n. 1, p. 57-64, maio 1999.
- \_\_\_\_\_. O Poder Judiciário na sociedade coronelista gaúcha (1889-1930). *Ajuris – Revista da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 82, t. 1, ano XXVII, p. 319-349, jun. 2001a.

\_\_\_\_\_. *Gênese do Estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul*. Tese de (Doutorado em História Social) – USP, São Paulo, 2001b.

\_\_\_\_\_. Contribuições ao debate historiográfico concernente ao nexu entre Estado e sociedade para o Rio Grande do Sul castilhista-borgista. *Métis*, Caxias do Sul, v. 1, n. 1, p. 39-69, jan./jun. 2002.

AXT, Gunter. A emergência da liderança política de Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul coronelista e o seu governo no Estado. In: AXT, Gunter (Org.). *Da vida para a história: reflexões sobre a Era Vargas*. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público, 2005. p. 41-56.

\_\_\_\_\_. Coronelismo indomável: o sistema de relações de poder. In: GOLIN, TAU E BOEIRA, Nelson (Org.). *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v.3 t.1. p. 89-128.

BAKOS, Margaret. *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

BALBINOT, Jonas. *Relações de poder: Getúlio Vargas e Borges de Medeiros (1922-1928)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2008.

BERTOL, Silvana. “*Quem faz caso de estudantes?*” um estudo da participação política do Bloco Acadêmico Castilhista. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 1993.

BIAVASCHI, Marcio Alex Cordeiro. *Coronelismo, borgismo e escândalos políticos: o caso Ribeiro Tacques (Santa Maria: 1925-1926)*. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2004.

BISCHOFF, Álvaro; SOUTO, Cíntia Vieira. *Getúlio Vargas: promotor público*. Disponível em: [www.tj.rs.gov.br/areas/memorial/anexos\\_noticias/gvargas\\_promotor.pdf](http://www.tj.rs.gov.br/areas/memorial/anexos_noticias/gvargas_promotor.pdf). Acesso em: 28 set. 2009.

BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, J.H.; GONZAGA, S. (Org.) *RS: cultura e Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. Brasília: Editora da UnB, 1986.

BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Org.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1998.

CAPELATO, Maria Helena. História política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.9, n.17, p. 161-166, 1996.

CARDOSO, C.F.S. *História do poder*. História política. Niterói: UFF, 1997.

CARRAZZONI, André. *Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 40, n.2, p.229-249, 1997.

CASTRO, Ângela Maria; ABREU, Martha. A nova “velha” república: um pouco de história e historiografia. *Tempo*, Rio de Janeiro: UFF, v.13, n.26, p.11-24, jan./jun.2009.

COLUSSI, Eliane. *Estado Novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: EDIUPF, 1996.

COLUSSI, Eliane; DIEHL, Astor Antônio. *Cultura e pedagogia da violência: o caso dos Vargas*. Passo Fundo: UPF Editora, 2008.

\_\_\_\_\_. *Guardados da memória política: o caso dos Vargas*. Passo Fundo: UPF Editora, 2008.

CONY, Carlos Heitor. *Quem matou Vargas*. 1954: uma tragédia brasileira. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Planeta, 2004.

CORONE, Edgard. *A república Velha – II – Evolução Política (1889-1930)*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1983.

DIAS, Carlos Gilberto Pereira. *Antonio Chimango na linear da velhice: apontamentos sobre a trajetória política de Borges de Medeiros: 1928-1934*. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2001.

DIEHL, Astor Antônio. *Do método histórico*. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

\_\_\_\_\_. *Com o passado na cadeira de balanço: cultura, mentalidades e subjetividade*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006



DILLENBURG, Sérgio Roberto. *Correio do Povo: história e memórias*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 1997.

DULLES, John W. F. *Getúlio Vargas: biografia política*. Rio de Janeiro: Renes, 1967.

ESCOBAR, Wenceslau. *30 anos de ditadura rio-grandense*. Rio de Janeiro: Estabel. Graphica Canton & Beyer, 1922.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. 3.ed. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FARIA, Antonio Augusto; BARROS, Edgard Luiz de. *Getúlio Vargas e sua época*. 2. ed. São Paulo: Global, 1983.

FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FÉLIX, Loiva Otero. As relações coronelistas no estado borgista: discussão historiográfica. *Estudos Leopoldenses*, São Leopoldo: Unisinos, v. 28, n. 127, p.67-85, 1992.

\_\_\_\_\_. A sistemática da distribuição regional do poder regional no Rio Grande do Sul. *Estudos Leopoldenses*, São Leopoldo: Unisinos, v.32, n.146, p. 89-99, 1996.

\_\_\_\_\_. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

FERREIRA FILHO, A. *História geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1978.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “Velha História”; o retorno da história política. *Estudos Histórico*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 265-271, 1992.

FISCHER, Tânia. Poder local: um tema em análise. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p.105-113, out./dez. 1992.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. As fontes do pensamento de Vargas e seu desdobramento na sociedade brasileira. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/pelotas2.pdf>. Acesso em: 16 set. 2009.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *RS: economia & conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1983.

FONTOURA, João Neves da. *Memórias - v. I: Borges de Medeiros e sem tempo*. Porto Alegre: Globo, 1958.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Getúlio Vargas e outros ensaios*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.

FRANCO, Sérgio da Costa. A evolução da imprensa gaúcha e o Correio do Povo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 131, p. 33-40, 1995.

FREITAS, Osório Tuyuty de Oliveira. *A invasão de São Borja*. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1935.

FRISCHAUER, Paul. *Presidente Vargas*. Biografia. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998.

\_\_\_\_\_. A título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

\_\_\_\_\_. *E ele voltou...* O Brasil no segundo governo Vargas. O mito Vargas. Disponível em: [www.cpdoc.com.br](http://www.cpdoc.com.br) . Acesso em: 22 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. *Política: história, ciência, cultura etc.* Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/185.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2010.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada "geração de 1907"*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

HARTMANN, Ivar Paulo. *Getúlio Vargas*. Porto Alegre: Tchê! 1984.

HELLER. Agnes. *Uma teoria da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

HENRIQUES, Affonso. *Ascensão e queda de Getúlio Vargas*. Vargas: o maquiavélico. Rio de Janeiro: Record, 1966. v.I.

HEINZ, Flávio M. Considerações acerca de uma história das elites. *Logos*, Canoas: Ulbra, v.11, n. 1 (especial: história e política), maio 1999.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. *O coronelismo: uma política de compromissos*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

JORGE, Fernando. *Getúlio Vargas e o seu tempo: um retrato com luz e sombra*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1994. v.I e II

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LE GOFF, Jacques (Org.). *Fazer história – Novas contribuições*. 2. ed. São Paulo: Bertrand, 1989.

LIMA, Cláudio de Araújo. *Mito e realidade de Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1955.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MEMÓRIAS *sobre a imprensa em São Borja*. Centro de Ciências Sociais de São Borja. Unipampa/ UFSM. Curso de Comunicação Social – Jornalismo. Pró-Reitoria de Graduação/ UFSM. Santa Maria, 2007.

NASSER, David. *O anjo negro de Getúlio*. 2. ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966.

NOLL, Maria Izabel; Trindade Hélgio. *Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul. 1823/2002*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2004.

NORA, Pierre; LE GOFF, J. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

O'DONNELL, Fernando O. M. *Francisco Miranda: vivendo a República*. Porto Alegre: Metrópole, 1987.

\_\_\_\_\_. *Apparício Mariense: contextualização histórica e dados biográficos*. Santa Maria: Impressão Pallotti, [s.d]

OSÓRIO, Manoel . *Getúlio Vargas: o meio – o momento – o homem*. Rio de Janeiro: Brasília. [S.d].

OSÓRIO, Joaquim Luís. *Constituição política do Estado do Rio Grande do Sul: comentários*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1930.

\_\_\_\_\_. *Partidos políticos no Rio Grande do Sul: período republicano*. Pelotas: Globo, 1930.

PANG, Eul-Sôo. *Coronelismo e oligarquias – 1889-1943. A Bahia na Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

PATROCÍNIO MOTA, José do. *República fratricida*. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1989.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. 2. ed. Rio de Janeiro:Globo, 1960.

PEREIRA, Baptista. *Pela redenção do Rio Grande*. Conferências feitas no Rio de Janeiro, em Ouro Preto, Belo Horizonte, Santos e São Paulo, de 27 de abril a 10 de julho de 1923. São Paulo: Livraria Acadêmica Saraiva, 1923.

PERES, Sebastião. *Coronéis e colonos: das crises internas do poder coronelístico à emergência dos colonos autônomos*. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 1994.

PESAVENTO, Sandra J. Historiografia e ideologia. In: DACANAL, José. H; GONZAGA, Sergio (Org.). *RS: cultura & ideologia*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p. 75-77.

\_\_\_\_\_. *República: verso & reverso*. Porto Alegre: IEL, 1989.

PICCOLO, Helga I. Landgraf. *Historiografia gaúcha. Anos 90*, Porto Alegre: UFRGS/PPG História, 1995.

\_\_\_\_\_. *República Velha, novas teses. Cadernos da Anpuh – Rio Grande do Sul, Porto Alegre*, v.1, n, 1, 1988.

PINTO, Céli Regina. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

PORTO, Costa. *Pinheiro Machado e seu tempo*. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 1985.

POSSAS, Lídia M. Vianna. Vozes femininas na correspondência de Plínio Salgado (1932-38). In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 259-260.

QUEIROZ JUNIOR. *Memórias sobre Getúlio*. Rio de Janeiro: Copac, 1957.

QUEIROZ, M. I Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

RÉMOND, Réne. *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REVISTA DO IHGRS, Porto Alegre, ano 84, n. 138, p. 198, out. de 2003.

REVISTA O GLOBO. *O aprendiz de feiticeiro*, ed. especial: subsídios para as memórias de Getúlio Vargas, ano XXII, p. 19-25, ago. 1950.

RILLO, Apparício. Silva. *Populário são-borjense*. Porto alegre: Martins Livreiro, 1991.

\_\_\_\_\_. *São Borja em perguntas e respostas*. Monografia histórica e de costumes. São Borja: Argraf, 1982.

\_\_\_\_\_. *Município de São Borja: capital da produção*. Porto Alegre: Lougraf, [1980?].

RODRIGUES, Cláudio Oraindi. *São Borja e sua história*. 1982. (Coleção Tri-centenário, 1).

RODRIGUEZ, Ricardo Vélez (1980). *Castilhismo: uma filosofia da República*. Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul.

SÁ, Mem de. *A politização do Rio Grande*. Porto Alegre, Tabajara, 1973.

SILVA, Hélio. *Vargas*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

SILVA, Juremir Machado da. *Getúlio*. Romance. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SPALDING, Walter. *Propaganda e propagandistas republicanos no Rio Grande do Sul*. [S. l]: [S.n.], 1927.

STREIT, Isléia Rossler. *Entre ditos e não ditos: o coronelismo e a imigração*. Passo Fundo: UPF Editora, 2003.

TEIXEIRA, Rômulo. *História do Brasil e o presidente Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: Tipografia Gloria Pinho & Manes, 1942.

TRINDADE, Héliogio. Aspectos políticos do sistema partidário rio-grandense (1882-1937): da confrontação autoritário-liberal à implosão da aliança político - revolucionária de 30. In: *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 119-191.

\_\_\_\_\_. *Subsídios para a história do parlamento gaúcho: 1890-1937*. Porto Alegre: CORAG, 2005.

\_\_\_\_\_. (Org.). *O positivismo: teoria e prática*. 2. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007, p. 229-269.

VARGAS, Getúlio. *Diário*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995. 2.v.

VARGAS, Jonas Moreira. Justiça e relações de poder em São Gabriel. *Ajuris – Revista da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 87, ano XXIX, t. 1, p. 321-348, set. 2002.

VERÍSSIMO, Érico. *Incidente em Antares*. Porto Alegre: Globo, 1971.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

WILTON C. L. Silva. *Os guardiões da linguagem e da política: o bacharelismo na República velha*. Disponível em: [www2.tjrs.jus.br/institu/memorial/RevistaJH/vol5n10/5\\_Wilton\\_Silva](http://www2.tjrs.jus.br/institu/memorial/RevistaJH/vol5n10/5_Wilton_Silva). Acesso em: 5 abr. 2010.